TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XI • Edição 2574 • Manaus, sexta-feira, 15 de março de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Intimações

Precatório - N.º 0002693-13.2016.8.04.0000 - Credor: Ezelina Lavareda Tavares. Advs: Ivanildo Xavier Soares (199A/AM), Margareth Buzaglo Pinto (2641/AM) e Vasco Pereira do Amaral (99A/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 444, cujo teor final é o seguinte: "Intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 48 horas, sobre os novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 431/443. Não havendo impugnação, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente em favor dos credores no importe total de R$ (...). Caso considere mais cômodo, o Ente pode utilizar parte do saldo remanescente para pagamento dos tributos e depositar apenas a diferença em favor da requerente, conforme demonstrado pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 433. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 14 de março de 2019.

Precatório - N.º 0002997-75.2017.8.04.0000 Credores: Sanyo da Amazônia S.A. Ivan Caminha Pereira da Silva e Vicente de Paulo Armond de Melo. Advs.: Audrey da Fonseca Caminha (4053/AM) e Vicente de Paulo Armond de Melo (1828/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 211/213, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 210, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 210. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais para recalcular o valor remanescente nos termos do RE 579.431, no sentido de que os juros moratórios incidam da data de feitura do cálculo até a data de apresentação do precatório, considerando os ditames do art. 4.º, da Resolução CNJ n.º 115/2010.". Manaus, 14 de março de 2019.

Precatório - N.º 0000538-32.2019.8.04.0000 - Credor: Hf Construções e Transporte Ltda Me. Advs: Selma Mara Santana Mota (5524/AM) Devedor: Municipio de Coari/AM. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 120/121, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório encontra-se incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 119. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 119. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 119, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 14 de março de 2019.

Precatório - N.º 0003452-40.2017.8.04.0000 - Credor: Frederico de Souza Oliveira. Advs: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 950, cujo teor final é o seguinte: "Intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 48 horas, sobre os novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 945/946. Não havendo impugnação, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente em favor do credor no importe total de R$ (...). Caso considere mais cômodo pode o ente, no mesmo prazo, efetuar o recolhimento no valor de R$ (...) de imposto de renda, R$ (...) de contribuição previdenciária e depositar o restante, no total de R$ (...), em favor de Frederico de Souza Oliveira. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 14 de março de 2019.

Precatório - N.º 0007107-20.2017.8.04.0000 – Credor: Elcy Caldeira de Mendonça. Advs.: Angelito Evangelista Queiroz (2966/AM) e Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 128, cujo teor é o seguinte: "Nesse panorama, determino o arquivamento do feito, uma vez que o quantum requisitado já foi integralmente adimplido. Por conseguinte, seja retirado o presente requisitório da lista cronológica de pagamentos, se tal providência ainda não foi adotada. Intimem-se as partes e comunique-se ao juízo de origem nos exatos termos do art. 40, caput, da Resolução n.º 003/2014 do TJAM. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 14 de março de 2019.

Precatório - N.º 0010940-51.2014.8.04.0000 - Credores: Cristina Francinete Mar da Silva, Ametista de Brito Hoshihara, Eunice Lopes de Carvalho, Célia do Carmo Barros Amaral, 3ª Vara da Comarca de Itacoatiara – Custas e Espolio de Raymundo Diniz do Valle. Advs: Adriano Sombra de Paula (8753/AM) e Alessandra Alves Carvalho (988A/AM) - Devedor: Prefeitura do Município de Itacoatiara/AM. Advs. José Ricardo Xavier de Araújo (3730/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 678, cujo teor final é o seguinte: "determino o sobrestamento dos autos até a apresentação do inventário extrajudicial ou escritura pública de partilha de bens, conforme despacho de fls. 673/674. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.". Manaus, 14 de março de 2019.

Precatório - N.º 0006691-18.2018.8.04.0000 - Credor: Wallace Ramos Oliveira. Advs: Antonio Brasil Vieira (5411/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls.98/99, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório permanece

incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 97. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 97. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 97, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 14 de março de 2019.

Precatório - N.º 0004550-26.2018.8.04.0000 – Credores: Alberto de Paula Paraíba, Aldeita Franco de Figueiredo Santeiro, Alzimar Maciel Machado, Ana Célia Coelho Pinheiro, Ana Maria da Silva, Ana Sonali Rocha Michiles, Anderson Marcello Cabo Verde, Arnouso Garcia Soares, Cláudia da Silva Cavalcante, Cláudia Maria dos Santos Lima, Conceição Liane Pinheiro Gomes, Damaria Cudek, Denize Feitosa da Cunha Santos, Douglas Ferreira Ribeiro e Dunalva Eneida Fortes de Castro. Advs.: Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 270, cujo teor é o seguinte: "Portanto, chamo o processo à ordem para retificar o trecho supramencionado para que apresente a seguinte redação: "Nesse panorama, defiro o pleito de Dunalva Eneida Fortes, no sentido de que o crédito que lhe pertence no presente precatório seja adimplido com preferência sobre todos os demais, no limite do triplo do valor máximo definido como obrigação de pequeno valor no âmbito do Estado do Amazonas, a ser pago no orçamento de 2020." Intimem-se as partes e comunique-se ao Juízo de origem nos termos do art. 25, § 2.º da Resolução nº.003/2014 do TJAM. Permaneçam os autos na Secretaria da Central de Precatórios até o decurso do prazo constitucional para pagamento do presente requisitório.". Manaus, 14 de março de 2019

Precatório - N.º 0003486-49.2016.8.04.0000 – Credores: Carlos Roberto dos Anjos e Silva e Raphael Gomes dos Anjos. Advs.: Raphael Gomes dos Anjos (3122/AC) e Devedor: Prefeitura Municipal de Boca do Acre/AM. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 147/149, cujo teor é o seguinte: "Pelo exposto, oficie-se ao Ministério Público para adotar as medidas cabíveis. Cópia da presente decisão serve como ofício. Ademais, considerando que o prazo constitucional para pagamento do precatório esvaiu-se, intime-se novamente os credores para requererem o que entenderam por direito, observando o art. 100, § 6.° da CF/88. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 14 de março de 2019

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 4001194-52.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Izabel Cristina Moura de Brito
Impetrante: Marcela Sales Pinheiro
Advogado: João Antonio de Souza Junior (OAB: 4484/AC)
Advogado: João Antonio de Souza Junior (OAB: 1170A/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
LitsPassiv: Ilmo. Sr. Lourenço dos Santos Pereira Braga
Intssado: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Anselmo Chíxaro. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO. CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS. DECADÊNCIA. CONFIGURADA. SEGURANÇA DENEGADA.- O direito à impetração do mandado de segurança não foi exercido no prazo legal, porquanto ataca, tardiamente, o ato administrativo que supostamente preteriu o direito das impetrantes à nomeação.- Segurança denegada em harmonia com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em harmonia com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança nos termos do voto do relator.". Sessão: 12 de março de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 14 de março de 2019.

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0001142-71.2011.8.04.0000 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Manaus - Autor: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Réu: David Evandro Costa Carramanho (MP) - Réu: Ednelson da Silva Oliveira - 0001142-71.2011.8.04.0000 - Ação Penal - Procedimento Ordinário Autor : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro GrauProcurador : Francisco das Chagas Santiago Cruz (1256/AM) Réu : David Evandro Costa Carramanho (MP)Advogado : Carlos Henrique Costa de Souza (5712/AM)Advogado : Emerson Paxá Pinto Oliveira (9435/AM)Réu : Ednelson da Silva OliveiraAdvogado : Robert Merril York Jr. (4416/AM)Advogado : Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM)Advogado : Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM)MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Criminal FICA INTIMADO o Réu, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Emerson Paxá Pinto Oliveira (9.435/AM), do DESPACHO de fl. 3662, proferido pela Exma. Senhora Desembargadora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora destes autos, no qual foi deferida a restituição do prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento das alegações finais em relação ao réu David Evandro Costa Carramanho. Manaus, 14 de março de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 14 de março de 2019 - Advs: Francisco das Chagas Santiago Cruz (OAB: 1256/AM) - Carlos Henrique Costa de Souza (OAB: 5712/AM) - Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB: 9435/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

EDITAL

0000821-55.2019.8.04.0000 - **Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei.**
Requerente : Rui Santana da Silva
Advogada : Fernanda Lima Tavares (1834/AM)
Requerido : O Município de Manaus
Procurador : Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM)

FICA INTIMADO o Requerente, por meio de sua representante legal, Advogada: Dra. Fernanda Lima Tavares (1834/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 15/16, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Importante ressaltar que a decisão monocrática, proferida em 2017 no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, não foi objeto de recurso válido, estando precluso o debate sobre seu efetivo alcance. Portanto, o presente pedido há de ser arquivado liminarmente. À Secretaria para providências".
Secretaria do Tribunal Pleno
14 de março de 2019

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS/PARTES

Processo nº 0210961-69.2017.8.04.0022 - Pedido de Providências **-** Requerente: Walzineide das Graças Medeiros Pereira Mendes**, Advogado: Dr. Elimar Cunha e Silva (OAB/AM sob o nº 2098)** - Requerido: JuÍzo de Direito da 3ª Vara de Família, Sucessões e Registros Públicos da Comarca de Manaus – **DECISÃO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "(...) Diante destes argumentos, conheço do recurso administrativo, mas nego-lhe provimento, mantendo-se incólume a Decisão nº 086/2018 - JUIZ.C.AUX.3, por ter aplicado corretamente o Direito. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE". Manaus, 07 de março de 2019. Desembargador **Lafayette Carneiro Vieira Júnior,** Corregedor-Geral de Justiça.

Processo nº 0200686-90.2019.8.04.0022 – Processo Administrativo **- Requerente/Advogada: Dra. Jaqueline do Socorro Alencar Edwards de Sousa. (OAB/AM sob o nº 4.953)** - Requerido: Cartório Extrajudicial da Comarca de Autazes/AM – **DESPACHO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "(...) Dê-se ciência às partes interessadas acerca das informações de fls. 7/11. Após, arquive-se. Cumpra-se". Manaus, 06 de fevereiro de 2019. Desembargador **Lafayette Carneiro Vieira Júnior,** Corregedor-Geral de Justiça.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusões de Acórdãos

CÂMARAS REUNIDAS

Proc. Nº 0005079-45.2018.8.04.0000 - Emb. de Declaração - C. Reunidas - Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública. **Embargante: Estado do Amazonas.** (Procurador do Estado: Dr. Micael Pinheiro Neves Silva - OAB/AM n.º 6088). **Embargado: Durango Martins Duarte.** (Advogados: Dr. João Victor Castello Branco - OAB/AM n.º 9454, Dr. Marcelo Almeida de Oliveira - OAB/AM n.º 10004, Dra. Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio - OAB/AM n.º 8450 e Dr. Kauai Seixas Mendes - OAB/AM nº 13.244). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator**: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **João Mauro Bessa-Relator,** Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira e Paulo César Caminha e Lima. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - RECURSO INADEQUADO PARA O REJULGAMENTO DA CAUSA - ACLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Nos limites estabelecidos pelo artigo 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na decisão recorrida, qualquer obscuridade, contradição ou omissão a ser suprida, ou, ainda, para corrigir erro material, cujas demonstrações cabem à parte interessada. Por outro lado, a inexistência de quaisquer dos vícios previstos na norma de regência impõe a rejeição dos aclaratórios, na medida em que estes não podem ser utilizados com o propósito de obter um novo julgamento da causa. 2. In casu, tem-se que, embora de forma contrária aos interesses do embargante, a controvérsia foi enfrentada pelo Colegiado de maneira clara, coerente e com fundamentos sólidos, logo, sem quaisquer dos vícios que autorizem a modificação do julgado. 3. Em verdade, dessume-se dos aclaratórios o propósito de rediscussão da causa, diante da irresignação da parte com a decisão desfavorável à sua pretensão. Certo é, pois, que o inconformismo do embargante, se persistente, deve ser posto na via processual adequada, notadamente por meio de acesso à instância superior, tendo em vista que os aclaratórios não podem ser utilizados como sucedâneo recursal. 4. Embargos de Declaração rejeitados. **ACORDAM** Por unanimidade de votos, as câmaras decidiram rejeitar os Embargos de Declaração interpostos pelo Estado do Amazonas, nos termos do voto do Relator.

Proc. Nº 0007125-07.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração- C. Reunidas - Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública. Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone. **Embargante: Peter de França Miranda da Silva.** (Advogados: Dr. José Lourenço Gadelha - OAB/AM N.º 2220, Dra. Daisy F. Coutinho - OAB/AM n.º 6989). **Embargado: Estado do Amazonas.** (Procuradora do Estado: Dra. Leila Maria Raposo Xavier Leite - OAB/AM n.º 3726). **Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora**: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Joana dos Santos Meirelles-Relatora,** Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro e Elci Simões de Oliveira. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. 2. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora".

Processo nº 0644507-16.2017.8.04.0001 - Apelação – C. Reunidas. Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública. Juiz Prolator: Dra. Etelvina Lobo Braga. **Apelante: Estado do Amazonas.** (Procuradoras do Estado: Dra. Leila Maria Raposo Xavier Leite-OAB/AM nº 3726 e Lorena Silva de Albuquerque - oab/am N.º 6023). **Apelado: Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas-ASSPBMAM.** (Advogado: Dr. Antonio Carlos Gama Alves - OAB/PA n.º 16215). **Presidente, em exercício**: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora**: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles. **Procurador de Justiça**: Exmo Sr. Dr. José Roque Nunes Marques. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Joana dos Santos Meirelles-Relatora,** Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro e Elci Simões de Oliveira. **EMENTA**: CONSTITUCIONAL. INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. PROCEDENTE. PROMOÇÃO DE PRAÇAS AO OFICIALATO. VEDAÇÃO A PROMOÇÃO DERIVADA. INCIDÊNCIA DO ART. 37, II da CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REMESSA AO TRIBUNAL PLENO. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. PROCEDÊNCIA. 1. O texto constitucional em vigor estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. 2. O §1º do art. 25, IV e V, do §8º da Lei n. 4.044/2014 possibilita que os praças (sargentos)

tenham acesso a carreira de oficial administrativo da Polícia Militar, mediante processo seletivo interno, o qual consiste em transposição indireta de cargo público, caracterizando-se como promoção derivada. 3. Portanto, tratando-se de quadros diversos, no vigente regime constitucional, compostos por cargos com atribuições radicalmente distintas, exige-se prévia realização de concurso público específico para o quadro de oficial, não sendo possível realização de concurso interno para acesso ao oficialato, em virtude do estabelecido pelo art. 37, II, da Constituição da República. 4. Nos termos dos artigos 97 da CF, 948-949 do CPC/2015 e 154 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, bem como em respeito à cláusula de reserva de plenário e à Súmula Vinculante n.º 10, do STF, afigura-se indispensável a remessa dos presentes autos ao Tribunal Pleno desta Egrégia Corte, para que, suspendendo-se o julgamento do mandado de segurança, seja apreciada a arguição incidental de inconstiucionalidade. 5. Incidente julgado procedente. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Câmaras Reunidas do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com do Graduado Órgão do Ministério Público, em remeter os autos ao Tribunal Pleno, para apreciação da arguição incidental de inconstitucionalidade, suspendendo o julgamento do presente recurso e remessa necessária, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante".

Secretaria das Colendas Câmaras Reunidas, em Manaus, 14 de março de 2019.

Intimações

CÂMARAS REUNIDAS

INTIMAÇÕES

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Maria das Graças Pessoa Figueiredo**, Relator(a) nos Autos de **Reclamação nº 4004893-51.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Reclamante **Brf Brasil Foods S.A.** e Reclamado **Juizo de Direito da 1ª Turma Recursal do Estado do Amazonas**. Fica a parte Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr..... OAB/AM** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Destarte, em vista do exposto, não conheço a presente Reclamação ora proposta, em razão de sua intempestividade e por estar ausente qualquer das hipóteses que permitem o processamento deste Instituto, na forma do Art. 988 do NCPC. Em 13/03/2019. Desembargador(a) **Maria das Graças Pessoa Figueiredo - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Carla Maria Santos dos Reis**, Relator(a) nos Autos de **Agravo Interno nº 0007942-71.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Agravante **Brasscom – Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação** e Agravados **O Estado do Amazonas, Secretaria Executivo da Receita, Departamento de Arrecadação - Dearc, Departamento de Fiscalização - Defis, Departamento de Tributação - Detri**. Fica a parte Agravante Intimada, na pessoa de seus advogados, **Drs. João Dácio de Souza Pereira Rolim (76921/SP), Helvécio Franco Maia Júnior (77467/MG), Alessandro Mendes Cardoso (76714/MG)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Isto posto, em juízo de retratação, reconsidero a decisão vergastada para reformá-la, considerando legítimas as autoridades apontadas. Em 12/03/2019. Desembargador(a) **Carla Maria Santos dos Reis - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Wellington José de Araújo**, Relator(a) nos Autos de **Mandado de Segurança nº 0608195-46.2014.8.04.0001 Manaus(AM),** Impetrantes **Antonio Ferreira de Oliveira Júnior, Eduardo Souza Nobre de Oliveira, Fabiana de Moura e Souza, Jones Costa Fonseca, Marcilene Santos Dourado, Wilirlei Farias Progênio, Sávia Gomes Rodrigues da Costa, Klinger dos Reis Silva, Wellinton Antonio Batista da Silva, Wilson Moreira Fernandes** e Impetrados **Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, O Estado do Amazonas**, Procuradora Dra. Isabella Peres Russo (3198/AM). Ficam os Impetrantes Intimada, na pessoa de seus advogados, **Drs. Douglas Herculano Barbosa (6407/AM), Sérgio Alexandre Cunha Camargo (95773/RJ)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Desta feita, defiro em parte o pedido de fls .731. Comino a pena de multa diária de R$ 5.000,00(cinco mil reais) fixando o termo inicial a partir da ciência desta decisão pelo Impetrado, no limite final de dez dias. Em 13/03/2019. Desembargador(a) **Wellington José de Araújo - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Elci Simões de Oliveira**, Relator(a) nos Autos de **Revisão Criminal nº 4004242-19.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Requerente **José Heleris Costa Andrade** e Requerido **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**. Fica a parte Requerente Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr. Everson de Lima Conceição (7002/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Posto isso, em harmonia com o Ministério Público, não conheço da revisão Criminal. Em 14/03/2019. Desembargador(a) **Elci Simões de Oliveira - Relator(a).**

--

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em **14 de março de 2019**

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa**, Relator nos Autos de **Ação Rescisória nº 4000959-51.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Autor **Roberlandio Oliveira da Cunha**, advogados Dr. Evanildo Carneiro da Silva (5746/PA), Dr. Artur Florêncio da Cunha (6468/AM) e Ré **Terezinha de Oliveira Santos**. Fica a parte Requerente Intimada, na pessoa de seus advogados, **Dr. Evanildo Carneiro da Silva (5746/PA), Dr. Artur Florêncio da Cunha (6468/AM),** para no prazo de 15 (quinze) dias emende a petição inicial, sob pena de ser indeferida (CPC/2015, art. 321, parágrafo único), providencie a juntada da documentação indispensável acima referida. Em 12/03/2019. Desembargador **Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Anselmo Chíxaro**, Relator nos Autos de **Ação Rescisória nº 4002552-86.2017.8.04.0000 Manaus(AM),** Autor **R. F. A.** , advogado Dr. Eduardo Santana Pinheiro (7049/AM) e Ré **Luciete Paes Guimarães**. Fica o Autor Intimado, na pessoa de seu advogado, **Dr. Eduardo Santana Pinheiro (7049/AM),** para que proceda à juntada da certidão de trânsito em julgado da decisão rescindenda, no prazo de 15 (quinze) dias. Em 12/03/2019. Desembargador **Anselmo Chíxaro - Relator.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis**, Relatora nos Autos de **Mandado de Segurança nº 4001058-21.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Impetrante **Angelus Cruz Figueira**, advogados Dr. Antonio das Chagas Ferreira Batista (4177/AM), Drª. Ênia Jéssica da Silva Garcia (4447/AM) e Impetrados **Presidente da Câmara Municipal de Manacapuru(AM), Vereador JEFFERSON BATALHA DO NASCIMENTO e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Manacapuru, vereador MANOEL ALBERTO BENÍCIO BRITO**. Fica a parte Impetrante Intimada, na pessoa de seus advogados, **Dr. Antonio das Chagas Ferreira Batista (4177/AM) e Drª. Ênia Jéssica da Silva Garcia (4447/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 55/58. Em 12/03/2019. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Paulo Cesar Caminha e Lima**, Relator nos Autos de **Ação Rescisória nº 4004915-12.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Autor **Amanda Ruiz de Souza Alecrim**, advogados Dr. Paulo Felipe Santos Magalhães (11367/AM), Dr. Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira

(8196/AM) e Ré **Valéria Moreira da Silva**, advogado Dr. Charles Ribeiro da Silva. Fica a parte Autora Intimada, na pessoa de seus advogados, **Dr. Paulo Felipe Santos Magalhães (11367/AM), Dr. Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (8196/AM).** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 372/376. Em 20/02/2019. Desembargador **Paulo Cesar Caminha e Lima - Relator.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 14 de Março de 2019. Roberval Wilkens Marinho

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. **Jorge Manoel Lopes Lins**, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Ação Rescisória nº 4000425-44.2018.8.04.0000, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Autores: Eduardo Batalha de Souza Júnior e Carlos Eduardo Serrão de Souza. Representante: Carliane Reis Serrão. Advogados(as): Dr. Edmilson das Neves Guerra (OAB: 848/AM); Dr. Alfredo José Borges Guerra (OAB: 2668/AM) e Dr. Eduardo José Borges Guerra (OAB: 5188/AM). **Réus: Maria Alaide Batalha de Souza; Raymundo Gaspar de Souza; Alcilene Batalha de Souza e CAPEMI - Caixa Pecúlios Pensão Montepios Beneficente.** Advogado(a): Dr. Marco Antonio de Carvalho Brasil(OAB/AM nº 9165) e Salomão Guedes Brnadão de Farias(OAB/AM nº 3036). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Francisco Cruz

Apelação nº 0216158-34.2018.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Eduardo Henrique do Nascimento Figueiredo. Advogado: Dr. Adalberto Pereira Nobre Filho(OAB/AM n.º 9140) e Dr. Fábio Cardoso Batista (OAB: 13445/AM). **Apelado: Estado do Amazonas**. Procuradora do Estado: Dra. Élida de Lima Reis (OAB: 7458/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa.**Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a).Francisco Cruz

Conflito de Competência nº 0634786-06.2018.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública

Suscitante: Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual/AM. Suscitado: Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal/AM. Interessado: Diego Barbosa Lopes. **Presidente:** Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa.**Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a).Suzete Maria dos Santos

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 14 de março de 2019, Dr. Roberval Wilkens Marinho, Secretário.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Intimações

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000853-89.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Gilcean Pereira Darcio. (Advogado: Dr. Ranier Alessandro de Aquino Sales (11671/AM)). Agravado: Banco Bmg S/A. (Advogado: Dr. Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)). DECISÃO: “Diante de todo o exposto, da sumária análise dos fundamentos do presente agravo e pelas razões decisórias expostas, indefiro a concessão de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, por entender não demonstrados a probabilidade de provimento do recurso e o perigo na demora do julgamento definitivo.”.

Fica **INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado **Dr. Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000780-36.2019.8.04.0900 - Manaus/Am, em que é Agravante: Manoel da Silva Barroso. (Advogado: Dr. Defensoria Pública do Estado do Amazonas e José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)). Agravado: Sociedade de Investimento MVC Ltda.. (Advogado: Dr. Samuel Soares de Miranda (10370/AM) e Thays de Souza Batista (10440/AM)). DECISÃO: "Ante o exposto, nego a concessão da tutela antecipada recursal requerida no Agravo de Instrumento, por entender não demonstrado o perigo de lesão grave e de difícil reparação.".

Fica I**NTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado **Dr. Samuel Soares de Miranda (10370/AM) e Thays de Souza Batista (10440/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4000915-32.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Amil - Assistência Médica Internacional Ltda (Advogado(a): Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto 23255/PE e Agravado: Camila Fróes Barros (Advogado: Dr. Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira 8520/AM fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto 23255/PE. "Partindo dessa premissa, e considerando-se que eventuais reflexos patrimoniais da decisão devem ser discutidos no primeiro grau, intimo a Recorrente para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre ainda haver interesse na reforma da decisão impugnada mediante a juntada de prova de que a internação do recorrido ainda persiste. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação nº 0700497-02.2011.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Eduardo Haddad (Advogado: Dr. Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque 8344/AM, Luanna Barros de Albuquerque Gomes 13172/AM e Apelado: Espolio de Salim Haddad (Advogado: Dr. Roosevelt Jobim Filho 3920/AM, Rafael Raposo da Câmara Auler 8000/AM, Thayna Cruz de Mesquita A1090AM ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seu Advogado Dr. Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque, Luanna Barros de Albuquerque Gomes 8344/AM, 13172/AM, Roosevelt Jobim Filho 3920/AM, Rafael Raposo da

Câmara Auler 8000/AM, Thayna Cruz de Mesquita A1090AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil de 2015, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do cumprimento, por parte do Apelante, do requisito extrínseco da regularidade formal, mais especificamente, o ônus da impugnação específica das razões expostas pelo juízo a quo na sentença recorrida (regra da dialeticidade). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação nº 0615902-60.2017.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A (Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes 831A/AM e Apelado: Leandro Lopes Paiva (Advogado: Dr. Márcio Leandro Deodato de Aquino 869A/AM ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seu Advogado Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes 831A/AM, Márcio Leandro Deodato de Aquino 869A/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil de 2015, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do cumprimento, por parte do Apelante, do requisito extrínseco da regularidade formal, mais especificamente, o ônus da impugnação específica das razões expostas pelo juízo a quo na sentença recorrida (regra da dialeticidade). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação nº 0009122-59.2017.8.04.0000 - Japurá em que é Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas e Apelado: Adalberto Fonseca Cortez - Ex-Prefeito de Japurá /Am (Advogado: Dr. Aberones Gomes de Araujo 2137/AM, Carlos Varanda 3091/AM fica INTIMADO o APELADO, na pessoa de seu Advogado Dr. Aberones Gomes de Araujo 2137/AM, Carlos Varanda 3091/AM. "Acolho a promoção ministerial (fls. 121-122), razão pela qual determino que se proceda a intimação do Recorrido para que, em 15 (quinze) dias, apresente contrarrazões. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000783-72.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Banco Bmg S/A. (Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)). Agravado: Eliezio Vargas de Araujo. (Advogado: Dr. Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)). DECISÃO: "Diante do exposto, nego a concessão de efeito suspensivo ao Recurso por não comprovação de periculum in mora.".

Fica **INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado **Dr. Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000544-68.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Advogado: Dr. Catharina Botelho Dias dos Santos (6484/AM), Cintia Almeida Prado (12891/AM), Dias dos Santos Advogados (311/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Agravado: Garantia Real Empresa de Segurança LTda. (Advogado: Dr. Antônio Tavares Ferreira Costa (6941/AM)). DECISÃO: "Diante de todo o exposto, da sumária análise dos fundamentos do presente agravo e pelas razões decisórias expostas, indefiro a concessão de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, por entender não demonstrada a probabilidade de provimento do recurso e o perigo na demora do julgamento definitivo.".

Fica I**NTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado **Dr. Antônio Tavares Ferreira Costa (6941/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000849-52.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Climazon Industrial Ltda. (Advogado: Dr. Márcio Louzada Carpena (46582/RS). Agravado: Rodoviário Ramos Ltda. DECISÃO: "Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipação de tutela recursal, por faltar o requisito urgência (periculum in mora). Comunique-se do inteiro teor desta decisão ao Juízo da causa, por força do que ordena a parte final do inciso I, do art. 1.019, do Código de Processo Civil de 2015 Para que responda ao recurso, em razão de não haver advogado (a) constituído (a), intime-se pessoalmente, via correio, a Agravada no endereço constante às fls. 01 deste agravo: Rua Salvador Rodrigues Prado, 200 - Parque Novo Mundo - São Paulo/SP, CEP: 02190-050. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000864-21.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações. (Advogado(a): Dr(a). Eduardo Luiz Brock (91311/SP), Fabio Rivelli (297608/SP), Paulo Vinícius de Carvalho Soares (257092/SP) e Solano de Camargo (149754/SP)). Agravado: Felix Morais de Mendonça. (Advogado(a): Dr(a). Alessandra Gomes dos Santos (6938/AM), Icaroty José da Silva (6010/AM) e Onilda Abreu da Silva (2288/AM)). DECISÃO: "Diante do exposto, defiro o pedido de tutela provisória de urgência para suspender parcialmente a decisão, obstando a eficácia do capítulo que suspendeu a realização do leilão extrajudicial ou, alternativamente, que fosem suspensos seus efeitos. ".

Fica **INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado **Dr. Alessandra Gomes dos Santos (6938/AM), Icaroty José da Silva (6010/AM) e Onilda Abreu da Silva (2288/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Embargos de Declaração nº 0003735-29.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Embargante: Romulo Wilhans Almeida da Silva. (Advogada: Dra. Martha Mafra Gonzalez 4103/AM). Embargado: O Estado do Amazonas. (Advogada: Dra. Lorena Silva de Albuquerque 6023/AM). DECISÃO: "Destarte, indefiro o pedido de homologação de acordo extrajudicial realizado pelo Embargante, tendo em vista a ausência do instrumento de acordo. ". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000855-59.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Maria Amelia Santos Costa. (Advogada: Dra. Myriam Paloma Portela Aguiar 12849/AM). Agravado: O Estado do Amazonas. DECISÃO: "Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipação de tutela recursal, pelo não preenchimento dos requisitos legais. Determino que o juízo de origem seja comunicado a respeito do teor da presente decisão, nos termos do art. 1.019, I, do CPC. Na mesma oportunidade, determino a intimação das partes agravadas, nos termos do que determina o inciso II do art. 1.019 do CPC, para que responda ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ressalvando-se a faculdade de juntada da documentação que se fizer necessária ao julgamento do recurso. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4000841-75.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Banco Mercantil do Brasil S/A (Advogado: Dr. Joao Guilherme de Souza Porto 108143/MG) e Agravado: Gisella Miranda Ferreira

(Advogada: Dra. Gisella Miranda Ferreira 5124/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seus Advogados Dr. Joao Guilherme de Souza Porto 108143/MG, Gisella Miranda Ferreira 5124/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil de 2015, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito da aparente inadmissibilidade do recurso por ausência de (i) dialeticidade, (ii) interesse recursal e (iii) cabimento, visto que: a) quanto aos pontos I e II, não parece haver impugnação a fundamento suficiente, por si só, para manter a decisão, qual seja, o de que a impugnação ao crédito da Agravada foi extemporâneo em virtude de o tema ter sido enfrentado na decisão de fls. 5.103-5.105 dos autos de origem; b) quanto ao ponto III, pela alegada natureza de despacho do provimento recorrido, tal como aduzido em contrarrazões. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4005749-15.2018.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: João Pedro da Costa de Oliveira (Advogada: Dra. Ana Luiza Borges Coelho Cardoso 13317/AM, Estefanny Maria de Souza Schuck 13386/AM, Fatima Carolina Lopes Simoes da Silva 13365/AM) e Agravado: André Luiz Neto de Oliveira (Advogado: Dr. Nilton Mendes Pinto Junior 10346/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seu Advogado Dr. Ana Luiza Borges Coelho Cardoso 13317/AM, Estefanny Maria de Souza Schuck 13386/AM, Fatima Carolina Lopes Simoes da Silva 13365/AM, Nilton Mendes Pinto Junior 10346/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do CPC, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito da nulidade da decisão guerreada levantada pelo ilustre membro do Parquet no parecer ministerial de fls. 58-64, bem como sobre eventual aplicação da teoria da causa madura no agravo de instrumento. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000136-77.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Tecneletrica da Amazonia Ltda. (Advogado: Dr. Jucelino dos Santos Nobre 6166/AM). Agravado: Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. (Advogado: Dr .Nilson de Jesus Ferreira 2799/AM, Luiz Gustavo Pereira Cunha 28328/DF). DECISÃO: "O agravante pediu a desistência do recurso. Consoante o Código de Processo Civil, o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso (art. 998 do CPC). Salientando que o patrono ostenta poderes para tanto (fls. 689/690), declaro a validade do requerimento e, consequentemente, homologo o pedido de desistência. Providencie-se o encerramento do feito no sistema SAJ de Segundo Grau. Intimem-se. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração nº 0000404-05.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Roberto de Almeida Barreto (Advogado: Dr. Marcelo Furukawa Maia 4527/AM) e Embargado: Djalma de Souza Castelo Branco (Advogado: Dr. Ivana da Cunha Leite 4814/AM, Rubenito Cardoso da Silva Júnior 4947/AM, Thatiana Castelo Branco 5715/AM) fica INTIMADO o EMBARGANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Marcelo Furukawa Maia 4527/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação do embargante, por intermédio de seu advogado constituído, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do pedido de condenação do recorrente ao pagamento da multa prevista no §2º do art. 1.026 do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração nº 0000404-05.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Roberto de Almeida Barreto (Advogado: Dr. Marcelo Furukawa Maia 4527/AM) e Embargado: Djalma de Souza Castelo Branco (Advogado: Dr. Ivana da Cunha Leite 4814/AM, Rubenito Cardoso da Silva Júnior 4947/AM, Thatiana Castelo Branco 5715/AM) fica INTIMADO o EMBARGANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Marcelo Furukawa Maia 4527/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação do embargante, por intermédio de seu advogado constituído, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do pedido de condenação do recorrente ao pagamento da multa prevista no §2º do art. 1.026 do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000810-55.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Banco Bradesco S.a.. (Advogado: Dr. Mauro Paulo Galera Mari 877A/AM). Agravado: Hildervandro Gomes da Silva. (Advogado: Dr .José Julio Cesar Correa 7810/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, não conheço do recurso. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação nº 0601129-10.2017.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Carlos Alberto Gongora Texeira Malheiros. (Advogado: Dr. Jorge Henrique Silva de Melo 7999/AM). Apelado: Banco Bonsucesso S/A. (Advogado: Dr. Flaida Beatriz Nunes de Carvalho 96864/MG, Rafael Cinini Dias Costa 152278/MG). DECISÃO: "Diante do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, não conheço do recurso, em razão de sua manifesta intempestividade. Intimem-se. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo Interno nº 0000914-18.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: 1001 - Indústria de Artefatos de Borracha Ltda (Advogado: Dr. Luiz Nakaharada Júnior 163284/SP, Fernando Equi Morata 206723/SP) e Agravado: Industria de Papel Sovel da Amazonia Ltda (Advogado: Dr. Vasco Pereira do Amaral 99A/AM) fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Luiz Nakaharada Júnior 163284/SP, Fernando Equi Morata 206723/SP. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil de 2015, determino a intimação do agravante, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do pedido de condenação do recorrente ao pagamento da multa prevista no §4º do art. 1.021 do CPC formulado pelo agravado em contrarrazões. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação nº 0618511-79.2018.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Morgana Sayonara Gonçalves da Silva. (Advogado: Dr. Adriano Alves de Lima 7398/AM). Apelado: Banco Bmg S/A. (Advogado: Dr. Luciano Mauro Nascimento Albuquerque 4732/AM, Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque 876/AM, Hendrya Karnopp Albuquerque 4018/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, não conheço do presente Recurso À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4002875-57.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Lucas Daniel de Melo Pinto. (Advogada:

Dr. Carolina Matos Carvalho e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Agravado: Jhonny de Souza Pinto. DECISÃO: "Assim, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, não conheço do recurso, tendo em vista estar prejudicado em razão da perda superveniente do objeto. Transcorrido o prazo legal sem a interposição de Agravo Interno, executem-se os procedimentos de praxe para baixa e encerramento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação nº 0632392-31.2015.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: A Gurgel do Carmo e Cia Ltda. (Advogado: Dr. Rachel Paes Barreto Nadaf 5585/AM, Jaber Calil |Nadaf Neto 5247/AM). Apelado: Banco Itau Unibanco Sa. (Advogado: Dr. Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei 21678/PE). DECISÃO: "Considerando que o documento de fls. 1.200-1.201 foi assinado por Antônio Gurgel do Carmo, sócio administrador da sociedade empresária que, por previsão estatutária, goza de amplos poderes de representação judicial dos interesses da sociedade (cláusula segunda, fls. 29), com fundamento no art. 932, I, parte final, do CPC, homologo o acordo de fls. 1.200-1.201 para que surta seus efeitos e, por conseguinte, declaro extinto o presente recurso com fundamento no art. 487, III, b, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000934-38.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Banco Bmg S/A. (Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto 23255/PE). Agravado: Hozano Guimaraes Correa. (Advogado: Dr. Calixto Hagge Neto 8788/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, nego a concessão de efeito suspensivo ao Recurso por não comprovação de periculum in mora. Comunique-se o d. Juízo da causa a respeito da presente decisão, ex vi da parte final do inciso I, do art. 1.019, do Novo CPC. Determino a intimação: (i) da parte Agravada, na pessoa de seus advogados, via Diário da Justiça, para responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ficando facultada a juntada dos documentos que entender necessários ao julgamento do recurso (CPC/15, art. 1.019, inciso II); (ii) de ambas as partes para que se manifestem acerca da aparente inadmissibilidade parcial da irresignação no tocante à impugnação da periodicidade das astreintes.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4001066-95.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Hapvida Assistencia Medica Ltda (Advogado: Dr. Fabianne Ribeiro Halinski 7059/AM, Aline Carvalho Borja 18267/CE, Francisco Jose Almeida Severiano 21834/CE, Hugo Leonardo Pegado Benicio 5526/RN, Igor Marcelo Marreiro 22757/CE, Isaac Costa Lázaro Filho 18663/CE, Italo Regis de VAsconcelos Carvalho 27984/CE, Jordana de Freitas Vidal Bezerra 31749/CE, Laura Maria Amaro Martins 22874/CE, Luiz Carlos Vidal Maia Júnior 20266/CE, Michele Nobre Ferreira Bringel 25577/CE, Patricia Tavares de Vasconcelos 25615/CE, Rachel Feitosa Pontes 24441/CE e Agravado: Ricardo Emanuel Lima da Costa (Advogado: Dr. Ellen Carolina Lima Colares 11239/AM) fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Fabianne Ribeiro Halinski 7059/AM, Aline Carvalho Borja 18267/CE, Francisco Jose Almeida Severiano 21834/CE, Hugo Leonardo Pegado Benicio 5526/RN, Igor Marcelo Marreiro 22757/CE, Isaac Costa Lázaro Filho 18663/CE, Italo Regis de VAsconcelos Carvalho 27984/CE, Jordana de Freitas Vidal Bezerra 31749/CE, Laura Maria Amaro Martins 22874/CE, Luiz Carlos Vidal Maia Júnior 20266/CE, Michele Nobre Ferreira Bringel 25577/CE, Patricia Tavares de Vasconcelos 25615/CE, Rachel Feitosa Pontes 24441/CE. "Considerando que (i) o pagamento do preparo deve ser comprovado na data de interposição do recurso (art. 1.007, caput, do CPC) e que (ii) o boleto bancário de fls. 21 apresenta código de barras e data de vencimento divergentes do recibo do sacado de fls. 20, determino a intimação da Recorrente para que proceda ao recolhimento do preparo em dobro no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso (art. 1.007, §4º, do CPC). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação nº 0601121-67.2016.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Dagmo Varela da Cunha. (Advogado: Dr. Dagmo Varela da Cunha 5864/AM). Apelado: Michel das Chagas Ribeiro. (Advogado: Dr. Darcival Luiz de Almeida Santana 11207/AM, Jorge Luis dos Reis Oliveira 6866/AM, Roberta Cintrão Simões de Oliveira 3582/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo Interno nº 0004827-42.2018.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Michel das Chagas Ribeiro (Advogado: Dr. Elci Simões de Oliveira Júnior 5543/AM, Joge Luís dos Reis Oliveira 6866/AM, Roberta Cintrão Simões de Oliveira 3582/AM) e Agravados: Roskid Coelho da Silva, Ivete Ribeiro de Lima e Dagmo Varela da Cunha (Advogado: Dr. Paulo Ricardo da Silva Gomes 7942/AM, Eliane Coelho da Silva 8376/AM, Dagmo Varela da Cunha 5864/AM), fica INTIMADO(a) o(a) agravado(a), por meio de seu advogado Dr. Paulo Ricardo da Silva Gomes 7942/AM, Eliane Coelho da Silva 8376/AM, Dagmo Varela da Cunha 5864/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. AE

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0341741-15.2007.8.04.0001**, em que é Apelante: **Tomiasi Transportes Ltda**. (Advogado: Dr. João Bosco A. Toledano - OAB/AM 1.456 e outros). Apelada: **Haulotte do Brasil Ltda**. (Advogados: Dra. Rayane Cristina Carvalho Lins - OAB/AM 4.544, Dr. José Alberto Maciel Dantas - OAB/ AM 3.311 e outros). Ficam **as partes intimadas da DECISÃO de fls. 295/299,** exarada nos autos acima referidos na qual, ".....Desta feita, uma vez que o Apelo nº 0006256-88.2011.8.04.0001 - interposto pela mesma parte apelante dos presentes autos e contra a mesma sentença já foi conhecido e desprovido, não é possível o conhecimento da segunda apelação, diante do princípio da unirrecorribilidade e do óbice da coisa julgada. Com apoio das razões acima fincadas**, não conheço da apelação interposta, tendo em vista a sua inadmissibilidade, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015. Intimem-se".** Manaus/AM, 18 de fevereiro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 14 de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4000624-32.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Rubens Pereira de Lucena**. (Advogado: Dr. Paulo Miguel Gimenez Ramos - OAB/SP 251.845 e outros). Agravado**: Banco do Brasil S/A.** Fica **o Agravante intimado** na pessoa de seu advogado Dr. Paulo

Miguel Gimenez da **DECISÃO de fls. 09/12**, exarada nos autos acima mencionados, na qual, ".....Com o amparo das razões acima fincadas e dos princípios da economia e celeridade, **dou provimento ao recurso para fins de conceder a gratuidade de justiça (CPC/2015, art. 932, V). Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se o agravante. Desnecessária a intimação do agravado, tendo em vista que a r. decisão impugnada, segundo consta dos autos principais, fora proferida antes da citação**". Manaus/AM, 18 de fevereiro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 14 de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Apelação Cível nº 0635672-73.2016.8.04.0001**, em que é Apelante: **Pneu Forte Ltda**. (Advogados: Dr. Luiz Fernando Mafra Negreiros - OAB/AM 5.641, Dra. Tatiane Medina Oliveira - OAB/AM 6.336 e outros). Apelado: **J. H. Transportes e Turismo Ltda - Me**. (Advogados: Dra. Adriane Cristine Cabral Magalhães - OAB/AM 5.373 e Dr. Tarcísio Ramos do Vale - OAB/AM 8.534 e outros). Fica **o Apelante intimado** na pessoa de seus advogados Drs. Luiz Fernando Mafra Negreiro, Tatiane Medina Oliveira e outros **do DESPACHO de fls. 183**, exarado nos autos acima mencionados, cujo teor é o seguinte:" Examinando as peças com que fora instruída a petição inicial do recurso, identifiquei a ausência do recolhimento das custas processuais pertinentes. **Nessa conjuntura**, **fixo prazo de 5 (cinco) dias, para que o apelante providencie a juntada do comprovante de pagamento do preparo recursal, sob pena de deserção (CPC, artigo 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil). Intime-se".** Manaus/AM, 18 de fevereiro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 14 de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo Interno nº 0000873-51.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Banco Bradesco S/A.** (Advogado: Dr. Mauro Paulo Galera Mari - OAB/AM 877-A e outros). Agravado: **Igo Andrewos Goes Rodrigues.** (Advogado: Dr. Gildo Leobino de Souza Júnior - OAB/AM 1.056-A). Fica **o agravado intimado** na pessoa de seu advogado Dr. Gildo Leobino de Souza Júnior à **apresentar CONTRARRAZÕES ao presente recurso**, no prazo da Lei. Manaus/AM, 18 de fevereiro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 14 de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 0000803-34.2019.8.04.0000,** em que são Embargantes: **Autcom Engenharia Ltda., Charles Marcos Pereira Souza, Fábio Rodrigues Barbosa, Luciana Barbosa Bentes e Susana Rodrigues Brandão Barbosa**. (Advogado: Dr. Samuel Cavalcante da Silva - OAB/AM 3.260). Embargada: **AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas**. (Advogados: Dr. Carlos José Veiga Crespo - OAB/AM 5.177, Dra. Cris da Silva Palmeira - OAB/AM 7.281, Dr. Ayrton de Sena Gentil Neto - OAB/AM 12.521 e outros). Fica **a Embargada intimada** na pessoa de seus advogados Drs. Carlos José Veiga Crespo, Cris da Silva Palmeira, Ayrton de Sena Gentil Neto à **apresentar CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração**, opostos pelos Embargantes Autcom Engenharia Ltda., Charles Marcos Pereira Souza, Fábio Rodrigues Barbosa, Luciana Barbosa Bentes e Susana Rodrigues Brandão Barbosa, no prazo da Lei. Manaus/AM, 18 de fevereiro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 14 de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 0000810-26.2019.8.04.0000,** em que é Embargante: **Direcional Engenharia S/A.** (Advogados: Dra. Keyth Yara Pontes Pina - OAB/AM 3.467, Dra. Carolina Ribeiro Botelho - OAB/AM 5.963, Dr. Rodrigo Banayon Pontes Serudo - OAB/AM 11.132 e outros). Embargado: **Carlos Roberto Costa Júnior**. (Advogada: Dra. Hállice Moreira Teixeira - OAB/AM 9.003). Fica **o Embargado intimado** na pessoa de sua advogada Dra. Hállice Moreira Teixeira à **apresentar CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração**, opostos pela Embargante Direcional Engenharia S/A, no prazo da Lei. Manaus/AM, 18 de fevereiro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 14 de março de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4004098-45.2018.8.04.0000, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: O Estado do Amazonas. Procurador: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM). Agravado: Fabio Oliveira de Albuquerque. Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM). **Presidente/ Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004252-63.2018.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Rcc Manutenção de Equipamentos Hidráulicos Ltda-me. Advogado: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM). Agravado: O Município de Manaus. Procuradora: Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB/AM 5003). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004814-72.2018.8.04.0000, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bradesco S.a. Advogado: Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB: 5587/AM) Agravado: Nilson dos Santos Barbosa Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004822-49.2018.8.04.0000, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Renival Correa de Miranda Filho Advogada: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB: 7627/AM) Agravado: Banco J.Safra S.A. Advogados: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 1164A/AM) e José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM). **Presidente/ Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro:

Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0012716-64.2006.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Kalmar Brasil Indústria e Comércio Ltda. Advogados: Marcelo Junqueira Inglez de Souza (OAB: 182514/SP), Lara Portugal da Rocha (OAB: 296822/SP) e Felipe Neiva Volpini (OAB: 299292/SP). Apelado: Super Terminais Comércio e Indústria Ltda. Advogados: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM), Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM), Fued Cavalcante Semen Neto (OAB/AM 10435) e outros. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0017480-64.2004.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM), Caio Cesar Fernandes da Cruz (OAB: 154217/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) e outros. Apelados: Darilmar Rodrigues de Carvalho e Edinalza Campos de Castro. Advogados: Dalila Barakat (OAB: 3891/AM) e Omar Barakat (OAB: 3263/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0246556-95.2017.8.04.0001, de 2ª Vara de Família Apelante: Z. O. da C. Defensora: Damea Mourão Telles de Menezes. Apelada: T. V. C. dos S. Defensora: Carolina Matos Carvalho Norões (OAB: 5785/SE). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0255757-29.2008.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública Apelante: Djalma de Souza Castelo Branco Advogados: Ivana da Cunha Leite (OAB: 4814/AM), Rubenito Cardoso da Silva Júnior e Outros (OAB: 4947/AM) e outros. Apelado: O Estado do Amazonas. Procurador: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761/AM) e Apelado: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB. Advogado: Ismael de Melo Silva (OAB: 4921/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0602942-38.2018.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelantes: Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda e Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Escritório Andrade GC Advogados - OAB/AM 057/97 e outros. Apelado: Arthur de Carvalho Cruz Neto - ME. Advogado: Jorge Secaf Neto (OAB: 1167/AM) e Andrei Farias de Barros (OAB: 6074/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0605544-02.2018.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Arquino Moreira de Castro Instalações -me. Advogados: Dheymison Albuquerque da Silva (OAB: 12223/AM), Rui Guilherme Modesto Borges (OAB: 11829/AM) e Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB: 12875/AM). Apelado: Banco Bradesco S.a. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) (OAB: 128341/SP) e outros. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0607304-54.2016.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelantes: Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda, Capital Rossi Empreendimentos S/A e Maine Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP e A-598/AM). Apelado: José Vladimir Coelho Batista. Advogado: Raphael Quintiliano Pazuello (OAB: 8881/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0610340-75.2014.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta) Apelante: Thiago Mascarenhas Vilela. Advogada: Janiete da Silva Monteiro (OAB: 10084/AM) Apelado: O Estado do Amazonas Procuradora: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0619284-32.2015.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Luis Marinho Vieira. Advogados: Paulo Dias Gomes (OAB: 2337/AM) e Hilderson Farias de Oliveira (OAB: 7364/AM) Apelado: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A. Advogados: Luana Silva Santos (OAB: 16292/PA), Rodolfo Meira Roessing (OAB: 12719/PA) e Marília Dias Andrade (OAB: 14351/PA). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0631468-88.2013.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta) Apelante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM) Apelado: O Estado do Amazonas Procuradora: Ellen Florêncio dos Santos Rocha (OAB: 2752/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0638225-64.2014.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Marcus Vinicius Bergo Coelho. Advogado: Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB: 138958/MG) Apelado: Clínica Veterinária Prontovet S/S Ltda. Advogado: Ricardo Cruz da Silva (OAB: 2628/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0639539-11.2015.8.04.0001, de 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Rozana Ventura de Almeida Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: A805/AM) Apelado: Instituto Nacional de Seguridade Social. Procurador: Rodrigo Medeiros Locio. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001603-28.2018.8.04.0000, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogados: Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM) e Pedro Câmara Sociedade de Advogados, OAB/AM nº 613/2017. Agravada: Maria Oneide Cerdeira de Paula. Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM).

Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001684-74.2018.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado Agravante: Cristal Engenharia Ltda. Advogado: Flavio Cordeiro Antony Filho (OAB: 6910/AM) Agravado: Banco da Amazônia S/A Advogado: Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB: 1588/RR) e Annabelle de Oliveira Machado (OAB: 4419/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001810-27.2018.8.04.0000, de Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual Agravante: O Estado do Amazonas Procurador: Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB: 29991/BA) Agravado: Carrefour Comercio e Industria Ltda Advogados: Marcelo Nassif Molina (OAB: 234297/SP) e Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0625839-94.2017.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bradesco Vida e Previdência S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM). Apelada: Rosilene Maria Ramos Pereira. Advogada: Mirna Cristina Geber da Silva (OAB: 9097/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0629486-97.2017.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogados: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP) e José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM) Apelado: J M Serv Profis Const e Comercio Lt. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0630178-96.2017.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Brb - Crédito, Financiamento e Investimento S.a. Advogado: Wallace Eller Miranda (OAB: 868A/AM). Apelado: Firmino Jose do Nascimento Filho. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0630778-54.2016.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Platinum Construções Ltda Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM), Escritório ANDRADE GC ADVOGADOS, (OAB/AM 057/97). Apelados: José Víctor Cristo de Nascimento e outra. Advogados: Mariana Soares de Lima Faria (OAB: 3528/AM) e Rêmulo José Nascimento (OAB: 118A/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0640286-24.2016.8.04.0001, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Omini S/A, Financiamento e Investimento Advogado: Giulio Alvarenga Reale (OAB: 65628/MG) Apelada: Neide Pinheiro Silveira. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos

Apelação nº 0642034-91.2016.8.04.0001, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.a. Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM). Apelado: Wv Fabricação de Cimento Ltda (Concreto Amazonmix). Advogado: João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB: 1456/Am). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0642083-35.2016.8.04.0001, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.a. Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM) e Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB: 5109/AM). Apelado: Lucas Salignac Marinho Hortêncio. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0645173-17.2017.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: A. C. M. Hortêncio Filho-me. Advogados: Jander dos Santos Paz (OAB: 10315/AM), Romulo Sarmento dos Reis (OAB: 5435/AM) e Rylara Maressa Oran Barros dos Reis (OAB: 12212/AM) Apelado: Banco Bradesco S.a. Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM) e outro. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0708640-43.2012.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Sulamérica Seguros e Previdência S/A. Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM), Alexandre Cardoso Junior (OAB: 139455/SP) e outros. Apelada: Liliana Freitas Gomes. Advogada: Caroline de Queiroz Dantas (OAB: 6918/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001497-66.2018.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública Agravante: O Estado do Amazonas Procuradora: Gabriela Muniz de Moura (OAB: 14809/MA) Agravada: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor Público: Rafael Monteiro Vinhedo BarbosaIntssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004712-50.2018.8.04.0000, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Tapajós Perfumaria Ltda Advogados: Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB: 4100/AM), Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB: 2837/AM) e outro. Agravado: Nortefarma Importação e Exportação Ltda. Advogados: João Antônio da Silva Tolentino (OAB: 2300/AM), Livia de Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB: 5113/AM), Janaína Mendonça de Moraes (OAB: 8070/AM) e outros. Agravado: Sb Comercio Ltda Advogado: José Higino de Sousa Netto (OAB: 1734/AM), João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa**.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0613070-25.2015.8.04.0001, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Prb- Partido Republicano Brasileiro - Diretório Regional do Amazonas Advogados: Flavio Eduardo Wanderley Britto (OAB: 15079/DF) e Cristiane Rodrigues Britto (OAB: 18254/DF). Apelado: Francisco Edvaldo da Silva Evangelista Advogados: Vanessa Nunes Zogahib (OAB: 10021/AM), José Militão Rodrigues da Silva (OAB: 12721/AM), Mayara

Carvalho Trindade Zurra (OAB: 8614/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

OBS: Processo reenviado ao DJE por ter sido disponibilizado com incorreções de origem desta secretaria.

Apelação nº 0615586-86.2013.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública Apelante/Apelado: Construtora J.E Arduino Ltda. Advogados: José Gilberto de Souza Luzeiro (OAB: 1891/AM), Márcio Silva Teixeira (OAB/AM 4672) e outros. Apelante/Apelado: O Estado do Amazonas. Procurador: Rafael Cândido da Silva (OAB: 6499/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4001081-64.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Fundação Antonio Prudente**, advogada, Dra. Gislene Cremaschi Lima (125098/SP) e como **Agravado, José Pais da Silva**. **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 13 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES – Relator."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 14 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001594-03.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Walney Xavier do Amaral**, advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Priscila Ferreira de Lima (9477/RN) e Raimundo Monteiro e como **Embargado, Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM**, advogados,Drs. Ike Kennedy Veiga da Silva (4519/AM), Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (7142/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM), Marta Maria Vale Oyama (7146/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2.º, do CPC. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 13 de março de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil - Relator

Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, **Drs. Ike Kennedy Veiga da Silva (4519/AM), Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (7142/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM), Marta Maria Vale Oyama (7146/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 14 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001598-40.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Adair Moura e Advogados Associados**, advogadas, Dras. Rosemary Lima Rodrigues (2351/AM), Sônia Maria Cansanção da Silva (2431/AM) e Wanderlene Lima Ferreira Lungareze (2459/AM) e como **Embargado, Net Seriços de Comunicação S.a**, advogado, Dr. José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2.º, do CPC. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 13 de março de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil – Relator."

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Dr. José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 14 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Intimações

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003867-52.2017.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Martim Francisco Alencar Moreno da Costa**, advogado, Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (8441/AM), Helder Cintra Bastos (12929/AM) e Neila Maria Dantas Azrak (10584/AM) e como **Agravado, Águida Luzia Ribeiro**, advogado, Janaina Leão Braga (12906/AM) e Monica Nazare Picanco Dias (2983/AM). **Despacho:** "(...) Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 536. Na oportunidade, determino o sobrestamento dos autos até o julgamento dos embargos declaratórios apensados. À Secretaria para as devidas providências. CUMPRA-SE. Manaus, 1 de março de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes-Relator

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 14 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4001098-03.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Cisco do Brasil Ltda.**, advogado, Ana Carolina de Oliveira Lage (309989/SP), Felipe Evaristo dos Santos Galea (220280/SP), Mayra Mamed Levy (8598/AM) e Raquel Mansanaro (271599/SP) e como **Agravado, RPJ Comércio e Serviços da Amazônia Ltda. - EPP**, advogado, Mayra Mamed Levy (8598/AM). **Despacho:** "(...) Trata-se de agravo de instrumento interposto por Cisco do Brasil Ltda. contra decisão interlocutória acostada às fls. 85/87 destes autos, proferida pelo Juízo Platonista, em sede de ação ordinária n.° 0662404-23.2018.8.04.0001, ajuizada por RPJ Comércio e Serviços da Amazônia Ltda. - EP. Não se vislumbrando, no momento, o preenchimento dos requisitos legais, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente

agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 14 de março de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora

Ficam as partes intimadas, Mayra Mamed Levy (8598/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 14 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4001056-51.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, C. Borges do Nascimento e C. Borges do Nascimento Llc**, advogado, Fabio Lindoso e Lima (7417/AM) e Fabio Lindoso e Lima (7417/AM) e como **Agravado, Edilson Rufino de Jesus e Rufino Comércio de Alimentos Ltda. (Baratão da Carne)**, advogado, Laureano Cezar Elias Muller (1633/AM) e Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM). **DECISÃO: "(...)** Com base nos argumentos acima postos, concedo o efeito suspensivo ao presente Agravo de Instrumento, para que a decisão recorrida permaneça com seus efeitos suspensos até o julgamento final do recurso, determinando, ainda, o desbloqueio ou a devolução dos valores porventura constritos em decorrência do ato judicial fustigado. Cientifique-se o juízo prolator da decisão agravada e intime-se o agravado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 12 de março de 2019. Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE-Relatora

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Laureano Cezar Elias Muller (1633/AM) e Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 14 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação nº. 0624169-55.2016.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Marfely Farias Freitas**, advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (3470/AM) e como **Apelado, Associação de Apoio Às Mulheres Portadoras de Câncer – Lar das Marias**, advogado, Eloy Pinto de Andrade (819/AM) e Oldeney Sá Valente (970/AM). **DECISÃO: "(...)** Em respeito ao comando dos artigos 9º e 10 do CPC, intime-se o apelante para que se manifeste sobre os termos do parecer ministerial de fls. 240/242, no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 12 de março de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes – Relator."

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 14 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Apelação nº 0205784-71.2009.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas. Procurador: Lisieux Ribeiro Lima (OAB: 4486/AM).**Apelado: Rubem Elias de Medeiros.**Advogados: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM) e Amanda Lima Martins (OAB: 2487/AM). Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0227514-70.2011.8.04.0001, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Apelante: Neire de Oliveira Sena. Advogados: Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB: 7716/AM) e Érico de Oliveira Gonçalo (OAB: 5165/AM).**Apelado: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A.**Advogado: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0620884-54.2016.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - Hemoam. Advogados: Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB: 5300/AM), Thaís Lorena Nunes da Cunha (OAB: 8602/AM), Maria Suely Frota Medeiros (OAB: 2723/AM), Ricardo Maia de Souza (OAB: 6420/AM) e Marco Aurélio de Carvalho Martins (OAB: 4777/AM). **Apelada: Anália do Carmo.**Advogados: Edinelson Alves de Sousa (OAB: 8225/AM) e Kassia Cristina Pereira Torres (OAB: 10577/AM). Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Agravo de Instrumento nº 4000115-04.2019.8.04.0000, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Banco Bmg S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE).**Agravada: Marcilene Moraes Silva.**Advogado: Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB: 5587/AM). Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Agravo de Instrumento nº 4000543-83.2019.8.04.0000, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogados: Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM) e Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM).Soc. Advogados: Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB: 613/AM).**Agravados: Vitor de Souza Vieira e Vânia Maria Figuereido de Souza Vieira.** Advogados: Wagner de Oliveira Vieira (OAB: 2786/AM) e Vitor de Souza Vieira (OAB: 6843/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0621408-80.2018.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Manoel Dirceu Alves de Negreiros. Advogado: Luis Jorge de Arruda Rosas (OAB: 42760/BA) e Luis Jorge de Arruda Rosas (OAB: A1079/AM).**Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A.**Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: A1164/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Apelação nº 0003973-82.2017.8.04.0000, de 1ª Vara de Maués. Apelante: Sanderson da Rocha Breves. Advogados: Moises Cavalcante Gouvêa de Oliveira (OAB: 5912/AM) e Maria Auxiliadora Cavalcante Gouvêa de Oliveira Kemper (OAB: 6102/AM) e José de Jesus Gouvêa Oliveira Junior (OAB: 10793/AM). **Apelada: Simone Teixeira da Silva.** Advogado:Francisco Demetrio Pinheiro de Oliveira (OAB: 9134/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil.**Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.**

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 14 de março de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **João Mauro Bessa,** Relator dos autos de **Apelação nº 0224769-73.2018.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Thiago Lima Ferreira, Advogado Dr. Lindonjorge dos Santos Matos OAB 11902/AM** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o **Apelante Thiago Lima Ferreira** na pessoa de seu advogado Lindonjorge dos Santos Matos (11902/AM) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de março de 2019. **(a) Desembargador João Mauro Bessa - Relator.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis,** Relatora dos autos de **Apelação nº 0225122-55.2014.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Francisco Diego dos Anjos Albuquerque, Advogada Dra. Efigenia Generoso de Araújo OAB/AM 4508** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o **Apelante Francisco Diego dos Anjos Albuquerque** na pessoa de sua advogada Efigenia Generoso de Araújo (OAB/AM 4508) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de março de 2019. **(a) Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **João Mauro Bessa,** Relator dos autos de **Habeas Corpus n.º 4000978-57.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Processo Originário n.º 0263451-39.2014.8.04.0001** - **Manaus/AM**, em que é **Impetrante e Advogado Dr**. **José Airton Mendes da Silva (OAB A-220/AM**), **Paciente Nayara Cristina Moraes do Nascimento e Impetrado Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE)** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Paciente Nayara Cristina Moraes do Nascimento** na pessoa de seu advogado Dr. **José Airton Mendes da Silva (OAB A-220/AM)** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA**: "Ao exposto, com fundamento no artigo 659 do Código de Processo Penal c/c artigo 61, inciso VI e 178 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente Habeas Corpus. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de março de 2019. **(a) Desembargador João Mauro Bessa - Relator.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor **Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos,** Relator dos autos de **Habeas Corpus n.º 4001038-30.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Processo Originário n.º 4001038-30.2019.8.04.0000**. - **Manaus/AM**, em que é **Impetrante e Advogado Dr**. **Luiz Sérgio Vieiralves Donato Lopes Filho OAB/AM 5.338**, **Paciente Thiago de Azevedo Freitas e Impetrado Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manacapuru/AM** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Paciente Thiago de Azevedo Freitas** na pessoa de seu advogado Dr. **Luiz Sérgio Vieiralves Donato Lopes Filho OAB/AM 5.338** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA**: "**Por coadunar do mesmo entendimento exposto pelo Exm.º Sr. Desembargador Plantonista, RATIFICO a decisão proferida durante o Plantão Judicial,** mantendo-a, integralmente, por seus termos e fundamentos, razão pela qual, **INDEFIRO, *in limine*, a Petição Inicial e EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, conforme o disposto no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil,** aplicado por analogia, de acordo com a norma prevista no art. 3.º do Código de Processo Penal. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de março de 2019. **(a) Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos - Relator.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

Pauta de Julgamento Designado

PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO – PROCESSOS VIRTUAIS: De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques - Presidente da colenda Primeira Câmara Criminal, faço público para conhecimento de todos os interessados, que logo após cumpridas as formalidades legais, **serão julgados nas sessões seguintes os processos constantes da pauta.**

Apelação nº 0201625-22.2014.8.04.0030 - Manaus/AM.
Origem: 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)
Apelante: R. P. dos S.
Advogados: Drs. Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM), Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM) e
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente/Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Igor de Carvalho Leal Campagnolli.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário.** M33901**.**

Apelação nº 0618179-15.2018.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:5ª Vara Criminal
Apelante: Diogo Cabral de Oliveira
Defensor Público: Dr. Miguel Henrique Tinoco Alencar.
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Revisor: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.
Membra:Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvia Abdala Tuma
Juíza Prolatora da Sentença: Exma. Sra. Dra. Andréa Jane Silva de Medeiros.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**, Secretário M33901.

Apelação nº 0634212-80.2018.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem: 11ª Vara Criminal
Apelante: Valde Jeferson Diniz da Silveira
Advogado: Dr. Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM).
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente/Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Revisor: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz
Juíza Prolatora da Sentença: Exma. Sra. Dra. Eulinete Melo Silva Tribuzy.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário.** M33901**.**

Apelação nº 0000056-06.2016.8.04.2000 - Alvaraes/AM.
Origem:Forúm de Alvarães/AM
Apelante: Dheimison de Freitas Leite
Defensora Pública Dra. Lorena Torres do Rosário.
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente/Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Revisor: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz.
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. James Oliveira dos Santos.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**, Secretário M33901.

Recurso Em Sentido Estrito nº 0359355-33.2007.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:2ª Vara do Tribunal do Juri
Apelantes: Deus Denis da Silva Farias e
Miguel Soares Bacelar
Defensor Público Dr. Maurilio Casas Maia.
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.
Membros: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Anésio Rocha Pinheiro.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**, Secretário M33901.

Apelação nº 0254798-82.2013.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:1ª V.E.C.U.T.E.
Apelante: Alef da Costa Cunha
Defensor Público: Dr. Karleno José Pereira.
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente/Revisor: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Rita Augusta de Vasconcelos Dias
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Jean Carlos Pimentel dos Santos.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**, Secretário M33901.

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Excelentíssima Senhora Dra. **Onilza Abreu Gerth,** Relatora dos autos de **Medida Cautelar Incidental ao Agravo em Execução de nº 4003938-20.2018.8.04.0000 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é Requerente **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau** e Requerido **Odimar Almeida de Oliveira**, Advogada: **Anne Caroline da S. Macedo (8985/Am).** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Requerido **Odimar Almeida de Oliveira** na pessoa de seu advogado **Dra. Anne Caroline da S. Macedo (OAB/8985),** para no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as contrarrazões de recurso nos termos do art. 600 do CPP. **Relatora Dra. Onilza Abreu Gerth.**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Relator dos autos de **Representação Criminal/notícia de Crime nº 0628270-04.2017.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Willer de Souza Nazaré, Advogado: Dr. José Nazareno da Silva (3052/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Apelante **Willer de Souza Nazaré,** na pessoa de seu advogado **José Nazareno da Silva (3052/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Jorge Manoel Lopes Lins,** Relator dos autos de **Apelação nº 0001205-18.2019.8.04.0000 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Marcos Vinicius da Silva do Vale, Advogado: Dr. Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)** e é Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Apelante **Marcos Vinicius da Silva do Vale,** na pessoa de seu advogado **Edmilson Freitas Mesquita (10115/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Jorge Manoel Lopes Lins.**

Secretaria da Egrégia 2ª Câmara Criminal, em Manaus, 13 de março de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DECISÃO MONOCRÁTICA

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4000447-84.2019.8.04.0900 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Advogado **Natielen Souza de Carvalho Simoes (12940/AM)** e Paciente **PEDRO AFONSO RIBEIRO NETO,** Impetrado **Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE),** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** o Paciente **PEDRO AFONSO RIBEIRO NETO** na pessoa de seu Advogado **Natielen Souza de Carvalho Simoes (12940/AM)** para tomarem

conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: *"Com esas considerações, não conheço do Habeas Corpus impetrado, com fundamento no art. 61, X, do RITJ/AM, e determino o seu arquivamento, após o trânsito em julgado, sem necesidade de retorno à relatoria, sob a hipótese de decurso do prazo recursal in albis"*.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4000725-85.2019.8.04.0900 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Advogado **Jander dos Santos Paz (10315/AM)** e Paciente **Alyssa Ramos da Silva,** Impetrado **Juízo da 1ª Vara de Parintins,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** o Paciente **Alyssa Ramos da Silva** na pessoa de seu Advogado **Jander dos Santos Paz (10315/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: *" No caso, o Impetrante deixou de cumprir ordem do Juízo relator e não comprovou o alegado na inicial. Com esas considerações, não conheço da ação impetrada, nos termos do art. 61, X, do RITJ/AM ".*

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4000932-68.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Advogado **Edinei Lourenço de Carvalho (9689/AM)** e Paciente **Alex da Costa Carvalho,** Impetrado **Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital/AM,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** o Paciente **Alex da Costa Carvalho** na pessoa de seu Advogado **Edinei Lourenço de Carvalho (9689/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Jorge Manoel Lopes Lins,** cujo teor final é o seguinte: *"Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar, em razão da ausência do fumus boni juris. Oficie-se a autoridade apontada como coatora para que preste as informações cabíveis e, em seguida, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Estadual, para manifestação na qualidade de custos legis*".

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4002114-26.2018.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Advogado **Valdy Fialho do Nascimento Junior (13393/AM)** e Paciente **Jandeilson Moura dos Santos,** Impetrado **Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** o Paciente **Jandeilson Moura dos Santos** na pessoa de seu Advogado **Valdy Fialho do Nascimento Junior (13393/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: *"Diante do exposto, não conheço do presente Habeas Corpus, e ordeno o arquivamento dos autos, nos termos do art. 61, inc. X, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça "*.

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

1. Recurso Em Sentido Estrito nº 0639178-57.2016.8.04.0001, de 2ª Vara do Tribunal do Júri
Recorrente: M. G. B.
Advogada: Julie Stephane Lima Bruce (OAB: 8096/AM)
Advogado: Janderson Fernandes Ribeiro (OAB: 7750/AM)
Recorrente: J. da C. P.
Defensor: Maurílio Casas Maia
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Advogada: Amanda Karla Paiva da Silva (OAB: 12229/AM)
Advogado: Antonio Frazão Amazral (OAB: 3042/AM)
Advogada: Janaína Santos Fernandes (OAB: 4475/AM)
Recorrente: R. L. V.
Advogado: Hinller da Silva Maduro (OAB: 12080/AM)
Advogada: Lucimar Vidinha Gomes (OAB: 9318/AM)
Recorrente: I. V. G.
Advogado: Hinller da Silva Maduro (OAB: 12080/AM)
Advogada: Lucimar Vidinha Gomes (OAB: 9318/AM)
Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Clarissa Sobral Moraes
Procurador: Nicolau Libório dos Santos Filho
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora: Onilza Abreu Gerth.**

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 14 de março de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Conclusões de Acórdãos

CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO PROCESSOS VIRTUAIS: Foram lidos e assinados em conferência do Egrégio Conselho da Magistratura do dia 12.03.2019, os acórdãos dos seguintes feitos:

1. 4004858-91.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível, **Agravante: Estado do Amazonas,** Procuradora: Dra. Virginia Nunes Bessa, **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas,** Promotora: Dra. Nilda Silva de Sousa. Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira, **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles.Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFERIMENTO DE TUTELA PROVISÓRIA PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA ORTOPÉDICA. NECESSIDADE URGENTE. MENOR QUE AGUARDA EM ATENDIMENTO AMBULATORIAL HÁ MESES. VIOLAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE. PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 300, DO CPC. LIMINAR MANTIDA. FIXAÇÃO DE ASTREINTES. VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. PRESERVAÇÃO DA NATUREZA COERCITIVA DA MULTA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. A concessão de tutela de urgência pressupõe o preenchimento dos requisitos dispostos no art. 300, do Código de Processo Civil, mediante a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.3. Portanto, a pronta necessidade do menor em realizar procedimento cirúrgico ortopédico, aliada ao seu direito à saúde, justifica o deferimento da tutela provisória.4. A adoção

de posicionamento diverso importaria em violação a um série de direitos fundamentais, notadamente o direito à sobrevivência digna, uma vez que o mesmo se encontra há quase um ano em tratamento ambulatorial, aguardando a correção de uma fratura na tíbia que, evidentemente, lhe causa uma série de restrições e dores.5. Ademais, o ente estadual não logrou êxito em comprovar que o deferimento da medida é inexequível ou ofende o princípio da isonomia. 6. É inadmissível a redução das astreintes imposta (R$ 5.000,00), na medida em que o valor arbitrado atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, preservando a natureza coercitiva da multa.6. Agravo desprovido.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Agravo de Instrumento nº 4004858-91.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de março de 2019.

2. 4004377-31.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento

Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível, **Agravante: Estado do Amazonas,** Procurador: Dr. Benedito Evaldo de Lima, **Agravada: A. R. da C. ,** Defensor: Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto, Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira., **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles. Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR DEFERIDA EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA O FORNECIMENTO DE CATETER DE LONGA DURAÇÃO. MENOR PORTADORA DE DOENÇA RENAL GRAVE. MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE HEMODIÁLISE. FIXAÇÃO DE MULTA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO. IMPROCEDÊNCIA. DILAÇÃO DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO URGENTE. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. RECURSO NÃO PROVIDO.1. O valor da multa diária arbitrada em Primeira Instância (R$ 5.000,00) encontra-se dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade, sobretudo se considerada a natureza da obrigação imposta e a necessidade de conferir-se força coercitiva ao comando judicial;2. Quanto ao prazo estabelecido para o fornecimento do cateter de longa duração - 10 (dez) dias - há que se levar em conta a gravidade do estado de saúde da menor, que requer a realização de sessões de hemodiálise 03 (três) vezes na semana. 3. Necessário considerar-se, ainda, que o cateter utilizado atualmente encontra-se gasto e sem o funcionamento adequado, fato que prejudica sobremaneira a eficiência do tratamento conferido à Agravada.4. Além disso, o material foi solicitado há meses junto à Secretaria de Saúde que, até o momento, não adotou as providências necessárias.5. Portanto, o que se revela irrazoável não é o prazo conferido pelo Magistrado para o cumprimento da tutela de urgência, mas sim a omissão do Estado, que há meses possui conhecimento do estado de saúde da paciente e nada fez a respeito, apesar das inúmeras solicitações médicas.6. Agravo desprovido, com a manutenção integral da decisão de Primeiro Grau.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Agravo de Instrumento nº 4004377-31.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de março de 2019.

3. 0642178-65.2016.8.04.0001 - Apelação Cível

Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível, **Apelante: Universidade do Estado do Amazonas - UEA,** Procuradora: Dra. Luciana Elvas Pinheiro, **Apelado: Jose Victor Silva Braule Pinto,** Advogados: Drs. Renato de Souza Pinto (OAB/AM 8.794), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB/AM 7.983) e Joaab Melo Barbosa (OAB/AM 8.348), Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira, **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Membros:Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles. Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APROVAÇÃO EM EXAME VESTIBULAR. CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO REALIZADA APÓS A INSCRIÇÃO E ANTES DO PERÍODO LETIVO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.1. A Educação é dever do Estado, o que demanda a atuação positiva da Administração Pública, com necessária interpretação sistemática das normas envolvidas.2. Inobstante a lei estadual nº 2.894/2004 exigir a comprovação da conclusão do Ensino Médio pelos candidatos ao Ensino Superior, esta não determina especificamente a data da apresentação dos documentos, pelo que deve ser analisada em conjunto com o dever estatal de acesso à educação.3. Assim, comprovado o preenchimento dos requisitos de escolaridade antes do advento do período letivo, é mister a ratificação da sentença, reafirmando-se a concessão da segurança.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação nº 0642178-65.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 12 de março de 2019.

Sessão de 12 de março de 2019. Juliana Andrade David - Secretária do Conselho da Magistratura.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0074/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0601061-94.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte interessada para proceder ao recolhimento das custas de diligência do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0605775-92.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - De ordem, intimo a parte Requerente para que efetue o recolhimento das custas complementares, conforme cálculo de custas de fl. 23, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0629541-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Marilia do Socorro dos Santos Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Oncoclin de Manaus Ltda. - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Manaus, 12 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA) - Processo 0602241-43.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias, conforme cálculo de custas de fl. 162, sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0659969-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Carlos Alberto Bentes da Mota - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/05/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2019

ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0210789-74.2009.8.04.0001 (001.09.210789-4) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Cavalcante Amorim - REQUERIDO: Transmanaus - Transporte Urbano Manaus - Sociedade de Propósito Específico Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente CNPJ válido para que seja feito o bloqueio, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0211656-23.2016.8.04.0001 (processo principal 0643754-30.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0225802-06.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0610117-88.2015.8.04.0001) (processo principal 0610117-88.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0600906-62.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Paraíba - REQUERIDO: Marcos Henrique Zambon - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da certidão de fls. 240, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JURACI JOSÉ FOLLE (OAB 4016/SC) - Processo 0602162-35.2017.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: Mercantil Nova Era Ltda. - REQUERIDO: Transportes Tremea Ltda. - Em razão do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial, permanecendo inalterada a relação jurídica objeto dos presentes autos, motivo pelo qual revogo integralmente os efeitos da decisão interlocutória de fls. 51/52, devendo os protestos retornarem à condição quo ante. Condeno a requerente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios de sucumbência no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Por outro lado, JULGO PROCEDENTE o pedido reconvencional, condenando a requerente/reconvinda Mercantil Nova Era Ltda ao pagamento de R$ 179.000,00 (cento e setenta e nove reais) em favor da requerida/reconvinte Transportes Tremea Ltda, acrescidos de juros de mora e correção monetária a partir dos vencimentos. Outrossim, condeno a requerente/reconvinda ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 1°, do CPC. REVOGO a tutela antecipada concedida às fls. 51/52. Expeça-se guia de levantamento dos valores consignados pelo autor em favor da ré, após o trânsito em julgado.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0603272-40.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605005-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605379-57.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0606193-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606207-87.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0607974-24.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0608067-50.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I. - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0611177-57.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário

na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0614493-15.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0616796-41.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617178-97.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0617466-11.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0622004-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Anturio - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622952-40.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: ASPEM - Associação Pestalozzi de Manaus - Proceda-se o imediato desbloqueio conforme petições retro. Intimem-se as partes para que se manifestem quanto ao acordo ventilado no prazo de 30 dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623335-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: VICENTE DE PAULO SOARES COELHO (OAB 1144/AM) - Processo 0624298-94.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: Ana Lúcia do Rosário de Oliveira - REQUERIDO: Dodó Veículos Ltda. - B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Trata-se de pedido de justiça gratuita. A própria requerente entende ser possível o pagamento parcelado em 6 parcelas. A requerida não se opõe à proposta. Pois bem. A natureza alimentar dos valores devidos a título de honorários é latente. Muito embora a requerente faça o pedido de justiça gratuita, esta também se propõe ao pagamento parcelado dos valores. Diante da clara necessidade de harmonização das duas necessidades, verifico que o pagamento parcelado proposto pela autora e já aceito pelo requerido é a solução ideal para a presente lide. Sendo assim, intime-se a autora para pagamento da primeira parcela no prazo de 15 dias. O pagamento das demais deverão ocorrer 30, 60, 90, 120 e 150 dias após o pagamento da primeira parcela.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0624966-31.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0627607-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: GUASERVICE - Segurança, Sistema e Serviços Ltda. - ME - REQUERIDO: Monttana Veículos Ltda. - Expeça-se alvará dos valores já depositados voluntariamente. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0627825-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0628029-64.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANA JÉSSICA ALVES HADDAD E SILVA (OAB 9512/AM), ADV: MIRIAN SAMARA DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9549/AM), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0628486-33.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ruy Ricardo Perez da Silva - Ana Jéssica Alves Haddad e Silva - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPEBEL e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0629300-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Renilda Santos de Assis - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, b) do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará, se for o caso.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0630467-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: ODAIR ALAN RODRIGUES DE MELO (OAB 4715/AM) - Processo 0631358-55.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Antonietta Araújo Makarem - REQUERIDO: Edifício Saint Marie - Conforme já decidido às fls. 295, a alegação de que realização da obrigação de fazer depende de atos de prédios limítrofes não merece acolhimento. Os projetos apresentados pela requerida são todos inviáveis face a necessidade de autorização de terceiros. Portanto, deve o requerido, na verdade, providenciar projeto para cumprimento de sua obrigação, sem o envolvimento de terceiros, ou se necessário deverá realizar os devidos pagamentos/negociações junto aos terceiros para receber autorização para utilização dos referidos imóveis. Pode, também, providenciar o despejo da água em seu próprio terreno, uma vez que sustentou em suas alegações tratar-se de água tratada. Ou, ainda, desviar a água por meio de encanação no seu próprio terreno até o esgoto da via pública. Diante das inúmeras possibilidades, intime-se a requerida para que apresente proposta/projeto para cumprimento da obrigação de fazer no prazo de 15 dias, sob pena de multa de R$ 10.000,00, até o limite de 30 dias-multa.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0635507-94.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Darcy Silva das Neves - REQUERIDA: Raimunda dos Santos Meireles - Expeça-se novo mandado com as orientações da fls. 227.

ADV: CAROLINE VASCONCELOS DA CUNHA (OAB 6977/AM) - Processo 0636388-66.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sânya Thaína Cristovam dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: JANDER DOS SANTOS PAZ (OAB 10315/AM), ADV: RÔMULO SARMENTO DOS REIS (OAB 5435/AM), ADV: RYLARA MARESSA ORAN BARROS DOS REIS (OAB 12212/AM) - Processo 0637376-24.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0615477-96.2018.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: J. B. Ramos de Souza - ME e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0637792-89.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condominio Privilege Club Residence - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0638970-10.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Deise Trindade da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0640539-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada no sistema conveniado (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0642201-40.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM) - Processo 0646406-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudiana Lima dos Santos - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: CARLA CAROLINE FÉLIX SILVA (OAB 47775/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0654441-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Edo Gil da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0654758-59.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em face do exposto, julgo procedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para declarar rescindido o contrato e consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Por força da sucumbência a parte requerida arcará com o pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios, que, com fulcro no artigo 85, § 2°, do Código de Processo Civil fixo em 10% do valor da causa.

Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Ana Jéssica Alves Haddad e Silva (OAB 9512/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carla Caroline Félix Silva (OAB 47775/PE)
Caroline Vasconcelos da Cunha (OAB 6977/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jander dos Santos Paz (OAB 10315/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
Juraci José Folle (OAB 4016/SC)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mirian Samara de Oliveira Santiago (OAB 9549/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odair Alan Rodrigues de Melo (OAB 4715/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rômulo Sarmento dos Reis (OAB 5435/AM)
Rylara Maressa Oran Barros dos Reis (OAB 12212/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vicente de Paulo Soares Coelho (OAB 1144/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0080/2019

ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0207164-27.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Intermedium S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0211969-23.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: SILAS AYRTON VINHOTE DE SOUZA (OAB 10035/AM) - Processo 0237458-52.2018.8.04.0001 (processo principal 0008561-43.2010.8.04.0012) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: José das Chagas Mota - REQUERIDO: São Jorge Transportes Especiais S/A e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0600638-08.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0604012-27.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0606438-75.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo

manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: TAYANA DA SILVA ASSAYAG (OAB 8671/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM) - Processo 0609452-72.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Maria Eduarda Moraes - REQUERIDO: Prodimagem - Clínica de Procução por Imagem de Manaus Ltda. - Prontocord - Pronto Socorro Cárdio Respiratório e Hospital do Coração Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da o exame médico pericial para do dia 16 de abril de 2019 (terça-feira) às 09:30 horas, na ONCOCLIN, sito na Av. Presidente Castelo Branco, nº 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0611307-23.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0611394-03.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0616409-89.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0618300-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM) - Processo 0621236-12.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Aurilene Souza de Arruda Saraiva - De ordem, intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio. Do mesmo modo, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0621786-36.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0626909-49.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0628023-57.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM) - Processo 0633500-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: Amazônia Golf Hotelaria e Turismo S/A e outros - Intime-se, na forma do §1º do art. 876, os executados do pedido de adjudicação.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM) - Processo 0640020-66.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IVO PEREIRA (OAB 143801/SP) - Processo 0641449-73.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Porto Seguro - Portoseg S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0642563-13.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cássio André Borges dos Santos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Brasil Veículos Cia. de Seguros S/A (BB Seguro Auto) e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0646540-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo José Peixoto da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0647122-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Claudioney Mamed da Silva - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0647259-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Samara Rúbia de Souza - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0647445-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Gracione Souza da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0648129-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Sandro Martins Leal - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0648821-68.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÁRCIO ROCHA DE CARVALHO (OAB 5274/AM), ADV: ANE ROCHA DE CARVALHO (OAB 7116/AM), ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0661400-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alciene Almeida Frank - REQUERIDO: Instituto FACUP- Juacimara Gomes de Oliveira e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos às fls. 90, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0661891-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Ane Rocha de Carvalho (OAB 7116/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Ivo Pereira (OAB 143801/SP)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)

José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Márcio Rocha de Carvalho (OAB 5274/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB 10035/AM)
Tayana da Silva Assayag (OAB 8671/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0081/2019

ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM) - Processo 0606811-43.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Carlos Alberto Ferreira - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: GERSON LUIZ MARTINS DOS SANTOS (OAB 6778/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0617933-58.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDA: GLAUCY ARAUJO LIMA DE OLIVEIRA - De ordem, intimo a parte excepta para se manifestar sobre a exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0618139-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Conversão - REQUERENTE: Ivan Ferreira Silva - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0622142-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Robson Carlos Gonçalves - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0626401-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Nazio Severino Fonseca - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão veiculada na petição inicial e extinto o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, para o fim de CONDENAR o INSS a CONCEDER à autora o AUXÍLIO-DOENÇA, desde a data do indeferimento administrativo e a CONVERTER o benefício em APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, desde a data da perícia judicial. CONDENAR o INSS ao pagamento das parcelas vencidas, com juros e correção monetária, até o efetivo pagamento, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (Art. 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09), devendo ser descontados os valores já recebidos após a data acima indicada. P.R.I.C

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0636043-71.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Conversão - REQUERENTE: Antonio Marcos da Silva Barbosa - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Gerson Luiz Martins dos Santos (OAB 6778/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0083/2019

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0620170-94.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: DAVI DE SOUZA FERREIRA - REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS DETRAN/AM - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, bem como tendo em vista que não foi oferecida contestação, não sendo necessário portanto o consentimento do réu, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito.

Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGÍLIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0075/2019

ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: JOAO THOMAS LUCHSINGER (OAB 009.186/AM), ADV: ISMAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 63012/RJ), ADV: ANTÔNIO CARLOS DA SILVA SANTOS (OAB 2918/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0001040-47.2010.8.04.0012 (012.10.001040-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA - REQUERIDO: Anne Gracy Fadul Teixeira - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, “b” do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Inexistindo interesse das partes em recorrer, e, uma vez

comprovado nos autos o pagamento das custas judiciais devidas, determino a baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e posterior arquivamento dos autos. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Determino o desbloqueio dos veículos restritos via Renajud (fls. 193/194). No entanto, fica condicionado o desbloqueio ao pagamento das despesas por atos processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: JONES KARRER DE CASTRO MONTEIRO (OAB 906/AM), ADV: CLOVIS SMITH FROTA JR. (OAB 3626/AM), ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM), ADV: JONES KARRER DE CASTRO MONTEIRO (OAB 2104/AM) - Processo 0045235-63.2004.8.04.0001 (001.04.045235-3) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa - REQUERIDO: Tertop Terraplanagens e Topografia Ltda - Às fls. 167/168 o exequente pleiteia a desconsideração da personalidade jurídica, no entanto, não o fez nos termos dos art. 133 e ss do CPC. Desta feita, considerando a necessidade de ser instaurado um incidente, intime-se a parte autora para adequar o seu pedido aos ditames do Código de Processo Civil. Ato contínuo, considerando que a exequente informa que não possui interesse nas consultas em nome da executada, cumpra-se o tópico 2 da decisão de fls. 163/164, suspendendo o processo, arquivando-o temporariamente. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: IVSON COÊLHO DA SILVA (OAB 550A/AM), ADV: JOSÉ ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB 29A/AM), ADV: HEBERT BARROS BEZERRA (OAB 5449 AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 003.808/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: JOSÉ ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB 000.029/AM), ADV: MÔNICA POSSEBON CAETANO DE CASTRO (OAB 2051/AM), ADV: PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO - PGM, ADV: BRUNO ALECRIM DE LIMA (OAB 6440/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM), ADV: PAULA D'ORAN PINHEIRO (OAB 4268/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB 8700/PA), ADV: ADRIANA BARBOSA SODRÉ FLORES (OAB 4273/AM) - Processo 0049815-73.2003.8.04.0001 (001.03.049815-6) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Joao Felicio de Souza - REQUERIDO: Jose Maria Frota de Menezes - Refrigerantes da Amazônia Ltda - TERCEIRO I: 1. Oficio de Registro de Imoveis e Protesto de Letras - Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - O exequente pleiteia a inclusão de restrição, junto ao órgão de trânsito, nos veículos encontrados através de consulta no sistema Renajud. No entanto, conforme observa-se às fls. 1044, tal restrição já foi realizada, portanto, tal pedido encontra-se inadequado. Por outro lado, em respeito ao devido processo legal, determino a intimação da parte executada, José Lourenço Gadelha - OAB/AM 2.220, para que manifeste-se acerca da penhora, no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: FERNANDA CORVETTO (OAB 148608/SP), ADV: LUCIANO PINTOS DAVILA (OAB 003.166/AM), ADV: LUCIANO PINTOS D'ÁVILA (OAB 3166/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0050512-94.2003.8.04.0001 (001.03.050512-8) - Cautelar Inominada - Medida Cautelar - REQUERENTE: Nissin Brake do Brasil Ltda - REQUERIDA: Fanaupe S.A - Fábrica Nacional de Auto Peças - TG Assessoria em Administração Ltda - Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, "b" do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 509, do NCPC. Inexistindo interesse das partes em recorrer, e, uma vez comprovado nos autos o pagamento das custas judiciais devidas, determino a baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e posterior arquivamento dos autos. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS BARROS DE CARVALHO (OAB 561/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0206135-73.2011.8.04.0001 - Embargos de Terceiro - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Tayna Correa Montenegro - Jorge Correa Pinto Neto - Caique de Araújo Correa Pinto - REQUERIDO: Engeco - Engenharia e Construções Ltda - Defiro o pedido de fls. 156/157 para proceder à pesquisa de ativos em nome do executado/requerido por meio do sistema Bacenjud. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento. Ressalto que às fls.153/154 consta o pagamento de apenas um ato processual e serão realizados 3 atos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: DAYLA BARBOSA PINTO (OAB 8179/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: ANTÔNIO LUCAS FEITOZA PANTOJA (OAB 11817/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM) - Processo 0212888-70.2016.8.04.0001 (processo principal 0611350-23.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século Ltda - Epp - EXECUTADO: Frank Andrey Gomes de Abreu - Inicialmente, ressalto que, conforme fls. 52, foi realizada a inclusão da restrição para circulação, a qual abrange as demais. Quanto ao pedido de consulta ao ERIDFT, informo que, no momento, encontra-se impossibilitado visto que este juízo está providenciando o cadastro junto ao sistema. No entanto, ressalto que a consulta às informações que a parte interessada pretende obter são públicas. De outro modo, de ofício, determino a pesquisa junto ao INFOJUD das duas últimas declarações do imposto de renda do requerido. Para isto, intime-se a parte interessada para comprovar o recolhimento das custas por atos processuais, no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOZÉLIA DE SOUZA CARVALHO LOPES (OAB 6493/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM), ADV: OLIVAR DURÃES FILHO (OAB 2273/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM) - Processo 0249381-56.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jacques Machado Portela - REQUERIDO: Rede Calderaro de Comunição - Terezinha Bastos Nunes - Ante o exposto, julgo extinto o feito com resolução de mérito em relação à requerida TEREZINHA NUNES BASTOS, devendo prosseguir em relação ao primeiro requerido, Rede Calderaro de Comunicação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003AM), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: ROMMEL REIS DA COSTA (OAB 4081/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM) - Processo 0359057-41.2007.8.04.0001 (001.07.359057-7) - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Tiego Cresnay de Lima Batalha - REQUERIDO: Ribamar Souza da Silva - Rennier Cauper de Souza - Tendo em vista o lapso temporal desde a última movimentação, INTIMEM-SE as partes, por patrono habilitado nos autos, para, no prazo de cinco dias, informar se ainda têm interesse

no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da presente demanda sem resolução do mérito. Caso a parte seja patrocinada pela Defensoria Pública, intime-se o douto Defensor Público pessoalmente. Havendo substabelecimento, atualize-se o cadastro sistema SAJ-PG5, e publique-se aos substabelecidos. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: CLEUTON PEREIRA TAVARES (OAB 13814/AM), ADV: WALDIR LINCOLN PEREIRA TAVARES (OAB 3998/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0600449-88.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Luiz Marinez Ferreira Martins - Ante o exposto, com espeque no art. 700 do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, e via de consequência, declaro Prescritos os Débitos cobrados na presente ação, de Novembro e Dezembro de 2007, Junho a Dezembro de 2008, Fevereiro de 2009 a Dezembro de 2012 e convolo o crédito da parte autora, referente aos meses de Janeiro de 2013 a Março de 2017, devendo sobre os valores liquidados ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária, calculados a partir da data da propositura da presente ação, conforme os parâmetros da Portaria 1855/2016 deste Tribunal, de pleno direito, em título executivo judicial. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: CINTIA MARFIZA DE LIMA MONTEIRO (OAB 8836/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0600944-40.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: CLÉBIO JOÃO MOURA BEZERRA - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por CLÉBIO JOÃO MOURA BEZERRA contra INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida a restabelecer o benefício previdenciário de auxílio-doença desde 19/12/2013 (data da última cessação). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de conversão em aposentadoria por invalidez, com fulcro no art. 487, I, CPC. Havendo prestações em atraso, estas devem ser pagas de uma só vez corrigidas monetariamente desde o respetivo vencimento pelo IPCA-E,e acrescidas de juros de mora a partir da citação observando-se o índice aplicado à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97,com a redação dada pela Lei nº 11.960/09). A duração do beneficio ora reconhecido deverá seguir o que determina o artigo 62 da Lei n. 8.213/91, mas inicialmente fica determinado que seja por 12 meses, após o transito em julgado, devendo o autor passar, neste prazo, por reabilitação profissional. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre sobre o montante das prestações vencidas até a data da sentença (art. 85, § 3º, CPC e Súmula 111, STJ). Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN), ADV: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR (OAB 392/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: ANA TEREZA GUIMARAES ALVES (OAB 9552/RN) - Processo 0601789-38.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Susana Carvalho Lima Pantoja - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, e nos termos do art. 4º da Portaria Conjunta nº 01/2017 - PTJ, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato:: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os cálculos apresentados pela Contadoria às fls. 321, (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0606777-97.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Elson Barbosa Junior - Ana Carolina Loyola Cruz Barbosa - REQUERIDO: Luiz Carlos Mestrinho Mello Junior - France Ineida Severina dos Santos Mello - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0609617-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Everton Alves Simão - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOAQUIM LOPES FRAZÃO (OAB 4016/AM) - Processo 0609708-73.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Joaquim - REQUERIDO: Alyson Barbosa dos Santos - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 13 de março de 2019.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0609988-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Joao Correia Lima Filho - O presente feito veio distribuído por suspeita de repetição com a ação de nº 0624089-23.2018.8.04.0001. No entanto, confrontando os dados, averigua-se que não há repetição, motivo pelo qual determino o envio dos autos à distribuição para que seja redistribuído por sorteio. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0609999-15.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Consórcio Nacional Suzuki Motos Ltda. - REQUERIDO: RODRIGO FERNANDES PINTO - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo

único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Pendendo de pagamento as custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0610751-45.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco das Chagas Costa de Araujo - O presente feito veio distribuído por dependência por suspeita de repetição com a ação nº 0656376-39.2018.8.04.0001. No entanto, confrontando os dados, averigua-se que não há repetição, motivo pelo qual determino o envio ao setor de distribuição para que seja realizada por sorteio. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0611463-35.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Arboretto - REQUERIDO: Realty Vii Empreend Imobil S/A - O presente feito veio distribuído por dependência por suspeita de repetição com a ação nº 061435-67.2019. No entanto, confrontando os dados, averigua-se que não há repetição, motivo pelo qual determino o envio dos autos ao setor de distribuição para que seja realizada por sorteio. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0611464-20.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Arboretto - REQUERIDO: Realty Vii Empreend Imobil S/A - O presente feito veio distribuído por suspeita de repetição com a ação nº 0611435-67.2019.8.04.0001. No entanto, confrontando os dados, averigua-se que não há repetição, motivo pelo qual determino o envio ao setor da distribuição para que seja realizada por sorteio. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0611471-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Arboretto - REQUERIDO: Realty Vii Empreend Imobil S/A - O presente feito veio distribuído por dependência por suspeita de repetição com a ação nº 0611435-67.2019.8.04.0001. No entanto, confrontando os dados, averigua-se que não há repetição, motivo pelo qual determino o envio dos autos ao setor de distribuição para que seja realizada por sorteio. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0611474-64.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Arboretto - REQUERIDO: Realty Vii Empreend Imobil S/A - O presente feito veio distribuído por dependência por suspeita de repetição com a ação nº 0611435-67.2019.8.04.0001. No entanto, confrontando os dados, averigua-se que não há repetição, motivo pelo qual determino o envio dos autos ao setor de distribuição para que seja realizada por sorteio. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0613340-78.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio do Residencial Vida - EXECUTADO: Unipar Construtora S.a - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Deixo de condenar ao pagamento de honorários advocatícios. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0616035-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - EXECUTADO: Raimundo Nonato de Souza - Embora a natureza da presente ação não contemple audiência de conciliação, o Código de Processo Civil, em seu art. 3º, § 2°, afirma que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista o interesse do executado em fazer acordo para quitar sua dívida, designo audiência de conciliação para o dia 08 de Abril de 2019 às 10h, na sala de audiência deste juízo. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DR: JÕAO PAULO DA SILVA SANTOS (OAB 115235/MG), ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM) - Processo 0616239-83.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: ANNE MARCELLE GUIMARÃES S. YAMAUTI - REQUERIDO: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM) - Processo 0625885-49.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Jj Simonetti de Melo - REQUERIDO: Stemac S/A - Grupos Geradores - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Pendendo de pagamento as custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 07 de março de 2019.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM) - Processo 0626367-02.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: NILCE PALHETA DA SILVA - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguirdade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - CONCLUSÃO. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de aposentadoria por invalidez formulado por NILCE PALHETA DA SILVA contra Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida a restabelecer o benefício previdenciário de auxílio-doença, desde o dia 20.12.2017, data do laudo, fls. 117/122. Havendo prestações em atraso, estas devem ser pagas de uma só vez corrigidas monetariamente desde o respetivo vencimento pelo IPCA-E,e acrescidas de juros de mora a partir da citação observando-se o índice aplicado à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97,com a redação dada pela Lei nº 11.960/09). A duração do beneficio ora reconhecido

deverá seguir o que determina o artigo 60, § 8º da Lei n. 8.213/91, mas inicialmente fica determinado que seja por 12 meses, após o transito em julgado, devendo o autor, neste período, passar por reabilitação profissional. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre sobre o montante das prestações vencidas até a data da sentença (art. 85, § 3º, CPC e Súmula 111, STJ). Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626662-05.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: MARCIJANE BELÉM DA SILVA - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Helder Freitas Alagia - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por MARCIJANE BELÉM DA SILVA contra INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, torno definitiva liminar deferida às fls. 53/54, condeno a parte requerida a restabelecer o benefício previdenciário de auxílio-doença. Havendo prestações em atraso, estas devem ser pagas de uma só vez corrigidas monetariamente desde o respetivo vencimento pelo IPCA-E,e acrescidas de juros de mora a partir da citação observando-se o índice aplicado à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97,com a redação dada pela Lei nº 11.960/09). A duração do beneficio ora reconhecido deverá seguir o que determina o artigo 62 da Lei n. 8.213/91, mas inicialmente fica determinado que seja por 12 meses, após o transito em julgado, devendo o autor passar por pericia no órgão. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre sobre o montante das prestações vencidas até a data da sentença (art. 85, § 3º, CPC e Súmula 111, STJ). Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE GUERREIRO PRADO (OAB 4679/AM), ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: IZILDA MARIA DE MORAES GARCIA (OAB 85277/SP), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: VIVIANE SODRÉ BARRETO (OAB 7389/RO) - Processo 0628950-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Instituto de Dermatologia de Manaus Ltda - REQUERIDA: Carvajal Informação Ltda - Banco Safra S/A - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0634225-21.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: LILIANE BATISTA SOARES - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por LILIANE BATISTA SOARES contra Viação São Pedro Ltda., com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de conseqüência, condeno a parte requerida ao pagamento de R$ 2.404,56 (dois mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos), a ser atualizado a partir da citação pelos índices da Portaria 1855/2016 deste Tribunal. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de fevereiro de 2019.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0637426-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: M G Metalurgica Construcao e Servicos Ltda - Mario Geraldo Hayden de Farias - Mario Igor de Souza Hayden - Indefiro o pedido de fls. 93 , tendo em vista a ausência de cadastro deste Juízo no referido sistema, contudo determino consulta ao sistema Infojud. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0660343-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Hrt O&g Exploração e Produção de Petroleo Ltda. - REQUERIDO: Chibatão Navegação e Comércio Ltda - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, “b” do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 509, do NCPC. Inexistindo interesse das partes em recorrer, e, uma vez comprovado nos autos o pagamento das custas judiciais devidas, determino a baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e posterior arquivamento dos autos. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: RENATA MARTINS DA SILVA ALVES (OAB 7772/AM), ADV: LAYANA CABRAL MARQUES MOREIRA (OAB 7838/AM), ADV: CÍNTIA HOSSOKAWA (OAB 7437/AM), ADV: PAULO CÉSAR LABORDA VALENTE (OAB 1403/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: CÁSSIO AUGUSTO TORRES DE CAMARGO (OAB 255615/SP), ADV: FABRÍCIO ROCHA DA SILVA (OAB 206338/SP) - Processo 0714564-35.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Daniel de Figueiredo Valente - REQUERIDA: API SPE 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - PDG - Poder de Garantir/Agra Bergen Incorporadora Ltda - Defiro o pedido de fls. 552/554 para proceder à pesquisa de ativos em nome do executado/requerido por meio do sistema Bacenjud. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adriana Barbosa Sodré Flores (OAB 4273/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
ANA TEREZA GUIMARAES ALVES (OAB 9552/RN)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio Carlos da Silva Santos (OAB 2918/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB 8700/PA)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB 11817/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Alecrim de Lima (OAB 6440/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)

Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cássio Augusto Torres de Camargo (OAB 255615/SP)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Cíntia Hossokawa (OAB 7437/AM)
Cintia Marfiza de Lima Monteiro (OAB 8836/AM)
Cleuton Pereira Tavares (OAB 13814/AM)
Clovis Smith Frota Jr. (OAB 3626/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Dayla Barbosa Pinto (OAB 8179/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Dr: JÕAO PAULO DA SILVA SANTOS (OAB 115235/MG)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Fabrício Rocha da Silva (OAB 206338/SP)
Fernanda Corvetto (OAB 148608/SP)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hebert Barros Bezerra (OAB 5449 AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ismael Rodrigues de Oliveira (OAB 63012/RJ)
Ivson Coêlho da Silva (OAB 550A/AM)
Izilda Maria de Moraes Garcia (OAB 85277/SP)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 003.808/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joao Thomas Luchsinger (OAB 009.186/AM)
Joaquim Lopes Frazão (OAB 4016/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
jones karrer de castro monteiro (OAB 2104/AM)
Jones Karrer de Castro Monteiro (OAB 906/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB 000.029/AM)
José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB 29A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR (OAB 392/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José das Graças Barros de Carvalho (OAB 561/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Jozélia de Souza Carvalho Lopes (OAB 6493/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Layana Cabral Marques Moreira (OAB 7838/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Pintos Davila (OAB 003.166/AM)
Luciano Pintos D'Ávila (OAB 3166/AM)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Mônica Possebon Caetano de Castro (OAB 2051/AM)
Monique Guerreiro Prado (OAB 4679/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Olivar Durães Filho (OAB 2273/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
PAULA D'ORAN PINHEIRO (OAB 4268/AM)
Paulo César Laborda Valente (OAB 1403/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Procurador Geral do Município - PGM
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renata Martins da Silva Alves (OAB 7772/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rommel Reis da Costa (OAB 4081/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sônia D'Arc Oliveira Barros de Carvalho (OAB 4071/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 000.564/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
VIVIANE SODRÉ BARRETO (OAB 7389/RO)
Waldir Lincoln Pereira Tavares (OAB 3998/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0057/2019

ADV: MYRIAM RACHEL BENAYON REIS SCOTTI (OAB 4433/AM), ADV: LAURÊNIO MAIA VIGA (OAB 482/AM), ADV: ROBERTA MACEDO VIRONDA (OAB 89243/SP), ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 163613/SP), ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 42527/BA) - Processo 0012253-70.1998.8.04.0012 (012.98.012253-5) - Procedimento Comum - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Idalina da Cunha Mendes - REQUERIDO: Alfa Arrendamento Mercantil S.a. - Certifico, primeiramente, que o processo físico foi recebido por esta UPJ e se encontra no Setor de Movimentação - Decurso 09. Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0203173-48.2009.8.04.0001 (001.09.203173-1) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0242849-32.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA II - NAO PADRONIZADO - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: RICARDO TAVARES DE ALBUQUERQUE (OAB 5092/AM) - Processo 0244258-48.2008.8.04.0001 (001.08.244258-5) - Procedimento Comum - Reivindicação - REQUERENTE: Paulo Mattos de Lucena - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0245715-66.2018.8.04.0001 (processo principal 0621631-38.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Nota de Crédito Industrial - REQUERENTE: Emam Emulsões e Transportes Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELLEN KOHASHI DE FREITAS (OAB 6145/AM), ADV: ALESSANDRA NASCIMENTO S. F. MOURÃO (OAB 97953/SP), ADV: PEDRO HENRIQUE BRAZ SIQUEIRA (OAB 37996/DF), ADV: AFONSO CARLOS MUNIZ MORAES (OAB 10557/DF) - Processo 0602896-25.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Departamento Nacional -SENAI/DF - REQUERIDO: Moto Honda da Amazonia LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XIX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Sr. Perito para que apresente a data da realização da perícia, no prazo de 05 (cinco) dias, tendo em vista a determinação de fls. 236/237.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0605203-39.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Recon Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KATIUSCIA RAIKA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5225/AM), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM) - Processo 0613297-49.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Antonio Ferreira de Souza - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente as informações necessárias à realização da expedição da Carta de Adjudicação, sendo o Registro do Imóvel com: Número da Matrícula do Imóvel e o Cartório correspondente, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0614878-94.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615719-26.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. 59 recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM) - Processo 0620378-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: A.R.S.A. - REQUERIDA: V.M.S. - Vistos etc. Impugnação ao cumprimento de sentença onde a impugnante requer efeito suspensivo à impugnação e oferta em garantia uma "Máquina Caterpillar, Modelo D6N, Série nº CAT00D6NHLJR01158, no valor de R$-635.000,00". Alega, ainda, que o título executivo judicial tem que ser liquidado, sendo uma questão de "interpretação de texto", o da sentença, "já que o termo 'máximo' não exprime a exatidão do valor a ser executado"... Apresenta a bisonha idéia de que "a condenação pode ser de 0% (zero por cento) até 9% (nove por cento), estando, por tanto(sic), ILÍQUIDA..." (sic, sic, sic...) Em seu entendimento, portanto, deveria haver a liquidação da sentença para, posteriormente, executá-la. Anuncia interposição de rescisória e, o entendimento olímpico de que muito provavelmente a sentença de piso será mudada. Junta decisão em agravo que nada tem a ver com o cumprimento de sentença e uma NF, pressupostamente da máquina citada na impugnação (fls. 219/224). Em manifestação, a exequente defende a possibilidade de imediato cumprimento da sentença, por ser coisa julgada material, e não necessitar de liquidação. Aponta novamente a má-fé da impugnante ao dar em garantia um bem que é objeto de ação de busca e apreensão (processo nº 0639550-402015) tramitado perante o juízo da 16ª Vara Cível da Capital, feito já sentenciado e transitado em julgado. Que a impugnante, Amanda Ruiz de Souza, sendo sócia da Empresa MCW Construções, fez acordo, homologado por sentença, com a Caterpillar, e em virtude do não cumprimento, foi expedido mandado de busca e apreensão do bem agora dado em garantia. Ao final, recusa o bem ofertado como garantia da dívida e requer a aplicação de nova multa e o bloqueio do valor do cumprimento via Bacenjud. Juntou documentos de fls. 234/245 que demonstram todo o alegado. Decido. Não há muito

a discorrer sobre a questão. A impugnação se refere à multa por má-fé, mas busca, na verdade rever o mérito da sentença, isto em momento já inteiramente impróprio uma vez transitada em julgado. Em relação ao impugnado, muito embora a impugnante pretenda com sua "análise" revolucionar a interpretação de texto, me vejo impossibilitado de acatar quaisquer de seus parcos e mal tracejados "argumentos". Primeiramente devo discordar de que o texto legal determina que a multa pode ser de "0% a 9%", isto pela impossibilidade lógica do arrazoado(?). Ora, multa de zero por cento, com perdão do sábio argumentante, não é multa! Zero por cento de zero é...Zero!!! A sentença condena a autora ao pagamento, por má-fé, do "percentual máximo de 9% do valor corrigido da causa". Não há qualquer necessidade de interpretar o texto, que se encontra perfeitamente claro e que, por desídia da autora, sequer pode ser rediscutido nesta impugnação. O texto do artigo do CPC é límpido: a condenação deverá ser "superior a um por cento e inferior a dez por cento". Ainda que, num exercício extenuante de boa vontade, se aceitasse que zero por cento representa algo, a letra da lei estabelece como mínimo "superior a um por cento". E, ainda que se pretenda dar qualquer outra interpretação ao teor da sentença, o percentual ali determinado como multa por má-fé a ser revertida em favor da requerida é de 9% do valor atualizado da causa, o que torna os cálculos apresentados pela exequente perfeitamente factíveis. Assim, indefiro inteiramente a impugnação apresentada, denego a suspensão do cumprimento de sentença e determino o imediato bloqueio do valor apontado, acrescido de 10% de multa sobre o montante apontado e 10% de honorários de advogado, nos termos do CPC 523, 1º. Deixo de condenar a impugnante em nova multa por má-fé, uma vez já condenada no percentual inteiro máximo abaixo dos 10%. Custas já recolhidas, fls 250/257, proceda-se imediatamente ao bloqueio, penhora e transferência do valor para conta judicial, via Bacenjud. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM), ADV: CÉLIO ANTÔNIO SZLACHTA (OAB 6260/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0635849-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: DPM - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MAGISTRAL - REQUERIDO: RC RECEBÍVEIS LTDA. - RIO CLARO - CARTÓRIO DO 4º OFICIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTOS DE LETRAS DE MANAUS-AM - Segundo Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus - Cartorio do Terceiro Oficio de Registro de Imoveis e Protesto de Letras de Manaus e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas do ofício e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar no(s) ofício(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG), ADV: TATIANE CASTRO SILVA (OAB 185367/MG), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM) - Processo 0636400-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Amaury Cezar Menezes Cavalcante - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte reconvinte para que se manifeste acerca da impugnação à reconvenção, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0639978-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Suelen Almeida do Nascimento - REQUERIDO: Assupero - Ensino Superior S/s - Unip - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados e pedidos de fls. 205 e ss.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM) - Processo 0649203-61.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Aroldo Lúcio Tenório e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0659099-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fátima Soares de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 09/05/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Afonso Carlos Muniz Moraes (OAB 10557/DF)
Alessandra Nascimento S. F. Mourão (OAB 97953/SP)
Alysson Tosin (OAB 86925/MG)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Célio Antônio Szlachta (OAB 6260/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Ellen Kohashi de Freitas (OAB 6145/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)

Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB 163613/SP)
José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB 42527/BA)
Katiuscia Raika da Câmara Elias (OAB 5225/AM)
Laurênio Maia Viga (OAB 482/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Myriam Rachel Benayon Reis Scotti (OAB 4433/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Henrique Braz Siqueira (OAB 37996/DF)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Ricardo Tavares de Albuquerque (OAB 5092/AM)
Roberta Macedo Vironda (OAB 89243/SP)
Sheila Bartolotti Ravedutti (OAB 3809/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Tatiane Castro Silva (OAB 185367/MG)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0046721-83.2004.8.04.0001 (001.04.046721-0) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCELLO TAQUES LEITE (OAB 13768/MT), ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM) - Processo 0218225-50.2010.8.04.0001 (001.10.218225-7) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Elton Franco de Souza - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Marilane Menezes Marinho , CPF 274.892.642-00, CRM 4553AM - Enzio Nobre Monteiro, CPF 619.543.572-49, CRM 3953 AM Marcel Saraiva Monteiro, CPF 384.628.002-00, CRM 3056 AM Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM Leandro Meireles Chaves CPF 085.090.897-6 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 00/00/2018, a partir das 8:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: MARCELLO TAQUES LEITE (OAB 13768/MT), ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM) - Processo 0218225-50.2010.8.04.0001 (001.10.218225-7) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Elton Franco de Souza - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 29/03/20198, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0237491-57.2009.8.04.0001 (001.09.237491-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0241069-57.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-

se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0600601-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Jorge Alves Martins - REQUERIDO: Engeco Engenharia e Construções Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca dos depoimentos colhidos às fls. 183/185, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM), ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM) - Processo 0600863-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: I Lopes Mota Me - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Certidão do Oficial de Justiça, fls. 51, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0601135-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Marcio Minelle Bomfim Vieira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602922-52.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM) - Processo 0602975-28.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Rc Recebiveis Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0604780-79.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Lenilze Louzada Areosa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento para referente a expedição do ofício, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0605190-40.2019.8.04.0001 - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jose Olegário da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDREIA JOSEANE DE SOUZA MATTOS (OAB 12254/AM) - Processo 0605548-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Carlos Eduardo da Silva Costa Epp - Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Custas postais recolhidas às fls. 54-56. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0606763-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Samuel Batista da Silva - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0608216-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Sergio Marcos Carvalho da Silva - Vistos etc. Pedido de tutela de urgência para busca e apreensão de veículo no qual o requerente alega que vendeu o objeto através de contrato de compra e venda, e o réu apenas pagou a primeira parcela, ficando inadimplente com as demais, trazendo prejuízos para o autor, visto que o veículo está alienado fiduciariamente em seu nome. É o relatório. Decido. Entendo presentes os requisitos para concessão da medida liminar como antecipação de tutela, conforme CPC 300. Quando à probabilidade do direito, o autor trouxe aos autos o contrato de compra e venda devidamente assinado pelo devedor, fls. 27-28. No que concerne ao perigo do dano, entendo que inadimplemento por parte do requerido traz prejuízos ao autor, visto que a falta de pagamento pode gerar demanda judicial, bem como promover restrição ao seu crédito na praça. Dito desta maneira, defiro a liminar para determinar a busca e apreensão do veículo descrito na inicial, sob penal de multa única que arbitro em R$ 5.000,00 (cinco) mil reais. Defiro a justiça gratuita. Pauto audiência de conciliação para o dia 09/05/2019, às 11h, CEJUSC-Cível, sala 06. Expeça-se mandado de citação e intimação, busca e apreensão, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344, CPC. Cumpra-se.

ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: FLÁVIA LOURDES MENDES COELHO (OAB 3552/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0608242-54.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: DANIEL FERREIRA DA SILVA - REQUERIDO: João Correia Pimentel e outro - DENUNCIADO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0609369-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0609492-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE:

Jonatas da Silva Sicsu - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609569-24.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: YURI HASSLE FONSECA DE ARAÚJO (OAB 13635/AM) - Processo 0609610-88.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Yuri Hassle Fonseca de Araújo - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0609688-24.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609805-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0609861-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Helaiton Josias de Azevedo Borba - Vistos etc. Pedido de tutela de urgência no qual a requerente alega que o empréstimo consignado contraído junto ao réu, tem caráter de cartão não requerido, lhe trazendo prejuízos e impedindo que tivesse clareza do negócio efetivamente contratado. Acautelo-me quanto ao pedido liminar para suspensão imediata dos descontos. Defiro a justiça gratuita, uma vez requerida nos termos do art. 99, §3º, CPC, e inverto o ônus da prova, dada a condição de hipossuficiência da autora em relação ao Banco réu. Cite-se, nos termos dos artigos 335 e 344 do CPC, devendo o réu manifestar-se sobre eventual interesse na audiência de conciliação, nos termos do CPC 334, 4º. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0610397-20.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0610405-02.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Tintão Tintas e Materiais de Construção Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: ANA CAROLINA DE MENEZES CARVALHO (OAB 13583/AM) - Processo 0610656-49.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - Vistos etc. Julgo a lide nos termos do CPC, 355, I. Lancem-se na fila de sentença. Cumpra-se.

ADV: JORGE DO NACIMENTO GOMES (OAB 8962/AM) - Processo 0610957-59.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Marcineide Santos Alves - Vistos etc. Defiro a justiça gratuita. Acautelo-me na análise do pedido da liminar, uma vez que não estão presentes todos os requisitos necessários para concessão da medida, de acordo com o art. 561, inciso I, II e III, do CPC. Pauto audiência de Justificação para o dia 26/06/2019, às 10h30, sala padrão da 4ªUPJ, para produção de provas orais, ressalvada a possibilidade ao autor de juntar nos autos provas pré-constituídas para comprovar sua posse e esbulho. Intime-se o autor a, nos 5 (cinco) dias subsequentes, promover a citação do réu para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 564, parágrafo único do CPC. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008-A/PB) - Processo 0611149-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luziete Guimarães Rodrigues - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: THEMISTOCLES ARTHEMIS RODRIGUES BRANDÃO (OAB 10681/AM) - Processo 0611238-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cadastro de Inadimplentes - CADIN - REQUERENTE: G.S.M. - Vistos etc. Pedido de tutela de urgência no qual o requerente alega, com documentos que instruem a inicial, que realizou, em 2008, empréstimo consignado junto ao banco réu, sendo o pagamento debitado do cartão mensalmente até a presente data, no entanto, o réu incluiu seu nome no rol de devedores SPC/SERASA. É o relatório. Decido. Entendo presentes os requisitos necessários ao deferimento da liminar pretendida como antecipação de tutela, CPC 300. Quanto à probalidade do direito, a autora trouxe extratos dos contra-cheques (fls. 21-50) que demonstram os descontos realizados automaticamente pelo requerido. No que concerne ao perigo do dano, entendo que a inclusão do nome da autora no rol de inadimplentes dos órgãos SPC/SERASA pode lhe trazer prejuízos no mercado. Não há perigo, ademais, de irreversibilidade da medida, pois, sendo de conteúdo plenamente econômico, poderá ser facilmente revertida em favor das requerida em caso de julgamento que lhe seja favorável. Dito desta maneira, defiro a liminar para determinar que o réu retire a

inscrição do nome da autora do rol de devedores dos órgãos SPC/SERASA, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena diária que arbitro em R$ 1.000,00 (mil) reais, pelo prazo máximo de 30 dias. Defiro a justiça gratuita, uma vez requerida nos termos do art. 99, §3º, CPC, e inverto o ônus da prova, dada a condição de hipossuficiência da autora em relação ao Banco réu. Cite-se, nos termos dos artigos 335 e 344 do CPC, devendo o réu manifestar-se sobre eventual interesse na audiência de conciliação, nos termos do CPC 334, 4º. Expeça-se urgente mandado de citação e intimação, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344, CPC. Cumpra-se.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0613892-43.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos etc. Homologo o pedido de desistência. Defiro a justiça gratuita, portanto, sem necessidade das custas finais. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: PAULO KAUFFMANN (OAB 122010/SP), ADV: ROBERTO CARDONE (OAB 196924/SP) - Processo 0618849-58.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Duplicata - REQUERENTE: SCR TRANSPORTES ARMAZENAGENS E LOGÍSTICA LTDA EPP - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas de ofícios e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623849-73.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0623849-73.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0624096-54.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0624133-81.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA) - Processo 0626824-68.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú Veículos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA MARIA FERNANDES MENEZES MARTINS (OAB 4303/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0628656-05.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jair Vilaca de Abreu - Ana Claudai Vilaça Cortez - REQUERIDO: Jose Miguel Silva Martins e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0629492-41.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (citação, penhora e avaliação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB A857AM) - Processo 0630482-37.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Mario Jorge Nascimento Vieira - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 28/02/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632281-81.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633846-46.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS FELLIPE DE ANDRADE NOGUEIRA (OAB 8261/AM), ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM) - Processo 0636100-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Rosangela Farias da Silva - REQUERIDO: Fenixsoft Gestão de Softwares e Consignados Ltda - Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos etc. Intime-se o perito a, em 10 (dez) dias, a) informar se houve o pagamento dos honorários por parte do réu; b) juntar laudo pericial, sob pena de 30% sobre os honorários periciais. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO O'REILLY CABRAL BARRIONUEVO (OAB 40859/DF), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: PEDRO DE LIMA BANDEIRA (OAB 150353RJ) - Processo 0638301-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Roberto Carlos de Souza - EXECUTADO: Vera Cruz Seguradora S/A - Mapfre Seguros Gerais S/as - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: JOSE D'ASSUNÇÃO DOS SANTOS (OAB 1226/RO), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0641589-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luis Carlos Pereira - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0642080-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Francisca Ribeiro Guimaraes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0642114-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Amador Ascanio Aular - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Smart Imobiliária e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: SANDRO DOMENICH BARRADAS (OAB 115559/SP), ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM) - Processo 0643111-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Brito e Oliveira Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - Me - REQUERIDO: Banco do Brasil - Praça 15 de Novembro - Vistos etc. Considerando a relação entre a empresa e o banco, entendo que o requerido, por mais fácil acesso à prova e por cooperação e boa-fé processual, deve juntar aos autos os documentos pedidos. Dito desta maneira, intime-se-o para, em 15 dias, juntar os documentos solicitados pela perita, às fls. 662-665, pelo que inverto neste ato o ônus da prova, termos do CDC, art. 6º, VIII. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0643127-26.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643127-26.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0643417-36.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Josepha Gomes Abreu - Me - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0644519-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sidneia Oliveira Morais - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDMAR PEREIRA DE FREITAS (OAB 11750/AM) - Processo 0645931-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condominio Residencial Villa Poupex - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MIRIAM KRONGOLD SCHMIDT (OAB 130052/SP) - Processo 0648925-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Duplicata - REQUERENTE: Royce Connect Ar Condicionado para Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP) - Processo 0654085-66.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0656692-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THYARA DA SILVA ALMEIDA (OAB 13372/AM), ADV: BRUNO TAVARES TORREIRA (OAB 144144/RJ) - Processo 0656943-70.2018.8.04.0001 - Monitória - Franquia - REQUERENTE: Frm Franquia Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0660795-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: A Z Comércio de Congelados Ltda - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/a. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0660795-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: A Z Comércio de Congelados Ltda - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/a. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0662050-95.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Seção Cível - REQUERENTE: Mapa da Amazônia Indústria e Comércio de Saneantes Ltda. - Intime-se o autor a recolher as custas postais. Devidamente pagas, remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: LUZIA ANDRADE MENDES (OAB 9378/AM) - Processo 0715970-91.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Idalma Andrade Mendes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008-A/PB)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Carolina de Menezes Carvalho (OAB 13583/AM)
Ana Maria Fernandes Menezes Martins (OAB 4303/AM)
Andreia Joseane de Souza Mattos (OAB 12254/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Tavares Torreira (OAB 144144/RJ)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Fellipe de Andrade Nogueira (OAB 8261/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Edmar Pereira de Freitas (OAB 11750/AM)
Edson Silva Santiago (OAB A857AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fernando O'reilly Cabral Barrionuevo (OAB 40859/DF)
Flávia Lourdes Mendes Coelho (OAB 3552/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM)
JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
Jorge do Nacimento Gomes (OAB 8962/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
Jose D'assunção dos Santos (OAB 1226/RO)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luzia Andrade Mendes (OAB 9378/AM)
Marcello Taques Leite (OAB 13768/MT)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Miriam Krongold Schmidt (OAB 130052/SP)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Kauffmann (OAB 122010/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro de Lima Bandeira (OAB 150353RJ)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Cardone (OAB 196924/SP)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)

Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
SANDRO DOMENICH BARRADAS (OAB 115559/SP)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Themistocles Arthemis Rodrigues Brandão (OAB 10681/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thyara da Silva Almeida (OAB 13372/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Yuri Hassle Fonseca de Araújo (OAB 13635/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO JOSÉ RENIER DA SILVA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SABRINA PRATA AVELINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0600601-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Jorge Alves Martins - REQUERIDO: Engeco Engenharia e Construções Ltda. - "Vistos e etc... Muito embora intimado, o requerente não compareceu a audiência, mas como já havia noticiado não pretendê-la, deixo de impor qualquer sanção a ele, por uma questão de paridade de armas, abro vista para, em 15 (quinze) dias úteis, falar dos depoimentos agora colidos. Ultrapassado o prazo, com ou sem manifestação, façam-se conclusos para sentença. "

ADV: MARIA CARLA S.P. GRANA (OAB 4824/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0602813-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo Eduardo dos Santos Pereira Grana - REQUERIDO: Manaus Motocenter Ltda - "Abro o prazo comum de 15 dias úteis para que as partes apresentem memoriais. Ultrapassado o prazo com ou sem apresentação, conclusos para sentença."

ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM) - Processo 0605225-10.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG - Brasil Multicarteira - REQUERIDO: Reginaldo dos Santos Fonseca Filho - Vistos etc. Defiro a alteração do polo ativo da demanda, determinando a retificação, de acordo com a petição de fls. 32/33, e a imediata intimação da nova autora para requerer a medida pretendida, em 15 dias, pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Maria Carla S.P. Grana (OAB 4824/AM)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0077/2019

ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: LEANDRO HENRIQUE PERES ARAUJO PIAU (OAB 21697/DF) - Processo 0013029-70.1998.8.04.0012 (012.98.013029-5) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Platense Ltda. e outros - REQUERIDO: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: RAICIMAR GOMES CORREA (OAB 002.517/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0045123-65.2002.8.04.0001 (001.02.045123-8) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Franssinetti S. Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WANISE DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 1166/AM), ADV: LUZIANE DE ÁVILA CALAZANS (OAB 586A/AM), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM), ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM) - Processo 0202041-48.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Yolanda Ruth Bastos de Oliveira - REQUERIDO: ESBAM - Escola Superior Batista do Amazonas (Unidade II) - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0240224-25.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0601127-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cledia Rodrigues Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 17:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5

- Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, Av. João Valerio nª 60, Bairro São Geraldo, nesta cidade.

ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: BRUNA CAMILA GONÇALVES DA SILVA (OAB 10280/AM) - Processo 0605320-40.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Paiva e Araújo Serviços Médico-Hospitalares Ltda. - ME - REQUERIDA: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição de fls. 112 e documentos anexos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ODAIR ALAN RODRIGUES DE MELO (OAB 4715/AM) - Processo 0605530-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ieza Maria Pinheiro Cruz - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/04/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0606449-75.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0606890-56.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Roberto da Silva Júnior - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0607462-75.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0609170-05.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0609654-83.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0610381-76.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0611189-13.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0612841-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0616402-29.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0617719-04.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ANDRÉ FELLIPE BARBOSA DE LIRA - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: MAURICIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM) - Processo 0619145-46.2016.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: José Alvares da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0619547-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ PEDROSO MARQUES (OAB 171045/SP) - Processo 0620114-66.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623215-14.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623895-62.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625372-81.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: CRISTINA TRIGO CURY (OAB 424204/SP) - Processo 0626123-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Valério Cardoso Patrocínio - REQUERIDO: José Luiz dos Reis Mudanças e Transportes - ME - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627752-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José Cândido Vieira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB

1069A/AM) - Processo 0634069-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0635639-49.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Jardim Paradiso Antúrio - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0637380-90.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOYCE SOUZA ABREU DE MACEDO (OAB 7905/AM), ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM) - Processo 0641237-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Emílio Augusto Gurgel de Castro - REQUERIDO: Condomínio Residencial Rio Tupana - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0646514-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivan de Assis Laranjeira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0651015-41.2018.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Condomínio Residencial Solar dos Franceses I - INTSSADO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0651985-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
André Luiz Pedroso Marques (OAB 171045/SP)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Bruna Camila Gonçalves da Silva (OAB 10280/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristina Trigo Cury (OAB 424204/SP)
DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Joyce Souza Abreu de Macedo (OAB 7905/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Henrique Peres Araujo Piau (OAB 21697/DF)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luziane de Ávila Calazans (OAB 586A/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Mauricio Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odair Alan Rodrigues de Melo (OAB 4715/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raicimar Gomes Correa (OAB 002.517/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wanise de Oliveira Bastos (OAB 1166/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2019

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DE SOUSA (OAB 1924/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0019982-05.2006.8.04.0001 (001.06.019982-3) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Prax Fomento Mercantil Ltda. - REQUERIDO: João Nogueira Alves - Carimu - Pavimentação, Terraplanagem e Topografia Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0213800-14.2009.8.04.0001 (001.09.213800-5) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA ELIANA DA SILVA HOROHIAQUE (OAB 9095/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0232225-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Nilce Carvalho da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM) - Processo 0242056-49.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0223524-42.2009.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - DIREITO CIVIL - EMBARGANTE: Franciane da Silva Teixeira - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0243578-58.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0259176-52.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: L. J. Guerra & Cia. Ltda. (Casa das Correias) - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0600459-11.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM), ADV: JAYME MARQUES BRASIL JUNIOR (OAB 4986/AM), ADV: JOSANA PESSOA DE ANDRADE MUNDSTOCK (OAB 8071/AM) - Processo 0600504-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Frederico Jorge de Miranda Farias - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0602258-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Virgínia Vieira Fanali - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0603290-56.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0603353-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Jorge Augusto Martins de Andrade - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0604598-64.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605912-84.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0606414-23.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDA GOMES DA SILVA DO NASCIMENTO (OAB 13537/AM) - Processo 0607345-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Shopping São José - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609171-14.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609493-73.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM) - Processo 0609956-44.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcos Antônio Hilário Lima - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0610023-72.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610079-76.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0610792-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condominio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0611003-58.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0611857-81.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: ADHEMAR DA PAIXÃO E SILVA FILHO - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0612951-35.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0617387-66.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0617927-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Conversão - REQUERENTE: Alcelane Gomes Firmino - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0620329-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luiz Guilherme da Silva Maciel - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0621720-61.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0622406-87.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0622694-30.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0623986-55.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628568-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0628808-24.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: THIAGO TABAL MALHEIROS (OAB 9193/AM) - Processo 0633269-68.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CLAUSEN BENETTI (OAB 27520/SC) - Processo 0634847-61.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Transportes Treméa Ltda. - ME - De ordem, intimo a parte autora para que junte o contrato social da empresa requerida, para possibilitar a citação na pessoa do sócio, no prazo de 05 dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0634852-54.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0636170-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0636345-32.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rute Ferreira Libório Chaves - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0637279-92.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0638029-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria de Lourdes de Souza Alves - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0638576-95.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Vetoh Materiais de Segurança do Trabalho Ltda. - EPP - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: AMANDA GOMES DA SILVA DO NASCIMENTO (OAB 13537/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM) - Processo 0641943-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Manaus Shopping São José - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0646197-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: José Peixoto Farias Júnior - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0656735-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Suely Pinheiro Soares Onety - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB) - Processo 0659825-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josimar Pinheiro da Silva - REQUERIDO: CENTRAPE - Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amanda Gomes da Silva do Nascimento (OAB 13537/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Clausen Benetti (OAB 27520/SC)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio José de Sousa (OAB 1924/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
JAYME MARQUES BRASIL JUNIOR (OAB 4986/AM)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
Josana Pessoa de Andrade Mundstock (OAB 8071/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB 9095/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Tabal Malheiros (OAB 9193/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0048/2019

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 20283/RJ), ADV: RAINER CUNHA OLIVEIRA (OAB 6385/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0245241-42.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: White Martins Gases Indústria do Norte S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Defiro ainda expedição de novo mandado de PENHORA, sem custas, tendo em vista que os dois ultimos mandado anterior expedido não foi cumprido na integra. Conste no mandado os veículos a serem penhorados, fls 351/352. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 001.910/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0350583-81.2007.8.04.0001 (001.07.350583-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 10(dez) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600316-85.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0601484-54.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Porto Seguros Cia de Seguros S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0602862-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Duarte dos Santos - REQUERIDO: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A (BIC - Banco Industrial e Comercial S/A) - Dessa forma, com fulcro nos artigos 485 I e 321 parágrafo único, do CPC, indefiro a petição inicial, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Proceda-se a baixa na distribuição.

ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 978A/AM), ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 130291/SP), ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM) - Processo 0603873-12.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Vitória Rakelly Pinto Caldas - REQUERIDO: Itaú Vida e Previdência S.A - Vistos, Assiste razão ao Embargante, de fato, o Ministério Público não foi instado a se manifestar sobre o acordo homologado, mesmo havendo evidente interesse de menor envolvido. Dessa forma, remetam-se os autos ao MP, para se manifestar sobre o acordo realizado as fls. 288/290. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0604223-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Paulo Sergio Souza Júnior - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM) - Processo 0604257-04.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Rinaldo Araujo dos Santos - Vistos, Indefiro o pedido tendo em vista a divergência do numero informado. Intime-se o Autor para informar o endereço correto. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP) - Processo 0604308-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: KM Cargo Ltda - De acordo com o art. 1º, inciso XII do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos do art.261 do CPC, Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução da Carta Precatória. Manaus 12 de março de 2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606299-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Sa - Defiro expedição de Carta de Citação no endereço indicado nas fls. 110. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0607982-35.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD/ERIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608258-66.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonio de Sousa Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls. 369/404. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0609556-93.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610103-07.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0610674-75.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: SP SECURITIZADORA S.A - Vistos, Trata-se de processo em fase de cumprimento de sentença em a requerida não cumpriu voluntariamente o valor da condenação. Nas fls.161/162, o autor requer a citação da requerida por meio dos sócios. Pois bem, analisando os autos verifico que a empresa

requerida já foi citada e o processo está na fase de cumprimento de sentença. Portanto, Indefiro o pedido de citação por meio dos sócios e intime-se o autor para informar como deseja prosseguir com o feito, a fim de possibilitar a satisfação da obrigação.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0611157-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Jsafra Sa - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0611159-36.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Antonio Bartolomeu Ferreira de Paiva - Vistos, Defiro o prazo de 10 (dez) dias para o depósito de caução no valor equivalente a três meses de aluguel (R$ 4.500,00), nos termos do art. 59, § 1º do CPC. Após o referido depósito, voltem-me os autos conclusos para apreciação da liminar. Intime-se.

ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM) - Processo 0611192-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Reinaldo Carvalho de Oliveira - Sendo assim, por força do dispositivo legal, não compete a este juízo a apreciação da presente ação. Isto posto, declino da minha competência para presidir o feito em favor de uma das Varas da Fazendo Pública Estadual. Remetam-se os autos à Distribuição.

ADV: ANTÔNIO DE SOUZA FILHO (OAB 8123/AM) - Processo 0611385-17.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: C L N PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA C - Vistos, Oficie-se a policia Rodoviária de João Pessoa-Paraíba, para proceder com o leilão do veículo informado no oficio nº 304/2018, no valor do mercado (tabela FIPE), tendo em vista o desinteresse do autor em remover-lo. Conste no oficio que os valores remanescentes deverão ser depositados na conta judicial vinculado a este processo. Intime-se o Autor para providenciar o pagamento do Oficio. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0614802-07.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: E.V.K. - R.H. Analisando os autos verifico que não há valores bloqueados pelo sistema BACENJUD. Assim, não há o que falar em expedição de alvará. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro ERIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0615338-86.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: POOL ENGENHARIA SERVICOS E COMERCIO LTDA - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD, ERIDF, como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0618319-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Mauro Tavares Viana - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Intimem-se.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0621231-92.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: SANDRA DE OLIVEIRA RAMOS - REQUERIDA: Silvana Resende Reis - Ante o exposto, tendo havido apreciação das questões levantadas pelo Embargante, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por ausência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0623988-20.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/ERIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MARIA TEREZA CÂMARA FERNANDES LIMA (OAB 4676/AM), ADV: CAMILA DA COSTA ALMEIDA (OAB 8877/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM) - Processo 0627759-45.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Selene Chaves Cavalcante - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0628064-87.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Global Gnz Empreendimentos e Participações Ltda e outro - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Global Gnz Empreendimentos e Participações Ltda, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0628522-70.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Entec Máquinas e Equipamentos Ltda - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0629236-64.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Vicente Mourão Silva - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0631357-02.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Elisângela Silva Oliveira e outro - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Samel - Plano de Saúde Ltda - DENUNCIADO: SAMEL - ASSISTENCIA MÉDICA HOSPITALAR LTDA - Vistos, Vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial de fls.464/475, no prazo de 15 (quinze) dias. Expeça-se alvará do honorários periciais em favor da perita.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633909-08.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO BRADESCO CARTÕES S/A - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: IGOR BARBOSA FERREIRA (OAB 5464/AM) - Processo 0634115-85.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Igor Barbosa Ferreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.201/208. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: LILIAN MEGUMI BUZAGLO KOGUCHI (OAB 11753/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0634242-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: M.H.L. - REQUERIDO: C.S.M. - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: JOSÉ CLÁUDIO ALVES RODRIGUES RAMOS (OAB 8729/AM) - Processo 0634635-74.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Nice Veículos Ltda - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0634640-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo Nonato Neto Carneiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DECIDO. Do exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO PARCIALEMENTE PROCEDENTE os pedidos para: a) Determinar a imediata suspensão dos descontos em folha de pagamento da Requerente, referente ao Cartão BMG; b) Declarar a inexistência da contratação de cartão de crédito com RMC; c) Declarar quitado os empréstimos pelo valor descontado até o ajuizamento da ação; d) DETERMINAR o recálculo da dívida, em sede de liquidação de sentença, e caso seja apurado que a parte autora efetuou algum pagamento a maior, CONDENAR o réu à restituição de forma simples, dos valores apurados, com juros de 1% ao mês e correção monetária, ambos a contar da citação; e) CONDENAR o banco requerido ao pagamento do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) ao autor, a título de indenização moral, com correção monetária e juros de mora a partir do arbitramento. Condeno, ainda, o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do NCPC . Publique-se. Registre-se. Intimem-se

ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS) - Processo 0635927-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Amanda Abreu Naice - REQUERIDO: Revenda Representações e Vendas Comerciais S.a - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Intimem-se.

ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0636848-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos, Considerando o pedido de arresto, determino a consulta via Renajud a fim de verificar se o veículo informado encontra-se livre de restrições. Intime-se o Autor para recolher o valor devido da consulta. Apos, voltem-me conclusos Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0636927-32.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0637127-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, considerando a revelia do requerido (CPC, art. 355, II) . Publique-se. Decorrido o prazo sem manifestação recursal, voltem-me os autos conclusos para sentença. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0637157-45.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: ACE Seguradora S/A - Vistos, Trata-se de guia de recolhimento de custas n° 001.0970930-41 (baixada), em que o autor efetuou recolhimento para apenas uma consulta. Sendo assim, intime-se o autor para complementar as custas referente as pesquisas, considerando que o valor de R$ 14,98 é cobrado POR ATO.

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: ARMANDO DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 638/AM) - Processo 0639712-64.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Mário Oliveira de Medeiros - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: DIOGO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 10810/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0640500-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Paradise Sunrise - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0642206-33.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: W Bentes da Costa ME e outros - Vistos, Defiro a penhora apenas no veículo que encontra-se livre de outras restrições qual seja: Fiat/Palio Weekend ELX, Placa JXW1498. Cumpre informar que o mesmo já esta com bloqueio de circulação. Quanto a avaliação do bem, o autor pode se beneficiar da tabela FIPE para obter o valor do mercado. Após a avaliação, expeça-se o Termo de Penhora, mediante pagamento. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0644367-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Conceição Silva Távora - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM) - Processo 0645754-32.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: M. S. Tecnologia e Informática da Amazônia Ltda. e outro - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.165/191. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: ANTÔNIO CARLOS DE CASTRO PAIVA FILHO (OAB 3401/AM) - Processo 0661494-93.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: José Afonso de Lima Assef - Vistos, A suspensão da presente ação depende da apreciação da petição inicial do embargos de terceiro, ao qual será apreciada em tempo oportuno. Aguarde-se decisão dos embargos interpostos.

ADV: CARLOS HENRIQUE DE SOUSA (OAB 46806/GO) - Processo 0661740-89.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Renata Messias da Cunha - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0708861-26.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04-Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0718705-97.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A e outro - Vistos, Proceda à substituição no polo ativo da demanda. Após, Intime-se sobre a devolução do mandado negativo. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 130291/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio Carlos de Castro Paiva Filho (OAB 3401/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio de Souza Filho (OAB 8123/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Armando de Oliveira Freitas (OAB 638/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila da Costa Almeida (OAB 8877/AM)
Carlos Henrique de Sousa (OAB 46806/GO)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 20283/RJ)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Diogo José Vieira dos Santos (OAB 10810/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 001.910/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)

Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Igor Barbosa Ferreira (OAB 5464/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Cláudio Alves Rodrigues Ramos (OAB 8729/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
JOUBERT ALMEIDA SARAIVA (OAB 10972/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
LILIAN MEGUMI BUZAGLO KOGUCHI (OAB 11753/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Maria Tereza Câmara Fernandes Lima (OAB 4676/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Rainer Cunha Oliveira (OAB 6385/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 978A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0049/2019

ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: TANIA MARIA DOS SANTOS (OAB 002.497/AM), ADV: FABIO AUGUSTINHO DA SILVA (OAB 002.776/AM), ADV: ADAIANA ALENCAR CAVALCANTE MONTE (OAB 5453/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0037047-38.2010.8.04.0012 (012.10.037047-3) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Escritorio Central de Arrecadacao e Distribuicao - Ecad - REQUERIDO: K. J. Harjani Taj Mahal Contin Hotel - De acordo com o art. 1°, inciso XXX, do Provimento de n.° 063/02-CGJ e art. 218 do NCPC, intimo as partes para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0105751-49.2004.8.04.0001 (001.04.105751-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de fl.397. Suspendo o feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1(um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art.921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DJAMAI MOSCARIELLO FURNARI (OAB 4375/AM), ADV: GRAZIELA FERNANDES DE MELLO BONFIM (OAB 6808/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM) - Processo 0224297-19.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Amazônia Celular S/A - : Juracy Oliveira dos Santos - Elaine Santos de Carvalho - Vistos, Intime-se a exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0601661-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Roger Gama Santos - REQUERIDO: Vivo S.a - Telefonica Brasil e outros - INTIMEM-SE as partes para indicarem quais provas pretendem produzir, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602396-17.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM), ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM) - Processo 0606993-

68.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - REQUERENTE: EMOPS CONTROLE AMBIENTAL (empresa de pequeno porte) - EXECUTADO: Construtora São Francisco Ltda - Ante o exposto, tendo havido apreciação das questões levantadas pelo Embargante, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por ausência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Intimem-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0607365-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - REQUERIDA: Maria Cristina Mangabeira Moraes - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: SICY RUSALKA GÓES DE MELO BARRETO (OAB 10373/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0609445-17.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: PROTEMAC INDÚSTRIA E COMERCIO DE BORRACHA LTDA e outros - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 20(vinte) dias.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0611298-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Pereira da Silva - R.H. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça em razão da profissão do autor e do objeto da lide, que apenas aproveitará em relação às custas iniciais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0611373-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, O autor atribui à causa o valor de R$ 2.193,84 (dois mil, cento e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), referente às parcelas vencidas. Contudo, informa que o requerido é devedor da quantia de R$ 32.527,00 (trinta e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais), referente às parcelas vencidas e vincendas (fls. 62). Dessa forma, considerando que o objetivo da ação é apreensão do veículo ou o pagamento da integralidade da divida pendente, representada pelas parcelas vencidas e vincendas. Considerando ainda, que a posição atual do STJ afirma que o valor da causa deve corresponder ao valor atualizado do débito perseguido, bem como o que prevê o art. 292, § 3º do CPC, hei por bem corrigir de ofício o valor da causa, uma vez que se trata de matéria de ordem pública. Assim, retifico o valor da causa para R$ 32.527,00. Isso posto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para o Autor complementar o valor das custas, conforme a correção do valor da causa, sob pena de cancelamento na distribuição, nos termos do art. 290, CPC.

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM) - Processo 0611510-43.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - REQUERIDO: Abelardo Barbosa Correa - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação da Requerida a pagar o débito, então representando nos documentos escritos dos autos, no valor de R$ 124.630,26 mais juros e correção monetária que ocorrerá a partir da data do efetivo pagamento, nos termos do art. 397, do Código Civil e os juros moratórios incidem a partir da citação na forma da fundamentação. Condeno o requerido ao pagamento das custas e de honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor desse débito, nos termos do art. 85, §2.º, do CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, aguarde-se o Exequente promover o cumprimento desta sentença, atentando-se para o disposto nos arts. 523 do CPC. P. R. I. Cumpra-se. Manaus , 07 de fevereiro de 2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0612529-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613087-90.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Banco BMG S/A, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0615963-81.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Ida Carla C de A Antunes - Sendo assim, CONVERTO a presente ação de busca e apreensão em execução por quantia certa. Procedam-se as alterações pertinentes no SAJ. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito. Intime-se o autor para pagar as custas processuais complementares. Ante o disposto no artigo 798, b, do CPC, apresente o credor demonstrativo atualizado do seu crédito, no prazo de 10 (dez) dias e, decorrido com aproveitamento, cite-se a parte demandada, executivamente, na forma do art. 829 do CPC, para, no prazo de 03 dias, efetuar o pagamento da dívida, após recolhimento das custas judiciais para o ato. Não efetuado o pagamento no prazo, o Sr. Oficial de Justiça deverá proceder à penhora de bens, avaliando-os e lavrando auto respectivo, do qual o executado deverá ser imediatamente intimado, observando eventuais bens já indicados pelo credor. Cientifique-se a parte executada de que, independentemente da realização da penhora, poderá opor-se à execução por meio de embargos, no prazo de 15 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, na forma do artigo 915 do Código de Processo Civil. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, o executado poderá requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (Art. 916 do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616121-73.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Auto Posto Tarumã - Conterpe Comércio e Serviço Ltda - José Tadeu de Souza Teles - Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Intimem-se.

ADV: MÁRCIO DE ALMEIDA PINTO (OAB 4241/AM), ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0621977-57.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Selma Mara Santana Mota - EXECUTADO: Glauco Vinicius Barbosa Marinho - Vistos, Considerando, o interesse de menor, dê-se vista ao MP.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO

DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0623582-62.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - REQUERIDO: V H M Melo Epp (Loja Eco Lavagem) - Ante o exposto, tendo havido apreciação das questões levantadas pelo Embargante, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por ausência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Intimem-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0626180-57.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Tatiana Maria da Silva Figueira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - DECIDO. ASSIM, considerando o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a presente AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, CONDENO a Autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Fixo os honorários advocatícios em R$ 1.000,00. Observe-se, quanto a autora, sua condição de beneficiária da justiça gratuita (art. 98, §3º, do CPC).

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0629551-97.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: MAURO DE ARAUJO CRUZ - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Isto posto e de tudo mais que dos autos consta, Julgo Totalmente Improcedentes os pedidos do Requerente. Condeno o Requerente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais). Suspenso com fundamento no artigo 12 da lei 1.060/1950.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0629791-47.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Unipar Spe Moradas do Parque Ltda - Vistos, Em analise da certidão do Oficial de Justiça, verifica-se que o mesmo não procedeu a citação por hora certa em razão da Requerida esta viajando. Indefiro o pedido de fls.56/57. Intime-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0630445-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Edson Correa da Silva - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0631468-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Marcondes Ferreira de Mesquita - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARY AMÉLIA BARROS MUNIZ TUMA (OAB 4566/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: MARIA SUELY MUNIZ DA SILVA (OAB 1474/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM) - Processo 0645044-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Manoel Bandeira de Brito - REQUERIDO: Igreja Baista da Restauração Em Manaus - Vistos, Tendo em vista a petição às fls. 187/191 em que os patronos do autor informam o falecimento deste e pleiteiam a habilitação do espólio do Requerente para suceder-lhe no processo, bem como o cancelamento da audiência designada para o dia 13/03/2019 às 09h e designação para outra data; Considerando, portanto, a necessidade de decisão acerca da habilitação, a qual seguirá procedimento próprio (arts. 687 e ss do CPC), bem como a não oposição dos Requeridos, hei por bem determinar o cancelamento da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 13/03/2019 às 09:00h. Deixo para designar nova data de audiência após a prolatação de sentença da habilitação. SUSPENDA-SE o feito até o julgamento do pedido de habilitação Intime-se o autor para proceder a novo peticionamento da petição de fls.187/191, devendo ser distribuído como incidente processual, com o devido pagamento das custas processuais estabelecidas na Portaria nº 116/2017 - PTJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM) - Processo 0650757-31.2018.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Dumanauara Comércio de Calçados e Acessórios Ltdame - R.H. Designe-se audiência de Conciliação para o dia 25/04/2019 às 10:15h. Ao cartório para expedir a carta de citação. Cite-se. Intime-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0652413-23.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos, Defiro o pedido de fls. 54/55 de dilação de prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que o autor junte aos autos o aviso de recebimento referente à notificação extrajudicial. Intime-se.

ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0656215-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ascolo Antonio Martin - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, afim de suprir a omissão referida, ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, proposto por Ascolo Antonio Martin, para atribuir efeito infringente a decisão de fls. 35/36, no sentido de corrigir o valor da causa para R$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 292, II do CPC. Ao cartório para alterar o cadastro do processo. Quanto ao pedido de cancelamento de protesto, entendo que o autor também tem razão. Isso porque, a liminar de fls. 35/36, foi clara em determinar a suspensão da cobrança total do débito e determinar a consignação em juízo do valor tido como incontroverso (R$ 7.609,40). Além disso, a Requerida foi intimada para cumprimento no dia 22/01/2019 e a protesto foi realizado no dia 25/01/2019. Portanto, posterior a ordem judicial. Ademais, a certidão de fls. 138, deixa claro que o motivo do protesto é o mesmo débito discutido nesses autos. Por isso, DETERMINO, o imediato cancelamento do protesto realizado pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., datado de 27/12/2018, no valor de R$ 9.609,40. Oficie-se via malote digital. Eventuais custas e emolumentos devem ser recolhidos pela REQUERIDA, diretamente no Cartório (1º CRI), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de multa diária que fixo em R$ 100,00 (cem reais), limitada a 10 (dez) dias/multa. No mais, aguarde-se o prazo para apresentação de Réplica. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0656363-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - R.H. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0660051-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Raimunda Bastos Rios - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, considerando a revelia do requerido (CPC, art. 355, II) . Publique-se. Decorrido o prazo sem manifestação recursal, voltem-me os autos conclusos para sentença. Manaus, 13 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0713650-68.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a

providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0718373-33.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Patrícia da Silva SANTOS - Vistos, Considerando a certidão supra, intime-se o autor para se manifestar. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

Adaiana Alencar Cavalcante Monte (OAB 5453/AM)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Djamai Moscariello Furnari (OAB 4375/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Fabio Augustinho da Silva (OAB 002.776/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Graziela Fernandes de Mello Bonfim (OAB 6808/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Márcio de Almeida Pinto (OAB 4241/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Suely Muniz da Silva (OAB 1474/AM)
Mary Amélia Barros Muniz Tuma (OAB 4566/AM)
MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto (OAB 10373/AM)
Tania Maria dos Santos (OAB 002.497/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0600790-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Propriedade - REQUERENTE: Eldo de Oliveira Silva - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0605591-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Agda da Silva Flores e outro - Reporto-me ao pedido de fl. 95, no qual a parte Requerida requer a intimação da Requerente para que proceda com o reparo, em prazo determinado por este juízo, dos vazamentos e infiltrações supostamente causados pela obra realizada pela Requerente. Pois bem. Decido. Dá análise dos autos, verifico, inicialmente, que a sentença homologatória de fl. 79, extinguiu o feito nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC, cabendo, em caso de descontentamento, somente o cumprimento de sentença previsto no art. 523, do CPC. Outrossim, observa-se que as partes nada disseram acerca de eventuais prejuízos causados pela obra. A primeira acordante, Agda da Silva Flores, assumiu as despesas com a mão de obra do serviço e a segunda acordante, Maria Wogenaria Gomes Sampaio Barbosa, comprometeu-se com as custas das despesas com material, conforme a minuta do acordo às fls. 77/78. Desta feita, entendo que a pretensão da parte Requerida a qual reporto-me deverá ser exercida por ação autônoma, onde poderá provar suas alegações. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de fl. 95 e por consequência DETERMINO a baixa destes autos. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605801-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria de Souza Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte Requerida para proceder o recolhimento das custas de impugnação à gratuidade judiciária, no valor de R$ 72,02 (setenta e dois reais e dois centavos), conforme Portaria 116/17 PTJ, (Procedimentos Incidentes, item 1), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo e comprovação nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Por oportuno, intimo a parte Autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GENILCE SIQUEIRA VIANA (OAB 8467/AM) - Processo 0608954-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: André Barros da Silva - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0620165-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: ERIVALDO COUTINHO GOMES - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos

constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte: I - Condeno o Requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a restabelecer ao Autor Erivaldo Coutinho Gomes o auxílio-doença acidentário NB 5535928646, desde a data da cessação indevida (31/03/2013) até o término da análise da reabilitação profissional, bem como as parcelas em atraso, as quais serão apuradas em sede de liquidação de sentença. Conforme decidido nos autos do RE 870947, os valores vencidos serão acrescidos de juros de mora com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança (TR), conforme disposto no art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, na redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, a contar da citação (S. 204 do STJ) e correção monetária calculada pelo IPCA-E a contar do vencimento de cada parcela do benefício concedido. II - Presentes os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela para que o Requerido implante o benefício auxílio-doença acidentário, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, ainda que recebido no duplo efeito, dado o caráter alimentar da prestação. Improcedentes os demais pedidos. IV - Condeno, ainda, o Requerido a pagar as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre as parcelas vencidas até esta sentença (S. 111 do STJ). P.R.I.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0621963-97.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Considerando o recolhimento de custas à fl. 88, de ordem, expeça-se o competente Mandado ao endereço indicado em fl. 80.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0624685-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Maria Jose Souza Rezende - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para condenar o Requerido Instituto do Seguro Social - INSS a restabelecer o benefício auxilio-doença acidentário (NB 5486621970) à Autora Maria José Souza Rezende, devendo proceder ainda o pagamento dos valores vencidos desde a data de sua indevida cessação (11/04/2017). Conforme decidido nos autos do RE 870947, os valores vencidos serão acrescidos de juros de mora com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança (TR), conforme disposto no art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, na redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, a contar da citação (S. 204 do STJ) e correção monetária calculada pelo IPCA-E a contar do vencimento de cada parcela do benefício concedido. Em atenção ao disposto no art. 60, § 8.º da Lei 8.213/91, fica consignado, desde já, que o benefício previdenciário perdurará durante o prazo de um ano, (item "p" à fl. 197), salvo se a segurada requerer no âmbito administrativo sua prorrogação perante a requerida. Improcedentes os demais pedidos. Presentes os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela para que o Requerido implante o benefício auxílio-doença, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, ainda que recebido no duplo efeito, dado o caráter alimentar da prestação. Condeno, ainda, o Requerido a pagar as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre as parcelas vencidas até esta sentença (S. 111 do STJ). P.R.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0636633-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nubia Maria Batista Mendes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte Requerida para proceder o recolhimento das custas de impugnação à gratuidade judiciária, no valor de R$ 72,02 (setenta e dois reais e dois centavos), conforme Portaria 116/17 PTJ, (Procedimentos Incidentes, item 1), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo e comprovação nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Por oportuno, intimo a parte Autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCOS KERESZTES GAGLIARDI (OAB 188129/SP), ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: CLEMILTON LUCIO BRAÑA (OAB 10906/AM) - Processo 0638120-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Yara Silva Araújo e outro - REQUERIDO: Rufino Comércio de Alimentos Ltda (baratão da Carne Supermercados) - Nobel do Brasil Ltda e outro - De ordem, dê-se vista ao Ministério Público pelo prazo de 30 (trinta) dias, na forma do art. 178, II do CPC.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0638127-45.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ipiranga Produtos De Petróleo S.A. - De ordem, fica intimada a parte exequente para juntar o demonstrativo atualizado do crédito no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0641477-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Eurimar Valentim de Souza - Tenho o entendimento que a prova pericial tem a finalidade de verificar a existência ou inexistência de fatos alegados na inicial, devendo o perito através do laudo pericial demonstrar as razões do seu convencimento na conclusão do mesmo. Analisando os elementos havidos nos autos, verifico que no Laudo Pericial de fls. 74/79, o perito designado para verificar a alegada incapacidade parte foi omisso quanto aos eventos narrados na petição inicial, ou seja, não respondeu se a parte Requerente é portadora de doenças como: Fibromialgia, Traumatismo superficial do abdome, do dorso e da pelve; contusão do dorso e da pelve; dor lombar baixa ou outros traumatismos de coluna e tronco de nível não especificado e dores articulares, bem como o grau das doenças, se existirem. Diante o exposto, DETERMINO a nova realização da perícia médica para melhor elucidação do caso em tela por este juízo. Após, voltem-me os autos conclusos para decidir acerca da preliminar de Incompetência alegada na Contestação de fls. 86/99, dos autos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0654837-38.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, intimo a parte Autora para efetuar o pagamento das custas de consulta de endereços via sistemas conveniados BacenJud/Renajud/InfoJud/Siel, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a devida comprovação nos autos, procedam-se as consultas solicitadas.

ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 381A/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0717107-11.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO SOARES RAMOS - REQUERIDO: A. MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA. - De ordem, remeto os autos para à contadoria para verificação de custas processuais.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: KAMILA DA SILVA FREITAS (OAB 8458/AM) - Processo 0717349-67.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento

- REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: FRANCISCO ROCHA DE SOUZA - De ordem, intimo a parte Autora para efetuar o pagamento das custas de consulta de bens via sistema conveniado Renajud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a devida comprovação nos autos, proceda-se a consulta solicitada.

ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 381A/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Clemilton Lucio Braña (OAB 10906/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Genilce Siqueira Viana (OAB 8467/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Kamila da Silva Freitas (OAB 8458/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcos Keresztes Gagliardi (OAB 188129/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: MARCELO RAYES (OAB 141541/SP), ADV: LUDIMILSON FIGUEIREDO DE SA NOGUEIRA (OAB 002.947/AM), ADV: MARCELA TOMAZ DA LAPA MOURÃO (OAB 5518/AM), ADV: ANA BETHANIA MARINHO LOBATO (OAB 003.545/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0045773-98.2010.8.04.0012 (012.10.045773-0) - Cumprimento de sentença - Depósito - REQUERENTE: Ecil - Construcao e Terraplanagem Ltda - REQUERIDO: Banco Industrial e Comercial S/a _ Bicbanco - De ordem, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: FERNANDA GABRIELLA FERREIRA E SILVA (OAB 9442/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4.861/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0358742-13.2007.8.04.0001 (001.07.358742-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: S.B. Comércio Ltda - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento da despesa da consulta eletrônica Infojud, na forma da portaria 116/17 PTJ/AM. Prazo de 10 dias.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP) - Processo 0605986-70.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANTÔNIO CARLOS BARBOSA FONSECA e outros - LITSPASSIV: Banco Brasileiro de Desconto - Bradesco S/A - Agencia (3142) e outro - Reporto-me acerca das preliminares apresentadas em sede de Contestação às fls. 119/141, de maneira que, em análise detida dos autos, concluo que as mesmas confundem-se com o mérito desta ação, motivo pelo o qual, deixo para analisá-las em sentença. Em ato contínuo. INTIMEM-SE as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0606270-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curadora especial dos Executados reveis, nos termos do art. 72, II do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, a qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PAULO CESAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: MARIVAN PEREIRA DE MATTOS (OAB 10066/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: VICENTE DE PAULO ARMOND DE MELO (OAB 1828/AM) - Processo 0607358-20.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Planos de Saúde - REQUERIDO: H.S.J. - Bradesco Saúde S/A - Recebi hoje. Em atenção às petições de fls. 493/494, DEFIRO o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para produção de provas, devendo as partes juntar aos autos documentos e requerimentos pertinentes justificando-os.

ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM) - Processo 0608193-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Fábio Tavares Amorim - Recebi hoje no estado. INTIME-SE o Exequente para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito pleiteado, no prazo de 10 (dez) dias. Após, INTIME-SE eletronicamente o Executado para apresentar manifestação ou informar se há possibilidade de compensação de créditos, no prazo de 30 (trinta) dias. Torno sem efeito a decisão lançada nas fls. 69/70 proferida pelo meu antecessor. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0609322-43.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Rio Solimões Distribuidora de Bebidas Ltda - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Expeça-se mandado para os devidos fins. Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é

admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...).” (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0609991-04.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curadora especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0617177-78.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls. 200/201, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0621665-13.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Anacleta da Conceição Cunha Diniz e outro - De ordem, intimo o INSS, conforme Despacho de fl. 136, prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0621885-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Carlos Alberto Lopes Bezerra Junior - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0622554-93.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre a cerca da Certidão do Oficial de Justiça às fls. 140, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0624719-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: GLAUCIA DIDIA SOARES LASMAR - REQUERIDO: São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 45071A/RS), ADV: CARLOS EDUARDO DOMINGUES AMORIM (OAB 40881/RS) - Processo 0625276-03.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Marcopolo S. A. - Considerando o recolhimento de custas às fls. 165/167, de ordem, expeço carta visando a intimação dos Executados para pagarem voluntariamente o montante da condenação, acrescidas das custas se for o caso, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 523 c/c 513, §2º, II, ambos do CPC.). Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. (art. 525 do CPC).

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0625901-37.2017.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - De ordem, intimo a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, promover o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. (art. 485, III, do CPC).

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0631508-31.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, intimo a exequente para informar qual Executado deverá ser citado e em qual endereço, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES F. LUNIERE JÚNIOR (OAB 2987/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0632129-62.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Talento Recursos Humanos Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo o perito para, no prazo de 15 dias, responder aos pedidos de esclarecimentos.

ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM), ADV: FERNANDO DENIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0632214-14.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Jaks Serviçoes Comércio e Representação Ltda e outro - Analisando os elementos havidos nos autos, verifico que a Executada interpôs recurso de Agravo de Instrumento sob o n.º 4002527-39.2018.8.04.0000, em face da decisão de fls. 97/98. Desta forma, para melhor análise do pedido de fls. 142/143, INTIME-SE a parte Exequente para que informe a este juízo se houve o trânsito em julgado do referido recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0634023-73.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: MAURILIO SANTOS DE ARAUJO - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0634689-06.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - De ordem, intimo a parte vencedora para manifestação no prazo de (10) dez dias.

ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 354991/SP), ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0637043-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JOSÉ VILAÇA DA SILVA - REQUERIDO: EXPRESSO COROADO LTDA - Companhia Mutual de Seguros - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: IGOR BARBOSA FERREIRA (OAB 5464/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0637952-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Carlos Reston Filho - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0638622-55.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre a cerca da Certidão do Oficial de Justiça às fls. 133/134, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0639288-56.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre a cerca da Certidão do oficial de Justiça às fls. 146, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0640774-42.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Iaa - Indústria Amazonense de Alumínio Ltda - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM), ADV: ROSANA MALATESTA PEREIRA (OAB 96368/SP), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: LUIZ ROBERTO STAMATIS DE ARRUDA SAMPAIO (OAB 50881/SP), ADV: SERGIO MAURICIO VALLE DOS SANTOS RIBEIRO (OAB 179094/RJ), ADV: ALEXANDRE OTÁVIO DE ARAÚJO LIMA (OAB 97679/RJ), ADV: PEDRO CAVALCANTI DE ALMEIDA ROCHA (OAB 200778/RJ), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: WILSON GUILHERME BARBOSA GARCIA VARGAS (OAB 318871/SP), ADV: FRED GERSON DE SOUZA PINHEIRO (OAB 8444/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM) - Processo 0642210-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Cta - Cleiton Táxi Aéreo Ltda - REQUERIDO: Allianz Seguros S/A - Jvc Aerotáxi Ltda e outro - LITSPASSIV: Armindo Inocencio Oliveira - ME - JOSÉ ROBERTO PINTO SERRÃO - Maria do Carmo Barros de Azevedo e outros - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Alexandre Otávio de Araújo Lima (OAB 97679/RJ)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Ana Bethania Marinho Lobato (OAB 003.545/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Silva Navega (OAB 354991/SP)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Domingues Amorim (OAB 40881/RS)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (OAB 9442/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Denis Martins (OAB 182424/SP)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Fred Gerson de Souza Pinheiro (OAB 8444/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igor Barbosa Ferreira (OAB 5464/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Bezerra da Silva (OAB 6262/AM)
João Joaquim Martinelli (OAB 45071A/RS)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4.861/Am)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Ludimilson Figueiredo de Sa Nogueira (OAB 002.947/AM)
Luiz Maurício de Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luiz Roberto Stamatis de Arruda Sampaio (OAB 50881/SP)
Marcela Tomaz da Lapa Mourão (OAB 5518/AM)
Marcelo Rayes (OAB 141541/SP)
Marcondes F. Luniere Júnior (OAB 2987/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Marivan Pereira de Mattos (OAB 10066/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Cesar Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
Pedro Cavalcanti de Almeida Rocha (OAB 200778/RJ)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rosana Malatesta Pereira (OAB 96368/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sergio Mauricio Valle dos Santos Ribeiro (OAB 179094/RJ)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Vicente de Paulo Armond de Melo (OAB 1828/AM)
Wilson Guilherme Barbosa Garcia Vargas (OAB 318871/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2019

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0202631-25.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Comparece aos autos a parte Requerente pleiteando a Citação por Edital da parte Requerida . Esclarece-se que a Citação por Edital somente deve ser realizada após se esgotarem as diligências cabíveis para a localização do destinatário do ato citatório, inclusive àquelas que se impõem ao Juízo (art. 256, §3º do CPC). Corroborando a tese, os julgados a seguir: APELAÇÃO CÍVEL. CITAÇÃO POR EDITAL. MEIOS PARA LOCALIZAÇÃO DOS RÉUS NÃO FORAM ESGOTADOS. NULIDADE DO ATO. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. REMESSA DOS AUTOS À ORIGEM PARA REFAZIMENTO DO ATO CITATÓRIO. DERAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (TJ-RS - AC: 70069701977 RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Data de Julgamento: 01/09/2016, Décima

Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/09/2016) AGRAVO DE INSTRUMENTO. USUCAPIÃO. NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. Ocorrência. Não esgotamento das vias de praxe para localização pessoal dos réus. Citação por edital que é medida excepcional cabível somente depois de esgotados todos os meios de localização. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS. Providência desnecessária. Assegurada a devolução de prazo para apresentação de contestação, bem como o direito à produção de provas. Medida suficiente para garantir a ampla defesa aos agravantes. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-SP - AI: 22190601920158260000 SP 2219060-19.2015.8.26.0000, Relator: Rosangela Telles, Data de Julgamento: 01/03/2016, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/03/2016). Desse modo, verificando que não houve esgotamento das diligências para localização de endereço válido para citação, indefiro o pedido de Citação por Edital e determino que seja expedido mandado/carta de citação para o requerido, cujo endereço consta às fls. 337/339. Isto posto, intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento das custas pertinentes s, devendo recolher a Guia de Recolhimento Judicial e juntar aos autos a sua comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, em conformidade com a Portaria nº 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça. Após, comprovado o efetivo pagamento, proceda-se com a expedição de mandado/carta. . Restada infrutífera a citação, intime-se a parte Requerente para se manifestar sobre o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM), ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM), ADV: PEDRO PAES DA COSTA (OAB 1347/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0217059-51.2008.8.04.0001 (001.08.217059-3) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Alan da Costa Andion e outro - EXECUTADO: Pedro Martins da Silva - PLACIBRAS DA AMAZÔNIA - FILIAL e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0602692-05.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Helisson da Silva Gonçalves - Defiro a petição de fls. 195. Intime-se a patrona da parte Autora para que, no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se acerca do requerimento de cumprimento do sentença feito as fls. 178/179, ratificando-o ou aditando-o. Apos, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: RAMIRO SOTO ALVARADO (OAB 12436/AM) - Processo 0602787-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Maria do Socorro Souza Alves - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0604628-65.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Verifica-se nos autos que o mandado de fls. 78 não fora cumprida até a presente data, conforme noticia a certidão de fls. 84. Diante disso, expeça-se oficio a central de mandados via malote para proceder com o seu cancelamento do mandado, pois já se passaram mais de seis meses sem qualquer informação sobre o seu cumprimento. Após, expeça-se novo mandado sem onus a parte. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: FABIANA BARBOSA DE SOUZA (OAB 10775/AM) - Processo 0608209-59.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - REQUERIDA: Cléa Tibúrcio de Carvalho - Em cumprimento ao Despacho na fl. 189, intimo a parte Requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0610988-79.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Condomínio Residencial Villa Dei Fiori - Defiro o pedido de parcelamento nos termos requeridos pela parte Autora. Intime-se a Requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, efetue o pagamento da 1ª parcela das custas iniciais da ação devendo colacionar aos autos copia do comprovante de pagamento da guia a ser recolhida. Apos, voltem-me conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0612144-10.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: JOSÉ CLEMENTINO DA SILVA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de informar o número do CPF da Requerida , pratica necessária para consulta BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: DIEGO CASTRO AMARAL (OAB 11339/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCIO FERNANDES JUNIOR (OAB 11338/AM) - Processo 0615220-42.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jorge Luiz Xavier Miranda - LITSPASSIV: São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda - Santa Leônica Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0621131-64.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Trata-se do não cumprimento do mandado, nos termos da certidão fls. 104 dos autos. De tal modo, expeça-se oficio à Central de mandados via malote para o cancelamento do referido mandado, tendo em vista a falta de informação sobre o não cumprimento há mais de seis meses. Após, expeça-se novo mandado sem onus a parte. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0624607-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valdelina da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Valdelina da Silva, nos autos devidamente qualificado e representada, ajuizou Procedimento Comum/PROC em face de Hapvida Assistência Médica Ltda., igualmente qualificado nos autos. Entretanto, a parte Valdelina da Silva deixou de se manifestar acerca despacho de fls. 53 não cumprindo com a diligência a si imposta, quedando-se inerte. Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte Valdelina da Silva em dar prosseguimento ao presente processo, no prazo previamente estipulado, razão pela qual julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0624668-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Trata-se do não cumprimento do mandado, nos termos da certidão de fls 155. De tal modo, expeça-se oficio à Central de mandados via malote para cancelar o referido mandado, sem o devido cumprimento há mais de seis meses . Após, expeça-se novo mandado sem onus a parte. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM) - Processo 0624884-63.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Reinaldo de Araujo Campelo - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que tome ciência da petição de fls. 410, e se manifeste, caso queira.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: EUNICE VALENTE LIMA RIBEIRO (OAB 5315/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0625638-44.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: RENATA CRISTINA SCHIMPL - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RICARDO ANDREASSA (OAB 195865/SP), ADV: LUCIANA BUCHMANN FREIRE (OAB 107/SP), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: GABRIELA ROGGIERO (OAB 299390/SP), ADV: EVELYN DE SOUZA LIMA (OAB 226823/SP), ADV: ANDRÉ CORSINO DOS SANTOS JUNIOR (OAB 273769/SP), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0627672-84.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Maria Leuma Cassiano Oliveira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intimem-se as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias,manifestarem-se sobre os cálculos da r, Contadoria às fls. 597/598. Após, voltem-me conclusos para decisão. Intimem-se e Cumpra-se

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM) - Processo 0632572-81.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: VALDOMIRO DE SOUZA AZAVEDO - REQUERIDO: MARIO LOPES SANTOS - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: BRUNA LUCENA DOS SANTOS (OAB 9653/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0636959-37.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0601145-66.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Oton Gomes de Oliveira - EXECUTADO: CEPRODONTO-Centro de Estudo Pesquisa e Reabilitação Oral Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE), ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: GENILCE SIQUEIRA VIANA (OAB 8467/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM) - Processo 0637101-12.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: FRANCISCO FERREIRA LIMA - REQUERIDO: Rezende Caminhoes Comercio e Representacoes Ltda - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - DENUNCIADO: Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 15/04/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala de audiência nº 1 do Cartório da 1ª UPJ, Av. Valério Botelho de Andrade, S/N, Fórum Des. Euza M. N. Vasconcello, 7º andar, São Francisco - CEP 69057-015, Fone: 3303-5066, Manaus-AM.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0637664-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: MAURA CAROLINE ALVES SOEIRO - REQUERIDO: N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda. - Defiro o pedido de fls 206. Intime-se a requerida para que, no prazo de 5 (cinco) dias, constitua novo patrono, e, por oportuno, requeira o que de direito, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0637664-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: MAURA CAROLINE ALVES SOEIRO - REQUERIDO: N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda. - No que diz respeito ao despacho de fl. 207, a intimação para o efetivo prosseguimento do feito, leia-se . Por oportuno, intime-se a Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que de direito, sob pena de extinção. Intime-se e Cumpra-se

ADV: RICARDO RUFINO PONTES (OAB 27443/CE) - Processo 0642372-65.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Casablanca Turismo e Viagens Ltda - Verifica-se nos autos que o mandado de fls.106 não fora cumprida até a presente data, conforme noticia a certidão de fls. 110. Diante disso, expeça-se oficio a central de mandados via malote para proceder com o seu cancelamento do mandado, pois já se passaram mais de seis meses sem qualquer informação sobre o seu cumprimento. Após, expeça-se novo mandado sem onus a parte. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP) - Processo 0642406-74.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Banco Volkswagen S/A, nos autos devidamente qualificado e representada, ajuizou Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC em face de Renan Venancio de Souza ME, igualmente qualificado nos autos. Este Juízo concedeu prazo de 15 dias, para o requerente manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, conforme Despacho de fls. 168 . Entretanto, a parte Banco Volkswagen S/A deixou de se manifestar acerca do despacho, não cumprindo com a diligência a si imposta, quedando-se inerte. Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte Banco Volkswagen S/A em dar prosseguimento ao presente processo, no prazo previamente estipulado, razão pela qual julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0645357-36.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0653328-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0660885-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - O Requerente Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC em face de Gleison Guedes Marques, igualmente qualificado, e, durante o trâmite do processo, ingressou com pedido de Desistência, conforme o petitório de fls. 59. Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Custas pagas pelo autor. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos. P. R. I. C.

Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
andré corsino dos santos junior (OAB 273769/SP)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bruna Lucena dos Santos (OAB 9653/AM)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Castro Amaral (OAB 11339/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Eunice Valente Lima Ribeiro (OAB 5315/AM)
evelyn de souza lima (OAB 226823/SP)
Fabiana Barbosa de Souza (OAB 10775/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gabriela Roggiero (OAB 299390/SP)
Genilce Siqueira Viana (OAB 8467/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Bezerra da Silva (OAB 6262/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Buchmann Freire (OAB 107/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
MARCIO FERNANDES JUNIOR (OAB 11338/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro Paes da Costa (OAB 1347/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Ramiro Soto Alvarado (OAB 12436/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Andreassa (OAB 195865/SP)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
RICARDO RUFINO PONTES (OAB 27443/CE)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0080/2019

ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: ROSÂNGELA BENTES CAMPOS (OAB 001.956/AM) - Processo 0007058-75.1996.8.04.0012 (012.96.007058-9) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - EXEQUENTE: Raimundo Muniz de Figueiredo - EXECUTADO: Brastex Comercial Exportadora Ltda. e outros - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.” Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM) - Processo 0241172-25.2015.8.04.0001 (processo principal 0630024-20.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Volkswagen S/A - O Requerente Banco Volkswagen S/A, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação de Cumprimento de Sentença/PROC em face de Doralice Vale de Queiroz, igualmente qualificado, e, durante o trâmite do processo, ingressou com pedido de Desistência, tendo em vista conforme o petitório de fls. 163/164. Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Custas pagas pelo autor. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos. P. R. I. C.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0600125-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Rosario Rodrigues da Silva - Defiro à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Para concessão desta liminar, faz-se necessário analisar a "probabilidade do direito", o "perigo na demora" ou o "risco ao resultado útil do processo", requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 303 do Código de Processo Civil. No que tange à probabilidade do direito, verifico seu preenchimento com a juntada das faturas de fornecimento de energia elétrica onde podemos constar a média de consumo da parte autora (U.C. 3955133), a alteração substancial do valor das novas cobranças após a troca dos equipamentos da concessionária de energia e a tentativa da parte autora de solucionar administrativamente a excessiva cobrança. Acerca do perigo na demora, também vislumbro a sua existência, na medida em que o serviço de fornecimento de energia elétrica é bem essencial da coletividade, inerente ao bem estar social, à dignidade da pessoa humana, não podendo, em regra geral, ser interrompido quando verificado indícios de vício no fornecimento do serviço público. Diante do exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, determinando a intimação da ré para que a mesma se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica à parte autora em razão dos debitos em comento. DETERMINO que a concessionária ré se limite a efetuar as cobranças vincendas, referentes à prestação do serviço de energia elétrica, apurando a média real de consumo da parte autora, uma vez que a mesma protocolou administrativamente reclamação junto à concessionária em 2016. DETERMINO ainda que a parte ré se abstenha de efetuar cobrança referentes às faturas vencidas e não pagas, bem como de inserir o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes em relação às faturas ora contestadas, até o deslinde da presente demanda. Acaso a parte ré descumpra quaisquer das tutelas concedidas à parte autora, estará sujeita a aplicação de multa astreinte no valor de R$ 1.000,00 por dia de descumprimento, limitando o valor de R$ 15.000,00. Cite-se a Ré e intimem-se as partes autora/ré para comparecerem à audiência de conciliação preliminar a que alude o art. 334 do CPC, designada para o dia 29/04/2019, às 08h30min, a ser realizada no CEJUSC - Cível. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado" (Art. 334, §8º, do CPC). Cite-se.Intimem-se. Cumpra-se com a urgência que se requer.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0600150-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Eusinaia Torres de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0600513-06.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - EXEQUENTE: MARIA EDUARDA PEREIRA DOS ANJOS e outro - EXECUTADO: MEDISERVICE - Administradora de Planos de Saude S/A e outro - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0600612-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcelo Santos da Costa Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos verifico que a Audiência Preliminar de Conciliação restou infrutífera ante a ausência da parte Requerida, uma vez que não houve expedição de intimação deste juízo à parte ré. Contudo, ressalto que as fls. 44/45 houve juntada dos documentos de representação do Banco Requerido razão pela qual dá-se como suprido o ato citatório. Isto posto, determino a realização de nova audiência de conciliação para o dia 29/04/2019 as 9:30 a ser realizada no CEJUSC-CÍVEL. Intimem-se as partes acerca do feito. Apos, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM) - Processo 0600809-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Eduardo de Souza Braga - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0601839-64.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - Defiro o pedido de fls. 197. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0602773-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Alenice Almeida Diniz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro gratuidade da justiça. Aduz a parte Requerente que possui conta corrente com o Banco Requerido e ao analisar minuciosamente seu extrato bancário, constatou que desde Março/2017 é cobrado mensalmente pela instituição financeira valores denominados "Bradesco Vida Prev-Seg.Vida", os quais são debitados em sua conta corrente sem terem sidos contratados pela Requerente, bem como sem sua anuência e qualquer aviso prévio. Diante disso, a parte Requerente sentiu-se lesada e veio buscar amparo às portas do Poder Judiciário para tentar solucionar o impasse narrado. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Pois bem, sem adentrar no mérito, nota-se neste momento processual, tratar-se de possível ilícito praticado pelo Banco Requerido, visto algumas práticas afrontosas ao direito do consumidor que facilmente já se pode identificar, como o serviço não solicitado pelo consumidor e possível enriquecimento ilícito. A documentação juntada aos autos, bem como os fatos narrados pela parte Requerente, a mim apresentam-se suficiente para a concessão do benefício pleiteado. Dessa forma, defiro o pedido de antecipação de tutela, oficie-se ao Banco Bradesco S/A para que, no prazo de 15 (quinze) dias, suspenda os descontos intitulados "BRADESCO VIDA PREV-SEG.VIDA." até o deslinde da presente demanda, sob pena de incidir em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser convertido em favor da parte Requerente. Defiro a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, ante a vulnerabilidade do consumidor, bem como sua hipossuficiência técnica e econômica. Ademais, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos".] Diante disso, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação no CEJUSC - Cível para o dia 08/04/2019 às 10:00hrs Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Oficie-se. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0602832-10.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBSON PARENTE RIBEIRO (OAB 10470/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM) - Processo 0603419-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Porfirio da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art. 203, §4º do CPC c/c o art. 8º, II da Portaria nº 1985/2017, intime-se a parte Requerida para trazer aos autos contrato(s) formalizado(s) entre as partes no prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem os autos conclusos para Sentença.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0603543-10.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Raul da Silva Façanha - A parte Exequente requer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada na ação de nº 0617071-24.2013.8.04.0001 para atingir patrimônio dos sócios. Identificada a matéria. Decido. Compulsando detidamente os autos, observa-se que a empresa Executada fora devidamente intimada para pagar o valor exequendo, porém, quedou-se inerte. Fora ainda deferida a penhora de valores nas contas bancárias da mesma mas infrutífera tentativa. Houve consulta de bens via RENAJUD e ERIDFT, porém, sem sucesso na obtenção da satisfação da dívida. Não obstante, a parte Exequente colacionou aos autos certidão da Receita Federal informando que a empresa executada encontra-se inapta (fls. 6). A penhora de bem pessoal pertencente aos sócios da empresa é possível quando for declarada a desconstituição da personalidade jurídica da sociedade, quando demonstrado abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade na administração dos negócios, confusão patrimonial ou atos de má gestão. No caso dos autos, observo que a parte exequente busca incansavelmente a satisfação de seu crédito, restando frustradas todas as tentativas nesse sentido. Ora porque a empresa executada não cumpriu espontaneamente o pagamento da condenação imposta, ora porque não foram encontrados valores na conta da executada, via Sistema BacenJud. Ressalte-se ainda a irregularidade da empresa perante a Receita Federal, o que traz a presunção de ineficácia quanto à satisfação do crédito exequendo em outras tentativas de localização dos seus bens. Assim, forçoso reconhecer que os elementos trazidos aos autos dão conta de que a empresa executada, encontra-se praticamente encerrada, visto que não há evidências de que a mesma não esteja mais operando no mercado, tampouco tenha qualquer tipo de patrimônio em seu nome, que possa ser oferecido para garantir o crédito exequendo. Dessa forma, tenho que houve violação do contrato social da empresa executada, evidenciada pela desativação das suas atividades comerciais, não reservando, minimamente, bens para garantir suas dívidas, sendo possível e necessária, na hipótese, a aplicação da doutrina da disregard of legal entity, a fim de buscar dar efetividade à função jurisdicional, uma vez que aparentemente agiram com má fé os sócios, frustando, com isso, qualquer possibilidade dos credores obterem a satisfação de seus créditos. Vejo, por isto, caracterizado o abuso de direito no uso da personalidade jurídica a teor do art. 50 do CC, situação na qual a personalidade pode ser desconsiderada, permitindo-se, então, que a penhora recaia em bens dos sócios, o que se autoriza restritivamente ao presente processo. Portanto, tenho que os sócios devem responder pessoal, solidária e ilimitadamente, para com a sociedade e perante terceiros pelos atos praticados em violação à lei. Pondere-se que a dissolução irregular, sem notícia sobre o destino dado ao patrimônio e sem preocupação em liquidar o passivo constitui-se, sem dúvida, a hipótese reclamada. A propósito, vejamos a jurisprudência pátria neste sentido: "EMENTA: EXECUÇÃO - PESSOA JURÍDICA - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. POSSIBILIDADE. Embora seja indiscutível que a empresa e os seus sócios representam pessoas distintas, tem-se como certo que aquela não passa de uma projeção das atividades dos próprios sócios, sendo possível, em ação executiva movida contra a mesma, penhorar-se bens dos sócios, não podendo essa dupla personalidade entravar a própria ação do Estado, embaraçando a satisfação do direito creditício do exeqüente e, de forma mais ampla, a realização da justiça. Constatado que a empresa executada encerrou suas atividades, não deixando quaisquer bens para garantir suas obrigações, viável se torna o decreto da desconsideração da personalidade jurídica, de modo a permitir que os bens dos sócios possam responder pela execução."(TJMG - AGRAVO Nº 1.0433.96.000936-6/001 - COMARCA DE MONTES CLAROS - AGRAVANTE(S): ARLINDO SILVERIO DE SOUZA - AGRAVADO(A)(S): AMOBÍLIA TRANSPORTADORA DE MÓVEIS LTDA - RELATOR: EXMO. SR. DES. FERNANDO CALDEIRA BRANT Publicação 29/03/2008) Do exposto, DEFIRO a desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, a fim de permitir que a execução avance sobre o patrimônio dos sócios Célio Pedrosa de Souza Lo e Cristina de Castro Moraes. Citem-se os sócios para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o que entenderem de direito, nos termos do art. 135 do CPC. Realizada a citação dos sócios e decorrido o prazo de defesa, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Carecendo de qualquer ato de mero prosseguimento do feito, façam-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0603796-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Luiz Antonio Nogueira Garcia - Defiro gratuidade da justiça. Trata-se de Ação Declaratória de Inexibilidade de Débito c/c Danos Morais e Pedido de Tutela de Urgência entre as partes em epígrafe. Aduz a parte Requerente que firmou contrato de empréstimo consignado, no ano de 2016 no valor de R$ 1.388,72 (mil trezentos e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos). Alega ainda que passou a suspeitar da forma de desconto das parcelas do contrato de empréstimo em seu contracheque, uma vez que as mesmas não apresentavam uma sequencia numérica, sendo impossível identificar o quantum devido. Assim, o Autor entrou em contato com o Requerido para saber o que havia ocorrido e como deveria proceder para quitar o débito de forma antecipada, tendo sido informado pelo mesmo da impossibilidade da medida, uma vez que o Autor havia contratado empréstimo por meio de cartão de crédito, esclarecendo que o empréstimo consignado, na verdade era um saque por meio de cartão de credito consignado e que os valores descontados em folha eram referentes aos juros e somente o pagamento mínimo do referido cartão. O Autor salienta que tinha ciência de um cartão ligado a contratação do empréstimo, contudo, fora informado que o mesmo era um cartão comum e um produto a parte sem vinculo com o valor do empréstimo, tendo o Requerido omitido a informação de que se tratava de um cartão consignado, bem como a real natureza do contrato celebrado. Diante disso, a parte Requerente sentiu-se lesada e veio buscar amparo às portas do Poder Judiciário para tentar solucionar o impasse narrado. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Pois bem, sem adentrar no mérito, nota-se neste momento processual, tratar-se de possível ilícito praticado pelo Banco Requerido, visto algumas práticas afrontosas ao direito do consumidor que facilmente já se pode identificar, como a venda casada, serviço não solicitado pelo consumidor e possível enriquecimento ilícito. A documentação juntada aos autos, bem como os fatos narrados pela parte Requerente, a mim apresentam-se suficiente para a concessão do benefício pleiteado. Dessa forma, defiro o pedido de antecipação de tutela, oficie-se á SEAD - Secretaria de Estado da Administração e Gestão para que se abstenha de efetuar descontos na folha de pagamento da parte Requerente (Matrícula130.569-7B) intitulado "OLE BONSUC. CARTAO", no prazo de 15 (quinze) dias, até o deslinde da presente demanda, sob pena de incidir em crime de desobediência, além das responsabilização administrativa e civil do servidor encarregado pelo cumprimento da ordem judicial. Defiro a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, ante a vulnerabilidade do consumidor, bem como sua hipossuficiência técnica e econômica. Ademais, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Diante disso, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação no CEJUSC - Cível para o dia 22/04/2019 às 11:00 hrs. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 335 do CPC. Oficie-se. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE DA SILVA LOPES (OAB 13817/AM) - Processo 0603825-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: A.I.E.R.C. - Compulsando os autos, verifico que a parte requerente, ao elaborar sua petição inicial, deixou de apresentar os fundamentos jurídicos em que baseia seu pedido, conforme preconiza o inciso III do artigo 319 do código de processo civil vigente, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: [...] III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; [...] Observa-se ainda que não houve recolhimento das custas iniciais do processo. Isto posto, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, a fim de atender os requisitos da petição inicial instruindo-a com o fundamentos jurídicos do pedido, conforme versa o artigo 319, inciso III do Código de Processo Civil, bem como efetuar a juntada do comprovante de pagamento das custas iniciais do processo, sob pena de indeferimento liminar da ação. Decorrido o prazo retro, retornem-me os autos concluso para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: APARECIDA GUALBERTO DOS REIS (OAB 10471/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0603950-16.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Elizabete Souza da Silva e outro - REQUERIDA: Maria José Riate Braz - Trata-se de ação de reintegração de posse. Da análise dos autos, verifica-se que já tramita neste juízo ação de manutenção de posse de n° 0648337-53.2018.8.04.0001 onde também figuram as mesmas partes e discutem a posse do mesmo imóvel. Assim, ante a conexão das ações, deve-se apensar por dependência a presente ação à de n° 0648337-53.2018.8.04.0001, visto que primeiro distribuída. Defiro a gratuidade. Ante a fragilidade sumária de provas, a presente ação tramitará pelo procedimento comum, sem, contudo, perder o caráter possessório. Acautelo-me quanto à liminar pleiteada pelas partes Requerentes, uma vez que verifico necessidade de maior dilação probatória. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art.

343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se, a Secretaria, este Despacho Inicial, na íntegra.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0603963-15.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Disposições Diversas Relativas às Prestações - REQUERENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda - SAMEC - REQUERIDO: César Augusto Gomes Monteiro - Trata-se de ação de execução de título extrajudicial. A presente ação deve tramitar por dependência à ação de n° 0652825-51.2018.8.04.0001, visto que possuem as mesmas partes e a controvérsia de ambas as ações são fundadas no mesmo contrato, nos termos do art. 55, §3° do CPC. Intime-se a parte excipiente para, no prazo de 5 (cinco) dias, fazer juntada da cópia de sua carteira de advogado. Ante a apresentação da exceção de pré-executividade, tenho por bem, antes de analisar a exordial da presente execução, intimar a parte exequente, ora excepta, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 38-48. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0604069-74.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Condominio Amazonas - Trata-se de ação de despejo decorrente de contrato de locação de imóvel para fins comerciais. Pugna a parte Requerente pela flexibilização da norma contida no art. 59, §1° da Lei 8.245/91, qual seja, prestar caução a menor. Preliminarmente, deve-se observar que para que haja concessão da liminar de despejo é requisito essencial o depósito de caução equivalente a 3 meses de aluguel, tal norma é de cunho obrigatório e não exceção, sob pena de desvirtuar a vontade do legislador. Em caráter excepcional poderia ser flexibilizada a regra em caso de comprovada hipossuficiência do locador, o que não verifico no caso. Dito isso, indefiro o pedido da parte Requerente me relação à caução a ser prestada. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que efetue a comprovação do pagamento da referida caução, sob pena de indeferimento da liminar vindicada. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM) - Processo 0604358-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: G M Consultoria Em Gestão Empresarial Ltda - Epp - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605006-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - O Requerente Banco Bradesco S/A, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC em face de Frank Rodrigues de Souza, igualmente qualificado. Devidamente intimado o Requerente para emendar a Inicial com os documentos necessários para prosseguimento do feito, cumprindo com a diligência a si imposta às fls. 35, não o fez, manifestando-se de forma diversa as fls. 38 e seguintes. Importante destacar que a documentação requerida trata-se de notificação extrajudicial ao devedor para efeitos de comprovação da mora, o que só ocorrerá ante a remessa da notificação ao endereço constante no contrato devendo a mesma ser recebida em seu destino, ainda que por parte de terceiros. O Superior Tribunal de Justiça possui o mesmo entendimento acerca do caso em comento, se não vejamos: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMPROVAÇÃO DA MORA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. 1. Para a constituição do devedor em mora nos contratos de alienação fiduciária, é imprescindível a comprovação de encaminhamento de notificação ao endereço constante do contrato, bem como de seu efetivo recebimento. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 1379274 SP 2013/0123179-7, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 08/04/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/05/2014) Ademais, ressalto que poderia a parte autora diligenciar administrativamente para efetivar a entrega da notificação e comprovar a mora da parte ré, bem como requerer diligencias neste sentido a este Juízo, entretanto, não houveram a parte Requerente limitou-se apenas em expedir uma única carta, visto que, da conferencia dos documentos, a carta juntada as fls. 32/34 é a mesma que fora juntada as fls. 45/47. O não cumprimento da determinação de emenda para sanear a ausência de juntada, bem como de diligencias administrativas nesse sentido importa em indeferimento da Inicial, nos termos do art. 320 do Código de Processo Civil. Em assim sendo, em cumprimento ao que versa o art 321 parágrafo único do CPC, indefiro a Petição Inicial, razão pela qual EXTINGO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, Inciso I do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0605177-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - O Requerente Banco Bradesco Financiamentos S/A, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC em face de Luiz Cleuton Ferreira das Chagas, igualmente qualificado. Devidamente intimado o Requerente para emendar a Inicial com documentos necessário para prosseguimento do feito, cumprindo com a diligência a si imposta às fls. 27, não o fez, quedando-se inerte. O não cumprimento da determinação de emenda para sanear a ausência de juntada, bem como de diligencias administrativas nesse sentido importa em indeferimento da Inicial, nos termos do art. 320 do Código de Processo Civil. Em assim sendo, em cumprimento ao que versa o art 321 parágrafo único do CPC, indefiro a Petição Inicial, razão pela qual EXTINGO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, Inciso I do Código de Processo Civil. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605401-18.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRANCISCA DANIELLE SOUSA UCHOA (OAB 12767/AM), ADV: FABRICIO VERDOLIN DE CARVALHO (OAB 28857/PR), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: DORIVAL ASSI JUNIOR (OAB 74006/PR) - Processo 0605583-67.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - REQUERIDO: M. Alves da Silva - ME - FRANCISCA DANIELLE SOUSA UCHOA - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (189/194) e documentos às Pág.(s) (195).

ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0606533-76.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso - EXECUTADO: Panorama Serviços Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA DO CARMO ALVES (OAB 296853/SP) - Processo 0607157-57.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - Tendo em vista a ausência de localização do bem e de seu devedor fiduciário, defiro o pedido de conversão da presente ação de busca e apreensão em ação executiva, nos termos do art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/1969. Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pelo exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. Acaso não seja encontrada a parte executada nos endereços indicados pela parte Exequente, uma vez requerido pela parte interessada, defiro desde já a consulta nos sistemas conveniados para fins de obtenção de endereços válidos para triangularizar a demanda. Diligenciado em todos os endereços encontrados nos sistemas conveniados, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, sob pena de extinção processual. Acerca das diligências retro, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017, da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, faz-se necessário o recolhimento das custas judiciais necessárias à efetivação das medidas vindicadas. Dessa forma, proceda com a intimação do Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da referida diligência. O pagamento será feito através de boleto bancário disponibilizado na própria página do TJAM. Realizadas todas as diligências retro, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0607250-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Jose Barros de Freitas Oliveira - Defiro a gratuidade. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607751-37.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. A requerimento da parte, com fundamento no art.782,§3º, doCPC, expeça-se ofício ao SPC e ao Serasa determinando que incluam o nome da parte Executada no cadastro de inadimplentes. Adiante, de acordo com o art. 828, caput, do CPC, determino à Secretaria que expeça certidão de que a presente execução foi admitida pelo Juízo, identificando as partes e o valor da causa, para fins de averbação à margem da matrícula

no Registro de Imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos à penhora, arresto ou indisponibilidade, obstaculizando, assim, a alienação fraudulenta de bens. Deverá a parte exequente informar este Juízo, em até 10 (dez) dias da concretização da averbação, sobre os atos efetivados (art. 828, §1º do CPC). Sendo a parte executada citada mas não apresentado embargos, não realizado o pagamento e não encontrado bens da mesma, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Outrossim, havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Retornado negativo o mandado/A.R., intime-se a parte Exequente para indicar endereço atualizado da parte Executada no prazo de 10 dias, procedendo-se, concomitantemente, este juízo, a consulta de novo endereço pelo sistema bacenjud, infojud, renajud e siel, acaso indicado nome da genitora. Localizado novo endereço, expeça-se Mandado de Citação. Acerca do Mandado retro e pesquisas nos sistemas conveniados, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário a intimação da parte interessada para o pagamento das diligências a serem cumpridas. Após, comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0607890-57.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Tendo em vista a ausência de localização do bem e de seu devedor fiduciário, bem como ante o esgotamento das diligencias para localização do mesmo, defiro o pedido de conversão da presente ação de busca e apreensão em ação executiva, nos termos do art. 4º, do Decreto-Lei n. 911/1969. Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pelo exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. Acaso não seja encontrada a parte executada nos endereços indicados pela parte Exequente, uma vez requerido pela parte interessada, defiro desde já a consulta nos sistemas conveniados para fins de obtenção de endereços válidos para triangularizar a demanda. Diligenciado em todos os endereços encontrados nos sistemas conveniados, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, sob pena de extinção processual. Acerca das diligências retro, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017, da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, faz-se necessário o recolhimento das custas judiciais necessárias à efetivação das medidas vindicadas. Dessa forma, proceda com a intimação do Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da referida diligência. O pagamento será feito através de boleto bancário disponibilizado na própria página do TJAM. Realizadas todas as diligências retro, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607894-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. A requerimento da parte, com fundamento no art.782,§3º, doCPC, expeça-se ofício ao SPC e ao Serasa determinando que incluam o nome da parte Executada no cadastro de inadimplentes. Adiante, de acordo com o art. 828, caput, do CPC, determino à Secretaria que expeça certidão de que a presente execução foi admitida pelo Juízo, identificando as partes e o valor da causa, para fins de averbação à margem da matrícula no Registro de Imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos à penhora, arresto ou indisponibilidade, obstaculizando, assim, a alienação fraudulenta de bens. Deverá a parte exequente informar este Juízo, em até 10 (dez) dias da concretização da averbação, sobre os atos efetivados (art. 828, §1º do CPC). Sendo a parte executada citada mas não apresentado embargos, não realizado o pagamento e não encontrado bens da mesma, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Outrossim, havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Retornado negativo o mandado/A.R., intime-se a parte Exequente para indicar endereço atualizado da parte Executada no prazo de 10 dias, procedendo-se, concomitantemente, este juízo, a consulta de novo endereço pelo sistema bacenjud, infojud, renajud e siel, acaso indicado nome da genitora. Localizado novo endereço, expeça-se Mandado de Citação. Acerca do Mandado retro e pesquisas nos sistemas conveniados, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário a intimação da parte interessada para o pagamento das diligências a serem cumpridas. Após, comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0607980-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. Adiante, de acordo com o art. 828, caput, do CPC, determino à Secretaria que expeça certidão de que a presente execução foi admitida pelo Juízo, identificando as partes e o valor da causa, para fins de averbação à margem da matrícula no Registro de Imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos à penhora, arresto ou indisponibilidade, obstaculizando, assim, a alienação fraudulenta de bens. Deverá a parte exequente informar este Juízo, em até 10 (dez) dias da concretização da averbação, sobre os atos efetivados (art. 828, §1º do CPC). Sendo a parte

executada citada mas não apresentado embargos, não realizado o pagamento e não encontrado bens da mesma, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Outrossim, havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Retornado negativo o mandado/A.R., intime-se a parte Exequente para indicar endereço atualizado da parte Executada no prazo de 10 dias, procedendo-se, concomitantemente, este juízo, a consulta de novo endereço pelo sistema bacenjud, infojud, renajud e siel, acaso indicado nome da genitora. Localizado novo endereço, expeça-se Mandado de Citação. Acerca do Mandado retro e pesquisas nos sistemas conveniados, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário a intimação da parte interessada para o pagamento das diligências a serem cumpridas. Após, comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0608008-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - O Requerente Bradesco Administradora de Consorcios Ltda, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC em face de D B Passos - Me, igualmente qualificado. Intimado o Autor as fls. 52 para emendar a inicial juntando aos autos documento indispensável a propositura da ação, não o fez, manifestando-se as fls. 55 requerendo o prosseguimento do feito e efetuando juntada de documento diverso do requerido por este Juízo. Vieram-me os autos conclusos para analise do pedido. É o relatório. Decido. Compulsando os autos verifico que o Banco Requerente colacionou aos autos Instrumento de Protesto constante as fls. 58/63 visando comprovar a mora da parte Requerida. Contudo, uma vez que seja viável a notificação da parte Requerida por meio do referido protesto, esta medida só poderá prosperar após esgotados todos os meios de localização do devedor. Da analise dos autos verifico que houve apenas uma única notificação extrajudicial, a qual retornou negativa conforme fls. 36, não tendo nada mais feito o Banco para efetivar a notificação e comprovar a mora do Requerido. Embora seja certo que o protesto por edital possui presunção de veracidade, não existe nos autos a comprovação que foram esgotadas as vias de localização do devedor para que tal providência pudesse ter sido utilizada. Esta Egrégia Corte de Justiça possui o mesmo entendimento acerca do esgotamento das medidas de localização do devedor, senão vejamos: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PROTESTO DO TÍTULO POR EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. I - A comprovação da mora é imprescindível para o ajuizamento da Ação de Busca e Apreensão pelo Decreto-Lei n.º 911/69, tal como preceitua o enunciado da Súmula n.º 72 do STJ. II - Só se admite o protesto da cédula de crédito bancário via edital quando comprovado que esgotados todos os meios possíveis de intimação pessoal do devedor, o que não ocorreu no caso em análise, haja vista única tentativa de notificação extrajudicial. Precedentes do STJ. III - Impõe-se a manutenção da extinção do feito, tendo em vista a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. IV - Recurso conhecido e desprovido. (TJ-AM 06029418720178040001 AM 0602941-87.2017.8.04.0001, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 16/04/2018, Terceira Câmara Cível). (Grifo nosso). Ademais, considerando que o protesto do titulo em questão ocorreu sem que houvesse o esgotamento das diligencias para citação pessoal por parte da Requerente, restou prejudicada a comprovação da mora, bem como a concessão da liminar. Diante disso, uma vez não cumprida a determinação de emenda a Inicial as fls. 52, o seu indeferimento é medida que se impõe, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Em assim sendo, JULGO EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no disposto no artigo 485, Inciso I do Código de Processo Civil. Custas pagas pelo autor. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0608258-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Comissão - REQUERENTE: 4E REPRESENTAÇÃO DE TELEFONIA - EIRELI - ME (nome fantasia 4E LINE) - Trata-se de Ação Cautelar ajuizada por 4E Representação em Telefonia - EIRELI - ME em face de Telemar Noste Leste S/A em que a parte Requerente pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. No caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Requerente e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). Levando em consideração que o juízo somente poderá indeferir pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade (CPC, art. 99, § 2.º), DETERMINO que a parte Requerente junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda OU comprovantes de renda/contracheque E extratos bancários dos 60 dias anteriores ao ajuizamento da ação e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Requerente intimada, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das custas iniciais da Ação ou requerendo o parcelamento nos termos da Portaria n° 490/2017-PTJ, sob pena de indeferimento da Inicial. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE DA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 11215/AM), ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM) - Processo 0608271-65.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Luzia de Sousa Melo - Trata-se do início da fase de cumprimento de sentença. Deve ser ressaltado que a parte Requerida, ora Executada, é beneficiária da justiça gratuita, conforme consta em sentença, incidindo a norma do art. 98, §3º do CPC quanto à suspensão da exigibilidade das despesas processuais e honorários advocatícios. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a

devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0609087-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Zumira da Silva Lima - Da análise da Inicial verifico que os valores apontados pela parte Autora de fato foram cobrados pela parte ré e sofreram grande variações, conforme os documentos de fls. 18/41. Contudo, para concessão da liminar pleiteada faz-se necessário não só o preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, mas o preenchimento dos requisitos da Petição Inicial no art. 319 do referido diploma. Desta feita, ao analisar os documentos de fls. 42/46 verifico que há protesto no 1º, 3º e 4º Tabelionato, entretanto, não há como identificar a sua origem e quem os realizou. O protesto ocorrido no 1º Tabelionato e impugnado na Inicial não possui nos autos informações da data do seu registro e do seu vencimento que possam embasar o pedido liminar. Acerca do protesto realizado no 3º Tabelionato, o qual é objeto do pedido liminar, verifico que o mesmo possui data de registro no dia 27/09/2017 e data de vencimento no dia 20/06/2017, não guardando, assim, relação com as faturas impugnadas na Inicial uma vez que as mesmas possuem data de vencimento no ano de 2018. Com relação ao protesto no 4º Tabelionato de Notas o mesmo tem como data de registro o dia 21/12/2016 e vencimento no dia 18/09/2015, contudo, tal protesto não é citado na Inicial e também não guarda relação, em cognição sumaria, com as faturas impugnadas pela parte Autora. Isto posto, intime-se a Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial juntando documentos que comprovem os fatos alegados na inicial e embasem o pedido liminar, a fim de atender o disposto no inciso VI do artigo 319 do CPC, sob pena de indeferimento e consequente extinção nos termos do art. 321, § único do CPC. Decorrido o prazo retro, volte-me conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS ALEIXO SANTOS DA CRUZ (OAB 9426/AM) - Processo 0609578-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: E.S.A. - Defiro a gratuidade. Decreto o segredo de justiça nos presentes autos, nos termos do art. 189, inciso III do CPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0609620-69.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo requerimento, autorizo a pesquisa de

novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei e apuração de responsabilidade processual. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0609670-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Elson Fabiano Castro França - O Requerente Elson Fabiano Castro França, nos autos devidamente qualificado e representado ajuizou a presente Ação de Procedimento Comum/PROC em face de Banco Bradesco S/A, igualmente qualificado. Ao analisar a Exordial da parte Requerente, houve suspeita de repetição da Ação, razão pela qual fora registrada pendência no sistema SAJ para que os dados da presente demanda fossem confrontados com os dados do Processo de n° 0651823-46.2018. Desta forma, este Juízo procedeu com a conferência dos dados da presente demanda com os dados do processo supracitado para que fosse retirada a suspeita de repetição da ação. É o relatório. Decido. Ao confrontar os dados desta Inicial e seus documentos as fls. 18/28 com os dados da Inicial do processo de n° 0651823-46.2018 e seus respectivos documentos este Juízo constatou que, de fato, as Ações são idênticas, uma vez que ambas possuem as mesmas partes, a mesma causa de pedir, impugnam o mesmo contrato de n° 758569564, bem como possuem os mesmos documentos. Ademais, cabe ressaltar que o processo de n° 0651823-46.2018 não possui sentença de mérito, estando o mesmo em curso neste Juízo aguardando a realização da audiência de conciliação preliminar. Isto posto, ante o reconheço a litispendência na presente ação, deixando de conhecer a Petição Inicial do presente processo, razão pela qual EXTINGO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, Inciso V do Código de Processo Civil. Custas pagas pelo autor. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0610110-57.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Condomínio Gran Vista Ponta Negra - Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. A requerimento da parte, com fundamento no art.782,§3º, doCPC, expeça-se ofício ao SPC e ao Serasa determinando que incluam o nome da parte Executada no cadastro de inadimplentes. Sendo a parte executada citada mas não apresentado embargos, não realizado o pagamento e não encontrado bens da mesma, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Outrossim, havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Retornado negativo o mandado/A.R., intime-se a parte Exequente para indicar endereço atualizado da parte Executada no prazo de 10 dias, procedendo-se, concomitantemente, este juízo, a consulta de novo endereço pelo sistema bacenjud, infojud, renajud e siel, acaso indicado nome da genitora. Localizado novo endereço, expeça-se Mandado de Citação. Acerca do Mandado retro e pesquisas nos sistemas conveniados, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário a intimação da parte interessada para o pagamento das diligências a serem cumpridas. Após, comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0610142-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Eleonora Americo Andrade, - Defiro a gratuidade. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte

requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0610378-14.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A - Credito, Financiamento e Investimento - Trata-se de ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária. Considerando que a Ação de Busca e Apreensão visa não só à retomada do bem dado em garantia, mas, principalmente, à satisfação do saldo devedor, o (a) credor(a) pode dar por vencidas as demais prestações, cujo dies ad quem ainda não ocorreu (art.2º,§ 3ºdo Decreto-lei 911/69). Desse modo, o valor da causa deve compreender as parcelas vencidas e não adimplidas, bem como as parcelas vincendas. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial retificando o valor da causa, a fim de que o mesmo corresponda ao valor das parcelas vencidas e vincendas atualizadas até a data de propositura da ação, sob pena de extinção. Corrigido o valor da causa, encaminhem-se os autos à Contadoria para emissão do boleto de custas complementares. Após, intime-se a parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento da guia emitida pela Contadoria. Decorrido o prazo para pagamento das custas, voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido liminar. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEYDIANNE BATISTA GONÇALVES SOARES (OAB 27529/GO), ADV: NEYDIANNE BATISTA GONÇALVES (OAB 37352/SC), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM) - Processo 0610380-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Salomão Soares da Silva - Trata-se de pedido de cumprimento de sentença em face de ente autárquico. Intime-se a União, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o presente cumprimento de sentença, nos termos do art. 535, do CPC. Apresentados os cálculos, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0610551-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Martha Kohashi Dutra - Trata-se de Ação de Indenização c/c Declaração de Inexistência de Débito, Repetição do Indébito e Pedido Liminar ajuizada por Martha Kohashi Dutra, em face de Banco Itaucard S/A e Banco Bradesco S/A em que a parte Requerente pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. No caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Requerente e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). Levando em consideração que o juízo somente poderá indeferir pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade (CPC, art. 99, § 2.º), DETERMINO que a parte Requerente junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda OU comprovantes de renda/contracheque E extratos bancários dos 60 (sessenta) dias anteriores ao ajuizamento da ação e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Requerente intimada, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das custas iniciais da Ação ou requerendo o parcelamento nos termos da Portaria n° 490/2017-PTJ, sob pena de indeferimento da Inicial. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0610797-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Idenil de Melo Albuquerque Brito - Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único,

do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: THAIS DA COSTA PRADO (OAB 12520/AM) - Processo 0610968-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adervan Suliman dos Prazeres Matos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento,em fl.196, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0611022-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Jonatas Siqueira de Andrade Jr - Trata-se de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente ajuizada por Jonatas Siqueira de Andrade Junior em face de Aluizio da Silva Costa Filho em que a parte Requerente pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. No caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Requerente e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). Levando em consideração que o juízo somente poderá indeferir pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade (CPC, art. 99, § 2.º), DETERMINO que a parte Requerente junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda OU comprovantes de renda/contracheque E extratos bancários dos 60 dias anteriores ao ajuizamento da ação e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Requerente intimada, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das custas iniciais da Ação ou requerendo o parcelamento nos termos da Portaria n° 490/2017-PTJ, sob pena de indeferimento da Inicial. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0611047-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elizeu Batista da Silva - Defiro a gratuidade. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja realizada perícia médica no Requerente. Após, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o referido laudo, bem como no mesmo prazo deve a parte Requerida apresentar contestação. Proceda-se à citação/intimação via portal eletrônico, caso os Requeridos sejam conveniados, nos termos do art. 231, V, do CPC c/c Portaria 2073/2016-PTJ. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os procedimentos de realização da perícia vindicada. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para Decisão. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: LUCAS ROSA BEZERRA BOMFIM (OAB 105593/RJ), ADV: ELIEGE LINS MATUTE (OAB 10167/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: DAVI BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11706/AM) - Processo 0613429-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Savio Costa Israel - REQUERIDO: FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento,em fl.195, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0613676-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.” Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - carta precatória - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP) - Processo 0614051-88.2014.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0614505-29.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consultas em fls.110/112 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0620874-39.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - EXEQUENTE: Mauro Paulo Galera Mari - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0621948-02.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: HENRIQUE RIBEIRO ALMEIDA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0623307-21.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: ANDREZA RENATA DA COSTA COELHO - EXECUTADO: CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A - Esepo Empreendimentos Imobiliarios Ltda - CAPITAL ROSSI e outro - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0623315-95.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fl.312, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 869A/AM), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0623933-69.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Júlia Francisca de Souza Araujo - Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção

entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0625735-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Carmem Lúcia Gomes Moreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 460/462, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0627137-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: José de Ribamar Fontenele Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da manifestação do réu de fls. 218/233, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0628666-44.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência necessária à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: CRISTIANE GANDA RIBEIRO (OAB 11885/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629498-14.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - EXEQUENTE: Paróquia de Santa Rita de Cássia - Bairro da Cachoeirinha - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0631457-59.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: ABC FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos recebido por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0632372-35.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo requerimento, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69,

sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei e apuração de responsabilidade processual. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0635509-59.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Eletro Tech Comercio e Serviços de Materiais Eletricos Ltda - Indefiro de plano o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da parte executada por falta de interesse de agir da parte exequente, uma vez que a conversão da monitória em título executivo se deu às fls. 70/71 e para este tipo de ação há procedimentos próprios para dar regular prosseguimento do feito e obter a satisfação do crédito exequendo, o que não fora observado. Diante disso, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para a parte exequente dar regular prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ DA ROCHA FREIRE (OAB 3768/AM) - Processo 0636439-14.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Maria Nelma de Lima - Defiro o pedido de fls. 138, expeça-se o mandado nos termos em que requer. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0636581-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Bvlog Logistica Ltda - Nos termos do art. 203, §4º do CPC c/c o art. 8º, II da Portaria nº 1985/2017, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a devolução da carta precatória (fls. 106-110), bem como dar regular prosseguimento do feito quanto à citação da parte executada. Após, façam os autos conclusos para despacho. Intime-se.

ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM) - Processo 0636665-19.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0624615-58.2016.8.04.0001) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Sitônio Ferreira da Silva - Trata-se de ação consignação em pagamento c/c ação revisional de contrato de financiamento. Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente aduz que há desequilíbrio contratual decorrente da onerosidade excessiva das cláusulas contratuais. Visando comprovar suas alegações, apresentou laudo pericial próprio onde informa o valor que entende incontroverso das parcelas contratuais. Contudo, diante do lapso temporal transcorrido entre a apresentação da exordial e o retorno dos autos da segundo instância, provavelmente carece de complementação fática da exordial, uma vez que não se sabe se ainda há parcelas em atraso, se o bem objeto do contrato fora apreendido, qual o número da ação de busca e apreensão e qual a atual pretensão da parte Requerente para fins de oportunizar o devido contraditório e ampla defesa às partes. Ressalte-se que não há o que se falar eu audiência de instrução e julgamento neste momento, pois sequer houve prolação de despacho inicial. Isto posto, intime-se a parte Requerente para emendar sua exordial, no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0638055-24.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fl.218 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0639161-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo Nonato da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro gratuidade da justiça. Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c danos morais e pedido de tutela de urgência entre as partes em epígrafe. Aduz a parte Requerente que firmou contrato de empréstimo consignado cujo o pagamento seria efetuado por meio de desconto em folha de pagamento. Alega ainda que começou a observar que tais descontos não tinham uma sequencia numérica que possibilitasse identificar a quantidade de prestações pagas e quantas restavam para quitar o debito. Ressalta que o empréstimo aconteceu em Setembro/2014 e que o recebimento da quantia se deu através de saque de um cartão disponibilizado pelo réu, contudo, em nenhum momento fora dado ao autor qualquer comprovante do valor sacado. Ao entrar em contato com o Requerido para se informar acerca das parcelas descontadas e sobre como poderia quitar o debito de forma antecipada, obteve como resposta que a transação feita entre as partes não era um empréstimo consignado e sim um saque em que os valores descontados em sua folha de pagamento eram referentes ao pagamento mínimo do cartão, bem como seus juros e encargos. O Autor esclarece ainda que em nenhum momento fora informado de que a transação era um saque no ato da contratação, tendo contratado tao somente o empréstimo consignado, onde teria usado o cartão apenas para retirar o valor do empréstimo conforme orientado pelo Banco Réu à época. Diante disso, a parte Requerente sentiu-se lesada e veio buscar amparo às portas do Poder Judiciário para tentar solucionar o impasse narrado. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Pois bem, sem adentrar no mérito, nota-se neste momento processual, tratar-se de possível ilícito praticado pelo Banco Requerido, visto algumas práticas afrontosas ao direito do consumidor que facilmente já se pode identificar, como a venda casada, serviço não solicitado pelo consumidor e possível enriquecimento ilícito. A documentação juntada aos autos, bem como os fatos narrados pela parte Requerente, a mim apresentam-se suficiente para a concessão do benefício pleiteado. Dessa forma, defiro o pedido de antecipação de tutela, oficie-se á SEMED - Secretaria Municipal de Administração para que se abstenha de efetuar descontos na folha de pagamento da parte Requerente (Matrícula 0503401 A) intitulado “BMG CARTAO”, no prazo de 15 (quinze) dias, até o deslinde da presente demanda, sob pena de incidir em crime de desobediência, além das responsabilização administrativa e civil do servidor encarregado pelo cumprimento da ordem judicial. Defiro a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, ante a vulnerabilidade do consumidor, bem como sua hipossuficiência técnica e econômica. Ademais, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Diante disso, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação no CEJUSC - Cível para o dia 29/04/2019 às 9:00hrs. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Oficie-se. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0639531-63.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que,

nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0639659-54.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Yamaha Motor do Brasil S/A - Intime-se por Ar o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0641478-55.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fl.132, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641928-61.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM) - Processo 0644813-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Walmir Oliveira da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste sobre os documentos novos juntados em sede de Réplica de Pág.(s) (112/119) retro..., documentos às Pág.(s) (120), no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do Artigo 437 do CPC.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0648552-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Janete Saraiva de Azevedo - Trata-se de tutela urgência requerida em caráter antecedente, onde a parte Requerente pretende a sustação dos efeitos de um protesto efetuado pelo Banco Itaú e Blue Tree Macaé Hoteis LTDA no valor de R$ 16.220,74. Defiro o pedido de inclusão na lide da Blue Tree Macaé Hoteis e determino à Secretaria que proceda com o cadastro da empresa no polo passivo da demanda. Da análise dos documentos juntados aos autos, entendo necessária a oitiva prévia das partes Requeridas, razão pela qual determino a citação das mesmas via mandado para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar a presente ação e indicar as provas que pretendem produzir, sob pena de os fatos alegados pela Requerente presumirem-se aceitos pelas Requeridas como ocorridos. Decorrido o prazo retro, façam-me os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO BRANDÃO SARAIVA JUNIOR (OAB 10205/AM) - Processo 0651712-62.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Live Academia, C. de Queiroz Pedrosa Me - O Requerente Live Academia, C. de Queiroz Pedrosa - Me, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Produção Antecipada da Prova/PROC em face de A. Valério Brito - Epp e Irmãos Brito Distribuidora Comércio de Material de Construção e Serviço Ltda, igualmente qualificado. Devidamente intimado o Requerente para emendar a Inicial com documentos necessário para prosseguimento do feito, cumprindo com a diligência a si imposta às fls. 16/17, não o fez, manifestando-se as fls. 23/24 efetuando um novo pagamento mas não cumprindo na integralidade a determinação de emenda. Posteriormente, este Juízo manifestou-se as fls. 26 intimando o Autor para juntar os documentos que atestem os fatos narrados e as negativações impugnadas, contudo, o mesmo deixou transcorrer o prazo, conforme fls. 29. O não cumprimento da determinação de emenda para sanear a ausência de juntada, bem como de diligencias administrativas nesse sentido importa em indeferimento da Inicial, nos termos do art. 320 do Código de Processo Civil. Em assim sendo, em cumprimento ao que versa o art 321 parágrafo único do CPC, indefiro a Petição Inicial, razão pela qual EXTINGO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, Inciso I do Código de Processo Civil. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM) - Processo 0654233-77.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Aldenora dos Santos Soares - Defiro a gratuidade. Retifique-se o nome da parte Requerida, conforme solicitado às fls. 33. Não verifico demonstrada a posse para fins de deferimento de medida liminar com base no rito especial do art. 561 e 562 do CPC, carecendo de dilação probatória e instrução processual, motivo pelo qual indefiro a liminar vindicada e determino que a presente ação tramite pelo procedimento comum. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do

citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se, a Secretaria, este Despacho Inicial, na íntegra.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0655798-76.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Greycemar Cauper Pinto - Intime-se a parte exequente para esclarecer sua pretensão. Deve ser observado que na ação de execução de título extrajudicial não se discute cláusulas contratuais e sim se executa título decorrente de uma obrigação certa, líquida e exigível. Dito isso, a parte exequente deve esclarecer se pretende continuar com a ação executiva onde se restringirá aos termos do contrato firmado ou se adequará sua exordial em ação revisional onde então poderá discutir eventuais vícios contratuais. Concedo o prazo de 10 (dez) dias para a parte exequente manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0657384-51.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria do Socorro de Souza Maciel e outro - Trata-se de ação de reintegração de posse. Defiro a gratuidade de justiça. Ante a controvérsia posta e pedido de liminar vindicado, visando obter mais informações sobre o litígio e subsidiar o juízo na análise da liminar pleiteada, tenho por bem determinar a citação dos Requeridos para apresentarem defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência dos efeitos da revelia. Sobresto a audiência de conciliação preliminar a que alude o art. 334 do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA (OAB 9879/AM), ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM), ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0658439-37.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613871-33.2018.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Falcão Comércio de Frios Ltda - REQUERIDO: Friotrans Comércio e Transportes de Cargas Ltda - Mega Comercio de Frios Ltda - Me e outro - Tratam-se de Embargos à Execução com pedido de efeito suspensivo. A presente ação tramitará por dependência à ação executiva de n° 0613871-33.2018.8.04.0001, nos termos do art. 914, §1° do CPC. A concessão de efeito suspensivo será deferida quando preenchido os requisitos para a concessão da Tutela Provisória, desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes, conforme versa o art. 919, §1.º do Código de Processo Civil ou ante as hipóteses elencadas no art. 921 do CPC. O Juízo não está garantido, logo, elimina-se de plano a incidência do art. 919, §1° do CPC. Analisando a ação executiva principal de n° 0613871-33.2018.8.04.0001, verifica-se que a parte executada no título apresentado é a empresa Mega Comércio de Frios Ltda. Contudo, após pedido de extensão do polo passivo por alegação de formação de grupo econômico, este juízo deferiu, em caráter sumário, a inclusão das empresas Megamix Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios, Falcão Comércio de Frios Ltda e Águia Comércio de Eletrônicos Ltda, conforme decisão de fls. 106 dos autos principais. Posteriormente, as partes executadas Mega Comércio de Frios Ltda, Megamix Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios e Águia Comércio de Eletrônicos Ltda informam que as mesmas estão sob os benefícios da recuperação judicial, o que obsta o prosseguimento da execução contra as mesmas (fls. 156-160 dos autos principais). Remanesce então a execução contra a empresa Falcão Comércio de Frios Ltda, ora embargante. Tendo em vista que o deferimento da inclusão da mesma se deu em caráter sumário e neste momento a mesma, em matéria de defesa, aduz sua ilegitimidade passiva, entendo que nos presentes embargos deve haver o devido contraditório e ampla defesa quanto à existência da relação jurídica alegada e formação de grupo econômico. Assim, nos termos do art. 921, I c/c art. 313, V, "a" do CPC, tenho por bem suspender a ação executiva de n° 0613871-33.2018.8.04.0001 para que o juízo, após a devida instrução processual, possa decidir sobre a controvérsia posta. Translade-se cópia da presente decisão à ação principal. Intime-se a parte Embargada para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo pedido comum pela realização de audiência de conciliação, voltem-me os autos conclusos para despacho. Havendo controvérsia a ser dirimida pelo juízo antes da análise do mérito, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: EDSON PAES FONTENELE (OAB 7926/AM) - Processo 0658752-95.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Celia Maria Fontenele de Oliveira - Trata-se de ação monitória interposta por Célia Maria Fontenele de Oliveira contra JPA Comércio de Móveis - EIRELI. Da análise dos autos, entendo que a parte Requerente deve ajustar sua pretensão. Sabe-se que a ação monitória é uma ação de procedimento especial mais célere e simplificado ante a apresentação de prova escrita com alto grau de probabilidade do direito. Já o procedimento comum é aquele mais utilizado e corriqueiro, seja por que há necessidade de comprovar um fato alegado que carece, além das provas apresentadas, de instrução processual com ampla defesa e contraditório e que o juiz profira decisão sobre a questão controvertida ou seja como opção subsidiária aos procedimentos especiais. Dito isso, deve a parte Requerente melhor especificar sua pretensão, pois se mostra incongruente manejar ação monitória e pedir inversão do ônus da prova com base no CDC, bem como pedir subsidiariamente a condenação em danos morais, que carece de demonstração e instrução processual em sua ampla incidência, salvo dano moral in re ipsa. Outrossim, deve a parte Requerente complementar o valor da causa, pois houve modificação da quantia pretendida com o aditamento da exordial, vide art. 292, VI do CPC. Acaso haja dificuldade na complementação, poderá a parte procurar auxílio da terceira contadoria. Isto posto, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar sua exordial, sob pena de extinção processual. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUTEMBERG FERREIRA DE LUNA (OAB 2327/AM), ADV: WILSON THIAGO CORREIA (OAB 11055/AM) - Processo 0662398-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Raisa Lima de Sousa - REQUERIDO: John Carlos Bandeira Dias - Trata-se de ação de apreensão de bem c/c danos materiais e morais. Compulsando os autos, observa-se que houve concessão de medida liminar de apreensão do bem objeto da lide, conforme decisão de fls. 14-17. Assim, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência,

contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se, a Secretaria, este Despacho Inicial, na íntegra.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Aparecida Gualberto dos Reis (OAB 10471/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cristiane da Silva de Oliveira (OAB 11215/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Cristiane Ganda Ribeiro (OAB 11885/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Davi Barbosa de Oliveira (OAB 11706/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Dorival Assi Junior (OAB 74006/PR)
Douglas Aleixo Santos da Cruz (OAB 9426/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Edson Paes Fontenele (OAB 7926/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
ELIEGE LINS MATUTE (OAB 10167/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Brandão Saraiva Junior (OAB 10205/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
FABRICIO VERDOLIN DE CARVALHO (OAB 28857/PR)
felipe andres acevedo ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe da Silva Lopes (OAB 13817/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Francisca Danielle Sousa Uchoa (OAB 12767/AM)
Francisco Honorato de Brito (OAB 6638/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gutemberg Ferreira de Luna (OAB 2327/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José da Rocha Freire (OAB 3768/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lucas Rosa Bezerra Bomfim (OAB 105593/RJ)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 869A/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria do Carmo Alves (OAB 296853/SP)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)

Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Neydianne Batista Gonçalves (OAB 37352/SC)
NEYDIANNE BATISTA GONÇALVES SOARES (OAB 27529/GO)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson Parente Ribeiro (OAB 10470/AM)
RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rosângela Bentes Campos (OAB 001.956/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Suellen Akiko Kohashi da Costa (OAB 9879/AM)
Thais da Costa Prado (OAB 12520/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Thiago Correia (OAB 11055/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ROBERTA MARTINS LOPES (OAB 5586/AM), ADV: ELZA MEGUMI LIDA SASSAKI (OAB 095.740/SP), ADV: ELZA MENEGUMI LIDA (OAB 95740/SP), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM) - Processo 0000630-61.2006.8.04.0001 (001.06.000630-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Instituto Biochimico Industria Farmacêutica Ltda - REQUERIDO: Brasfarma Brasil Farmacêutica Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: TATIANA PEREIRA DA CRUZ DE MOURA (OAB 148218/RJ), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: PABLO FERREIRA RANGEL (OAB 518A/AM), ADV: PRISCILLA BRAGANCA D AGUIAR (OAB 110374/RJ) - Processo 0044761-49.2010.8.04.0012 (012.10.044761-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Aldemira Barbosa Costa - LITSATIVO: Amil Seguradora S.a - REQUERIDA: Associacao dos Servidores Civis do Brasil - Ascb - ATO ORDINATÓRIO Em consonância com o que restou ordenado por este juízo, com fulcro no art. 203, § 4º, do CPC, procedo à intimação do executado, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre a penhora realizada, nos termos do art. 854, §3º, do CPC, ou, ainda, no prazo de 10 (dez) dias, quanto aos ditames do art 847 do CPC. Procedo, ainda a intimação do Requerente/Exequente, para manifestar-se sobre as consultas eletrônicas de fls. antecedentes, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: CAMILA DOLORES BEIRUTH CEZAR ROESSING (OAB 7039/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0212373-74.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Chibatão Navegação e Comércio Ltda e outro - REQUERIDA: J.L. Chaar Simão - Eireli (Amazon Print) - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600554-65.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0601242-61.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Pedro Bezerra Filho - REQUERIDO: Esepo Empreendimento Imobiliario Ltda e outro - Intime-se o exequente para que se manifeste sobre a petição de fls. 197/198. Certifique-se quanto a transferência do valor para conta judicial. Expirado o prazo, voltem os autos conclusos.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0603913-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0605102-12.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Erro Médico - EXEQUENTE: Check- Up Clínica do Coração Ltda - Fabiana Lo Presti Mendonça - EXECUTADA: Elizangela Francisca Sena de Araujo - R.H. Defiro o pedido de fls. 359, defiro a expedição do alvará em nome do Patrono habilitado nos autos com poderes para tal. No mais, após o pagamento da diligência requerida, proceda-se nova consulta ao Bacen jud no valor remanescente. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0605372-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Luiz Cleto de Sena Rego

- Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0609336-66.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco SA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0615106-35.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ERIK DINIZ FIGUEIRA (OAB 6425/AM), ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0615611-65.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANA GABRIELLA BENEVIDES FIGUEIRA - REQUERIDO: VEGA MANAUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: GIOVANNA CASTELLUCI (OAB 14478/MS) - Processo 0627945-29.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: ARTHUR DE SOUZA REGO TAVARES (OAB 6428/AM) - Processo 0628338-90.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0210709-08.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: C.M.S. - REQUERIDO: H.A.M. - INTSSADO: BRADESCO SAÚDE S/A - Em razão do pedido de fls.307/308, plenamente justificável, redesigno a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22/03/2019, às 10:31h. Expeçam-se as intimações necessárias. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0632266-15.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JORGE CUNHA LIMA (OAB 7820/AM) - Processo 0638646-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Pg de Lima Comercio - Me e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCÉLIA MACHADO DIAS (OAB 11279/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM) - Processo 0639341-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Cheque - EXEQUENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALINNE SILVA DE SOUZA (OAB 11714/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0640268-03.2016.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: G.V.S. - REQUERIDO: H.A.M. - Vistos, Conforme já deferido à fls.100, intime-se o requerido para junte a documentação requisitada, com as especificações da petição de fl. 165. Prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0651883-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Percilio da Silva Salgado - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0654421-70.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes ao bloqueio Renajud, providência necessária à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
ALINNE SILVA DE SOUZA (OAB 11714/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Arthur de Souza Rego Tavares (OAB 6428/AM)
Camila Dolores Beiruth Cezar Roessing (OAB 7039/AM)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elza Megumi Lida Sassaki (OAB 095.740/SP)
Elza Menegumi Lida (OAB 95740/SP)
Erik Diniz Figueira (OAB 6425/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
GIOVANNA CASTELLUCI (OAB 14478/MS)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jorge Cunha Lima (OAB 7820/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Lucélia Machado Dias (OAB 11279/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)

Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Pablo Ferreira Rangel (OAB 518A/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Priscilla Braganca D Aguiar (OAB 110374/RJ)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Roberta Martins Lopes (OAB 5586/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Tatiana Pereira da Cruz de Moura (OAB 148218/RJ)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0200053-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDA: Samel Plano de Saúde Ltda - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (75/90) e documentos às Pág.(s) (91/162).

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0200326-68.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 284, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0203128-39.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS CHAVES DA SILVA (OAB 7972/AM) - Processo 0204843-77.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0627534-88.2014.8.04.0001) (processo principal 0627534-88.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: José Carlos Chaves da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0210276-38.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - EXEQUENTE: Nagilson Freire de Oliveira - Requisite-se, ainda, por meio do Sistema RENAJUD, informações acerca da existência dos veículos de placas OAO2552 e JWF3581 (fls. 154), estando os mesmos livres e desembaraçados defiro a penhora.

ADV: THIAGO NORONHA DE OLIVEIRA (OAB 12534/AM), ADV: WALDISNEY COELHO GIRÃO (OAB 12569/AM), ADV: VALDY FIALHO DO NASCIMENTO JUNIOR (OAB 13393/AM), ADV: VALDY FIALHO DO NASCIMENTO JUNIOR (OAB 13393/AM), ADV: CÍNTIA MARIA FRANÇA DA SILVA CABRAL (OAB 9728/AM) - Processo 0600737-70.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Marcos Fernandes Pacheco - REQUERIDO: Rogério Mascarenhas da Silva - Vistos, Compulsando os autos verifico que o Requerido constituiu advogado nos autos (fls. 31), e este peticionou (fls. 42) , estando inequivocamente ciente acerca do processo. Sendo assim, reputo o Requerido por citado, na forma do art. 239, §1º do CPC. Nesse sentido a jurisprudência: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - JUNTADA DE PROCURAÇÃO SEM PODERES ESPECÍFICOS PARA RECEBER CITAÇÃO - COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO - SUPRIMENTO DO ATO CITATÓRIO - CONVERSÃO EM DEPÓSITO - POSSIBILIDADE - DESNECESSIDADE DE CITAÇÃO PRÉVIA DA PARTE RÉ - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENTREGUE NO ENDEREÇO INFORMADO PELO DEVEDOR - VALIDADE. - Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o comparecimento do advogado da parte em juízo, quando não vise à simples carga dos autos, mas à prática de ato efetivo de defesa, supre o ato citatório na forma do art. 214, §1º, do CPC, mesmo quando referido procurador não tenha poderes para receber citação. - Verifica-se que o veículo objeto do contrato de alienação fiduciária não foi encontrado, impossibilitando o cumprimento da liminar, mostra-se possível a conversão da ação de busca e apreensão em depósito, ainda que não tenha havido citação da parte ré. - Para a comprovação da mora do devedor, é necessária a notificação extrajudicial deste por intermédio de carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. - Conforme o entendimento sedimentado no Superior Tribunal de Justiça, o mero ajuizamento de ação revisional não descaracteriza a mora do devedor e, portanto, não inviabiliza o pedido liminar de busca e apreensão. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.12.278075-2/002, Relator(a): Des.(a) Valdez Leite Machado , 14ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 13/04/2018, publicação da súmula em 20/04/2018) Intime-se a parte requerente/exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste , requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600878-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Clemilda da Silva Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela III, Despesas de processamento eletrônico, Atos, Item 8, recolha as custas referentes à citação a ser realizada pelo Portal Eletrônico e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de pessoas a serem citadas, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: STEPHANNY KATHERINNY FONSECA MOTTA (OAB 8114/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0602176-82.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Cristinne Miranda B Teixeira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da petição de fls. 212/213, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ EVANDRO DE SOUZA (OAB 1430/AM) - Processo 0602670-44.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Nairson Cirino Calacina - Em

conformidade com o art. 8º, II da Portaria nº 1985/2017, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0604124-25.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. Cuida-se de demanda de busca e apreensão ajuizada, com base no art. 3° do Dec-Lei n° 911/69, com as alterações promovidas pela Lei n° 10.931/04, do bem indicado na inicial, o qual foi alienado fiduciariamente em favor do autor. Durante a tramitação do feito, foi deferida a busca e apreensão liminar, cuja efetivação ocorreu, conforme se infere do mandado colacionado aos autos. Devidamente citado, o réu não ofereceu contestação, nem requereu a purgação da mora. É o relato, brevíssimo. Decido. A ré, mercê da validade de sua citação, não apresentou defesa, motivo porquanto reconheço a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil. Nesse soar, vislumbro ser prescindível a produção pelo autor de demais provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do CPC. Com esteio na prova documental carreada ao ventre dos autos pelo demandante, vislumbro que tanto o negócio jurídico bilateral, com cláusula de alienação fiduciária, quanto o inadimplemento do réu encontram-se sobejamente demonstrados, conforme apontam os documentos carreados à exordial. Pelo exposto, julgo procedente o pedido para consolidar na pessoa do autor o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida. Condeno, por fim, a ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros, e proceda-se a liberação do veículo por meio do sistema RENAJUD, caso conste nos autos o bloqueio efetivado. P. R. I.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0605490-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Divino dos Santos Alves - Me - Tendo ocorrido a citação por hora certa do Requerido Davi de Azevedo Flores, expeça-se o AR previsto no art. 254 do CPC. Defiro parcialmente o pedido de fls. 143, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar planilha atualizada de débitos. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas e da planilha de débitos atualizada, requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACEN JUD, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Caso a pesquisa resulte em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Requisite-se, ainda, por meio do Sistema RENAJUD, informações acerca da existência de bens móveis em nome do requerido. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos bens, e estando os mesmos livres e desembaraçados defiro, também, a penhora. Indefiro o pedido de buscas bens pelo sistema SIEL, tendo em vista que tal informação não consta do cadastro eleitoral.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0607783-18.2014.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Rio Claro Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados e outro - R.H. Cite-se a parte requerida por edital, tendo em vista que ignorado seu paradeiro, na forma do art. 256, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, II do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP) - Processo 0617413-30.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, na fase de cumprimento de sentença, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0621001-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Enfito que o autor não procedeu à citação do réu no prazo assinalado por este juízo, nada obstante sua intimação para tanto. Ademais, o verbete sumular de nº 240 do STJ incide quando a relação processual se perfaz triangularizada, hipótese esta que não se coaduna com a dos autos, visto que não há sequer réu citado. É de se notar que, no caso em testilha, afigura-se prescindível a intimação pessoal da parte ou dos próprios patronos, à míngua de previsão legal, a considerar que a figura prevista no art. 485, III, do CPC, não se confunde com aquela vertida no art. 240, §2º também da Lei Adjetiva Civil. Nesse sentido, os seguintes julgados: 0641361-98.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RÉU. ART. 239 DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Considera-se a citação do réu pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo,cabendo ao autor promover os meios para que seja o réu encontrado e citado. 2. A necessidade de intimação pessoal do autor, somente se aplica nos casos do art. 485, inciso II e III do CPC. 3. Recurso conhecido e desprovido. (Relator (a): Maria das Graças Pessoa Figueiredo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 26/11/2018; Data de registro: 27/11/2018) 0633880-55.2014.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. APELAÇÃO DESPROVIDA. - A citação possui natureza de pressuposto processual, de forma que sua não efetivação em prazo razoável autoriza a extinção do feito com fundamento no art. 485, IV, do CPC/15. - Recurso conhecido e desprovido.(Relator (a): Wellington José de Araújo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 08/10/2018; Data de registro: 23/10/2018) 0632762-73.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INÉRCIA DO AUTOR EM PROMOVER AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A CITAÇÃO. PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE DO PROCESSO. AUSÊNCIA. PROCESSO INVÁLIDO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO POR ABANDONO. HIPÓTESE NORMATIVA DISTINTA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(Relator (a): Flávio Humberto Pascarelli Lopes; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível; Data do julgamento: 05/11/2018; Data de registro: 05/11/2018) Deveras, a parte, desde o limiar da ação, tem ciência de que necessita realizar o preparo da demanda no prazo de quinze dias, bem como proceder à correta qualificação do réu para que

a citação seja cumprida em dez dias. Desse modo, a contumácia do autor em promover a citação do réu no prazo assinalado elide a responsabilidade da máquina judiciária nesse tocante, rendendo ensanchas à extinção prematura do feito. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC, ante a inexistência de citação, enquanto um dos pressupostos de existência do processo. Custas pelo Requerente. Transitada em julgado a presente decisão, desentranhem-se as peças que instruem a inicial, devolvendo-as ao autor, caso este queira, tudo mediante cópia. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0624491-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Compulsando os autos verifico que o AR de fls. 89 traz aposta a assinatura do Executado, estando o mesmo citado. Intime-se a parte requerente/exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste, requerendo o que entender de direito. Em não havendo manifestação da parte interessada, no prazo estabelecido no art. 485, III do CPC, intime-se, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0626808-80.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: FERNANDO JOSÉ FRANCO BASTOS - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem acerca do ofício juntado nas fls. 166, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0627512-25.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - EXEQUENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda. (Manaus Refrigerante Coca Cola) - Cite-se por AR no endereço informado às fls. 142, e proceda-se à pesquisa pelo endereço da parte Ré no sistema SIEL.

ADV: ADAM SILVA DE AZEVEDO (OAB 9745/AM), ADV: RODRIGO DO NASCIMENTO NUNES (OAB 8751/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0628765-14.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Juarez Melo Veiga - TERCEIRA: MARIA DE FÁTIMA DE AMORIM BATISTA - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (114/120) e documentos às Pág.(s) (121/127). Bem como, intimo a parte Requerente para, no mesmo prazo, manifestar-se sobre a Petição de Pág.(s) (98/103) e documentos juntados às Pág.(s) (104/113).

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0634380-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0634485-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM) - Processo 0636707-73.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Duplicata - REQUERENTE: Distribuidora Equador de Produtos de Petroleo LTDA - REQUERIDO: POSTO FORTALEZA LTDA. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MARIA EDUARDA SIQUEIRA DE VASCONCELOS (OAB 43173/PE), ADV: POLLYANA ALVES BORGES FEITOSA (OAB 24636/PE) - Processo 0637236-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Gerdau Aços Longos S/A - Reporto me à petição de fls. 147, a pesquisa RENAJUD, já foi realizada e consta dos autos às fls. 140. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens.

ADV: FERNANDO FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7593/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0637474-09.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Alcistone Oliveira Lima e outro - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 6135573067 a partir do dia 30/08/2016, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91 , até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Quanto àcorreçãomonetária, devem ser observados os índices relativos a cada períodoerespectivo fundamento legal: IPCA-Ea partir de 25 de março de 2015, em função da modulação dos efeitos na Questão de Ordem, nas ADIs nº 4.357e4.425. Em relação aosjurosde mora, devem incidir a contar da citação (art. 240, caput, do CPC) e não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano, de acordo com a anterior redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C Nome do segurado: Alcistone Oliveira Lima Data do início do benefício: 30/08/2016Nome da mãe: Lenita Oliveira Lima Data de início do pagamento: 30/08/2016Data de cessação do benefício: conclusão de curso de reabilitação ou início da aposentadoria por invalidez.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0638719-21.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Defiro o pedido para conversão da presente busca e apreensão em demanda de execução, ex vi do art. 4º do Decreto-Lei 911/69. Determino à Secretaria que proceda à alteração da classe processual no cadastro da ação. Intime-se a parte autora para que no prazo de 10 dias, especifique se deseja que a citação se dê por meio postal ou por Oficial de Justiça, com recolhimento das custas pertinentes, salvo em caso de ser a parte beneficiária da Justiça Gratuita total, sob pena de extinção por ausência da citação. Após o recolhimento das custas, cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do valor principal atualizado, incluindo-se custas e honorários advocatícios. Os honorários advocatícios correspondem a 10% do valor total da dívida. Entretanto, em caso de pagamento integral da dívida, os honorários serão reduzidos à metade (art. 827, pg. 1º, CPC), podendo eventualmente serem majorados na forma do do §2º do artigo anteriormente referido. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Decorrido o prazo e não efetuado o pagamento, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, e de tais atos intimando o executado (art. 829, par. 1º do Código de Processo Civil). Se não localizar o executado, o Oficial de Justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se, após, os procedimentos

do art. 830, par. 1º, do CPC. Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Poderá o devedor, querendo, apresentar defesa, sob a forma de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914), no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos do artigo 231 e respectivos incisos. Em caso de execução em cujo pólo passivo haja mais de um executado, o prazo será contado individualmente. Os embargos à execução, via de regra, não terão efeito suspensivo (art. 919, caput, CPC), salvo em casos excepcionais, após apreciação e deferimento judicial, o que poderá vir a ser revogado, caso cessadas as justificativas para a concessão (art. 919, par. 2º, CPC). A eventual concessão do efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante (art. 919, par. 4º). No prazo para embargos, o devedor, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, observando-se, no mais, os termos do artigo 916 do Código de Processo Civil. No caso de citação por carta ou mandado infrutíferos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 dias, recolha as custas para consulta eletrônicas por meio do RENAJUD/BACENJUD/SIEL/INFOJUD ou indique novo endereço para citação com o recolhimento das custas correspondentes. Após, proceda-se à consulta de endereços do réu/s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel e intime-se o exequente para que promova a citação em 10 dias, com a indicação do endereço para cumprimento da medida e o recolhimento das custas correspondentes, sob pena de extinção. Não serão aceitos pedidos de dilação de prazo para o recolhimento das custas, tanto para as consultas eletrônicas, quanto para expedição de carta/mandado, tendo em vista que o prazo de 10 dias é suficiente para tal. A inércia da parte autora ou o não recolhimento das custas para consultas eletrônicas ou expedição de carta/mandado, ensejará a extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0641453-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0641554-79.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Koichi Yoshidome - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0642197-08.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Trata-se de ação de busca e apreensão na qual o veículo foi apreendido (fls. 44) e o Requerido não foi citado. Antes de ser determina a citação por Edital devem ser empreendidas tentativas de localização do Réu, razão pela qual determino a busca do endereço da Réu requisitem-se, por meio dos sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL (se pessoa natural), informações sobre o endereço da parte requerida/executada. Em razão do disposto no item 9 da tabela III referente às despesas de processamento eletrônico, intime-se a parte interessada para que, dentro de dez dias, recolha o valor de R$ 14.98 para cada consulta (BACENJUD, RENAJUD, SIEL e/ou INFOJUD), tudo nos termos da Portaria 116/2007 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após o recolhimento das custas, procedam as pesquisas pelo endereço do Réu. Uma vez juntados os resultados das pesquisas intime-se a parte Requerente. Ressalto que em que pese a confirmação na posse tendo em vista o cumprimento da liminar, o prazo para defesa ainda não foi aberto em razão da falta de citação.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0642506-92.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0644522-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0653255-03.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: White Martins Gases Industriais Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0656694-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça, intimo a parte exequente, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0657306-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raphael Gomes de Menezes - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 55/56, tendo em vista que trata-se de cobrança de indenização por morte. Enacminhe-se para o CEJUSC para fins de citação e realização da audiência de conciliação. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC.

ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV:

ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0717149-60.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: GLEDEMARA QUEIROZ DE SOUZA - Cumpra-se com o determinado às fls. 395.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adam Silva de Azevedo (OAB 9745/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Cíntia Maria França da Silva Cabral (OAB 9728/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7593/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Chaves da Silva (OAB 7972/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Evandro de Souza (OAB 1430/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Maria Eduarda Siqueira de Vasconcelos (OAB 43173/PE)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Pollyana Alves Borges Feitosa (OAB 24636/PE)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo do Nascimento Nunes (OAB 8751/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Stephanny Katherinny Fonseca Motta (OAB 8114/AM)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Noronha de Oliveira (OAB 12534/AM)
Valdy Fialho do Nascimento Junior (OAB 13393/AM)
Waldisney Coelho Girão (OAB 12569/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0057/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0204595-24.2010.8.04.0001 (001.10.204595-0) - Execução de Título Judicial - EXEQUENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS EDUARDO DA COSTA PIRES STEINER (OAB 139138/SP) - Processo 0213617-96.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Interesse Coletivo - RÉU: Fédération Internationale de Football Association - Fifa e outros - R.H. Ab initio, ultimem-se providências à retificação dos polos da presente demanda, fazendo constar no polo ativo apenas o Parquet Estadual e no polo passivo a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e a Copa do Mundo FIFA 2014 - Comitê Organizador Brasileiro LTDA. Adiante, citem-se as Rés para, em prazo de 15 (quinze) dias ofertarem contestação, pena de revelia, ex vi do art. 344 do CPC. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO (OAB 7701/SC), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 9487A/MA), ADV: JOSEMAR LAURIANO PEREIRA (OAB 132101/RJ), ADV: LUIZ CARLOS SILVA (OAB 168472/SP), ADV: ALÍRIO VIEIRA MARQUES (OAB 3772/AM) - Processo 0224742-37.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Aldeci Alves Negrao e outros - REQUERIDO: Federal de Seguros - INTSSADO: Caixa Econômica Federal - CEF - Vistos, etc Concluída a prova pericial nos autos, determino à Secretaria da 4a. UPJ que ultime oficiar ao TJ/AM no sentido de requerer sejam pagos os honorários periciais, ex vi do disposto na Portaria nº1.233/2012 (PTJ-TJ/AM) e na Resolução nº127/2011 do CNJ. Junte-se ao expediente cópias das decisões interlocutórias de fls.657/659, 677 e do laudo pericial e sua complementação em fls.733/759 e 764/770, com informações sobre o nome e respectivos dados bancários do perito judicial, a aperfeiçoar providências ao pagamento de seus honorários. Após, façam-se conclusos à sentença. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JUDICE ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7165/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0239674-64.2010.8.04.0001 (001.10.239674-5) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Orlando Vilhena Gomes Filho - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSEANE DE ANDRADE COELHO (OAB 8365/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: FLÁVIO FRAGA (OAB 18026/SC), ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM), ADV: PEDRO ARY AGACCI NETO (OAB 645A/AM) - Processo 0260639-63.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Adriana Alves do Nascimento e outros - REQUERIDO: Companhia Excelsior de Seguros - Vistos, etc Concluída a prova pericial nos autos, determino à Secretaria da 4a. UPJ que ultime oficiar ao TJ/AM no sentido de requerer sejam pagos os honorários periciais, ex vi do disposto na Portaria nº1.233/2012 (PTJ-TJ/AM) e na Resolução nº127/2011 do CNJ. Junte-se ao expediente cópias das decisões interlocutórias de fls.861/862, 867/868 e do laudo pericial e sua complementação em fls.897/921 e 1036/1045, com informações sobre o nome e respectivos dados bancários do perito judicial, a aperfeiçoar providências ao pagamento de seus honorários. Após, façam-se conclusos à sentença. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA REGINA DORNELAS MARTINS PEREIRA (OAB 192973/SP), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0600496-04.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0601541-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Ronaldo Gomes das Chagas - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0602678-55.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: SILVESTRE E LUNIERE ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 2406/AM) - Processo 0602750-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual (penhora e avaliação) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0604381-55.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Mário Pascoal de Brito Romano e outro - REQUERIDO: Rossano Negreiros Costa e outro - Considerando o teor do requerimento em fls.222, defiro o pedido de redesignação de audiência formulado pela Defensoria Pública. Nesse contexto, designo referido ato processual ao vindouro dia 27/06/2019, às 09:30 horas. Intimem-se as partes sobre a presente redesignação. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: GLAUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM) - Processo 0605702-23.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: R.A.B.B. - Ante o exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) conceder a gratuidade de justiça à Autora, nos moldes do art. 98, §1º, do CPC; e c) determinar a remessa destes autos ao Cejusc/Cível para realização dos procedimentos previstos no art. 334 do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: EDUARDO AURÉLIO DE VASCONCELOS (OAB 1536/AM), ADV: LINDOMAR FALCÃO DOS SANTOS (OAB 7303/AM) - Processo 0606103-95.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imissão - REQUERENTE: Daniel Tomiasi - Em análise dos autos, verifico que o imóvel sobre que tratam os autos possui matrícula n° 59.517 (fls. 2 e 26). Contudo, em acordo homologado houve erro material ao indicar como matrícula do referido imóvel o n° 59.521, de forma que o Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Capital informou que o proprietário do imóvel com referida matrícula é pessoa distinta do Autor (fls. 83/92). Em assim sendo, determino seja enviado novo Ofício ao Cartório do 1° Ofício de Registro de Imóveis da Capital a fim de comunicar referido equívoco, de forma que possa o Requerido às suas expensas, registrar em seu nome o bem imóvel de matrícula nº 59.517. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM) - Processo 0606127-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Denildo Amaral Condera - REQUERIDO: Tema Transportes Especiais de Manaus Ltda - DENUNCIADO: Companhia Mutual de Seguros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento referente a expedição dos ofícios, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: ANDRÉ GONÇALVES DE ARRUDA (OAB 200777/SP) - Processo 0606294-38.2017.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Carmem Veslasques da Costa - REQUERIDO: API SPE 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimento Imobiliário Ltda. - Vistos, Determino que se intime a Requerente, ora Embargada, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias apresente resposta aos Embargos de fls. 200/344, nos termos do art. 702, §5°, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM), ADV: CAMILA FROES BARROS (OAB 12056/AM) - Processo 0606410-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luis Henrique Navegante Barros - Vistos, Defiro conforme requerido pelo Autor às fls. 60/61. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM), ADV: CAMILA FROES BARROS (OAB 12056/AM) - Processo 0606410-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luis Henrique Navegante Barros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO ALECRIM DE LIMA (OAB 6440/AM), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM), ADV: EDUARDO LELES DIAS (OAB 13842/AM), ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM) - Processo 0607821-93.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Metalurgica Magalhaes, Comercio e Industria Ltda - EXECUTADA: Empresa Kairos Construtora Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da proposta de acordo formulada na fl. 154 , no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0608251-11.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte

interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608789-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Valdelucia Seixas Elvas - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/05/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008-A/PB) - Processo 0611146-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Douglas Carvalho da Silva - Vistos, Da análise da exordial, verifico que a parte Autora pleiteia seja a Ré condenada a lhe devolver em dobro valores supostamente descontados de forma indevida de seu benefício de aposentadoria sem, contudo, indicar o montante almejado. Nesse contexto, determino seja intimado o Requerente, por seu advogado, via DJE, a fim de que quantifique o valor pretendido a título de repetição de indébito, corrigindo o valor da causa, ex vi do art. 292, V, do CPC, em prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM) - Processo 0611191-41.2019.8.04.0001 - Interdição - Dano - REQUERENTE: Via Direta Telecomunicações Por Satelite e Internet Ltda - Ante o exposto, indefiro a liminar pretendida e determino sejam os autos encaminhados os autos ao Cejusc/Civel, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0611235-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Marcio Pantoja Pinto - Diante disso, determino seja intimado o Requerente, por seu advogado, a fim de que comprove em 15 (quinze) dias a alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, nos moldes do art. 321 do CPC. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos à análise do pedido de gratuidade processual. Int. Cumpra-se.

ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0611259-88.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Retificação de Nome - REQUERENTE: Maria de Loudes Valença Melo - Assim sendo, ante a incompetência absoluta do juízo cível para conhecimento desta demanda, determino ocorra a remessa destes autos à Vara de Registros Públicos e Usucapião, através do setor de Distribuição Processual. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM) - Processo 0611294-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: R S Industria e Comercio de Embalagens Eireli - Vistos, Retifico de ofício o valor da causa para R$77.464,31 (setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos) e o faço com fulcro no art. 292, §3.°, NCPC. Diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intime-se o Exequente para diligenciar quanto a providência legal no prazo de 15 dias, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Int. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO PEREIRA DA COSTA (OAB 10682/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0612190-62.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: José Gelzimar Marinho Saraiva - REQUERIDO: EB da Amazônia - Ab initio, registro que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas se impõe que comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Em assim sendo, determino à empresa Embargante/Reconvinte que junte aos autos documentos idôneos, em prazo de 15 (quinze) dias, demonstrando sua alegada insuficiência de recursos. Adiante, passo a analisar as matérias trazidas em sede de Embargos à Monitória de fls. 26/58, saneando o processo, nos termos do art. 357, do CPC. Assim, enfrento as questões preliminares arguidas pela Ré EBD da Amazônia Ltda, vejamos: I) Impugnação à gratuidade da justiça: Rejeito a referida arguição, eis que milita em favor do Autor, pessoa física, a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos, inexistindo nos autos documentos capazes/suficientes a infirmar os fundamentos da decisão que concedeu o beneplácito, nos termos do art. 99, §§ 2º e 3º, do CPC. II) Inépcia da Petição Inicial: Rejeito igualmente a preliminar, pois compreendo que os documentos carreados aos autos são suficientes a indicar o liame jurídico entre os litigantes e suas capacidades postulatórias. Ademais, no que tange ao pedido de indeferimento da inicial, em vista da ilegitimidade da parte ativa, posto que não apresentou o projeto arquitetônico nos termos contratados, observo que tal matéria se confunde com o mérito da presente demanda, de forma que seu deslinde ocorrerá em sede de sentença. Neste contexto, superadas as questões processuais pendentes, fixo na espécie, o seguinte ponto controvertido que refere à questão de fato e de direito sobre o qual deve recair a atividade probatória de natureza documental, por depoimentos das partes e testemunhal: sobre se o projeto arquitetônico apresentado pelo Autor houve por atender às exigências técnicas contidas no contrato firmado entre as partes (fls. 9/11). No que pertine ao ônus da prova, decido por defini-lo nos termos do art. 373, I e II, do CPC. Intimem-se as partes para apresentarem rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 357, §4° e 450, ambos do CPC. Pauto audiência de Instrução e Julgamento para o dia 02/07/2019, às 09:30 horas. Oportunamente, esclareço que nos termos do art. 455, CPC, cabe aos advogados das partes informarem ou intimarem as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. Int. Cumpra-se.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0615450-84.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0604381-55.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ALESSANDRA PEREIRA LOGATTO e outros - REQUERIDO: Mário Pascoal de Brito Romano e outro -

Vistos, Considerando o teor do requerimento em fls.249, defiro o pedido de redesignação de audiência formulado pela Defensoria Pública. Nesse contexto, designo referido ato processual ao vindouro dia 27/06/2019, às 10:30 horas. Intimem-se as partes sobre a presente redesignação. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0615521-86.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Everaldo Oliveira Nascimento - A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: ANNY CAROLLINY MOREIRA CAVALCANTE DE ARAÚJO (OAB 8647/AM) - Processo 0615688-35.2018.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Maria Cilene Barbosa Peso e outros - À vista do teor da certidão exarada em fl. 58, determino que se intimem pessoalmente os Requerentes, a fim de que manifestem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0616089-05.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0622478-11.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA (OAB 132649/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES (OAB 107950/SP), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP), ADV: ANDRÉA LIA BASTOS TAKEDA (OAB 3839/AM) - Processo 0622870-77.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0618632-15.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Moto Honda da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Credit Brasil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial e outro - Considerando os argumentos exposados pela empresa Autora na petição de fls. 724/725, determino que seja citada a segunda Ré, por meio de carta com aviso de recebimento (AR), na pessoa de seu sócio gerente Carlos Formici no endereço declinado às fls. 725. Diante da comprovação do pagamento das custas postais em fls. 718/720, expeça-se a competente carta. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: MICHEL BESSA FERREIRA (OAB 7581/AM), ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: TAYANA DA SILVA ASSAYAG (OAB 8671/AM), ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM) - Processo 0625620-23.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: AURIMARINA SILVA MENDONÇA - REQUERIDO: VISAM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DA AMAZÔNIA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (intimação das testemunhas arroladas à fl. 354), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0627257-72.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: TRIUMPH-FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS DE MANAUS LTDA - REQUERIDO: AMORIM COMERCIO DE SEIXO E AREIA E TRANSPORTE LTDA - ME - Vistos, O procedimento do cumprimento definitivo de sentença está previsto no art. 523 e seguintes do CPC. Nesse contexto, o art. 524 discrimina os requisitos do pedido à instauração do procedimento, devendo estar presente dentre eles o respectivo demonstrativo do débito atualizado do valor imposto na sentença. Portanto, cabe ao Exequente carrear ao processo os documentos indispensáveis à propositura do competente cumprimento definitivo de sentença. Em assim sendo, determino ao Exequente emende a petição no prazo de 15 (quinze) dias, de forma a cumprir os mandamentos insculpidos no art.524 do CPC, pena de indeferimento, ex vi do art. 801 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0628129-19.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: P. LOPES & CIA LTDA - Alarme & CIA - REQUERIDO: NAMASTE (W.T. de Sousa Pinheiro Coelho ME) e outro - Avalio a preliminar ofertada em Embargos à Monitória de fls. 186/134: I) Inépcia da Inicial: Rejeito a referida arguição, eis que compreendo que os documentos carreados aos autos são suficientes a indicar o liame jurídico entre os litigantes e suas capacidades postulatórias. Doutro giro, no que pertine ao pedido de gratuidade de justiça, registro que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas se impõe que comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Nesse sentido, determino à empresa Embargante que junte aos autos documentos idôneos, em prazo de 15 (quinze) dias, demonstrando sua alegada insuficiência de recursos. Superada a pendência processual ora decidida, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: WIRLENY BENEZAR FALCÃO (OAB 13837/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0631055-70.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda - REQUERIDA: Mauricélia Seabra Ribeiro - Vistos, As partes acostam petição conjunta em fls.160/163, requerendo a homologação de avença

celebrada extrajudicialmente. Em assim sendo, homologo referido pacto e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, b, do NCPC. Isento de custas processuais remanescentes se ainda ocorrerem. Transitada em julgado a presente decisão, expeçam-se os alvarás a que referem os itens 4.1 e 6.1 do acordo de fls.160/163. Após, ultimem-se providências à baixa e arquivamento, sem prejuízo de que ocorra posterior desarquivamento a pedido do Exequente. P.R.I.C.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: JOANA DARC DOS SANTOS CORDEIRO (OAB 8645/AM) - Processo 0632700-67.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JULIANO LAFUENTE SILVELO - Intime-se o Embargado para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, ex vi do art.1.023, §2º do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0634930-19.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0715600-15.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Tatiana da Silva Frota - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - LITSPASSIV: F F da Silva Bijouteria -ME - Vistos, À vista da interposição de agravo de instrumento em face da decisão de fls.380 pela Requerente/Agravante, conforme fls.387/412, decido por não exercer o juízo de retratação, mantendo-a por seus jurídicos e legais fundamentos. Doutro giro, considerando a informação em fls.414 pelo perito do juízo quanto ao descumprimento pelo banco Requerido dos comandos em fls. 202/205, 308 e 316 no sentido de apresentar/depositar junto à Secretaria da 4a. UPJ os originais dos contratos de nº000.204.272 - contrato de abertura de crédito - BB Giro Empresa Flex e nº000.204.052 - contrato de abertura de crédito em conta corrente - Recebíveis Cartão a Realizar, o primeiro em fls.32/46 e o segundo em fls.48/60, os quais integram os autos sob registro nº0715600-15.2012.8.04.0001, com suas respectivas assinaturas, a fim de viabilizar nos autos a realização da prova pericial, determino ao referido Réu - Banco do Brasil S/A, que ultime a providência já determinada em prazo último de 30 (trinta) dias, pena de incidência de multa diária de R$1.500,00 até o limite de 20 (vinte) - dias multa, ex vi do art.537 do CPC. Cumprida pelo Réu a providência que mais uma vez se lhe determina, certifique-se e notifique-se o perito judicial à realização da prova em prazo de 30 (trinta) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0635122-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Priscila Oliveira e Silva - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0636678-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Aparecida Lima Dourado da Costa - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM) - Processo 0638591-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Dunorte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: ALEX DA SILVA ALMEIDA (OAB 10706/AM), ADV: FRANCISCO RODRIGO DE MENEZES E SILVA (OAB 9771/AM) - Processo 0639862-79.2016.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Prestação de Serviços - REQUERENTE: E.R.C. - Trata-se de pedido de expedição de ofícios formulado em fls. 60/61 pela Autora. Nessa esteira, considerando a hipossuficiência econômico-financeira da Requerente, bem assim em homenagem ao Princípio da Cooperação Processual, tenho por deferir o pedido de pesquisa - com prazo de 30 (trinta) dias, junto aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais de Manaus ao fito de verificar-se quanto à existência de óbito em nome de Rosângela Galvão Oliveira. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0641895-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Ajuricaba - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de Execução de Título Extrajudicial formulada por Condomínio do Edifício Ajuricaba em face de Lina Anjula Wu Sun. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, com força executiva atribuída pelo art. 784, X do CPC e demonstrativo de débito atualizado (fl. 7). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Desta forma, determino seja citada a Executada, nos termos do art. 829 do CPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do CPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do CPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se a parte Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 (dez) dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do CPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do CPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0641968-14.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes ao sistema conveniado Renajud providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0643673-81.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0644198-58.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo

a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: STEPHANYE RODRIGUES VAZ PEDROSO (OAB 362569/SP), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: THIAGO XAVIER ALVES (OAB 331632/SP), ADV: PAULA ALESSANDRA NICÁCIO GUTIERREZ (OAB 377443/SP), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0644198-92.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Carlos Menezes Galdino - REQUERIDO: DECOLAR. COM LTDA - Hipercard Banco Multiplo S.a. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM) - Processo 0649480-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: João Augusto Dutra de Figueiredo - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM), ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0656293-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marleide Soares Maciel - Vistos. Constato que a vestibular preenche os requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil. Destarte, determino ocorra o encaminhamento dos autos ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do art. 334 do Novo Código de Processo Civil. À vista do teor do requerimento em fls.78/79, defiro à Requerente modulação do pagamento das custas de ingresso, para isentá-la tão somente quanto ao pagamento das referidas custas iniciais, ex vi do art.98, §5º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0700297-92.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda - REQUERIDA: Clima Bus da Amazônia Ltda ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008-A/PB)
Alex da Silva Almeida (OAB 10706/AM)
Alírio Vieira Marques (OAB 3772/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Gonçalves de Arruda (OAB 200777/SP)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Lia Bastos Takeda (OAB 3839/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anny Carolliny Moreira Cavalcante de Araújo (OAB 8647/AM)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Alecrim de Lima (OAB 6440/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Camila Froes Barros (OAB 12056/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner (OAB 139138/SP)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
César Augusto Pereira da Costa (OAB 10682/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Regina Dornelas Martins Pereira (OAB 192973/SP)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Cylmar Pitelli Teixeira Fortes (OAB 107950/SP)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Aurélio de Vasconcelos (OAB 1536/AM)
Eduardo Leles Dias (OAB 13842/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fernanda Elissa de Carvalho Awada (OAB 132649/SP)
Flávio Fraga (OAB 18026/SC)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Rodrigo de Menezes e Silva (OAB 9771/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Glaucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivo Paes Barreto (OAB 735/AM)
Jander Roosevelt Romano Tavares junior (OAB 9483/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Joana Darc dos Santos Cordeiro (OAB 8645/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Joseane de Andrade Coelho (OAB 8365/AM)

Josemar Lauriano Pereira (OAB 132101/RJ)
Judice Ângela Silva de Oliveira (OAB 7165/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Lindomar Falcão dos Santos (OAB 7303/AM)
Lúcio de Rezende Neto (OAB 512A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Carlos Silva (OAB 168472/SP)
Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB 9487A/MA)
Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB 156347/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mário Marcondes Nascimento (OAB 7701/SC)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Michel Bessa Ferreira (OAB 7581/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Paula Alessandra Nicácio Gutierrez (OAB 377443/SP)
Pedro Ary Agacci Neto (OAB 645A/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvestre e Luniere Advogados Associados (OAB 2406/AM)
Stephanye Rodrigues Vaz Pedroso (OAB 362569/SP)
Tayana da Silva Assayag (OAB 8671/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Thiago Xavier Alves (OAB 331632/SP)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wirleny Benezar Falcão (OAB 13837/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: JONATHAN ANDRADE MOREIRA (OAB 5065/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: DANIEL J. R. BRANCO (OAB 146.004/SP), ADV: RONNI FRATTI (OAB 114189/SP), ADV: LEILA KARINA CORTE DE ALENCAR (OAB 5804/AM) - Processo 0023529-53.2006.8.04.0001 (001.06.023529-3) - Cumprimento de sentença - Interesse Coletivo - REQUERENTE: Anadec - Assoc. Nacional de Defesa da Cidadania e do Consumidor - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/A - Diante do certificado em fl. 268, bem assim dos documentos carreados aos autos em fls. 260/266, determino que se intime o Exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0203357-96.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: HSBC-Bank Brasil S/A- Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0223955-42.2010.8.04.0001 (001.10.223955-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (citação, penhora e avaliação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ CARLOS SILVA (OAB 168472/SP), ADV: JOSEMAR LAURIANO PEREIRA (OAB 132101/RJ), ADV: MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO (OAB 7701/SC), ADV: ALÍRIO VIEIRA MARQUES (OAB 3772/AM) - Processo 0224597-78.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Aldenora Conceição Pereira de Jesus e outros - REQUERIDO: Federal de Seguros - INTSSADO: Caixa Econômica Federal - CEF - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem acerca da manifestação de fls. 1085/1088, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM), ADV: GLÁUCIO CASTELO BRANCO MAUÉS (OAB 5666/AM), ADV: EDUARDO TEIXEIRA CAVALCANTE (OAB 6471/AM), ADV: AFONSO LUCIANO GOMES AMÂNCIO (ADVOGADO EXCLUÍDO DA OAB) (OAB 6028/AM), ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM) - Processo 0226987-55.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0221164-32.2012.8.04.0001) (001.10.226987-5) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo Lázaro Tiradentes - REQUERIDO: Eduardo Teixeira Cavalcante - Afonso Luciano Gomes Amâncio - "Vistos, etc Cuidam os presentes autos de ação de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por Ronaldo Lázaro Tiradentes em face de Eduardo Teixeira Cavalcante e Afonso Luciano Gomes Amâncio, à vista da ocorrência do trânsito em julgado do v. Acórdão de fls.346/353 nos autos sob registro nº0226987-55.2010.8.04.0001. Nesse contexto, determino seja o petitório e documento em fls.01/02, além desta decisão, trasladados aos autos de nº 0226987-55.2010.8.04.0001, onde deve tramitar o regular cumprimento definitivo de sentença, ultimando-se assim a baixa e arquivamento dos presentes autos. Por derradeiro, determino que se intime o Exequente ao cumprimento integral das regras ínsitas no art.524 do CPC em prazo de 15 (quinze) dias. Cumprida a providência ora determinada no prazo legal, intimem-se os Executados pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu(s) advogado(s), a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias promovam o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo Exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso os Executados efetuem o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo

de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento, ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BacenJud, conforme os termos da Lei nº 4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a juntada, proceda-se à penhora por meio do sistema BacenJud, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intimem-se os Executados para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos no prazo de 05 (cinco) dias os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme assim dispõe a Lei n. 4.408/2016 e a tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome dos Executados, por meio dos sistemas Infojud e Renajud. Autorizo desde logo, ocorra constrição através do sistema Renajud, de eventuais veículos existentes em nome dos devedores. Após, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo "in albis", intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito, sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se."

ADV: EUCLÉSIA PEREIRA MARINHO (OAB 6936/AM), ADV: MARIA DA FE BEZERRA DA COSTA (OAB 6856/AM), ADV: DÁRIA NUNES BINDÁ, ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0251902-37.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flavia Ferreira Vieira - REQUERIDA: Terezinha de Jesus Santana Ribeiro - Vistos, etc. Diante do certificado em fl. 258, tenho por designar perito judicial nos autos o Dr. Rafael Medeiros (CRM n.º 32.549), com currículo junto à Secretaria desta 4ª UPJ e cujos honorários serão custeados na forma do disposto na Portaria n.º 1.233/2012 (PTJ-TJAM) e em observância aos termos da Resolução n.º 127/2011 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, vez que a postulante da prova em comento é beneficiária da gratuidade de justiça. Nesse contexto, considerando a complexidade da perícia a ser realizada, julgo por necessário ocorra a majoração do valor fixado no art. 6º da Portaria n.º 1.233/2012. Nesse cenário, com fulcro no permissivo contido no §1º do referido artigo, decido por majorar em cinco vezes o valor dos honorários periciais a serem percebidos pelo expert nomeado pelo juízo, a totalizar R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Notifique-se o perito judicial através do endereço eletrônico contato@peritosjudiciais.com, para que no prazo de 05 (cinco) dias, informe sobre se aceita o encargo. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial. Ficam as partes intimadas a apresentarem quesitos, indicar assistentes técnicos e querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias. Acostada aos autos a prova pericial, intimem-se as partes para que se manifestem no prazo comum de 15 (quinze) dias. À Secretaria da 4ª U.P.J. para providências. Notifique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO SEGADILHA FRANÇA (OAB 4729/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: SANDRO PISSINI ESPÍNDOLA (OAB 198040A/SP) - Processo 0254321-30.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Lourdes Mafra - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0601036-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Nonato Vieira Martins - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 28/03/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: MARCOS ANDRADE DE ALMEIDA XAVIER (OAB 5747/AM), ADV: LIZANDRA BRAGA SOARES DE MELO (OAB 8156/AM), ADV: ANTÔNIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912/AM), ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0601119-34.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas do ofício e da pesquisa a ser realizada no sistema eletrônico (ERIDFT) e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) respectivas diligência(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM), ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0601451-59.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Pedro Gonçalves da Silva - REQUERIDO: Zander Eijiro Sassaki e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais referente a expedição de ofício e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO DA GAMA MONTEIRO (OAB 4931/AM), ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0602425-09.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Colégio Normal Ajuricaba Ltda - REQUERIDA: José Lavoisier de Almeida Pimenta - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP) - Processo 0603752-81.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: BIOPLUS COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - ME - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do cumprimento da sentença, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604333-96.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Rezende Caminhoes Comercio e Representacoes Ltda - REQUERIDO: Norauto Rent a Car Ltda. - Vistos, Avalio as preliminares apresentadas pelo Embargante em Embargos à Monitória de fls. 40/54: I) Carência da Ação: Afasto a referida arguição, posto que avalio que a matéria que sustenta a presente preliminar se confunde com o mérito dos autos, de forma que deixo para apreciá-la em sede de sentença. II) Litisconsórcio Necessário: Afasto igualmente a referida preliminar, pois que o Banco J. Safra S/A não possui relação jurídica com o Autor, eis que conforme se analisa dos autos, a relação jurídica ocorreu entre o Autor e o Réu, revelando-se a Instituição Financeira apenas como a responsável pelo financiamento do valor para pagamento dos chassis. Assim, a relação jurídica entre o referido banco e o Requerido é distinta da relação sobre que tratam os autos. III) Impropriedade da Ação Monitória: Afasto a preliminar, pois conforme se depreende do art. 700, do CPC, a ação monitória deve ser baseada em prova documental sem eficácia executiva e neste contexto, avalio que o documento de fls. 15/16 é título hábil para a cobrança. Ademais, o argumento de que é prova produzida unilateralmente se confunde com o mérito da demanda, de forma que seu deslinde deve ocorrer em sentença. Assim, superadas as pendências processuais ora decididas, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Portanto, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0606569-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANA LUCIA NASCIMENTO BARROSO e outro - REQUERIDO: Transmanaus - Transportes Urbanos Manaus SPE Ltda - À vista do documento em fls.160/171, mormente aquele em fls.170, bem assim em observância ao disposto no art.125, II, do CPC, determino seja citada a empresa denunciada à lide - Companhia Mutual de Seguros, com endereço em fls.91. Doutro giro, defiro aos Requerentes o beneplácito da gratuidade de justiça, eis que atendem os requisitos legais para tanto, ex vi do art.98 do CPC. Providências legais. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607630-09.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã em face de Luiz Flávio Massulo Aguiar. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra sobre a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, com força executiva atribuída pelo art. 784, X do CPC e demonstrativo de débito atualizado (fl. 6). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Desta forma, determino seja citado o Executado, nos termos do art. 829 do CPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do CPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do CPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 (dez) dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do CPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do CPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607719-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã em face de Mário Eloy Pontes Pereira Júnior e Alice Sampaio e Souza. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, com força executiva atribuída pelo art. 784, X do CPC e demonstrativo de débito atualizado (fl. 6). Assim, tenho como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Desta forma, determino sejam citados os Executados, nos termos do art. 829 do CPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do CPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 (dez) dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do CPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do CPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0608397-52.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Fibra S.A - À vista do teor da certidão exarada em fl. 131, determino que se intime pessoalmente o Requerente, a fim de que manifeste interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SILVA DOS SANTOS (OAB 34083/BA), ADV: ERIVELTON SANTOS PINHEIRO (OAB 34168/BA) - Processo 0608527-71.2018.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Azud Brasil Ltda - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação da Requerida a pagar o débito, então representando nos documentos escritos dos autos, no valor de R$: 21.247,22 (vinte e um mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte e dois centavos), mais juros e correção monetária na forma da fundamentação, convertendo-se o mandado de fls. 93, em mandado executivo. Diante da sucumbência da Ré, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0609194-57.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação do Requerido a pagar o débito, então representando nos documentos escritos dos autos, no valor de R$: 22.238,73 (vinte e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e três centavos), mais juros e correção monetária na forma da fundamentação. Diante da sucumbência do Réu, condeno-o ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0610199-80.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Juliana Ribeiro dos Santos - Assim sendo, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela. Lado outro, considerando que restou inexitosa a conciliação das partes

por ocasião da propositura de demanda perante o juizado especial, visualizo que designação de audiência conciliatória nestes autos apresenta potencial chance de igualmente não lograr êxito. Assim, deixo de determinar a remessa dos autos ao Cejusc/Cível e determino ocorra a citação da Requerida. Outrossim, defiro à Autora o beneplácito da gratuidade de justiça, nos moldes do art. 98, §1º, do CPC, eis que demonstrou fazer jus ao benefício, conforme documentos de fls. 24/25. Derradeiramente, determino que a Secretaria desta 4ª UPJ altere a classe processual destes autos para Procedimento Comum. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM) - Processo 0611294-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: R S Industria e Comercio de Embalagens Eireli - Vistos, Intime-se o Exequente a complementar as custas iniciais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito (art.290 CPC), considerando que o valor da causa foi alterado de ofício em fl. 66. Int. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0611342-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Vistos, O Autor requer o deferimento de segredo de justiça nos autos. Contudo, inocorre na hipótese qualquer previsão legal a tal deferimento, ao arrimo do art. 189 do CPC; razão pela qual indefiro referido pleito. Noutro giro, dispõe o art. 3.º, do Decreto-Lei n.º 911/69 que a liminar de busca e apreensão será concedida se houver a comprovação da mora do devedor. Para tanto, está consolidado na jurisprudência pátria que é imprescindível ocorra a intimação do devedor, a fim de que ele seja constituído em mora; bastando que da notificação conste assinatura de recebimento. No vertente episódio, há nos autos notificação extrajudicial expedida por meio dos patronos da empresa Requerente a fim de intimar a empresa Requerida. Contudo, a petição inicial (fls. 1/7) traz também o devedor solidário Roberto Baccelar Alves Lavor no pólo passivo, sem que tenha referido Réu por ter sido constituído em mora, na forma do disposto no art. 3°, do Decreto-Lei n° 911/69. Ante o exposto, determino seja emendada a exordial, a fim de que se junte aos autos o Aviso de Recebimento da notificação extrajudicial expedida, devidamente assinado, a comprovar que o Requerido Roberto Baccelar Alves Lavor foi constituída em mora, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de extinção do processo, nos termos do art. 321 c/c o art. 485, I, do CPC. Int.Cumpra-se.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0611378-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Maria Lucia Araujo de Campos - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a concessão da gratuidade da justiça, na forma do art. 98, §1º, do CPC; c) determinar que o banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o(s) contrato (s) sobre que trata a presente demanda; e d) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0611477-19.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Arboretto - Vistos, A fim de que o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício consubstanciem-se em título executivo extrajudicial, faz-se necessário que estejam previstas na convenção do condomínio ou tenham sido aprovadas em ata de assembleia, e em todo caso deve-se comprová-las documentalmente, consoante norma disposta no art. 784, inciso X do Código de Processo Civil. In casu, analisando os autos, não verifico a ata de assembleia que aprovou a contribuição no valor de R$: 292,98 (duzentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos), tampouco a respectiva convenção condominial. Verifico ainda a falta da ata de assembleia que elegeu a síndica Waldinéia Mendonça dos Santos e seu Conselho. Em assim sendo, determino que se intime o Exequente a fim de junte aos autos ata de assembleia em que teria sido aprovada a taxa de condomínio no valor de R$: 292,98 (duzentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos) ou a convenção do condomínio, se a contribuição for ali prevista, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Int. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0611523-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marcos Augusto Viana de Oliveira - Vistos, etc Verifico que os presentes autos foram remetidos a este juízo por suspeita de repetição ao feito de n.º 0228071-13.2018.8.04.0001, cujas partes são Marcos Antônio Oliveira e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. A toda evidência, não se cuidam de processos idênticos. Nesse cenário, por não visualizar a ocorrência de litispendência entre este feito e o de n.º 0228071-13.2018.8.04.000, nem tampouco visualizar conexão, avalio por equivocado o direcionamento destes autos a este juízo, a afrontar o princípio do juiz natural. Em assim sento, determino ocorra à distribuição deste autos. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0612314-11.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0613316-16.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação do Requerido a pagar o débito, então representando nos documentos escritos dos autos, no valor de R$: 3.181,72 (três mil, cento e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), mais juros e correção monetária na forma da fundamentação, convertendo-se o mandado de fls. 50 em mandado executivo. Diante da sucumbência do Réu, condeno-o ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0613483-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Raimundo dos Santos Correa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0620638-87.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Miguel Nonato Carvalho Junior - Vistos. Determino que se intime o Requerido/Embargante, a fim de que se manifeste sobre o teor da petição de fls. 59/61 no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM) - Processo 0621355-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde -

REQUERENTE: LUCIANE MARTIRESDE LIMA FRIDSCHTEIN - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, I, do CPC, para: a) ratificar a decisão de fls. 71/82, a fim de manter a obrigação da Ré em custear, na forma prescrita pela Dr.ª Maria Bernadete Dutra de Resende (fl. 39), os seguintes tratamentos: a) fisioterapia motora especializada em neurologia infantil através do método PediaSuit; b) terapia ocupacional especializada em neurologia infantil através do método PediaSuit; c) fonoaudiologia especializada em neurologia infantil através da abordagem interacionista Hannen e Son-Rise; e d) musicoterapia especializada em Neurologia infantil; b) condenar a Ré a reembolsar o Autor pelos dispêndios demonstrados às fls. 377/386, devendo incidir sobre os referidos montantes juros moratórios, segundo a taxa SELIC, desde o vencimento de cada parcela adimplida pelo Requerente, nos moldes do art. 397 do CC, limitando-os, porém, aos valores atribuídos pela Requerida aos seus serviços próprios ou contratados. Ressalto ainda que os valores a serem reembolsados ao Autor deverão ser objeto de liquidação de sentença, nos termos do art. 509, II, do CPC. Nos termos do art. 86, parágrafo único, do CPC, considerando a sucumbência do Autor em parte mínima do pedido, condeno a Ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625814-47.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação da Requerida a pagar o débito, então representando nos documentos escritos dos autos, no valor de R$: 11.046,06 (onze mil, quarenta e seis reais e seis centavos), mais juros e correção monetária na forma da fundamentação, convertendo-se o mandado de fls. 53 em mandado executivo. Diante da sucumbência da Ré, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0626683-10.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: B. S. A. Comercio de Materiais de Telecomu - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação da Requerida a pagar o débito, então representando nos documentos escritos dos autos, no valor de R$ 5.304,76 (cinco mil, trezentos e quatro reais e setenta e seis centavos), mais juros e correção monetária na forma da fundamentação, convertendo-se o mandado de fls. 27 em mandado executivo. Diante da sucumbência da Ré, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0632394-93.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação do Requerido a pagar o débito, então representando nos documentos escritos dos autos, no valor de R$ 74.746,86 (setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos), mais juros e correção monetária na forma da fundamentação. Diante da sucumbência do Réu, condeno-o ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: HELENA MARIE DA CUNHA FISH (OAB 4332/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0632452-67.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: RAIMUNDO LOPES NUNES - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outros - Compulsando os autos, verifico que a parte apelada não foi intimada do ato ordinatório de fls. 193. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência, cujo teor segue abaixo: "Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade "

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0632986-45.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: JOSÉ FERNANDES NETO (OAB 8257/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0634036-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Candida Saunders Fernandes - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Nesse cenário, julgo que os cálculos apresentados pela Executada, às fls. 285/286/287, - a incluir verbas condenatórias e honorários sucumbenciais atualizados, sobre os quais já incidentes os percentuais a que se refere o §1º do art. 523 do CPC, em razão do não pagamento voluntário do débito -, encontram-se em plena sintonia com o título executivo judicial, bem assim com os ditames da Portaria n.º 1855/2016 - PTJ. Assim, acolho os referido cálculos, reconhecendo como devida a quantia de R$ 221.819,77 (duzentos e vinte e um mil, oitocentos e dezenove reais e setenta e sete centavos). Noutro vértice, reconheço o excesso de execução, no importe de R$ 49.673,58 (quarenta e nove mil, seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos). Nesse contexto, condeno a Exequente ao pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da Executada, os quais fixo no percentual de 10% da quantia exigida em excesso, conforme precedente vinculante do STJ Resp n.º 1134186/RS. Por derradeiro, não visualizo óbice ao cumprimento dos comandos judiciais exarados em fls.276, motivo pelo qual os ratifico. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634791-96.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação da Requerida a pagar o débito, então representando nos documentos escritos dos autos, no valor de R$: 38.331,90 (trinta e oito mil, trezentos e trinta e um reais e noventa centavos), mais juros e correção monetária na forma da fundamentação. Diante da sucumbência da Ré, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0635054-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Comodato - REQUERENTE: Rio Solimoes Distribuidora - Em conformidade

com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM) - Processo 0635923-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eugênia Laurindo de Figueiredo - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0640264-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Polimix Concreto Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0641634-77.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - À vista do teor da certidão exarada em fl. 156, determino que se intime o banco Autor, a fim de que manifeste interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se-o pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção processual, ex vi do art. 485, III, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0643548-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Luiz Fabricio Moura Marques - Em conformidade com o art. 1º, XXVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de desistência formulado na fl. 112 retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0643737-91.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente o pedido desta ação para constituir título executivo judicial com a condenação da Requerida a pagar o débito, então representando nos documentos escritos dos autos, no valor de R$: 42.094,81 (quarenta e dois mil, noventa e quatro reais e oitenta e um centavos), mais juros e correção monetária na forma da fundamentação. Diante da sucumbência da Ré, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I. Cumpra-se

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0643928-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luiz Paulo Branches Antunes Junior - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0646057-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Agostinha Bonates Soeiro - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: DANIEL FRANÇA DA SILVA (OAB 24214/DF) - Processo 0658434-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Telefonia - REQUERENTE: Maria Celia de Paula - REQUERIDO: Telefonica Brasil S/A Vivo S/A - Compulsando os autos, verifiquei que o requerido não foi intimado na pessoa do patrono o qual deverá regularizar sua capacidade postulatória. Dessa forma, intimo novamente a parte requerida para que tome ciência do ato de fls. 129 , cujo teor segue abaixo: " Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual do patrono Dr. Daniel França Silva OAB/DF 24.214, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. "

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0658857-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (Citação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0659432-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: João Simões Moraes Filho - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos do art. 319 do CPC. Outrossim, defiro ao Autor o beneplácito da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98, §1º, do CPC, eis que o cotejo entre o valor da causa e a remuneração do suplicante permitem a conclusão de que o pagamento das custas e despesas processuais pode vir a comprometer sua subsistência. Por derradeiro, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do art. 334 do CPC. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0660754-38.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0660966-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0716774-59.2012.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: Geofre Gomes dos Anjos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do certificado em fl. 280, determino que se intime o Exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Providências legais. Int. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Afonso Luciano Gomes Amâncio (ADVOGADO EXCLUÍDO DA OAB) (OAB 6028/AM)
Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB 10642/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alírio Vieira Marques (OAB 3772/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Sampaio Nunes (OAB 3912/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daniel França da Silva (OAB 24214/DF)
Daniel J. R. Branco (OAB 146.004/SP)
Daniel Silva dos Santos (OAB 34083/BA)
Dária Nunes Bindá
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)
Eduardo Teixeira Cavalcante (OAB 6471/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Erivelton Santos Pinheiro (OAB 34168/BA)
Euclésia Pereira Marinho (OAB 6936/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gláucio Castelo Branco Maués (OAB 5666/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helena Marie da Cunha Fish (OAB 4332/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
JONATHAN ANDRADE MOREIRA (OAB 5065/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Fernandes Neto (OAB 8257/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Josemar Lauriano Pereira (OAB 132101/RJ)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Leila Karina Corte de Alencar (OAB 5804/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lizandra Braga Soares de Melo (OAB 8156/AM)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Carlos Silva (OAB 168472/SP)
Marcos Andrade de Almeida Xavier (OAB 5747/AM)
MARIA DA FE BEZERRA DA COSTA (OAB 6856/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mário Marcondes Nascimento (OAB 7701/SC)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurício da Gama Monteiro (OAB 4931/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Paulo Segadilha França (OAB 4729/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Ronni Fratti (OAB 114189/SP)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Sandro Pissini Espíndola (OAB 198040A/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Thiago Rodrigues Gomes (OAB 8198/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO LIA MARIA GUEDES DE FREITAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SABRINA PRATA AVELINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0355912-74.2007.8.04.0001 (001.07.355912-2) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Martins Veiculos Ltda. - REQUERIDA: Gecilda Leite Onofre - Defiro o pedido de fls. 150 e concedo o prazo de 10 (dez) dias ao Exequente. Ultrapassado tal prazo, sem manifestação, diga o Exequente também em 10 (dez) dias sobre se pretende seja suspensa a execução, ex vi do art.921, III, do CPC. Aquiescendo o Exequente ou não se manifestando, suspenda-se a presente execução por prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspenderá

a prescrição. Decorrido tal prazo sem que seja localizada a Executada ou encontrados bens penhoráveis, arquivem-se os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento, em observância ao disposto no art.921, III, §§§1º, 2º e 3º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: MACLISON CHAGAS (OAB 1198/RR) - Processo 0611117-84.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Germano Waldow - REQUERIDO: Arino Queiroz Maciel - Vistos, Em breve análise aos autos constato que o endereço fornecido para citação do Réu Arino Queiroz Maciel é na comarca de Itapiranga/Am e não nesta cidade de Manaus. Portanto, determino sejam os presentes autos encaminhados à comarca de Itapiranga, comunicando-se para respectiva ciência o r. Juízo Deprecante. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: GISELLE RACHEL DIAS FREIRE (OAB 5138/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0624521-13.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Correção Monetária de Benefício pago com atraso - REQUERENTE: Nelson dos Santos Ale Júnior - REQUERIDO: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A - Vistos, Trata-se de analisar pedido de prosseguimento do feito formulado pelo Autor em fl. 204. Em que pese ter ocorrido o trânsito em julgado do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas IRDR n.º 0005477-60.2016.8.04.0000- TJ/AM, faz-se necessário asseverar que os autos também inserem pedido que refere a inversão da cláusula penal em desfavor da construtora - fls. 36/10, tema objeto do Recurso Especial Repetitivo n.º 1614721/DF. Cumpre, portanto, ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça determinou ocorresse a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre idêntica questão e que tramitem no território nacional, nos termos do art. 1.037, II, do CPC/2015, ressalvando que não é obstada a propositura de novas ações, tampouco a sua distribuição, bem como que não se aplica o sobrestamento às transações efetuadas ou que vierem a ser concluídas. Diante disso, apesar da presente demanda não se limitar apenas à questão posta no REsp nº 1.631.785/DF, é inequívoco que sua resolução depende de sua respectiva definição, de modo que a manutenção da suspensão do feito é medida que se impõe. Isso posto, em obediência às determinações veiculadas pelo REsp nº 1.631.785/DF, indefiro o pedido de fl. 204 e mantenho a suspensão da presente ação até o trânsito em julgado do referido processo afetado. Int.Cumpra-se.

ADV: JÓRIO MACHADO DANTAS (OAB 18795/PB) - Processo 0651443-23.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Extinção do Crédito Tributário - REQUERENTE: M.B.B.C. - REQUERIDO: C.S. - Vistos, Trata-se de Ação Anulatória de Negócio Jurídico cumulada com Indenizatória movida por Marcos Bruno Buas da Costa, já qualificado nos autos, em face de Banco Cruzeiro do Sul S/A, igualmente qualificado nos autos. Às fls. 13/14, determinou-se ao Autor que emendasse e completasse a exordial, sob pena de indeferimento, a fim de que narrasse os fatos de forma precisa e trouxesse aos autos documentos que poderiam confirmar a verossimilhança de suas alegações, bem assim retificasse o valor da causa, informasse sobre seu interesse na realização de audiência de conciliação e, por fim, carreasse aos autos suas 3 (três) últimas declarações de imposto de renda ou cópia dos últimos 3 (três) contra-cheques a demonstrar sua alegada hipossuficiência econômico-financeira. À fl. 21, certificado o decurso in albis do prazo para cumprimento da determinação de fls. 13/14. Relatados os fatos. Decido. Estabelece o art. 321 do CPC: o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Intimado o Autor, por seu advogado constituído nos autos, para emendar e completar a exordial, sob pena de indeferimento ex vi do art. 321 c/c o art. 485, I, ambos do CPC, quedou-se inerte. Torna-se, portanto, imperiosa a extinção do feito na forma do art. 485, I, do CPC. Esclareço que a intimação pessoal do Autor para fins de extinção nessa hipótese é inexigível, pois que quando se faz necessária, ocorre previsão expressa na lei, verbi gratia, o art. 485, § 1.º, do CPC. Em assim sendo, decido pela extinção do presente feito, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, I, do CPC. Sem condenação em honorários. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Giselle Rachel Dias Freire (OAB 5138/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jório Machado Dantas (OAB 18795/PB)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Maclison Chagas (OAB 1198/RR)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE (OAB 4814AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0215804-58.2008.8.04.0001 (001.08.215804-6) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alfredo Cândido Ferreira Junior - REQUERIDO: Ub -Mc Incorporação e Construção Spe Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem sobre os documentos juntados pelo perito às fls. 314/316, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 477 do CPC.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0243364-23.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635407-71.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Francisco Ritta Bernardino - EMBARGADO: Condomínio do Edificio Mônaco - No caso dos autos, como já ressaltado na DECISÃO de fls. 257, deverá a parte autora, no PRAZO improrrogável de 15 (quinze) DIAS, regularizar o pólo ativo, fazendo-o ser representado pelo ESPÓLIO, na pessoa de seu INVENTARIANTE, sob pena de INDEFERIMENTO DA INICIAL. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602258-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Alciene Almeida de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DECISÃO Ante o exposto, RESOLVENDO o MÉRITO da demanda, nos termos do art. 487 - I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido revisional de faturas de energia elétrica, momento em que REVOGO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA anteriormente DEFERIDA em sede de LIMINAR. DECLARO a VALIDADE das FATURAS impugnadas, constituindo-se-as em TÍTULO LÍQUIDO, CERTO e EXIGÍVEL. INDEFIRO por igual, o pedido relativo a INDENIZAÇÃO por DANOS MORAIS pleiteadas. CONDENO a parte Requerente ao pagamento da SUCUMBÊNCIA, custas, despesas processuais e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, que ARBITRO em 20% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC, ficando SUSPENSA sua exigibilidade em face da GRATUIDADE JUDICIÁRIA anteriormente DEFERIDA. Com o TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVEM-SE estes autos com a devida BAIXA no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0603879-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Ferreira de Moraes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia

16/05/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0603961-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condominio Coral Gables Residencial - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Aliança Incorporadora Ltda. - Intime-se o REQUERENTE para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da petição de RETIFICAÇÃO de acordo, a fls. 447/449. Após, voltem-me conclusos.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604831-95.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para corrigir o endereço (CEP) que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM), ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM) - Processo 0606051-26.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0633800-23.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Ana Cristina Nascimento Siza - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Defiro os benefícios da Justiça Gratuita em favor da Embargante. Recebo os embargos para discussão sem, contudo, atribuir efeito suspensivo a ação de execução n° 0633800-23.2016.8.04.0001. Intime-se o embargado, na pessoa de seu patrono, para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 920, I, do NCPC. Intime-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: FABRÍCIO HILARICKI FERREIRA (OAB 10398/AM) - Processo 0608335-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDO: Horleans da Costa Hilaricki - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais, referente à expedição do competente Ofício e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0608444-60.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Bacenjud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de arquivamento do processo. Após a comprovação, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros do Executado via Bacenjud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO MACIEL DO NASCIMENTO (OAB 2091/AM) - Processo 0609797-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: D.d. Incorporações Imobiliárias Ltda. - Isto posto, sem audiência da parte contrária e independentemente de prestação de caução, uma vez demonstrada a presença dos REQUISITOS essenciais, DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 300, do CPC, para os fins de DETERMINAR que o Banco Requerido BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA adote as providências necessárias no sentido de PRORROGAR a CARÊNCIA contratual, pelo período de 2 (dois) ANOS, para início e continuidade dos pagamentos das prestações da CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIA n.º 033-13/0038-9 contados a partir dessa DECISÃO, mantendo na ÍNTEGRA AS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS quanto ao PRAZO DE AMORTIZAÇÃO do principal, sob pena de MULTA no valor correspondente a CADA PARCELA cobrada ou debitada indevidamente, por desconto efetivado. CITE-SE e INTIMEM-SE com as cautelas de praxe. CUMPRA-SE.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: DANIELLA LOPES CAVALCANTE (OAB 4164/AM), ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM) - Processo 0619864-57.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Raimundo da Silva Melo e outro - REQUERIDO: Lindomar Gonçalves de Vasconcelos e outros - Firme no exposto, INDEFIRO o pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Considerando que a HONORÁRIA PERICIAL será ADIANTADA pela parte que houver requerido a perícia, conforme art. 95 do CPC, INTIMEM-SE OS REQUERIDOS para realizar, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, o DEPÓSITO em juízo do valor correspondente a 50% dos HONORÁRIOS PERICIAIS apontados - a fls. 1007/1010. Quanto ao PEDIDO de PROVIDÊNCIAS formulado pelos AUTORES, este se apresenta despropositado, no momento em que os autos vem recebendo REGULAR TRAMITAÇÃO, não podendo, contudo, este Juízo, deixar de observar o due process of law. Anote-se que o pedido relativo à ANTECIPAÇÃO da TUTELA pretendida fora INDEFERIDO primeiramente, em razão da FRAGILIDADE dos ARGUMENTOS e PROVAS a ensejarem um juízo de probabilidade do direito da parte requerente e, posteriormente, à luz dos ARGUMENTOS trazidos à CONTESTAÇÃO, ocasião em que FIXADA a CONTROVÉRSIA. Ademais, o presente PROCESSO NÃO SE APRESENTA MADURO suficiente para análise do MÉRITO, sendo considerada imprescindível a realização da PROVA PERICIAL, para constatar a real situação física do imóvel, a legitimidade sobre a propriedade dos lotes e a avaliação de benfeitorias, conforme consta do TERMO DE AUDIÊNCIA - a fls. 1000/1002. Após, voltem CONCLUSOS. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0623815-98.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada

para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: KAWARY CAMPOS SILVA (OAB 13646/AM) - Processo 0627485-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Mirtes dos Santos Ferreira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Marilane Menezes Marinho , CPF 274.892.642-00, CRM 4553AM - Enzio Nobre Monteiro, CPF 619.543.572-49, CRM 3953 AM Marcel Saraiva Monteiro, CPF 384.628.002-00, CRM 3056 AM Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM Leandro Meireles Chaves CPF 085.090.897-6 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 00/00/2018, a partir das 8:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: ALEXANDRE FIDALGO (OAB 172650/SP) - Processo 0627611-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivanilson Cancio de Souza - REQUERIDO: Editora Abril S.a. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0627845-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Maria de Nazare Souza dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o despacho de fl. 82 e o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0628167-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alzira Ribeiro de Brito - REQUERIDO: Benchimol Irmão e Cia. Ltda. - Sumaúma Park Shopping - Isto posto, e o que mais dos autos consta, julgo IMPROCEDENTE, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do NCPC. CONDENO a requerente ao pagamento de custas e honorários de sucumbência, no valor de 10% sobre o valor da causa, de conforme art. 85, do NCPC. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: KEILA AZEVEDO MENEZES DE CASTRO (OAB 8113/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM) - Processo 0630643-76.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Ítalo Ramos Rocha - Deuza Brito Ramos - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Aliança Incorporadora Ltda. - Considerando a CITAÇÃO e consequente CONTROVÉRSIA fixada em sede de CONTESTAÇÃO, INTIME-SE as REQUERIDAS para MANIFESTAR acerca do pedido de DESISTÊNCIA, de fls. 1559/1560, nos termos do art. 485, §4 do NCPC, em 15 (quinze) DIAS. Decorrido o PRAZO, desincumbindo ou não, voltem os autos CONCLUSOS.

ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS JÚNIOR (OAB 9321/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0632169-73.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0626859-23.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Prev Cont Assessoria Ambiental Ltda - EMBARGADO: Sul America Companhia de Seguro de Saude - Assim, DETERMINO a SUSPENSÃO do processo pelo prazo de 15 (quinze) dias para que a Embargante junte aos autos procuração concedendo poderes ao advogado Dr. Sandoval Fernando Cardoso de Freitas Junior OAB/AM 9.321 para representá-la em juízo, nos termos do art. 76, caput, do NCPC, sob pena das sanções previstas no art. 76, § 1º, do NCPC. Ademais, no mesmo prazo, independente de nova intimação, cumpra integralmente a DECISÃO de fls. 45, sob pena das sanções ali previstas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISADORA LOISE MOTA OLIVEIRA (OAB 10670/AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: KAMYLA SABINO DOS SANTOS (OAB 6673/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0632448-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: J S Equipamentos Médicos e Hospitalares EIRELI - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - NÃO INFORM: Showa do Brasil Ltda - Moto Honda da Amazônia Ltda - Associacao dos Magistrados do Amazonas - Amazon - Associacao dos Servidores do Inpa e outros - Vistos. Comparece aos autos novamente o EXEQUENTE a FLS. 975/976 para requerer expedição de ALVARÁ referente a PENHORA realizada junto a ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO AMAZONAS - AMAZON (FLS. 964/966). Em momento posterior, compareceu aos autos a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INPA - ASSINPA, para INFORMAR o cumprimento da ORDEM JUDICIAL, bem como o referido depósito (FLS. 981/983). Assim, DETERMINO a expedição de ALVARÁ JUDICIAL quanto aos valores constritos a FLS. 966 e 983. I. C.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0632754-28.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio Residencial Marina Rio Bello - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos

sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEONARDO MARTIN DE FREITAS (OAB 262683/SP) - Processo 0634191-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Duplicata - REQUERENTE: Focoplus Comércio de Produtos Eletro-eletronicos Eireli - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, uma vez que as custas pagas indicadas pelo Autor dizem respeito a mandado judicial, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637305-22.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0639658-64.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641301-57.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM) - Processo 0642613-68.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0627362-44.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: José Renato Soares da Silva - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - Recebo os embargos à Execução para discussão sem, contudo, atribuir efeito suspensivo a ação de execução n° 0627362-44.2017.8.04.0001. Intime-se o embargado, na pessoa de seu patrono, para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 920, I, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALINDA CINQUE IANTORNO DE JESUS (OAB 53797/RS), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0643769-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Aurea Soares de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual (intimação - R$ 66,50) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0650411-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0658162-21.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0636455-94.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Abdel Kader Ismail Abder Kader Ismail e outro - EMBARGADO: Francisco Ritta Bernardino Júnior - Posto isto, INDEFIRO os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA INTIME-SE o Requerente, na pessoa seu advogado, para realizar o pagamento das custas processuais, nos termos da Portaria 116/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC/2015, art. 290 c/c 485, IV). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM) - Processo 0658457-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raphael Araujo Cerqueira de Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0717476-05.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: APOLO MEIRELLES CABRINHA e outro - REQUERIDO: JAILSON DA SILVA SOUZA e outro - Intime-se o(a) devedor(a) para que, desocupe o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias. Na hipótese do executado não desocupar o imóvel no prazo determinado de 30 (trinta) dias, determinar-se-à a expedição do mandado de reintegração de posse a ser cumprido coercitivamente. À Secretaria para proceder à evolução de classe para cumprimento de sentença. Intime-se. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Alexandre Fidalgo (OAB 172650/SP)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)

Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Daniella Lopes Cavalcante (OAB 4164/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Hilaricki Ferreira (OAB 10398/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Francisco Maciel do Nascimento (OAB 2091/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
ISADORA LOISE MOTA OLIVEIRA (OAB 10670/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Ivana da Cunha Leite (OAB 4814AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Kamyla Sabino dos Santos (OAB 6673/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kawary Campos Silva (OAB 13646/AM)
Keila Azevedo Menezes de Castro (OAB 8113/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leonardo Martin de Freitas (OAB 262683/SP)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Luiz Maurício de Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas Júnior (OAB 9321/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Valinda Cinque Iantorno de Jesus (OAB 53797/RS)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: OTAVIO FERREIRA MENDES FILHO (OAB A998/AM) - Processo 0207290-33.2019.8.04.0001 (processo principal 0241545-22.2016.8.04.0001) - Oposição - Benefícios em Espécie - INVTARTE: Lucina de Souza Neves Soares - Entretanto, visando evitar que o feito permaneça parado na Secretaria como que por inércia deste Juízo, traslade-se cópia da petição de fls. 01 para os autos correspondentes (0241545-22.2016.8.04.0001), de tudo certificado nos autos. Arquive-se e proceda-se a baixa. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0209379-10.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0223450-17.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome providências acerca da solicitação de fls. 220/221, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM) - Processo 0600142-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Dioermeson Felix Rios - Ademais, o TJAM, por força da Portaria 116/2017-PTJ regulamentou o parcelamento das custas e despesas processuais, permitindo ao Magistrado autorizar o parcelamento das custas e despesas processuais (art. 7º), razão pela qual defiro o fracionamento da supramencionada despesa judicial em 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas. Assinalo ao Autor o prazo de 15 (quinze) dias para promover o recolhimento relativo à primeira parcela das custas iniciais, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC, art. 290 c/c 485, inc. IV).

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0600580-05.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0600793-45.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c despacho fl. 44, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (citação, penhora e avaliação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM) - Processo 0603023-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Civilcorp Incorporações Ltda - DESPACHO Cite-se a parte Executada, expedindo-se o atinente MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA e AVALIAÇÃO, para que efetue o PAGAMENTO DO DÉBITO indicado na petição inicial, acrescido de honorários advocatícios, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, nos termos dos arts. 827 e 829 do Código de Processo Civil. Na hipótese de o Executado NÃO SER LOCALIZADO, proceda-se ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Em caso de o Executado NÃO EFETUAR o PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO, desde já, a realização de PENHORA e AVALIAÇÃO de seus BENS, inclusive via BACENJUD e/ou RENAJUD, em conformidade com o art. 829, §1º c/c art. 854, ambos do NCPC. Façam-se presentes os dispositivos 914 e 915 do Código de Processo Civil, que fixam prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do EXEQUENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o competente mandado. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0603356-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Condomínio Parque Aripuanã - DESPACHO R.H. À vista da petita de fls. 54 / 55, DETERMINO a CITAÇÃO da EXECUTADA, mediante CARTA com AVISO DE RECEBIMENTO, para que, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, efetue o PAGAMENTO DO DÉBITO indicado na petição inicial, acrescido de honorários advocatícios, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida. Em caso de o (a) EXECUTADO(a) NÃO EFETUAR O PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO, desde já, a realização de PENHORA on line, via BACENJUD, em conformidade com o art. 854, do NCPC. Façam-se presentes na CARTA, os dispositivos 914 e 915 do Código de Processo Civil, que fixam prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Expeça-se a pertinente CARTA DE CITAÇÃO. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: FILIPE DE SOUZA LEÃO ARAÚJO (OAB 23973/PE), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB 1161A/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647D/PE) - Processo 0604122-31.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Substituição do Produto - REQUERENTE: Printesvaranda Corretora de Seguros de Vida-Ltda - REQUERIDO: Porto Veículo Ltda - Renault do Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELIMAR CUNHA E SILVA (OAB 2098/AM) - Processo 0604416-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nota Promissória - REQUERENTE: Nice Ferreira Bezerra - DESPACHO Cite-se a parte Executada, expedindo-se o atinente MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA e AVALIAÇÃO, para que efetue o PAGAMENTO DO DÉBITO indicado na petição inicial, acrescido de honorários advocatícios, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, nos termos dos arts. 827 e 829 do Código de Processo Civil. Na hipótese de o Executado NÃO SER LOCALIZADO, proceda-se ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Em caso de o Executado NÃO EFETUAR o PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO, desde já, a realização de PENHORA e AVALIAÇÃO de seus BENS, inclusive via BACENJUD e/ou RENAJUD, em conformidade com o art. 829, §1º c/c art. 854, ambos do NCPC. Façam-se presentes os dispositivos 914 e 915 do Código de Processo Civil, que fixam prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do EXEQUENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o competente mandado. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN (OAB 37007/PR), ADV: LUIS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM), ADV: GEORGIANA NÓBREGA FARIAS (OAB 151546/RJ), ADV: GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS (OAB 56630/RS), ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA) - Processo 0605069-85.2014.8.04.0001 - Exibição - Caução / Contracautela - REQUERENTE: M.B.S. - REQUERIDO: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Intime-se a Requerida, ora Exequente, para se manifestar acerca da petição e documentos de fls. 204/205 e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Sem manifestação, determino a baixa e arquivamento dos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: REGINALDO GUEDES DA SILVA FILHO (OAB 6135/AM), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0605193-92.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Luciana Muller Dobbins - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de restituição do veículo, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605555-36.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0605645-44.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606667-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Carlos Alberto Pereira Coelho - Por cautela e em homenagem ao Princípio do Contraditório, ABSTENHO de apreciar o pedido de liminar formulado pela parte Autora, RESERVANDO para fazê-lo após a manifestação da parte Requerida. Paute-se audiência a que alude o art. 334 do CPC, cumprindo-se as diligências necessárias à citação e intimação das partes. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC para a designação e realização da audiência de conciliação ou mediação, bem como para promover a citação com a observância do disposto nos art. 334 e 335 do NCPC. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Expeçam-se os expedientes necessários. P.I.C.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0607212-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: CAROLINA MIZUMUKAI (OAB 264422/SP) - Processo 0607243-62.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do NCPC, por ausência de pressuposto válido e regular do processo. Custas já recolhidas pelo demandante. Deixo de condenar o autor em honorários, em razão de não ter sido instaurada a relação processual. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.

ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO D'ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0609227-47.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Sm Amazonas Comércio de Alimentos Ltda - EXECUTADO: Rego e Mendes Construcoes Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO D'ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0609227-47.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Sm Amazonas Comércio de Alimentos Ltda - EXECUTADO: Rego e Mendes Construcoes Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado e não AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, devendo o ato ordinatório de fls. 99, ser considerado sem efeito. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM), ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM) - Processo 0609981-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Amazon Security Ltda - Vistos. No caso dos autos, a petição inicial e documentos que acompanham não trazem dados suficientes para a análise do pedido de Justiça gratuita. Tem-se que, tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, é necessária a comprovação da necessidade postulada. Diante disso, determino a intimação do requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. I. C.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0611213-02.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Amorim & Araújo Comércio de Ferragens Ltda - Assim, por essas razões, sem audiência da outra parte, DEFIRO o pedido LIMINARMENTE para DETERMINAR que a requerida se abstenha de incluir o nome da Requerente no cadastro de inadimplentes, bem como, não proceda com interrupção dos serviços de fornecimento de energia elétrica da Unidade Consumidora de n. 0485224-9 em razão de inadimplemento das faturas dos meses de novembro/2018 a janeiro/2019, até ulterior deliberação, sob pena de MULTA DIÁRIA na ordem de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o máximo de 10 (dez) dias multa. DEFIRO a INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (CDC, art. 6º, inciso VIII). Após, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC para a designação e realização da audiência de conciliação ou mediação, bem como para promover a citação com a observância do disposto nos art. 334 e 335 do NCPC. Ficam as partes advertidas, quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Tendo em vista a vigência do novo Código de Processo Civil, a necessidade de adequação do presente feito à referida Lei Adjetiva e, ainda, com o objetivo de oportunizar a composição entre as partes (art. 3º, §3º, CPC/2015), designo o dia 27 de junho de 2019, às 12:00 hrs, para a realização da audiência de conciliação a ser realizada no CEJUSC. Cite-se na forma da lei. Expeçam-se os expedientes necessários. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0611291-93.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprovam as assertivas da inicial, especialmente a comprovação da mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Antes de seu cumprimento porém, à luz do PROVIMENTO CGJ / AM n° 116/2017, DETERMINO a INTIMAÇÃO à REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER ao RECOLHIMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0611522-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ageu da Costa Farias - Vistos. Pleiteia o requerente o benefício da gratuidade da justiça. O novo Código de Processo Civil preceitua que a gratuidade judiciária seja concedida àquele que não possua recursos para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios; prevendo, ainda, a possibilidade de intimação da parte para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para o benefício pleiteado, consoante os arts. 98 e 99, § 2°, do aludido Diploma Legal. No caso dos autos, a petição inicial e documentos que acompanham não trazem dados suficientes para a análise do pleito em questão. Com fundamento no §2º do art. 99 do novo Código de Processo Civil, determino que o Requerente comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de aplicação da penalidade prevista em lei, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: I. Declaração de próprio punho afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. Comprovante de rendimentos e gastos; ; III. Contracheque e/ou carteira de trabalho; IV. Declaração de imposto de renda; V. Declaração do seu patrono nos termos do Art. 98, §1º, VI, do NCPC. I. C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0611526-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprovam as assertivas da inicial, especialmente a comprovação da mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM

ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Antes de seu cumprimento porém, à luz do PROVIMENTO CGJ / AM n° 116/2017, DETERMINO a INTIMAÇÃO à REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER ao RECOLHIMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM), ADV: KARLA BIANCA ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13143/AM), ADV: SARAH MARQUES BARBOSA (OAB 11217/AM) - Processo 0612828-32.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: WJ de Lima Me - REQUERIDO: Amazon Postes Ltda - Vistos. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Intime-se o Executado, por seu patrono constituído nos autos, para pagar voluntariamente o montante da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese de não haver manifestação do devedor no prazo legal, aplico multa no percentual de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do novo Código de Processo Civil, bem como honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por centro) sobre o valor da execução. I. C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616407-22.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco SA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0616689-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Joaquina das Graças Rodrigues - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0618703-80.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: ROSALBINA MOURA CAVALCANTE - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.A. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0619861-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Braulino Melgueira Luiz Filho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620514-07.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM) - Processo 0623704-17.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: OCRIM S/A PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento. Na mesma oportunidade, intimo o Dr. Henrique França Ribeiro OAB/AM 7080 para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0624007-31.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eliete Printes Alves - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM), ADV: MÁRCIO BRUNO SOUSA ELIAS (OAB 12533/DF) - Processo 0624040-21.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Senai - Servico Nacional de Aprend. Ind. - Depart. Nacional - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do NCPC, por ausência de pressuposto válido e regular do processo. Custas já recolhidas pelo demandante. Deixo de condenar o autor em honorários, em razão de não ter sido instaurada a relação processual. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG) - Processo 0625232-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Neutemar do Nascimento Queiroz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Considerando que o Requerido efetuou o pagamento voluntário do valor da condenação a FLS. 226, e não tendo apresentando o Autor impugnação quanto ao valor depositado, DETERMINO a expedição do ALVARÁ JUDICIAL. Após, ARQUIVE-SE os presentes autos, observando a existência de custas processuais pendentes decorrentes da condenação em desfavor do Requerido. I. C.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM) - Processo 0627149-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jocileide de Souza Santos - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - R. H. DESIGNO o dia 30/05/2019 às 10h para realização de Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Acaso requerida a PROVA TESTEMUNHAL, DETERMINO de logo a apresentação do rol de testemunhas no prazo de 15 dias, na forma do art. 357, §4º, observando o disposto no art. 455, ambos do CPC. I. C.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0627286-88.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KAWARY CAMPOS SILVA (OAB 13646/AM), ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0627485-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Mirtes dos Santos Ferreira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Marcel Saraiva Monteiro, CPF 384.628.002-00, CRM 3056 AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 26/03/2019, a partir das 8:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0629328-42.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0629984-38.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JARI VARGAS FILHO (OAB 4722/AM), ADV: ALBERTO DA SILVA CARDOSO (OAB 104299/SP) - Processo 0630133-34.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MMM DE SOUZA ME - REQUERIDO: R.A.V. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5737/AM) - Processo 0632866-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leyla Brasil da Silva - Dessa maneira, julgo extinto o presente nos termos do art. 485, IV, c/c 290 do NCPC. E mais, determino o cancelamento da distribuição, oportunidade em que determino ainda seja procedida a baixa no SAJ e no setor de Distribuição.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633921-22.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO BRADESCO CARTÕES S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0639634-41.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: PSA Finance Brasil S/A - REQUERIDA: Marcileia Cavalcante de C. Hauradou - DECIDO. Evidencia-se que SATISFEITA está a obrigação por parte da Executada e necessário se faz a declaração da extinção do processo por sentença. Isto posto, DECLARO a EXTINÇÃO do presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 513 do Código de Processo Civil, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. PROCEDA-SE à TRANSFERÊNCIA do VALOR BLOQUEADO a fls. 282/283 para a CONTA JUDICIAL vinculada ao presente feito. Após, EXPEÇAM-SE os respectivos ALVARÁS JUDICIAIS, na forma a seguir: (1) em nome da advogada ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS, OAB/AM 6.667, CPF 643.173.232-49, no valor de R$ 2.158,44 (dois mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), devidamente atualizado; (2) em nome de PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA, OAB/AM 8.196, CPF 285.116.032-04, no valor de R$ 5.036,38 (cinco mil e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), devidamente atualizado. Encerrados os atos ordinatórios, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: REBECA MIRANDA BATISTA (OAB 9981/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0640792-34.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Graciete Vieira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s)

parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0645092-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Maria Teixeira Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por cautela e em homenagem ao Princípio do Contraditório, ABSTENHO de apreciar o pedido de liminar formulado pela parte Autora, RESERVANDO para fazê-lo após a manifestação da parte Requerida. Paute-se audiência a que alude o art. 334 do CPC, cumprindo-se as diligências necessárias à citação e intimação das partes. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC para a designação e realização da audiência de conciliação ou mediação, bem como para promover a citação com a observância do disposto nos art. 334 e 335 do NCPC. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Expeçam-se os expedientes necessários. P.I.C.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0646740-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM) - Processo 0647471-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Comércio de Miudezas Bandeira Ltda - Tropical Multi Lojas - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Isto posto, extingo o presente cumprimento de sentença nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 513 do Código de Processo Civil, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. EXPEÇA-SE o respectivo ALVARÁ JUDICIAL. Após, ARQUIVE-SE OS AUTOS, sendo observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0652794-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Alex Lima da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Por cautela e em homenagem ao Princípio do Contraditório, ABSTENHO de apreciar o pedido de liminar formulado pela parte Autora, RESERVANDO para fazê-lo após a manifestação da parte Requerida. Paute-se audiência a que alude o art. 334 do CPC, cumprindo-se as diligências necessárias à citação e intimação das partes. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC para a designação e realização da audiência de conciliação ou mediação, bem como para promover a citação com a observância do disposto nos art. 334 e 335 do NCPC. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Expeçam-se os expedientes necessários. P.I.C.

ADV: AMANDA GOMES DA SILVA DO NASCIMENTO (OAB 13537/AM) - Processo 0659159-04.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Manaus Shopping São José Ltda - Trata-se de ação de DESPEJO por FALTA DE PAGAMENTO com pedido LIMINAR de desocupação. Aduz o requerente em sua exordial que o requerido está inadimplente com o pagamento dos alugueres estipulados em contrato locatício - a fls. 26/31, celebrado pelas partes. Ao final, requereu concessão liminar para o despejo. Conceder-se-á ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA quando, existindo prova inequívoca, esteja presente a probabilidade do direito (fumus boni juris) e houver perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora), consoante art. 300, caput, do NCPC. Do compulsar dos autos, constata-se NÃO DEMONSTRADA a probabilidade do direito do autor (fumus boni juris), tendo em vista que ao contrato de locação há cláusula de garantia prevista ao art. 37 da lei 8245/91, qual seja, a FIANÇA. Isto posto isso, com base no art. 59, §1º, IX, do CPC, INDEFIRO, por ora, o pedido de ANTECIPAÇÃO da TUTELA de URGÊNCIA pugnado, in verbis: Art. 59. § 1º Conceder-se-á liminar para desocupação em quinze dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo: IX - a falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação no vencimento, estando o contrato desprovido de qualquer das garantias previstas no art. 37, por não ter sido contratada ou em caso de extinção ou pedido de exoneração dela, independentemente de motivo.(Incluído pela Lei nº 12.112, de 2009) CITE-SE o(s) requerido(s) e eventuais fiadores para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar defesa, facultando-lhe o pagamento do débito atualizado a fim de evitar a rescisão da locação conforme o art. 62, II, da Lei 8.245/91. Expeça-se a pertinente CARTA DE CITAÇÃO. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDA GOMES DA SILVA DO NASCIMENTO (OAB 13537/AM) - Processo 0659159-04.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Manaus Shopping São José Ltda - REQUERIDO: D Cruz - Me - Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro - Isto posto, INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, por inexistente o requisito do art. 300, do CPC. Cite-se o(s) requerido(s) e eventuais fiadores para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar defesa, facultando-lhe o pagamento do débito atualizado a fim de evitar a rescisão da locação conforme o art. 62, II, da Lei 8.245/91. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC para expedição das diligências necessárias à CITAÇÃO E INTIMAÇÃO das partes, com a observância do disposto nos art. 334 e 335 do CPC. CITE-SE e INTIMEM-SE com as cautelas de praxe. CUMPRA-SE.

ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0660339-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Jefferson Sampaio de Aguiar - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são

compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 28/02/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0709050-04.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S/A e outro - Intime-se o Requerente para se manifestar acerca da petição de fls. 134/138, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169AC) - Processo 0714049-97.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Antônio Aldenor Martins Rabelo e outro - REQUERIDA: Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB 1161A/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alberto da Silva Cardoso (OAB 104299/SP)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Gomes da Silva do Nascimento (OAB 13537/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Carolina Mizumukai (OAB 264422/SP)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edilaine Nogueira Brilhante (OAB 7246/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elimar Cunha e Silva (OAB 2098/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Filipe de Souza Leão Araújo (OAB 23973/PE)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Georgiana Nóbrega Farias (OAB 151546/RJ)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Guilherme de Castro Barcellos (OAB 56630/RS)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jari Vargas Filho (OAB 4722/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Karla Bianca Albuquerque Lopes (OAB 13143/AM)
Kawary Campos Silva (OAB 13646/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luis Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Márcio Bruno Sousa Elias (OAB 12533/DF)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647D/PE)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Mizzi Gomes Gedeon (OAB 14371/MA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Otavio Ferreira Mendes Filho (OAB A998/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Fernando Paz Alarcón (OAB 37007/PR)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169AC)
Rebeca Miranda Batista (OAB 9981/AM)
Reginaldo Guedes da Silva Filho (OAB 6135/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5737/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Araújo Rebelo D'albuquerque (OAB 12324/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
SARAH MARQUES BARBOSA (OAB 11217/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: SHEKYING RAMOS LING (OAB 47349/PR), ADV: AFONSO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (OAB 8455/AM), ADV: LENINE YURI SAMPAIO GUEDES CAVALCANTE (OAB 9517/AM) - Processo 0231767-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Francisley Lima Costa - REQUERIDO: Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia UNINTER e outro - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, a fim de viabilizar a citação da parte IBPEX Ltda, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO CESAR MORAIS (OAB 28803/GO) - Processo 0242474-31.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Norhal Hospitalar Comercial Ltda - Me - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM), ADV: RUGLES JÚNIO ALVES DA SILVA (OAB 8106/AM), ADV: RENATO GOMES DA SILVA (OAB 275552/SP), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: RAFFO LIMA RAMOS (OAB 4059/AM), ADV: WALDIR LINCOLN PEREIRA TAVARES (OAB 3998/AM) - Processo 0251232-33.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: VI Indústria e Comércio Ltda - EXECUTADA: P Malta de Araújo - Fibramar da Amazônia Indústria e Comércio - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, recolhendo as custas relativas à diligência solicitada, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CICERO GEHLEN DAPPER (OAB 62564/RS) - Processo 0602690-98.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Prodromus Comércio de Equipamentos para Automação Ltda. - Em atenção ao documento de fl. 42-43, faço remessa destes autos à 3ª Contadoria, para que proceda o cálculo e confeccione os boletos para pagamento parcelado das custas iniciais., conforme decisão de fls, 35-37.

ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM) - Processo 0604363-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Sebastiao Ferreira de Franca - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0609951-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em atenção aos documentos de fls. 15-17, faço remessa destes autos à 3ª Contadoria, para verificar eventual pendência de custas.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0609958-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Depósito - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Em atenção aos documentos de fls. 62-63, faço remessa destes autos à 3ª Contadoria, para verificar eventual pendência de custas.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0610556-94.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 833/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0619483-25.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Walid Hussami Hauache - REQUERIDO: Espólio de João dos Santos Braga Júnior - Aurea Urrutia Pinheiro Braga - Joao dos Santos Braga Neto - BRAGA PARTICIPACOES LTDA. - Intimem-se as partes e seus advogados, para comparecerem ao local do litígio no dia 17-04-2019, às 14h, para a realização da perícia técnica, nos termos da petição de fl. 440.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0622736-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Juliana Auanares da Costa - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fl. 196. Considerando a não concordância da Requerida em adotar o procedimento de execução invertida, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, conforme art. 534 do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: PAULA DA SILVA CAITANO (OAB 283225/SP) - Processo 0628214-05.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0628478-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0641746-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Aline Lima Neves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0652091-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Pabrina Cunha Pena - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0653040-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Roseani Lamego Matos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 15/04/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0657859-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Bernadylson de Oliveira Barros - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 17:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Av. João Valério, nª 60, Bairro São Geraldo, nesta cidade.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Afonso Ribeiro da Silva Junior (OAB 8455/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Cicero Gehlen Dapper (OAB 62564/RS)
Claudio Cesar Morais (OAB 28803/GO)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (OAB 9517/AM)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 833/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Paula da Silva Caitano (OAB 283225/SP)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raffo Lima Ramos (OAB 4059/AM)
Renato Gomes da Silva (OAB 275552/SP)
Rugles Júnio Alves da Silva (OAB 8106/AM)
Shekying Ramos Ling (OAB 47349/PR)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Waldir Lincoln Pereira Tavares (OAB 3998/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: MANOEL DO CARMO NEVES SILVA (OAB 284/AM), ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: MÁRIO ROBUSTELLI FILHO (OAB 9380/AM), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0001119-06.2003.8.04.0001 (001.03.001119-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: FRANCISCO ROSATO (OAB 44307/RS), ADV: RAFAEL FERNANDO MELO DA COSTA (OAB 5837/AM), ADV: MARCIA MALLMANN LIPPERT (OAB 35570/RJ), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: FERNANDA SEEFELD (OAB 113427/RS) - Processo 0002455-74.2005.8.04.0001 (001.05.002455-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: CTIL - Cranston Transportes Integrados Ltda - Haja vista que foram infrutíferas as tentativas de localização de bens, INTIME-SE a parte executada, por Oficial de Justiça, no endereço onde foi realizada a citação (fl. 25), para indicar quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, apresentando prova de sua propriedade, nos termos do art. 774, inciso V, do CPC/15, sob pena de ser aplicada multa, que fixo em 10 % (dez por cento) sobre o valor atualizado da dívida (CPC/15, parágrafo único do art. 774). Intime-se a parte exequente para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/AM), ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB 10990/ES), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 14258A/MT), ADV: WILLIAM AKIRA MINAMI (OAB 246841/SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM) - Processo 0014364-27.1998.8.04.0012 (012.98.014364-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO-PADRONIZADOS - Face à inércia dos devedores quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome dos executados Antonio Carlos da Cruz Menezes, inscrito no CPF-MF sob o nº 135.178.542-00; e Arinete da Cruz Menezes, inscrita no CPF-MF sob o nº 054.343.002-20, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor atualizado da execução. Intime-se a parte exequente para apresentar demonstrativo de crédito devidamente discriminado e atualizado, assim como, promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: AROLDO PEREIRA CAVALCANTE (OAB 3904/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0024717-81.2006.8.04.0001/01 - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: Vera Nazareth Silva de Azevedo - EXECUTADO: Construtora Rayol Ltda - Face à inércia do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome da executada CONSTRUTORA RAYOL LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 04.604.229/0001-96, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução. Intime-se a parte exequente para apresentar demonstrativo de crédito devidamente atualizado e discriminado, assim como, promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: BRUNO JÚNIOR BISINOTO (OAB 2780/AM), ADV: ELIZABETE LUCAS (OAB 900.332/AM) - Processo 0058024-65.2002.8.04.0001 (001.02.058024-0) - Procedimento Sumário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Dalva Gomes de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se a parte Requerida, via portal eletrônico, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra os termos da sentença de fls. 211-212, implantando o benefício devido ao Requerente, constando os dados requeridos à fl. 243. Cumpra-se.

ADV: RUBENIL ROSA DE ALMEIDA (OAB 2670/AM), ADV: JANUBIA LIMA SIQUEIRA (OAB 003.684/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0076593-46.2004.8.04.0001 (001.04.076593-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Comissão Intersindical de Conciliação Prévia - REQUERIDO: Gelocrim Industria e Comercio de Gelo Ltda - DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome da executada COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução, conforme planilha de cálculo de fl. 144-145. Intime-se a parte exequente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: KEVIN AUGUSTO DE SOUZA PEREIRA (OAB 11710/AM), ADV: LUCCA FERNANDES ALBUQUERQUE (OAB 11712/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM) - Processo 0209031-94.2008.8.04.0001 (001.08.209031-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Itautinga Agro-industrial S/a. - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, A.D.S. CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 04.429.482/0001-50. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GEOVANE ARAÚJO GALVÃO (OAB 636A/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0212354-68.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco Triângulo S/A - Diante das diligências infrutíferas concernentes à efetivação da citação dos executados, determino o arresto por meio eletrônico, via sistema BACENJUD (CPC, arts. 830, 835 e 854), dos ativos financeiros existentes em nome dos executados Janilda Lisboa de Carvalho, inscrita no CPF-MF sob o nº 235.682.402-20; Supermercado Vieira Ltda., inscrito no CNPJ-MF sob o nº 04.265.260/0001-40; e Vandir de Sousa Barroso, inscrito no CPF-MF sob o nº 274.054.272-00, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor atualizado da execução. Intime-se a parte exequente para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a planilha atualizada do débito. O Código de Processo Civil, nos seus artigos 239 e 829, faz referência expressa à necessidade de citação inicial do executado para a validade do processo executivo. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º, do CPC, ra promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0223771-86.2010.8.04.0001 (001.10.223771-0) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Boulevard Medical Center - REQUERIDO: GERALDO FELIPE DA COSTA MARQUES BARBOSA - DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome da executada GERALDO FELIPE DA COSTA MARQUES BARBOSA, inscrita no CPF-MF sob o nº 052.567.982-00, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução, conforme planilha de cálculo de fl.177-178. Intime-se a parte exequente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169AC), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0235309-83.2018.8.04.0001 (processo principal 0704788-11.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria do Livramento de Jesus Ferreira e outro - REQUERIDO: Patri Quatro Empreendimento Imobilários (Patrimônio) - Remetam-se os autos à contadoria, para promover o calculo atualizado da condenação, conforme sentença de fls. 225-230 nos autos do processo nº 0704788-11.2012, devendo ser aplicados os juros e índices no que tange aos lucros cessantes conforme Portaria nº 1855/2016-PTJ.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0248285-74.2008.8.04.0001 (001.08.248285-4) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A e outro - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, WALMIR SABINO DA SILVA, CPF 417.067.902-44. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: MUNI LOURENÇO SILVA JÚNIOR (OAB 3334/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0255748-67.2008.8.04.0001 (001.08.255748-0) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Artur Dias Nogueira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Desta forma, expeça-se ofício ao Juízo da 12ª Vara Cível da Capital, para que proceda à transferência a este juízo dos valores depositados na conta nº 01548402-5, Agência 3205, da Caixa Econômica Federal, vinculadas a este processo, e, erroneamente, depositados perante àquele Juízo.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600463-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Diante das diligências infrutíferas concernentes a efetivação da citação do executado, determino o arresto por meio eletrônico, via sistema BACENJUD (CPC, arts. 830, 835 e 854), dos ativos financeiros existentes em nome de ALLISSON DA SILVA PENA, inscrito no CPF-MF sob o nº 013.178.602-41, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor atualizado da execução. Intime-se a parte exequente para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a planilha atualizada do débito. O Código de Processo Civil, nos seus artigos 239 e 829, faz referência expressa à necessidade de citação inicial do executado para a validade do processo executivo. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º, do CPC. Intime-se a parte exequente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM) - Processo 0601982-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - Diante das diligências infrutíferas concernentes a efetivação da citação dos executados, determino o arresto por meio eletrônico, via sistema BACENJUD (CPC, arts. 830, 835 e 854), dos ativos financeiros existentes em

nome de EDUARDO DE CASTRO LACERDA, inscrito no CPF-MF sob o nº 745.166.712-04; e KATIA REGINA DA SILVA LACERDA, inscrita no CPF-MF sob o nº 860.334.682-87, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor atualizado da execução. Intime-se a parte exequente para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a planilha atualizada do débito. O Código de Processo Civil, nos seus artigos 239 e 829, faz referência expressa à necessidade de citação inicial do executado para a validade do processo executivo. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º, do CPC. Intime-se a parte exequente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0603570-61.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alfredo Borges Moura Alves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Expeça-se alvará em nome da parte Exequente para o levantamento dos valores depositados conforme fl. 289. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Processo findo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0603738-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: DIEGO MONTEIRO DE CARVALHO - REQUERIDO: SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Expeça-se ofício ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras para proceder ao desbloqueio da matrícula 88.521, referente à unidade 206, Bloco A do empreendimento Life Flores. Intimem-se as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas de expedição do ofício, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição do oficio fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0607085-41.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Defiro o pedido de inserção da restrição de transferência e circulação do veículo objeto da presente demanda placa NOQ 3462, via sistema RENAJUD, nos termos do § 9º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69. Ressalto que o Código de Processo Civil, nos seus artigos 239, faz referência expressa à necessidade de citação inicial da parte demandada para a validade do processo. Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento da diligência acima deferida, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, e, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM) - Processo 0608185-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Jardim Europa Iv - Intime-se o autor, na pessoa de seu patrono, a fim de carrear aos presentes autos, no prazo de 10 (dez) dias, certidão de registro de imóveis, cópia das ultimas três declarações à Receita Federal (IRPJ) e extrato dos últimos três meses das contas bancárias, a fim de comprovar que não pode arcar com as custas processuais. Nesse sentido, súmula 481 STJ: ¨Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.¨ Cumpra-se.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM) - Processo 0608490-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Brasil de Lima - Por conseguinte, designo audiência de Conciliação, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, localizado no Forum Henoch Reis, 3ª Andar, Setor 1, Tel. 3303-5125. Expeçam-se os expedientes necessários, com as advertências dos artigos 334, parágrafos 8º, 9º e 10, 335, 336 e 344, todos do NCPC, os quais dispõem que (a) o não comparecimento injustificado da parte Autora ou Ré à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado; (b) as partes devem estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos; (c) a parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir; (d) a parte Ré poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias; (e) incumbe à parte Ré alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir; e (f) se a parte Ré não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte Autora. Tendo em vista o disposto no art. 246, §1º, do Código de Processo Civil, e o Provimento 274/2016 - CGJ/AM, que regulamenta a citação e intimação por meio eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, determino que se proceda a citação da Requerida, via Portal eletrônico, para apresentar defesa, no prazo previsto pelo art. 335, I do CPC/2015.

ADV: LUCIANY MOTA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 5679/AM) - Processo 0608704-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Maria das Graças Mendes do Couto - Recebi hoje e no estado. 1 Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. 2. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior re-análise. 3. Tendo em vista o disposto no art. 246, §1º, do Código de Processo Civil, e o Provimento 274/2016 - CGJ/AM, que regulamenta a citação e intimação por meio eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, determino que se proceda a citação da Requerida, via Portal eletrônico, para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608782-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Marco Antonio Pinto Fabris - Por conseguinte, designo audiência de Conciliação, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, localizado no Forum Henoch Reis, 3ª Andar, Setor 1, Tel. 3303-5125. Expeçam-se os expedientes necessários, com as advertências dos artigos 334, parágrafos 8º, 9º e 10, 335, 336 e 344, todos do NCPC, os quais dispõem que (a) o não comparecimento injustificado da parte Autora ou Ré à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado; (b) as partes devem estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos; (c) a parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir; (d) a parte Ré poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias; (e) incumbe à parte Ré alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir; e (f) se a parte Ré não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte Autora. Tendo em vista o disposto no art. 246, §1º, do Código de Processo Civil, e o Provimento 274/2016 - CGJ/AM, que

regulamenta a citação e intimação por meio eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, determino que se proceda a citação da Requerida, via Portal eletrônico, para apresentar defesa, no prazo previsto pelo no art. 335, I do CPC/2015.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP) - Processo 0609263-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco dos Santos Silva - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0609544-11.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - REQUERENTE: Pedro Marques de Sousa Neto - Com amparo no art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ c/c art. 98, 6º, do CPC, a fim de evitar prejuízo ao direito constitucional de acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça somente com relação às custas iniciais, para conceder o direito ao pagamento parcelado das mesmas em 06 (seis) parcelas iguais. Por conseguinte, determino que a parte autora apresente nos autos, mensalmente, comprovante de pagamento das respectivas parcelas independente de nova intimação, sob pena de extinção. Com o advento do art. 334 do CPC/2015, antes de determinar a citação do Réu para apresentação de defesa, compete ao magistrado pautar audiência de conciliação ou de mediação, a qual será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o Réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. O Novo Código de Processo Civil objetiva prestigiar, desta forma, a conciliação das partes, de forma a entender que a autocomposição ou a mediação são meios mais eficazes de pôr termo ao litígio, constituindo meio de promoção da efetividade da jurisdição, quer seja na atividade de conhecimento ou na satisfativa. Entrementes, deve o Juiz pautar-se, também, pelas especificidades das demandas, de forma inclusive a assegurar às partes a igualdade de tratamento, velando pela duração razoável do processo, para prevenir atos meramente protelatórios, podendo para tanto alterar a ordem de produção de meios de prova, e dos prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito, consoante prenota o art. 139, VI, do CPC/2015. Neste mesmo sentido, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, órgão que emite entendimentos de origem doutrinária, divulgou o Enunciado n. 35, entendendo que além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo. A luz deste magistério, não antevejo prejuízo à garantia fundamental do processo a alteração do seu rito para decidir sobre a possibilidade ou não de contestação em momento oportuno, após a manifestação do Réu, dado que a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, a teor do art. 3º, §3º do CPC/2015, deverão ser estimulados , inclusive no curso do processo judicial. Desta forma, aplicando-se o ordenamento jurídico à lide em epígrafe e entendendo que deve este juízo atender aos fins sociais a que a norma se destina, verifico que in casu a designação da Audiência não contribuiria com a duração razoável do processo e com a eficiência que se espera dos mecanismos do Poder Judiciário (art. 5º, LXXVIII, da CF/88 c/c art. 4º, do CPC/2015). Assim, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC/2015, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). Cite-se o Requerido para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015. Intime-se a parte Autora para dirigir-se a 3ª contadoria deste forum a fim de providenciar o emissão e retirada dos boletos, com o referido parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze), sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 290 do CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM) - Processo 0609712-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Almeida e Menezes Ltda Me, - Com amparo no art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ c/c art. 98, 6º, do CPC, a fim de evitar prejuízo ao direito constitucional de acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça somente com relação às custas iniciais, para conceder o direito ao pagamento parcelado das mesmas em 06 (seis) parcelas iguais. Por conseguinte, determino que a parte autora apresente nos autos, mensalmente, comprovante de pagamento das respectivas parcelas independente de nova intimação, sob pena de extinção. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se o Requerido para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015. Intime-se a parte Autora para dirigir-se a 3ª contadoria deste forum a fim de providenciar o emissão e retirada dos boletos, com o referido parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze), sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 290 do CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM) - Processo 0609866-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lbc Conservadora e Serviço Ltda. - Remetam-se os autos ao cartório distribuidor para posterior remessa ao Juízo competente. À Secretaria para as diligências de praxe. Remetam-se os autos ao juízo competente. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609952-07.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da proposta de acordo apresentada às fls. 143, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0609975-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wilson Caldas da Silva - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização da audiência de conciliação ou mediação nos termos do artigo 334 do CPC, bem como para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0610299-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Josely Alves de Lima - Recebi hoje e no estado. 1 Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. 2. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da

medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. 3. Cite-se a Requerida por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SARAH CORREIA DE SOUZA (OAB 8781/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 18696A/PA), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: CRISTIANE AURÉLIA BARBOSA LIMA (OAB 4357/AM), ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0610455-96.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: ELIETE LOPES DOS SANTOS - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Banco do Brasil S/A - Vistos etc. ELIETE LOPES DOS SANTOS ajuizou a presente Ação Declaratória de Inexistência de Débitos c/c Indenização por Danos Morais e Materias contra B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e Banco do Brasil. As partes Requeridas foram condenadas, no segundo grau, ao pagamento a título de danos morais em favor da Requerente. Ocorre que, na forma do art. 526, do CPC, antes de intimadas para o cumprimento da sentença, tratou a primeira Requerida de depositar espontaneamente o valor que entende devido (fl. 361), em relação ao qual a parte Requerente anuiu (fl. 372), pleiteando em seguida pelo encerramento da lide. Ante o exposto, nos termos do art. 526, §3º do CPC, declaro satisfeita a obrigação e JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença. Após o trânsito em julgado, expeça-se alvará em favor da parte Requerente para o levantamento dos valores depositados conforme pedido de fl. 372. Feito isso, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JOAO CELIO MOURA SZLACHTA (OAB 11979/AM) - Processo 0610720-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Igreja Pentecostal Cristo É A Esperança - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0610737-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - AGRAVANTE: Wilson Caldas da Silva - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização da audiência de conciliação ou mediação nos termos do artigo 334 do CPC, bem como para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0613246-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda. - Intime-se a parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre o resultado da consulta ao sistema BACENJUD de fls. 125-127 dos autos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0614480-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Itaguaci dos Santos Tavares - Conforme vontade das partes, determino os pagamentos das seguintes obrigações de pequeno valor, ambos a ser realizados no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência dos exequentes, nos termos do art. 535, §3º, II do NCPC: I) no valor de R$ 2.402,38 (dois mil, quatrocentos e dois reais e trinta e oito centavos), em nome da parte Itaguaci dos Santos Tavares. II) no valor de R$ 1.029,59 (mil e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos), em nome de Michelle Fascini Xavier, OAB/AM nº A-860.

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC) - Processo 0616572-69.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Renova Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - Indefiro o pedido de fl. 95. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar aos autos comprovante de recolhimento das custas finais. Findo o prazo sem cumprimento da medida, proceda-se de imediato à extração de certidão para fins de inscrição como dívida ativa, passível de posterior execução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0618167-98.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Além da execução não estar garantida por penhora, os Embargos à Execução, em regra, não são recebidos com efeito suspensivo, conforme preceitua o art. 919 do CPC/15, razões pelas quais DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome do executado Jean Cláudio Lima Sombra, inscrito no CPF-MF sob o nº 288.623.842-20, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor atualizado da execução. Caso seja insuficiente ou infrutífera a diligência via sistema BACENJUD, autorizo a penhora via sistema RENAJUD. Intime-se a parte exequente para apresentar demonstrativo de crédito devidamente atualizado e discriminado, assim como, depromover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB 9919/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN) - Processo 0619913-35.2017.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda) - REQUERIDO: Banco Itaú e outro - Ex positis, INDEFIRO o pedido de citação editalícia, por não ter a parte demandante exaurido todos os meios para a localização da parte demandada, a fim de ser procedida a citação pessoal. INTIME-SE a parte demandante, para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: ELLEN ESTEFANY DE SOUZA BATISTA (OAB 11136/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO MACEDO MONTEIRO (OAB 11121/AM) - Processo 0621350-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Franquia - REQUERENTE: Amanda Bezerra de Souza - Amanda Bezerra de Souza - REQUERIDO: My Way Idiomas Ltda. - Dayse Moraes de Oliveira e outro - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, de fls. 409/433, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: SYLVIA TATIANA CHEROBIM FIGUEIREDO (OAB 150104/RJ) - Processo 0624099-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Organização Contábil N&a Ltda - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Diante da petição de fls. 226-229 e do tipo de perícia a ser realizada, sob à luz do art. 465, §3º, c/c art. 95, ambos do CPC, ARBITRO os honorários

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

periciais no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), e por conseguinte, DETERMINO a intimação da parte Requerente para efetuar o depósito integral dos honorários no prazo de 15 (quinze) dias. Comprovado o pagamento dos honorários, expeça-se alvará no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos honorários em favor do perito e intime o Sr. Perito para dar início aos trabalhos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JHONES MACÁRIO DA SILVA MUNEYMNE (OAB 7879/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0624158-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Judith Bindá da Silva e Silva - REQUERIDO: Kodó Veículos Ltda - Banco Pan S/A - Assim , em respeito aos princípios insculpidos no art. 5º, LXXIV da CF c/c o art. 99, § 2º, do NCPC, denego o pedido de gratuidade da justiça, e determino a intimação da parte reconvinte a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, proceda ao recolhimento das custas processuais, sob pena de não conhecimento do pedido reconvencional. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: CIRLEY KURY GIMACH DA SILVA (OAB 5833/AM) - Processo 0624195-87.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: LUIZ ANTONIO FELIX - EXECUTADA: Mara Lucia Dias da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca da petição de fls. 108/110, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDMARA DE OLIVEIRA CAMBAÚVA E CASTRO (OAB 8339/AM), ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0624944-70.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: JACSON BEZERRA LOPES - INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios tendo em vista sua significante contribuição à morosidade do Judiciário. DEFIRO, entretanto, a consulta, via sistema BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, COMAN CONSTRUTORA MANAUENSE LTDA, CNPJ 04.785.026/0001-43. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ENOH CASTRO BARBOSA (OAB 5651/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM), ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0626049-87.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV FINANCEIRA SA - C.F.I - REQUERIDA: ELIANA DA SILVA FARIAS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 189/190, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: ISABELLA LEAL REIS (OAB 8101/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0627467-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - REQUERIDO: Oftalnorte Otica Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste sobre a petição e documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: TANISE FERNANDA DÓRO DA SILVA (OAB 75277/RS), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0628121-47.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Jose Ribamar Ramos Pereira - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social - Vistos etc. Jose Ribamar Ramos Pereira ajuizou o presente Ação Previdenciária, em fase de cumprimento de sentença, contra INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, tratou o Executado de remir a execução (fl. 321). Às fls. 342-343 o exequente requereu a expedição de Alvará. Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se Alvará em favor do Exequente para levantamento dos valores depositados em juízo. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: JOAB HARDMAN FAGUNDES (OAB 8812/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629834-57.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Luzia Pereira da Silva - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, LUZIA PEREIRA DA SILVA, CPF 214.086.962-15. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HAROLDO GUNTEMBERG URBANO BENEVIDES (OAB 28242/CE), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM) - Processo 0630024-15.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Francisco Edson Ferreira - REQUERIDO: Lilian Meire Soares de Freitas - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 343, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0631201-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Araujo e Peres Ltda-me - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 125/129, firmado entre as partes nos autos da Ação de Cobrança ajuizada por Banco Bradesco Cartões S/A e em desfavor de Araujo e Peres Ltda-me. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM) - Processo 0631259-51.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Rosilma Marreiros da Silva Nunes - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas RENAJUD, BACENJUD, INFOJUD e SIEL dos dados cadastrais da parte requerida, ÂNGELA SALETE OLIVEIRA REIS, CPF 633.052.082-87 e MIGUEL SINÁRIO DE SÁ, CPF 106.164.538-09. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0631525-33.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida

pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ARISTÓFANES BEZERRA DE CASTRO NETO (OAB 7309/AM) - Processo 0632771-35.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: CLEUZA CARPINTEIRO DINIZ - Intimem-se os executados, pessoalmente via carta com aviso de recebimento (NCPC, art. 513, §2º, II), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 52.747,65 (cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), conforme cálculos apresentados às fls. 112-124. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0634168-32.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ney Alberto Tavernard Colyer - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JEAN MENDONÇA DOS SANTOS (OAB 10984/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0636284-45.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Construção Civil - REQUERENTE: Gabriel Santos Dantas e outro - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - DEFIRO o pedido de fl. 180, expeça-se o competente alvará de levantamento em favor do Sr. Perito. INTIME-SE o Sr. Perito para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as petições de fls. 275-305.

ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0637664-35.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Basa - Defiro o pedido de expedição de ofícios às operadoras de telefonia (OI, Tim, Vivo e Claro), a fim de que forneçam informações acerca do endereço da parte Requerida NADAR BUSINESS COMERCIO DE ALIMENTOS-EIRELI, CNPJ nº 04.243.532/0001-00. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0638480-85.2015.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Gilberto dos Santos Bezerra - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito do Autor referente as parcelas do contrato de compra e venda de veículo, conforme valor indicado na inicial. Condeno o Requerido em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE) - Processo 0638501-90.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADA: Leni Valente Lopes e outro - Em complemento à decisão de fls. 96-97, considerando que a Executada não apresentou qualquer manifestação sobre a constrição via Bacenjud na conta do Banco do Brasil, apesar de devidamente intimada, converto a indisponibilidade de seus ativos financeiros em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do montante indisponível via Bacenjud à fl. 93 para a conta vinculada a este juízo. Após, intime-se o Exequente para prosseguir no feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0639292-93.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, JD CANTINAS LTDA -ME, CNPJ Nº 14.794.206/0001-45. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0641148-58.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Diante das diligências infrutíferas concernentes a efetivação da citação dos executados, determino o arresto por meio eletrônico, via sistema BACENJUD (CPC, arts. 830, 835 e 854), dos ativos financeiros existentes em nome dos devedores Mahmoud Ahmad M Yacub, inscrito no CPF-MF sob o nº 407.260.882-34; e Raquel Modas Ltda, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 04.498.939/0001-89, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor atualizado da execução. Intime-se a parte exequente para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a planilha atualizada do débito. O Código de Processo Civil, nos seus artigos 239 e 829, faz referência expressa à necessidade de citação inicial do executado para a validade do processo executivo. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º, do CPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0645895-51.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0648308-03.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0609543-60.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Paula Frassinetti Correa Lima Omena - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0655148-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Francisco Valdemir da Silva Fernandes - I- Diante da ausência de patrono legalmente constituído pela parte Autora, determino a suspensão do feito, nos termos do art. 76 do CPC. II- Intime-se a parte Autora, pessoalmente, para regularizar representação processual, no prazo de 10 (dias), sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 76, §1º, I do CPC.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0660421-86.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: CLEIDE AMAZONAS DA SILVA ALVES (OAB 717/AM), ADV: ANDRÉ LEANDRO DE LIMA SANTOS (OAB 5805/AM), ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0710499-94.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marilúcia Dourado de Lima - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Construtora Capital S/A e outro - Os presentes autos foram distribuídos por livre distribuição à 19ª Vara Cível da Capital, que posteriormente remeteu o processo a uma das Varas da Fazenda Pública Estadual por eventual interesse da fazenda pública do estado do Amazonas. Contudo, em decisão de fls. 179-183 foi reconhecida a ausência de vínculo da autarquia estadual, motivo pelo qual foi determinada a redistribuição do feito para umas das varas cíveis. Isto posto, declino a competência para processar e julgar o presente feito em favor da 19ª Vara Cível da Capital, uma vez que o feito foi distribuído originalmente ao mencionado juízo. Remetam-se os autos ao cartório distribuidor para posterior remessa ao Juízo competente. À Secretaria para as diligências de praxe. Cumpra-se.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André Leandro de Lima Santos (OAB 5805/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Aristófanes Bezerra de Castro Neto (OAB 7309/AM)
Aroldo Pereira Cavalcante (OAB 3904/AM)
Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Júnior Bisinoto (OAB 2780/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Celso Marcon (OAB 10990/ES)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
César Augusto Macedo Monteiro (OAB 11121/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Cirley Kury Gimach da Silva (OAB 5833/AM)
Cleide Amazonas da Silva Alves (OAB 717/AM)
Cristiane Aurélia Barbosa Lima (OAB 4357/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
EDMARA DE OLIVEIRA CAMBAÚVA E CASTRO (OAB 8339/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Elizabete Lucas (OAB 900.332/AM)
Ellen Estefany de Souza Batista (OAB 11136/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Enoh Castro Barbosa (OAB 5651/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernanda Seefeld (OAB 113427/RS)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Rosato (OAB 44307/RS)
Geovane Araújo Galvão (OAB 636A/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Haroldo Guntemberg Urbano Benevides (OAB 28242/CE)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Leal Reis (OAB 8101/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Janubia Lima Siqueira (OAB 003.684/AM)
Jean Mendonça dos Santos (OAB 10984/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
Jhones Macário da Silva Muneymne (OAB 7879/AM)
Joab Hardman Fagundes (OAB 8812/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joao Celio Moura Szlachta (OAB 11979/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kevin Augusto de Souza Pereira (OAB 11710/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 18696A/PA)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lucca Fernandes Albuquerque (OAB 11712/AM)
Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB 9919/AM)
Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB 5679/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel do Carmo Neves Silva (OAB 284/AM)
Marcia Mallmann Lippert (OAB 35570/RJ)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)

Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Mário Robustelli Filho (OAB 9380/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Muni Lourenço Silva Júnior (OAB 3334/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Fernando Melo da Costa (OAB 5837/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169AC)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rubenil Rosa de Almeida (OAB 2670/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sarah Correia de Souza (OAB 8781/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 14258A/MT)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Sylvia Tatiana Cherobim Figueiredo (OAB 150104/RJ)
Tanise Fernanda Dóro da Silva (OAB 75277/RS)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
william akira minami (OAB 246841/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0205357-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Erenita Santos Leite - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 13:300 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0207550-13.2019.8.04.0001 (processo principal 0637804-06.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Edith Siza Tribuzy - Tendo em vista que o cumprimento de sentença está tramitando nos autos principais, determino o arquivamento do presente caderno processual, dando-se baixa no SAJ. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO), ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM), ADV: VANDERLEI JOSÉ VIANNA (OAB 108914/SP), ADV: DOUGLLAS D'OURO CARVALHO (OAB 2953/TO) - Processo 0236187-52.2011.8.04.0001 - Exibição - Medida Cautelar - REQUERENTE: Marcos Silva de Souza - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - À Secretaria para consultar o saldo atualizado dos valores depositados, vinculados ao presente feito. Após, dê-se vistas às partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se sobre a consulta acima aludida, podendo pleitear o que entenderem de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FABIO (OAB 12913/AM), ADV: LUÍS HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA (OAB 5953/AM) - Processo 0242875-30.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Eletro Instalações Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0602037-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jovanio Reis de Matos - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM) - Processo 0604903-19.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Deolinda Dias Nogueira - REQUERIDA: A. B. E. Importadora e Exportadora Ltda. e outro - Defiro o pleito de fls. 163/165. Expeça-se o respectivo mandado de penhora e avaliação, com fundamento no §3º do art. 523 do CPC, observando-se o endereço declinado na petição de fls. 163/165. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0607133-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Jackson Souza da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP) - Processo 0608432-12.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Edwin Velez Barbosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, extingo o presente cumprimento de sentença nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 513 do Código de Processo Civil, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. Expeça(m)-se o(s) respectivo(s) Alvará(s) Judicial(is). Arquivem-se os autos, sendo observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0608585-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ariadne Queiroz Brasil - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM) - Processo 0611821-34.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: S.S.S.M. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0615570-64.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ALDO TRINDADE RODRIGUES e outros - REQUERIDO: INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA - DENUNCIADO: Companhia Mutual de Seguros - De ordem, intimo as partes interessadas para que se manifestem acerca dos Ofícios Recebidos, de fls. 303/306, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0616211-52.2015.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: RODOLFO BARBOSA DA COSTA (OAB 244022/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0619674-65.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0621303-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Nailson Silva de Lima - REQUERIDO: Fermazon Ferro e Aço do Amazonas Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição do perito às fl.S 380/381, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: RODRIGO SANTOS DA SILVA (OAB 10696/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0631103-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mara Alzira Cavalcante Portela - REQUERIDO: Unimed Fama - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0631273-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Mauricio Vasconcelos da Silva - De ordem, intimo o perito para, no prazo de 15 dias, responder aos pedidos de esclarecimentos.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0632300-48.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados, quais sejam, BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, para providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0632710-43.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0633592-05.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM) - Processo 0634726-04.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: PAULO EUGENIO DA SILVA DOS REIS - Defiro o pleito de fl. 92. Expeça-se o respectivo mandado de execução, observando-se o endereço atualizado informado pelo exequente às fls. 92. Sem pagamento de custas do oficial de justiça, por ser o exequente beneficiário da justiça gratuita (despacho, fl. 27). Cumpra-se.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0637804-06.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Edith Siza Tribuzy - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Intime-se o requerido/executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia total indicada na memória discriminada dos cálculos apresentada pelo credor (fls.238). Transcorrido o prazo acima aludido, incidirá sobre o total da dívida multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento), conforme o art. 523, § 1º, do CPC. No caso de não ocorrer o pagamento voluntário no prazo assinalado, proceda-se a intimação do requerente/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar memória de cálculo com o cômputo da multa e dos honorários acima aludidos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641893-04.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados, qual seja, INFOJUD, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, para providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0642729-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0646594-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM) - Processo 0650904-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Mútuo - REQUERENTE: Sonia de Freitas Yokota - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adel dos Santos El Ghaoui (OAB 4838/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Dougllas D'Ouro Carvalho (OAB 2953/TO)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Gabrielle Stoco Fabio (OAB 12913/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luís Henrique Medeiros da Silva (OAB 5953/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodolfo Barbosa da Costa (OAB 244022/SP)
Rodrigo Santos da Silva (OAB 10696/AM)
ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Vanderlei José Vianna (OAB 108914/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB A-446/AM), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM), ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM) - Processo 0011034-11.2005.8.04.0001 (001.05.011034-0) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Alaide Batalha de Souza e outro - REQUERIDO: Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte Turismo Ltda. - Bradesco Seguros S/A. - INTSSADO: Carlos Eduardo Serrão de Souza (menor) e outros - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, de fls. 575 e 576, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0202285-74.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o requerente para que se manifeste acerca das respostas das pesquisas de endereço e requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: GISELLE RACHEL DIAS FREIRE (OAB 5138/AM), ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM), ADV: DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON (OAB 6121/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0211600-29.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ale Navegação e Comércio Ltda - REQUERIDA: Macol Técnica Contábil - DENUNCIADO: Banco Santander (Brasil) S/A - Pois bem, considerando que a importância foi depositada pelo Requerido em razão de acordo firmado entre as partes (fls. 254/255 e 259/263) e houve a homologado por este Juízo (fls. 281/282), defiro o pleito de fl. 285, à vista da renúncia ao prazo recursal (item “6” do acordo). À Secretaria para certificar o trânsito em julgado da sentença, bem como consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se alvará judicial para levantamento da quantia devida ao credor, na forma requerida. Cumpridas todas diligências, baixem-se e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0221107-43.2014.8.04.0001 (processo principal 0215956-72.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Serviços Profissionais - EXEQUENTE: Rosalvo Veículos Ltda. - EXECUTADO: Claro Bop S/A - Nokia do Brasil Tecnologia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0600411-52.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXEQUENTE: Emanuel Marques de Melo Júnior - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Feito na fase de cumprimento da sentença, em caráter definitivo. Intime-se a executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia total indicada na memória discriminada e atualizada dos cálculos apresentada pelo credor (fls. 379/381). Transcorrido o prazo acima aludido, incidirá sobre o total da dívida multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento), conforme o art. 523, § 1º, do CPC. No caso de não ocorrer o pagamento voluntário no prazo assinalado, proceda-se a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar memória de cálculo com o cômputo da multa e dos honorários acima aludidos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0601836-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Rita dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 10/04/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0602241-53.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Isto posto, julgo EXTINTO o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC, ressalvando ao requerente o direito subjetivo processual de renová-lo, caso subsista legítimo interesse para nova proposição. Sem condenação em honorários, vez que não satisfeita a condição prevista em lei para esse fim. Custas processuais pelo requerente. Após o trânsito em julgado, dê-se a baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM) - Processo 0603018-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Claudia Maia Silva Ayub e outro - Pois

bem, considerando as informações constantes do feito, no sentido de que somente após a realização da vistoria técnica e correção dos transformadores (DC), em que será retirado o contador das autoras para a colocação no quadro geral do prédio, distribuindo-se as fases aos contadores de todas as lojas, com fundamento no art. 303, §1º, inciso I, do CPC, defiro o pleito de fls. 72/73. Assim, fixo o prazo de 90 (noventa) dias após a efetivação da tutela deferida para o aditamento da petição inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0604402-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Grafisa - Gráfica e Editora Ltda - Cite-se para que, no prazo de 03 (três) dias, seja efetuado o pagamento da dívida, devidamente corrigida, cujo valor está indicado na inicial, sob pena de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantia do principal atualizado, dos juros, das custas processuais antecipadas e dos honorários advocatícios. Fixo, de plano, os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução (art. 827, caput, CPC). No caso de integral pagamento no prazo acima indicado, referida verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1°, CPC). Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Com a comprovação de recolhimento, expeça-se o respectivo mandado, consignando o prazo de 15 (quinze) dias para o executado, querendo, opor-se à execução por meio de embargos. De arremate, na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 3182/AM) - Processo 0607470-91.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Hércules Araújo da Silva - REQUERIDA: Empresa Brasileira Transporte São José Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. 206/207, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LARA MACHADO REIS DE SOUZA (OAB 204337/RJ) - Processo 0610034-04.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0613088-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM) - Processo 0614948-19.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - REQUERENTE: ANTONIO DA SILVA ROCHA - REQUERIDO: EMANUEL SOARES BARAUNA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CARLOS ALBERTO SIMONETTI (OAB 5174/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO FRANCISCO SOARES (OAB 4926/AM), ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0618089-12.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0101543-22.2004.8.04.0001) - Embargos à Execução - Prescrição e Decadência - EMBARGANTE: Hermes Israel do Amaral e outro - EMBARGADO: Banco da Amazônia S.A - BASA - Considerando que os autos foram julgados em conjunto com a ação principal com sentença transitada em julgado, determino a secretaria que proceda a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: DANIEL ANTONIO SIMOES GUALBERTO (OAB 21296/PA), ADV: RAPHAEL AUGUSTO CORRÊA (OAB 12815/PA), ADV: KAUÊ OSÓRIO AROUCK (OAB 12766/PA), ADV: JOSÉ RICARDO PINTO BENTES (OAB 21632/PA) - Processo 0623796-58.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: MOINHOS CRUZEIROS DO SUL S/A - Evidencio que o veículo objeto da consulta pelo sistema eletrônico RENAJUD (fl. 77) já possui restrição, o que impossibilita sua penhora para fins de satisfação do débito. Diante disso, indefiro o pleito de fls. 79/80. Por oportuno, intime-se a Exequente, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 10 (dez) dias, pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628574-03.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0629591-79.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amazonia Bebidas e Concentros Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JENNIFER KAROLINE DE OLIVEIRA SILVA (OAB 13419/AM), ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0636584-02.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S.a. - REQUERIDA: Carolina Duarte Hasselmann - Pois bem, considerando ser incontroverso a importância depositada pela Requerida, defiro o pleito de fl. 138. À Secretaria para consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se alvará judicial para levantamento da quantia devida ao autor, na forma requerida, Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: OCIMAR LOPES DE SOUZA (OAB 1717/AM) - Processo 0636783-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Aqua Avenida das Torres - Tendo em vista que a questão probatória deve ser produzida com observância ao contraditório, a análise da pertinência quanto à realização de perícia técnica ocorrerá após a apresentação de defesa. Paute-se a audiência de conciliação e realize-se a citação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese dos réus não serem encontrados no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição

de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requeridos manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM) - Processo 0637665-25.2014.8.04.0001 - Demarcação / Divisão - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: MANOEL CLAUDINO FERREIRA DA SILVA - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/04/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0642500-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Francisca de Oliveira Costa - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0647424-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Guedes Braga - Diante disso, determino a intimação do requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se

ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM) - Processo 0650860-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Mútuo - REQUERENTE: Sonia de Freitas Yokota - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: EDUARDO AKIRA SAKITA (OAB 4116/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0652666-11.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Manauara Shopping - EXECUTADO: Arthur Leao Barbosa (PETSCARIA PADOÇÃO) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da proposta de fls. 134, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0704786-41.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Cleoneide Melo Duarte - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio Hilton Gomes Pinheiro (OAB 7592/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Carlos Alberto Simonetti (OAB 5174/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel Antonio Simoes Gualberto (OAB 21296/PA)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon (OAB 6121/AM)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Eduardo Akira Sakita (OAB 4116/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)

Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB A-446/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Giselle Rachel Dias Freire (OAB 5138/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
Jennifer Karoline de Oliveira Silva (OAB 13419/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Ricardo Pinto Bentes (OAB 21632/PA)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kauê Osório Arouck (OAB 12766/PA)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Machado Reis de Souza (OAB 204337/RJ)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares (OAB 4926/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB 3182/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Ocimar Lopes de Souza (OAB 1717/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raphael Augusto Corrêa (OAB 12815/PA)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Taís Miranda Rodrigues (OAB 7743/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0085/2019

ADV: MILTON JOSÉ APARECIDO MINATEL (OAB 92243/SP), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0204757-48.2012.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Liminar - REQUERENTE: Condominio Amazonas - REQUERIDO: Antonio Scarsi e outro - Vistos em correição permanente. Trata-se de feito sentenciado, transitado em julgado, cuja baixa dos autos ocorreu há mais de 3 anos (10/12/2015), quando então o Autor atravessou peça de fls. 353 em que pugnou o desarquivamento e a expedição de alvará para levantamento de valor da caução prestada às fls. 42 e 43. Ordeno à Secretaria que busque saber junto ao Gestor da Conta Única acerca da existência de caucionamento realizado pelo Autor referente ao presente feito. Em sendo positivo, ordeno a imediata expedição de alvará para levantamento do aludido valor pelo Autor ou pelo advogado habilitado nos autos. Cumpra-se.

ADV: THIAGO DE OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 10578/AM) - Processo 0209898-04.2019.8.04.0001 (processo principal 0612071-38.2016.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S.A. - Vistos e examinados. Trata-se de Impugnação ao cumprimento de sentença cadastrado pelos Réus MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA MIRANDA e IRAN DE OLIVEIRA MIRANDA, como se fosse um processo autônomo, tanto assim que a ele atribuíram numeração. Pois bem, houve inobservância à rotina de tramitação virtual de conformidade com o Sistema de Automação da Justiça - SAJ/PG5 que, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado, instrumentaliza a formação digital dos processos, segundo a ordem técnica sistemática que se lhe impõe. Assevero que, nos moldes estatuídos no artigo 2º, da Portaria nº 599/2017-PTJ de 27/03/2017, a distribuição da proemial é realizada de forma automática, sem necessidade da intervenção do distribuidor ou da secretaria do Juízo. Disto decorre que por conduta exclusiva do patrono da parte, os presentes autos foram equivocadamente distribuídos como se tratassem de um novo processo. Parte Dispositiva Do exposto, DECLARO a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, motivo bastante ao JULGAMENTO DE EXTINÇÃO DA DEMANDA sem resolução do mérito, fazendo-o com supedâneo no artigo 485, inciso IV da Lei do Rito Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Ordeno, porém à Secretaria que realize o traslado das peças que formam este impróprio caderno para a inclusão no processo que tomou o número 0612071-38.2016.8.04.0001, no qual já determinei providências a tal respeito. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa no acervo desta Unidade Judicial, após termo nos autos.

ADV: HELENA MARIE DA CUNHA FISH (OAB 4332/AM), ADV: ANDRÉ RICADO ANTONOVICZ MUNHOZ (OAB 9066/AM) - Processo 0232577-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Raimundo Ciney Carvalho Barreto - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0242176-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Lauriete da Silva Dantas - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0265953-53.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: S. B. Comércio Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ ROCHA PINHEIRO (OAB 7141/AM) - Processo 0339049-43.2007.8.04.0001 (001.07.339049-7) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rui Silva Rodrigues - REQUERIDO: Itaú Banco de Inv S/A Credicard Itaú - Vistos em correição permanente. Após o Autor pugnar a expedição de alvará para levantamento do

valor consignado (fls. 365 e 366) esta Julgadora deferiu o pedido e ordenou a expedição de alvará. Fê-lo a secretaria, quando então esta autoridade judiciária assinou o aludido documento que se encontrava no nome do causídico Wagner de Oliveira Vieira, OAB/AM nº 2786. Por conseguinte, o Autor atravessou petitório de fls. 373 e 374 em que informa excesso de formalismo na inclusão da aludida peça para então requerer a expedição de alvará no nome do patrono Vítor de Souza Vieira OAM/AM 6.843, em razão do patrono Wagner de Oliveira Vieira OAB AM 2.786 - para o qual aduziu sociedade - encontrar-se em viagem. Registra, ademais, que o pedido de expedição de alvará teria sido inicialmente formulado para "constar o nome dos patronos e não em nome de um" , daí a pecha da formalidade a que aludiu. E prossegue a atribuir atraso na prestação jurisdicional pela serventia. É o relato. DECIDO Inapropriada a afirmação do Autor quando atribuiu o atraso na prestação jurisdicional à serventia, isto porque a atuação "jurisdicional", como o próprio nome sugere, é de competência exclusiva do magistrado que a exerce. Registre-se que na presente demanda, interposta em 2007, decorreram inúmeros atos, dentre eles a expedição de carta precatória ao Juízo da Comarca de São Paulo em razão de um dos Réus não residir na comarca de Manaus, o que de per si já enseja regular delonga na tramitação processual, fazendo com que os autos viessem em conclusão após 1 ano, aproximadamente. Somado a isto o segundo Réu apontado era pessoa jurídica estrangeira, fazendo-se necessária a expedição de carta rogatória, inclusive com pedido do Autor para que fosse concedido prazo para obter informações do Réu estrangeiro, isto em 2012 após a tramitação do feito que já se fazia na hipótese (fls. 207 e 208). Seguiram-se atos jurisdicionais dirigidos ao Autor, dentre eles que se manifestasse quanto ao interesse no prosseguimento do feito sob pena de arquivamento (fls. 214), quando então somente neste momento pugnou a exclusão do corréu estrangeiro (fls. 221 a 224). Esta Julgadora recebeu o processo no estado em 2014, quando então passou a presidir o feito (fls. 242) e proferiu decisão saneadora às fls. 244 a 246. Prosseguiu-se então o regular andamento da demanda na qual, após audiência de instrução presidida por esta autoridade judiciária, foi proferida sentença com resolução do mérito em 2017 (fls. 261 a 276), contra a qual o Autor interpôs Recurso de Apelação, bem como o Réu. O Órgão de Segundo Grau reformou a sentença apenas para majorar o quantum do dano moral, fixando o valor de R$ 10.000,00. Portanto, o presente feito não obteve delonga imotivada. Ademais, registro que quaisquer pedidos que advenham para alterar ato (alvará) já assinado pela autoridade judiciária, como o ocorrido na hipótese, deverá preceder de pedido expresso do interessado. Portanto, não se há falar em excesso de formalismo, mas sim em patente conduta de resguardo da segurança jurídica tanto das partes, dos respectivos patronos e do Estado-Juiz. Traçadas essas alinhas, ordeno à Secretaria que torne sem efeito o Alvará expedido em nome do patrono Wagner de Oliveira Vieira OAM/AM 2.786, e assinado por esta Julgadora, o qual se encontra "aguardando liberação", conforme consulta no sistema SAJ/PG5, e determino, em substituição, a expedição de Alvará em nome do causídico Vítor de Souza Vieira OAB/AM 6.843 para levantamento do valor depositado com juros e correções. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0600669-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Joao de Souza Moreira - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE PEVAS LIMA DE ARAUJO (OAB 12262/AM) - Processo 0602033-93.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Lourival Paula de Góes - REQUERIDA: Maria Izabel de Souza Caçula - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602935-51.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0607928-98.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos parcialmente cumprido, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0609632-54.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO DE OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 10578/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0612071-38.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S.A. - Vistos. Os cálculos apresentados pelo Autor, quando do pedido de cumprimento da sentença (fls. 130 a 135) estabelecem não apenas o percentual de 10% a título de retenção que decorreu do pronunciamento declaratório de rescisão do contrato, como também o percentual de fruição recaídos sobre os Réus que tiveram decretada a revelia quando do lançamento de sentença (fls. 117 a 125). Desta feita, a considerar que o total da verba de fruição definida em desfavor dos Réus a título de condenação pode ultrapassar consideravelmente o total da restituição que recairia sobre o Autor em favor daqueles, determino o encaminhamento do feito à Contadoria para que, em 15 dias, com balizamento na sentença e nos cálculos trazidos pelo demandante indique sobre sua eventual pertinência para que possa esta Julgadora ordenar a reintegração de posse do bem imóvel ao Autor. A registrar, noutra banda, que os Réus de forma imprópria atravessaram petição para impugnar o cumprimento de sentença, através de um processo autônomo, inclusive com atribuição de numeração - 0209898-04.2019.8.04.0001 -, o qual haverá ser extinto por sentença, sem prejuízo ao seu traslado e juntada a este caderno, nome do princípio da instrumentalidade. Ao fazê-lo, a Secretaria deverá certificar acerca de sua tempestividade para, em 15 dias ser colhida manifestação do Autor, a fim de que a decisão ocorra após a apresentação dos cálculos pela Contadoria. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0613999-87.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A -

Vistos. Vistos. Os cálculos apresentados pelo Autor, quando do pedido de cumprimento da sentença (fls. 130 a 135) estabelecem não apenas o percentual de 10% a título de retenção que decorreu do pronunciamento declaratório de rescisão do contrato, como também o percentual de fruição recaídos sobre os Réus que tiveram decretada a revelia quando do lançamento de sentença (fls. 117 a 125). Desta feita, a considerar que o total da verba de fruição definida em desfavor dos Réus a título de condenação pode ultrapassar consideravelmente o total da restituição que recairia sobre o Autor em favor daqueles, determino o encaminhamento do feito à Contadoria para que, em 15 dias, com balizamento na sentença e nos cálculos trazidos pelo demandante indique sobre sua eventual pertinência para que possa esta Julgadora ordenar a reintegração de posse do bem imóvel ao Autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0614665-59.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0617364-57.2014.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: ABRAHIM CALIL NETO - Vistos em correição permanente. Esta Julgadora em decisão de fls. 110 ao registrar que o Autor já se encontrava imitido na posse do bem imóvel, ordenou-lhe que promovesse a citação da Ré e de sua fiadora para prosseguimento ao desiderato de cobrança de alugueres atrasados, sob pena de extinção do feito. O Autor então atravessou petitório de fls. 113 e 114 em que indicou endereço para citação das rés, no qual o oficial de justiça ultimou diligência mas que se sagrou inexitosa tal a certidão de fls. 117. Instado à manifestação (fls. 118), o Autor por peça de fls. 121 a 126 pugnou a citação por edital. É o relato. DECIDO. INDEFIRO o pedido de citação por edital das Rés por persistirem outras ferramentas postas à disposição do demandante para localização de endereço das demandadas, tais como o RENAJUD, SIEL ainda não realizadas nos autos. Assinalo ao Autor o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que informe a este Juízo o endereço das Rés, ou pugne a utilização de outras ferramentas de localização de endereço, e, no mesmo prazo, ultime o recolhimento das custas de diligências pugnadas, sob pena de extinção da demanda por falta de seu desenvolvimento válido e regular, na forma do artigo 485, inciso IV, da Lei do Rito Civil. Ademais, que também se manifeste acerca de possível reconhecimento da prescrição da pretensão bosquejada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0618150-96.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: José Maria Santos de Carvalho - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Despejo cumulada com Cobrança de Alugueres aviada por JOSÉ MARIA SANTOS DE CARVALHO contra HIRDEGLAUCIA DE SOUZA ARAUJO, com quem entabulou contrato locatício relativo a um apartamento, situado à Avenida Des. João Machado, nº 136, apartamento 302, bloco 09, Alvorada. Fê-lo, pois por prazo determinado, com início de vigência em 30/07/2013 e última renovação em 30/07/2016, com valor mensal estipulado em R$ 800,00 (oitocentos reais), mais R$ 120,00 (cento e vinte reais) referente à taxa de condomínio. Aduz o cumprimento das obrigações pecuniárias por parte do Réu até o mês de julho de 2016, que deixou de adimplir os alugueres dos meses de agosto a dezembro de 2016, e janeiro do corrente até a data de propositura da demanda. Informa ainda que o Réu encontra-se inadimplente no que se refere às contas de água dos meses de março e abril de 2017 e IPTU dos anos de 2013, 2014, 2016 e 2017, com débito atualizado no valor de R$ 10.350,46 (dez mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos). Afirma o envio de notificação extrajudicial para pagamento da dívida, em 21/07/2016. Pugna a tutela provisória para expedição de mandado de despejo; a declaração judicial de extinção da relação contratual e a condenação do Réu ao pagamento do valor total do débito locatício. Atribuiu à causa o valor de R$ 10.350,46 (dez mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos), e ultimou o recolhimento das custas para o processamento da demanda. Esta Julgadora no exercício do juízo de admissibilidade da inicial, ordenou ao Autor que esclarecesse o valor atribuído à causa; prestasse caução no valor equivalente a 3 meses de aluguel; atribuísse corretamente o nome dos documentos digitalizados; e, por fim, carreasse o contrato de locação na sua integralidade, no prazo a ele assinalado, sob pena de extinção do feito (fls. 28 e 29). O Autor atravessou petitório de fls. 30 e 31 por meio do qual realiza emenda à inicial para atribuir novo valor à causa de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) equivalente a 12 meses de aluguel; aduzir a prestação de caução, mas não o comprova; informar o entabulamento de acordo entre as partes que restou no parcelamento da dívida em 15 parcelas de R$ 666,67 e pugnar o sobrestamento do feito; indicar e individualizar os documentos que acostou à inicial (fls. 31); e, por fim, realizar a juntada integral do contrato de locação (fls. 32 e 33). Carreou documentos de fls. 34 a 36 do qual se vislumbra o valor acordado de R$ 10.000,00 em 15 parcelas e o pagamento da primeira, segunda e terceira parcelas pelo Réu (fls. 36). Durante a correição ordinária realizada nos autos por este Juízo, foi prolatada decisão em que esta Julgadora indeferiu o pedido de sobrestamento do feito e ordenou ao Autor que realizasse, no prazo a ele assinalado, a juntada do acordo para fins de homologação, sob pena de extinção do feito por ausência de requisito de procedibilidade (caução), às fls. 39 e 40. Ocorre que, a despeito de regularmente intimado (fls. 41 e 42) o Autor deixou transcorrer o prazo sem apresentar qualquer manifestação, conforme certidão de fls. 43. É o relato. DECIDO. Não tenho dúvidas que a hipótese posta faz-se inteiramente regulada pela Lei nº 12.112/09, cuja entrada em vigor deu-se em 24 de janeiro de 2010, a qual acrescentou, ao inciso IX, § 1º, do artigo 59, da Lei nº 8.245/91, o inadimplemento de aluguéis como fundamento para o decreto antecipatório e de cognição sumária do despejo, atendendo disposição do legislador pátrio norteado para garantir ao locador instrumentos capazes de lhe preservar direitos, facilitando e celerizando o procedimento judicial das ações de despejo sob o fundamento da falta de pagamento. Mas, não é só, passou a jurisprudência pátria a exigir que o locador, para obter a medida judicial antecipatória, prestasse caução no valor correspondente a três meses de aluguel. Para registro, não se há confundir a importância das custas de processamento da demanda com a caução, cujo recolhimento também se exige do Autor para o deferimento da tutela de despejo, correspondente a 3 meses de aluguel, o que não fez. De outro norte, deixou o Autor de atender ao comando judicial que lhe ordenou que acostasse aos autos o acordo extrajudicial firmado com o Réu. Em sendo assim, no que atine à cobrança entendo que o desiderato autoral foi esvaído em razão do acordo firmado pelas partes a que o Autor deu notícias nos autos quando realizou emenda à inicial. No que atine ao pedido de despejo entendo que deixou o Autor de atender a requisito imprescindível de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo quando deixou de recolher a caução a que foi judicialmente determinado. Parte dispositiva Ex positis, INDEFIRO, como indeferida tenho a petição inicial e, em consequência, JULGO EXTINTA a demanda proferindo sentença sem resolução do mérito, à inteligência do que dita o artigo 485, incisos I e IV, da Lei do Rito Civil cumulado com o artigo 59, §1°, inciso VIII, da Lei do Inquilinato. Custas recolhidas pelo Autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa o acervo desta Unidade Judicial.

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0621370-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Gerlane Farias do Valle Lima - Vistos em correição permanente. Malograda

a tentativa de citação do Réu (fls. 88), o Autor pugnou consulta do endereço nos sistemas RENAJUD e BACENJUD (fls. 92). É o relato. DECIDO. INDEFIRO o pedido de consulta do endereço do Réu por meio da ferramenta BACENJUD, a uma porque referida medida implicaria quebra indevida dos sigilos bancários e fiscais sem o esgotamento das possibilidades de vir o Réu realizar o adimplemento do débito, a duas porque persistem outras ferramentas postas à disposição da demandante para localização de endereço do demandado, motivo pelo qual defiro o RENAJUD para tal desiderato. Após o resultado obtido pela referida ferramenta judicial, e devidamente acostado aos autos, ordeno a intimação do Autor para manifestação no prazo de 5 dias, ou pugne a utilização de outras ferramentas de localização de endereço caso aquela busca se sagre em repetição ao endereço da exordial - salvo o BACENJUD que neste pronunciamento foi indeferido -, e, no mesmo prazo, ultime o recolhimento das custas de diligências pugnadas, tudo sob pena de extinção da demanda por falta de seu desenvolvimento válido e regular, na forma do artigo 485, inciso IV, da Lei do Rito Civil. Intime-se. Cumpra-se

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0630829-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carlos Alberto de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0635211-33.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Inadimplemento - REQUERENTE: Edival Matos da Silva - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Despejo aviada por EDIVAL MATOS DA SILVA contra ALEXANDRE DA COSTA FEITOSA em razão de inadimplemento do contrato de locação em que figura como locadores o Autor e sua esposa FRANCISCA DAS CHAGAS COSTA DA SILVA e locatários o Réu e sua esposa REGIANE DA SILVA COSTA, relativo a imóvel localizado à Alameda Brisas do Norte, Condomínio Residencial Brisa do Rio Negro, nº 86, quadra 3, bairro Distrito Industrial, nesta cidade. Fê-lo por prazo determinado de 12 (doze) meses, com início de vigência em 07 de junho de 2016, e valor mensal de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Aduz seu desinteresse em manter a relação jurídica vinculativa supramencionada, eis que o Réu encontra-se inadimplente desde dezembro de 2017, com débito atualizado no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais). Pugna a tutela provisória que torne efetivo o desiderato para comando judicial de despejo. Atribuiu à causa o valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), e não ultimou o recolhimento das custas para o processamento da demanda por requerer justiça gratuita. Esta Julgadora no exercício do juízo de admissibilidade da inicial ordenou ao Autor que comprasse a hipossuficiência aventada por documentos objetivamente apontados na decisão; esclarecesse o valor atribuído à causa; demonstrasse o envio de notificação extrajudicial para pagamento da dívida relativa ao contrato de locação; e por fim, prestasse a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, por se tratar de requisito de procedibilidade da demanda de despejo (fls. 22 e 23). O Autor atravessou manifestação às fls. 27 a 29 en que informa que o valor de R$ 18.000,00 refere-se aos valores de 12 alugueis; colaciona documentos de fls. 30 a 36 por meio dos quais intenta comprovar o estado de pobreza; e realiza a juntada de notificação extrajudicial datada de 05/07/2018 (fls. 37). Julgador outro que substituiu esta signatária, durante as férias regulamentares, em saneador permanente ordenou ao Autor que corrigisse as polaridades ativa e passiva do feito, eis que os respectivos cônjuges não se faziam indicados a despeito de expressamente registrados no contrato locatício; carreasse documentos, objetivamente indicados na decisão, para fins de comprovação de hipossuficiência também das esposas; por fim, prestasse esclarecimentos quanto ao endereço apontado na inicial, eis que diverso daquele constante na única declaração de IR acostada aos autos (fls. 32 a 36), tudo sob pena de extinção do feito (fls. 39). Ocorre que, a despeito de regularmente intimado (fls. 40) o Autor deixou transcorrer o prazo sem apresentar qualquer manifestação, conforme Certidão de fls. 41. É o relato. DECIDO. Na hipótese espelhada diante deste Juízo, entende, a signatária, que a extinção do processo sem resolução de mérito é medida que se impõe sempre que o Autor da demanda, instado a impulsionar o feito esclarecendo, demonstrando o que lhe foi jurídica e objetivamente indicado, deixa de fazê-lo na forma como disciplinada na lei processual, sem trazer qualquer justificativa para tal. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que o Autor haja praticado os atos que lhe competem e que lhe afirmam a sustentabilidade da pretensão inicial em relação à parte adversa, apontados objetivamente em ordem judicial, tal como indiquei no curso da relatança. Em verdade, sequer observou o prazo legal de emenda firmado para o cumprimento da providência essencial, o que leva este Juízo a declarar sua peremptoriedade ante a desídia da parte que se sabe ostentar condições jurídicas para o cumprimento fidedigno da ordem objetivamente firmada. Aprofunda-se. Em verdade entende, a signatária, que a extinção do processo sem resolução de mérito é medida que se impõe sempre que o Autor da demanda, instado a promover a emenda da vestibular, deixa de fazê-lo na forma como disciplinada na lei processual, permite o escoamento do prazo legal ou judicial sem apresentação de justificativa. Assimilo, pois que em casos como o ventilado, a declaração de sua improrrogabilidade se impõe como medida de império que faz transmudar a natureza do prazo para a declaração de sua peremptoriedade em nome do interesse público, vertido este na observância do princípio da razoável duração do processo. Ademais, indefiro a gratuidade da justiça porquanto o Autor não logrou êxito em comprovar a hipossuficiência aventada, eis que não só atendeu de forma incompleta quando atravessou única declaração de imposto de renda (fls. 32 a 36) quando em verdade lhe foi instado a apresentar a declaração dos dois últimos exercícios (fls. 23, segundo parágrafo), bem como quedou-se silente quando ordenado a carrear comprovação de hipossuficiência referente a sua cônjuge que também integra o contrato de locação que serviu de embasamento à presente demanda. Registre-se que o Autor deixou escoar o prazo legal sem cumprir o comando judicial, violando o princípio da cooperação (artigo 6º, da Lei do Rito Civil) que deve preparar a demanda no caminho da certeza e segurança jurídicas. Parte dispositiva Ex positis, Indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito fazendo-o por inobservância ao que dita o parágrafo único do artigo 321 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 485, incisos I e IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo Autor, porquanto indeferida a gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Decorrido o prazo recursal, proceda-se à baixa diante do acervo desta unidade judicial, arquivando-se definitivamente os autos.

ADV: SAUL ROGÉRIO RAMOS DE ATHAYDE (OAB 3264/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO (OAB 7315/AM), ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM) - Processo 0637176-22.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0610600-89.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Construtora SM Comércio e Indústria Ltda. - REQUERIDO: Distribuidora de Autopeças Rondobras Ltda. e outros - Vistos em correição permanente. Citação do Réu DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS RONDOBRÁS LTDA ultimada, a despeito das citações do demais

réus (fiadores) DOMINGOS ÂNGELO DEBARBA e PLÍNIO AUGUSTO BEM CATLOTO restarem malogradas (fls. 132). Contestação do Réu Rondobrás do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda (fls. 137 a 156) e documentos correlatos às fls. 157 a 219, atempadamente aviada conforme certidão de fls. 220. Réplica não apresentada pelo Autor, tal o certificado às fls. 224. Esta Julgadora indeferiu o pedido do Autor de fls. 134, e lhe ordenou que indicasse os endereços dos fiadores para as respectivas citações e, assim, ultimar a formação válida do processo (fls. 223). O Autor atravessou petitório de fls. 225 a 228 onde aponta os endereços dos fiadores para citação. Ocorre que restou inexitosa a tentativa de citação dos fiadores eis que residem no Estado de Rondônia, conforme certidão do Oficial de Justiça (fls. 244). Por conseguinte, o Autor pugnou a citação por hora certa dos fiadores e ultimou o recolhimento das custas (fls. 245 a 248). É o relato. DECIDO. Indefiro a citação por hora certa, porquanto tal modalidade de chamamento do réu ao processo somente figura-se pertinente quando houver suspeita de ocultação, o que não é o caso, eis que certificado pelo meirinho que os réus possuem domicílio em Rondônia. Assinalo ao Autor o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que informe a este Juízo o endereço fidedigno dos fiadores (réus), ou pugne a utilização de ferramentas de localização de endereço, e, no mesmo prazo, ultime o recolhimento das custas de diligências pugnadas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA AGRIFOGLIO VIANNA (OAB 18668/RS), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0640451-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Inácia da Silva Santana - REQUERIDO: Companhia de Seguros Previdência do Sul (Nome Fantasia Previsul) - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641675-78.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0642026-17.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Maria Valcineia Ferreira de Souza Campos - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Despejo por falta de pagamento cumulado com pedido de Cobrança de alugueis e encargos ajuizada por MARIA VALCINEIA FERREIRA DE SOUZA CAMPOS em face de JOÃO JERÔNIMO PORTELA. O instrumento vinculativo foi celebrado para inicialmente viger por 6 meses, no período de 11/04/2012 a 11/10/2012 (fls. 25 a 29), cuja primeira renovação foi ultimada para 24 meses, no período de 10/12/2012 a 10/12/2014 (fls. 20 a 24). Posteriormente mais quatro renovações ocorreram, todas para 3 meses, no período de 10/12/2014 a 10/02/2015 (fls. 30 a 34), período de 10/02/2015 a 10/05/2015 (fls. 35 a 39) e período de 10/05/2015 a 10/08/2015 (fls. 40 a 44). Em seguida renovou-se duas vezes o contrato para 6 meses, no período de 10/08/2015 a 10/01/2016 (fls. 45 a 49) e 10/01/2016 a 10/07/2016 (fls. 50 a 54) cujo valor último do aluguel estabeleceram R$ 1.200,00. Aduziu o inadimplemento da verba locatícia e de acessórios de locação a partir de 10/07/2016, o que totalizaria a importância de R$32.042,72 sobre tal dirigiu notificação extrajudicial ao Réu (fls. 11) . Realiza, também, a cobrança de multa aplicada pela concessionária de energia elétrica por suposta irregularidade no valor de R$ 5.019,21 Colacionou demonstrativo de débitos (fls. 13 e 14). Atribuiu à causa o valor de R$ 37.062, 23 e pugnou a gratuidade da justiça. Esta Julgadora no exercício do juízo de admissibilidade da inicial, ordenou ao Autor que carreasse aos autos demonstrativo de débito associado ao valor da causa, elucidasse o contrato de locação que culminou na presente cobrança e comprovasse a hipossuficiência aventada, conforme decisão de fls. 56 a 58. O Autor atravessou emenda à inicial (fls. 61 a 62) quando informou que o valor atribuído à causa de R$ 37.062,23 verte a importância dos valores em atraso dos aluguéis R$ 32.042,72 somado ao valor de R$ 5.019,51 referente à multa aplicada pela concessionária de energia elétrica (fls. 19); e esclareceu que a cobrança de alugueis após julho/2016 é decorrente da permanência do Réu no imóvel e sua recusa à renovar formalmente o contrato de aluguel, o que culminou com sua prorrogação por prazo indeterminado. Carreou documentação de fls. 63 a 79 no desiderato de comprovar o estado de pobreza. A autoridade judiciária deferiu a gratuidade da justiça e ordenou a citação do Réu no endereço residencial apontado às fls. 04 da exordial (fls. 80). Malograda a citação do Réu, tal o AR de fls. 83, foi instado o Autor à manifestação (fls. 84) o qual, por petitório de fls. 86, pugnou a citação por oficial de justiça. Certidão do Oficial de Justiça (fls. 91) afirma a citação do Réu João Jerônimo Portella na pessoa de sua esposa Francisca Luciana Rodrigues dos Santos a qual exarou o ciente quando esclareceu que ambos haviam interesse no processo por se tratar de cobrança de aluguéis atrasados. O Réu não ofereceu contestação conforme o certificado pela Certidão de Secretaria (fl. 94). É o relato. DECIDO. Inicialmente,DECRETO a revelia do Réu JOÃO JERÔNIMO PORTELA, visto que regularmente citado por diligência do oficial de justiça, não ofereceu contestação à demanda de despejo cumulada com cobrança de alugueis e encargos de locação. Faço-o segundo dicção do artigo 344, da Lei do Rito Civil. Em consequência, reconheço os efeitos que decorrem da revelia, os quais implicam a presunção de veracidade do articulado na proemial em escorreito atendimento aos documentos que lhe instruem. O locatário não evitou o despejo, porquanto não haja comprovado o pagamento da importância pleiteada pelo locador, tampouco teve tal intenção de a requerer em contestação, visto que se sagrou revel. Em aprofundamento do mérito desenvolve-se o raciocínio para a outorga de tutela. Dúvidas inexistem acerca do delineamento legal da hipótese posta que é resolvida pela Lei n. 12.112/09, cuja entrada em vigor deu-se em 24 de janeiro de 2010, a qual acrescentou, ao inciso IX, §1°, do artigo 59, da Lei n. 8.245/91, e, sob tal enredo afirma-se que o inadimplemento de alugueis como fundamento para o decreto antecipatório e de cognição sumária do despejo, atendendo disposição do legislador pátrio haverá se nortear para garantir ao locador instrumentos capazes de lhe preservar direitos, facilitando e celerizando o procedimento judicial desta demanda de despejo sob o fundamento da falta de pagamento. São incontestáveis o inadimplemento das obrigações contratuais recaídas sobre o locatário que, mesmo chamado a compor a demanda deixou transcorrer o prazo legal para fazê-lo e manteve-se inerte, tudo de molde a solidificar o entendimento de que é descumpridor do enliçamento outrora entabulado, o que representa motivo bastante, sob a ótica objetiva, ao reconhecimento do risco de dano irreparável ao locador que não tem obtido a contraprestação pecuniária decorrente do uso do espaço imobiliário pelo locatário, tem o direito de exigir a retomada do bem. O locatário não evitou a decretação judicial do despejo, porquanto não haja comprovado o pagamento da importância pleiteada pelo locador, tampouco teve tal intenção de a requerer em contestação, posto que se sagrou revel. A concessão dodespejoliminar com fundamento no artigo 59, § 1º, IX combinado com o artigo 62 , II , da Lei nº 8.245/1.991 é medida que se impõe, pois hasteada em válidos e jurígenos requisitos: demanda fundamentada nafaltadepagamentode aluguel; contrato sem garantia prevista pornãoter sido contratada. Em análise ao contrato de locação residencial, sob o prisma da legalidade, tem-se que o instrumento enliçador também obriga o locatário ao pagamento dos serviços essenciais e consectários da locação pelo período em que ocupou o bem. A tal respeito parágrafo quarto da cláusula 3 (fls. 51, 21, 26, 31, 36, 41, 46). O instrumento locatício de enliçamento foi pactuado e sucessivamente renovado, tal como apontei na relatança, sendo a última renovação formal ultimada

com início em 10/01/16 e término em 10/07/2016, todavia foi prorrogado por prazo indeterminado como deduzido pelo Autor em sua exordial. O Autor apresentou documentos relativos ao período de vigência contratual para a prova do fato constitutivo de seu direito por associação documental ao contrato, segundo prescrições do artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil. Os artigo 9º e 23 da Lei 8.245/91, a seguir transcritos, bem elucidam a hipótese: "Art. 9º A locação também poderá ser desfeita: I - por mútuo acordo; II- em decorrência da prática de infração legal ou contratual; III- em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos; IV- para as realizações de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las." "Art. 23. O locatário é obrigado a: I- pagar pontualmente o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, no prazo estipulado ou, em sua falta , até o sexto dia útil do mês seguinte ao vencido, no imóvel locado, quando outro local não tiver sido indicado no contrato;" Assim, inolvidáveis o valor da locação R$ 1.200,00 (fls. 50); a regularidade da multa moratória de 10% sobre o valor do débito, assim como dos juros de 1% ao mês e da correção monetária calculada pelo IGPM, da Fundação Getúlio Vargas (cláusula terceira) com reajuste anual pela variação do mesmo indexador IGPM e responsabilização do locatário pelos encargos acessórios (energia, luz, água, iptu) conforme clausula 3, parágrafos quinto, segundo e quarto, respectivamente (fls. 51) A renovação do contrato adveio como bem demonstrado no caderno processual. Logo, inteiramente exigível a cláusula do reajuste anual como acima trilhado. "Art. 62 - Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, observar-se-á o seguinte: I - o pedido de rescisão da locação poderá ser cumulado com o de cobrança dos aluguéis e acessórios da locação, devendo ser apresentado, com a inicial, cálculo discriminado do valor do débito; () VI - havendo cumulação dos pedidos de rescisão da locação e cobrança dos aluguéis, a execução desta pode ter inicio antes da desocupação do imóvel, caso ambos tenham sido acolhidos." Ademais, quanto à cobrança da multa que foi aplicada pela concessionária de serviço público essencial (energia) no valor de R$ 5.019,51, vislumbra-se que foi lançada em abril de 2013, conforme constatado no documento de fls. 19, período no qual o Réu encontrava-se em pleno usufruto do imóvel, em decorrência de contrato de locação firmado com o Autor pelo prazo de 24 meses cujo início deu-se em 10/12/2012 e término em 10/12/2014 (fls. 20 a 24), o que recai sobre si a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer encargos em decorrência do uso do imóvel, nestes inserida a multa no valor de R$ 5.019,51 aplicada pela concessionária de serviço público (fls. 19), conforme cláusula 03-Encargos (fls. 21). Parte dispositiva Ex positis, JULGO PROCEDENTE A DEMANDA para: CONCEDER a tutela antecipatória de urgência que o Réu desocupe o imóvel descrito na vestibular em 15 dias e assegurar a retomada de sua posse à Autora MARIA VALCINEIA FERREIRA DE SOUZA CAMPOS, na qualidade de locadora, tudo de conformidade com o que dita artigo 59, § 1º, IX combinado com o artigo 62 , II , da Lei nº 8.245/1.991 (Lei do Inquilinato). DECLARAR a rescisão do contrato de locação comercial firmado entre Autor e Réu sobre o imóvel localizado à Rua Canário, nº 87, bairro Cidade Nova, CEP 69095-040, nesta cidade. CONDENAR o Réu ao pagamento dos alugueres relativos ao período de julho a novembro de 2016 na importância total de R$ 6.759,39, como apontado pelo Autor às fls. 13 e mais os meses que se seguiram daí em diante até a saída do locatário JOÃO JERÔNIMO PORTELA com incidência da correção monetária calculada pelo IGP-M, da FGV, juros de 1% ao mês, a partir de cada inadimplemento locatício, além da multa moratória de 10% sobre o valor do débito, disposições estas a que se atribui a pertinência em conformidade as cláusulas do contrato. CONDENAR o Réu ao pagamento dos valores referentes às faturas de energia elétrica, água, e IPTU pelo período contratual e que estiveram inadimplidas, respectivamente, nos valores de R$ 19.837,87; R$ 1.843,55 e R$ 2.401,90, tal o apontado em planilha de fls. 13 e 14, inclusive aqueles atinentes à prorrogação pelo período no qual o Réu utilizou os serviços acima mencionados, a ser liquidado pelo Autor. CONDENAR o Réu ao pagamento de multa aplicada pela concessionária de serviço público essencial (energia) no valor de R$ 5.019,51 (cinco mil, e dezenove reais e cinquenta e um centavos). O Réu é obrigado ao pagamento dos consectários do contrato de locação pelo período de vigência do contrato que se sabe tornou-se indeterminado, ainda que tais sejam lançados em momento posterior à retomada do bem, mas que correspondam ao período em que ele usufruiu o imóvel locado. JULGO extinta a demanda por sentença com resolução do mérito tal a dicção do artigo 487, inciso I, do Digesto Processual Civil. CONDENO o Réu em custas, despesas e honorários advocatícios, estabelecidos estes em 10% sobre o valor da causa, tendo-se em vista o trabalho desempenhado pelo causídico da Autora, o local de sua realização e a complexidade da causa, segundo o que dita o artigo 85, § 2º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno virtual e ultime-se a respectiva baixa no acervo desta Unidade Judicial.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0646532-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Magna Ximenes Guedes - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: JÉSSICA DA ROCHA OLIVEIRA (OAB 12247/AM) - Processo 0655960-71.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: M.J.T.O. - REQUERIDA: A.M. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação, designada para o dia 24/04/2019 às 09:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0657401-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Friotrans Comércio e Transportes de Cargas Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS EDUARDO BESSA DE SÁ (OAB 7032/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: RICARDO BRAGA FRANÇA (OAB 98795/RJ), ADV: SIMON DE SOUZA GUIMARÃES BESSA (OAB 8640/AM) - Processo 0707415-85.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Estalagem Peixe Boi Ltda. - REQUERIDA: Geoquasar Energy Solutions Participações Ltda. - Vistos em correição permanente. Feito que se encontra na fase de cumprimento de sentença. Nos autos, o segundo resultado da consulta BACENJUD de ativos financeiros do Executado GEOQUASAR ENERGY SOLUTIONS PARTICIPAÇÕES LTDA (fls. 328 a 330) de que se extrai a inexistência de saldo positivo. Instado o Exequente à manifestação (fls. 331), atravessou petitório de fls. 333 e 334 em que pugnou a um só tempo a desconsideração da personalidade jurídica da empresa Executada para fins de alcançar diretamente a pessoa dos sócios bem como consulta RENAJUD da empresa executada e seus sócios. É o relato. DECIDO. Indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica do Réu, isto porque não basta ao Autor pedir, faz-se necessário que realize ancoragem do pedido com dispositivo legal ou jurisprudência firme no sentido. Inadmissível se me afigura o pedido de desconsideração sem que o Autor tenha se desincumbido de provar a este Juízo o preenchimento aos requisitos objetivo e subjetivo que lhe norteiam, tal o firmado no

REsp 1.141.447-SP, de relatoria do Min. Sidnei Beneti, julgado em 8 de fevereiro de 2011. No que pertine aos requisitos objetivos, de mister a prova incontroversa de insuficiência patrimonial do devedor e, quanto aos requisitos subjetivos, imperiosa a demonstração do desvio de finalidade e confusão processual, providências estas de que não se desincumbiu o Autor, motivo pelo qual rechaço o pedido de desconsideração da personalidade jurídica. Ademais, como intencionado pelo próprio Exequente ao pugnar o RENAJUD da empresa executada, há outras vias de constrição patrimonial que podem garantir a satisfatividade do crédito perseguido. Por assim ser, assinalo ao Autor o prazo de 5 (cinco) dias para que impulsione o feito e pugne diligências outras de constrição patrimonial da empresa executada, sob pena de arquivamento do caderno processual. Intime-se. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
André Luiz Rocha Pinheiro (OAB 7141/AM)
André Ricado Antonovicz Munhoz (OAB 9066/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Bessa de Sá (OAB 7032/AM)
Carlos Henrique Pevas Lima de Araujo (OAB 12262/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Helena Marie da Cunha Fish (OAB 4332/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jéssica da Rocha Oliveira (OAB 12247/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Laura Agrifoglio Vianna (OAB 18668/RS)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Milton José Aparecido Minatel (OAB 92243/SP)
Nilton Mendes Pinto (OAB 7315/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Ricardo Braga França (OAB 98795/RJ)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Saul Rogério Ramos de Athayde (OAB 3264/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Simon de Souza Guimarães Bessa (OAB 8640/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago de Oliveira dos Santos (OAB 10578/AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0034130-21.2006.8.04.0001 (001.06.034130-1) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Prax Fomento Mercantil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud e Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0201322-37.2010.8.04.0001 (001.10.201322-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0231573-04.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Friller Brasil Alimentos Ltda. - REQUERIDA: AGN Brasil Comunicação, Comércio e Serviços Ltda. - R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor da contestação e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: PAULO AFONSO MORAIS DOLZANES (OAB 1750/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO PINHEIRO DE ALMEIDA (OAB 2365/AM) - Processo 0232851-40.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0237293-49.2011.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Super Química Produtos Químicos Ltda. - EPP - REQUERIDA: Maria Anete Rocha da Silva - Tendo em vista o lapso temporal decorrido desde a última manifestação da parte requerente a dar prosseguimento ao feito, intime-se pessoalmente a parte autora e seu causídico, via diário eletrônico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento da lide e requerer o que de direito, sob pena de extinção à inteligência do disposto no art. 485, III e IV do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALCIDES ANDRADE (OAB 6377/AM), ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM), ADV: AUTA GAGLIARDI MADEIRA (OAB 5585/DF) - Processo 0351813-61.2007.8.04.0001/01 - Incidente de Falsidade - REQUERENTE: Jonathas de Amorim Gagliardi Madeira - REQUERIDO: Raimundo José da Silva Fernandes e outros - R. H. Defiro o pedido de citação por edital dos requeridos Nilo Silva de Souza e de Francisco Cordovil e Silva postulado às fls. 130/134. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0601190-36.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0006055-06.2005.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Regina Ramos Bitencourt - R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor da defesa e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM) - Processo 0601429-11.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jane Maria Souza de Castro e outro -

REQUERIDO: Torquato Empreendimento Imobiliário SPE - S/A e outro - Em análise dos autos, verifico que o presente processo trata sobre o assunto sobrestado, determino assim a suspensão imediata destes autos. Por efeito, determino que a Secretaria certifique o andamento do IRDR e seu eventual desfecho. Observo que não havendo deliberação do órgão competente para continuidade do andamento dos feitos relacionados ao incidente em questão, estes devem permanecer suspensos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM) - Processo 0602039-76.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Alexandre de Ataíde Medeiros - REQUERIDO: Torquato Empreendimentos Imobiliários S/A e outro - Em análise dos autos, verifico que o presente processo trata sobre o assunto sobrestado, determino assim a suspensão imediata destes autos. Por efeito, determino que a Secretaria certifique o andamento do IRDR e seu eventual desfecho. Observo que não havendo deliberação do órgão competente para continuidade do andamento dos feitos relacionados ao incidente em questão, estes devem permanecer suspensos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 1299A/AM) - Processo 0602367-06.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Wilkens Freire Cardoso - Francisco Carlos Barbosa Cardoso - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0603065-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610004-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG) - Processo 0610184-24.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sandro Reis de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JAIRO EDUARDO MURARI (OAB 184711/SP) - Processo 0610830-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Títulos de Crédito - REQUERENTE: Uza Indústria de Calçados Eireli - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por

edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0610986-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Condomínio Residencial Villa Dei Fiori - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0611705-33.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0013369-03.2005.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Daniel Gomes Teixeira de Andrade - Considerando que o Agravo de Instrumento não foi Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0613762-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB 9251/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0614421-33.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Bruno Braga Lima - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comércio Ltda. - Em análise dos autos, verifico que o presente processo trata sobre o assunto sobrestado, determino assim a suspensão imediata destes autos. Por efeito, determino que a Secretaria certifique o andamento do IRDR e seu eventual desfecho. Observo que não havendo deliberação do órgão competente para continuidade do andamento dos feitos relacionados ao incidente em questão, estes devem permanecer suspensos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: GISELE SIMONE LIMA CERF LEVY (OAB 7123/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: PAULO ALEXANDRE LEITE DA SILVA (OAB 3760/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM), ADV: LIAH LIMA CERF LEVY (OAB 7183/AM), ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM) - Processo 0616115-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Michele Valadares Moreira - REQUERIDO: Parque 10 Empreendimentos Imobiliários SPE S/A e outro - Em análise dos autos, verifico que o presente processo trata sobre o assunto sobrestado, determino assim a suspensão imediata destes autos. Por efeito, determino que a Secretaria certifique o andamento do IRDR e seu eventual desfecho. Observo que não havendo deliberação do órgão competente para continuidade do andamento dos feitos relacionados ao incidente em questão, estes devem permanecer suspensos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0619276-21.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Aldecy de Araújo Maia - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0619767-28.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0620477-53.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD . Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0623677-63.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Defiro o pedido de BACENJUD postulado às fls. 70. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA DE SOUSA FERREIRA (OAB 187303/SP), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: RENATO DE BRITTO GONÇALVES (OAB 144508/SP) - Processo 0625640-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: José Mário Chaves de Oliveira - REQUERIDO: Semp Toshiba Amazonas S/A - Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0625808-16.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Anderson Ruso da Cruz - REQUERIDO: Banco GMAC S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 7399/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: MARIA DE NAZARE JATOBÁ DO LAGO (OAB 6772/AM), ADV: KARINA SEFFAIR DE CASTRO DE ABREU (OAB 3780/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM) - Processo 0627166-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ângela Maria Barros Albuquerque - REQUERIDO: Faculdade Metropolitana de Manaus Ltda. - FAMETRO - R. H. Considerando que o perito nomeado às fls.96, não se manifestou até a presente data, apesar de devidamente intimado, entendo pela nomeação de outro experto, com a finalidade de dar prosseguimento ao processo. Assim, determino à Secretaria que certifique a existência de peritos grafotécnicos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627338-79.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0630491-57.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM) - Processo 0632139-38.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Vulcap Indústria e Comércio Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEIDY DAIANA SOUTELO BATISTA (OAB 9413/AM) - Processo 0632207-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Maria Edilene da Silva Maciel - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/04/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 41783/DF), ADV: EDUARDO JOSÉ SCHEIBLER (OAB 80909/RS) - Processo 0633121-23.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: IBF - Indústria Brasileira de Filmes S/A - R. H. Defiro o pedido de BACENJUD postulado às fls. 63/64. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0633444-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Lara Teles Filgueira - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0633834-03.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Staff Construções Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0634544-52.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0637231-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Ana Cristina Oliveira de Vasconcelos Dias e outro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0639405-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Helena Fernandes de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SAMANTA FIRMO DA ROCHA (OAB 12904/AM) - Processo 0640895-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Allan Kardec Azevedo da Rocha - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0641488-70.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0641805-97.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0642426-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Clerme Soares de Souza - REQUERIDO: Banco Schahim S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0643432-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Paulo Sergio Rodrigues de Almeida - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0644812-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Felipe Batalha Cavalcante - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/04/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação

em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0645297-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Condominio Vila Gaia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0649202-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Isamilton Amaral de Souza - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0661167-51.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: HARIELA DA SILVA AZEVEDO (OAB 6194/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0710988-34.2012.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0710988-34.2012.8.04.0001) - Incidente de Falsidade - REQUERENTE: T.I.I.E.I.C.V. - REQUERIDO: N.C.P.M. - R. H. Determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de peritos grafotécnicos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcides Andrade (OAB 6377/AM)
Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Paula de Sousa Ferreira (OAB 187303/SP)
André Ricardo Carvalho de Oliveira (OAB 7399/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Auta Gagliardi Madeira (OAB 5585/DF)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 1299A/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo José Scheibler (OAB 80909/RS)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gisele Simone Lima Cerf Levy (OAB 7123/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hariela da Silva Azevedo (OAB 6194/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Jairo Eduardo Murari (OAB 184711/SP)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Karina Seffair de Castro de Abreu (OAB 3780/AM)
Lauro Augusto de Lima Cavalcanti (OAB 6343/AM)
Leidy Daiana Soutelo Batista (OAB 9413/AM)
Liah Lima Cerf Levy (OAB 7183/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB 9251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria de Nazare Jatobá do Lago (OAB 6772/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Afonso Morais Dolzanes (OAB 1750/AM)

Paulo Alexandre Leite da Silva (OAB 3760/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida (OAB 2365/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renato de Britto Gonçalves (OAB 144508/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Samanta Firmo da Rocha (OAB 12904/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Walter de Oliveira Monteiro (OAB 41783/DF)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0201511-44.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: E D M Comercio de Derivados de Petroleo Ltda - Pelo exposto, INDEFIRO de plano a instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Considerando que todas as tentativas de localizar bens via Bacenjud, Renajud e Infojud, restaram infrutíferas, concedo o prazo de 10 (dez) dias para o(a) Exequente, querendo, indique outras medidas que entender cabíveis para dar prosseguimento à Execução. Caso não haja manifestação, determino a suspensão do processo nos moldes do art. 921, III, do CPC, devendo a Secretaria certificar o decurso do prazo e encerrar o processo, sem prejuízo de posterior desarquivamento no caso de se indicarem novas medidas executórias. Cumpra-se.

ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: MÁRCIO LOUZADA CARPENA (OAB 46582/RS), ADV: MÁRCIO LOUZADA CARPENA (OAB 52273/PR), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 197527/SP) - Processo 0210060-14.2010.8.04.0001 (001.10.210060-9) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Springer Carrier Ltda - REQUERIDO: NELSON CAVALCANTE CAMPOS EPP - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da resposta ao ofício de fls. 365/366, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ROBERTA NOGUEIRA CAMARGO PINTO (OAB 102103/SP), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: FLÁVIO LUIZ YARSHELL (OAB 88098/SP), ADV: CARLOS ROBERTO FORNES MATEUCCI (OAB 88084/SP), ADV: GUSTAVO PACÍFICO (OAB 184101/SP), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: LUCIANO OLIVEIRA DE AVELINO (OAB 3916/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: GILSON REIS DE SOUZA (OAB 2336/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM) - Processo 0251750-23.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Delta Consultoria de Imoveis Ltda - REQUERIDO: Tecnopar Empreedimentos Imobiliários Ltda. - Parque 10 Empreendimento Imobiliário SPE S/A - BR Corp. Empreendimento Ltda. - Tecnisa S/A - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0256142-69.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: RC Recebiveis Ltda - À DPE/AM para atuar na curadoria especial dos ausentes.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0317510-21.2007.8.04.0001 (001.07.317510-3) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Antes de determinar a penhora dos veículos bloqueados, é prudente realizar as pesquisas individualizadas de suas situações, a fim de verificar a existência de alienação fiduciária ou outros ônus. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM) - Processo 0601288-79.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Tocantins - Ii Etapa - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: DAVID DA SILVA BENAYON (OAB 7958/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: DAVID GOMES BENAYON (OAB 2180/AM) - Processo 0601961-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Edimetal Instalacoes e Comercio Ltda e outros - Diante disto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação Monitória ajuizada por Banco do Brasil S/A em face de Edimetal Instalacoes e Comercio Ltda, Ednaldo Serrão da Mata e Irene Ramos da Mata, condenando os Requeridos ao pagamento de R$ 140.470,53 (cento e quarenta mil, quatrocentos e setenta reais, e cinquenta e três centavos), atualizados nos termos contratuais. Mantenho ainda o arresto havido, nos termos da fundamentação, a fim de garantir parcialmente a fase de Execução. Condeno ainda os Requeridos ao reembolso das custas iniciais pagas pelo Autor, assim como ao pagamento de honorários sucumbenciais que fixo em 10% sobre o valor da condenação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602517-79.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À DPE/AM para atuar como curadora de ausentes.

ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0602875-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A - Credito, Financiamento e Investimento - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado

na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0603120-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Aminadabe Lima da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO parcialmente PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pelo Requerente AMINADABE LIMA DA SILVA e Condenar o Requerido BANCO BRADESCO S/A. ao cancelamento dos descontos referente a “Cesta B Expresso”, bem como, proceda a devolução dos valores ilegalmente descontados referentes a “Cesta B Expresso”, bem como os no curso do processo, em dobro, cujo montante será apurado em fase executiva por simples cálculo, na forma do art. 509, §2º do CPC, com juros de mora de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária a contar de cada desembolso; CONDENAR o Réu em danos morais de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de mora no percentual de 1% a contar da citação, e correção monetária do arbitramento. Condeno, ainda, o Réu, ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios de sucumbência, que fixo em 10% do valor da condenação. P. I. Cumpra-se.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0603371-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0604207-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Expeça-se o Mandado. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0606423-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Nonato do Amaral - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos termos do artigo 487, I, do CPC, para: A) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes e, portanto, cancelar o contrato nº 743350642 e suspender os descontos; B) condenar a parte Requerida a restituir de forma simples os valores cobrados indevidamente na aposentadoria do Autor, em parcela única, limitados aos três anos anteriores à propositura da ação, por força da prescrição prevista no artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil, a ser apurado em liquidação de sentença, com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária a partir do desembolso. Sucumbente em maior parte, condeno a parte Requerida no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação. P.I. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0607747-05.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À DPE/AM para atuar na curadoria de ausentes.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607777-35.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es)

não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Expeça-se Carta de Citação, observando-se o recolhimento das custas de despesa postal. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: DANIEL NEJAIM LEMOS (OAB 28754/PE), ADV: HELDER BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO (OAB 29445/PE), ADV: PAULINE CHÍXARO VOSS (OAB 6648/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0608643-77.2018.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Administração - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - REQUERIDO: Ivens de Oliveira Pinto - Thais de Macedo Ivanki Eireli Epp - Linear Administração Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM) - Processo 0611321-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Alves de Souza - Vistos, Intime-se o Autor para atribuir valor à causa, no prazo de 15 dias, pena de indeferimento.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0611457-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Arboretto - Vistos, A Gratuidade de Justiça não constitui mera liberalidade em favor do jurisdicionado. Sendo assim, intime-se o Autor para colacionar aos autos comprovação de que faz jus a benesse, no prazo de 15 (quinze) dias; ou então recolher o valor das custas iniciais, no mesmo prazo, as quais podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 - PTJ), sob pena de extinção.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0611492-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Sergio Augusto Neves de Araújo - Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por SÉRGIO AUGUSTO NEVES DE ARAÚJO em face do ESTADO DO AMAZONAS. Competência do Juizado da Fazenda Estadual. Isto posto, determino a regular distribuição da ação para referido Juízo. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0611525-75.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Considerando que pago 75% (setenta e cinco por cento) do financiamento, CITE-SE a Requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente resposta, ou realize a purgação da mora em até 5 (cinco) dias, segundo os valores apresentados pelo Banco Credor Fiduciário, na inicial, sob pena de busca e apreensão do bem. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0614318-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Manuel Neuzimar Pinheiro e outro - REQUERIDO: Construtora Arruda Ltda - Intime-se a Requerida para se manifestar da Petição de fls. 631/632, em 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0614800-03.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Fernando Luís Simões da Silva - EXECUTADA: Marta de Oliveira Atem - Vistos, Vista ao Embargado, em 5 (cinco) dias.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 148140/RJ) - Processo 0616132-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rivelino Nogueira de Aguiar - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se a Parte Executada do bloqueio, para, querendo, se manifestar, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do CPC. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0620395-85.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Corretagem - REQUERENTE: MARIA MIRTES BEZERRA ALVES - REQUERIDO: José Eduardo Mendes - Diante da proximidade da data da Audiência, de forma que dificilmente haverá tempo hábil para intimação das testemunhas, redesigno a data da Audiência para o dia 23 de maio de 2019, às 11:30. Expeça-se Mandado de Intimação para as testemunhas, conforme endereço indicado às fls. 194/195. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0621131-06.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: IECEL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA e outros - Oficie-se a CEF para proceder a transferência do valor bloqueado. Intime-se previamente o Exequente para informar a conta bancária. Intime-se ainda o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0622697-19.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Fort Indústria e Comércio de Cimento e Argamassa Ltda - À DPE/AM para atuar como curadora de ausentes.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0624103-46.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio via Bacenjud. Custas já recolhidas.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 973A/AM) - Processo 0624339-27.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Expeça-se Carta de Citação da Execução para o endereço indicado. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625342-46.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Antes de determinar a penhora dos veículos bloqueados, é prudente realizar as pesquisas individualizadas de suas situações, a fim de verificar a existência de alienação fiduciária ou outros ônus. Assim, proceda-se às referidas consulta via Renajud, intimando-se previamente a Autora para em 5 (cinco) dias complementar o valor, observando que o pagamento realizado cobre apenas a pesquisa de um veículo.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0628490-70.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Francimar de Olliveira Freire - Joaquim Raimundo Mendonça reis - REQUERIDO: Sul América Seguro Saúde S/A - Trata-se de Exceção de Pré-Executividade aduzindo que houve cumprimento integral da obrigação, eis que o valor pago antecipadamente já cobria o valor do débito. DECIDO. A manifestação da Excipiente se encontra preclusa. Se havia insurgência acerca do valor complementar questionado pelo Autor, deveria ter apresentado a tempo e a modo Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no prazo do art. 525 do CPC (quinze mais quinze dias). Todavia, o feito já foi inclusive sentenciado, sendo reconhecido a satisfação da Execução e determinada a expedição de Alvará ao Exequente. Logo, não pode a Exceção de Pré-Executividade servir como mera tentativa de reabrir discussão coberta pela preclusão. Do exposto, REJEITO a Exceção de Pré-Executividade. Intimem-se. Após arquivem-se os Autos.

ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0629235-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Rural - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - O presente feito já foi sentenciado, e, além do mais, as custas juntados às fls. 75/76 somente foram recolhidas posteriormente à extinção sem resolução do mérito. Assim, eventual insurgência acerca da extinção do feito deve ser veiculada pela via recursal própria. Do exposto, indefiro o pedido de fls. 75/76. No caso de decorrido o prazo legal sem interposição de recurso em face da Sentença de fls. 71, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os Autos. Cumpra-se.

ADV: MARIA EDNA ARAÚJO MATEUS (OAB 3461/AM), ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM), ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM) - Processo 0629894-54.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Herallo Silva Nascimento - Do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação de Despejo ajuizada por Herallo da Silva Nascimento em face de Gideoni Ruben Batista Pereira, para decretar a rescisão da locação, condenando o Requerido a desocupar o imóvel no prazo de 15 dias, sob pena de despejo forçado. Pagos os emolumentos pelo Autor, expeça-se o competente Mandado. Condeno ainda o Requerido, ao pagamento dos aluguéis vencidos e os que venceram no curso da lide, nos valores de R$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, com juros de 1% am e correção monetária pelo INPC, a partir de cada vencimento, acrescidos ainda da multa de 10% estabelecida contratualmente. Condeno, ainda, a Requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que arbitro em 20% sobre o valor da condenação. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0632055-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Maria de Fatima Silva Fernandes - REQUERIDA: Jacqueline de Souza Costa - Expeça-se novo Mandado de Penhora, Avaliação e Remoção.

ADV: LORENA TORRES DO ROSÁRIO (OAB 8008/AM) - Processo 0634029-17.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Roberta Gonçalves Maciel - Considerando a necessidade de atendimento ao princípio do contraditório, fica o Executado intimado a se manifestar do pedido de conversão da obrigação de fazer em obrigação pecuniária, em 5 (cinco) dias. Prazo a correr da simples publicação no DJe, nos termos do art. 346 do CPC.

ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM), ADV: FÉLIX FAUSTO FURTADO DE MENDONÇA NETO (OAB 24885/PE), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE), ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO) - Processo 0634301-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: C.C.S. - REQUERIDO: A.A.C.V. - G.M.B. - G.S. - Intime-se o Perito para dar início aos trabalhos periciais.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0635757-88.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: White Martins Gases Industriais do Norte Ltda - Antes de se proceder à penhora dos veículos indicados, determino que seja realizada pesquisa individualizada para verificar se são objeto de alienação fiduciário ou outro ônus. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, para cada consulta, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: PAULO JOSÉ MACHADO GUEDES (OAB 625/AM) - Processo 0635767-69.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Amg Maquinas e Equipamentos de Terraplenagem Ltda - Expeça-se Certidão de Crédito para fins de inserção em cadastros negativos. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas de expedição, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0637570-58.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - À DPE/AM para atuar como curadora especial. Intime-se via Portal Eletrônico.

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: VINÍCIUS RIBEIRO DE SOUZA (OAB 8405/AM) - Processo 0640257-08.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Suzana Santos Ramos Alves - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da consulta ao Sistema SIEL às fls. 162, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0644692-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Sidlene Pinheiro e Silva - REQUERIDO: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - A despeito o próprio Perito ter sugerido o parcelamento dos honorários, o CPC prevê em seu art. 82 que as despesas periciais devem ser sempre adiantadas pelas Partes interessadas, constituindo em norma cogente esta obrigação de pagamento antecipado. Diante disto, determino que a Requerida complemente o valor dos honorários, em 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0649712-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Rodrigo Penatti - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0652640-13.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0653213-51.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Wanderson Parente das Neves - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação de Busca e Apreensão ajuizada por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento em face de Wanderson Parente das Neves, mas mantenho a posse em favor da parte Requerida, em razão da purga da mora. Oportunamente, expeça-se Alvará do valor depositado em favor da Autora, ou alternativamente Ofício à CEF para proceder à transferência à conta bancária caso assim seja solicitado. Condeno a parte Requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo equitativamente em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85 do CPC, suspensa a exigibilidade em face da Gratuidade de Justiça. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446/AM), ADV: VANDSON SOARES DA SILVA (OAB 7508/AM), ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM) - Processo 0655206-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601536-95.2013.8.04.0020) - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Rondônia Tranportes Ltda. - Via Verde Transportes Coletivos da Ltda e outros - REQUERIDO: Carlos Alberto Costa de Almeida e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0659412-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0702845-56.2012.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: CONSTRUTORA FUTURA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - REQUERIDO: Enysson Alcântara Barroso e outro - Do exposto, ACOLHO a Impugnação de fls. 259/265, reconhecendo como devido o valor de R$ 19.191,86 (dezenove mil, cento e noventa e um reais, e oitenta e seis centavos), a ser acrescido das sanções do art. 523, §1º do CPC. Condeno os Exequentes/Impugnados ao pagamento de 10% de honorários sobre o excesso de R$ 5.966,71 (cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais, e setenta e um centavos). Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 148140/RJ)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carlos Roberto Fornes Mateucci (OAB 88084/SP)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Daniel Nejaim Lemos (OAB 28754/PE)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
David da Silva Benayon (OAB 7958/AM)
David Gomes Benayon (OAB 2180/AM)
Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB 33668/PE)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
félix fausto furtado de mendonça neto (OAB 24885/PE)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Luiz Yarshell (OAB 88098/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Gilson Reis de Souza (OAB 2336/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Pacífico (OAB 184101/SP)
Helder Barbosa de Oliveira Filho (OAB 29445/PE)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Lorena Torres do Rosário (OAB 8008/AM)
Luciano Oliveira de Avelino (OAB 3916/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)

Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Márcio Louzada Carpena (OAB 46582/RS)
Márcio Louzada Carpena (OAB 52273/PR)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)
Maria Edna Araújo Mateus (OAB 3461/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Paschoalotto (OAB 973A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pauline Chíxaro Voss (OAB 6648/AM)
Paulo José Machado Guedes (OAB 625/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nogueira Camargo Pinto (OAB 102103/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vandson Soares da Silva (OAB 7508/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 197527/SP)
Vinícius Ribeiro de Souza (OAB 8405/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERI JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0328882-64.2007.8.04.0001 (001.07.328882-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 144, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 3182/AM), ADV: ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 115411/MG), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: MARCUS VALÉRIUS PINTO PINHEIRO DE MACEDO (OAB 2566/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0354316-55.2007.8.04.0001 (001.07.354316-1) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: A.L.C. Indústria e Comércio Ltda - EXECUTADA: Amazônia Celular S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte impugnante para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha o preparo referente à Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM), ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM) - Processo 0600014-85.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Edmilson das Neves Guerra - REQUERIDO: Anderson Campos da Rocha - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: TEREZA CRISTINA LEÃO JOSÉ (OAB 261818/SP), ADV: ELAINE FIGUEIRÓ DA SILVA (OAB 301602/SP), ADV: BAUDÍLIO GONZALEZ REGUEIRA (OAB 139684/SP) - Processo 0600627-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Créditos / Privilégios Marítimos - REQUERENTE: Maersk Line A/s Neste Ato Representada Por Maersk Brasil (Brasmar) Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/05/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor

ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0600783-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Gracas Valente - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM) - Processo 0604033-32.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Previdência privada - REQUERENTE: Sandra da Silva Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 05/06/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: IZABELLE LIMA ASSEM (OAB 6075/AM), ADV: PAULO NEY SIMÕES DA SILVA (OAB 2196/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: RACHEL NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM), ADV: JOÃO PAULO SIMÕES DA SILVA ROCHA (OAB 5549/AM) - Processo 0606324-78.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. e outro - REQUERIDO: TAPAJOS PERFUMARIA LTDA - Vistos. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609553-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos. Versam os autos sobre Ação de Busca e Apreensão, com pedido liminar, proposta pelo Requerente B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento, contra o Requerido Celio Rogerio Rufino dos Santos, ambos devidamente qualificados, pelos fatos e fundamentos da exordial. Da análise dos autos, verifico que há um vício a ser sanado, referente ao valor atribuído à causa, tendo em vista que em ações de busca e apreensão em alienação fiduciária, este deve corresponder, no momento da propositura da presente demanda, à soma das parcelas vencidas e vincendas. Analisando o demonstrativo de débito juntado pelo Banco Requerente à fl. 11, verifico que o valor correspondente às parcelas vencidas e vincendas totalizam R$ 36.331,55 (trinta e seis mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos). Deste modo, com arrimo no art. 292, §3º, do CPC, corrijo, de ofício, o valor da causa para R$ 36.331,55 (trinta e seis mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos). Ademais, verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art.320 do Código de Processo Civil, vez que a parte Requerente deixou de juntar os atos constitutivos da Empresa. Ante o exposto, intime-se a parte Requerente, nos termos do art. 321 do CPC para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da vestibular, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil e complementar o valor das custas, conforme a correção do valor da causa, sob pena de cancelamento na distribuição, nos termos do art. 290, CPC. Intima-se e Cumpra-se.

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: CAMILA GURGEL MACAMBIRA (OAB 27385/CE) - Processo 0613099-41.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: FERNANDO LIMA DA COSTA JÚNIOR - REQUERIDO: Hospital São Lucas - Samesp Sociedade de Assistëncia Medica Especializada Ltda - ADRIANA FERREIRA LEVY - Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0630073-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Cleison da Silva Bruno - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0638692-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Maronize Lima Salles e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIANA GALVAO SIMOES (OAB 164657/RJ) - Processo 0640681-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Am Fomento Ltda e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/05/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0644150-02.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0644280-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Lucileide Albuquerque Sobrinho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0656722-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Joao Lira Tavares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0658391-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Cristiano Rodrigues Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Cartório da 3ª UPJ

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0659865-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Luiz da Silva Pires, - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 30/05/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Baudílio Gonzalez Regueira (OAB 139684/SP)
Camila Gurgel Macambira (OAB 27385/CE)
Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Diego Campos (OAB 115411/MG)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Elaine Figueiró da Silva (OAB 301602/SP)
ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Izabelle Lima Assem (OAB 6075/AM)
João Paulo Simões da Silva Rocha (OAB 5549/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Marcondes Fonseca Lunieri Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Valérius Pinto Pinheiro de Macedo (OAB 2566/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB 3182/AM)
Mariana Galvao Simoes (OAB 164657/RJ)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Nelson Luiz mestieri de Macedo (OAB 608/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Ney Simões da Silva (OAB 2196/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tereza Cristina Leão José (OAB 261818/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0062/2019

ADV: DAYLA BARBOSA PINTO (OAB 8179/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: ARENAIDE ROSA CRUZ DE LIMA PEREIRA (OAB 2589/AM) - Processo 0256058-68.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Thelma Lúcia Silva Rosseti - Vanda Leitão Rosetti e outro - Em conformidade com o art. 8º, II da Portaria nº 1985/2017, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: JADYLSON GUEISON OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 5567/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB 1161A/AM), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE) - Processo 0606331-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria Vânia Oliveira Silva - REQUERIDO: Porto Veículo Ltda - LITSPASSIV: Renault do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0608483-18.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM), ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM) - Processo 0611183-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Enriquecimento sem Causa - EXEQUENTE: Mikitos Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios do Amazonas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0616072-95.2018.8.04.0001 - Monitória - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP), ADV: LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 833/AM) - Processo 0622129-08.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: FRANCISCO REGIS DE ALMEIDA JUNIOR - ME - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0624120-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Sofia da Silva Pereira - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0632139-77.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM) - Processo 0635387-17.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, Infojud e SIEL, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0652017-46.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: T.B. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos com cumprimento parcial, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0660309-20.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP), ADV: RAFAEL FERNANDO MELO DA COSTA (OAB 5837/AM) - Processo 0708727-96.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - EXEQUENTE: AMD CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES S/C LTDA - Em conformidade com o art. 8º, II da

Portaria nº 1985/2017, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar na carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB 1161A/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Arenaide Rosa Cruz de Lima Pereira (OAB 2589/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dayla Barbosa Pinto (OAB 8179/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jadylson Gueison Oliveira Cavalcante (OAB 5567/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 833/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Rafael Fernando Melo da Costa (OAB 5837/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: CÁSSIO AUGUSTO TORRES DE CAMARGO (OAB 255615/SP), ADV: RICARDO DE ABREU BIANCHI (OAB 345150/SP), ADV: FABRÍCIO ROCHA DA SILVA (OAB 206338/SP) - Processo 0205993-93.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0617723-07.2014.8.04.0001) (processo principal 0617723-07.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Cinira Castro Leite - EXECUTADO: API SPE 22 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Tendo em vista o restabelecimento parcial, pelo Tribunal de Justiça, do montante das astreintes anteriormente reduzidas por este juízo, intime-se a parte exequente para que colacione aos autos, no prazo de 15(quinze) dias, planilha do débito com o demonstrativo dos valores devidos, a fim de aferir a existência de saldo credor ou devedor, em virtude da compensação reconhecida. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0208688-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Raimundo Barbosa da Costa - No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, razão pela qual não fica constatada a probabilidade do direito alegado. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente a honorários periciais, a Secretaria que expeça o referido alvará ou a transferência para a conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0261145-39.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Posse - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC/2015. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ALBERTO ALVES DE MORAES (OAB 17578/PA), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA) - Processo 0266719-09.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Santander S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória discriminada e atualizada do débito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM), ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0601430-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Eduardo de Souza Braga - REQUERIDO: Ronaldo Lázaro Tiradentes - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (88/99) e documentos às Pág.(s) (100/125).

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0603285-39.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: SUL AMERICA SEGURO SAUDE S.A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos Ars de fls. 392/393, juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM) - Processo 0603566-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cooperativa - REQUERENTE: T.R.O.A. - Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito ajuizada por Tânia Regina Oliveira Azevedo em face de Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médido, em que a autora, em sede de tutela requer a suspensão da exigibilidade dos débitos decorrentes de prejuízos da cooperativa requerida, bem como impedir de praticar atos de cobrança, protestos, negativação, cessão de crédito a qualquer título, etc. Breve relato. Partes autora e ré são, respectivamente, cooperada e cooperativa. A requerida vem cobrando seus cooperados em decorrência de perdas verificadas em exercícios financeiros anteriores. A parte autora está sendo cobrada (proporcional à sua atividade) em relação aos prejuízos de 2017 no valor de R$305.818,00. A esse valor são somadas outras quantias e o valor chega à quantia de R$510.698,77 (fls.35/37). A requerente alega que o rateio dos prejuízos ignora graves irregularidades administrativas da gestão anterior, assim como não seria possível

aferir se os valores cobrados são justos, posto que não se sabe qual a fórmula do cálculo. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante de possível cobrança que não mostra-se clara quanto à sua exigibilidade, visto que os valores cobrados não apresentam ao devedor clareza no seu cálculo, bem como não estariam sendo levados em conta possíveis irresponsabilidades de gestões anteriores que possam ter dado causa aos prejuízos financeiros experimentados pela requerida. E sendo assim, verificada pelo menos em cognição sumária a probabilidade do direito nos fatos narrados; a plausibilidade do pedido e o perigo na demora em conceder a tutela jurisdicional poderá prejudicar a autora podendo ter seu nome negativado, ou a dívida protestada ou cedida, assim como continuar na obscuridade quanto à formula do rateio de prejuízos, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de que a UNIMED MANAUS proceda com a IMEDIATA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE dos débitos decorrentes de rateio de prejuízos da cooperativa Requerida e cumulativamente não pratique atos coativos de cobrança da dívida, como protestos, inscrições em cadastros restritivos, delegação da cobrança para empresas terceirizadas ou cessão de crédito a qualquer título, decotar o débito dos recebimentos/créditos do Requerente; Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida. Informo que o descumprimento desta determinação ensejará multa diária de R$1.000,00 (hum mil reais), por cada ato de cobrança e/ou atos decorrentes dessa, como protesto, negativação, desconto dos créditos da autora, etc em virtude de rateio de prejuízos, a partir da ciência desta decisão. Defiro a inversão do ônus da prova e o segredo de justiça. A Secretaria que cite o requerido e o intime para que tome ciência/cumpra esta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM) - Processo 0607383-62.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0607782-28.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Tam Linhas Aéreas S/A - Defiro parcialmente o pedido de fls. 127/128. Compulsando os autos, verifico que, conforme documento de fls. 129, apenas o sócio José Elinaldo Souza da Silva possui poderes de administração. Desse modo, somente ele está apto a receber citação judicial pela sociedade. Diante do exposto, determino a realização de consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud e Infojud) a fim de encontrar o atual endereço do sócio-administrador da empresa requerida. Remetam-se estes autos à fila de consultas eletrônicas. Custas pagas às fls. 130. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0607988-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0608016-39.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$1.182,96), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria que expeça mandado de citação - execução. Custas juntadas aos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0608342-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Janisberg Bezerra de Santana - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC, para determinar a devolução em dobro do Registro de Contrato, do Seguro Proteção Financeira e da Tarifa de Avaliação do Veículo. Os juros de cada uma das parcelas devem obedecer o contido especificamente no contrato para cada categoria, vez que todas as taxas foram financiadas. A correção deve obedecer índices constantes na Portaria nº 1.855/2016-PTJ. JULGO IMPROCEDENTES os demais pedidos autorais. Expeça-se alvará em favor do réu com os valores depositados pelo autor para serem abatidos da dívida. Diante da sucumbência recíproca, condeno as partes a ratearem as custas e honorários advocatícios, estes fixados em dez por cento sobre a condenação, na proporção de 40% para o réu e 60% pelo autor, suspensa a exigibilidade deste último por ser beneficiário da justiça gratuita. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0608549-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Ferrúcio

Nazare da Cunha Garcia - Vistos, etc. Cuida-se de ação anulatória de escritura pública de compra e venda de imóvel urbano e correspondente registro imobiliário c/c consignação em pagamento, obrigação de fazer e danos morais com pedido de liminar para manutençao da posse e indisponibilidade de imóvel ajuizada por Ferrúcio Nazare da Cunha Garcia em face de Sebastião Gonçalves Guimarães Filho e outros. Breve relato. Em 12.01.2016, o autor comprou o imóvel objeto da lide dos requeridos Sebastião e Julia por meio de contrato particular de compra e venda (fls.26/28). O imóvel foi vendido por R$340.000,00, sendo R$150.000,00 pagos de entrada e o restante, R$190.000,00, seriam pagos em 6 (seis) parcelas iguais de R$31.600,00 com vencimento para todo dia 12 dos meses subsequentes. O Autor desde então vem construindo na localidade um empreendimento. Em 21.01.2019, o requerente recebeu uma notificação (fls.29) para desocupar o imóvel. Tal documento é assinado pelo requerido Sebastião como advogado da nova proprietária, a terceira requerida sra. Carolina Santana Oestereich. Essa segunda venda feita por Sebastião à Carolina está registrado na matrícula do imóvel (vide fls.30) pelo valor de R$70.000,00 datada de 26.11.2018. O autor requer liminarmente: I - Consignação em pagamento em juízo do valor restante que está em aberto junto aos requeridos Sebastião e Julia (vide fls.15/17); II - Indisponibilidade do imóvel para que esse não seja mais uma vez vendido a terceiro e assim não tumultue ainda mais o processo; III - Seja mantido na posse. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante de possível conduta de má-fé dos requeridos Sebastião e Julia que diante do inadimplemento do autor revendeu o imóvel de posse do autor Ferrúcio, mas que à época ainda estavam na propriedade dos réus, para a terceira requerida, sra. Carolina. E sendo assim, verificada pelo menos em cognição sumária A PROBABILIDADE DO DIREITO nos fatos narrados; a PLAUSIBILIDADE DO PEDIDO; O PERIGO NA DEMORA em conceder a tutela juriscional poderá prejudicar o autor que está na iminência de perder a posse do imóvel e o RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO em que o autor, caso perca a posse nesta fase e ao fim do processo seja julgado procedente o seu pedido, poderá ter perdido ou deteriorado o que já está construindo no local, CONCEDO a liminar pleiteada, com base no Art. 300, CPC/2015, nos seguintes termos: I - CONSIGNE EM JUÍZO O VALOR de R$216.376,43 em 3 (três) vezes, sendo cada parcela no valor de R$72.125,47, com o primeiro pagamento a ocorrer em até 05 (cinco) dias, contados do deferimento vertente e o segundo depósito em até 1 (um) mês, tendo como base a data do primeiro pagamento e assim por diante; II - Que SEJA BLOQUEADA E AVERBADA NA MATRÍCULA DO IMÓVEL DE Nº 4.040 no 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Manaus a seguinte informação: "o juízo da 20ª Vara Cível da Comarca de Manaus na demanda de nº 0608549-95.2019.8.04.0001 (autor: Ferrúcio Nazareth da Cunha Garcia e réus: Sebastão Gonçalves Guimarães Filho, Julia Jacqueline Mendonça Gonçalves e Carolina Santana Oestereich) determina que este imóvel tenha a matrícula bloqueada para que se evite que a nova proprietária, sra. Carolina Santana Oestereich transfira, doe ou venda este imóvel, dentre outros atos que ponham em suspeita a sua propriedade" III - SEJA O AUTOR MANTIDO NA POSSE DA COISA LITIGIOSA, localizada no bairro Redenção, Rua São Vicente de Paula com as seguintes características: "lote de terras nº 12, II segunda gleba, quinto distrito imobiliário desta cidade, limitando-se ao norte por uma linha de 20 metros (20,00m), com a rua são vicente de paula ao sul por uma linha de vinte metros (20,00m), com a rua samambaia; a leste por uma linha de cinquenta a oito metros e sessenta centímetros (58,60m), com propriedade de Sonke Adolf Boge; e a oeste com terras de propriedade de Pedro Joaquim de Oliveira e sua mulher Maria Antonieta Fernandes de Oliveira, por uma linha de cinquenta e sete metros e setenta centímetros; inscrição imobiliária municipal de iptu sob a matrícula nº 2132484, registro imobilário nº 4.040" Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida. A Secretaria que expeça MANDADO DE CITAÇÃO para que os requeridos apresentem contestação no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no Art. 335 e ressalvas do Art. 344, CPC/2015 e OS INTIME desta ordem judicial para que tomem ciência da manutenção da posse concedia ao autor. Defiro a gratuidade de justiça em favor da parte requerente. Cumpra-se.

ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM) - Processo 0609334-57.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0608048-78.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: C.C.C.N.N. - EMBARGADO: E.F.M. - Vistos, etc. Trata-se de Embargos à Execução opostos por Constal Construtora Comercio e Navegacao Natal Ltda em face de Elfac Fomento Mercantil Ltda, com pedido de concessão de efeito suspensivo do processo principal de execução nº 0608048-78.2018.8.04.0001. Há penhora e avaliação (fls.93/92) feita por Oficial de Justiça no processo principal de execução. Decido. Em regra, os embargos opostos pelo executado não terão efeito suspensivo, como prevê o artigo 919 do NCPC. Não obstante, conforme § 1º do susomencionado dispositivo, ao magistrado é facultado conceder tal efeito a requerimento do embargante, quando presentes os requisitos expostos pelo próprio legislador, ou seja: estando preenchidas as condições necessárias para a concessão da tutela provisória, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. No que tange a garantia do juízo, em análise dos autos principais, verifico que tal requisito foi preenchido, motivo pelo qual DEFIRO, por ora, o pedido de concessão de efeito suspensivo do processo principal de execução. Outrossim, intime-se a Embargada - através de seu advogado constituído nos autos principais - para que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, manifeste-se acerca do teor destes embargos ajuizados. Traslade-se esta decisão aos autos de execução nº 0608048-78.2018.8.04.0001, assim como suspenda-os. Após o procunciamento da parte contrária, voltem-me os autos conclusos para despacho. Defiro a gratuidade de justiça em favor da parte embargante. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0609999-44.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Alain Delon Silva dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0610005-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, etc. Autor apresenta às fls. 51/54 custas de mandado, porém sem atentar-se ao determinado em despacho de fls. 48/49. Dê-se o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para que cumpra com o orientado no referido despacho, com as sanções lá previstas. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0610580-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antônio Marinho Peixoto - Vistos, etc. Cuida-se de ação de repetição de indébitos c/c danos morais intentada por Antonio Marinho Peixoto em face de Banco BMC S/A, em que a parte pleiteia antecipação de tutela para que o requerido promova a imediata suspensão dos descontos realizados no contracheque da parte requerente. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver

elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante de possível cobrança indevida e prática abusiva, visto que o autor, em suas alegações, afirma desconhecer empréstimos que teria feito junto ao requerido. E sendo assim, verificada pelo menos em cognição sumária a probabilidade do direito nos fatos narrados; a plausibilidade do pedido e o perigo na demora em conceder a tutela jurisdicional poderá prejudicar o autor sendo descontados valores no seu contracheque por tempo indeterminado, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de que se proceda com a IMEDIATA SUSPENSÃO DAS COBRANÇAS descontadas no contra cheque do requerente, a título de "Banco BMC S/A EMP - código 5747" e "BMC EMP02 - Código 5899". Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida, sendo o pleito referente a suspensão das cobranças somente. Sendo assim, determino a expedição de ofício à Divisão de gestão de folha de pagamento da SEAD - Secretaria Estadual de Administração e Gestão, a fim de que proceda com a determinação. Fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício junto à SEAD, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Outrossim, intime-se a requerida para que esta se abstenha de inserir o nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito (SPC / SERASA). Informo que o descumprimento desta determinação ensejará multa diária de R$1.000,00 (hum mil reais), por cada mês em que houver o desconto de cada título a partir desta decisão. Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art. 334 do CPC/2015, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes. Autor com gratuidade de justiça. Defiro a inversão do ônus da prova. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0610991-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Miguel Barrella Filho - Vistos, etc. A Secretaria que remeta estes autos ao setor de Distribuição para que se cumpra ordem do juízo plantonista para encaminhar à vara competente, que seja, 14ª Vara Cível da Comarca de Manaus em conexão à demanda de nº0213484-35.2008.8.04.0001. Cumpra-se.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0611418-31.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Manauara Empreendimentos Construções e Agropecuária Ltda Me - Acerca do pedido de gratuidade requerido na peça de ingresso, tenho que ela constitui presunção juris tantum do magistrado, podendo o juízo presidente do feito, diante de evidências de que a parte não é desprovida de recursos mínimos para prover com as custas processuais, diligenciar no sentido de aclarar plausível dúvida. Com efeito, segundo firme posicionamento jurisprudencial, é possível a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça à pessoa jurídica, com ou sem fins filantrópicos, desde que demonstrada a impossibilidade econômica para o custeio das despesas processuais, conforme súmula 481/STJ. Nesse sentir: EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SINDICATO. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE PROVA DA MISERABILIDADE. INSUFICIÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE POBREZA. - Na linha da jurisprudência da Corte Especial, as pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, para obter os benefícios da justiça gratuita, devem comprovar o estado de miserabilidade, não bastando simples declaração de pobreza.Embargos de divergência providos. (1185828 RS 2011/0025779-8, Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 09/06/2011, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 01/07/2011). Nesse espeque, determino a intimação do requerente para que comprove, em 05(cinco) dias, a alegada hipossuficiência mediante apresentação de quaisquer documentos hábeis para comprovar a insuficiência de recursos que enseje na concessão da justiça gratuita. Após o escoamento do prazo susomencionado, voltem-me conclusos para despacho inicial. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0611455-58.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Arboretto - Acerca do pedido de gratuidade requerido na peça de ingresso, tenho que ela constitui presunção juris tantum do magistrado, podendo o juízo presidente do feito, diante de evidências de que a parte não é desprovida de recursos mínimos para prover com as custas processuais, diligenciar no sentido de aclarar plausível dúvida. Com efeito, segundo firme posicionamento jurisprudencial, é possível a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça à pessoa jurídica, com ou sem fins filantrópicos, desde que demonstrada a impossibilidade econômica para o custeio das despesas processuais, conforme súmula 481/STJ. Nesse sentir: EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SINDICATO. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE PROVA DA MISERABILIDADE. INSUFICIÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE POBREZA. - Na linha da jurisprudência da Corte Especial, as pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, para obter os benefícios da justiça gratuita, devem comprovar o estado de miserabilidade, não bastando simples declaração de pobreza.Embargos de divergência providos. (1185828 RS 2011/0025779-8, Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 09/06/2011, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 01/07/2011). Nesse espeque, determino a intimação do requerente para que comprove, em 05(cinco) dias, a alegada hipossuficiência mediante apresentação de quaisquer documentos hábeis para comprovar a insuficiência de recursos que enseje na concessão da justiça gratuita. Após o escoamento do prazo susomencionado, voltem-me conclusos para despacho inicial. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0611476-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rafael Pinheiro Gusmão - Acerca do pedido de gratuidade, tenho que constitui presunção juris tantum do magistrado, podendo o juízo presidente do feito, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos para concessão (art. 99, §2º, CPC/2015). Nesse espeque, determino a intimação do requerente para que comprove, em 05(cinco) dias, a alegada hipossuficiência mediante apresentação de documentos como: extratos de conta corrente, contracheques, últimas três declarações do imposto de renda, demonstrativo de despesas mensais que provocam desfalque econômico- financeiro, para fins de concessão do beneplácito da gratuidade da justiça. Após o escoamento do prazo susomencionado, voltem-me conclusos para despacho inicial, sob pena de extinção do processo nos termos do art.485, IV, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0611490-18.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, etc. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel

depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0611985-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Marcondes Machado Araújo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LÍGIA CRISTINA MARCELINO (OAB 8722/AM), ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0612189-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eliza de Melo Soares - REQUERIDO: Escola Batista Arca de Noé Ltda - Epp - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM) - Processo 0617532-54.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0641991-57.2016.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EXEQUENTE: Supermercados DB Ltda. - EXECUTADA: Patricia Del Pilar S Sicchar - Versa o pedido da executada sobre o desbloqueio de numerário ao argumento de corresponder a verbas salariais. Decido. Não restando provado nos autos que a conta bloqueada se destina unicamente ao recebimento de salários e, tampouco, que o numerário penhorado tenha origem integralmente salarial, não há aplicar ao caso a garantia de impenhorabilidade prevista no art. 833 , IV, do CPC. Em verdade, a executada apenas comprovou receber sob esse rubrica a importância de R$4.570,25, sendo que os demais valores decorrem ao que tudo indica de sua atividade empresarial. Assim, acolho parcialmente o pedido para determinar o desbloqueio da quantia acima mencionada, transferindo-se o restante para conta de depósito judicial junto a este juízo. Prossiga-se a execução. Intime-se o exequente para recolher as custas das demais consultas eletrônicas, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de suspensão da execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0619882-15.2017.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Edivone Batista Martins - REQUERIDO: Antônio Fernando Nascimento e outro - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as Contestações de Pág.(s) (175/200 e 297/300) e documentos às Pág.(s) (201/281).

ADV: CAROLINA MIZUMUKAI (OAB 264422/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0621912-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Escola Náutica Tarumã Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0622435-35.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0608342-67.2017.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Janisberg Bezerra de Santana - Intime-se o requerido para se manifestar acerca da contestação e petição apresentada às fls. 68/77, no prazo de quinze dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0624829-78.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0643085-06.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hdl da Amazônia Indústria Eletrônica Ltda. - REQUERIDO: Super Terminais Comércio e Indústria Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o acréscimo à proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM), ADV: GESIEL DE SOUZA RODRIGUES (OAB 141510/SP) - Processo 0625500-04.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615206-87.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Unimed de Manaus Empreendimentos S.a - EMBARGADO: Paola Vannesa Borda Haydar Eireli - Compulsando os autos, verifico que a parte Embargada não foi intimada da Sentença (fls. 914/922), tendo em vista que o patrono desta, vide substabelecimento de fls. 905, não constam na certidão de publicação de fl.924. Dessa forma, intimo a parte Embargada para que tome ciência da Sentença de fls. 914/922 cujo teor segue abaixo: “A teor do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos contidos nos embargos à execução e REJEITO a exceção de pré-executividade, nos termos do art.487, I c/c art.803 e art.920, I, todos do CPC, por constatar a existência de relação contratual entre as partes e a ausência de qualquer vício no título executivo extrajudicial e no processo executivo ou excesso de

execução e, via de consequência, determinar o prosseguimento do processo de execução, intimando-se o terceiro para que deposite judicialmente os créditos da executada que foram penhorados. Condeno as embargantes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa dos respectivos embargos à execução, nos termos do art.85,§2º, do CPC. Deixo de arbitrar honorários advocatícios na exceção de pré-executividade (EREsp 1185024/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 01/07/2013).Traslade-se cópia desta sentença aos embargos à execução e ao processo de execução.Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal.Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo do prosseguimento da execução. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se."

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM) - Processo 0625554-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Zuleika Ozorio Nunes - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos, sob pena de indeferimento do pedido de fls.452/454, quais sejam: I- Fundamente o pedido de desconsideração, devendo-se observar os critérios para seu deferimento, quais sejam, o requisito objetivo, que consiste na insuficiência patrimonial do devedor e o requisito subjetivo, consistente no desvio de finalidade ou confusão patrimonial através da fraude ou do abuso de direito, como preceitua o art. 50 do Código Civil. II- Demonstre a existência de grupo econômico entre as executadas e as empresas indicadas às fls. 453; III- Comprove as custas relativas ao procedimento de desconsideração da personalidade jurídica, conforme tabela de custas consolidada pela da Portaria nº116/2017-PTJ. Após o transcurso do prazo assinalado acima, com ou sem manifestação do exequente, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0626448-77.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, indique o CEP do endereço fornecido às fls.115, bem como recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: EVANETE BATISTA FROTA (OAB 4635/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0628896-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gérson Antônio dos Santos Mourão e outro - REQUERIDO: Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da contraproposta de acordo de fls. 149/150, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RENAN DE SOUZA SALGADO (OAB 9691/AM), ADV: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO (OAB 4868/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 1863/AM), ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO, ADV: JULIANA FERREIRA CORRÊA (OAB 7589/AM) - Processo 0630624-07.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imissão - EXEQUENTE: JOSE ELIAS ABUGOCHE OLIVEIRA - EXECUTADO: Heleno José da Rocha - INTSSADO: Clínica Neurocirúrgica do Amazonas S/S Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e com o despacho de fls.780, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a penhora de crédito dos valores, nos termos do art. 825, §11º do NCPC.

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA), ADV: BRUNO CESAR BENTES FREITAS (OAB 18475/PA) - Processo 0635577-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Acerca do pedido de gratuidade, tenho que constitui presunção juris tantum do magistrado, podendo o juízo presidente do feito, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos para concessão (art. 99, §2º, CPC/2015). Nesse espeque, determino a intimação do requerente para que comprove, em 05(cinco) dias, a alegada hipossuficiência mediante apresentação de documentos como: extratos de conta corrente, contracheques, últimas três declarações do imposto de renda, demonstrativo de despesas mensais que provocam desfalque econômico- financeiro, para fins de concessão do beneplácito da gratuidade da justiça. Após o escoamento do prazo susomencionado, voltem-me conclusos para despacho inicial, sob pena de extinção do processo nos termos do art.485, IV, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE) - Processo 0641223-63.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Adriana Gomes da Silva - EXECUTADO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$1.676,16, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo

de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641304-17.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0642162-43.2018.8.04.0001 - Monitória - Comodato - REQUERENTE: Rio Solimões Distribuidora - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: JULIANO VINÍCIO DA SILVA NEGREIROS (OAB 14241/AM) - Processo 0643097-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Magama Industrial Ltda. - REQUERIDO: R da Costa M Santos Epp (ECO RECICLAGEM E PALETERIA) - De ordem, em conformidade com o Art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Reconvinte/Requerido para que se manifeste acerca da impugnação à reconvenção de Pág.(s) (163/165), no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0647019-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Francisco de Assis da Silva Medeira - Vistos, etc. Analiso questão de ordem pública que diz respeito à competência interna de juízo. Com efeito, o artigo 109, I da Constituição Federal atribui à Justiça Federal a competência para o processo e julgamento das demandas concernentes às ações em que a União figurar como interessada: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho Excepciona-se a hipótese decorrente de acidente de trabalho e doença do trabalho (súmula 235 do STF). No caso dos autos, o expert concluiu que a incapacidade da parte autora não se enquadra nas hipóteses de doença ou acidente oriundas de seu labor habitual (fls. 86, item c, d, e). Nesse soar, com arrimo no artigo 64, § 1º do Código de Processo Civil c/c artigo 109, I da Constituição Federal, reconheço a incompetência absoluta deste Juízo para o julgamento da causa e DETERMINO, via de consequência, a remessa dos presentes autos a uma das Varas da Justiça Federal. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM), ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM) - Processo 0647370-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Climesao - Clínica Médica de Saúde Ocupacional - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM) - Processo 0652251-28.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Geferson da Silva Santos - Ante o exposto, conheço dos aclaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão, obscuridade ou erro material, mantendo-se, em todos os seus termos, a decisão vergastada. De outro lado, a fim de conferir efetividade à ordem judicial, autorizo a realização de arrombamento e auxílio de força policial para o cumprimento do despejo forçado. À secretária para adoção das providência subsequentes e elaboração dos expedientes necessários. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0652636-73.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento dos Executados William Frank de Souza Peres e Elisangela Lima Ribeiro Peres, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0654022-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Paula Angela Oliveira de Queiroz - Compulsando os autos, verifico a existência de três endereços, encontrados via sistemas eletrônicos às fls. 64/67, que ainda não foram diligenciados. Nesse espeque, à Secretaria que expeça cartas de citação, sem custas face a gratuidade de justiça deferida às fls. 44, para os seguintes endereços: I- BC Costa Silva, Nº 780, Cachoeirinha, CEP 69065-162, Manaus-AM; II- Av. Senador Álvaro Maia, Nº 1286, Praça 14 de Janeiro, CEP 69020-210, Manaus-AM; III- Avenida Mário Ypiranga, Nº 315, Sala 701, CEP 69057-000, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM) - Processo 0655048-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Tiago Lopes Vinente da Costa - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Cardif - Cardif do Brasil Seguros e Garantias S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as Contestações de Pág.(s) (96/118 e 130/143) e documentos às Pág.(s) (119/128 e 144/185).

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0703877-96.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - EXECUTADA: M. Fagundes de Souza Alimentos - Frigorífico Pantanal e outro - Vistos, etc Parte executada apresentou embargos à execução dentro destes autos, não se atentando assim ao determinado em fls. 203: “Nesse consectário lógico, imprescindível que seja feita nova intimação das executadas, na pessoa de sua patrona constituída, para que, querendo, apresentem seus embargos de forma incidental, sem custas processuais, vez que concedo-lhes os benefícios da gratuidade de justiça.” Tendo em vista que os embargos de execução de fls. 217/300, devem ser interpostos por dependência e autuados em apartados, nos moldes do §1º, Art. 914, CPC/2015, certifico que ainda corre o prazo para interposição do mesmo até dia 19.03.2019, conforme fls. 206/207. Portanto, intimo os embargantes, ora requeridos, através do patrono que assina o pedido, que esses devem apresentar em apartado os embargos até o dia 19.03.2019, momento no qual será analisado o pedido. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Alberto Alves de Moraes (OAB 17578/PA)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Bruno Cesar Bentes Freitas (OAB 18475/PA)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carolina Mizumukai (OAB 264422/SP)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio Augusto Torres de Camargo (OAB 255615/SP)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Evanete Batista Frota (OAB 4635/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB 11471/PA)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Fabrício Rocha da Silva (OAB 206338/SP)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gesiel de Souza Rodrigues (OAB 141510/SP)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Ferreira Corrêa (OAB 7589/AM)
Juliano Vinício da Silva Negreiros (OAB 14241/AM)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Lígia Cristina Marcelino (OAB 8722/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 1863/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Renan de Souza Salgado (OAB 9691/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Abreu Bianchi (OAB 345150/SP)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sônia Maria Fernandes Pacheco (OAB 4868/AM)
Tereza Carmo de Castro
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: GABRIELA DA SILVA MENDES (OAB 12569/MS) - Processo 0208873-53.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcos Aurelio Trajano de Assis - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Mapfre Seguros Gerais S/A - Vistos, etc. Em atendimento à carta precatória emitida pelo juízo de Campo Grande - MS, designo audiência de oitiva da testemunha indicada às fls.2 para o dia 25.04.2019 às 10h30min, a ser realizada na sede deste juízo, no Fórum Desa. Euza Maria Naice de Vasconcellos. Expeça-se mandado. Autor com gratuidade de justiça. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO - Processo 0603522-10.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBIVEIS LTDA - EXECUTADO: AUROBRAZ MINERAÇÃO S/A - LUIZ GONZAGA PINTO - Cinthia Falcão Righi - BAWANY GROUP LTDA BVI - conforme decisão de fls.511

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0603834-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Robson Duarte Monteiro - Em análise aos autos, verifico que o autor apenas apresentou pagamento de custas de mandado, sem emendar a inicial conforme orientado às fls. 41/42. Dê-se o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para que manifeste-se adequadamente. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695/AM), ADV: TEREZINHA MAIA DA GAMA SILVA (OAB 14036/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA) - Processo 0633552-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Fundação Assefaz Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - REQUERIDA: Elcy Maria Viegas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada (autora) para informar o nome pertencente ao CNPJ 03.584.647/0004-49 constante às fls. 77 do autos, no prazo de 5 dias.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0636617-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Wankes Pinheiro de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Expeça Requisição de Pequeno Valor(RPV), nos termos do art. 30.º da Resolução nº10/2010 do TJAM para pagamento da quantia indica às fls.119. Após, oficie-se a entidade devedora (INSS) a fim de que deposite a importância devida, através de DJO (Depósito Judicial Ouro) junto à Caixa Econômica Federal, Agência 3205, no prazo de 02(dois) meses, nos termos do art.535, §3º, II, do NCPC. Desde já autorizo a expedição de alvará caso haja depósito dos valores. Após, arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0645585-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M.B.L. - REQUERIDO: A.D.E. - Julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais para condenar a requerida ao pagamento de R$5.000,00 (cinco mil reais), devendo incidir juros de 1% ao mês a contar do evento danoso (data do primeiro protesto) e correção monetária a contar desta data (Súmula 362 STJ). Condeno também a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que resolvo fixar em 10% sobre o valor da condenação. Deve ainda a empresa expedir carta de anuência para a baixa dos protestos. P. R. I.

Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gabriela da Silva Mendes (OAB 12569/MS)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Terezinha Maia da Gama Silva (OAB 14036/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2019

ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: ALDINE ANDRADE DE MACEDO (OAB 8204AM), ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM) - Processo 0232138-02.2010.8.04.0001 (001.10.232138-9) - Cumprimento de sentença - IMPETRANTE: Eduardo Bastos Gomes - Diante do teor das petições de fls. 589/590, bem como petição de fls. 591/593 e documentos anexos, determino o seguinte: A) que o Estado do Amazonas se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o teor da petição de fls. 591/593; B) que o Estado do Amazonas informe, também em 15 (quinze) dias, qual o prazo necessário para o cumprimento do d. Acórdão, para avaliação por parte deste Juízo. Após, retornem conclusos. Intime-se.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ PEREIRA DE MOURA NETO (OAB 7397/AM) - Processo 0235357-86.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco Aquillys Pinho da Silva - Diante da ausência de impugnação por parte do Estado do Amazonas, especialmente quanto aos cálculos apresentados pela Contadoria Judicial, determino seja expedido o precatório e, onde couber, a requisição de pagamento de pequeno valor, com as cautelas de estilo. Por fim, diga o Estado do Amazonas sobre a pendência no cumprimento do v. Acórdão quanto à retificação do decreto que transferiu o exequente para a reserva remunerada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0620444-24.2017.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação - REQUERIDA: Raquel de Fátima Veras Fernandes - Diante do teor da petição de fls. 935/936, determino À Contadoria Judicial que cancele a guia de recolhimento gerada em 14.06.2017, e expeça nova guia de recolhimento, no mesmo valor nominal, ou seja, R$ 221.773,17 (correspondente ao valor ofertado na peça inicial) devendo o Estado do Amazonas comprovar o recolhimento do valor no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste despacho. Determino, ainda, a suspensão da ordem de bloqueio via Bacenjud, determinada às fls. 932/933, permanecendo, no mais, íntegra a decisão. Intime-se. Cumpra-se.

Aldine Andrade de Macedo (OAB 8204AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Pereira de Moura Neto (OAB 7397/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GUSTAVO PORTO DINIZ REIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0029/2019

ADV: DANIEL BARBOSA FERNANDES (OAB 21055/GO) - Processo 0206475-36.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Seção Cível - REQUERENTE: E.G. - REQUERIDA: E.A. - Cumpra-se. Após, devolva-se, com as homenagens deste Juízo.

ADV: RAIMUNDO FRÂNIO DE ALMEIDA LIMA (OAB 439/AM) - Processo 0211029-63.2009.8.04.0001 (001.09.211029-1) - Outros Procedimentos - RECLAMANTE: Nilza Feliciano de Araújo - RECLAMADO: Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Educação e Desporto-SEDUC - Nos termos do Item I, c, da Portaria n.º 316 de 1º de Fevereiro de 2019, transcrito a seguir, ficam intimadas as partes interessadas a se manifestar sobre a ordem de baixa dos presentes autos neste sistema, uma vez que se tratam de processos físicos redistribuídos para outras comarcas: RESOLVE I - DISCIPLINAR procedimentos para casos específicos já identificados preliminarmente na análise do acervo físico que impedem a digitalização ordinária, a saber: c) Autos encaminhados em definitivo para outras comarcas ou esferas da Justiça (TRT, TRF, por declínio de competência): lançamento de movimentação de baixa processual, com menção da presente portaria e a situação que motivou o ato;

ADV: ERNANES DE BARROS GOMES FILHO (OAB 000.973/AM) - Processo 0330153-11.2007.8.04.0001 (001.07.330153-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Estado do Amazonas S.A - REQUERIDO: Raimundo Matias de Freitas - Maria Cleonice Barbosa de Moura - Nos termos do Item I, c, da Portaria n.º 316 de 1º de Fevereiro de 2019, transcrito a seguir, ficam intimadas as partes interessadas a se manifestar sobre a ordem de baixa dos presentes autos neste sistema, uma vez que se tratam de processos físicos redistribuídos para outras comarcas: RESOLVE I - DISCIPLINAR procedimentos para casos específicos já identificados preliminarmente na análise do acervo físico que impedem a digitalização ordinária, a saber: c) Autos encaminhados em definitivo para outras comarcas ou esferas da Justiça (TRT, TRF, por declínio de competência): lançamento de movimentação de baixa processual, com menção da presente portaria e a situação que motivou o ato;

ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0616930-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Raimunda da Silva Rego - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Oficie-se a Caixa Econômica para que proceda a transferência conforme requerido à fl. 86.

ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM), ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS (OAB 7199/AM) - Processo 0623367-86.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância - REQUERENTE: Fernandes da Silva Mota Junior - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Estado do Amazonas - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, fica intimado o(s) apelado(s) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, contados em dobro nas hipóteses legais.

ADV: CARLA BRASIL DE ARAÚJO RAMOS (OAB 11719/AM), ADV: WANESSA CAVALCANTE FECURY SOARES (OAB 6367/AM) - Processo 0631053-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rick Rocha de Oliveira - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, fica intimado o(s) apelado(s) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, contados em dobro nas hipóteses legais.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: NATASHA YUKIE HARA DE OLIVEIRA (OAB 7302/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0645594-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz do Espirito Santos Carneiro Vieira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Nos termos do art. 1º, XII, Ato Normativo Interno n.º 01/16, transcrito a seguir, remeto os presentes autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

CARLA BRASIL DE ARAÚJO RAMOS (OAB 11719/AM)
Daniel Barbosa Fernandes (OAB 21055/GO)
Ernanes de Barros Gomes Filho (OAB 000.973/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)
Natasha Yukie Hara de Oliveira (OAB 7302/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Paulo Rogério Kolenda Lemos dos Santos (OAB 7199/AM)
Raimundo Frânio de Almeida Lima (OAB 439/AM)
Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB 6367/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0052/2019

ADV: ROSA MARIA BENTO BRANDÃO BICKER (OAB 101.967/SP) - Processo 0000996-08.2003.8.04.0001 (001.03.000996-1) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Barsa Planeta Internacional Ltda. - Autos nº:0000996-08.2003.8.04.0001 Classe:Execução Fiscal Exequente: Executado: Município de Manaus Barsa Planeta Internacional Ltda. DESPACHO Defere-se o pedido de execução de fls. 204/206. Não obstante, tendo em vista que o cálculo apresentado data de 28/06/2017, remetam-se os autos à Contadoria para a atualização do débito, devendo ser utilizado os exatos índices constantes às fls. 207. Após, intime-se o Município de Manaus para dizer, no prazo de 10 (dez) dias, se concorda com a atualização realizada. Havendo a concordância da municipalidade, cite-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir espontaneamente a obrigação de pagar, conforme previsto no 513 da Lei 13.105/2015 - Código de Processo Civil. Registra-se que a intimação deve ser feita eletronicamente, se a executada estiver cadastrada no Portal de Intimação Eletrônica. Não havendo cadastro, proceda-se com a citação pelo diário eletrônico, nos termos do art. 513, §2°, I e II, do CP. Havendo o pagamento, expeça-se o competente alvará. Decorrido o prazo sem a apresentação do adimplemento da sentença, prossiga-se com a execução, fixando a multa de 10% pelo não cumprimento da sentença no prazo instituído e, também, e de honorários advocatícios de 10%, tendo em vista a dicção que se extrai do art. 523 do CPC, com o devido bloqueio no BACENJUD. Havendo bloqueio, dê-se vista ao executado para impugnação no prazo legal. Caso haja inexistência de saldo positivo em conta bancária para fins de penhora eletrônica BECENJUD, proceda pesquisa no RENAJUD. Havendo bloqueio, dê-se vista ao executado para impugnação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2018. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM) - Processo 0235574-66.2010.8.04.0001 (001.10.235574-7) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: MARCILENE DE SOUZA BRANDÃO - EXECUTADA: Millenium Locadora Ltda e outro - SENTENÇA Autos nº:0235574-66.2010.8.04.0001 ClasseCumprimento de Sentença AssuntoIndenização por Dano

Moral Autora:MARCILENE DE SOUZA BRANDÃO Réu(s):Millenium Locadora Ltda e Município de Manaus Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada por MARCILENE DE SOUZA BRANDÃO em face do Millenium Locadora Ltda e Município de Manaus, objetivando a condenação solidária das requeridas ao pagamento de indenização a título de danos morais e materiais. Às fls. 788-796, consta a proposta de acordo pela parte autora aceitando receber imediatamente o valor bloqueado de R$ 812.854,64 (oitocentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) a ser pago via alvará judicial em favor da exequente e o restante em 6 (seis) parcelas mensais com juros de 1% ao mês e correção monetária no valor de R$ 89.431,72 (oitenta e nove mil quatrocentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos) que totalizam a quantia de R$ 536.590,34 (quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e noventa reais e trinta e quatro centavos) a ser pago através de depósito bancário diretamente na conta bancária da Exequente Sra. Marcilente de Souza Brandão, CPF: n° 782.572.802-59 pela Millenium Locadora Ltda. A parte ré aceitou a proposta de acordo formulada pela parte autora, tendo ambas as partes pugnado pela homologação do acordo em fls. 830-832. É o breve relatório. II.- Fundamenta-se. Nas fls. 830-832 consta pedido de homologação de acordo extrajudicial. Assim, as partes conciliaram, firmando acordo no valor total de R$ 1.349.444,98 (um milhão, trezentos e quarenta e nove reais, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos), valor este que será pago via expedição de alvará judicial e depósito bancário na conta da Exequente nos devidos moldes já acordados por ambas as partes. III.- Decide-se Por conseguinte, HOMOLOGA-SE o acordo entabulado entre as partes (fls.830-832), extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, dando plena e total quitação aos pleitos da inicial. Sem custas, nos termos do art. 90, §3°, do CPC. Ademais, expeça-se Alvará em favor da exequente, relativo ao valor bloqueado via Bacenjud. Por fim, requisita-se ao executado que junte ao autos os comprovante de depósitos mensais, para o cumprimento da obrigação. Comprovado no processo o devido pagamento à parte autora, arquivem-se os autos, com a sua respectiva baixa, independentemente de outro despacho. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 12 de Março de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Rosa Maria Bento Brandão Bicker (OAB 101.967/SP)
Sheila Bartolotti Ravedutti (OAB 3809/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: PAULO ALVES DA SILVA NETO (OAB 12368/AM) - Processo 0609750-25.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Rebeka dos Santos Araújo - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0609750-25.2019.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Assunto: Autor(a): Réu(s): Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação Rebeka dos Santos Araújo Universidade do Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação mandado de segurança com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Rebeka dos Santos Araújo em face do Reitor da Universidade do Estado do Amazonas. Aduz a impetrante que foi aprovada na 4ª colocação do vestibular 2018, da Universidade do Estado do Amazonas, para o curso de Licenciatura em Música. No entanto, foi impedida de efetuar a sua matrícula no curso em virtude de não ter apresentado o Certificado de Conclusão do Ensino Médio. A impetrante alega que, apesar de não ter apresentado o referido documento, comprovou a finalização do Ensino Médio com a apresentação de Histórico Escolar do Ensino Médio. Porém, mesmo assim foi impedida de realizar a matrícula no curso. Por entender que a conduta da autoridade coatora foi ielgal, ajuizou o presente mandamus, onde pugnou pela concessão de antecipação de tutela, afim de que seja ordenado ao impetrado que realize a sua matrícula no curso de Licenciatura em Música. Juntou documentos às fls. 6/20. É o relatório II.- Fundamenta-se, para ulterior decisão. O mandado de segurança é ação de garantia constitucional, que visa proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. No que tange ao pedido concessivo de liminar, este é apreciado pelo magistrado initio litis, em escorreito caminho delimitado pelo preenchimento dos dois requisitos legais concorrentes, quais sejam, a imprescindibilidade de comprovação da relevância dos fundamentos em que se escora o pedido - fumus boni iuris - e a possibilidade de ineficácia final da sentença, circunstância representativa do perigo de advir prejuízo ao direito do Impetrante - periculum in mora. No caso trazido a baila, a impetrante argumenta foi impedida de realizar a sua matrícula no Curso de Licenciatura em Música por não ter apresentado a Certidão de Conclusão do Ensino Médio, mesmo tendo comprovado a conclusão a partir de seu Histórico Escolar. Observa-se que o edital do vestibular determinou, no item 14.3, os documentos necessário para a realização da matrícula, estando entre eles o Certificado de Conclusão de Ensino Médio. Em que pese tal determinação, entende-se que a apresentação do Histórico Escolar que demonstre a aprovação em todas as séries supre a necessidade de entrega do Certificado de Conclusão de Ensino Médio, posto que verdadeiramente demonstrado a finalização da etapa escolar. Isso porque o art. 44, II, da Lei n. 9.394/96, dispõe que a graduação em nível superior será disponibilizada ao candidato que for classificado em processo seletivo e comprovar que tenha concluído o ensino médio ou equivalente. Veja-se: Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento) (...) II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; Portanto, se o candidato demonstra, verdadeiramente, que concluiu o ensino médio, cabe a à autoridade coatora observar o princípio da razoabilidade e conceder ao mesmo o direito à matrícula, estipulando, inclusive, data superveniente para a entrega do certificado, como no caso da impetrante. Assim, tem-se que de fato, no caso narrado, houve, aparentemente, ato ilegal praticado pela autoridade coatora, posto que demonstrada a inobservância de princípios administrativos. Quanto ao periculum in mora, este é patente, uma vez que as aulas já se iniciaram, estando a impetrante impedida de frequentá-las, o que por certo, acarretará o seu atraso para finalizar o curso. Desse modo, demonstrados os requisitos ensejadores da antecipação de tutela, mister se faz o seu deferimento. III.- Decide-se. Diante do exposto, DEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela e determina-se à autoridade coatora, ou quem lhe faça as vezes, que proceda com a matrícula da impetrante no Curso de Licenciatura em Música, no qual foi aprovada por meio de vestibular, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$10.000,00 (dez mil reais), no limite de 10 dias multa. Ainda, advirta-se o impetrado sobre a possibilidade de responder pela descumprimento, por ação penal cabível e de improbidade, com a recomendação agora feita ao Ministério Público de instaurar o procedimento próprio à apuração da sua responsabilidade (inc, VIII, art. 10, da Lei de Improbidade). Ademais, notifique-se o agente apontado como coator acerca do inteiro teor da proemial manejada pela parte impetrante, para que preste as informações no prazo de 10 (dez) dias, conforme o apregoado no artigo 7°, inciso I, da Lei n° 12.016, de 7 de agosto de 2009. Cientifique-se a Universidade do Estado do Amazonas, para que ingresse no feito, se assim o desejar. Desnecessário, neste caso, o encaminhamento dos documentos que a instruem, de conformidade com o que reza o artigo 7°, inciso II, da Lei do Mandado de Segurança. Define-se que, findo o prazo de 10 dias contados da notificação feita à autoridade coatora, haja ou não a prestação de informações, dever-se-á colher do Órgão Ministerial seu opinar. Considera-se necessário registrar, para a regular tramitação do processo que, concluído o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação do Ministério Público, sobrevindo a hipótese de não apresentação do respectivo parecer, ainda assim deverão os autos ser encaminhados, em conclusão, ao juiz para a

correspondente decisão. Intimem-se a impetrante, por seu patrono, mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico e o impetrado da liminar judicial por mandado processado com a urgência devida. Intime-se. Cumpra-se com a devida urgência. Manaus, 11 de março de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0615134-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Loanna César Couto - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0615134-37.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Autora: Réu: Loanna César Couto Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans Vistos etc. Da análise dos autos, verificou-se que o pedido de justiça gratuita formulado na petição incial de fls. 1/8 não foi analisado até o presente momento, gerando equivoco quanto aos termos da realização da perícia designada no despacho de fls. 1081/1082. Ademais, defere-se o pedido da justiça gratuita em beneficio da parte autora nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, bem como, torna-se sem efeito o despacho de fls. 1081/1082. Desta feita, para dar continuidade ao andamento processual, nomeia-se como perito judicial Dra. Rose Mary Diniz Santim CRM/AM 2593. Ao passo que, tendo em vista a parte autora ser hipossuficiente na forma da lei, determina-se à Secretaria do Juízo que promova a sua intimação, para que no prazo de 5 (cinco) dias, diga se aceita o múnus, cujo pagamento se dará nos termos da PORTARIA N.º 1.233/2012 DVEXPED/TJ-AM, in verbis: Art. 6.º O valor dos honorários periciais, de tradutor ou de intérprete, a serem pagos na forma do art. 1.º e seu parágrafo único, será limitado a R$ 1.000,00 (mil reais), independentemente do valor fixado pelo juiz, levando em consideração a complexidade da matéria, os graus de zelo profissional e especialização do profissional, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço. Assevera-se que este deverá apresentar currículo e comprovação de especialização, nos termos do art. 465, § 2º do Código de Processo Civil. Ademais, havendo aceitação do perito nomeado, intimem-se as partes intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir o impedimento ou a suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, se for o caso, nos moldes do art. 465, §1°, do CPC. Findo o prazo acima definido e não havendo manifestação, que seja intimado o perito para que informe a data da realização da perícia, devendo a data marcada ser no mínimo 30 (trinta) posterior a data do aviso nos autos. Institui-se o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão e entrega do laudo pericial, a contar da realização da perícia. Após a entrega do laudo, à Secretaria para solicitar ao Tribunal de Justiça do Amazonas o pagamento da perícia realizada, bem como intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem, no prazo 15 (quinze) dias acerca do laudo pericial, observados os ditames do art. 477, §1°, do CPC. Outrossim, ficam as partes intimadas para dizer ao juízo sobre a necessidade de realização de audiência de instrução e julgamento Havendo pedido de esclarecimentos, intime-se o perito para responder aos questionamentos das partes, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 477, §2°, do CPC. Posteriormente as manifestações, voltem os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de janeiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0626829-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JUNIO CESAR DOS SANTOS CARDOSO - Autos nº:0626829-22.2016.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Autor(a):JUNIO CESAR DOS SANTOS CARDOSO Réu(s):Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do NCPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do NCPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do NCPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 09 de janeiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: GISELE SIMONE LIMA CERF LEVY (OAB 7123/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: LIAH LIMA CERF LEVY (OAB 7183/AM) - Processo 0627150-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: SONIA MARA SILVA QUEIROZ - DESPACHO Autos nº:0627150-91.2015.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Autor(a):SONIA MARA SILVA QUEIROZ Réu:JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas Vistos etc. Defiro os pedidos do parquet a fls. 102/104. Diante disso, à Secretaria para que promova a citação e intimação do Sr.Manoel Duarte Carvalho e da Sra. Diele Bezerra Loureiro nos endereços constantes a fls. 81, a fim de que tome conhecimento do processo e, assim, integre a lide para, querendo, apresentar contestação consoante o disposto do art. 114 do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Publique-se. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Juíza Etelvina Lobo Braga

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0629380-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: DAOU E LIMA RESTAURANTE LTDA - ME - DESPACHO Autos nº:0629380-72.2016.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Autor(a):DAOU E LIMA RESTAURANTE LTDA - ME Réu:Município de Manaus e Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB Intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, quanto a alegação do Município de Manaus, de que e o IMPLURB já realizou a revogação da licitação combatida nos autos, com a anuência das partes. Após, retornem-me os autos conclusos. Manaus, 01 de março de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM), ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM) - Processo 0632590-05.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazônia Indústria e Comércio de Polpas Ltda. e outros - Autos nº:0632590-05.2014.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Autor/a: Réu: Vittorio Ferretti Município de Manaus, Amazônia Indústria e Comércio de Polpas Ltda. e Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB SENTENÇA Vistos etc. I Relata-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada ajuizada por Vittorio Ferretti em face do Município de Manaus, Amazônia Indústria e Comércio de Polpas Ltda. e Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB. A parte autora não se manifestou quanto aos Despachos de fls. 215/216, fl. 219 e fl. 236. Portanto, devido ao grande lapso temporal sem resposta da mesma, o Despacho de fl. 245/246 intimou a parte ré para que requer-se o quê de direito, nos moldes do § 6° do art. 485 do CPC. A parte ré requereu a extinção do processo por abandono da causa pelo autor, conforme petição de fls. 251. É breve o relatório. II Fundamenta-se. Tal como relatado, a parte autora, apesar das oportunidades ofertadas para promover as diligências indicadas nos pronunciamentos judiciais acima referidos, escolheu o caminho do não atendimento, assim fazendo sem apresentar qualquer justificativa. Portanto, vislumbra-se que não há interesse de agir por parte da mesma, circunstância que impõe o abandono da causa. Nessa senda, dita o art. 485 da Lei n.13.105/15: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; [...] § 1° Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. § 2° No caso do § 1o, quanto ao inciso II, as partes pagarão proporcionalmente as custas, e, quanto ao inciso III, o autor será condenado ao pagamento das despesas e dos honorários de advogado. § 3° O juiz conhecerá de ofício da

matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado. § 4° Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. § 5° A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença. § 6° Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu. § 7° Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido do qual a extinção do feito por abandono de causa pelo autor depende do requerimento do réu, que este o fez na fl. , consoante com Súmula 240. Colaciona-se a seguinte jurisprudência do EXTINÇÃO DO PROCESSO. ABANDONO DA CAUSA. Justifica-se a extinção do processo por abandono quando paralisado há mais de trinta dias, apesar da intimação do autor, por meio do seu advogado e pessoalmente - CPC 238, § único - para impulsioná-lo. (TJ-DF - APC: 20130710069063, Relator: FERNANDO HABIBE, Data de Julgamento: 11/02/2015, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/01/2016 . Pág.: 355) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO. ABANDONO DA CAUSA. I - É cabível a extinção do processo sem resolução do mérito, por abandono da causa, quando, embora intimado pessoalmente e por intermédio de seu advogado, o autor não promove as diligências necessárias ao prosseguimento da ação. Negou-se provimento ao recurso. (TJ-DF - APC: 20140111279682, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 25/11/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 07/12/2015 . Pág.: 334) PROCESSUAL CIVIL. ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO DO RÉU E INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA. SÚMULA 240/STJ. 1. O acórdão recorrido encontra-se em sintonia com o entendimento jurisprudencial do STJ, que é no sentido de que a extinção do processo por inércia do autor demanda requerimento do réu, nos termos da Súmula 240/STJ. 2. Agravo Regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 319598 PE 2013/0086422-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 20/08/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/09/2013) Diante disso, considerando que no caso, o impulso do feito cabe exclusivamente à parte autora, e que apesar de intimada após a constatação do lapso temporal, não o fez, cabe de rigor a sua extinção sem resolução de mérito, por abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do novo CPC. III Decide-se. Isto posto, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, diante do abandono da causa, conforme a dicção que se extrai do art.485, inciso III, do CPC. Defere-se o pedido de justiça gratuita, eximindo a autora do pagamento das custas processuais pelo prazo previsto no art. 98, §3°, do Códex Processual Civil. Não interposto o recurso de apelação, intime-se o réu do trânsito em julgado da sentença e, em seguida, arquive-se os autos, em consonância com o § 3º do art. 331, CPC. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0633259-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DA SILVA e outro - Autos nº:0633259-87.2016.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Autor(a):CARLOS ALBERTO RODRIGUES DA SILVA e Defensoria Pública do Estado do Amazonas Réu(s):Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans, Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e João Gomes Gualberto DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do NCPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do NCPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do NCPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 09 de janeiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: AUREO DA SILVEIRA BATISTA JUNIOR (OAB 6725/AM) - Processo 0637863-23.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Daniel Pedreiro da Trindade - DESPACHO Autos nº:0637863-23.2018.8.04.0001 Classe:Produção Antecipada da Prova Autor:Daniel Pedreiro da Trindade Réu:Estado do Amazonas Sustenta a parte autora, que interpôs Agravo de Instrumento contra decisão às fls. 124/128 e obteve a concessão da tutela antecipada outrora requerida, em 21 de setembro de 2018, em sede de 2ª Grau, sob o n°: 0637863-23.2018.8.04.0001, ocorrendo a consequente estabilização da demanda. Destarte, intime-se a parte autora, para que junte aos autos a cópia da decisão do segundo grau, que concedeu a tutela pretendida, bem como comprovar que não houve recurso em face desta, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0644715-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luiz Gonzaga Costa de Castro - Autos nº:0644715-97.2017.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Autor:Luiz Gonzaga Costa de Castro Réu:Município de Manaus e Município de Manaus DESPACHO Vieram-me os autos conclusos em razão da petição às fls. 87/95. Destarte, tendo em vista que é competência deste juízo o processamento e julgamento da presente ação por ser prevento nos termos do art. 337, § 3º do NCPC, afasta-se a alegação de litispendência e determina-se o prosseguimento da presente demanda. Ademais, verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do NCPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do NCPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do NCPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 21 de janeiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0645670-31.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Militar - REQUERENTE: Antonio Francisco S. da Cruz e outro - SENTENÇA Autos nº:0645670-31.2017.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Assunto:Militar Autor(a):Antonio Francisco S. da Cruz e Raimundo Souza Moreira Réu(s):Comandante-Geral da PMAM - David de Souza Brandão e Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 313/314, foram inicialmente distribuídos em data de 23/12/2017, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 22.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação há 09 meses, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação mandamental ajuizada por Antonio Francisco S. da Cruz e Raimundo Souza Moreira em face do Comandante-Geral da PMAM - David de Souza Brandão e Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Alegaram os impetrantes que foram obstados de se inscreverem no processo seletivo interno ao curso de habilitação de oficiais administrativos - CHOA/2017, haja vista a omissão das autoridades coatoras em proceder a promoção

à 1º sargento, conforme determinado no Acórdão do Mandado de Segurança 4002840-34.2017.8.04.0000, em que concedeu a promoção a partir de 31/12/2015. Informaram que o prazo para a inscrição no processo seletivo do curso foi no período de 14 e 15 de dezembro de 2017. Afirmaram ainda, que somente iriam concretizar os 2 (dois) anos exigidos na graduação de 1º sargento para a promoção, em 31/12/2017, quando já iniciado o curso de formação, cujo início foi 29/12/2017. Suscita o princípio da razoabilidade a fim de que fossem inseridos no curso de formação, vez que concluíram os requisitos somente dois dias após o início do curso. Decisão interlocutória deferindo a liminar para inscrição no curso de habilitação de oficiais. (fls. 113/116). O Estado do Amazonas agravou a decisão. Em contestação, o Estado do Amazonas arguiu ausência de direito líquido e certo, uma vez que os impetrantes não reuniram os requisitos legais para inscrição no curso de formação de oficiais, visto que não obtinham os 2 (dois) anos como 1º sargento à época do início do curso. Promoção do Ministério Público às fls. 304/308, pela denegação da segurança por entender ausente o direito líquido e certo à inscrição no curso. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXIX, que o Mandado de Segurança é a ação civil, cujo rito especial confere à qualquer pessoa, a faculdade de provocar o Poder Judiciário quando houver lesão ou ameaça a direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus nem por habeas data, em decorrência de ato eivado de ilegalidade ou abuso de poder. Nessa senda, por direito líquido e certo é aquele comprovado de plano, incontroverso, não necessitando de comprovação posterior, capaz de se comprovar de pronto, através de documentação, ou seja, prova pré constituída acostada na inicial, cuja obviedade possibilita a justificação da atuação do magistrado em sua concessão. O cerne da questão está balizado na análise do direito líquido e certo do impetrante proceder à inscrição no curso de formação de oficiais ao tempo de sua inscrição, mediante a reunião dos requisitos para a inscrição e matrícula no curso. O artigo 25, § 8º, elenca em seus incisos os requisitos para o ingresso no curso de habilitação de oficiais administrativos, in verbis: Possuir o curso de aperfeiçoamento de sargentos; Possuir escolaridade de nível superior em qualquer área, a ser exigido a partir de 2018; Ter no mínimo 02 (dois) anos na graduação, quando se tratar de 1º Sargento PM; Ser considerado apto em inspeção de saúde; Ser considerado apto em testes de aptidão física Estar classificado, no mínimo, no comportamento “BOM” Não estar enquadrado nos seguintes casos: (...) O Edital do processo seletivo interno ao curso de - 2017, previu em seu ítem 5, seguiu a exigência legal de ter, no mínimo, 2 (dois) anos na graduação quando se tratar de 1º Sargento PM. Verifica-se, contudo, que a data da promoção dos impetrantes por força de decisão no Mandado de Segurança 4002840-34.2017.8.04.0000 foi 31/12/2017, e o início do curso de formação de oficiais se deu em 29/12/2017, o que em primeira análise restaria prejudicado o direito líquido e certo. Todavia, o juízo que proferiu a decisão deferindo a liminar nos presentes autos entendeu pelo deferimento da inscrição e matrícula no curso, cuja decisão foi integralmente cumprida, tendo, inclusive, os impetrantes já concluído o referido curso com classificação final de 168 e 246, respectivamente. O pedido no presente writ se reporta à inscrição e matrícula no curso de formação, que findou no primeiro semestre de 2018, razão pela qual, a tutela pretendida já fora integralmente satisfeita. Tal situação se amolda à situação cristalizada pelo decurso de tempo, ou seja, os impetrantes valendo-se de decisão judicial, matricularam-se e concluíram o curso de formação antes da decisão definitiva neste Mandado de Segurança, Por tal razão, cabe ao presente caso a aplicação do instituto do fato consumado, haja vista que o pedido foi exaurido em sua integralidade, e mesmo na hipótese de se denegar a segurança, tal decisão não teria o condão de desfazer a realização do curso já concluída. O Superior Tribunal de Justiça, dentre as hipóteses em que entende cabível a teoria do fato consumado, adota a da cristalização da situação fática. Vejamos: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE). OBRIGATORIEDADE. COLAÇÃO DE GRAU. SITUAÇÃO FÁTICA CONSOLIDADA. APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido deque o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) é obrigatório a todos os estudantes convocados regularmente para a sua realização, não sendo ilegal o condicionamento a colação de grau e,consequentemente, a obtenção do diploma de curso superior, ao comparecimento ao referido exame. 2. Ocorre que, no presente caso, levando-se em conta que já houve a outorga do grau à impetrante, há que ser considerada consolidada a situação de fato. 3. Conforme se extrai dos autos, a liminar concedida em primeira instância possibilitou que a recorrida obtivesse o diploma de conclusão do curso de farmácia em 03.2.2011, ou seja, há quase dois anos, sendo natural que esteja valendo-se de sua formação para exercer sua profissão e prover o seu sustento. 4. Em casos excepcionais, em que a restauração da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenção da situação consolidada pelo decurso do tempo (conclusão do curso e obtenção do diploma), por intermédio do mandado de segurança concedido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem firmado-se no sentido de aplicar a teoria do fato consumado. Precedentes: AgRg no REsp 1291328/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/04/2012, DJe 09/05/2012; AgRg no REsp1049131/MT, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgadoem 04/06/2009, DJe 25/06/2009.5. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1346893 PR 2012/0205738-4, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 06/11/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/11/2012) Desta forma, forçoso reconhecer a satisfação integral da tutela pretendida, esvaziando-se por consequência o resultado prático de possível posicionamento diverso do consignado na liminar. III.- Decide-se Diante do exposto, concede-se a segurança aos impetrantes, confirmando a liminar deferida às fls. (113/116) em todos os seus termos. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Concede-se aos autores os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Sentença sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 14, § 1º, da Lei 12.016/2009. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de fevereiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Aureo da Silveira Batista Junior (OAB 6725/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gisele Simone Lima Cerf Levy (OAB 7123/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Liah Lima Cerf Levy (OAB 7183/AM)
Paulo Alves da Silva Neto (OAB 12368/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0040/2019

ADV: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI (OAB 4044/AM) - Processo 0016827-62.2004.8.04.0001 (001.04.016827-2) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Mário Lopes de Oliveira - Diante do falecimento do Autor, Mário Lopes de Oliveira, fato conhecido de ofício por este juízo, nesta data, SUSPENDO o processo, nos termos do art. 313, I do NCPC. Não tendo sido ajuizada ação de habilitação, determino a intimação do espólio de Mário Lopes de Oliveira, de quem for seu sucessor e dos herdeiros dos autor, pelo Diário de Justiça e edital com prazo de 20 (vinte) dias, para que, querendo, promovam a respectiva habilitação nos autos no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de baixa e arquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: ALCEFREDO PEREIRA DE SOUZA (OAB 3002/AM), ADV: ALCIAN PEREIRA DE SOUZA (OAB 5266/AM), ADV: VITOR BERENGUER BARBOSA JÚNIOR (OAB 8336/AM) - Processo 0228747-10.2008.8.04.0001 (001.08.228747-4) - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Elana Lacerda Peres e outro - LITSPASSIV: Instituto de Ginecologia e Obstetrícia do Estado do Amazonas S/S - Coopego - Compulsando os autos, constato que a perita que fora anteriormente nomeada, Eliana Rodrigues Otapiassis, possui contra ela processo em trâmite nesta vara, autos nº. 0627065-03.2018.8.04.0001, cujo objeto se assemelha com o dos presentes autos - erro na conduta médica -, o que, por consequência, faz com que haja direto conflito de interesses, retirando a imprescindível imparcialidade que deve recair sobre o experto nomeado pelo juízo. À vista disso, revogo a decisão de fl. 797 no que concerne a nomeação da perita Eliana Rodrigues Otapiassis. Ato contínuo, nomeio perito judicial, Eduardo Martins Marques, cujo currículo se encontra cadastrado no Banco de Peritos do Tribunal de Justiça do Amazonas, devendo ser ele intimado do munus público para, no prazo de 5 (cinco) dias, apropósito de honorários e contatos profissionais atualizados, especialmente endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações. Caso a realização da perícia dependa da presença das partes, deverá o Senhor Perito informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, com antecedência suficiente para as intimações necessárias. Fixo em 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Uma vez que as partes já apresentaram quesitos às fls. 801-802 e 808-809, da intimação do perito deverá constar, além de cópia desta decisão, os referidos quesitos. Defiro a petição de fl. 852. No momento do apreciação do mérito da lide, acaso venha-se a se concluir pela procedência da ação, parte dos honorários de sucumbência serão reservados à Defensoria Pública, na proporção de sua atuação no feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0262317-79.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilmar Amaro de Moura - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls.363 expedi alvará de levantamento judicial para o Dr. Ademário do Rosário Azevedo OAB/AM nº 2926. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 12 de março de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva P/ Diretora de Secretaria

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: PAULO RAIMUNDO COSTA BRAGA JÚNIOR (OAB 9606/AM) - Processo 0603056-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ALEX MENEZES DE SOUZA - Defiro a gratuidade da justiça requerida pelo autor. Dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0604341-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Alessandro Augusto de Sousa - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 11 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: NAZIANO PANTOJA FILIZOLA (OAB 294A/AM) - Processo 0607640-63.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liminar - REQUERIDO: Instituto Superior de Administração e Economia do Amazonas -Isae/Am e outro - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelos Autores, Kevin Ramos Damasceno e Marcos Pires Nunes, às fls. 659/663, e intimo os Requeridos, Instituto Superior de Administração e Economia do Amazonas -Isae/Am e Estado do Amazonas, para no prazo legal, apresentarem contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0610775-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jocicley Cardoso dos Santos - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0614124-21.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Dalcilene Otaviano Portela - Em virtude da decisão proferida pelo STF, na Adin 4.357/DF, bem como o alcance da modulação de seus efeitos, deixo de assegurar ao Município de Manaus a possibilidade de compensação de créditos, como prescrevia o art. 100, §9º, da CF/88. Expeçam-se as requisições. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0630937-94.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Silvério da Silva Cruz - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 11 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: WILKEENS DA COSTA LIMA (OAB 9697/AM) - Processo 0635328-29.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Francisca Gizeuda da Silva - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos de fl. 143, e abro vista às partes para ciência e manifestação. Manaus, 12 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM) - Processo 0639162-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jonas da Silva Moreira - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 11 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: AMON SILVA COSTA (OAB 12179/AM) - Processo 0640684-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Maria Lucia dos Santos Garcia - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 11 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM) - Processo 0642753-39.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Mrg - Sociedade de Investimento Ltda. - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos de fl. 172, e abro vista às partes para ciência e manifestação. Manaus, 12 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0659227-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabricio de Oliveira Silva e outro - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 11 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alcefredo Pereira de Souza (OAB 3002/AM)
Alcian Pereira de Souza (OAB 5266/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Amon Silva Costa (OAB 12179/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Naziano Pantoja Filizola (OAB 294A/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Raimundo Costa Braga Júnior (OAB 9606/AM)
Vitor Berenguer Barbosa Júnior (OAB 8336/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilkeens da Costa Lima (OAB 9697/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Zeni Teresinha Schnorr Bortoli (OAB 4044/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0041/2019

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0201907-26.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0627607-60.2014.8.04.0001) (001.09.201907-3) - Procedimento Comum - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Regina Helena Gonzaga Maciel - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls.639 expedi alvará de levantamento judicial para Elizabete Lucas OAB/AM nº 4.118. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 13 de março de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva P/Diretora de Secretaria

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0209284-14.2010.8.04.0001 (001.10.209284-3) - Procedimento Comum - Concessão / Permissão / Autorização - REQUERENTE: M.A. - Diante do exposto, com fundamento no art. 330, §1º, I do CPC, INDEFIRO a petição inicial e, por conseguinte, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I, do mesmo Diploma Legal. CONDENO a Autora no pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados em R$3.000,00 (três mil reais) com fulcro no art. 85, §8º do CPC. Custas pela Requerente, na forma da Lei. Manaus, 12 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0215390-89.2010.8.04.0001 (001.10.215390-7) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Jucelia Pires Batista - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos da Requerente, CONFIRMANDO a tutela de urgência concedida à fl. 133. Condeno os Requeridos no pagamento dos honorários advocatícios, arbitrados em R$4.000,00 (quatro mil reais), com fulcro no art. 85, §8º do CPC). Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 13 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: FRANCISCO JOSÉ GOMOS DOS SANTOS (OAB 273A/AM) - Processo 0250096-69.2008.8.04.0001 (001.08.250096-8) - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Carlos Garcia da Silva - Odelson Barbosa de Freitas e outros - Por todo o exposto, nos termos da fundamentação, acolho o Parecer Ministerial e, em relação ao Requerente Odelson Barbosa de Freitas, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI do CPC. No mérito, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais. CONDENO os Requerentes no pagamento dos honorários de sucumbência, arbitrados em R$3.000,00 (três mil reais) com fulcro no art. 85, §8º do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida à fl. 57. Custas pelos Requerentes, isentos na forma da Lei. P.R.I. Manaus, 12 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0260683-82.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Leide Maria Viana de Souza - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls.572 expedi alvará de levantamento judicial para o Dr. Eneias de Paula Bezerra OAB/AM nº 2.354. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 13 de março de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva P/Diretora de Secretaria

ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: CRISTHIANE BRANDAO FONSECA (OAB 3824/AM), ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM) - Processo 0307543-83.2006.8.04.0001 (001.06.307543-2) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Rossicleide Brandao da Fonseca - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls.696 expedi alvarás de levantamento judicial para Christhiane Brandão Fonseca OAB/AM nº 3.824, Priscilla Oliveira Gomes OAB/AM nº 8623 e Maisa Viviane Pereira Parente OAB/AM nº 5.897. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 13 de março de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva P/Diretora de Secretaria

ADV: BRUNO RODRIGUES VALENTE (OAB 840A/AM) - Processo 0602941-92.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RAIMUNDO GOMES MARTINS - CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com os cálculos de fl. 199, e abro vista às partes para ciência e manifestação. Manaus, 13 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: JÚLIO ALBERTO CORRÊA SALAS (OAB 10165/AM) - Processo 0608864-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERIDA: Lucia Regina Antony - Decisão. Desse modo, nos termos da fundamentação, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos do Autor. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 11 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0610999-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: Alex Monteiro de Souza - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS (OAB 9550/AM) - Processo 0619016-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Waldemar Coelho Maciel Filho - Chamo o processo à ordem para desfazer equívoco cometido quando da prolação dos despachos de fls. 150/154. Ao analisar o pedido de cumprimento de sentença, em especial o demonstrativo de cálculo que o instrui, dada a falta de nitidez dos documentos apresentados pelo credor (fls. 137/138), não foi possível notar que o advogado incluiu sim, ao final de cada relatório, o valor do seu crédito. Assim, temos que, tanto sobre o valor atualizado da indenização por dano moral (R$ 5.651,58), quanto sobre a restituição do valor pago para emissão da certidão de protesto, também atualizado (R$ 54,52), o advogado somou os 10% (dez por cento) relativo aos honorários de sucumbências. Diante do ora relatado, devem os autos retornar à Contadoria a fim de que seja elaborado novo relatório de cálculo contemplando os crédito do autor e do seu patrono, de forma individualizada, observados os valores expressos no pedido de cumprimento de sentença (fls. 137/138) não impugnada pela Município de Manaus.

ADV: WILSON JORGE BRAGA DO VALE (OAB 6360/AM), ADV: TATIANA BENTES DE SOUZA (OAB 3285/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM) - Processo 0634457-67.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ANTÔNIA NADIA KRAMER DA SILVA - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls.284 expedi alvará de levantamento judicial para Jair Brendo Kramer da Rocha, menor, representado por sua genitora Antônia Nadia Kramer da Silva, por intermédio de seus advogados Tatiana Bentes de Souza OAB/AM nº 3285 e Wilson Jorge Braga OAB/AM nº 6360. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 13 de março de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva P/Diretora de Secretaria

ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM), ADV: MARCUS DA COSTA TRIBUZI (OAB 12408/AM), ADV: NEILA MARIA DANTAS AZRAK (OAB 10584/AM), ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM) - Processo 0643480-95.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - AUTORA: Maria Lucia de Souza da Silva - Analisando detidamente os presentes autos, verifico ser imprescindível para o deslinde da ação a produção de prova pericial acerca da conduta médica a que foi submetida a autora no momento de seu parto. À vista disso, nomeio perito judicial o médico Eduardo Martins Marques, cujo currículo se encontra cadastrado no Banco de Peritos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, o qual deverá ser intimado do munus público para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários e contatos profissionais atualizados, especialmente endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações. Apresentada proposta de honorários, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem no prazo legal (art. 465, §3º, NCPC) Caso a realização da perícia dependa da presença das partes, deverá o Senhor Perito informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, com antecedência suficiente para as intimações necessárias. Fixo em 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, NCPC). Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: JEFERSON ANJOS DA SILVA (OAB 9794/AM) - Processo 0645889-44.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Jeferson Anjos da Silva - INTSSADO: Câmara Municipal de Manaus - CMM e outro - Decisão. Desse modo, à vista do todo exposto, por inexistir comprovação de prática de ato ímprobo, REJEITO INTEGRALMENTE a presente Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, conforme dicção do § 8º, do art. 17, da Lei nº. 8.429/1992. Sem custas e honorários, nos termos do art. 18 da Lei n.º 7.347/85. P.R.I. Manaus, 08 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0654102-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Evandro Bernardo de Souza - Decreto a revelia do Requerido, Estado do Amazonas. Deixo, todavia, de imputar-lhe os efeitos do art. 344, do NCPC, em razão de se tratar de direitos e interesses indisponíveis (art. 345, II, do NCPC). Vista ao Ministério Público. Intime-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0658525-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Dilson Venceslau de Souza e Outros - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 13 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0659250-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Manoel Lins Paulino de Souza - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 13 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Bruno Rodrigues Valente (OAB 840A/AM)
Cristhiane Brandao Fonseca (OAB 3824/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Francisco Batista dos Santos (OAB 9550/AM)
Francisco José Gomos dos Santos (OAB 273A/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)
Igor Costa de Souza (OAB 10608/AM)
Jeferson Anjos da Silva (OAB 9794/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Júlio Alberto Corrêa Salas (OAB 10165/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Maisa Viviane Pereira Parente Campos (OAB 5897/AM)
Marcus da Costa Tribuzi (OAB 12408/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Neila Maria Dantas Azrak (OAB 10584/AM)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Tatiana Bentes de Souza (OAB 3285/AM)
Wilson Jorge Braga do Vale (OAB 6360/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0034/2019

ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM) - Processo 0009983-96.2004.8.04.0001 (apensado ao processo 0243871-33.2008.8.04.0001) (001.04.009983-1) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: Nadia Diniz de Carvalho Dantas de Oliveira - MILENE DANTAS DE OLIVEIRA e outro - Providencie a citação pessoais a serem cumpridas por Oficial de Jstiça dos Confinantes Francisco Alves Pessoa e Decio Wenceslau de Andrade. Após expedição dos Mandados, dê-se vistas ao M. Público

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0201301-27.2011.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Maria Cirene da Silva Moreira - Segue consulta Infojud/Siel. 614.265.042-68 Nome Completo:MARIA CIRENE DA SILVA MOREIRA Nome da Mãe:ALICE PARENTE DA SILVA Data de Nascimento:17/03/1939 Título de Eleitor:0005200712275 Endereço:ITUIUTABA 716 REDENCAO CEP:69047-030 Municipio:MANAUS UF:AM

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0609547-05.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: KLICILENE SOUZA DE CASTRO - Segue consulta Siel/Infojud. SANDRO JORGE MACEDO FERNANDES Título010777102259 Data Nasc.03/05/1971 Zona2 EndereçoRUA PROF FELISMINA, 13 - PARQUE 10 DE NOVEMBRO MunicípioMANAUS UFAM Data Domicílio01/08/1989 Nome PaiMANUEL GOMES FERNANDES Nome MãeMARIA DAS DORES MACEDO FERNANDES NaturalidadeMANAUS, AM Cód. Validação40b7ba2186d4785660b26ebb04204286

ADV: MURILO CORRÊA SIQUEIRA (OAB 11169/AM), ADV: LEONARDO BRUNO BARBOSA MONTEIRO (OAB 8570/AM), ADV: FÁBIO PINHEIRO DE ARAÚJO (OAB 9576/AM), ADV: HENRIQUE CORRÊA SIQUEIRA (OAB 8873/AM), ADV: LEONARDO BRUNO BARBOSA MONTEIRO (OAB 8570/AM), ADV: JOSÉ MENEZES PINHEIRO JÚNIOR (OAB 5093/AM) -

Processo 0613532-16.2014.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Antonio Augusto M. Pacheco - Joésia Moreira Julião Pacheco - Recebi Hoje. Analisando os autos, observa-se que a parte requerente ainda não juntou aos autos comprovante de pagamento das custas judiciais, a qual foi deferido o pedido de parcelamento em fls. 145. Desta forma, deverá a parte requerente juntar o comprovante de pagamento das custas judiciais de, ao menos, 4 (quatro) parcelas, haja vista a data de vencimento das Guias de Recolhimento Judicial às fls. 149, 150, 151 e 152 já terem sido alcançadas. Da mesma forma, até o presente momento, não fora apresentada Certidão de Débitos Municipais em nome de Joésia Moreira Julião Pacheco. Ainda, observa-se que os documentos apresentados pela parte requerente para comprovação do tempo de posse apresentam um lapso temporal demasiadamente grande (1996, 1999, 2005 e 2013), sendo indispensável que seja comprovada a posse contínua pelo tempo necessário para a declaração da Usucapião. Por fim, observa-se que o Edital de fls. 41 não seguiu o disposto no Art. 232 do CPC/73, vigente à época, devendo este ser regularizado. Sendo assim, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1 - Junte aos autos Comprovante de Pagamento das primeiras 4 (quatro) Guias de Recolhimento Judicial às fls. 149, 150, 151 e 152. 2 - Junte Certidão de Inexistência de Débitos Municipais em nome de Joésia Moreira Julião Pacheco. 3 - Junte aos autos documentos que comprovem a posse por todo o período alegado, podendo juntar histórico detalhado de pagamento de contas de água / energia pelo tempo alegado, entre outros. Para a Secretaria, proceda com a citação por Edital os requeridos, sucessores, bem como terceiros interessados e ausentes com prazo de 30 (trinta) dias, conforme Art. 259 NCPC, devendo constar o endereço do imóvel em questão no edital. Após transcorrido os prazos, seja certificado pela secretaria quanto ao cumprimento das diligências pela parte requerente, bem como manifestação referente ao Edital. Após, dê-se vistas ao Ministério Público e v. Concluso, independentemente de novo despacho.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM) - Processo 0626759-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Josepha Gomes Abreu - Segue resultado das consultas ao Infojud Siel. NomeMARIO BRITO RISUENHO Título001148462208 Data Nasc.17/10/1948 Zona1 EndereçoSQS 115 BLOCO F,0 APTO 601 MunicípioBRASÍLIA UFDF Data Domicílio05/05/2004 Nome PaiMARIO RISUENHO ARTUR Nome MãeBERENICE BRITO RISUENHO NaturalidadeMANAUS, AM Cód. Validaçãoa3d2584aa6efc8292be6b017b02fa63e

Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Fábio Pinheiro de Araújo (OAB 9576/AM)
Henrique Corrêa Siqueira (OAB 8873/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Menezes Pinheiro Júnior (OAB 5093/AM)
Leonardo Bruno Barbosa Monteiro (OAB 8570/AM)
Murilo Corrêa Siqueira (OAB 11169/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO
JUIZ(A) DE DIREITO MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JORGE GLAUBER LIRA BARROS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2019

ADV: MARCILÉIA LIMA ABREU (OAB 3082/AM), ADV: LUIZ DE SOUZA JUNIOR (OAB 504/AM), ADV: DANIEL ROQUE SENDRA VIEIRA (OAB 11114/AM), ADV: MARIA TEREZA DE ALMEIDA CRUZ (OAB 1488/AM) - Processo 0007125-69.1998.8.04.0012 (012.98.007125-6) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: Sidney Roque Vieira e outro - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Caso não seja possível o cumprimento da referida diligência, exponha-se os motivos bem como comprove documentalmente a impossibilidade do cumprimento. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: WALDIR LINCOLN PEREIRA TAVARES (OAB 3998/AM) - Processo 0035787-37.2002.8.04.0001 (001.02.035787-8) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: Cezinando Pereira da Silva - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA) - Processo 0211897-31.2015.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.P.S.M.P. e outros - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0214575-14.2018.8.04.0001 - Dúvida - Registro de Imóveis - REQUERIDA: Francisca das Dores Moura de Oliveira - Embargos de Declaração opostos por Francisca das Dores Moura de Oliveira, José Marcos dos Santos Oliveira, Mário Jorge Santos Furtado Belém e Neuza Inez Lahan Furtado Belém, a fim de que seja sanada suposta omissão recaída sobre a sentença resolutória de mérito proferida às fls. 171/173, a qual julgou procedente a dúvida suscitada para determinar que o titular do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Capital se abstenha de registrar o instrumento particular de compra e venda atinente ao imóvel sob a matrícula nº 3835. Sustentam os embargantes que " A sentença é omissa quanto a esse aspecto, considerando que o próprio ente público já se manifestou no sentido da possibilidade do desmembramento ter ocorrido diretamente no cartório, tendo fornecido, à época, memorial descritivo e mapa da localização". É o relatório. DECIDO. O art. 1.022, do Código de Processo Civil, preceitua, taxativamente, as hipóteses de cabimento do aludido recurso aclaratório. Transcrevo o teor do referido dispositivo legal: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o. Pois bem, esta Julgadora entende rechaçar a tese recursal de que o pronunciamento judicial objurgado estaria maculado por vício de omissão, porquanto patente se revela o escopo dos embargantes em rediscutir a matéria já decidida, o que se sabe é vedado em sede de embargos de declaração. Inadequada, pois, a via recursal eleita pelos embargantes. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA SUFICIENTEMENTE DECIDIDA. DESCABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. DETERMINADA A CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E A BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM. Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existentes no julgado, sendo certo que não se coadunam com a pretensão de revisão do conteúdo da decisão do recurso especial. Embargos de declaração rejeitados, com determinação de certificação do trânsito em julgado e baixa imediata dos autos à origem. Processo EDcl no AgRg no ARE no RE nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 492645 PR 2014/0066230-0. Órgão Julgador: CE - CORTE ESPECIAL. Relator: Ministra LAURITA VAZ. Data da Publicação: 25/05/2015. Pelo exposto, não havendo que se falar em omissão a ser suprida no decisório recorrido, REJEITO, como rejeitados tenho, os embargos declaratórios manejados nos autos. Intimem-se.

ADV: ROBSON LOPES CARIOCA (OAB 9364/AM) - Processo 0600485-04.2016.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Francisca Lopes Carioca - Vistos etc. Cuidam os autos de restauração de assento de nascimento da requerente acima nominada, em virtude da informação prestada pelos Srs. Oficiais dos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Careiro, Careiro da Várzea, 2º e 7º ofícios de Manaus acerca da inexistência de assento de nascimento em nome da requerente, conforme fls.06/09. Procedimento instruído

com os documentos necessários. Autos com vista ao agente ministerial que promove por diligências. Contudo, ao compulsar os autos, verificou-se às fls. 57 dos autos, a certidão de nascimento solicitada, a'qual demonstra que o assento de nascimento da requerente foi lavrada pelo cartório de registro civil de pessoas naturais de Eirunepé/AM e, não, pelos cartórios de registro civil de pessoas naturais de Careiro, Careiro da Várzea, 2º e 7º ofícios de Manaus, motivo pelo qual a juntada do documento de fls. 57 aos autos implicam na perda de objeto da presente demanda, pois não há nada ser restaurado. Dessa forma, não há que se falar em restauração, sendo necessário extinguir o feito sem resolução de mérito, ante a perda do objeto da demanda e ausência de interesse processual. Diante do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço com suporte no art. 485, VI, do Código de Processo Civil/2015. Transitada esta em julgado, arquive-se. Sem custas.

ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO, ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM) - Processo 0600852-23.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Fábio Nunes Bandeira de Melo - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ANDRÉ FUNES CARNEIRO (OAB 12883/AM) - Processo 0602470-37.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: O.S.S. - Vistos etc... Cuidam os autos de retificação de assento de casamento formulado pela parte requerente com o objetivo de corrigir o nome de casada, pois, teria solicitado ao Pastor que celebrou o seu casamento religioso para que não houvesse modificação em seu nome, porém, posteriormente, teria descoberto que ao contrário do que desejava o sobrenome de seu marido teria sido acrescentado ao seu. Mediante análise dos autos, verifica-se que a Requerente que teve problemas em seu meio profissional em virtude da inclusão do sobrenome de seu marido em seu nome, pois mesmo após casada continuou usando os documentos com o nome de solteira, razão pela qual requer a modificação do assento de casamento para excluir o sobrenome do marido de seu nome de casada. Requerimento instruído com os documentos necessários. O Ministério Público opina pelo deferimento do pedido. É o breve relatório. Decido. Assevero que a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão da parte autora. Cita-se, por oportuno, o artigo 109 da Lei 6.015/73 Lei de Registros Públicos - que sustenta o pedido formulado nos autos, in verbis. "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975).§ 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: RETIFICAÇÃO DE REGISTRO RETORNO AO NOME DE SOLTEIRA POSSIBILIDADE Autora casou-se e adotou o nome do marido SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA Motivo justificado para o retorno ao nome de solteira (identificação em publicações científicas) Inexistência de prejuízo à identificação da Autora na sociedade RECURSO DA AUTORA PROVIDO, para a retificação do nome. (TJSP Apelação Cível no 0317476-66.2009.8.26.0000 Piracicaba 2a Câmara de Direito Privado Rel. Des. Flávio Abramovici DJ 21.06.2013). Diante disso, DEFIRO tal retificação, nos termos e limites do parecer ministerial, para que no assento de casamento lavrado às fls. 229 do livro BAux-70, sob o termo nº 12256, pelo cartório do 6º Ofício de registro civil de pessoas naturais de Manaus/AM passe a constar que a cônjuge, ora requerente, permanece como o de solteira ou seja, como "Odivaneide Santana de Sena", tudo em conformidade com o art. 109 da Lei de Registros Públicos e art. 1.565, §1º, do Código Civil. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na§ 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: RETIFICAÇÃO DE REGISTRO RETORNO AO NOME DE SOLTEIRA POSSIBILIDADE Autora casou-se e adotou o nome do marido SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA Motivo justificado para o retorno ao nome de solteira (identificação em publicações científicas) Inexistência de prejuízo à identificação da Autora na sociedade RECURSO DA AUTORA PROVIDO, para a retificação do nome. (TJSP Apelação Cível no 0317476-66.2009.8.26.0000 Piracicaba 2a Câmara de Direito Privado Rel. Des. Flávio Abramovici DJ 21.06.2013). Diante disso, DEFIRO tal retificação, nos termos e limites do parecer ministerial, para que no assento de casamento lavrado às fls. 229 do livro BAux-70, sob o termo nº 12256, pelo cartório do 6º Ofício de registro civil de pessoas naturais de Manaus/AM passe a constar que a cônjuge, ora requerente, permanece como o de solteira ou seja, como "Odivaneide Santana de Sena", tudo em conformidade com o art. 109 da Lei de Registros Públicos e art. 1.565, §1º, do Código Civil. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, naespécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73.

ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM) - Processo 0602933-42.2019.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: Lays Cristina da Costa Feitosa - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM) - Processo 0604840-52.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Neiva Corrêa Pereira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: MIRIAN FREITAS TÁVORA (OAB 11122/AM) - Processo 0605916-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Propriedade - REQUERENTE: Adervan Batista de Araujo - O autor acionou a máquina judiciária em busca de tutela que lhe garanta a anulação de escritura pública de compra e venda de imóvel e o cancelamento do registro imobiliário. Aduz que, por meio de escritura pública de

compra e venda lavrada junto ao 4º Ofício de Notas da Capital, adquiriu, em 2008, dois lotes de terras do loteamento rural denominado "Vitória Régia. Tal negócio jurídico foi entabulado com Andréia Félix Pereira (primeira requerida). Ressalta que, por escassez de recursos financeiros para o pagamento dos emolumentos cartorários, deixou de realizar o registro imobiliário no ano da compra, e quando intencionou fazê-lo junto ao Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis de Manaus, foi surpreendido com a notícia de que um dos lotes encontrava-se em nome de Artemiria, por força de escritura de compra e venda onde a primeira requerida se fazia representada por Maria do Perpétuo Socorro Pereira Leão (segunda requerida). Relatei o essencial. DECIDO. Saliento, de logo, que a matéria ventilada não se insere no rol daquelas de competência desta Vara de Registros Públicos e Usucapião, conforme dicção do art. 161e, da Lei Complementar nº 17/97, alterada pela Lei Complementar nº 172/2016, in verbis: Art. 161-e. Ao Juiz da Vara de Registros Públicos e Usucapião compete: I - processar e julgar: a) os feitos contenciosos ou administrativos, principais, acessórios e seus incidentes relativos aos registros públicos, inclusive os de loteamento de imóveis, bem de família, casamento nuncupativo e usucapião de bem imóvel; b) as suspeições opostas aos serventuários dos cartórios que lhes estão subordinados; c) os mandados de segurança impetrados contra ato de registradores e tabeliães; II - dirimir ou decidir sobre: a) as dúvidas dos oficiais de registro e tabeliães, quanto aos atos de seu ofício e as suscitadas em execução de sentença proferida em outro juízo, sem ofender a coisa julgada; e, ainda, as dúvidas suscitadas entre acionistas, na forma do artigo 103, parágrafo único da Lei n. 6.404/76; b) as reclamações formuladas e ordenar a prática ou cancelamento de qualquer ato de serventuário sujeito à sua disciplina e inspeção, salvo matéria da competência especifica do outro juízo; c) os incidentes nas habilitações de casamento; d) as consultas formuladas para casos concretos por notários e oficiais do registro público, vedada a formulação de consulta com caráter genérico ou normativo; III - na qualidade de Juiz Corregedor Permanente, inspecionar os serviços a cargo dos tabeliães e oficiais de registros e protestos de títulos, aplicando, quando for o caso, as penas disciplinares previstas no artigo 32, da Lei n. 8.935/94, sem prejuízo da atuação concorrente da Corregedoria Geral de Justiça; IV - processar e decidir dúvidas e consultas em matéria administrativa que versem sobre o valor dos emolumentos e adicionais neles incidentes, ficando os efeitos da decisão sujeitos ao referendo do Corregedor-Geral de Justiça; V - cumprir as cartas precatórias pertinentes à matéria de sua competência. § 1.º Excluem-se da competência definida neste artigo as causas em que houver interesse da Fazenda Pública. § 2.º Quando o registro, averbação e retificação resultarem de execução de sentença, o juiz competente para determinar qualquer desses atos será o do processo de execução. § 3.º A oposição de usucapião como matéria de defesa não deslocará a competência do feito à Vara de Registros Públicos e Usucapião. § 4.º Os recursos das decisões proferidas em matéria administrativa, bem como as decisões relativas à aplicação de penas previstas nos incisos I, II e III do artigo 32, da Lei n. 8.935/94, serão encaminhadas ao Conselho da Magistratura que proferirá decisão final sobre a questão. § 5.º As decisões nos procedimentos administrativos, abertos de ofício ou por meio de representação do Ministério Público ou de terceiros interessados, que resultem na aplicação de perda de delegação somente produzirão efeitos depois de confirmadas pelo Pleno do Tribunal de Justiça, observando-se o seguinte: I - o recurso de ofício e, se houver, o recurso voluntário, serão encaminhados ao Pleno do Tribunal de Justiça e relatados pelo Presidente; II - confirmada a perda da delegação, a medida será executada na Secretaria do Pleno do Tribunal de Justiça que determinará o cumprimento do acórdão pela Presidência do Tribunal de Justiça. § 6.º O Corregedor-Geral de Justiça poderá avocar procedimentos administrativos em tramitação na Vara de Registros Públicos e Usucapião quando o interesse público o exigir, para imprimir maior celeridade ao procedimento ou, ainda, quando na Corregedoria-Geral de Justiça tramitar outro procedimento que apure fatos conexos. Da leitura da peça de ingresso, emerge induvidoso que a pretensão posta à judicial apreciação volta-se à anulação do ato registral em razão de suposto vício que impregna o instrumento de compra e venda de imóvel celebrado entre Maria do Perpétuo Socorro Pereira Leão, procuradora de Andréia Félix Pereira (primeira proprietária do imóvel), e Artemiria, pessoa para quem teria sido vendido o imóvel em questão quando este já havia sido negociado com o autor da demanda, circunstância que certamente afasta desta Vara de Registros Públicos e Usucapião a competência para o julgamento do feito, uma vez que o âmago da quaestio repousa, indisfarçavelmente, em pronunciamento judicial declaratório acerca do indigitado vício, para que, somente então, se possa cogitar de anulação do aludido registro de imóvel. Digno de relevo que, com as alterações realizadas na Lei Complementar nº 17/97, não se estabeleceu uma unidade judicial que se sagrasse competente para o julgamento de ações de natureza imobiliária, competindo, portanto, a este Juízo julgar apenas as questões que se fazem taxativamente elencadas naquele diploma legal, as quais guardam direta relação com o registro público e que se lastreiam nos direitos registral e notarial. A propósito: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL E JUÍZO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SAMAMBAIA. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. CANCELAMENTO DO REGISTRO IMOBILIÁRIO DECORRENTE DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. OCORRÊNCIA DE FRAUDE EM PROCURAÇÃO OUTORGADA. MATÉRIA NÃO AFETA À COMPETÊNCIA DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS. 1. Cuida-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juízo da Vara de Registros Públicos do Distrito Federal em face do Juízo da Segunda Vara Cível de Samambaia, quanto ao processamento e julgamento de ação de anulação de negócio jurídico. 2. O objeto da ação anulatória é o cancelamento do registro imobiliário decorrente da compra e venda de imóvel, em razão da alegação de ocorrência de fraude em procuração outorgada. 3. A apreciação das referidas questões redundará na declaração judicial da validade ou invalidade do negócio jurídico, e não somente ao exame dos atos de registro, o que não corresponde às hipóteses de competência do Juízo de Registros Públicos, nos termos do que prevê o art. 31 da Lei nº 11.697/2008. 4. Conflito negativo de competência julgado procedente para declarar a competência do Juízo da Segunda Vara Cível de Samambaia (suscitado) para processar e julgar o processo objeto do presente conflito, bem como as demandas a este conexas. (TJ-DF 07028681120188070000 DF 0702868-11.2018.8.07.0000, Relator: SILVA LEMOS, Data de Julgamento: 06/06/2018, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 14/06/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) Pelo exposto, DECLINO da competência deste Juízo para determinar a imediata redistribuição do feito a uma das Varas Cíveis e de Acidentes de Trabalho da Capital, com as cautelas habituais. Cientifique-se o M.P. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: GAIO MONTE (OAB 97608/RS) - Processo 0606864-53.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: M.S.R. - Vistos e examinados. Pedido de restauração de assento de nascimento cumulado com retificação de registro de casamento formulado por Miriam Lima Silva. Requerimento instruído com os documentos necessários. Ministério Público opina pelo deferimento. É o relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à parte requerente. De fato, há nos autos elementos probatórios que demonstram a plausibilidade dos pedidos postos à apreciação judicial, os quais encontram amparo legal no art. 109, da Lei de Registros Públicos. Isto posto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora, determinando que o Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais do Careiro que proceda à restauração do assento de nascimento de MIRIAM LIMA SILVA, bem como à retificação do prenome de sua mãe, passando a constar no registro "THEREZINHA". A mesma providência retificatória deverá ser levada a efeito pelo titular do 2º Ofício do Registo Civil de Pessoas Naturais da Capital, relativamente ao assento de casamento da autora. Em consequência, EXTINGO o processo com resolução de mérito, fazendo-o à luz do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Passado em julgado este decisório, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.

ADV: CATARINA PONTES TORRES (OAB 13503/AM) - Processo 0606913-94.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Kleberson da Costa Belem - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0608074-76.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: D.S.B. - D.A.B.S. - Vistos etc... Cuidam os autos de retificação em assento de registro civil de nascimento de Davi de Souza Barroso, menor, neste ato representado por seu genitor. Requerimento instruído com os documentos necessários. O Ministério Público opina pelo deferimento. Com razão o Ministério Público. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão. Com efeito, o artigo 109 da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975). § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: RECURSO DE APELAÇÃO - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS COM GRAFIA DIFERENTES NO NOME DA GENITORA - ERRO MATERIAL - RETIFICAÇÃO DEVIDA - RECURSO PROVIDO. - O artigo 109, caput, da Lei de Registros Publicos, possibilita que se retifique o assentamento no Registro Civil, cabendo à parte interessada colacionar documentos comprobatórios de suas alegações. - Demonstrado a ocorrência de erro material na grafia do nome da genitora dos demandantes em suas certidões de nascimento, resta evidenciado o direito à pretendida retificação. (TJ-MG - AC: 10694150021350001 MG, Relator: Wilson Benevides, Data de Julgamento: 27/09/2016, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/10/2016) APELAÇÃO CÍVEL. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. FÉ PÚBLICA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. ERRO DE GRAFIA NO NOME. RETIFICAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 109 DA LEI 6.015/73. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - Demonstrada de forma cabal a ocorrência de erro na lavratura do registro civil de nascimento, é cabível a sua retificação, com respaldo no artigo 109 da Lei 6.015/73. (TJ-RN - AC: 64878 RN 2010.006487-8, Relator: Des. Amílcar Maia, Data de Julgamento: 16/11/2010, 1ª Câmara Cível) Diante disso, hei por bem DEFERIR tal retificação, nos termos e limites do requerimento em fls. 14 e correspectivo parecer ministerial de fls. 15. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.R.I.

ADV: FRANCISCO WILLIAM BRAGA ROCHA (OAB 8089/CE) - Processo 0608743-95.2019.8.04.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Bloqueio de Matrícula - REQUERENTE: Evair Aparecida Marques - Trata-se de ação anulatória de retificação de área e de desmembramento c/c cancelamento de matrículas com pedido liminar de bloqueio de matrícula proposta por Evair Aparecida Marques em desfavor de Mário Jorge Medeiros de Moraes Neto, Yasmine Raad Salim, Moisés David Bicharra. Alega a Requerente que é legítima proprietária de uma gleba de terras assentada sob a Matrícula nº 5156 às folhas 40 do Livro 3-G do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Capital, Manaus/AM, tendo a adquirido em transação de compra e venda na data de 06/10/1971. Não obstante, alega nunca ter autorizado ou outorgado poderes a quem quer que seja, para agir em seu nome perante o Cartório do 3º Ofício de Manaus, Amazonas, principalmente, no sentido de requerer a Retificação da Área original da matrícula em referência tampouco desmembrar em lotes. Alega a requerente estar sendo vítima de atos ilícitos e criminosos, os quais jamais tiveram a sua participação ou anuência, fato que tomou conhecimento em 04.09.2017, quando imediatamente peticionou ao Juízo do Segundo Grau, nos autos da apelação 0611651- 67.2015.8.04.0001. A requerente requer seja deferido liminarmente o bloqueio das matrículas nº 8044 do Cartório do 6º Ofício do Registro de Imóveis de Manaus, Amazonas, em nome de Mário Jorge Medeiros de Moraes Filho; e nº 10065 do Cartório do 6º Ofício do Registro de Imóveis de Manaus, Amazonas, em nome de Moisés David Bicharra. É o breve relato. Decido. O deferimento da tutela de urgência demanda a existência dos elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300, NCPC:. "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão". No caso em destaque, a autora mostra-se como a legítima proprietária inicial do imóvel que teria sido desconfigurado pela retificação administrativa e desmembramento, razão pela qual a existência da probabilidade do direito está devidamente comprovada, bem como o perigo de dano, tendo em vista o iminente desbloqueio das matrículas. Destarte, preenchidos os requisitos legais, impõe-se a concessão da liminar pretendida. Por fim, não vislumbro perigo de irreversibilidade dos efeitos dessa decisão. Em razão do exposto. DEFIRO o pedido de liminar para o fim de determinar o BLOQUEIO das MATRÍCULAS nº 8044 e 10065 do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Manaus/AM, a fim de inibir eventuais danos. Expeça-se o necessário. Intimem-se as partes, para os fins legais. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10(dez) dias, junte aos autos o verso do documento de fls. 26. Por fim, à secretaria, cumpra as diligências solicitadas pelo Ministério Público às fls. 89/90, mais precisamente quanto aos itens 2, 3, 4 e 5. Cumpra-se.

ADV: GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA (OAB 2482/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM) - Processo 0609751-44.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Francisca Marinalva Leao de Miranda - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: MAITE BATISTA BASTOS (OAB 11057/AM) - Processo 0611588-37.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Retificação de Nome - REQUERENTE: Valentina Freire Feliz Aragao da Silva - Vistos etc... Retificação do assento de nascimento da menor Valentina Freire Félix Aragão da Silva, lavrado no 4º Cartório do Registro Civil de Manaus, sob o termo nº 30.924, às fls. 25 do Livro A-326, para fins de alteração do seu sobrenome, de forma que passe a se chamar Valentina Félix Aragão. Requerimento instruído com os documentos necessários. Ministério Público opina pelo deferimento.

DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à requerente. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, com fulcro no art. 109 da Lei 6.015/73, a fim de que seja retificado o registro público mencionado, na forma constante da inicial. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: CHRISTINA ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 3938/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM) - Processo 0614468-41.2014.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: RAIMUNDO MARTINS LINS - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0615911-56.2016.8.04.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - REQUERENTE: Raylan Barroso de Alencar e outro - Vistos etc... Cuidam os autos de pedido de anulatória de registro público de imóveis divórcio. Procedimento não foi instruído com todos os documentos necessários. Autos com vista ao agente ministerial que promove pela intimação dos requerentes para informar se possuem interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, III, paragrafo 1º do CPC. Levada a a efeito a intimação, os requerente não foram localizados, visto haverem mudado de endereço, sem, contudo, informar este Juízo. Diante do exposto, havendo decorrido mais de dois anos, sem que os requerentes tenha se manifestado para o impulsionar da ação, e em consonância com o parecer ministerial (f. 34), JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço com suporte no paragrafo único do art. 274, do Código de Processo Civil/2015. Transitada esta em julgado, arquive-se, sem prejuízo de retomada do processo, caso a parte manifeste interesse. Sem custas.

ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM), ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM), ADV: CHRISTINA ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 3938/AM), ADV: CLÁUZIO HEITOR DA SILVA JÚNIOR (OAB 6348/AM) - Processo 0616026-48.2014.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: CRIZOMAR DE OLIVEIRA BORGES - CERTIDÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, pautei a audiência de Instrução e Julgamento dos autos em epígrafe para 01/04/2019 às 09:30h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 13 de fevereiro de 2019 Erich Gomes de Melo Estagiário(a)

ADV: RENATA STHEFAN DE LIMA GUIMARAES (OAB 10273/AM) - Processo 0616454-88.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Inez Cristina Araujo de Lima - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0616756-20.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: João Carlos Figueira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: FRANCISCO SOARES CALHEIROS (OAB 12562/AM) - Processo 0616906-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Retificação de Nome - REQUERENTE: Madonna Victória Oliveira Botrel - Vistos etc... Cuidam os autos de pedido de alteração de prenome da requerente em seu assento de registro civil de nascimento, para fins de exclusão do primeiro prenome, alegando, em síntese, que este seria a causa de inúmeras situações constrangedora. Requerimento instruído com os documentos necessários. Às fls. 35/38 consta termo de audiência com a oitiva da Requerente e testemunhas. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. Decido. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão. Com efeito, o artigo 57, caput da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: "Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei". (Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009). Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: RECURSO ESPECIAL - DIREITO CIVIL - REGISTROS PÚBLICOS - RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - PRENOME UTILIZADO PELA REQUERENTE DESDE CRIANÇA NO MEIO SOCIAL EM QUE VIVE DIVERSO DAQUELE CONSTANTE DO REGISTRO DE NASCIMENTO - POSSE PROLONGADA DO NOME - CONHECIMENTO PÚBLICO E NOTÓRIO - SUBSTITUIÇÃO - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO. Hipótese: Trata-se de ação de retificação de registro civil de nascimento, pela qual a autora pretende a alteração de seu prenome (Raimunda), ao argumento de que é conhecida por Danielle desde criança e a divergência entre o nome pelo qual é tratada daquele que consta do seu registro tem lhe causado constrangimentos. 1. O princípio da imutabilidade do nome não é absoluto no sistema jurídico brasileiro. 2. O nome civil, conforme as regras dos artigos 56 e 57 da Lei de Registros Públicos, pode ser alterado: a) no primeiro ano após atingida a maioridade, desde que não prejudique os apelidos de família; ou b) ultrapassado esse prazo, por justo motivo, mediante apreciação judicial e após ouvido o Ministério Público. 3. Caso concreto no qual se identifica justo motivo no pleito da recorrente de alteração do prenome, pois é conhecida no meio social em que vive, desde criança, por nome diverso daquele constante do registro de nascimento, circunstância que tem lhe causado constrangimentos. 4. Recurso especial conhecido e provido. REsp 1217166 / MA RECURSO ESPECIAL 2010/0175173-1. Saliento que nosso ordenamento jurídico autoriza a modificação do nome até um ano após alcançada maioridade, exatamente o que acontece no caso concreto, já que a autora ingressou com demanda em 13/4/2018, ou seja, dois meses após completar dezoito anos. Diante disso, DEFIRO tal alteração do prenome da requerente em seu assento de registro de nascimento (f. 9), para que passe a constar: Vitória Oliveira Botrel, com fulcro nos arts. 56 e art. 109 da Lei de Registros Públicos. Determino seja encaminhada ao Instituto de Identificação Civil do Amazonas e ao Tribunal Regional Eleitoral a presente decisão, para tomarem conhecimento e adotarem as medidas que acharem necessárias. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.I.C.

ADV: MONICA RODRIGUES VANZIN (OAB 12412/AM) - Processo 0619458-36.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: R.S. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR (OAB 12864/AM) - Processo 0621505-80.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Terezinha Figueiredo Tassinary Cascaes - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: JÉSSICA DA COSTA CAXEIXA (OAB 12246/AM) - Processo 0621535-18.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Lindacira Oliveira de Souza - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0622052-23.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Paula Roberta de Souza Xavier - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM) - Processo 0622197-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Inaria Patricia Alves Feitosa - Vistos etc... Cuidam os autos de retificação em assento de registro civil de nascimento de Pamela Patrícia Feitosa Guimarães e Fernanda Feitosa Ferreira, neste ato representadas por sua genitora, para que passe a constar o nome atual de sua genitora, alterado em decorrência do divórcio. Requerimento instruído com os documentos necessários. O Ministério Público opina pelo deferimento. Com razão o Ministério Público. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão. Com efeito, o artigo 109 da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975). § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Importante também destacar o disposto no parágrafo único, do art. 3º, da Lei 8.560/92: "Art. 3° E vedado legitimar e reconhecer filho na ata do casamento. Parágrafo único. É ressalvado o direito de averbar alteração do patronímico materno, em decorrência do casamento, no termo de nascimento do filho". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. RETIFICAÇÃO. SOBRENOME. REGISTRO DE NASCIMENTO DOS FILHOS. DIREITO SUBJETIVO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SIMETRIA. 1. É direito subjetivo da pessoa retificar seu patronímico no registro de nascimento de seus filhos após divórcio. 2. A averbação do patronímico no registro de nascimento do filho em decorrência do casamento atrai, à luz do princípio da simetria, a aplicação da mesma norma à hipótese inversa, qual seja, em decorrência do divórcio, um dos genitores deixa de utilizar o nome de casado (art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 8.560/1992). 3. Em razão do princípio da segurança jurídica e da necessidade de preservação dos atos jurídicos até então praticados, o nome de casada não deve ser suprimido dos assentamentos, procedendo-se, tão somente, a averbação da alteração requerida após o divórcio. 4. Recurso especial provido. (REsp 1279952/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 12/02/2015) Diante disso, hei por bem DEFERIR o pedido, nos termos e limites do requerimento e correspectivo parecer ministerial (f. 19/20), devendo os Oficiais do 4º e 6º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Manaus/AM, proceder com a AVERBAÇÃO para que passe a constar que "a genitora passou a utilizar o nome de solteira, qual seja "Inária Patrícia Alves Feitosa"" nas seguintes certidões de nascimento: 1) Certidão de nascimento de Fernanda Feitosa Ferreira lavrada no 4º Ofício de Registro Civil de Manaus, Amazonas, sob Termo nº 13.079, Folha 79, Livro A-66; 2) Certidão de nascimento de Pamela Patrícia Feitosa Guimarães lavrada no 6º Ofício de Registro Civil de Manaus, Amazonas, sob Termo nº 1.793, Folha 293, Livro 6. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.I.C.

ADV: KÁSSIA CAMILA GUERRA MONTEIRO (OAB 13373/AM) - Processo 0622583-12.2018.8.04.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - REQUERENTE: Raimundo Freire da Silva - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0622768-55.2015.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Cleonice Alves Negrao - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM), ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM) - Processo 0623271-71.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Valdemarina Pereira Souza - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0623927-28.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Data de Nascimento - REQUERENTE: Claudionor Ramires de Vasconcelos - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM) - Processo 0624851-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Erika Tatiane Caranha Ceccon - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM) - Processo 0625078-29.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Retificação de Nome - REQUERENTE: Erica Nunes Jaquiminourt Magalhaes - Vistos etc... Retificação de registros de nascimento proposto pelos requerentes acima nominados, com o objetivo de corrigir seus nomes para Ana Estefany Jaquiminouth Paz e Caio Gabriel Jaquiminouth Paz, bem como o nome da mãe para Erica Nunes Jaquiminouth Magalhães. Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão aos requerentes. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, a fim de que seja retificado o registro de nascimento dos Requerentes, para que passe a constar o nome correto de sua genitora como ERICA NUNES JAQUIMINOUTH MAGALHÃES, bem como seja retificado os nomes dos Requerentes para ANA ESTEFANY JAQUIMINOUTH PAZ e CAIO GABRIEL JAQUIMINOUTH PAZ, na forma constante da inicial e da emenda. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0628082-74.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Tabelionatos, Registros, Cartórios - REQUERENTE: Delio da Silva Cortezao - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM) - Processo 0628140-77.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Marluce Parente Rodrigues - Vistos etc... Retificação registro civil formulada pela requerente, em epígrafe, com emenda à inicial, para fins de suprir os nomes do pai, avós paternos e avô materno, bem como corrigir os nomes da mãe e avó materna em seu assento de nascimento. Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à requerente. Compulsando os autos processuais, verifico que na segunda via da certidão de nascimento da autora não constaram os nomes do pai, avós paternos e avô materno (fls. 23), devendo tais dados serem supridos para que constem Manoel Vargas Rodrigues, Antônio Rodrigues e Maria Assunção, e Antenor Pinto, respectivamente. Ademais, na segunda via do documento da requerente (fl. 23) os nomes da mãe e avó materna estão grafados incorretamente, devendo ser retificados para Raimunda Parente e Cacilda dos Santos, respectivamente, consoante documentos dos pais (fls. 11/12). De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, a fim de que seja retificado o registro público mencionado, nos seguintes termos: 1) os nomes dos pais como Manoel Vargas Rodrigues e Raimunda Parente; 2) os nomes dos avós paternos como Antônio Rodrigues e Maria Assunção; 3) os nomes dos avós maternos como Antenor Pinto e Cacilda dos Santos. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM) - Processo 0628277-59.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Dissolução - REQUERENTE: M.C.S.F. - A.A.P. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: THIAGO DA SILVA ALVES (OAB 13535/AM) - Processo 0629881-55.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Márcia Cecília Cavalcante Pinto - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: LUAN DA SILVA NUNES (OAB 13767/AM) - Processo 0630352-71.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Victoria Nunes Figueiredo - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM) - Processo 0630358-78.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Maria Neuza Froz da Costa - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM) - Processo 0630419-36.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Gláucia Cantuária de Almeida - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: MELISSA SOUZA CREDIE BORBOREMA (OAB 3951/AM) - Processo 0631333-03.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.A.B. - REQUERIDO: O.R.C.M.C.J.J.B.O. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: MELISSA SOUZA CREDIE BORBOREMA (OAB 3951/AM) - Processo 0631836-58.2017.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Vanderlane Castro Leal - CERTIDÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, pautei a audiência de Instrução e Julgamento dos autos em epígrafe para 02/04/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 13 de março de 2019 Tayna Lanay Carvalho Veloso Estagiário(a)

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0632713-61.2018.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: Karen Martins Moreira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: MANOEL GOMES NOGUEIRA (OAB 1196/AM), ADV: MARCONDES GIL NOGUEIRA (OAB 9061/AM) - Processo 0634383-76.2014.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: RAIMUNDA NILZETE GIL NOGUEIRA e outro - CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, pautei a audiência de Instrução e Julgamento dos autos em epígrafe para 03/05/2019 às 10:00h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0634451-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Registro de Nascimento de Filho de Brasileiro Nascido no Exterior - REQUERENTE: Murad Mohd Ahmad - Sophie Mohd Souto Ahmad - Mayara Teles Souto - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0634965-37.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Rosária de Souza Ferreira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM), ADV: TAYANA DA SILVA ASSAYAG (OAB 8671/AM), ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM) - Processo 0635436-24.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Rosevelto Maia Borges - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM) - Processo 0635889-48.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Registro de Óbito após prazo legal - REQUERENTE: Zelinda Marques Xavier - Trata-se de pedido de registro tardio de óbito formulado por Zelinda Marques Xavier, filha de Raimundo Marques da Silva, pessoa que teria falecido no dia 8 de abril de 1978, vítima de afogamento ocorrido no Município de Codajás, Estado do Amazonas. O Ministério Público pugnou pela redistribuição dos autos à Vara Única da Comarca de Codajás, tendo em vista que o falecimento e o sepultamento do de cujus ocorreram naquele município. É, em síntese, o relatório. DECIDO. Pois bem, reza o art. 77, da Lei de Registros Públicos que “nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de

duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte". Assim, considerando a assertiva de que o Sr. Raimundo Marques da Silva, genitor da requerente, faleceu e foi sepultado no Município de Codajás, local onde possuía domicílio, assimila esta Julgadora que é o Juízo de Direito daquela Comarca o competente para a apreciação do pedido de registro tardio de óbito, nos termos do supracitado dispositivo legal. Neste sentido é o entendimento vigente do Superior Tribunal de Justiça: CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 158.371 - AP (2018/0109288-3) RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DE OIAPOQUE - AP SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - PA INTERES. : JOSE LUIS MEIRELES DE SOUZA ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITO FORA DO PRAZO LEGAL. LOCAL DO FALECIMENTO. ART. 77 DA LEI DE REGISTROS PUBLICOS. 1 - Compete ao Juízo do local do falecimento apreciar pedido de registro de óbito, mesmo que fora do prazo legal, nos termos do art. 77 da Lei 6.015/73. 3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo suscitante. DECISÃO Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE OIAPOQUE - AP em face do JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - PA. Ação: Ação de registro de óbito fora do prazo legal proposta por José Luis Meireles de Souza. Decisão do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém - PA: determinou a remessa dos autos ao Juízo da comarca de Oiapoque, porquanto foi o local do óbito de Carlino Meireles da Silva, nos termos do art. 77 da Lei n. 6.015/73. Decisão do Juízo de Direito de 2ª Vara de Oiapoque - AP: suscitou o presente conflito sob o fundamento de que o ajuizamento de demanda para o registro tardio do óbito pode se dar na comarca de domicílio do interessado, nos termos do art. 109, § 5º, da Lei n. 6.015/73. Parecer do MPF: o i. Sub-Procurador Geral da República, Antonio Carlos Alpino Bigonha, opina pela competência do Juízo Suscitado. RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE. A Segunda Seção do STJ possui entendimento firmado no sentido de que compete ao Juízo do local do óbito para o julgamento de ação de assentamentodo falenciamento, mesmo que extemporâneo, nos termos do art. 77 da Lei de Registros Publicos. Confira-se o seguinte precedente: "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAIS COMUNS VINCULADOS A TRIBUNAIS DISTINTOS. JUSTIFICAÇÃO DE ÓBITO. FORO DO LOCAL DO FALECIMENTO. ARTIGO 77 DA LEI Nº 6.015/73. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. Compete ao Juízo do local do falecimento apreciar pedido de justificação de óbito. Inteligência do artigo 77, da Lei de Registros Publicos. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Suscitante." (CC 80.960/PE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/09/2009, DJe 29/09/2009) Vale salientar que não se trata de ação de retificação de registro já efetuado, pelo que não se aplica o art. 109, § 5º, da Lei n. 6.015/73. Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito para determinar a competência do Juízo de Direito de 2ª Vara de Oiapoque - AP, suscitante. Publique-se. Intime-se. Oficie-se. Brasília, 13 de agosto de 2018. MINISTRA NANCY ANDRIGHI Relatora. (STJ - CC: 158371 AP 2018/0109288-3, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Publicação: DJ 15/08/2018). Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, DECLINO da competência deste Juízo para a análise do pedido em foco e ordeno a imediata redistribuição do caderno virtual à Vara Única da Comarca de Codajás/AM. Faça-o com as cautelas de estilo. Cientifique-se o graduado Órgão Ministerial. Intime-se.

ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: ANA LUIZA BORGES COELHO CARDOSO (OAB 13317/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0636465-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Edilson Ritta Honorato - INTSSADO: Jorge Carlos Winder - Jaqueline Chagas Camara - Wilson Ferreira Cardoso e outros - Após acurada análise do caderno processual, entende esta Julgadora chamar o feito à ordem para o fim de proclamar a incompetência absoluta deste Juízo Registral para o julgamento da presente ação, o que faço sob a fundamentação juridica adiante alinhavada, entretanto, não sem antes traçar um breve retrospecto fático do processo desde a gênese da sua distribuição, por dependência, ao Juízo da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Versa a demanda sobre adjudicação compulsória pretendida por Edilson Ritta Honorato, relativamente ao imóvel matriculado sob o número 1.772, ficha 1 v, do Livro nº 2, do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Protestos de Letras da Capital. Em sede de admissibilidade da peça preambular, houve o Juiz, então titular daquela unidade judicial, debruçar-se sobre pedido de tutela antecipada formulado pelo autor, quando então entendeu por bem acolher-lhe o pleito para determinar a adjudicação do imóvel especificado na inicia, ordenando a expedição do respectivo mandado ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Protestos de Letras. A referida serventia extrajudicial emitiu nota de devolução, asseverando que "não é possível desmembrar a área de 3.127,26 m² da matrícula 1.772, tendo em vista que a área desta matrícula foi usucapida por FLÁVIO EMANUEL DO ESPÍRITO SANTO". Na ocasião, pontuou o titular do cartório acerca da possibilidade da área pretendida encontrar-se localizada ao lado da área da indigitada matrícula, hipótese em que seria necessária a abertura de nova matrícula. Diante de tal informação, nova decisão judicial foi proferida nos autos, desta feita para, em deferimento ao pedido produzido às fls. 43, ordenar a abertura de nova matrícula para o imóvel em questão, o que foi cumprido às fls. 66/68. Em dado momento processual, o magistrado, sob o argumento de que não vislumbrava dependência entre o presente feito e processo outro que tramitava perante aquele Juízo, determinou a redistribuição do caderno virtual, por sorteio, a uma das Varas Cíveis e de Acidentes de Trabalho da Capital (fls. 73). Após redistribuição automática, coube ao Juízo da 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho a análise da demanda, tendo este, em decisão interlocutória proferida às 184, ordenado o bloqueio da matrícula do imóvel em questão, acolhendo, assim, pedido formulado pelo réu Wilson Ferreira Cardoso. Contra tal decisão, insurgiu-se a parte autora por meio de agravo de instrumento (fls. 199/206), o qual não foi conhecido pelo Órgão Julgador de Segundo Grau (fls. 281/283). A parte requerida também aviou recurso de agravo de instrumento, fazendo-o, porém, em face da decisão de lavra do Juiz da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, que deferiu ao autor a antecipação da tutela (fls. 122/149). No bojo da peça recursal, suscitou, em preliminar, que o Juízo Cível seria incompetente para apreciação dos autos em razão da matéria, motivo pelo qual requereu fosse determinada a redistribuição à Vara de Registros Públicos e Precatórios. Às fls. 277/279, decisão colegiada que reconheceu a incompetência absoluta da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho e ordenou o encaminhamento do caderno processual a este Juízo. Despacho exarado pela 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho determinando o cumprimento do acórdão em alusão (fls. 264). O Ministério Público, em primeira manifestação nos autos, emitiu parecer no sentido de que fosse declarada por este Juízo a incompetência para análise e julgamento do processo (fls. 267/269), ao que o magistrado que me antecedeu na presidência do feito dele discordou, argumentando que "a questão principal recai especificamente sobre a cadeia dominial e as matrículas". À oportunidade, determinou a realização de perícia técnica, consistente em exame grafotécnico sobre a assinatura oposta nos contratos de promessa de compra e venda e nas notas promissórias coligidos aos autos (fls. 284/285). Nova manifestação ministerial nos autos, desta feita opinando pelo indeferimento da presente ação adjudicatória, por impossibilidade jurídica do pedido. Sustenta, o Parquet, que eventual sentença favorável resultaria inexequível, porquanto não se haja falar em individualização de registro cartorário do imóvel especificado nos contratos de compra e venda (fls. 355/363). É, em síntese, o relatório. DECIDO. Pois bem, sabe-se que a ação de adjudicação compulsória é o remédio processual destinado a promover o registro imobiliário necessário à transmissão da propriedade nas hipóteses em que se tem por recusada, pelo promitente vendedor, ou terceiros, a quem os direitos deste forem cedidos, a outorga da escritura definitiva de compra e venda de imóvel em favor do promitente comprador.

Consiste, pois, em demanda de natureza eminentemente obrigacional fulcrada em contrato, da qual se vale o titular de direito real para, em caso de recusa, requerer ao Estado-Juiz pronunciamento judicial que lhe albergue o pleito adjudicatório. Aludida ação encontra amparo legal no art. 1.418, do Código Civil Brasileiro. Assim, inolvidável que a matéria ventilada não se insere no rol daquelas de competência desta Vara de Registros Públicos e Usucapião, porquanto, não diga respeito a questões que envolvam atos de registros públicos e notoriais em si mesmos, repercutindo nesta esfera registral somente de forma indireta. É o que se extrai do art. 161, da Lei Complementar nº 17/97, alterada pela Lei Complementar nº 172/2016: Art. 161-e. Ao Juiz da Vara de Registros Públicos e Usucapião compete: I - processar e julgar: a) os feitos contenciosos ou administrativos, principais, acessórios e seus incidentes relativos aos registros públicos, inclusive os de loteamento de imóveis, bem de família, casamento nuncupativo e usucapião de bem imóvel; b) as suspeições opostas aos serventuários dos cartórios que lhes estão subordinados; c) os mandados de segurança impetrados contra ato de registradores e tabeliães; II - dirimir ou decidir sobre: a) as dúvidas dos oficiais de registro e tabeliães, quanto aos atos de seu ofício e as suscitadas em execução de sentença proferida em outro juízo, sem ofender a coisa julgada; e, ainda, as dúvidas suscitadas entre acionistas, na forma do artigo 103, parágrafo único da Lei n. 6.404/76; b) as reclamações formuladas e ordenar a prática ou cancelamento de qualquer ato de serventuário sujeito à sua disciplina e inspeção, salvo matéria da competência especifica do outro juízo; c) os incidentes nas habilitações de casamento; d) as consultas formuladas para casos concretos por notários e oficiais do registro público, vedada a formulação de consulta com caráter genérico ou normativo; III - na qualidade de Juiz Corregedor Permanente, inspecionar os serviços a cargo dos tabeliães e oficiais de registros e protestos de títulos, aplicando, quando for o caso, as penas disciplinares previstas no artigo 32, da Lei n. 8.935/94, sem prejuízo da atuação concorrente da Corregedoria Geral de Justiça; IV - processar e decidir dúvidas e consultas em matéria administrativa que versem sobre o valor dos emolumentos e adicionais neles incidentes, ficando os efeitos da decisão sujeitos ao referendo do Corregedor-Geral de Justiça; V - cumprir as cartas precatórias pertinentes à matéria de sua competência. § 1.º Excluem-se da competência definida neste artigo as causas em que houver interesse da Fazenda Pública. § 2.º Quando o registro, averbação e retificação resultarem de execução de sentença, o juiz competente para determinar qualquer desses atos será o do processo de execução. § 3.º A oposição de usucapião como matéria de defesa não deslocará a competência do feito à Vara de Registros Públicos e Usucapião. § 4.º Os recursos das decisões proferidas em matéria administrativa, bem como as decisões relativas à aplicação de penas previstas nos incisos I, II e III do artigo 32, da Lei n. 8.935/94, serão encaminhadas ao Conselho da Magistratura que proferirá decisão final sobre a questão. § 5.º As decisões nos procedimentos administrativos, abertos de ofício ou por meio de representação do Ministério Público ou de terceiros interessados, que resultem na aplicação de perda de delegação somente produzirão efeitos depois de confirmadas pelo Pleno do Tribunal de Justiça, observando-se o seguinte: I - o recurso de ofício e, se houver, o recurso voluntário, serão encaminhados ao Pleno do Tribunal de Justiça e relatados pelo Presidente; II - confirmada a perda da delegação, a medida será executada na Secretaria do Pleno do Tribunal de Justiça que determinará o cumprimento do acórdão pela Presidência do Tribunal de Justiça. § 6.º O Corregedor-Geral de Justiça poderá avocar procedimentos administrativos em tramitação na Vara de Registros Públicos e Usucapião quando o interesse público o exigir, para imprimir maior celeridade ao procedimento ou, ainda, quando na Corregedoria-Geral de Justiça tramitar outro procedimento que apure fatos conexos. Digno de realce que a Corte de Justiça Estadual já se pronunciou acerca da competência para o julgamento de demandas que versam sobre adjudicação compulsória, firmando convencimento de que tal competência é dada às Varas Cíveis e de Acidentes de Trabalho. Fê-lo no bojo do Processo n. 0259831-24.2011.8.04.0001, na forma seguinte: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E VARA CÍVEL - AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - CONEXÃO COM AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE REGISTRO DE IMÓVEIS - INEXISTÊNCIA - DIVERSIDADE DE PEDIDOS E CAUSAS DE PEDIR - RELAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE - VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - COMPETÊNCIA PARA QUESTÕES QUE SE REFIRAM DIRETAMENTE A ATOS DE REGISTRAIS E NOTARIAIS, EM SI MESMOS - ART. 161e, IV, DA LC 19/97 - AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - REFLEXO DIRETO E IMEDIATO NA SEARA CÍVEL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 20.ª VARA CÍVEL - CONFLITO PROCEDENTE. 1. De acordo com o Código de Processo Civil, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, hipótese em que deverão ser reunidas para julgamento conjunto no mesmo órgão julgador, evitando-se, com isso, a prolação de decisões conflitantes. 2. In casu, não há que se falar em conexão entre a ação de adjudicação compulsória e a ação ordinária de anulação de registro de imóvel, porquanto nitidamente distintos tanto o pedido como a causa de pedir, o que é possível aferir pela simples leitura das peças processuais. 3. Em verdade, sobressai-se uma relação de prejudicialidade - e não de conexão -, na medida em que o julgamento da ação de nulidade de registro terá reflexo direto na ação de adjudicação compulsória, podendo conduzir inclusive à sua extinção sem julgamento do mérito. 4. Deste modo, antes que se possa discutir questões negociais acerca do imóvel em litígio - como vem sendo feito na ação adjudicatória -, deve-se resolver a questão atinente à legalidade do respectivo registro, que já se encontra sub judice, sendo o caso de aplicação do disposto no artigo 313, inciso V, do Código de Processo Civil de 2015. 5. Ademais, compete ao Juízo Registral processar e julgar apenas as questões que se refiram diretamente a atos de registros públicos e notariais, em si mesmos, conforme estabelece a Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas, sendo certo que a matéria veiculada na ação adjudicatória repercute de maneira direta e imediata na seara do direito civil, especificamente na contratual, ressoando apenas de modo indireto e mediato na órbita do direito registral, diversamente do que ocorre na ação anulatória de registro. 6. Conflito de competência procedente. Competência do Juízo Suscitado - 20.ª Vara Cível de Manaus/AM. CÂMARAS REUNIDAS CONFLITO DE COMPETÊNCIA PROCESSO N.º: 0259831-24.2011.8.04.0001 SUSCITANTE: Juízo de Direito da Vara de Registros Públicos e Precatórias de Manaus SUSCITADO: Juízo de Direito da 20.ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus RELATOR: Desembargador João Mauro Bessa. E ainda que se admitisse a tese sustentada pelo juiz prolator do despacho de fls. 284/285, no sentido de que a questão não se limita ao pedido de adjudicação compulsória, é de se destacar que o próprio magistrado, em acolhimento ao pedido produzido na peça de resistência ofertada pelo réu, ordenou a realização de perícia grafotécnica sobre as assinaturas constantes nos contratos de compra e venda e nas notas promissórias que instruem o processo, porquanto se afigura prova necessária ao deslinde da quaestio. Ora, tendo em vista a possibilidade da ocorrência de fraude que torne maculado o apontado contrato de compra e venda do imóvel, por óbvio a dilação probatória há de se desenvolver perante o Juízo Cível, a este incumbindo a prolação de decisório que culminará na declaração de validade ou não do referido negócio jurídico. Indisfarçável, assim, o reflexo indireto da matéria na seara registral. Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL E JUÍZO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SAMAMBAIA. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. CANCELAMENTO DO REGISTRO IMOBILIÁRIO DECORRENTE DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. OCORRÊNCIA DE FRAUDE EM PROCURAÇÃO OUTORGADA. MATÉRIA NÃO AFETA À COMPETÊNCIA DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS. 1. Cuida-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juízo da Vara de Registros Públicos do Distrito Federal em face do Juízo da Segunda Vara Cível de Samambaia, quanto ao processamento e julgamento de ação de anulação de negócio jurídico. 2. O objeto da ação anulatória é o cancelamento do registro imobiliário decorrente da compra e venda de imóvel, em razão da alegação de ocorrência de fraude em procuração outorgada. 3. A apreciação das referidas questões redundará na declaração judicial da validade ou invalidade do negócio jurídico, e não somente ao exame dos atos

de registro, o que não corresponde às hipóteses de competência do Juízo de Registros Públicos, nos termos do que prevê o art. 31 da Lei nº 11.697/2008. 4. Conflito negativo de competência julgado procedente para declarar a competência do Juízo da Segunda Vara Cível de Samambaia (suscitado) para processar e julgar o processo objeto do presente conflito, bem como as demandas a este conexas. (TJ-DF 07028681120188070000 DF 0702868-11.2018.8.07.0000, Relator: SILVA LEMOS, Data de Julgamento: 06/06/2018, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 14/06/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) Considerado, pois, o caráter sui generis deste processo, que se sabe restou redistribuído a este Juízo não em razão de pronunciamento declinatório de competência pelo Juízo Cível (não se aplicando, portanto, a regra do art. 66, inciso II, do Código de Processo Civil), mas em cumprimento a comando emanado por Órgão Julgador de Segundo Grau em autos de agravo de instrumento, deixo de suscitar o conflito negativo de competência para, em consonância com o parecer ministerial de fls. 267/269, DECLINAR desta Vara de Registros Públicos e Usucapião a competência para análise e julgamento da presente demanda adjudicatória. Em consequência, determino a devolução do presente caderno processual ao Juízo de Direito da 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital, com as cautelas de estilo. Cientifique-se o representante ministerial. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM) - Processo 0638083-21.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Elizângela Ribeiro Machado - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM) - Processo 0639399-69.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Yasmim das Chagas de Sousa - Ysabeli Chagas de Sousa - Vistos etc... Cuidam os autos de retificação em assento de registro civil de nascimento de Yasmim das Chagas de Sousa e Ysabeli Chagas de Sousa, menores, neste ato representadas por seus genitores. Requerimento instruído com os documentos necessários. O Ministério Público opina pelo deferimento. Com razão o Ministério Público. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão. Com efeito, o artigo 109 da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975). § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: RECURSO DE APELAÇÃO - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS COM GRAFIA DIFERENTES NO NOME DA GENITORA - ERRO MATERIAL - RETIFICAÇÃO DEVIDA - RECURSO PROVIDO. - O artigo 109, caput, da Lei de Registros Publicos, possibilita que se retifique o assentamento no Registro Civil, cabendo à parte interessada colacionar documentos comprobatórios de suas alegações. - Demonstrado a ocorrência de erro material na grafia do nome da genitora dos demandantes em suas certidões de nascimento, resta evidenciado o direito à pretendida retificação. (TJ-MG - AC: 10694150021350001 MG, Relator: Wilson Benevides, Data de Julgamento: 27/09/2016, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/10/2016) APELAÇÃO CÍVEL. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. FÉ PÚBLICA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. ERRO DE GRAFIA NO NOME. RETIFICAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 109 DA LEI 6.015/73. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - Demonstrada de forma cabal a ocorrência de erro na lavratura do registro civil de nascimento, é cabível a sua retificação, com respaldo no artigo 109 da Lei 6.015/73. (TJ-RN - AC: 64878 RN 2010.006487-8, Relator: Des. Amílcar Maia, Data de Julgamento: 16/11/2010, 1ª Câmara Cível) Diante disso, hei por bem DEFERIR tal retificação, nos termos e limites do requerimento e correspectivo parecer ministerial. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.R.I.

ADV: EDMAR PEREIRA DE FREITAS (OAB 11750/AM) - Processo 0640419-95.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Mameena Pereira Maia - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0640630-34.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Maycon Silva dos Santos - Wermeson Silva Santos - Vistos etc. Tratam os autos de ação de retificação de registro civil de nascimento dos Requerentes, objetivando excluir o nome da mãe e incluir o nome da madrasta, bem como substituir o sobrenome materno pelo da madrasta. Alternativamente, buscam apenas inclusão do o nome da madrasta e passar a adotar o seu sobrenome ao final dos nomes. Requerimento instruído com os documentos de fls. 05-13. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial pinou pelo declínio de competência à uma das Varas de Família da Capital. É o breve relatório. DECIDO. Na análise perfunctória dos autos, vislumbro não ser de competência desta Vara analisar e julgar o que se pede. Ressalto, que a competência para analisar pedidos dessa natureza é exclusiva dos Juízos das Varas de Família da Capital. É o que se infere da dicção do artigo 154, I, "a", da Lei Complementar nº 17/1997, com as alterações da Lei Complementar nº 55/2007. Insta ressaltar ainda, que, no âmbito da Lei Complementar nº. 17/97 com suas demais alterações, observa-se que a criação da Vara de Registros Públicos não alterou a competência das Varas de Família, que sempre julgaram ações desta natureza, qual seja, a de reconhecimento de filiação socioafetiva. Diante do exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor de uma das Varas de Família da Capital, para julgamento da lide em questão, observando-se que os autos deverão ser remetidos via Setor de Distribuição. Cumpra-se. P.I.C.

ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM) - Processo 0640717-58.2016.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: José Rodrigues de Souza - CERTIDÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, pautei a audiência de Instrução e Julgamento dos autos em epígrafe para 11/04/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 01 de março de 2019 Erich Gomes de Melo Estagiário(a)

ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM) - Processo 0641205-76.2017.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Terezinha Morais dos Santos - Vistos etc... Cuidam

os autos de pedido de retificação de assento de nascimento formulado pela parte requerente com o objetivo de retificar o próprio sobrenome e o de sua mãe, pois constou no livro como "Morais", quando o correto seria "Moraes". Procedimento não foi instruído com todos os documentos necessários. A Requerente manifestou-se pela desistência da ação. Instada a manifestar-se, a nobre promotora de justiça opinou favoravelmente ao pedido, nos termos formulados. Diante do exposto e em consonância com o parecer ministerial (fls. 24), JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço com suporte no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil/2015. Transitada esta em julgado, arquive-se, sem prejuízo de retomada do processo, caso a parte manifeste interesse. Sem custas.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0641681-80.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Sandra Carlos de Souza - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0641859-29.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Marly Rosangela Lins Gonçalves - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0642403-17.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Jennefer dos Santos Fernandes - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0643546-41.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Meire Ester Magalhães da Silva - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: LÍGIEN LILIAM MENEZES LEAL CRUZ (OAB 13375/AM) - Processo 0644524-18.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Maria Angélica Soares de Oliveira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0645613-76.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: G.T.J.D.L. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM) - Processo 0648489-04.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Silvania Ferreira Leite - Vistos etc... Cuidam os autos de restauração de registro civil proposta pela requerente, em epígrafe, com objeto de restaurar o registro de nascimento lavrado sob o termo 006, fls. 005, livro A-28, do Cartório da Comarca de Almeirim-PA. Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. Decido. Compulsando os autos, verifico constar a informação de que o livro onde deveria constar o assento de nascimento da Requerente foi destruído por um incêndio ocorrido em 1985, conforme atesta a certidão negativa de fls. 9. A certidão de nascimento a ser restaurada encontra-se em péssimas condições de leitura, entretanto, a autora trouxe aos autos a certidão de nascimento da mãe e a certidão de óbito do pai (fls. 10/11), de forma que possa constar no documento restaurado os nomes corretos de todos os ascendentes. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão. Com efeito, o artigo 109 da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975). § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. ASSENTO DE NASCIMENTO NÃO ENCONTRADO PELO CARTÓRIO. PRIMEIRA VIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO E DOCUMENTO QUE ATESTA A EXISTÊNCIA DE REGISTRO ANTERIOR. POSSIBILIDADE. MÉRITO CONFORME ART. 515, § 3º DO CPC. 1. Com a introdução do parágrafo terceiro ao art. 515, do CPC, concedeu-se aos tribunais, na hipótese de interposição de recurso de apelação visando a reforma de sentença terminativa, a análise do mérito da causa, desde que se trate de questão exclusivamente de direito e o processo esteja em condições de imediato julgamento. 2. Tendo em vista que na exordial o autor colaciona o seu documento e a cópia da 1ª via da certidão de nascimento, pressupõe-se o preenchimento de todos os documentos essenciais à realização do ato, dentre eles, o registro de nascimento que demonstra a veracidade dos fatos narrados. 3. Sentença reformada para determinar a restauração do registro civil de AIRES TADEU FERREIRA DE OLIVEIRA, lavrado sob Nº 20015, folhas 168, do Livro A-16, expedido no Cartório de Ilha das Onças, sob responsabilidade do Cartório do 1º Ofício Extrajudicial da Comarca de Barcarena. APELO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJ-PA - APL: 00014839220148140201 BELÉM, Relator: MARNEIDE TRINDADE PEREIRA MERABET, Data de Julgamento: 23/11/2015, 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA, Data de Publicação: 09/12/2015) Diante disso, DEFIRO tal restauração nos termos do art. 109 da Lei de Registros Públicos, consoante os limites do requerimento ministerial, em conformidade com os elementos fornecidos na inicial e documentos às fls. 10/11. Após a devida restauração, o Cartório responsável, deverá enviar a certidão atualizada (física e digitalmente) do respectivo assento a este Juízo. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.R.I.

ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM) - Processo 0648495-11.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Jardeane 'pena da Conceição - Vistos etc... Cuidam os autos de restauração de registro civil proposta pela requerente acima nominada, com o fito de restaurar o registro de nascimento lavrado sob o termo 4.327, fls. 166, livro A-10, do

Cartório da Comarca de Vila Santa RosaPA, conforme cópia de certidão de nascimento à fl. 11 dos autos. Requerimento instruído com os documentos necessários (fls. 04-20). Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. Decido. Verifico constar a certidão negativa explicativa expedida pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Vigia-PA, no qual informa a ausência do livro A-10 do acervo da Comarca de Santa Rosa-PA, onde deveria constar o assento de nascimento da autora. A Requerente juntou aos autos a certidão de casamento dos pais, confirmando os nomes de seus ascendentes, bem como as certidões negativas de fls. 13-19, comprovando que o deferimento da demanda não causará prejuízos a terceiros. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão. Com efeito, o artigo 109 da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975). § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original". Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. ASSENTO DE NASCIMENTO NÃO ENCONTRADO PELO CARTÓRIO. PRIMEIRA VIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO E DOCUMENTO QUE ATESTA A EXISTÊNCIA DE REGISTRO ANTERIOR. POSSIBILIDADE. MÉRITO CONFORME ART. 515, § 3º DO CPC. 1. Com a introdução do parágrafo terceiro ao art. 515, do CPC, concedeu-se aos tribunais, na hipótese de interposição de recurso de apelação visando a reforma de sentença terminativa, a análise do mérito da causa, desde que se trate de questão exclusivamente de direito e o processo esteja em condições de imediato julgamento. 2. Tendo em vista que na exordial o autor colaciona o seu documento e a cópia da 1ª via da certidão de nascimento, pressupõe-se o preenchimento de todos os documentos essenciais à realização do ato, dentre eles, o registro de nascimento que demonstra a veracidade dos fatos narrados. 3. Sentença reformada para determinar a restauração do registro civil de AIRES TADEU FERREIRA DE OLIVEIRA, lavrado sob Nº 20015, folhas 168, do Livro A-16, expedido no Cartório de Ilha das Onças, sob responsabilidade do Cartório do 1º Ofício Extrajudicial da Comarca de Barcarena. APELO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJ-PA - APL: 00014839220148140201 BELÉM, Relator: MARNEIDE TRINDADE PEREIRA MERABET, Data de Julgamento: 23/11/2015, 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA, Data de Publicação: 09/12/2015) Diante disso, DEFIRO tal restauração, nos termos do art. 109 da Lei de Registros Públicos, consoante limites do requerimento ministerial, em conformidade com as informações de fls. 11. Após a devida restauração, o Cartório responsável, deverá enviar a certidão atualizada (física e digitalmente) do respectivo assento a este Juízo. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.R.I.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0651626-91.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Rozenilda da Silva Oliveira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: JULIANA DO NASCIMENTO MARINHO (OAB 13871/AM) - Processo 0652265-12.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Vitor da Costa Silva - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0655151-81.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Alcione Siqueira Junior - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM) - Processo 0655563-12.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Paulo Mesquita do Nascimento - Vistos etc... Retificação de assento de nascimento formulado pela parte requerente com o objetivo de corrigir o nome de seus pais e avô paterno, pois constou no livro como "Bento Lima do Nascimento, Alda Mesquita de Seixas e Waldemar Antonio do Nascimento" , quando o correto seria "Bento Paixão do Nascimento, Alda Mesquita do Nascimento e Valdemar Antonio do Nascimento". Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à (ao) requerente. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, para que no assento de nascimento lavrado às fls. 021 do livro A-003, sob o termo nº 1016 pelo cartório de registro civil de pessoas naturais de Iranduba/AM passe a constar o nome dos pais e do avô paterno do requerente como "Bento Paixão do Nascimento, Alda Mesquita do Nascimento e Valdemar Antonio do Nascimento", na forma constante da inicial. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0656062-93.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Mara Soares Bizerra - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM) - Processo 0656642-26.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Arnol dos Anjos Froes - Diante disso, tem-se por deferida a anulação do assento de nascimento lavrado em nome de Arnou dos Anjos Fróes, perante o 1º Ofício do Registro Civil da Comarca de Itacoatiara, acostado às fls. 12/13 dos autos, nos termos e limites do requerimento e parecer ministerial, permanecendo o documento de fls. 11 válido, sem alterações ou modificações. Dispensado o trânsito em julgado considerando que não há interesse recursal. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Por fim, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. P.R.I

ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM) - Processo 0657158-46.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Raimundo Maia Pereira - Atenda-se a promoção ministerial retro, no prazo de 10 (dez) dias. Após o fiel cumprimento, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: CÉSAR AUGUSTO MACEDO MONTEIRO (OAB 11121/AM), ADV: ELLEN ESTEFANY DE SOUZA BATISTA (OAB 11136/AM) - Processo 0657642-61.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Retificação de Nome - REQUERENTE: Maria Estela do Carmo Silva - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0657675-51.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Josias Luiz da Cruz - Vistos etc... Retificação de assento de casamento formulado pela parte requerente com o objetivo de corrigir a naturalidade do noivo, pois constou no livro como "Manaus/AM", quando o correto seria "Itapipoca/CE". Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à (ao) requerente. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, para que no assento de casamento lavrado às fls. 188 do livro B-19, sob o termo nº 7085 pelo cartório do 4º ofício de registro civil de pessoas naturais de Manaus/AM passe a constar a naturalidade do noivo como "Itapipoca/CE", na forma constante da inicial. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: ALEXANDRE CHICRE ALCANTARA (OAB 14063/AM) - Processo 0658210-77.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Tânia de Miranda Chicre Alcântara - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: MELISSA SOUZA CREDIE BORBOREMA (OAB 3951/AM) - Processo 0659172-03.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.P.S. - REQUERIDO: R.C.P.N.M. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: CHARDSON DE SOUZA MORAES (OAB 1227A/AM), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0659803-44.2018.8.04.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - REQUERENTE: E.E.C. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM) - Processo 0660008-73.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Adelaide Mata da Silva - Alcimar Matta da Silva - Heyrika da Silva Donato Lopes - Yêda Matta da Silva Brandi - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0661015-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Selma Thury Vieira Sá Hauache - Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais proposta por Selma Thury Vieira Sá Hauache contra Arquidiocese de Manaus. O feito tramitou originalmente diante do Juízo de Direito da 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, tendo sido redistribuído a esta vara especializada por força da decisão interlocutória proferida às fls. 1.076/1.077, quando então a autoridade judiciária com assento naquela unidade judicial entendeu por bem declinar de sua competência para o julgamento do feito, ao argumento de que esta Vara de Registros Públicos e Usucapião é "competente para processar e julgar o pedido indenizatório com base nos limites já determinados por outros juízos". Referiu-se, a Julgadora, às demandas que tramitaram junto à Vara da Fazenda Pública Estadual e à 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho (Processos nº 0008448-12.1998.8.04.0012 e 0616731-46.2014.8.04.0001, respectivamente), demandas estas que já se fazem sentenciadas. É, em síntese, o relato. Decido. Em que pese a decisão declinatória de competência de lavra da magistrada titular da 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, dela discorda esta Julgadora, haja vista que a tutela jurisdicional perseguida - indenização por dano moral e material - nenhum reflexo tem nesta esfera registral. Digno de realce que, no âmbito da Lei Complementar nº. 17/97 com suas demais alterações, observa-se que a criação da Vara de Registros Públicos e Usucapião não alterou a competência das Varas Cíveis, que se sabe sempre julgaram ações de natureza indenizatória. Assim, sem mais a ponderar, suscito o CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, pelo que determino sejam os autos encaminhados ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para a solução da presente controvérsia. Faço-o com fundamento no art. 66, inciso II do Código de Processo Civil. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA NASCIMENTO VELOSO (OAB 9735/AM), ADV: CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR (OAB 9725/AM) - Processo 0661017-70.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Tayana Michelle da Silva Araujo - Mario Pereira de Oliveira Junior - Mariana Araújo Pereira - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0661882-93.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Mariluce Bezerra Soares Okubanjo - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alexandre Chicre Alcantara (OAB 14063/AM)
Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB 6002/AM)
Ana Luiza Borges Coelho Cardoso (OAB 13317/AM)
André Funes Carneiro (OAB 12883/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Cassius Clei Farias de Aguiar (OAB 9725/AM)
Catarina Pontes Torres (OAB 13503/AM)
Celso Jose Dias (OAB 11774/AM)
César Augusto Macedo Monteiro (OAB 11121/AM)
Chardson de Souza Moraes (OAB 1227A/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Christina Almeida de Araújo (OAB 3938/AM)
Cláuzio Heitor da Silva Júnior (OAB 6348/AM)
DANIEL ROQUE SENDRA VIEIRA (OAB 11114/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Edmar Pereira de Freitas (OAB 11750/AM)
Ellen Estefany de Souza Batista (OAB 11136/AM)
Ernesto Alves de Sousa Júnior (OAB 12864/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Soares Calheiros (OAB 12562/AM)

Francisco William Braga Rocha (OAB 8089/CE)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Gaio Monte (OAB 97608/RS)
Gefson Hefer Antiquera Oliveira (OAB 2482/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Jander Roosevelt Romano Tavares junior (OAB 9483/AM)
Jaqueline Veiga Paixão (OAB 5163/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jéssica da Costa Caxeixa (OAB 12246/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
Juliana do Nascimento Marinho (OAB 13871/AM)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Kássia Camila Guerra Monteiro (OAB 13373/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Lígien Liliam Menezes Leal Cruz (OAB 13375/AM)
Luan da Silva Nunes (OAB 13767/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)
Luiz de Souza Junior (OAB 504/AM)
Maite Batista Bastos (OAB 11057/AM)
Manoel Gomes Nogueira (OAB 1196/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
MARCILÉIA LIMA ABREU (OAB 3082/AM)
Marcondes Gil Nogueira (OAB 9061/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Maria Tereza de Almeida Cruz (OAB 1488/AM)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)
Melissa Souza Credie Borborema (OAB 3951/AM)
MIRIAN FREITAS TÁVORA (OAB 11122/AM)
Monica Rodrigues Vanzin (OAB 12412/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
PATRÍCIA NASCIMENTO VELOSO (OAB 9735/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renata Sthefan de Lima Guimaraes (OAB 10273/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Robson Lopes Carioca (OAB 9364/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Sônia D'Arc Oliveira Barros de Carvalho (OAB 4071/AM)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Tayana da Silva Assayag (OAB 8671/AM)
Thiago da Silva Alves (OAB 13535/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Waldir Lincoln Pereira Tavares (OAB 3998/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CHRISTIANE MALVEIRA GUIMARÃES RASZL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0083/2019

ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: PAULO ALVES DA SILVA NETO (OAB 12368/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM) - Processo 0246808-35.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Clauber Ferreira Magalhães e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Sidney José Vieira de Souza, OAB 5798/AM, Dr. Waldemir Moraes Torres, OAB 11126/AM, Dra. Danielle da Costa Pinheiro, OAB 7710/AM, Dr. Paulo Alves da Silva Neto, OAB 12368/AM, Dra. Sâmia Brena Furtado Monteiro, OAB 11988/AM, Dr. Francisco Felipe Leal Pereira, OAB 9923/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 11/04/2019 às 11:00h, concernente ao Processo nº 0246808-35.2016.8.04.0001, onde figura como Réu Clauber Ferreira Magalhães. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: PAULO ALVES DA SILVA NETO (OAB 12368/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0246808-35.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉ: Ericka Guedes de Oliveira e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Sidney José Vieira de Souza, OAB 5798/AM, Dra. Sâmia Brena Furtado Monteiro, OAB 11988/AM, Dr. Waldemir Moraes Torres, OAB 11126/AM, Dra. Danielle da Costa Pinheiro, OAB 7710/AM, Dr. Paulo Alves da Silva Neto, OAB 12368/AM, Dr. Francisco Felipe Leal Pereira, OAB 9923/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 11/04/2019 às 11:00h, concernente ao Processo nº 0246808-35.2016.8.04.0001, onde figura como Réu Ericka Guedes de Oliveira. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Francisco Felipe Leal Pereira (OAB 9923/AM)
Paulo Alves da Silva Neto (OAB 12368/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CHRISTIANE MALVEIRA GUIMARÃES RASZL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0082/2019

ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0058726-11.2002.8.04.0001 (001.02.058726-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - DENUNCIADA: Marinéia Rodrigues da Rocha - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Dioclemar Santos Nogueira Júnior, OAB 12013/AM, Dra. Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira, OAB 10233/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 10/04/2019 às 11:45h, concernente ao Processo nº 0058726-11.2002.8.04.0001, onde figura como Réu Marinéia Rodrigues da Rocha. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: EDSON CUNHA DO NASCIMENTO (OAB 5024/AM) - Processo 0202578-78.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: RICARDO DIEGO LIMA DOS SANTOS - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Edson Cunha do Nascimento, OAB 5024/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 09/04/2019 às 09:00h, concernente ao Processo nº 0202578-78.2011.8.04.0001, onde figura como Réu RICARDO DIEGO LIMA DOS SANTOS. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM) - Processo 0205291-94.2009.8.04.0001 (001.09.205291-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tortura - DENUNCIADO: Clemilton Sena da Silva - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Paulo Barreto de Araújo, OAB 3770/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 11/04/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0205291-94.2009.8.04.0001, onde figura como Réu Clemilton Sena da Silva. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0206866-74.2008.8.04.0001 (001.08.206866-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - DENUNCIADO: Israel da Silva Mendes e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Amanda Karla Paiva da Silva, OAB 12229/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 09/04/2019 às 10:30h, concernente ao Processo nº 0206866-74.2008.8.04.0001, onde figura como Réu Israel da Silva Mendes. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0207304-61.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Sadraque da Silva Oliveira - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Helena de Oliveira Galvão, OAB 2753/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 04/04/2019 às 12:15h, concernente ao Processo nº 0207304-61.2012.8.04.0001, onde figura como Réu Sadraque da Silva Oliveira. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0209644-02.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Isael Marques Coelho - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Elbe Renan de Oliveira da Silva, OAB 9883/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 08/04/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0209644-02.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Isael Marques Coelho. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: JOSIAS DA SILVA MAURÍCIO (OAB 3859/AM) - Processo 0210117-61.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU PRESO: Odilon Maik Araújo Picanço - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito

da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Josias da Silva Maurício, OAB 3859/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 26/03/2019 às 09:00h, concernente ao Processo nº 0210117-61.2012.8.04.0001, onde figura como Réu Odilon Maik Araújo Picanço. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0211874-14.2013.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Calúnia - AUTORAFATO: Lilian Furtado Barros - NOTA DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO OU DESPACHO.O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Guilherme Gustavo Vasques Mota, OAB 5663/AM, acerca da DECISÃO prolatada nos autos do Processo nº 0211874- 14.2013.8.04.0015, onde figura como Réu: Lilian Furtado Barros, com os seguintes termos: Intime-se a querelante para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Após a manifestação, dê-se vista ao querelado e ao Ministério Público. Não havendo manifestação da parte, aguardem os autos em secretaria pelo prazo de 30 (trinta) dias e, permanecendo esta inerte, dê-se vista as partes para que se manifestem acerca de possível perempção, nos termos do art. 60, I do CPB e art. 10 do CPC. Após, façam-me os autos conclusos. À Secretaria para providências. Cumpra-se. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o patrono do condenado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum “Henoch Reis”. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital, aos 13/03/2019, EU, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei. EU, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, o conferi e subscrevo. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juíza de Direito Manaus.

ADV: KLEBER JOSÉ MONTORIL ROCHA (OAB 6812/AM) - Processo 0218153-97.2009.8.04.0001 (001.09.218153-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Frank Mafumba das Neves e outros - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Kleber José Montoril Rocha, OAB 6812/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 25/03/2019 às 08:45h, concernente ao Processo nº 0218153-97.2009.8.04.0001, onde figura como Réu Frank Mafumba das Neves. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0222903-30.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: J.G.A.J. e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Klinger da Silva Oliveira, OAB 2000/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 03/04/2019 às 10:45h, concernente ao Processo nº 0222903-30.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Jacob Goes de Azevedo Junior. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0237005-67.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Maxileno Brito de Azevedo - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Mario Porto de Aguiar, OAB 2296/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 09/04/2019 às 10:00h, concernente ao Processo nº 0237005-67.2012.8.04.0001, onde figura como Réu Maxileno Brito de Azevedo. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM), ADV: ALAIR RODRIGUES FREIRE (OAB 9548/AM) - Processo 0241441-30.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Viviane Colares da Silva e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Alair Rodrigues Freire, OAB 9548/AM, Dra. Julie Cintra Levinthal, OAB 8180/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 09/04/2019 às 11:30h, concernente ao Processo nº 0241441-30.2016.8.04.0001, onde figura como Réu Viviane Colares da Silva. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM) - Processo 0247518-84.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jose de Arimateia Queiroz de Lima e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Osni Amaral Santana, OAB 1959/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 04/04/2019 às 10:45h, concernente ao Processo nº 0247518-84.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Jose de Arimateia Queiroz de Lima. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do

Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0605412-76.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Daniel Santos da Silva e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque, OAB 8344/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 02/04/2019 às 12:00h, concernente ao Processo nº 0605412-76.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Daniel Santos da Silva. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0605412-76.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Daniel Santos da Silva e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Elzu Sousa Alves, OAB 9641/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 02/04/2019 às 12:00h, concernente ao Processo nº 0605412-76.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Caio Rangel Takafaz dos Anjos. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0617839-71.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADO: Everton Guimarães de Souza - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Érica Cândida Costa, OAB 12473/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 10/04/2019 às 09:00h, concernente ao Processo nº 0617839-71.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Everton Guimarães de Souza. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0631892-57.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: F.S.O. - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Lucimar Vidinha Gomes, OAB 9318/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 04/04/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0631892-57.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Fabio Saraiva de Oliveira. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0642948-24.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Rodrigo Costa dos Santos - Anderson Silva de Souza - NOTA DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO OU DESPACHO. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel, OAB 4700/AM, Dr. César Augusto Gomes Monteiro, OAB 9696/AM, acerca do Laudo Pericial de fls. 220/225 dos autos do Processo nº 0642948-24.2017.8.04.0001, onde figura como Réu: Rodrigo Costa dos Santos e Anderson Silva de Souza. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial os patronos dos condenados, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum "Henoch Reis". DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital, aos 13/03/2019, EU, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei. EU, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, o conferi e subscrevo. Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito.

ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM) - Processo 0649093-62.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção de Menores - RÉU: Gabriel Antônio da Silva Freitas e outros - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Sidney de Souza Nunes, OAB 7803/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 03/04/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0649093-62.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Gabriel Antônio da Silva Freitas. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM), ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM), ADV: JOSÉ DANIEL SANTANA GUSMÃO (OAB 12035/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM), ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM) - Processo 0649093-62.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção de Menores

- RÉU: Thiago Rodrigues Soares - Leonardo Gabriel Pedrosa de Aguiar - Daniel Gomes Santos - Gabriel Antônio da Silva Freitas - Matheus Mutino Moraes e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA.O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Amanda Karla Paiva da Silva, OAB 12229/AM, Dra. Cíntia Albuquerque Brito, OAB 5596/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 03/04/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0649093-62.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Matheus Mutino Moraes. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM), ADV: JOSÉ DANIEL SANTANA GUSMÃO (OAB 12035/AM), ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM), ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0649093-62.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção de Menores - RÉU: Thiago Rodrigues Soares - Leonardo Gabriel Pedrosa de Aguiar - Daniel Gomes Santos - Gabriel Antônio da Silva Freitas - Matheus Mutino Moraes e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Marlon Santos de Oliveira, OAB 10137/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 03/04/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0649093-62.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Leonardo Gabriel Pedrosa de Aguiar. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: JOSÉ DANIEL SANTANA GUSMÃO (OAB 12035/AM), ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM), ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM), ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0649093-62.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção de Menores - RÉU: Thiago Rodrigues Soares - Leonardo Gabriel Pedrosa de Aguiar - Daniel Gomes Santos - Gabriel Antônio da Silva Freitas - Matheus Mutino Moraes e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Joziel Barros de Souza, OAB 11383/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 03/04/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0649093-62.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Thiago Rodrigues Soares. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0649093-62.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção de Menores - RÉU: Daniel Gomes Santos e outros - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Átila de Medeiros Affonso, OAB 1819/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 03/04/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0649093-62.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Daniel Gomes Santos. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0658464-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Thiago Xavier da Silva e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Geraldo de Souza Nascimento, OAB 12039/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 03/04/2019 às 12:00h, concernente ao Processo nº 0658464-50.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Thiago Xavier da Silva. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

Alair Rodrigues Freire (OAB 9548/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Edson Cunha do Nascimento (OAB 5024/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
José Daniel Santana Gusmão (OAB 12035/AM)
Josias da Silva Maurício (OAB 3859/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Kleber José Montoril Rocha (OAB 6812/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Paulo Barreto de Araújo (OAB 3770/AM)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CHRISTIANE MALVEIRA GUIMARÃES RASZL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0084/2019

ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0227932-66.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - DENUNCIADO: Rodrigo Rainere Lira da Costa e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Otávio Dias Pedrosa Filho, OAB 9559/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 25/03/2019 às 12:00h, concernente ao Processo nº 0227932-66.2015.8.04.0001, onde figura como Réu Rodrigo Rainere Lira da Costa. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0227932-66.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - DENUNCIADO: Felipe Alencar da Silva e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Rosinalva Gomes Barros, OAB 8183/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 25/03/2019 às 12:00h, concernente ao Processo nº 0227932-66.2015.8.04.0001, onde figura como Réu Felipe Alencar da Silva. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: JORGE LUIZ VIANA DE CARVALHO (OAB 8291/AM) - Processo 0231539-87.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADA: Lindacira Batista da Silva e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Jorge Luiz Viana de Carvalho, OAB 8291/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 11/04/2019 às 10:00h, concernente ao Processo nº 0231539-87.2015.8.04.0001, onde figura como Réu Lindacira Batista da Silva. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

ADV: JORGE LUIZ VIANA DE CARVALHO (OAB 8291/AM) - Processo 0231539-87.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADA: Camila Soares Batista da Silva e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO DE AUDIÊNCIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) DR.(A) Jorge Luiz Viana de Carvalho, OAB 8291/AM, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 11/04/2019 às 10:00h, concernente ao Processo nº 0231539-87.2015.8.04.0001, onde figura como Réu Camila Soares Batista da Silva. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de março de 2019. Eu, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei e eu, Christiane Malveira Guimarães Raszl, Diretora de Secretaria, confiro e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito.

Jorge Luiz Viana de Carvalho (OAB 8291/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0022/2019

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0206578-53.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Manoel Nobre da Silva e outros - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, V, do Código de Processo Penal, e em conseqüência ABSOLVO o réu MANOEL NOBRE DA SILVA qualificado nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 19 de dezembro de 2018. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0220236-18.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Lucimar Sousa Junior - Instrução e Julgamento Data: 15/05/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0222421-53.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Romero Correia da Silva - Instrução e Julgamento Data: 17/09/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM) - Processo 0225042-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Adailson de Sá Leal Júnior - Alan Kramer Rolim - Vitor Oliveira de Sousa e outro - Instrução e Julgamento Data: 14/05/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAUJO (OAB 10188/AM) - Processo 0236474-39.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Carlos Eduardo da Silva Marques e outro - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0245545-65.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADA: Karolyne Lopes da Silva e outros - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. O MM Juiz de Direito abre vista às partes para apresentação de Memoriais no prazo de cinco (05) dias.

ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0247840-46.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - DENUNCIADO: Silas Alves da Silva - Instrução e Julgamento Data: 28/08/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0264215-25.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - DENUNCIADO: Marcos Rogerio Vera de Jesus e outros - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar DIOMAR PEREIRA DE CARVALHO e MARCOS ROGÉRIO VERA DE JESUS, como incursos na sanções previstas no artigo 17, da Lei n.º 10.826/2003, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que os Réus agiram com culpabilidade normal à espécie, nada tendo a se valorar; Os Réus são primários; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-la; Os motivos do delito são próprios do tipo; a conduta não teve maiores consequências. Por fim, não existem dados para se aferir a situação econômica dos Réus. À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017, Data de registro: 16/10/2017). Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas de aumento e diminuição a serem observadas. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Não há tempo de prisão provisória a ser detraído. Assim, ficam os réus condenados, individualmente, definitivamente à pena de 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do Código Penal, os Réus deverão iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime ABERTO. Contudo, verifico que na situação em escopo, torna-se cabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que os Réus preenchem os requisitos alinhados no artigo 44, inciso III, do Código Penal, revelando ser a substituição suficiente à repreensão do delito. Assim sendo, observado o disposto pelo artigo 44, parágrafo 2.º, 2.ª parte e na forma do artigos 46, parágrafo 3.º, e 48, do Código Penal, SUBSTITUO as penas privativas de liberdade por DUAS restritivas de direitos, quais sejam, a de PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E DE LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA, por se revelarem as mais adequadas ao caso, na busca de reintegração dos sentenciados à comunidade e como forma de lhe promover a autoestima e compreensão do caráter ilícito de suas condutas, consistente em tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, pelo prazo designado em audiência, junto a uma das entidades enumeradas no parágrafo 2.°, do artigo 46, do CP, em local a ser designado pelo Juízo da Execução, devendo ser cumprida a razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado e, esta, na permanência, aos sábados e domingos, de 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado. Ao Juízo da Execução, após o trânsito em julgado desta decisão, em audiência admonitória a ser designada, caberá indicar as entidades beneficiadas com as prestações de serviços, as quais deverão ser comunicadas a respeito, com a remessa de fotocópia da presente decisão, incumbindo-lhe encaminhar mensalmente relatório circunstanciado, bem como a qualquer tempo, comunicar sobre a ausência ou falta disciplinar do condenado, consoante disposto pelo artigo 150, da Lei 7.210/84. Deverá, ainda, ser cientificado os réus que lhes é facultado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (artigo 55, do Código Penal), sendo que, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada ou restante. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Expeçam-se Cartas de Guia em desfavor dos Réus, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas-VEMEPA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 21 de janeiro de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0601978-11.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Quadrilha ou Bando - RÉU: Sidney dos Santos Moraes - Allefh Henrique Coelho Viana - Maria Geyza Gomes da Costa - Instrução e Julgamento Data: 26/03/2019 Hora 12:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0611392-67.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Edmar Pereira da Silva Neto - Instrução e Julgamento Data: 19/09/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM) - Processo 0614410-67.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - DENUNCIADO: K.C.C. - K.H.R.G. - I.S.N. - R.C.S. - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno ISAAC SAHDO NETO, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelos artigos 297 e 307, c/c 69, todos do CP; KALIANE CAMPOS CHAGAS, já qualificada, como incursa nas penas do art. 171 (3 veze), c/c art. 71, do CP; KLEBER HARRISON RABELLO DA GAMA, já qualificado, como incurso nas penas do art. 171 (3 vezes), c/c art. 71, art. 297, c/c art. 69, todos do CP, ao tempo em que passo a dosar, as respectivas penas a ser-lhes aplicadas, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. D'outra banda, ABSOLVO RAYLSON CORDEIRO SILVA dos crimes que lhe foram

imputados, nos exatos termos do art. 386, VII, do CPP. As condutas incriminadas e atribuídas aos réus incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. Os Réus respondem a outras ações penais; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreram os crimes estão descritas nos autos; As consequências dos crimes são próprias do tipo. Não existem elementos para se aferir situação econômica dos Réus. ISAAC SAHDO NETO À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo as seguintes penas bases: A) Crime previsto no art. 297, do Código Penal, em 02 (dois) anos de reclusão. B) Crime previsto no art. 307, do CP, em 03 (três) meses de detenção. Não concorrem circunstâncias agravantes nem de causas de aumento e de diminuição a serem observadas. Concorre circunstância atenuante previstas no artigo 65, I, do Código Penal, a menoridade, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017, Data de registro: 16/10/2017). Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, relativo ao crime de falsificação de documento público, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Por consequência, em sendo aplicável ao caso a regra disciplinada pelo artigo 69, do Código Penal, fica o réu condenado à pena de 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão. Portanto, em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 12.07.2016 e 30.09.2016, e prisão domiciliar (fls. 536), de 30.09.2016 até a presente data, perfazendo um total de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de segregação provisória, superando em 5 (cinco) meses a pena dosada para o cumprimento. É cediço que o tempo da prisão domiciliar conta-se para efeito da detração penal, consoante a hodierna jurisprudência pátria: STJ - HABEAS CORPUS HC 459377 RS 2018/0174270-6 (STJ) Data de publicação: 13/09/2018 Ementa: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. DETRAÇÃO DA PENA E PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício. 2. Embora inexista previsão legal o cumprimento de prisão domiciliar, por comprometer o status libertatis da pessoa humana, deve ser reconhecido como pena efetivamente cumprida para fins de detração da pena, em homenagem ao princípio da proporcionalidade e em apreço ao princípio do non bis in idem. 3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para permitir a detração da pena pelo período em que a paciente esteve em prisão domiciliar. Assim, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RÉU pelo cumprimento total da pena, devendo-se EXPEDIR, com máxima urgência, ALVARÁ DE SOLTURA. KALIANE CAMPOS CHAGAS À vista das circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena base em 1 (um) ano de reclusão. Não concorrem circunstâncias agravantes e atenuantes e nem causas de diminuição a serem observadas. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Outrossim, em sendo aplicável ao caso a regra disciplinada pelo artigo 71, do Código Penal, porquanto restou comprovado a ocorrência de três crimes de estelionato em continuação, e, avaliando as circunstâncias do caso, mormente considerando a primariedade da acusada, aumento a pena supracitada no patamar mínimo de 1/6 (um sexto), fica a ré condenada à pena de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 12.07.2016 a 15.07.2016, dosando definitivamente a pena em 01 (um) ano, 01 (um) mês e 27 (vinte sete) dias. Assim, fica a Ré condenada definitivamente à pena de 01 (um) ano, 01 (um) mês e 27 (vinte sete) dias de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. KLEBER HARRISON RABELLO DA GAMA À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo as seguintes penas bases: A) Crime previsto no art. 171, do Código Penal, em 01 (um) ano de reclusão. B) Crime previsto no art. 297, do CP, em 02 (dois) anos de reclusão. Não concorrem circunstâncias agravantes e atenuantes nem causas de diminuição a serem observadas. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 30 (trinta) dias-multa, já abrangendo ambos os delitos, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Outrossim, em sendo aplicável ao caso a regra disciplinada pelo artigo 71, do Código Penal, porquanto restou comprovado a ocorrência de três crimes de estelionato em continuação, e, avaliando as circunstâncias do caso, mormente considerando a primariedade do acusado, aumento a pena supracitada no patamar mínimo de 1/6 (um sexto), fica o réu condenada à pena de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão. Por consequência, em sendo aplicável ao caso a regra disciplinada pelo artigo 69, do Código Penal, fica o réu condenado à pena de 03 (três) anos e 02 (dois) meses de reclusão. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 12.07.2016 a 24.08.2016, dosando definitivamente a pena em 03 (três) anos e 18 (dezoito) dias. Assim, fica o Réu condenado definitivamente à pena de 03 (três) anos e 18 (dezoito) dias de reclusão e ao pagamento de 30 (trinta) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. DISPOSIÇÕES FINAIS Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, “c”, do Código Penal, os Réus KLEBER HARRISON RABELLO DA GAMA e KALIANE CAMPOS CHAGAS deverão cumprir a pena em regime ABERTO. Contudo, verifico que na situação em escopo, torna-se cabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que os Réus preenchem os requisitos alinhados no artigo 44, inciso III, do Código Penal, revelando ser a substituição suficiente à repreensão dos delitos. Assim sendo, observado o disposto pelo artigo 44, parágrafo 2.º, 2.ª parte e na forma dos artigos 45, parágrafo 1.º, do Código Penal, SUBSTITUO as respectivas penas privativas de liberdade por DUAS restritivas de direitos, para cada réu, individualmente, quais sejam, a de PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, por se revelarem as mais adequada ao caso, na busca de reintegração dos sentenciados à comunidade e como forma de lhes promoverem a autoestima e compreensão do caráter ilícito de suas condutas, consistente em tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, pelo prazo a ser estipulado em audiência, junto a uma das entidades enumeradas no parágrafo 2.°, do artigo 46, do CP, em local a ser designado pelo Juízo da Execução,

devendo ser cumprida a razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado e, esta, no pagamento do valor de 1 (um) salário mínimo, de forma individual, vigente à época do fato delituoso, para ser convertido na aquisição de cestas básicas a serem entregues a entidades públicas ou privadas em funcionamento neste Município que possuam destinação social e atuem em prol da comunidade. Ao Juízo da Execução, após o trânsito em julgado desta decisão, em audiência admonitória a ser designada, caberá indicar as entidades beneficiadas com as prestações de serviços, as quais deverão ser comunicadas a respeito, com a remessa de fotocópia da presente decisão, incumbindo-lhes encaminhar mensalmente relatório circunstanciado, bem como a qualquer tempo, comunicar sobre a ausência ou falta disciplinar do condenado, consoante disposto pelo artigo 150, da Lei 7.210/84. Da mesma forma, em audiência admonitória, caberá ao Juízo da Execução indicar a entidade beneficiada com a prestação pecuniária (cestas básicas). Deverá, ainda, ser cientificado os réus que lhes é facultado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (artigo 55, do Código Penal), sendo que, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada ou restante. Ademais, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus KLEBER HARRISON RABELLO DA GAMA e KALIANE CAMPOS CHAGAS no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus KLEBER HARRISON RABELLO DA GAMA e KALIANE CAMPOS CHAGAS, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 11 de março de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen -Juíza de Direito

ADV: MICHAEL DOUGLAS RIOS DE FARIAS (OAB 11428/AM), ADV: TALLES DE CASTRO PEREIRA (OAB 12094/AM), ADV: CONCEIÇÃO GAMA DE MATOS (OAB 11015/AM) - Processo 0615149-06.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Endavi de Oliveira Rocha e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno ENDAVI DE OLIVEIRA ROCHA e ANDERSON DE SALES COSTA, anteriormente qualificados, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 157, § 2.º, I e II, do CP; ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhes aplicada, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. ENDAVI DE OLIVEIRA ROCHA Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. O Réu é primário; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão descritas nos autos; As consequências dos crimes são próprias do tipo. Não existem elementos para se aferir situação econômica dos Réus. A vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, “d”, do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017, Data de registro: 16/10/2017). Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo duas causas de aumento de pena prevista nos incisos I e II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando o Réu condenado pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 03.05.2017 e 18.12.2017, dosando definitivamente a pena em 06 (seis) anos, 03 (três) meses e 23 (vinte e três) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 04 (quatro) anos, 08 (oito) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, “b”, do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena em regime SEMIABERTO. ANDERSON DE SALES COSTA Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que o Réu agiu com culpabilidade reprovável normal a espécie, nada tendo a se valorar; O Réu possui maus antecedentes; Poucos elementos foram coletados a respeito de suas condutas sociais e personalidades, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão relacionadas nos autos; As consequências do crime são normais a espécie. A vítima em nada influenciou à prática do delito. Não há informações sobre a situação econômica do Réu. À vista dessas circunstâncias analisadas, máxime devido à reincidência do réu, agravo a pena base de 4 anos em 1 ano, fixando-a em 05 (cinco) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, “d”, do Código Penal, a confissão, razão pela qual atenuo a pena em 01 (um) ano, firmando-a em 04 (quatro) anos de reclusão. Não concorrem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, ficando o Réu condenado pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, sendo equivalente, cada dia, a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão domiciliar havida em 20.05.2017, dosando definitivamente a pena em 03 (três) anos, 06 (seis) meses e 09 (nove) dias de reclusão. Outrossim, como ressalva à situação do réu, o qual se encontra em prisão domiciliar, é cediço que o tempo desta conta-se para efeito da detração penal, consoante a hodierna jurisprudência pátria: STJ - HABEAS CORPUS HC 459377 RS 2018/0174270-6 (STJ) Data de publicação: 13/09/2018 Ementa:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. DETRAÇÃO DA PENA E PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício. 2. Embora inexista previsão legal o cumprimento de prisão domiciliar, por comprometer o status libertatis da pessoa humana, deve ser reconhecido como pena efetivamente cumprida para fins de detração da pena, em homenagem ao princípio da proporcionalidade e em apreço ao princípio do non bis in idem. 3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para permitir a detração da pena pelo período em que a paciente esteve em prisão domiciliar. Assim, conforme restou consignado no bojo desta decisão, fica o réu condenado definitivamente à pena de 03 (três) anos, 06 (seis) meses e 09 (nove) dias de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Contudo, em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do Código Penal, o Réu, em face de sua folha de antecedentes (fls. 481/482), sendo REINCIDENTE contumaz, NÃO faz jus ao cumprimento da pena em regime aberto, devendo, portanto, cumpri-la, de início, em regime SEMIABERTO (Súmula 269-STJ). DISPOSIÇÕES FINAIS Por não vislumbrar os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhes o direito de recorrerem em liberdade, devendo-se EXPEDIR ALVARÁ DE SOLTURA referente ao réu ANDERSON DE SALES COSTA, se por outro motivo não estiver preso, em função de se encontrar em prisão domiciliar (feito em apenso n.º 0218979-45.2017). Por fim, ainda face do mesmo réu, torno sem efeito a decisão, por perda de objeto, e até hoje não cumprida, que decretou a sua prisão preventiva, às fls. 429/430, razão pela qual determino que se RECOLHA o Mandado de Prisão de fls. 437. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 11 de março de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: FRANK VILSON DE AMORIM XABREGAS (OAB 3850/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: NAIRA REGINA RIBEIRO LIMA (OAB 9404/AM) - Processo 0615465-19.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: W.P.N. - I.M.S. - B.M.P. - J.B.C.J. - I.S.L.S. - Ultimado o prazo para manifestação da defesa, conforme consignado no Termo de Audiência às fls. 1232, retornem os autos ao Ministério Público para o fim de apresentar memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0616448-81.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADA: Cintia Leal dos Santos e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para condenar: ANTÔNIO SOUZA NETO e CINTIA LEAL DOS SANTOS, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 157, § 2.º, incs. II, do CP; art. 244-B do ECA; c/c art. 70, do CP, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhes aplicada, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. As condutas incriminadas e atribuídas aos réus incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. Os Réus são primários; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime demonstram extrema ousadia dos réus, porquanto realizado à luz do dia, em ônibus de transporte coletivo repleto de passageiros; As consequências dos crimes são próprias do tipo. Não existem elementos para se aferir situação econômica dos Réus. ANTÔNIO SOUZA NETO À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo as seguintes penas bases: A) Crime previsto no art. 157, do Código Penal, em 4 (quatro) anos de reclusão. B) Crime previsto no art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, em 1 (um) ano de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017, Data de registro: 16/10/2017). Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando o Réu condenado pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, relativo ao crime de roubo, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no artigo 70, do Código Penal (concurso formal), à vista da existência concreta da prática de crimes de roubo e corrupção de menor através de uma única ação delitiva, aplico-a à pena mais gravosa, de roubo, aumentada do critério ideal de 1/6 (um sexto), conforme restou consignado na motivação desta decisão, ficando o réu condenado a 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 23.04.2018, dosando definitivamente a pena em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um, no valor anteriormente arbitrado. CINTIA LEAL DOS SANTOS À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo as seguintes penas bases: A) Crime previsto no art. 157, do Código Penal, em 4 (quatro) anos de reclusão. B) Crime previsto no art. 244-B, da Lei

n.º 8.069/90, em 1 (um) ano de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017, Data de registro: 16/10/2017). Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando o Réu condenado pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, relativo ao crime de roubo, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no artigo 70, do Código Penal (concurso formal), à vista da existência concreta da prática de crimes de roubo e corrupção de menor através de uma única ação delitiva, aplico-a à pena mais gravosa, de roubo, aumentada do critério ideal de 1/6 (um sexto), conforme restou consignado na motivação desta decisão, ficando o réu condenado a 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 23.04.2018 e 05.02.2019, dosando definitivamente a pena em 05 (cinco) anos, 05 (cinco) meses e 08 (oito) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 05 (cinco) anos, 05 (cinco) meses e 08 (oito) dias de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um, no valor anteriormente arbitrado. DISPOSIÇÕES FINAIS Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "b", do Código Penal, os Réus deverão cumprir a pena em regime SEMIABERTO. Por sua vez, por vislumbrar ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhes o direito de recorrerem em liberdade, razão pela qual determino que se EXPEÇA ALVARÁ DE SOLTURA, em favor do réu ANTÔNIO SOUZA NETO, se por outro motivo não estiver preso. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências:] 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 13 de março de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: LEONCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0619574-76.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Fernando Lima da Silva - Alexsandro Nobre Ferreira - Ante o exposto, e porque esta é a prova dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar ALEXSANDRO NOBRE FERREIRA e FERNANDO LIMA DA SILVA 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 23 de janeiro de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0619875-86.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Matheus Magalhães Soares - Willian da Silva Ferreira - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno MATHEUS MAGALHÃES SOARES, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelo artigo 157, caput, do Código Penal, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Por outro lado, ABSOLVO WILLIAN DA SILVA PEREIRA, por não existir prova de o denunciado ter concorrido para a infração penal, com arrimo no art. 386, V, do CPP. MATHEUS MAGALHÃES SOARES Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que o Réu agiu com culpabilidade reprovável normal a espécie, nada tendo a se valorar; O Réu possui maus antecedentes (fls. 32); Poucos elementos foram coletados a respeito de suas condutas sociais e personalidades, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão relacionadas nos autos; As consequências do crime são normais a espécie. A vítima em nada influenciou à prática do delito. Não há informações sobre a situação econômica do Réu. À vista dessas circunstâncias analisadas, máxime devido à reincidência do réu, agravo a pena base de 4 anos em 1 ano, fixando-a em 05 (cinco) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, razão pela qual atenuo a pena em 01 (um) ano, firmando-a em 04 (quatro) anos de reclusão. Não concorrem causas de diminuição a serem observadas. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 30 (trinta) dias-multa, sendo equivalente, cada dia, a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 11.05.2018, dosando definitivamente a pena em 03 (três) anos e 02 (dois) meses de reclusão. Assim, conforme restou consignado no bojo desta decisão, fica o réu condenado definitivamente à pena de 03 (três) anos e 02 (dois) meses de reclusão e ao pagamento de 30 (trinta) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Contudo, em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do Código Penal, o Réu, em face de sua folha de antecedentes (fls. 32), sendo REINCIDENTE contumaz, NÃO faz jus ao cumprimento da pena em regime aberto, devendo, portanto, cumpri-la, de início, em regime SEMIABERTO (Súmula 269-STJ). Em função de as circunstâncias do crime e as provas dos autos demonstrarem que o delito deu-se mediante grave ameaça, e que a ausência desta é requisito para a concessão do beneplácito aduzido no inciso I, 2.ª parte, do art. 44, do CP, DEIXO de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Assim, considerando as observações precedentes, NEGO ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que

persistem os requisitos autorizadores da prisão preventiva, quais sejam, a garantia da ordem pública, a reiterada prática de crimes, bem como pela garantia da aplicação da lei penal, com vistas ao cumprimento da pena imposta, porquanto se reforça a necessidade da custódia por haver contra o réu um juízo de culpabilidade, conforme consignado nesta decisão. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO o Réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu MATHEUS MAGALHÃES SOARES no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; e, 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 11 de março de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0627361-93.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Danilo Matheus Barbosa de Aguiar - Alexsandro de Souza Reis e outros - Instrução e Julgamento Data: 18/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0632147-49.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Cláudio Júnio de Souza Duarte - Instrução e Julgamento Data: 07/05/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM), ADV: RALLES DE ARAUJO BALDEZ (OAB 12429/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM) - Processo 0634299-70.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Claudomiro do Nascimento Lopes e outro - INDICIADO: Ivan Pinheiro da Silva - RÉU: Jaqson William Monteiro de Araújo e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno CLAUDOMIRO DO NASCIMENTO LOPES, IVAN PINHEIRO DA SILVA, JAQSON WILLIAM MONTEIRO DE ARAÚJO e WILLAMES XAVIER DE SOUZA, anteriormente qualificados, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 157, § 2.º, I e II, do CP; ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhes aplicada, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. As condutas incriminadas e atribuídas aos réus incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. Os Réus Claudomiro e Jaqson possuem maus antecedentes, enquanto Ivan e Willames respondem a outros feitos criminais; Poucos elementos foram coletados a respeito de suas condutas sociais e personalidades, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime demonstram extrema ousadia dos Réus, porquanto realizado em estabelecimento comercial à luz do dia; as consequências dos crimes são próprias do tipo. Não existem elementos para se aferir situação econômica dos Réus. CLAUDOMIRO DO NASCIMENTO LOPES JAQSON WILLIAM MONTEIRO DE ARAÚJO À vista das circunstâncias analisadas, máxime devido à reincidência dos réus, agravo a pena base de 4 anos em 1 ano, fixando-a em 05 (cinco) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, “d”, do Código Penal, a confissão, razão pela qual atenuo as respectivas penas em 01 (um) ano, firmando-as em 04 (quatro) anos de reclusão. Não concorrem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo duas causas de aumento de pena prevista nos incisos I e II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando os Réus condenados pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa para pagamento, de forma individual, de 35 (trinta e cinco) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 23.09.2017, dosando definitivamente a pena em 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 19 (dezenove) dias. Assim, ficam os réus condenados definitivamente à pena de 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 19 (dezenove) dias de reclusão e ao pagamento de 35 (trinta e cinco) dias-multa, individualmente, cada um no valor anteriormente arbitrado. Contudo, em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, “c”, do Código Penal, os Réus, em face de suas folhas de antecedentes (fls. 48 e 51), sendo REINCIDENTES contumazes, NÃO fazem jus ao cumprimento das respectivas penas em regime aberto, devendo, portanto, cumpri-la, de início, em regime SEMIABERTO (Súmula 269-STJ). Ademais, da mesma forma, em função da ressalva supracitada, torna-se incabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, uma vez que os Réus não atendem o requisito aduzido no inciso II, do art. 44, do CP. Assim, considerando as observações precedentes, NEGO aos réus o direito de recorrerem em liberdade, uma vez que persistem os requisitos autorizadores da prisão preventiva, quais sejam, a garantia da ordem pública, a reiterada prática de crimes, bem como pela garantia da aplicação da lei penal, com vistas ao cumprimento da pena imposta, porquanto se reforça a necessidade da custódia por haver contra os réus um juízo de culpabilidade, conforme consignado nesta decisão. IVAN PINHEIRO DA SILVA À vista das circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão. Não concorrem circunstâncias atenuantes, agravantes e nem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo duas causas de aumento de pena prevista nos incisos I e II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando o Réu condenado pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 23.09.2017 e 19.12.2017, dosando definitivamente a pena em 05 (cinco) anos, 01 (um) mês e 04 (quatro) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 05 (cinco) anos, 01 (um) mês e 04 (quatro) dias de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, “b” do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime SEMIABERTO. Por conseguinte, em face de não vislumbrar os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. WILLAMES XAVIER DE SOUZA À vista das

circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, I, do Código Penal, a menoridade, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017, Data de registro: 16/10/2017). Não concorrem circunstâncias agravantes, nem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo duas causas de aumento de pena prevista nos incisos I e II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando o Réu condenado pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 23.09.2017, dosando definitivamente a pena em 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 19 (dezenove) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 19 (dezenove) dias de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, "c" do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime ABERTO. Por conseguinte, em face de não vislumbrar os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, razão pela qual determino que se EXPEÇA ALVARÁ DE SOLTURA, se por outro motivo não estiver preso. DISPOSIÇÕES FINAIS Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 12 de março de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0640887-59.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Fagner Rogerio Lira dos Santos - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar FAGNER ROGÉRIO LIRA DOS SANTOS, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas no artigo 157, caput, c/c art. 14, II do Código Penal Brasileiro, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto em relação à culpabilidade que a conduta do réu se exteriorizou pela simples consciência de infringência da norma penal; o Réu responde a outro feito criminal; quanto a sua conduta social, e, quanto a sua personalidade, poucos elementos foram coletados, o motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão demonstradas nos autos, não há o que se valorar; as consequências do crime são próprias do tipo, quanto aos bens, estes não foram sequer subtraídos, a vítima não contribuiu para a pratica do crime, razão pela qual nada se tem a valorar. Não existem elementos para se aferir situação econômica do Réu. Tendo em vista as circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão. À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017, Data de registro: 16/10/2017). Não concorrem circunstâncias agravantes nem causas de aumento de pena. Presente a causa de diminuição referente a tentativa, diante dos fatos e fundamentos já declinados, reduzo a pena anteriormente fixada em 2/3 (dois terços), ficando o Réu condenado à pena de 01 (um) ano e 04 (quatro) meses. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 03.09.2018 e 26.02.2019, dosando definitivamente a pena em 10 (dez) meses e 07 (sete) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 10 (dez) meses e 07 (sete) meses de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "c", do Código Penal, o Réu deverá cumprir a pena em regime ABERTO. Em função de as circunstâncias do crime e as provas dos autos demonstrarem que o delito deu-se mediante grave ameaça, e que a ausência desta é requisito para a concessão do beneplácito aduzido no inciso I, 2.ª parte, do art. 44, do CP, DEIXO de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO o réu do pagamento das custas processuais. Após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal. 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do quanto

disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição Federal; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 11 de março de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM) - Processo 0641393-35.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Alessandro Ribeiro Cardoso - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno ALESSANDRO RIBEIRO CARDOSO, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelo artigo 157, caput, do Código Penal, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. O Réu responde a outros feitos criminais; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo dos delitos se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias estão descritas nos autos; as consequências dos crimes são próprias do tipo, sendo que de modo algum o comportamento da vítima contribuiu para a prática do crime, razão pela qual nada se tem a valorar. Não existem elementos para se aferir situação econômica do Réu. A vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão. Não concorrem circunstâncias agravantes nem causas de aumento e de diminuição a serem observadas. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017, Data de registro: 16/10/2017). À vista do resultado final obtido na dosagem da respectiva pena privativa de liberdade, fixo a pena de multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a um 1/30 (um trigésimo) salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, em observância ao disposto pelo artigo 60 do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012 que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 07.09.2018, dosando definitivamente a pena em 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 26 (vinte seis) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 26 (vinte seis) dias de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, "c" do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime ABERTO. Ademais, por estarem ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, razão pela qual determino que se EXPEÇA Alvará de Soltura, se por outro motivo não estiver preso. Por fim, em função de as circunstâncias do crime e as provas dos autos demonstrarem que o delito deu-se mediante grave ameaça, e que a ausência desta é requisito para a concessão do beneplácito aduzido no inciso I, 2.ª parte, do art. 44, do CP, DEIXO de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO o réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; e, 4) Adote-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 11 de março de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: LARISSA VENANCIO COUTINHO (OAB 13943/AM) - Processo 0643174-29.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Ângelo Vasconcelos de Melo - Railson Almeida Fernandes - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para condenar ÂNGELO VASCONCELOS DE MELO e RAILSON ALMEIDA FERNANDES, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 157, § 2.º, I e II, (3 vezes), c/c art. 70, ambos do CP; art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, ao tempo em que passo a dosar as respectivas penas a ser-lhes aplicada, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. As condutas incriminadas e atribuídas aos réus incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. Os Réus possuem maus antecedentes (fls. 84 e 87); Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime demonstram extrema ousadia dos réus, porquanto realizado em drogaria repleta de clientes; As consequências dos crimes são próprias do tipo. Não existem elementos para se aferir situação econômica dos Réus. À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo as seguintes penas bases: A) Crime previsto no art. 157, do Código Penal, máxime devido à reincidência dos réus, agravo a pena base de 4 anos em 1 ano, fixando-a em 05 (cinco) anos de reclusão. B) Crime previsto no art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, em 1 (um) ano de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, em favor de ambos os réus, e a atenuante da menoridade, disposta no art. 65, I, em beneplácito do réu Railson Fernandes, razão pela qual atenuo as respectivas penas em 01 (um) ano, firmando-as em 04 (quatro) anos de reclusão, individualmente. Não concorrem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo duas causas de aumento de pena prevista nos incisos I e II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando os Réus condenados pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo as multas no pagamento de 35 (trinta e cinco) dias-multa, para cada réu, relativo ao crime de roubo, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em sendo aplicável

ao caso a regra prevista no artigo 70, do Código Penal (concurso formal), à vista da existência concreta da prática de 3 (três) crimes de roubo e corrupção de menor através de uma única ação delitiva, aplico-a à pena mais grave, de roubo, aumentada do critério ideal de 1/6 (um sexto), conforme restou consignado na motivação desta decisão, ficando os réus condenados a 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio das penas o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 11.11.2017, dosando definitivamente as penas em 04 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias. Assim, ficam os réus condenados definitivamente à pena de 04 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 35 (trinta e cinco) dias-multa, individualmente, cada um, no valor anteriormente arbitrado. Contudo, em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "b", do Código Penal, o Réu, em face de suas folhas de antecedentes (fls. 84 e 87), sendo REINCIDENTES contumazes, NÃO fazem jus ao cumprimento da pena em regime semiaberto, devendo, portanto, cumpri-la, de início, em regime FECHADO. Assim, considerando as observações precedentes, NEGO aos réus o direito de recorrerem em liberdade, uma vez que persistem os requisitos autorizadores da prisão preventiva, quais sejam, a garantia da ordem pública, a reiterada prática de crimes, bem como pela garantia da aplicação da lei penal, com vistas ao cumprimento da pena imposta, porquanto se reforça a necessidade da custódia por haver contra os réus um juízo de culpabilidade, conforme consignado nesta decisão. DISPOSIÇÕES FINAIS Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 11 de março de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM), ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM), ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM) - Processo 0645618-35.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Max Willyams Ladislau Gama - Instrução e Julgamento Data: 18/09/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0648962-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Caio da Silva Sarrafo - Marciane Menezes do Nascimento - Maria Oslene Alves da Silva - Instrução e Julgamento Data: 25/04/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Ana Paula Benevides de Araujo (OAB 10188/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
CONCEIÇÃO GAMA DE MATOS (OAB 11015/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Frank Vilson de Amorim Xabregas (OAB 3850/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Larissa Venancio Coutinho (OAB 13943/AM)
Leoncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Michael Douglas Rios de Farias (OAB 11428/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Naira Regina Ribeiro Lima (OAB 9404/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Pedro Guimarâes Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Rafael Santos da Silva (OAB 9955/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Ralles de Araujo Baldez (OAB 12429/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Talles de Castro Pereira (OAB 12094/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2019

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0205751-42.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Paulo Ricardo de Souza Ferreira - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado, Paulo Ricardo de Souza Ferreira, já qualificado nesta ação penal que lhe move a Justiça Pública, a PENA INDIVIDUAL DE 05:06:15 (CINCO ANOS, SEIS MESES E QUINZE DIAS), DE RECLUSÃO, E 50 (CINQUENTA) DIAS-MULTA, por INFRAÇÃO AO ARTIGO 157, CAPUT DO CÓDIGO PENAL.

André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0238/2019

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0045584-66.2004.8.04.0001 (001.04.045584-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tortura - INDICIADO: Ailton Bispo dos Santos e outros - Ante o exposto, DENEGO o presente Apelo, eis que intempestivo. Certifique-se o trânsito em julgado. Intime-se. Cumpra-se.

Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: PALOMA GURGEL DE OLIVEIRA CERQUEIRA (OAB 9654/RN) - Processo 0309027-36.2006.8.04.0001 (001.06.309027-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Geomison Lira Arante e outros - nstrução e Julgamento Data: 18/03/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira (OAB 9654/RN)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: CLEMILTON LUCIO BRAÑA (OAB 10906/AM) - Processo 0216502-25.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - RÉU: José Mauro Pinto da Rocha - Instrução e Julgamento Data: 18/03/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Clemilton Lucio Braña (OAB 10906/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0217094-98.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Aldomir Zanella - Instrução e Julgamento Data: 18/03/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0234845-93.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉ: Valdenice de Aquino Silva - Instrução e Julgamento Data: 18/03/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0602295-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Marcos Ferreira dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 18/03/2019 Hora 10:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0232/2019

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM), ADV: LUIS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079/AM) - Processo 0631924-96.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção ativa - RÉU: Diego Soares da Silva - Instrução e Julgamento Data: 18/03/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
LUIS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0233/2019

ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM) - Processo 0631480-34.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Érico Patrício de Oliveira da Silva - Instrução e Julgamento Data: 19/03/2019 Hora 08:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0234/2019

ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO

(OAB 7935/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: SCARLETH DARLEM GAMA FRANCO (OAB 9397/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0238391-40.2009.8.04.0001 (001.09.238391-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - INDICIADO: Agnaldo dos Santos Nascimento - Instrução e Julgamento Data: 19/03/2019 Hora 09:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Scarleth Darlem Gama Franco (OAB 9397/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0236/2019

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: LEONÍZIA LIMA ENES (OAB 9159/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: THAYLANE ENES MARTINS (OAB 13308/AM) - Processo 0600697-09.2018.8.04.0016 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Injúria - REPTANTE: Dahilton Pontes Cabral - Mac - Empreendimentos Imobiliarios Ltda. - REPTADA: Nayra Thauana Enes Martins - Instrução e Julgamento Data: 19/03/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Leonízia Lima Enes (OAB 9159/AM)
Thaylane Enes Martins (OAB 13308/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0242160-46.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Marcos Everton Nascimento Cabral e outro - Instrução e Julgamento Data: 19/03/2019 Hora 10:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM) - Processo 0610376-78.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Cosmo Pereira da Silva - Intime-se o curador nomeado Adrihan Linkohl Cardoso - OAB/AM 11.043, para que no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os quesitos no incidente de insanidade mental do acusado, na medida em que o representante ministerial já apresentou os seus às fls. 205/207. À Secretaria para tomar as diligências cabíveis. Cumpra-se.

Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0241/2019

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0200270-64.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Wanderley Lopes de Oliveira e outros - SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de ação criminal proposta contra Wanderley Lopes de Oliveira em que houve a suspensão do processo para os fins previstos no art. 89, § 1º da Lei nº 9.099/95. Certidão do Juízo de Direito da VEMEPA informando acerca do cumprimento das condições da Suspensão Condicional do Processo por parte do acusado Wanderley Lopes de Oliveira às fl. 341. É o sucinto relatório. Decido. Haja vista que o período de prova já se esgotou, sem que houvesse revogação é indubitável a declaração da extinção da punibilidade. Ex positis, DECLARO EXTINTA a punibilidade, nos termos do artigo 89, § 5º da Lei 9.099/95, dando-se a devida baixa na distribuição desta Ação, vez que transcorreu o prazo do período de prova sem que este tenha sido revogado. Transcorrido o prazo para o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Manaus, 07 de março de 2019.

Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0242/2019

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0623241-36.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Jose Bazilio - Ante o exposto, nos termos dos artigos 336 e 337 do Código de Processo Penal, INDEFIRO o pedido de restituição da fiança.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM), ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: MARIANA BEATRIZ WALTER GILLUNG (OAB 403767/SP) - Processo 0211753-67.2009.8.04.0001 (001.09.211753-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Márcio Rogério da Silva e outros - VÍTIMA: Transportes Bertololi Ltda - Defiro o requerimento de folhas retro. Intime-se a defesa do acusado Márcio Rogério da Silva, a fim de tomar ciência da sentença exarada às folhas 320/328. À Secretaria para tomar as diligências cabíveis. Cumpra-se.

Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
Mariana Beatriz Walter Gillung (OAB 403767/SP)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0245/2019

ADV: CARLA VLADIANE ALVES LEITE (OAB 6976/AM), ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: MARIANA BEATRIZ WALTER GILLUNG (OAB 403767/SP) - Processo 0211753-67.2009.8.04.0001 (001.09.211753-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Márcio Rogério da Silva e outros - VÍTIMA: Transportes Bertololi Ltda - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte CONDENO Márcio Rogério da Silva, nas sanções penais do art. 155, § 4º, II e IV do CPB.

Carla Vladiane Alves Leite (OAB 6976/AM)
Mariana Beatriz Walter Gillung (OAB 403767/SP)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)

9ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DEBORA MARQUES PEREIRA DIB
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2019

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0661927-97.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Antonio Felipe Carvalho de Freitas - Erick Rodrigues de Souza - Marcos Danilo Azevedo Cardoso - (...) Assim sendo, por todo o exposto, julgo procedente a denúncia e CONDENO Antonio Felipe Carvalho de Freitas, Erick Rodrigues de Souza e Marcos Danilo Azevedo Cardoso nas penas do Art. 157, §2.º, II, c/c Art. 70 e 71, todos do CPB. Passo a dosar as penas dos condenados. Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que suas culpabilidades estão evidenciadas; de seus antecedentes colho primariedade, o que não lhes desdoura as personalidades. O motivo alegado não justifica o crime ou afasta a tipicidade de seu ato. Realce-se que as vítimas em nada contribuiram para a prática, que teve módicas conseqüências, pois que no desdobramento do crime não houve mal maior. À vista do exposto, com espeque no Art. 68 do CPB, considerando a primariedade de todos, fixo-lhes a pena base em 04 anos de reclusão pelo delito de Roubo. A segunda fase passa sem alterações, por força da Súmula 231, do STJ. Na derradeira etapa, impinjo-lhes 1/3 (um terço) da causa de aumento reconhecida no corpo da fundamentação, transmutando a reprimenda em 05 anos e 04 meses de reclusão, sobre os quais incidem 1/6 (um sexto) da continuidade delitiva perfazendo 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão, individualmente. Para não incorrer em dupla apenação, deixo de aplicar o percentual atinente ao concurso formal. EMENTA: ROUBOS. CONCURSO FORMAL ENTRE OS DOIS PRIMEIROS. CONTINUIDADE DELITIVA COM OS OUTROS DOIS. "BIS IN IDEM" CONFIGURADO. REGRA DO ART. 70 DO CP AFASTADA. CONDENAÇÃO POR QUATRO ROUBOS EM CONTINUIDADE DELITIVA. PATAMAR DE AUMENTO. CRITÉRIO MATEMÁTICO. CORRUPÇÃO DE MENORES. CONCURSO FORMAL. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. - Havendo a concorrência de concurso formal e crime continuado, aplica-se somente um aumento de pena, o relativo à continuidade delitiva, sob pena de bis in idem. - Em se tratando de aumento de pena referente à continuidade delitiva, aplica-se a fração de 1/6 pela prática de duas infrações; 1/5 para três infrações; 1/4 para quatro infrações; 1/3 para cinco infrações; 1/2 para seis infrações e 2/3 para sete ou mais infrações. - Ocorrendo o crime de roubo e, no mesmo momento, o crime de corrupção de menores, aplica-se o concurso formal, considerando-se que os dois delitos foram praticados mediante uma só ação, nos termos do art. 70 do Código Penal. APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0105.17.069010-8/001 - COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES - APELANTE (S): RICHELLE MADEIRA MIRANDA - APELADO (A)(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - VÍTIMA: P.E.S.L., A.R.R., A.C.L., G.W.F.S.A C Ó R D Ã O Impinjo-lhes, ainda 15 (quinze) dias-multa à razão de 1/30 (um trinta avos) do SM, tudo de forma individual. Os réus iniciarão o cumprimento de pena no regime semiaberto, de acordo com o Art. 33, § 3º, "c", c/c Art. 59, todos do Código Penal. Não podem apelar em liberdade pela gravidade da conduta, mas a execução provisória por ser mais benéfica é devida. Detração no que couber. Custas rateadas. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lancem-se seus nomes no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Expeçam-se os mandados de prisão e guias de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP. P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para circulação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus (AM), 11 de março de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito.

Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)

Autos nº:0607819-84.2019.8.04.0001
ClasseAuto de Prisão Em Flagrante
AssuntoFurto

SENTENÇA

Relata o Caderno Investigatório que a nacional JAQUELINE PEREIRA DA SILVA, no dia 18.02.2019, em tese, tentou subtrair para si produtos de higiene, que totalizavam o valor de R$ 162,97 (cento e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos), conforme Auto de Exibição e Apreensão, tendo como vítima a empresa Carrefour.

Inicialmente, trago à baila a descrição do Princípio da Insignificância apresentada pelo Superior Tribunal de Justiça:

"Princípio da insignificância tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, ou seja, não considera o ato praticado como um crime, por isso, sua aplicação resulta na absolvição do réu e não apenas na diminuição e substituição da pena ou não sua não aplicação. Para ser utilizado, faz-se necessária a presença de certos requisitos, tais como: (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada (exemplo: o furto de algo de baixo valor). Sua aplicação decorre no sentido de que o direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social."

Neste contexto, anoto que a situação fática apresenta, pelo valor/natureza da coisa furtada, pela condição de pobreza e pelos bons antecedentes da agente, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento, inexpressiva lesão aos bens jurídicos, mínima ofensividade da conduta e nenhuma periculosidade da ação, posto pelo Tribunal da Cidadania como requisitos de aplicação do princípio da insignificância.

Analisando a proporcionalidade do que foi furtado vê-se que os bens são suficientes apenas para suprir as necessidades básicas imediata, afastada qualquer possibilidade de caráter comercial que lhe pudesse gerar receita.

Neste contexto, nota-se que o obrar da ré, ainda que provado, está acobertado pelo princípio da insignificância, tendo afastada a tipicidade da ação e, em consequência, o crime, que é ação típica, antijurídica e culpável, porque, como é cediço a falta de qualquer um desses requisitos arreda a configuração do delito.

Destaco, ainda, que o Princípio da Insignificância está intimamente ligado ao Princípio Constitucional implícito da Intervenção Mínima do Direito Penal. Dessa forma, a subtração de objetos de valor insignificante, que foram recuperados e restituídos, inclusive, não constitui ação hábil à reprimenda Estatal, pois a punição de um ato de pouca lesividade à ordem jurídica não justifica a movimentação da máquina judiciária.

Assim sendo, acolho o parecer de fls. 29/30, do ilustre representante do Ministério Público, cujo relatório passo a adotar como razão de decidir e DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente Caderno Persecutório distribuído sob o nº 0607819-84.2019.8.04.0001.

Dê-se baixa com as providências de estilo.

Manaus, 22 de fevereiro de 2019.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

Autos nº 0619186-13.2016.8.04.0001
HEBERT DE SOUSA FALCÃO

O Ministério Público Estadual, por sua representante com atribuições neste Juízo e Vara, ofereceu e teve recebida, denúncia contra HEBERT DE SOUSA FALCÃO imputando-lhe a autoria do delito inserto no Art. 155 c/c Art. 14, II, do Código Penal.

Sem adentrar o mérito da questão, vê-se que a pretensão punitiva estatal acha-se frustrada pela ocorrência da prescrição, conforme pontua o MP nos arrazoados finais, ao término da AIJ.

O delito imputado ao réu tem pena prescrição no intersticio de 04 anos, reduzidos pela metade em razão da menoridade relativa do agente. O intervalo de 02 anos já foi ultrapassado desde a última causa de interrupção em 2016, com o recebimento da atrial.

Pelo exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO ACUSADO HEBERT DE SOUSA FALCÃO nestes autos, e o faço com arrimo nos Arts. 109, 107, IV (primeira figura) c/c 115, todos da Lei Substantiva Penal, de ofício, que é como determina a Lei:

PROCESSO PENAL - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - DECLARAÇÃO EX OFFICIO PELO TRIBUNAL AD QUEM - INTELIGÊNCIA DO ART. 61, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 1) - É de se extinguir a punibilidade do agente quando ocorrer a prescrição da pretensão punitiva do Estado, com base na pena in concreto - 2) - Como matéria de ordem pública, a prescrição deve ser decretada ex officio em qualquer fase do processo ou grau de jurisdição.

ACR 706/97 - Rel. Des. Dôglas Evangelista - J. 17.02.98).

Feitas as necessárias anotações e comunicações de praxe, dê-se baixa e arquive-se.

Manaus (AM), 01 de março de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos nº 0610406-50.2017.8.04.0001
Simone Monteiro do Nascimento

(...) Isso posto, como a certeza total e plena da autoria e da culpabilidade não se encontra no processo, no estudo parcimonioso da prova, fulcrado no princípio basilar do in dubio pro reo, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA E ABSOLVO Simone Monteiro do Nascimento nos termos do artigo 386 do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei 11.690/2008, que estatui: " Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: (...)VII - não existir prova suficiente para a condenação.

Custas pelo Estado.

P.R.I.C. Extraindo-se o dispositivo para publicação no DJE.

Manaus (AM), 01 de março de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos nº: 0242462-75.2015.8.04.0001
FRANCISCO EDILSON FEITOSA PEREIRA

(...) Por tudo quanto visto e examinado, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA e condeno FRANCISCO EDILSON FEITOSA PEREIRA por malferir o Art. 155, do CPB, nestes autos. Nada mais me cabe se não lhe dosar a pena.

Destarte, atento às disposições dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal, fixo como pena-base o quantum de 01 ano de reclusão. Na segunda fase, nada há a considerar. À míngua de outras causas de aumento e/ou diminuição, a pena total e definitiva é ao norte fixada, mais 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 do SM, em regime aberto.

Como visto acima, mostra que além do presente feito não conta o réu com condenações criminais trânsitas em julgado.Dessarte, não podem as ações penais e inquéritos policiais em curso ser valoradas negativamente de modo a impedir a substituição, eis que ele não denota periculosidade nem más condições pessoais.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO NA VIA ELEITA. TRÁFICO. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. AÇÕES PENAIS EM CURSO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 444/STJ. REDUTORA DA PENA. ART. 33, § 4º DA LEI 11.343/06. FIXAÇÃO EM PATAMAR DIVERSO DO MÁXIMO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ILEGALIDADE. APLICAÇÃO DE 2/3.

REDIMENSIONAMENTO DA PENA PARA PATAMAR INFERIOR A 4 ANOS. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. PRIMÁRIO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS.

POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA.

CABIMENTO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Como é cediço, ações penais em andamento não se prestam a majorar a reprimenda, seja a título de maus antecedentes, conduta social negativa ou personalidade voltada para o crime, em respeito ao princípio da presunção de não culpabilidade, nos termos da Súmula n.444/STJ.

3. No caso, o fundamento “o envolvimento do recorrente em situações delitivas anteriores (roubo e homicídio), somado à perpetração do ilícito em análise, deixa entrever certa propensão ao cometimento de crimes, o que explica - e respalda a fundamentação expendida pelo juiz sentenciante acerca das “circunstâncias do crime”, a revelar que “a ousadia e o destemor à Justiça” concitam a contumácia.” não se presta a valorar negativamente os vetores do art. 59 do código Penal. Isso porque não há notícias de que esses delitos anteriores tenham transitado em julgado, o que violaria o enunciado n. 444 da Súmula desta Corte Superior. 4. O Tribunal a quo aplicou a redutora prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, contudo, em patamar inferior ao máximo em razão das mesmas circunstâncias sopesadas na primeira fase ora reputadas inidôneas. Assim, mostra-se ilegal a aplicação da redutora em patamar diverso do máximo previsto no art. 33, § 4º da Lei n. 11.343/2006, porquanto ausente motivação concreta que a justifique.

5. Tendo em vista o redimensionamento da pena para patamar inferior a 4 anos e tratando-se de paciente primário, com circunstâncias judiciais favoráveis, mostra-se adequado o regime aberto, nos termos do art. 33, § § 2º e 3º, do Código Penal, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para redimensionar a pena do paciente e fixar o regime aberto, substituída a pena corporal por medidas restritivas de direitos, a serem estabelecidas pelo Juízo das Execuções Penais.

(HC 365.601/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 29/03/2017)"

Diante do exposto, transformo a pena privativa de liberdade aplicada em pena restritiva de direitos, determinando que FRANCISCO EDILSON FEITOSA PEREIRA preste serviços gratuitos à cidade de Manaus, pelo prazo de duração de sua pena, a contar do primeiro dia de trabalho prestado durante 01 (uma) hora por dia, de modo a não prejudicar suas atividades laborais normais, conforme suas aptidões físicas e intelectuais.

Dispensado das custas.

Poderá apelar em liberdade.

Após o trânsito em julgado desta, remetam-se os autos à VEMEPA, onde será especificado o local de cumprimento da reprimenda.

PRIC.

Manaus (AM), 01 de março de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos nº 0241735-58.2011.8.04.0001
Ivan Vieira Pontes

(...) Isso posto, como a certeza total e plena da autoria e da culpabilidade por parte da acusada não se encontra no processo ,no estudo parcimonioso da prova, fulcrado no princípio basilar do in dubio pro reo, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA E ABSOLVO IVAN VIEIRA PONTES neste caderno nos termos do artigo 386, do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei 11.690/2008, que estatui: " Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: VII – não existir prova suficiente para a condenação.

TJES APR 12950007323 ES 012950007323

Relator(a): OSLY DA SILVA FERREIRA

APELACAO CRIMINAL PROVA DUVIDOSA QUANTO A CULPABILIDADE - PRINCIPIO DO “IN DUBIO PRO REO” - ABSOL VICAO. TRATANDO-SE DE PROVA DUVIDOSA, QUE NEM CONVENCEU O PROPRIO ORGAO ACUSADOR QUANTO A CULPABILIDADE DO AGENTE, HA QUE SE DECIDIR SEMPRE EM FAVOR DO REU, ADOTANDO- SE O AXIOMA DE QUE E PREFERIVEL ABSOLVER UM CULPADO DO QUE CONDENAR UM INOCENTE: O PRINCIPIO DO “IN DUBIO PRO REO”. APELACAO PROVIDA, PARA JULGAR IMPROCEDENTE A DE- NUNCIA, EM PARTE, A FIM DE ABSOLVER ROBSON TOME PEREI- RA, NOS TERMOS DO ART. 386, INC. IV, DO COD. PROC. PE NAL.

Custas pelo Estado.

P.R.I.C. Extraindo-se o dispositivo para publicação no DJE.

Manaus (AM), 01 de março de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos nº: 0226058-75.2017.8.04.0001
Alcilene Thomaz Monteiro

(...) Isso posto, como a certeza total e plena da autoria e da culpabilidade não se encontra no processo, no estudo parcimonioso da prova, fulcrado no princípio basilar do in dubio pro reo, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA E ABSOLVO Alcilene Thomas Monteiro, neste caderno , nos termos do artigo 386 do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei 11.690/2008, que estatui: " Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: (...)VII - não existir prova suficiente para a condenação.

Custas pelo Estado.

P.R.I.C. Extraindo-se o dispositivo para publicação no DJE.

Manaus (AM), 01 de março de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos nº 0262515-53.2010.8.04.0001
Percilia Florêncio da Silva

Vistos, etc.

A nacional Percilia Florencio foi indiciada pelo delito de apropriação indébita havida no ano de 2006, sem que até o momento tenha sido oferecida a denúncia.

Compulsando novamente o caderno, vejo que a pretensão punitiva estatal acha-se fulminada como pontua a promotoria.

O delito em questão tem prescrição em 12 anos, os quais já foram ultrapassados, devido à inexistência de quaisquer causas interruptivas.

Assim, DECRETO EXTINTA A PUNIBILIDADE da indiciada antes nominada nestes autos principais e arrimo minha decisão no Art. 107, IV (primeira figura) e no Art. 109,III, ambos combinados com o Art. 61 do CPP, no esteio da melhor jurisprudência:

PROCESSO PENAL - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - DECLARAÇÃO EX OFFICIO PELO TRIBUNAL AD QUEM - INTELIGÊNCIA DO ART. 61, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 1) - É de se extinguir a punibilidade do agente quando ocorrer a prescrição da pretensão punitiva do Estado, com base na pena in concreto - 2) - Como matéria de ordem pública, a prescrição deve ser decretada ex officio em qualquer fase do processo ou grau de jurisdição.

ACR 706/97 - Rel. Des. Dôglas Evangelista - J. 17.02.98).

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - DECLARAÇÃO EX OFFICIO EM QUALQUER MOMENTO OU GRAU DE JURISDIÇÃO - 1) Exaurido tempo suficiente entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória e desde que aperfeiçoado o trânsito em julgado para a acusação, consuma-se a prescrição retroativa, que é regulada pela pena in concreto e fulmina a pretensão punitiva estatal - 2) Em sendo o réu menor de vinte e um anos à data do fato típico, conta-se o prazo prescricional pela metade - 3) Verificada a prescrição do ius puniendi, impõe-se o decreto de extinção da punibilidade, mesmo ex officío, por tratar-se de matéria de ordem pública, que deve ser conhecida e declarada, independentemente de provocação, em qualquer fase processual ou grau de jurisdição.

Ap.Crim. 825/97 - Rel. Des. Mário Gurtyev - j. 09.12.97 - Ac. 002147.

Feitas as necessárias anotações e comunicações de praxe, dê-se baixa e arquive-se.

Manaus (AM), 07 de março de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos nº 0637525-54.2015.8.04.0001
Richard Nixon Vinhote Aida

(...) Destarte, como está comprovada sua inimputabilidade ao tempo do fato, a sua absolvição imprópria se impõe, por força da Lei sujeitando-o, no entanto, a MEDIDA DE SEGURANÇA, pois que o crime que se lhe imputa a prática é punível com pena reclusiva, nos ditames do artigo 97, §1º, do CP.

Em razão das recomendações encerradas nos laudos e oficios expedidos acerca da situação atual do acriminado , determino que o referido seja submetido a tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 01 ano, como medida de segurança, tudo em conformidade com o Art. 98 do CPB.

"Se o laudo oferecido no incidente de sanidade mental afirma que bastará o tratamento ambulatorial, não há porque ser determinada a internação do réu, se logo a seguir poderá a vir a ser desinternado condicionalmente (TACRIMSP – JUTACRIM 93/181).

Após o trânsito em julgado desta, extraiam-se as peças imprescindíveis para remessa a VEP.

Em se tratando de medida de segurança, tanto a internação quanto o tratamento ambulatorial são por tempo indeterminado, perdurando enquanto não averiguada a cessação da periculosidade, devendo o magistrado na sentença, que os aplica, designar seu prazo mínimo, de 1 a 3 anos, sendo certo que, a qualquer tempo poderá o juiz da execução determinar o exame, mesmo antes do prazo mínimo estabelecido na decisão. (TACRIMSP-RJDTACRIM 20/124).

P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para circulação no Diário de Justiça Eletrônico.

Manaus (AM), 07 de março de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos nº 0205054-26.2010.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Tipo Completo da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>:Nome da Parte Ativa Principal << Informação indisponível >>
Réu:Elton Asdrubal Nazaré de Souza

Cuida-se de pedido de extinção da punibilidade formulado pela DPE após a prolatação do acórdão que reformou a sentença condenatória.

De tudo quanto visto e examinado nos autos virtualizados, observa-se a prescrição da pena concretamente aplicada. Com o trânsito em julgado firmando a reprimenda em 04 anos de reclusão, a pretensão punitiva estatal é fulminada após decorridos 08 anos.

No caso concreto, a última causa interruptiva da prescrição foi o recebimento da atrial e quando da resolução do mérito o interstício legal acima mencionado já havia sido ultrapassado.

Pelo exposto, DECRETO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO CONDENADO Elton Asdrubal Nazaré de Souza, e arrimo minha decisão no Art. 107, IV (primeira figura) c/c no Art. 109, IV, ambos afinados com o Art. 61 do CPP, no esteio da melhor jurisprudência:

PROCESSO PENAL - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - DECLARAÇÃO EX OFFICIO PELO TRIBUNAL AD QUEM - INTELIGÊNCIA DO ART. 61, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 1) - É de se extinguir a punibilidade do agente quando ocorrer a prescrição da pretensão punitiva do Estado, com base na pena in concreto - 2) - Como matéria de ordem pública, a prescrição deve ser decretada ex officio em qualquer fase do processo ou grau de jurisdição.

ACR 706/97 - Rel. Des. Dôglas Evangelista - J. 17.02.98).

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - DECLARAÇÃO EX OFFICIO EM QUALQUER MOMENTO OU GRAU DE JURISDIÇÃO - 1) Exaurido tempo suficiente entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória e desde que aperfeiçoado o trânsito em julgado para a acusação, consuma-se a prescrição retroativa, que é regulada pela pena in concreto e fulmina a pretensão punitiva estatal - 2) Em sendo o réu menor de vinte e um anos à data do fato típico, conta-se o prazo prescricional pela metade - 3) Verificada a prescrição do ius puniendi, impõe-se o decreto de extinção da punibilidade, mesmo ex officío, por tratar-se de matéria de ordem pública, que deve ser conhecida e declarada, independentemente de provocação, em qualquer fase processual ou grau de jurisdição.

Ap.Crim. 825/97 - Rel. Des. Mário Gurtyev - j. 09.12.97 - Ac. 002147.

Feitas as necessárias anotações e comunicações de praxe, dê-se baixa.

Manaus (AM), 07 de março de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos nº 0656781-75.2018.8.04.0001
Francimar de Moraes Almeida

(...) Vencida a fundamentação obrigatória, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA e condeno FRANCIMAR DE MORAES ALMEIDA nestes autos por malferir o Art. 14 da Lei 10.826/03 e Art. 307 do CPB, em concurso material e não formal, porque os desígnios são absolutamente autônomos entre si.

De tudo quanto visto e analisado, tenho que a culpabilidade do acusado está evidenciada. Vejo nos seus antecedentes criminais não ser a primeira vez que resvala para o crime havendo condenação anterior, o que desdoura sua personalidade. O motivo não elide a tipicidade. Inexiste no coligido algo digno de nota acerca das circunstâncias da figura típica além do que já foi dito anteriormente. As conseqüências são módicas, eis que o crime de perigo tem natureza mais branda que o de dano.

Destarte, atento às disposições dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal, fixo como pena-base o quantum de 03 anos de reclusão pelo delito do Estatuto do Desarmamento, porque eram duas armas, o que eleva a periculosidade de sua ação, mais ainda se levarmos em conta o envolvimento do acusado com delitos de homicídio e tráfico de drogas, conforme mostra sua folha corrida. Na segunda fase da dosimetria, faço a compensação entre a reincidência e a confissão. Como a derradeira passa sem outras causas modificativas, é aquele o total devido pelo crime, mais 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo.

Quanto ao crime de Falsa Identidade, fixo como pena-base 03 meses de reclusão, que permanecem inalterados nas demais fases e deverão ser executados após a pena de reclusão.

Deixo de conceder ao condenado a substituição da pena privativa de liberdade aplicada, nos termos do artigo 44 , inciso III, do Código Penal , em restritiva de direitos , dada a sua vida ante acta consubstanciada na supradita Folha de Antecedentes Criminais.

O regime de cumprimento é o semiaberto, por permissivo da Súmula 269 do STJ. Não poderá apelar em liberdade, mas se a execução provisória não contrastar com a anterior, é devida por ser mais benéfica.

Detração no que couber.

Dispensado das custas.

Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências:

Lance-se o nome do apenado no rol dos culpados;

Expeça-se a guia de recolhimento propriamente dita, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP.

Como se infere da instrução processual a irregularidade das armas apreendidas em poder do acusado, as tenho imprestáveis para outros fins e determino a remessa ao Comando do Exército, para destruição, nos termos do Art. 25 da Lei 10.826/03, obedecidas as formalidades legais:

Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei.

P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para publicação.

Manaus (AM), 13 de março de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

NOTAS DE INTIMAÇÃO - ADVOGADOS

Processo nº: 0661927-97.2018.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Roubo Majorado
Réu(s): Antonio Felipe Carvalho de Freitas, Erick Rodrigues de Souza e Marcos Danilo Azevedo Cardoso
Advogado(s): Muller Henrique Pessoa, Cândido Honório Soares Ferreira Neto, Giselle Cristina Monteiro Ferreira, Andréa Marques Telles de Souza, Marcos Dino da Rocha Marinho, Muller Henrique Pessoa, Lindomar Lima de Souza, Amadeu Jardim Maués Filho e Cândido Honório Ferreira Filho
Finalidade: Apresentação de memoriais
Manaus, 14 de março de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

Processo nº: 0203971-04.2012.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Estelionato
Denunciado(s): Márcia Maria Gomes da Silva
Advogado(s): Carlos Venícios de Assis Santana
Finalidade: Apresentação de memoriais
Manaus, 14 de março de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0114/2019

ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG), ADV: JOSÉ CASTRO PONTES (OAB 10981/AM) - Processo 0202223-29.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - ACUSADO: Luid Magno Alves de Oliveira - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para submeter LUID MAGNO ALVES DE OLIVEIRA, anteriormente qualificado, como incurso na conduta prevista no artigo 16, parágrafo único, inciso IV da lei n. 10.826/03.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM) - Processo 0218615-10.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso - RÉU: João Evangelista dos Santos Filho - Diante do exposto, declaro extinta a punibilidade em face de João Evangelista dos Santos Filho, nos termos do art. 89, § 5º, da Lei 9099/95. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição.

ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM) - Processo 0234265-34.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Josicleiton Machado Barreiros - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu JOSICLEITON MACHADO BARREIROS, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 157, §2º, inciso I e II, c/c art. 70, do CPB e das penas previstas para o art. 244-B, do ECA, todos na forma do art. 70, do CPB.

César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
José Castro Pontes (OAB 10981/AM)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0113/2019

ADV: KENNEDY ALVES DA SILVA (OAB 5519/AM) - Processo 0610668-97.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Kezia Jakeline Cavalcante Menezes e outros - ACUSADO: Eliton Rodrigo da Silva Souto Maior e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) 5519/AM - Kennedy Alves da Silva, devidamente constituído(a) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO.

Kennedy Alves da Silva (OAB 5519/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MATEUS GUEDES RIOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0079/2019

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0009114-93.2010.8.04.0011 (011.10.009114-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU PRESO: Ezequiel Cardoso do Nascimento Filho - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, a patrona do acusado para comparecer na Enfermaria Psiquiátrica, localizada nas dependências do Centro de Detenção Provisório de Manaus - CDPM I, (Rodovia BR 174 - KM891, antigo KM 08), no dia 26/03/2019 às 11h00min, tendo em vista ser curadora do réu desde o ano 2011, bem como informe ao mesmo sobre a realização de exame de insanidade, em razão da não localização de endereço atualizado nos autos.

ADV: LUCIANNE PIRES EWERTON (OAB 494A/AM) - Processo 0075323-84.2004.8.04.0001 (001.04.075323-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Heliton de Oliveira Leal e outro - DESPACHO Recebi hoje. DEFIRO a Promoção de fl. 145. Paute-se data para a realização da Audiência de continuação, expedindo-se todos os atos necessários. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de outubro de 2018

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0210626-55.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Eduardo Feitosa de Souza - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 09/04/2019, às 10H30MIN.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0211370-50.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Jamerson Oliveira Castro (Falecido) - INDICIADO: Carlos Alexandre Ferreira da Silva - Indeferimento do pedido de revogação II

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM) - Processo 0211370-50.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Carlos Alexandre Ferreira da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 19/03/2019, ÀS 08H30.

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0215797-32.2009.8.04.0001 (001.09.215797-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Márcio Anderson Barros de Souza - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 22/04/2019, às 09H00MIN.

ADV: WASHINGTON LUIZ COSTA DE JESUS (OAB 3172/AM), ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM) - Processo 0215823-30.2009.8.04.0001 (001.09.215823-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Bruno Silva de Almeida e outros - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 09/04/2019, às 09H30MIN.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0239168-59.2008.8.04.0001 (001.08.239168-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Marivan dos Santos Amaral - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 09/04/2019, às 10H30MIN.

ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lucianne Pires Ewerton (OAB 494A/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Washington Luiz Costa de Jesus (OAB 3172/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0045/2019

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM) - Processo 0003473-47.1998.8.04.0011 (011.98.003473-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Edilson Rodrigues Barbosa Alho - Josimar Rodrigues Barbosa Alho e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0003473-47.1998.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra Edilson Rodrigues Barbosa Alho, por infração Art. 121 “caput” c/c Art. 29 “caput” ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Raimundo Hitotuzi de Lima OAB 2024/AM, Natan Monteiro da Silva OAB 4142/AM, Danielle Vieira Hitotuzi Paes OAB 4631/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM) - Processo 0003473-47.1998.8.04.0011 (011.98.003473-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Edilson Rodrigues Barbosa Alho - Josimar Rodrigues Barbosa Alho e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0003473-47.1998.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra Josimar Rodrigues Barbosa Alho, por infração Art. 121 “caput” c/c Art. 29 “caput” ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Natan Monteiro da SilvaRaimundo Hitotuzi de LimaJander Roosevelt Romano Tavares junior, OAB 4142/AM, 2024/AM e 9483/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0211661-11.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Laerce da Silva Noberto e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211661-11.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Laerce da Silva Noberto, por infração Art. 121 § 2º, I, II c/c Art. 29 “caput” e Art. 211 e Art. 29 “caput” todos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Raiany Priscila de Souza FeijoEGUINALDO GONÇALVES DE MOURA, OAB 12556/AM e 3761/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: GEISA RODRIGUES DA FROTA (OAB 8871/AM) - Processo 0226701-38.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Outras fraudes - VÍTIMAFATO: João Nogueira da Rocha - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juiza de Direito, da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO HABILITADA NOS AUTOS, adiante identificada, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0226701-38.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Brendo Fernandes Miranda, por infração Art. 121 § 2º, II c/c Art. 29 “caput” e Art. 211 e Art. 155 § 3º § 4º, IV todos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Geisa Rodrigues da Frota, OAB/AM 8.871, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 28/03/2019 às 08:00h, no PLENÁRIO DO JÚRI, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para

que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de março de 2019. Eu, Gabriel dos Santos Almeida, Estagiário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0228005-09.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Wemerson Ribeiro Guimarães e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0228005-09.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Wemerson Ribeiro Guimarães e Thiago da Silva Carvalho, por infração Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 158 § 1º ambos do(a) CP e Art. 1-º, I, "a" do(a) LEI 9455/1997 c/c Art. 29 "caput" do(a) CP e Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 158 § 1º ambos do(a) CP e Art. 1-º, I, "a" do(a) LEI 9455/1997 c/c Art. 29 "caput" do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Jesualdo Ferreira Monteiro; Frederico Gustavo Távora; Patrícia Sena Praia; Daisy Feitosa Coutinho; Elcinete Cardoso de Almeida; Alexandre Martins de Mendonça; Anadir Ribeiro Nogueira; Helder Brandão Góes; Jones de Oliveira Santos; LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA; Lauri Dario Bock, OAB 7935/AM; 8244/AM; 8244/AM; 6989/AM; 6946/AM; 9107/AM; 9704/AM; 9780/AM; 9616/AM; 13150/AM; 12074/AM, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados Michel Alves dos Santos, Wemerson Ribeiro Guimarães e Thiago da Silva Carvalho, qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do art. 121, §2º,I e IV e art. 158, §1º, c/c art. 29, todos do CPB e art. 1º, I, "a" da Lei n. 9.455/97, c/c art. 69, do Código Penal Brasileiro. Outrossim, em razão dos réus terem respondido a todo o processo e liberdade, não havendo por ora razão para determinar-se a custódia, autorizo que aguardem julgamento no estado em que atualmente se encontram. Intimem-se os ora pronunciados, desta sentença, entregando-lhes cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-os por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réu no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 18 de janeiro de 2019.", no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 13 de março de 2019 Eu, Lucas Victor Gonçalves Assunção, Estagiário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0244910-55.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Jorge Raimundo Leite Pessoa - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0244910-55.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jorge Raimundo Leite Pessoa, por infração Art. 121 "caput" do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Muller Henrique Pessoa, OAB 8.124/AM, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado JORGE RAIMUNDO LEITE PESSOA, já qualificados nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, caput, do Código Penal Brasileiro. Por derradeiro, considerando que o acusado permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo nos autos qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais, a ensejar um novo decreto prisional nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Não obstante, determino que intime-se o réu para comprovar perante este Juízo, domicílio permanente e emprego fixo, e após façam-me conclusos. Intimem-se pessoalmente o acusado pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Não havendo recurso desta decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus,22 de janeiro de 2019 ", no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 13 de março de 2019 Eu, Lucas Victor Gonçalves Assunção, Estagiário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Geisa Rodrigues da Frota (OAB 8871/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Jander Roosevelt Romano Tavares junior (OAB 9483/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0613355-13.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Maurício Belarmino da Silva, por infração Art. 121 §2º, VI todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PARCIAL PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado JOSÉ OSMAR DOS SANTOS, já qualificados nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §º, inciso I (motivo torpe) e IV (feminicídio) c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal Brasileiro. Outrossim, em consulta à Certidão de Antecedentes Criminais em anexo, verifica-se que o acusado apresenta extensa ficha delitiva, demonstrando, portanto, o comportamento inclinado à prática criminosa, revelando-se perigoso e nocivo ao meio social. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e seu, respectivo, antecedentes criminais, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão do ora pronunciado, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §º do Código Processo Penal.Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Após o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias.Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 22 de fevereiro de 2019.", atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 14 de março de 2019 Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0218688-45.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Rafael Santiago da Silva (Parazinho ou Pretinho) e Breno Cordeiro da Silva, por infração Art. 121 §2º, I, IV todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados BRENO CORDEIRO DA SILVA E RAFAEL SANTIAGO DA SILVA, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções Art. 121, §º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido). Outrossim, em consulta à Certidão de Antecedentes Criminais em anexo, verifica-se pelo modus operandi da conduta, bem como seus antecedentes criminais, a necessidade de manutenção do constrito cautelar, a fim de garantir a ordem pública. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e antecedentes criminais, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão dos oras pronunciados, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.Intimem-se pessoalmente o pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal.Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias.Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do

Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019.", atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 14 de março de 2019 Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0609524-54.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Rodrigo Rufino de Castro, por infração Art. 157 §2º, Parte A, I c/c Art. 69 "caput" e Art. 121 §2º, I, IV todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado RODRIGO RUFINO DE CASTRO, já qualificado nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções Art. 121, §º, incisos I (motivo torpe) e IV (emboscada) c/c art. 157, §-A, inciso I e art. 69, caput, todos do Código Penal Brasileiro.Outrossim, em consulta à Certidão de Antecedentes Criminais em anexo, verifica-se pelo modus operandi da conduta, a necessidade de manutenção do constrito cautelar, a fim de garantir a ordem pública. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e seu, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão do ora pronunciado, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.Intimem-se pessoalmente o pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal.Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias.Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019.", atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 14 de março de 2019 Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0616553-58.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Daniel Fonseca Silva e Alan Franca de Oliveira, por infração Art. 157 §2º, II e Art. 121 §2º, V, Parte A, I ambos do(a) CP e Art. 157 §2º, II todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados ALAN FRANCA DE OLIVEIRA E DANIEL FONSECA SILVA, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções Art. 121, §º, inciso V (assegurar vantagem obtida de outro crime) e VII (contra autoridade ou agente descrito integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela) c/c art. 14, inciso II (duas vezes) e art. 157, §2º, inciso II e §-A, inciso I (roubo majorado pelo uso de arma) (duas vezes), todos do Código Penal. Outrossim, em consulta à Certidão de Antecedentes Criminais em anexo, verifica-se pelo modus operandi da conduta, bem como seus antecedentes criminais, a necessidade de manutenção do constrito cautelar, a fim de garantir a ordem pública. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e antecedentes criminais, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão dos oras pronunciados, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo. Intimem-se pessoalmente o pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal.Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019.", atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal,

sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 14 de março de 2019 Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0609811-51.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Mateus Laranjeira da Silva, por infração Art. 121 §2º, I (duas vezes) todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado MATEUS LARANJEIRA DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §º, inciso I (motivo torpe) (duas vezes), ambos do Código Penal Brasileiro. Outrossim, em consulta à Certidão de Antecedentes Criminais em anexo, verifica-se que o acusado apresenta extensa ficha delitiva, demonstrando, portanto, o comportamento inclinado à prática criminosa, revelando-se perigoso e nocivo ao meio social. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e seu, respectivo, antecedentes criminais, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão do ora pronunciado, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal.Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §º do Código Processo Penal..Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Após o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias.Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Por derradeiro, abra-se vista ao Ministério Público para que se manifeste sobre o indiciado Fagner Castro dos Santos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 08 de março de 2019.", atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 14 de março de 2019 Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0202404-35.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: David Araujo Viana e outro - Recebidos e vistos, Fora designada Sessão de Julgamento para o dia 15.08.2019 às 08:30 horas, contudo, há decisão nos autos (fls. 421) autorizando o deslocamento do acusado para outra comarca até o dia 20.08.2019. Assim, de forma a não prejudicar a realização da Sessão e o comparecimento do acusado, REDESIGNO a sessão para o dia 01.10.2019 às 08:30 horas. À secretaria para providências.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB 920A/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0204217-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Robson Moraes Rodrigues - DENUNCIADO: AMÓS INHUMA MORAES e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado AMÓS INHUMA MORAES, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 2513852-9, mãe RAIMUNDA INHUMA MORAES, Nascido/Nascida 01/05/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA PEDRA MISTICA (ANTIGA RUA SANTA MARIA), N° 36, Próximo ao supermercado Rodrigues, TANCREDO NEVES, Manaus - AM, Fone 3639-9604 , nos termos do art. 420, § único do CPP, da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MODIFICADORA DE COMPETÊNCIA , proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0204217-58.2016.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 13 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB 920A/AM), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0204217-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Robson Moraes Rodrigues - DENUNCIADO: AMÓS INHUMA MORAES e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado LEANDRO SIMÃO DE LIMA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 1938283-9, com endereço à RUA PEDRA MÍSTICA (ANTIGA RUA SANTA MARIA), N° 84, TANCREDO NEVES, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MODIFICADORA DE COMPETÊNCIA , proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0204217-58.2016.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias,

salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 13 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB 920A/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0204217-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Robson Moraes Rodrigues - DENUNCIADO: AMÓS INHUMA MORAES e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado ISAIAS MORAES RODRIGUES, Brasileiro(a), Solteiro, Estudante, RG 2588259-7, CPF 018.643.222-41, mãe JOELMA MORAES RODRIGUES, Nascido/Nascida 31/07/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA PEDRA MISTICA (antiga rua santa maria), N°208 OU 114, pRÓXIMO AO SUPERMPróx. ao supermercado rodrigues, TANCREDO NEVES, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MODIFICADORA DE COMPETÊNCIA , proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0204217-58.2016.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 13 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB 920A/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0204217-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Robson Moraes Rodrigues - DENUNCIADO: AMÓS INHUMA MORAES e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado THIAGO MELO GONÇALVES BARBOSA, Brasileiro(a), Convivente, Desempregado, RG 2357009-1, pai CARLOS LEONDRE CRUZ BARBOSA, mãe WALDINA MELO GONÇALVES, Nascido/Nascida 13/01/1989, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA JOÃO SÓ (ANTIGA RUA SENADOR FÁBIO LUCENA), N° 17, TANCREDO NEVES, CEP 69085-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MODIFICADORA DE COMPETÊNCIA , proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0204217-58.2016.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 13 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM), ADV: WERNER AUGUST KARLS PRAETORIUS (OAB 1357/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0204805-36.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Romério Lopes e outros - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 23/09/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0206249-52.2011.8.04.0020 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: M.R.S.S.J. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria providencia a intimação da Defensoria Pública, com atuação neste juízo, para tomar conhecimento do ofício de fls. 316 que registra a impossibilidade de elaboração da perícia solicitada a fls. 193.

ADV: ADILSON BETCEL VASCONCELOS (ADVOGADO SUSPENSO) (OAB 6666/AM), ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0207821-32.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Lucas Levy Souza e outro - Recebidos e vistos, Diante da certidão de fls. 1069, e de forma a não prejudicar o bom andamento e realização da Sessão de Julgamento, REDESIGNO a sessão para o dia 08.07.2019 às 08:30 horas. À secretaria para providências.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0209589-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Kaio Albuquerque de Melo e outro - Recebidos e vistos. O impulso processual da instrução preliminar reclama a drástica providência da condução coercitiva. Diante da realidade processual, ORDENO a expedição do mandado de CONDUÇÃO COERCITIVA às TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO SAMIR SILVA DE LIMA e KELLY DOS SANTOS CAMPOS requeridas pelo Ministério Público para o oficial de justiça cumpri-lo dentro do período do seu plantão criminal, de modo a conceder-lhe prazo para cumprir a diligência. Consigne-se no mandado que, em caso de localização da testemunha, o oficial de justiça fica incumbido de conduzi-la e apresentá-la em cartório no horário de 08:00hs às 14:00hs, dentro do período de exercício do seu plantão criminal. A outrora certidão do oficial de justiça que anteriormente localizou a testemunha deverá constar em anexo ao mandado de condução coercitiva, a ser expedido, de modo a direcionar o cumprimento do referido mandado coercitivo. Em caso de cumprimento positivo, mediante a apresentação do destinatário em cartório, fica a secretaria desde já autorizada a designar data para a continuidade da instrução preliminar. Em caso de retorno negativo da diligência, em razão da impossibilidade de apresentação do destinatário, seja pela não localização do endereço ou da não localização do destinatário, fica a secretaria desde já autorizada a intimar o Ministério Público para consignar endereço diverso nos autos ou apresentar a referida testemunha em cartório, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão e continuidade da instrução preliminar, com a realização dos ulteriores atos processuais necessários. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0210240-20.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: Sergiomar Almeida Silva - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização da testemunha LUCIANA CHAVES MORAES arrolada(s) na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação do MINISTÉRIO PÚBLICO/DEFENSORIA PÚBLICA para indicar endereço(s) DIVERSO do(s) outrora utilizado(s) (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da(s) testemunha(s), outrora não localizada(s), a que insiste, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0210285-24.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: M.E.P. - Reporto-me à petição de fls. 229 em que o acusado Marcílio Egas Passos, por meio da Defensoria Pública, requer a intimação da testemunha Tatira Patrícia Viana de Siqueira por meio de contato telefônico, uma vez que existem telefones informados a fls. 220. Não há previsão legal para que a justiça providencie a intimação de testemunhas por meio de contato telefônico. Além da ausência de previsão legal, a medida é insegura, uma vez que não se pode precisar que o atendente da linha seja de fato a testemunha destinatária, o que poderia gerar inclusive celeuma processual. Como se trata de testemunha que interessa à defesa, nada impede que essa providência seja implementada pela própria parte interessada, no sentido de prover a apresentação da testemunha e assim produzir a sua prova testemunhal. Certo é que as medidas a serem adotadas pela justiça já foram empregadas e se encerraram, mostrando-se inúteis, conforme consta da certidão de fls. 226/227. Isto posto, fica indeferida a diligência de contato telefônico pelo juízo da 3ª Vara do Júri com a testemunha Tatira Partrícia Viana de Siqueira, sem prejuízo de a própria parte interessada na produção da prova providenciar a apresentação da testemunha na próxima audiência, sob pena de preclusão. Na mesma oportunidade, designo o dia 22 de março de 2019, às 10:00 hs para interrogar o acusado MARCÍLIO EGAS PASSOS, sem prejuízo de a defesa apresentar a testemunha Tatira Patrícia Viana no referido ato, sob pena de preclusão acerca da produção da prova e continuidade da marcha processual.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0216857-30.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: ENDERSON FONSECA DE BRITO (VULGO BUIU) - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para IMPRONUNCIAR o acusado EDERSON FONSECA DE BRITO, por não estarem presentes indícios suficientes de autoria contra o mesmo conforme estabelece o art. 414 do Código de Processo Penal, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0217631-94.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Aldeley de Aquino Silverio - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa da advogada 4121/AM - Luciana da Silva Terças, devidamente constituída nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para se manifestar quanto à certidão constante de fls. 439.

ADV: ARY SÉRGIO DA MOTA (OAB 82/AM), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM), ADV: YURI BENTES GUIMARÃES (OAB 10778/AM) - Processo 0225640-45.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: C.R.S.J. - Paulo Oliveira da Silva e outro - Recebidos e vistos. Consta lançado nos autos a consulta de endereços da testemunha de acusação, Aristéia Colares de Oliveira, devidamente pontuada na(s) respectiva(s) certidão(ões), a partir de banco de dados acessíveis ao juízo, e utilizados para notificar a(s) testemunhas para serem inquiridas judicialmente. Na presente etapa processual, há mandado de notificação expedido à testemunha de acusação faltante, com o fim de, em mais uma oportunidade, tentar notificá-la para ser inquirida em juízo. Em que pese o mandado de notificação à(s) testemunha(s) constar expedido nos autos, não se pode olvidar que, em ocasiões anteriores, fora(m) expedido(s) mandados de notificação a tal(is) testemunha, exatamente nos endereços pontuados nas respectivas certidões lançadas pela secretaria, os quais não lograram êxito, impossibilitando a produção da prova testemunhal. Isso demonstra que já houve a tentativa de localização da testemunha. Contudo, para evitar maior retardo processual, sobretudo, evitar que os atos processuais futuros sejam inúteis e criem óbices ao avanço da instrução criminal, com constantes redesignações de audiência, entendo que o atual cenário processual exige que medidas processuais sejam tomadas antecipadamente, como forma de velar pela razoável duração doprocesso e a garantia da celeridade de sua tramitação(CF, art. 5º, LXXVIII c\\\<c CPC, art.139, II), de forma a que o futuro ato processual tenha utilidade às partes, não só a acusação, mas também à defesa, que não pode aguardar indefinidamente a produção da prova testemunhal pela acusação. Pelo exposto, intime-se o Ministério Público para, querendo, providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da(s) testemunha(s) a que insiste na ulterior audiência designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s) (rua, nº., bairro), a ser apontado nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de continuidade da instrução com a realização dos ulteriores atos processuais. Não apresentado endereço diverso dos autos nem apresentada a testemunha na audiência vindoura,continuar-se-á a instrução criminale arealização dos ulterioresatos processuais, dentre os quais o interrogatório do(s) acusado(s), desde que o mesmonão seja revel ou não tenha sido interrogado, de modo a finalizar a instrução criminal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0225828-72.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Jonas Junior Frota Lima - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa das advogadas A3569/AM - Ana Esmelinda Menezes de Melo e 3455/AM - Sandra Regina dos Santos, devidamente constituídas nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para se manifestar quanto à certidão de fls. 237

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0230070-74.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Rafael da Silva Ferreira - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 26/09/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0233870-13.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Privilegiado - CONDENADO: Erlan de Lima Monteiro - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de Erlan de Lima Monteiro, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado Erlan de Lima Monteiro no sistema SAJ, e o consequente arquivamento dos autos.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0235025-51.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Marcos Frederico Gomes Rocha Pereira - Pedro Max Silva de Sena - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 29/03/2019 às 10:15h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0238104-67.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: O.S.A. - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado OBEDE DA SILVA AMAZONAS, Brasileiro(a), Convivente,

Policial Militar (13ª CICOM), RG 21974, mãe RUTE DA SILVA AMAZONAS, Nascido 22/07/1988, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 9355-3923, com endereço à AV. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, CIDADE DE DEUS, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0238104-67.2015.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 13 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0242969-36.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REQUERENTE: D.P.D.E.E.H.S.D. - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para IMPRONUNCIAR a acusada LETÍCIA BARBOSA CASTRO, por não estarem presentes indícios suficientes de autoria contra a mesma, conforme estabelece o art. 414 do Código de Processo Penal, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem. Em caso de aplicação de medidas diversas da prisão aplicadas ao réu, estas ficam revogadas. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM) - Processo 0250882-74.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Laerte Maciel Lopes Junior - Isto posto, NÃO CONHEÇO das pretensões formuladas pelo acusado LAERTE MACIEL LOPES JÚNIOR, uma vez que as matérias já foram decididas pelo Tribunal de Justiça (acórdão p. 1104/1116), ficando acobertadas pela preclusão in judicato, não havendo fato novo que justifique a novel deliberação judicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JORCI MENDES DE ALMEIDA JUNIOR (OAB 749/RR) - Processo 0251922-91.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Francisco Bruno Barros Neto - Recebidos e vistos. Reporto-me à promoção de fl. antecedente e informo que já conta nos arquivos digitais no Google Drive do 3º Júri os arquivos de registro audiovisuais. Renove-se o prazo para a apresentação das alegações finais às partes, como requerido. À secretaria para as providências.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0253111-07.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Ronald da Silva Pinheiro - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização da testemunha JAQUELINE MONTEIRO DA SILVA arrolada na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação do MINISTÉRIO PÚBLICO/ DEFESA do RÉU RONALD DA SILVA PINHEIRO para indicar endereço(s) DIVERSO do(s) outrora utilizado(s) (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da(s) testemunha(s), outrora não localizada(s), a que insiste, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0258538-14.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Frank Radson Araujo da Silva e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) 9281/AM - Fabiano Cortez de Negreiros 4507/AM - Cristiane Gama Guimarães , devidamente constituído(a)(s) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para apresentar RAZÕES RECURSAIS.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0265271-93.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: RODRIGO MARQUES CARVALHO - Recebidos e vistos. Reporto-me à promoção de fls. 207. Ordeno a expedição de mandado de notificação à testemunha CLEONILDA DE SOUZA PRESTES, no endereço constante das fls. 203, com o fim de comparecer em juízo no prazo de 5 dias, para tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos. À secretaria para observar as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0603193-56.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Rafael da Costa Protázio e outro - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) RAFAEL DA COSTA PROTÁZIO, (Alcunha: "MOISÉS"), Brasileiro(a), Solteiro, Pintor, RG 2595702-3-SSP-AM, pai Não declarado, mãe Raimunda da Costa Protázio, Nascido/Nascida 05/12/1992, de cor Pardo, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99129-2796, com endereço à Rua T-1 (CJ PROMORAR), 6, COMPENSA III, CEP 69035-361, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0603193-56.2018.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 13 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves , Assistente Judiciário , o digitei.

ADV: FRANCISCA HELENA DE SOUZA DA SILVA (OAB 12420/AM), ADV: EWERTON BARROSO DE SOUZA (OAB 13425/AM) - Processo 0603872-22.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: D.S.N. e outro - Considerando a certidão de fls. retro, esta secretaria INTIMA Defensoria Pública para REPRESENTAR o(a) acusado(a) Geovane de Souza Nascimento e Deisiane de Souza Nascimento.

ADV: SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: SÍLVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM) - Processo 0605315-13.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADA: Patrícia Cristina da Luz Costa - DECISÃO Trata-se de pedido de mudança de Comarca formulado pela acusada, através da defensoria pública (fls. 275/276), alegando que não possui condições de viver em Manaus, já que toda sua estrutura familiar encontra-se no Estado do Pará. Patrícia Cristina da Luz Costa foi denunciada pela suposta prática do crime de tentativa de

homicídio, perpetrado contra Deleon Farias Soares. O fato ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2016, nesta capital. Em 07.08.2017 este juízo entendeu que a acusada deveria ser julgada por crime diverso do capitulado na denúncia e não sendo competência do tribunal do júri para julgá-lo, determinando a remessa à uma Vara Criminal. Momento em que fora revogada a prisão da acusada com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, dentre as medidas cautelares aplicadas, estabeleceu-se a proibição de ausentar-se da Comarca, vez que sua permanência é conveniente ou necessária para a investigação ou instrução criminal. Após Recurso em Sentido Estrito do Ministério Público, a 2º Câmara Criminal entendeu por bem pronunciar a acusada por tentativa de homicídio. Retornado os autos, a ré solicitou autorização para residir junto de sua familia. Sessão de julgamento designada para o dia 11.07.2019 às 08:30 horas e a ré devidamente intimada para o ato (fls. 304). Assim, por entender que o deslocamento da ré não trará prejuízo ao processo, já que a mesma encontra-se intimada da sessão de julgamento já designada, AUTORIZO a mudança de endereço de PATRÍCIA CRISTINA DA LUZ COSTA com o consequente deslocamento para a comarca de Abaetetuba/PA (endereço informado às fls. 279), devendo a mesma comparecer neste juízo por ocasião da Sessão de Julgamento já designada para o dia 11.07.2019 às 08:30 horas. Esta decisão é válida como mandando de autorização de mudança de comarca. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0617617-06.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Melquisedec Memória de Araújo - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado MELQUISEDEC MEMÓRIA DE ARAÚJO, Brasileiro(a), Solteiro, Técnico Em Eletrônica, RG 1005913-0-SSP-AM, CPF 564.566.622-49, pai Francisco Germanao de Araújo, mãe Helena Memória de Araújo, Nascido/Nascida 01/10/1975, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua da Glória, N° 425, Próximo ao terminal de lotação, Val Paraíso, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0617617-06.2018.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 13 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM) - Processo 0646582-91.2018.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: Richarlilson Barbosa Ribeiro e outros - Pelo exposto, com base nas razões acima REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de Hullison Aroucha da Silva, Halison Aroucha da Silva, Bruno Vasconcelos Benjamin e Jose Lobo Rodrigues, ao passo que determino à secretaria o recolhimento dos mandados de prisões expedidos em seu desfavor. Se ao tempo do recolhimento dos referidos mandados de prisão os mesmos houverem sido cumpridos, expeçam-se alvarás de soltura, colocando os investigados imediatamente em liberdade, se por ALL não estiverem presos. Cumpra-se.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: MARIO CESAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0648286-42.2018.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: E.C.B.T. e outros - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a

desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças

processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: MARIO CESAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0648286-42.2018.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: E.C.B.T. e outros - Costa do caderno processual representação pela decretação de prisão preventiva pela autoridade policial (fls. 83/98) em face dos denunciados, sobre a qual o Parquet não se manifestou, razão pela qual determino vista ao Ministério Público para fazê-lo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: MARIO CESAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM) - Processo 0648286-42.2018.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: E.C.B.T. e outros - Pelo exposto, com base nas razões acima REVOGO A PRISÃO TEMPORÁRIA de GIOVANA PEREIRA DA CRUZ e de ERITON COSTA BATISTA, ao passo que determino à secretaria o recolhimento dos mandados de prisões expedido em seu desfavor. Se ao tempo do recolhimento dos referidos mandados de prisões os mesmos houverem sido cumpridos, expeçam-se alvarás de soltura, colocando os investigados imediatamente em liberdade, se por ALL não estiverem presos. Intime-se. Cumpra-se.

Adilson Betcel Vasconcelos (ADVOGADO SUSPENSO) (OAB 6666/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB 920A/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Ary Sérgio da Mota (OAB 82/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Ewerton Barroso de Souza (OAB 13425/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Francisca Helena de Souza da Silva (OAB 12420/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Jorci Mendes de Almeida Junior (OAB 749/RR)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Mario Cesar de Carvalho (OAB 12674/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM)
Sílvia Luiza Barroso (OAB 6110/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Werner August Karls Praetorius (OAB 1357/AM)
Yuri Bentes Guimarães (OAB 10778/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: EMERSON FABRICIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147), ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0041844-37.2003.8.04.0001 (001.03.041844-6) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Édem de Souza da Silva - Ante o exposto, decreto a regressão provisória do sentenciado Édem de Souza da Silva. Considerando o fumus boni juris caracterizado na falta grave que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, determino que seja expedido o competente MANDADO DE PRISÃO/RECAPTURA PARA RECOLHIMENTO NO REGIME FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal. Pautе-se a audiência de justificação, na forma do artigo 118, § 2°, da LEP, tão logo seja confirmada a efetivação da prisão/recaptura. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: JAYME BENCHAYA MARINHO (OAB 4287/AM) - Processo 0201096-85.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: W.F.C. - Designo o dia 11/04/2019 às 9h, para realização da audiência de justificação.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0202907-56.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: MARCOS SILVA CARDOSO - Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido aduzido pela Defesa. P.R.I.C.

ADV: GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM) - Processo 0204388-59.2009.8.04.0001 (001.09.204388-8) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Alex Costa Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Alex Costa Oliveira.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0207724-27.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: CLEUTHON CESAR LOPES PEREIRA - Por essa razão, INDEFIRO a pretensão ministerial, mantendo-se o patamar de 2/5 para fins de progressão de regime. Dê-se vista à defesa para manifestação, não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo.

ADV: WANDERSON OLIVEIRA FREIRE ALBERTINO (OAB 12862/AM) - Processo 0209099-29.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Lenon Braian de Medeiros Freire - Considerando a comunicação de que não há disponibilidade de tormozeleira eletrônica, deve a SEAP colocá-la em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento. Deve a SEAP comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Por ocasião da assinatura do termo, deve o preso ser cientificado que não tendo atividade laboral comprovada nos autos, deverá comparecer em até 5 dias ao Setor de Reintegração Social da SEAP. Após, em até 30 dias, deverá comparecer à Vara das Execuções Penais, no Setor Psicossocial, para comprovar que compareceu ao Setor de Reintegração Social

da SEAP e justificar a sua atividade laboral ou a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de revogação imediata do benefício. Este termo deverá ser valorado como ofício. Intimem-se.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0209324-54.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Francisco Silvério de Paiva - Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0209520-82.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: J.M.S. - De ordem deste Juízo de Direito, encaminho os autos à defesa, para tomar ciência da decisão de Fls. 93/94 com relação ao apenado Jeferson Marques da Silva.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0211086-37.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Adriano Videira Lima - Isto posto, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM) - Processo 0213650-57.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Richard Pereira Gonçalves - Nesse sentido, determino que o apenado, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente nos autos documentos que comprovem a continuidade do tratamento médico durante todo esse período, sob pena de expedição de mandado de prisão para o regime fechado. P.R.I.C.

ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM) - Processo 0214768-05.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Adamis de Araújo Pinheiro - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Adamis de Araújo Pinheiro em 179 dias.

ADV: MARCOS HENRIQUE LINS BENTES (OAB 10260/AM) - Processo 0215764-66.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Andrey da Gama Ferreira - Ante o exposto, decreto a regressão provisória do sentenciado Andrey da Gama Ferreira. Considerando o fumus boni juris caracterizado na falta grave que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, determino que seja expedido o competente MANDADO DE PRISÃO/RECAPTURA PARA RECOLHIMENTO NO REGIME FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal. Pautese a audiência de justificação, na forma do artigo 118, § 2°, da LEP, tão logo seja confirmada a efetivação da prisão/recaptura. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0215803-24.2018.8.04.0001 - Execução Provisória - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADA: Amilca Costa Gurgel - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Amilca Costa Gurgel em 86 dias.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0216098-95.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jeová Machado Barbosa - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Jeová Machado Barbosa em 75 dias.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0218930-38.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Rilson Carlos Cordeiro da Silva - Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido da defesa de RILSON CARLOS CORDEIRO DA SILVA. P.R.I.C.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0223281-83.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADO: José Raimundo Kranda Nascimento - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado José Raimundo Kranda Nascimento.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0224930-83.2018.8.04.0001 - Pedido de Providências - Transferência de Preso - APENADO: T.F.S.V.A. - Dê-se ciência à SEAP, Ministério Público e Defesa acerca da decisão do Juiz Federal Corregedor de Mossoró referente ao reeducando Thiago Fernandes Soriano (Vulgo Alemão).

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0225654-92.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Suzamar da Silva Santos Junior - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Suzamar da Silva Santos Junior.

ADV: MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0226012-33.2010.8.04.0001 (001.10.226012-6) - Execução da Pena - Execução Penal - RÉU: Sérgio Curico Gomes - Por todo o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DA DEFESA para realização de nova audiência de justificação.

ADV: THAINÁ REGINA PARENTE ABREU (OAB 12653AM) - Processo 0226558-59.2008.8.04.0001 (001.08.226558-6) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Marcio de Oliveira Moraes - Vista à defesa para se manifestar sobre o PAD.

ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0226695-94.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Breno de Oliveira Serrão - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Breno de Oliveira Serrão em 61 dias.

ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM), ADV: EARLEN GUEDES DA SILVA (OAB 10720/AM) - Processo 0227190-80.2011.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Arlindo Felix dos Santos - Diante de todo o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo, com as correções supramencionadas. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0230990-82.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Orlanildo de Souza Alves - Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: ALAN VASCONCELOS BALDERRAMA (OAB 13630/AM) - Processo 0231771-65.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Itapoã Pontes Vieira - Por isso, DECRETO A REGRESSÃO PROVISÓRIA DO SENTENCIADO Itapoã Pontes Vieira, considerando o fumus boni juris caracterizado no rompimento do monitoramento eletrônico, que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, e determino que seja expedido o competente Mandado de Prisão para recolhimento no Regime FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal.

ADV: FERNANDO GONCALVES FERNANDES (OAB 19656/PA) - Processo 0233339-53.2015.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Alexandre Vargas de Souza - Ante o exposto, decreto a regressão provisória do sentenciado Alexandre Vargas de Souza. Considerando o fumus boni juris caracterizado na falta grave que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, determino que seja expedido o competente MANDADO DE PRISÃO/RECAPTURA PARA RECOLHIMENTO NO REGIME FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal. Pautese a audiência de justificação, na forma do artigo 118, § 2°, da LEP, tão logo seja confirmada a efetivação da prisão/recaptura. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0233497-11.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - DENUNCIADO: Kleber Silva Nascimento - companho manifestação ministerial, no sentido de que não foi atendido o requisito subjetivo exigido para concessão do benefício, motivo pelo indefiro, por ora,

o livramento condicional requerido, devendo o mesmo permanecer no regime em que se encontra, em cumprimento à pena privativa de liberdade aplicada.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0234811-84.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Transferência de Preso - APENADO: Alex sandro Serafim Nogueira Nascimento - Por todo o exposto, NÃO CONHEÇO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, eis que desprovido de fundamento legal. P.R.I.C.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0235367-28.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Rodrigo Trindade Barros Matos - Considerando a comunicação de que não há disponibilidade de tormozeleira eletrônica, deve a SEAP colocá-la em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento. Deve a SEAP comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Por ocasião da assinatura do termo, deve o preso ser cientificado que não tendo atividade laboral comprovada nos autos, deverá comparecer em até 5 dias ao Setor de Reintegração Social da SEAP. Após, em até 30 dias, deverá comparecer à Vara das Execuções Penais, no Setor Psicossocial, para comprovar que compareceu ao Setor de Reintegração Social da SEAP e justificar a sua atividade laboral ou a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de revogação imediata do benefício. Este termo deverá ser valorado como ofício. Intimem-se.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM) - Processo 0235848-49.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Fábio Vieira de Freitas - Visto a promoção de fls.87, determino o desentranhamento das peças às fls. 82/85, uma vez que não guardam relação com o apenado Fábio. Outrossim, intime-se a advogada Dra. Caroline Ribeiro Frota Moreira OAB/AM nº 5.670 para que tome ciência do desentranhamento e junte os documentos solicitados(fls.77/78).

ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0239449-05.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: João Batista Neto - Isto posto, na esteira do julgado supracitado, INDEFIRO o pedido do Ministério Público. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0239487-56.2010.8.04.0001 (001.10.239487-4) - Execução da Pena - APENADO: Reginaldo Bindá Maciel - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Reginaldo Bindá Maciel em 192 dias.

ADV: JARDEL BANDEIRA E SILVA (OAB 13424/AM) - Processo 0241759-18.2013.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Felipe Costa Lima - Ante o exposto, decreto a regressão provisória do sentenciado Felipe Costa Lima, devendo ser expedido novo MANDADO DE PRISÃO/RECAPTURA PARA RECOLHIMENTO NO REGIME FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal.

ADV: JARDEL BANDEIRA E SILVA (OAB 13424/AM) - Processo 0241759-18.2013.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Felipe Costa Lima - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 19/03/2019, com início às 09:30h, devendo o apenado Felipe Costa Lima se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0246221-13.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Franciomar Marinho da Silva - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Franciomar Marinho da Silva em 171 dias.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0248322-86.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Paulo Henrique Tavares Junior - Designo o dia 09/04/2019 às 09 h para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP para que encaminhe as Certidões Carcerária, Disciplinar, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver, referente ao Apenado Paulo Henrique Tavares Junior. Intime-se as partes no tocante a audiência designada.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0250130-68.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Fagner Martins de Almeida - Trata-se de incidente de regressão instaurado pelo Ministério Público requerendo analise das faltas graves praticadas em 23/03/2014 e 17/10/2018. Da analise dos autos, verifica-se termo de audiência de justificação em incidente de regressão às fls. 132/133. Incabível, portanto, a rediscussão da matéria, por se tratar de matéria já alcançada pelo manto da coisa julgada. Ademais, dê-se vista à defesa para manifestação sobre os calculos juntados aos autos de execução. P.R.I.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: JHEISE DE FÁTIMA LIMA DA GAMA (OAB 9051/AM) - Processo 0253362-25.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Denilson de Souza Lima - Por todo o exposto, não havendo novo incidente que enseja alteração nos calculos apresentados, indefiro o pedido da defesa. P.R.I.

ADV: MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0257367-56.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Francisco de Assis Amorim de Oliveira - Considerando a comunicação de que não há disponibilidade de tormozeleira eletrônica, deve a SEAP colocá-la em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento. Deve a SEAP comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Por ocasião da assinatura do termo, deve o preso ser cientificado que não tendo atividade laboral comprovada nos autos, deverá comparecer em até 5 dias ao Setor de Reintegração Social da SEAP. Após, em até 30 dias, deverá comparecer à Vara das Execuções Penais, no Setor Psicossocial, para comprovar que compareceu ao Setor de Reintegração Social da SEAP e justificar a sua atividade laboral ou a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de revogação imediata do benefício. Este termo deverá ser valorado como ofício. Intimem-se.

ADV: HINLLER DA SILVA MADURO (OAB 12080/AM) - Processo 0263347-23.2009.8.04.0001 (001.09.263347-2) - Execução da Pena - APENADO: Daniel Augusto Siqueira - Ante o exposto, decreto a regressão provisória do sentenciado Daniel Augusto Siqueira. Considerando o fumus boni juris caracterizado na falta grave que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, determino que seja expedido o competente MANDADO DE PRISÃO/RECAPTURA PARA RECOLHIMENTO NO REGIME FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal.

ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM) - Processo 0264120-34.2010.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Francinaldo Pereira Cardoso - A defesa alega que o atestado de pena à cumprir não observou a decisão proferida em audiência. Entretanto, o documento emitido às fls. 479/482 já trouxe a redução da pena e a alteração na data-base, de modo que o pedido de defesa deve ser indeferido. Cumpra-se.

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM) - Processo 0302989-08.2006.8.04.0001 (001.06.302989-9) - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: H.R.O. - De ordem deste Juízo de Direito, faço vista dos autos ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.

Alan Vasconcelos Balderrama (OAB 13630/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Earlen Guedes da Silva (OAB 10720/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)

Emerson Fabricio Nobre dos Santos (OAB 4147)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fernando Goncalves Fernandes (OAB 19656/PA)
GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hinller da Silva Maduro (OAB 12080/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jardel Bandeira e Silva (OAB 13424/AM)
Jayme Benchaya Marinho (OAB 4287/AM)
Jheise de Fátima Lima da Gama (OAB 9051/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Marcos Henrique Lins Bentes (OAB 10260/AM)
MARIA GORETH TERCAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)
Thainá Regina Parente Abreu (OAB 12653AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Wanderson Oliveira Freire Albertino (OAB 12862/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0211307-59.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Roberto Cunha Pacheco - Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade do acusado Roberto Cunha Pacheco, 2º sargento da Polícia Militar do Amazonas, o que faço com base no artigo 123, inciso IV, combinado com artigo 125, inciso VI, todos do Código Penal Militar, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, relativamente aos crimes dos artigos 202 e 195, do mesmo Código. P. R. I. Comunique-se.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0613068-89.2014.8.04.0001 - Petição Criminal - Reintegração - REQUERENTE: ELOY PACHECO TAVARES - Diante do exposto, indefiro o pedido de alteração do valor da ação. Ademais, em razão do cumprimento da sentença de fls. 285/291 pelo requerido, determino o arquivamento dos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0048/2019

ADV: LEÔNCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM) - Processo 0209170-60.2019.8.04.0001 (processo principal 0601796-25.2019.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Exoneração - REQUERENTE: Oldair Gonze Dutra - Petição autuada equivocadamente como processo autônomo. Traslade-se ao principal. Cancele-se a presente distribuição. Cumpra-se.

ADV: TASSIA ALFAIA DO LAGO MAIA (OAB 11722/AM) - Processo 0209345-54.2019.8.04.0001 (processo principal 0601873-34.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: Giovanni Tavares Rodrigues - Petição autuada equivocadamente como processo autônomo. Traslade-se ao principal. Cancele-se a presente distribuição. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0209529-10.2019.8.04.0001 (processo principal 0629626-97.2018.8.04.0001) - Embargos Infringentes na Execução Fiscal - Viagem ao Exterior - REQUERENTE: Janaina dos Santos Castro - Petição autuada equivocadamente como processo autônomo. Traslade-se ao principal. Cancele-se a presente distribuição. Cumpra-se.

ADV: SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA (OAB 5644/AM) - Processo 0209640-91.2019.8.04.0001 (processo principal 0633280-29.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Marilu do Carmo Brito e outro - Petição autuada equivocadamente como processo autônomo. Traslade-se ao principal. Cancele-se a presente petição. Cumpra-se.

ADV: DORGIVAL SABINO DE ARAÚJO (OAB 12971/AM) - Processo 0209923-17.2019.8.04.0001 (processo principal 0330255-33.2007.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Alimentos - REQUERENTE: Yasmin Lorena Brandão dos Santos - Petição autuada equivocadamente como processo autônomo. Traslade-se ao principal. Cancele-se a presente distribuição. Cumpra-se.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0611785-60.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: W.A.S. - 1. O(a)(s) réu(ré)(s) foi(ram) devida e regularmente citado(a)(s) para integrar(em) a relação processual, deixando transcorrer em branco o prazo legal para tal propósito. 1.1. Deixo, no entanto, de aplicar-lhe(s) os efeitos da revelia, previsto no art. 344, do NCPC, porque não vislumbro, no caso em apreço, a hipótese de presunção de veracidade dos das alegações de fato (efeito material do decreto da revelia) contidas na petição inicial. 1.2. Por tais razões, determino a intimação do(a) (s) autor(a)(s)(es) para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende(m) produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). 3. Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). 4.Registro, por oportuno, que, em entendendo este Juízo pela necessidade de produção de provas necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370), quer tenham sido elas requeridas pelo(a)(s), autor(a)(s)(es), ou compreendidas de ofício, ao(à) (s) réu(ré)(s), independentemente de intimação - em razão dos efeitos da sua revelia (NCPC, art. 346) - será lícita a produção de provas contrapostas às alegações do(a)(s) autor(a)(s)(es), desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção (NCPC, art. 348). 4.1. E assim deve ser, a uma, porque o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar (NCPC, art. 346, parágrafo único), e, a duas, porque os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos (efeito formal do decreto da revelia) fluirão da data de publicação do ato decisório (que lhe decretou a revelia) no órgão oficial (NCPC, art. 346, caput). 5. Intime-se o autor e cumpra-se, como devido.

ADV: LAILA BEATRIZ ANDRADE DA SILVA (OAB 12621/AM), ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM) - Processo 0614506-48.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.L.P.S. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM) - Processo 0615212-94.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: S.S.M. - REQUERIDA: A.M.G.M.R.S.G.S.D.G.S. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: CAINÃ TAVEIRA MELO (OAB 11378/AM), ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM) - Processo 0630136-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: R.V.P.C. e outro - REQUERIDO: R.S.C. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM) - Processo 0641890-49.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.A.S. - 1. O(a)(s) réu(ré)(s) foi(ram) devida e regularmente citado(a)(s) para integrar(em) a relação processual, deixando transcorrer em branco o prazo legal para tal propósito. 1.1. Deixo, no entanto, de aplicar-lhe(s) os efeitos da revelia, previsto no art. 344, do NCPC, porque não vislumbro, no caso em apreço, a hipótese de presunção de veracidade dos das alegações de fato (efeito material do decreto da revelia) contidas na petição inicial. 1.2. Por tais razões, determino a intimação do(a) (s) autor(a)(s)(es) para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende(m) produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). 3. Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). 4.Registro, por oportuno, que, em entendendo este Juízo pela necessidade de produção de provas necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370), quer tenham sido elas requeridas pelo(a)(s), autor(a)(s)(es), ou compreendidas de ofício, ao(à) (s) réu(ré)(s), independentemente de intimação - em razão dos efeitos da sua revelia (NCPC, art. 346) - será lícita a produção de provas contrapostas às alegações do(a)(s) autor(a)(s)(es), desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção (NCPC, art. 348). 4.1. E assim deve ser, a uma, porque o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar (NCPC, art. 346, parágrafo único), e, a duas, porque os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos (efeito formal do decreto da revelia) fluirão da data de publicação do ato decisório (que lhe decretou a revelia) no órgão oficial (NCPC, art. 346, caput). 5. Intime-se o autor e cumpra-se, como devido.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0641935-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: Luclecio Solarth Ferreira - 1. O(a)(s) réu(ré)(s) foi(ram) devida e regularmente citado(a)(s) para integrar(em) a relação processual, deixando transcorrer em branco o prazo legal para tal propósito. 1.1. Deixo, no entanto, de aplicar-lhe(s) os efeitos da revelia, previsto no art. 344, do NCPC, porque não vislumbro, no caso em apreço, a hipótese de presunção de veracidade dos das alegações de fato (efeito material do decreto da revelia) contidas na petição inicial. 1.2. Por tais razões, determino a intimação do(a) (s) autor(a)(s)(es) para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende(m) produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). 3. Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). 4.Registro, por oportuno, que, em entendendo este Juízo pela necessidade de produção de provas necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370), quer tenham sido elas requeridas pelo(a)(s), autor(a)(s)(es), ou compreendidas de ofício, ao(à) (s) réu(ré)(s), independentemente de intimação - em razão dos efeitos da sua revelia (NCPC, art. 346) - será lícita a produção de provas contrapostas às alegações do(a)(s) autor(a)(s)(es), desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção (NCPC, art. 348). 4.1. E assim deve ser, a uma, porque o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar (NCPC, art. 346, parágrafo único), e, a duas, porque os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos (efeito formal do decreto da revelia) fluirão da data de publicação do ato decisório (que lhe decretou a revelia) no órgão oficial (NCPC, art. 346, caput). 5. Intime-se o autor e cumpra-se, como devido.

ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM) - Processo 0644057-39.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.P.M. - REQUERIDO: J.K.N.N. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Cainã Taveira Melo (OAB 11378/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Dorgival Sabino de Araújo (OAB 12971/AM)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
Laila Beatriz Andrade da Silva (OAB 12621/AM)
Leôncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Silvana Maria Martins da Costa (OAB 5644/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Tassia Alfaia do Lago Maia (OAB 11722/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO DÍDIMO SANTANA BARROS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÔNICA COSTEIRA DE MENDONÇA FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0049/2019

ADV: JOSE RODRIGUES FILGUEIRAS NETO (OAB 000.644/AM) - Processo 0015332-37.2010.8.04.0012 (012.10.015332-4) - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.P.M. e outro - Certidão genérica

ADV: ANTÔNIO LUCIANO LIMA SOUSA (OAB 6974/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 2685/AM) - Processo 0200927-35.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Relações de Parentesco - REQUERENTE: L.F.S.P. - REQUERIDO: R.N.R.S. - Diante do exposto, nos termos do art. 528 e §1º, do CPC, decreto a prisão de Raimundo Nonato Ramos de Souza, pelo prazo um mês e faculto à parte credora a efetivação do protesto do título executivo. Adverte-se ao executado que o adimplemento integral do crédito somente ocorrerá após satisfação das parcelas vencidas até o dia do efetivo pagamento, inclusive com a possibilidade do restabelecimento da prisão.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0202357-56.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: R.A.P. - R.A.P. - De ordem do MM. Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, de acordo com a Portaria de n° 402/19 e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para apresentação dos cálculos com o débito atualizado para fins de expedição de mandado, no prazo de quinze dias.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0204978-89.2016.8.04.0001 (processo principal 0250446-86.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Raquel Moraes Bezerra - Defiro o pedido de penhora de valores via BACENJUD no CPF nº 525.706.222-49, observando-se o valor descrito na página 123. Expeçam a certidão requerida. Após quarenta e oito horas voltem os autos conclusos para análise do resultado.

ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM), ADV: EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM), ADV: JOYCE MARQUES DE ALMEIDA (OAB 13087/AM) - Processo 0209455-34.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: José Roberto Moutinho Amoedo Neto - EXECUTADO: Robert de Almeida Amoedo - Vista ao Ministério Público.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0227106-06.2016.8.04.0001 (processo principal 0629907-29.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: Sônia Andrea Sousa Pimentel Rocha - Vista ao Ministério Público.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0232900-13.2013.8.04.0001 (processo principal 0704474-65.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: Irene da Silva Santos - Vista aos advogados da autora, para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: ALLISON MARTINS GOMES DA SILVA (OAB 9465/AM), ADV: GLENDA JANAÍNA DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 8979/AM), ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM) - Processo 0234120-46.2013.8.04.0001 (processo principal 0706247-48.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Elton Charles Severiano Rodrigues da Silva - EXECUTADA: Andrea Moraes Soares - Vista ao Ministério Público.

ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM) - Processo 0240377-14.2018.8.04.0001 (processo principal 0245789-67.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: LUCIANA BRITO BENTES - Em razão do exposto, determino a repetição da diligência, devendo o oficial de justiça, sendo caso, proceder com a citação por hora certa. Inferido o pedido de arrombamento pois não há provas inequívocas de ser mesmo o endereço do requerido e inexistir alternativa menos onerosa. Indefiro o pedido de prisão do devedor pois desprovido de fundamento legal para o caso apresentado.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0241094-07.2010.8.04.0001 (001.10.241094-2) - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.V.S. e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM) - Processo 0257298-87.2014.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERIDO: A.L.A.L. - Certifico para os devidos fins que faço a juntada tempestiva da Apelação interposta pela parte autora. De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC.

ADV: CARLOS HOSSAINE DA SILVA (OAB 9931/AM) - Processo 0600562-08.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.B.C.N. - Defiro o pedido de fls. 54. Paute-se nova audiência de conciliação/mediação junto ao Cejusc.

ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM) - Processo 0601117-30.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0629048-08.2016.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: E.A.L.S. - Intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre os ofícios recebidos, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM) - Processo 0601337-23.2019.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: T.H.V.H. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Dídimo Santana Barros Filho e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar o Termo de Curatela, no prazo de dez dias.

ADV: IZAQUE NEWTON DA SILVA DUTRA (OAB 10636/AM) - Processo 0601495-78.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Larissa Barreto de Araújo - Em caso de pagamento, dê-se ciência do depósito ao exequente, para manifestação no prazo de 05 dias, com posterior conclusão dos autos para eventual extinção. Decorrido o prazo, certifique-se; não tendo havido o pagamento, intime-se o exequente para requerer o que de direito. No silêncio, ao arquivo. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL CARVALHO FERNANDES (OAB 7099/AM), ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM), ADV: VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA (OAB 7501/AM), ADV: ELCI CARVALHO DOS SANTOS (OAB 8337/AM) - Processo 0601577-17.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: A.N.B. - Nada mais havendo a constar, o MM. Juiz concedeu aos advogados, o prazo 15(quinze) dias, sucessivamente, para as alegações finais, oportunizando a parte autora se manifestar sobre os documentos juntados.

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM) - Processo 0602533-28.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: E.A.B.A.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão de fls.246/248 do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/05/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ITELVINA KADMA FONTENELLES DE MIRANDA (OAB 8384/AM) - Processo 0604341-78.2013.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.M.C.P. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a devolução sem cumprimento do mandado direcionado ao polo passivo, no prazo de dez dias.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0604589-68.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Z.G.S. - O Doutor Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o Requerido GAUTAMA GANDHI CARDOSO DE AZEVEDO encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para CITÁ-LO para apresentar contestação no prazo de quinze dias, a contar da publicação do edital, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Vem aos autos a parte autora para requerer citação por edital, sob o argumento de que o polo passivo encontra-se em lugar incerto e não sabido. Todas as diligências para localização da parte passiva foram infrutíferas. Ante o exposto, cite-se a parte demandada por edital, observando-se os requisitos do descritos nos incisos do art. 257 do CPC, para apresentar contestação no prazo de quinze dias, a contar da publicação do edital. Adverte-se sobre a necessária observância do previsto no inciso II, do art. 257, do CPC. Manaus, 15 de outubro de 2018. Dr. Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito. Advertência: Será nomeado curador especial em caso de revelia (CPC art. 257). E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 19 de outubro de 2018. Eu, Fábio Augusto do Nascimento Castilho, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

ADV: NATASHA YASMINE CASTELO BRANCO DONADON (OAB 9992/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM) - Processo 0604698-87.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDO: H.M.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a devolução sem cumprimento do mandado ao polo passivo, no prazo de quinze dias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0605759-75.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: G.S.M. - Defiro o pedido de fls. 31. Viabilize-se.

ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM) - Processo 0606384-12.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.P.S. - Diante a falta de requerimento de produção de provas em audiência, intimem-se as partes para apresentação de alegações finais no prazo sucessivo de quinze dias, a começar com o polo ativo.

ADV: ENOS EDUARDO LINS DE PAULA (OAB 222599/RJ), ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0606796-06.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: W.A.P. - REQUERIDO: E.E.L.P. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 09 de maio de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida neste ato a carta de citação devida.

ADV: BRUNO MARQUES CASTRO (OAB 14134/AM) - Processo 0606856-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.N.S. - Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, fixo alimentos provisórios em favor das menores descritas na petição inicial em 35% dos rendimentos brutos do(a) requerido(a), deduzidos os descontos obrigatórios (ex. Previdência, IR e FGTS) e verbas indenizatórias a serem descontados em folha de pagamento da parte alimentante e depositados na conta bancária de quem os reivindica (ou representante legal). Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se e intime-se o polo passivo para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: BRUNO MARQUES CASTRO (OAB 14134/AM) - Processo 0606856-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.N.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 09 de maio de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida neste ato a carta de citação devida.

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0606884-78.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: E.S.C. - Acolho a promoção ministerial de fls 60. Oficie-se a SUSAM requisitando a marcação de nova data para consulta. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: CARLA FERREIRA MENDES (OAB 4641/AM) - Processo 0607266-37.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.G.L. - Intime-se a parte autora para atribuir valor correto à causa, devendo levar em consideração o valor dos bens a partilhar, acrescido de doze parcelas dos alimentos pleiteados.

ADV: DAVID PEREIRA MEDEIROS (OAB 13618/AM) - Processo 0607350-38.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.R.O. - A petição inicial não preenche os requisitos descritos no artigo 319, do CPC. Em razão do exposto, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Intime-se a parte autora para, em igual prazo, juntar aos autos o título exonerando (sentença que arbitrou os alimentos.)

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM) - Processo 0607413-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.P.M. - Revisional de alimentos. Requerimento de tutela de urgência. Ministério Público desfavorável à tutela antecipatória. Considerando que o juiz titular retorna daqui a dois dias, a quem caberá a condução do processo até o final, aguarde-se. Tão logo retorne o juiz, conclusos para deliberação.

ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM) - Processo 0607556-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: C.M.M.A. - Certifico para os devidos fins que, a parte autora regularizou o polo ativo e representação processual, com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica, às fls. 13/15. No entanto, não informou o endereço eletrônico das partes, motivo pelo qual, de ordem, intima-se a parte autora para que cumpra integralmente a determinação de fls. 11, informando o endereço eletrônico das partes.

ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0607600-71.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Hilza Monica Nunes Amaral - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Dídimo Santana Barros Filho e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar o Termo de Curatela, no prazo de dez dias.

ADV: DEYWISON LIMA DE SOUZA (OAB 12737/AM) - Processo 0608869-48.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.F.M. - CERTIDÃO Processo n°:0608869-48.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Depoimento/oitiva, fica pautada para o dia 11/04/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 12 de março de 2019.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: PAOLA SANTA RITA BARATA (OAB 12384/AM) - Processo 0608980-66.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.N.M.S. - Arquive-se.

ADV: OLGA DE NAZARÉ DIAS DA SILVA (OAB 6758/AM) - Processo 0609323-62.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.N.M. - Antes de analisar o pedido retro, intime-se a parte autora para manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 86, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0609381-31.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.C.S.S.J. - C.F.P.S. - Diante das considerações expostas, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC tem-se por homologado o acordo firmado entre os interessados, para que surtam todos os efeitos legais. Frisa-se que a presente sentença serve como expediente para fins de averbação do divórcio no cartório competente, por conseguinte, está dispensada a expedição de ofício. Custas pelos interessados, contudo suspensa a exigibilidade por serem agraciados com os benefícios da gratuidade de justiça. P.R.I. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. Manaus, 12 de março de 2019

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0609798-52.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.R.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Dídimo Santana Barros Filho e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para informar como ficará o nome da requerente no registro de nascimento, no prazo de dez dias.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0609973-75.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.C.H. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0610030-93.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.J.O. - Diante das considerações expostas, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC tem-se por homologado o acordo firmado entre os interessados, para que surtam todos os efeitos legais.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0610095-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.R.P.A. - CERTIDÃO Processo n°:0610095-88.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 02/07/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 13 de março de 2019.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE - Processo 0610204-05.2019.8.04.0001 - Tutela - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: M.O.C. - O.A.C. - Em razão da natureza da demanda onde não há contraditório, afastada está a possibilidade de apresentação de impugnação ao benefício da gratuidade de justiça requerida na inicial, razão pela qual determino a INTIMAÇÃO dos interessados para comprovarem seus rendimentos ou efetuarem o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Observa-se que na presente causa o valor das custas processuais iniciais representa pequeno percentual sobre o valor atribuído à causa. Na ocasião, caso não efetuem o pagamento das custas, deverão patronos juntarem procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seus constituintes, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado".

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0610338-66.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: S.B.L. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM) - Processo 0610641-46.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: V.E.A.C. - R.G.A. - Intime-se a autora para manifestação no prazo de quinze dias. Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo. No referido prazo, caso deseje prosseguir o feito, deverá regularizar sua representação processual pois não mais é representada por sua genitora.

ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR) - Processo 0610800-86.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fixação - REQUERENTE: P.S.M.A. - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, atribuir o valor correto à causa, devendo levar em consideração o valor dos bens a partilhar somados a doze vezes o valor dos alimentos que serão destinados ao filho. Cumprido o determinado, retornem os autos conclusos.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM) - Processo 0610816-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Gerise Gomes de Souza - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0610976-41.2014.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: C.H.S.F. - Diante do exposto, revogo a liminar deferida na página 104. Deixo de apreciar o pedido de mérito, julgando-se extinto o processo por questões processuais, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Oficie-se o empregador do autor para restabelecer os descontos. P.R.I Custas pela parte requerente pois deu causa à extinção do feito sem a resolução do mérito. Contudo, suspendo a exigibilidade nos termos do § 3º do artigo 98, do CPC. Baixe-se e arquive-se os autos tão logo ocorra o trânsito em julgado da decisão. Manaus, 13 de março de 2019

ADV: EDMAR MACIEL DE OLIVEIRA (OAB 14032/AM) - Processo 0611071-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Galucinete Sena dos Santos - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Intime-se, ainda, a parte autora para informar se a falecida possui pais vivos, bem como outros filhos. Se positivo, devem estes figurar no polo passivo da presente ação. Não havendo, inclua os colaterais. Deverá na mesma oportunidade apresentar declaração de próprio punho de que não tem conhecimento de que o(a) falecido(a) era casado(a) ou possuía outra(o) companheira(o), sob as penas da lei, bem como certidão do órgão previdenciário a que o(a) falecido(a) era vinculado (INSS, AMAZONPREV, MANAUSPREV ou outro equivalente) dando conta da eventual existência de algum dependente habilitado para recebimento de pensão.

ADV: CLÁUDIO DE SALLES PUPO DIAS (OAB 46062/DF) - Processo 0611074-50.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Guarda - REQUERENTE: Luciano Santos de Santana - Vistos etc. Para apreciação do pedido de justiça gratuita, providencie o(a) autor(a), no prazo de 10 dias e sob pena do indeferimento de tal benesse, a juntada de sua última declaração de imposto de renda, ou, na impossibilidade de fazê-lo, extratos dos últimos dois meses de conta bancária de sua utilização cotidiana, ressaltando-se que tal determinação é perfeitamente possível (artigo 99, §2º, do NCPC), pois "(...) Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária" (STJ - 1ª T. - REsp 544021/BA - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - DJU 10.11.2003, p. 168). Anoto que fica facultado ao autor, se o caso, proceder ao recolhimento das custas iniciais e das despesas com a citação por oficial de justiça do polo passivo no prazo acima assinalado. Oportunamente, tornem os autos conclusos. Int.

ADV: TIRZAH CAUPER GOMES (OAB 10213/AM) - Processo 0611129-98.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Nicolli Cauper de Lima Pozzobon e outros - Em consonância com o art. 319, V, do CPC, intimem-se os acordantes, por meio do seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, atribuírem valor à causa, sob pena de indeferimento.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0611137-75.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.V.C. - Vistos etc. Para apreciação do pedido de justiça gratuita, providencie o(a) autor(a), no prazo de 10 dias e sob pena do indeferimento de tal benesse, a juntada de sua última declaração de imposto de renda, ou, na impossibilidade de fazê-lo, extratos dos últimos dois meses de conta bancária de sua utilização cotidiana, ressaltando-se que tal determinação é perfeitamente possível (artigo 99, §2º, do NCPC), pois "(...) Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária" (STJ - 1ª T. - REsp 544021/BA - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - DJU 10.11.2003, p. 168). Anoto que fica facultado ao autor, se o caso, proceder ao recolhimento das custas iniciais e das despesas com a citação por oficial de justiça do polo passivo no prazo acima assinalado. Oportunamente, tornem os autos conclusos. Int.

ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM) - Processo 0611167-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria Valdilene Almeida Pimenta - A existência da pessoa natural termina com a morte (art. 6º CC). Assim, não pode morto ser demandante ou demandado em qualquer espécie de processo. Dessa forma, intime-se a autora, via procurador legal, para emendar a inicial fazendo figurar como réus os herdeiros do de cujus. Ademais, corrija-se a inicial, vez que descabe falar em partilha de bens em ação de reconhecimento/dissolução de união estável post mortem, pois a partilha de bens, no caso, afeta ao processo de inventário. Deverá na mesma oportunidade apresentar declaração de próprio punho de que não tem conhecimento de que o(a) falecido(a) era casado(a) ou possuía outra(o) companheira(o), sob as penas da lei, bem como certidão do órgão previdenciário a que o(a) falecido(a) era vinculado (INSS, AMAZONPREV, MANAUSPREV ou outro equivalente) dando conta da eventual existência de algum dependente habilitado para recebimento de pensão.

ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0611234-75.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: D.B. - Vistos etc. O art.5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza feita na inicial, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (ii) contratação de advogado particular, dispensando a atuação da Defensoria; (iii) oferta de pensão alimentícia no patamar de 6 salários mínimos a indicar ser o autor possuidor de capacidade financeira para arcar com as custas processuais. Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte autora deverá, em 15 (dez) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge ou companheira; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge ou companheira, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Altere-se, por fim, o valor da causa, devendo corresponder a uma anuidade dos alimentos oferecidos. Int.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0611324-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Joana Guimarães Lopes - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em

15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0611499-77.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.O.C. - Intime-se a parte autora para atribuir valor correto à causa, devendo levar em consideração os alimentos ofertados, acrescidos de doze parcelas. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: ELEN KARINA FONSECA MAUÉS (OAB 13157/AM), ADV: MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 3181/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO, ADV: JOBERTISA ROSÁLIA LYRA ARAÚJO (OAB 11288/AM) - Processo 0611601-75.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nulidade / Anulação - REQUERIDA: Natasha Pinheiro Figueiredo e outro - Arquive-se.

ADV: CLYSSIA REGIANE DE OLIVEIRA TEIXEIRA (OAB 6293/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: ROSIMEIRE BARRETO ALVES DA SILVA (OAB 26885/DF), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM) - Processo 0612181-42.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0260214-94.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: D.D.S. - REQUERIDO: E.V. - Vistos etc, O presente feito se arrasta por longos anos sem a sua devida conclusão, restando pendente o adimplemento do saldo remanescente. A credora solicita a remessa dos autos para contadoria por entender equivocado. O devedor, por sua vez, concorda como o valor, porém não quita a obrigação. Deve a parte apresentar de forma objetiva os erros nos cálculos e indicar o valor que entende correto. A credora deixou de cumprir com sua obrigação, razão pela qual mantenho os cálculos apresentados na página 306/308. Com base na boa-fé, cooperação e termos descritos na página 326, assino o prazo de quinze dias para o devedor adimplir integralmente sua obrigação, sob pena de ser aplicado multa por descumprimento de ordem judicial, por litigância de má-fé, além de ser penhorados tantos bens e direitos de sua titularidade. Intime-se.

ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM) - Processo 0612940-30.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.O.V.M. - O Doutor Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o(a) Requerido(a) encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para CITÁ-LO , para apresentar contestação no prazo de 15 dias, em conformidade com o despacho do(a) MM(ª). Juiz(a) a seguir transcrito: Vem aos autos a parte autora para requerer citação por edital, sob o argumento de que o polo passivo encontra-se em lugar incerto e não sabido. Todas as diligências para localização da parte passiva foram infrutíferas. Ante o exposto, cite-se a parte demandada por edital, observando-se os requisitos do descritos nos incisos do art. 257 do CPC, para apresentar contestação no prazo de quinze dias, a contar da publicação do edital. Adverte-se sobre a necessária observância do previsto no inciso II, do art. 257, do CPC. Prazo: 20 dias. Transcrevo os artigos pertinente a tutela de evidência: Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente. No caso em tela o pedido de tutela provisória com base na evidência não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas nos incisos II e III, do artigo 311, restando vedado ao magistrado a decisão liminar no caso concreto, por força da interpretação ao contrario sensu do previsto no parágrafo único do referido dispositivo legal. Muito embora a questão envolva matéria relativa a direito potestativo, a integração da relação processual se faz necessário para fins da decretação do divórcio. Diante do exposto, indefiro o pedido de tutela de evidência sem antes integrar a relação processual com a citação do polo passivo. Manaus, 28 de janeiro de 2019. Dr. Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito. Advertência: Será nomeado curador especial em caso de revelia (CPC art. 257). E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 28 de janeiro de 2019. Eu, Mônica Costeira de Mendonça Furtado, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

ADV: DINELSON AZEVEDO MARIALVA (OAB 6094/AM), ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM) - Processo 0613250-70.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.M.P. - Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. A autora retomará seu nome de solteira, qual seja: Monik Feitosa Melo. O presente expediente substitui o mandado de averbação para os fins descritos no art. 10, I do CCB. Defiro o pedido de suspensão dos alimentos provisórios pois, muito embora ambos genitores sejam detentores do poder familiar, diante afirmação na réplica pertinente ao exercício das visitas por parte da autora, entendo que o referencial de lar da criança está sendo a residência do demandado. Assim, nada mais justo, sob o referido contexto, que o demando presta alimentos in natura, ao menos, enquanto não definido quem exercerá a guarda ou definido o referencial de lar da(o) menor. Remetam os autos para o CEJUC para tentativa de conciliação/mediação. Certifiquem sobre o resultado da audiência descrita na certidão de folhas 167.

ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ NEGREIROS CHUVAS (OAB 10864/AM) - Processo 0614325-52.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0637961-42.2017.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.A.R.C. - O tomo em análise o pedido presente na petição de páginas 434/438 para indeferi-lo sem análise do mérito visto que corresponde ao processo nº 0637961-42.2017.8.04.0001, devendo o requerido o endereçar ao processo pertinente. Determinando a efetivação da audiência de conciliação descrita na página 200. Voltem os autos caso não haja acordo quanto ao pedido de alimentos. Intimem-se.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0614927-04.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.G.S. - REQUERIDA: D.E.S. - CERTIDÃO Processo n°:0614927-04.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação e Julgamento fica pautada para o dia 11/06/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 14 de janeiro de 2019.

ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM), ADV: MARIANA DE JESUS RODRIGUES RAMOS (OAB 9702/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE CHÍXARO AIRES (OAB 13023/AM), ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: ABDALLA ISAAC SAHDO JÚNIOR (OAB 2207/AM), ADV: LUZILENA GOMES MOTA (OAB 9991/AM), ADV: CARLOS DE CAMPOS NETO (OAB 8670/AM) - Processo 0615043-83.2013.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: O.J.A.A. - REQUERIDA: R.O.G. - Diante de todo o exposto, apresento as deliberações: A) Rejeito a promoção ministerial de extinção do processo sem resolução do mérito. B) Determino a intimação da senhora Renata

e Gabriel para apresentarem suas defesas sobre litigância de má-fé e ato contrario à dignidade da justiça, no prazo de quinze dias. No referido ato deverá o polo passivo apresentar a Certidão de Nascimento do menor (requerido). C) Em razão da falta de contestação da parte fictamente citada, chamo o feito à ordem para decretar revelia de R. G. Dos A. M., porém, sem a incidência de seus efeitos quanto à presunção da veracidade dos fatos alegados na petição inaugural do polo ativo. D) Intime-se o autor para manifestar interesse na realização do exame ou de alguma outra prova ou, sendo caso, se manterá o pedido de julgamento no estado. Prazo: quinze dias. E) Por consequência da citação ficta e falta de contestação, nomeio curador especial ao polo passivo, na pessoa da Defensora Pública do Estado do Amazonas à Doutora Regina Jansen Simões. Intimem-se.

ADV: BRENDA LUANA SLUZARSKI DA SILVA (OAB 13378/AM) - Processo 0617531-69.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.I.M.O.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, Portaria nº 403/2019, e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do polo ativo para se manifestarem sobre respostas a ofícios relativos a diligências determinadas pelo Juízo, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM) - Processo 0619509-86.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Sarai Vieira dos Santos - Vistos etc, Indefiro o pedido de expedição de ofício pois a pretensão da autora não está em sintonia com o teor da sentença que decretou a extinção do feito sem resolução de mérito. Indefiro , também realização de audiência de conciliação , devendo a autora apresentar sua pretensão em novo processo. Voltem os autos ao arquivo. Intimem-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0620136-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.J.J.C. - Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas. Oficie-se o Comando da Polícia Militar do Amazonas para promover o cancelamento do desconto. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM) - Processo 0621067-88.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0604651-45.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Emelly Sofhia Souza da Silva - Rep. Por Ingria Richelly Souza de Souza - REQUERIDO: Alex Junio Santos da Silva - Chamo o feito à ordem para complementar a deliberação presente nas páginas 178/179. O depósito voluntário de valores pelo devedor caracteriza incontrovérsia da importância paga. Como decorrência lógica do ato jurídico, o imediato levantamento dos alimentos pagos se faz necessário em razão da natureza jurídica do crédito apresentado em juízo, razão pela qual defiro o pedido de expedição de alvará. Intime-se.

ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: KARINE VARELLA (OAB 88409/RS), ADV: DANIEL DOS SANTOS COSTA (OAB 12962/AM), ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM) - Processo 0621195-45.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: F.J.F.B. - No caso em tela, segundo credoras, as partes firmaram acordo para o parcelamento da obrigação, razão pela qual determino a suspensão do feito pelo prazo ajustado entre as partes (sete meses). Qualquer das partes poderá comunicar ao juízo a ocorrência do adimplemento ou não do crédito. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso. Somente em casos de urgência, arguição de impedimento ou de suspeição serão cabíveis a pratica de atos no processo. Caso tenha ocorrido protesto do crédito alimentar, oficie-se o Registro de Notas competente para retirada da restrição, sem prejuízo do recolhimento dos tributos devidos. Como o término do prazo voltem os autos conclusos.

ADV: MICHELE FERREIRA DE ALENCAR (OAB 11864/AM) - Processo 0621916-26.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.G.A.R. - Diante do exposto, deixo de apreciar o pedido de mérito, julgando-se extinto o processo por questões processuais, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Revoga-se qualquer liminar deferida nos presentes autos. Comuniquem o Ministério Público. P.R.I Custas pela parte requerente pois deu causa à extinção do feito sem a resolução do mérito. Contudo, suspendo a exigibilidade nos termos do § 3º do artigo 98, do CPC. Baixe-se e arquive-se os autos tão logo ocorra o trânsito em julgado da decisão. Manaus, 13 de março de 2019

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0622430-76.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.S. - R.h. INTIMEM-SE sucessivamente as partes, para que especifiquem as provas que pretendem produzir, na forma do NCPC, art. 348, fundamentando a pertinência das mesmas, sob pena de indeferimento, na linha do atual entendimento jurisprudencial acerca do tema. (ex.: STJ; AgRg-REsp 1.407.571; Proc. 2013/0330961-2; RJ; Segunda Turma; Relª Minª Assusete Magalhães; DJE 18/09/2015) Cumpra-se.

ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0622502-68.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: A.L.C. - É o relatório. Decido. Nos termos do art. 924, II, do Código de processo Civil extingue-se o processo quando "a obrigação for satisfeita". Segundo o termo de acordo presente nas páginas 50/53, o valor da dívida seria descontado em vinte e quatro parcelas. Transcorrido o tempo ajustado a parte credora foi intimada porém nada manifestou, presumindo-se operar o adimplemento integral da dívida, razão pela qual, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de

ADV: MARIA CRISTTIANE DOS REIS SOUSA (OAB 12319/AM), ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: JARSON ARIDAY DA S. COSTA (OAB 15997/PA) - Processo 0622828-62.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: A.P.M.S. - EXECUTADO: K.J.A.O. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração e revogação, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0623511-60.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Dorothea Cavalcante Azevedo - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar o Termo de Curatela, no prazo de dez dias.

ADV: FILIPE DE FREITAS NASCIMENTO (OAB 6445/AM) - Processo 0624543-42.2014.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M.F.J. - Vistos etc. Indefiro o pedido de produção de provas em audiência. Em primeiro lugar, já precluiu o prazo para indicação de provas; em segundo lugar o polo ativo não esclareceu quais fatos controvertidos desejaria esclarecer ou comprovar. Intimem as partes para alegações finais no prazo sucessivo de quinze dias. Intimem-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0625281-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.G.S. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar novo endereço do requerido. Cumpra-se.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: KARLA JANAÍNA MACHADO GARCIA (OAB 5733/AM), ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0625495-84.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.B.C. - REQUERIDA: P.R.V.P. - Faculta-se aos interessados diligenciarem junto ao setor para viabilizar a efetivação da perícia.

ADV: GIZELLE SILVA ALBUQUERQUE (OAB 13376/AM) - Processo 0625536-80.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0641631-54.2018.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.T.C.F. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, regularizar sua representação processual.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0625756-44.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: P.K.M. - I.K.B. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do polo ativo para apresentar o valor do débito atualizado, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JOANE MENEZES DO NASCIMENTO (OAB 9409/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0625865-92.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.O. - CERTIDÃO Processo n°:0625865-92.2017.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento deixou de ser realizada, em razão da ausência das partes. AR, fls. 46(negativo). AR, fls. 45(recusado). Neste data, abre-se vista dos auto ao advogado, para manifestação. Em, 12 de março de 2019.

ADV: JOANE MENEZES DO NASCIMENTO (OAB 9409/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0625865-92.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.O. - Defiro o pedido de fls. 54. Viabilize-se.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM) - Processo 0630149-12.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: K.R.T. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestar interesse nos autos no prazo de quinze dias.

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0630446-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: Ronaldo Pinheiro Bazilio - Defiro o pedido de fls 72. Viabilize-se.

ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM) - Processo 0631670-31.2014.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.O.F. - A parte requerente informa que a parte requerida se encontra em lugar incerto e desconhecido. Com a finalidade de se evitar eventual injustiça, determino a consulta junto ao SIEL. Havendo necessidade de informações necessárias à consulta, intime-se o polo ativo para apresentá-los em cinco dias.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM) - Processo 0632398-33.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.R.C.J. - REQUERIDA: M.P.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 12 de março de 2019

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: LÍVIA OLIVEIRA E SILVA (OAB 12851/AM), ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM), ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM) - Processo 0632398-33.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.R.C.J. - REQUERIDA: M.P.S. - CERTIDÃO Processo n°:0632398-33.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 08/08/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 12 de março de 2019.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM), ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM) - Processo 0635731-61.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Família - REQUERENTE: E.A.L.S. - REQUERIDO: F.R.P.S. - Vistos etc, Tomo em análise os pedidos apresentados na petição de folhas 681/686. O pedido de redesignação da audiência merece indeferimento observando ser dever da parte sempre atualizar o próprio endereço sempre que houver necessidade. Além do mais, a alegação de que o demandado deseja não comparecer para evitar sua prisão não justifica seu pedido, mais sim, frustrar a efetivação de determinação judicial. Diante do exposto, indefiro o pedido de redesignação de audiência pois não se enquadra na hipótese descrita no inciso II, do artigo 362, do CPC. Observa-se que a falta de requerimento da autora sobre o depoimento da parte adversa retira a necessidade do demandado comparecer em juízo para tal fim. Quanto ao pedido de oitiva das testemunhas em separado, a interpretação a ser dada ao artigo 456, do CPC é no sentido de que as outras testemunhas não estarão na sala de audiência no momento da inquirição das demais, sendo indevido o requerimento para oitiva das testemunhas do demandado em outra ocasião , razão pela qual inferido o pedido de item IV, presente nas páginas 683/684. Observa-se que o não comparecimento do demandado e de suas testemunhas entenderá o juízo pela ocorrência da desistência das oitivas, nos termos do §2º, do artigo 455, do CPC. Sobre a contradita de testemunhas dispõe o CPC: “Art. 457. Antes de depor, a testemunha será qualificada, declarará ou confirmará seus dados e informará se tem relações de parentesco com a parte ou interesse no objeto do processo. § 1o É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição, bem como, caso a testemunha negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até 3 (três), apresentadas no ato e inquiridas em separado. § 2o Sendo provados ou confessados os fatos a que se refere o § 1o, o juiz dispensará a testemunha ou lhe tomará o depoimento como informante. § 3o A testemunha pode requerer ao juiz que a escuse de depor, alegando os motivos previstos neste Código, decidindo o juiz de plano após ouvidas as partes.” Da interpretação do artigo descrito alhures, observa-se a necessidade de contraditório para acolher ou não a impugnação da parte, razão pela qual, primeiramente ouvirei as testemunhas impugnadas por ocasião da audiência. Quanto ao ponto descrito no item V, presente nas páginas 684 e seguintes, primeiramente ouvirei a manifestação da autora sobre a necessidade/utilidade para a comprovação de suas alegações pertinente a partilha de bens. Sobre a manifestação do perito e assistente, certifique-se sobre ocorrência ou não da realização das respectivas intimações.

ADV: NINA BRANDAO SIQUEIRA (OAB 9012/AM), ADV: JERÔNIMO SÁ PEIXOTO PINHEIRO (OAB 5575/AM) - Processo 0637372-50.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.A.M.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular respondendo pela 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, Portaria nº 403/2019, e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação das partes para se manifestarem sobre respostas a ofícios relativos a diligências determinadas pelo Juízo, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CARLOS ANTONIO ALVES SANTOS (OAB 45551/BA), ADV: GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV:

CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM) - Processo 0639866-82.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.F. - REQUERIDO: F.M.B. - Vistos etc. A justificativa apresentada na página 287 é ineficaz para justificar a designação de nova audiência para oitiva da referida testemunha pois somente em casos excepcionais de impossibilidade poderá se justificar a ausência da testemunha, sendo ineficaz a justificativa de que estava trabalhando no atendimento de pacientes, não podendo o juízo ficar a disposição do referido profissional para a prática do ato, principalmente por haver justificativa legal amparando partes e testemunhas faltarem aos empregos, sem prejuízo das suas remunerações, sendo o caso. Assino o prazo sucessivo de quinze dias para as partes apresentarem alegações finais, a começar pelo polo ativo. Intimem-se.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0640621-09.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Lucinete Made de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Dídimo Santana Barros Filho e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para juntar aos autos a Certidão de Nascimento do interditando para emissão do Termo de Curatela Definitiva, no prazo de dez dias.

ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM), ADV: GIZELLE SILVA ALBUQUERQUE (OAB 13376/AM) - Processo 0641631-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Phamellam Thalita Conçalves Freire - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, regularizar sua representação processual.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM) - Processo 0641917-32.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.S.F. - Oposição de embargos de declaração. Nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo de cinco dias.

ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0642243-89.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: W.P.N. - N.P.N. - Certifico para os devidos fins a juntada de carta precatória de intimação devidamente cumprida, conforme certidão de fls. 55. Nesta ocasião, cumprindo a determinação de fls. 24, intima-se a parte exequente para manifestar-se sobre às fls. 33/43. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0642589-40.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.A.A.B. - É o relatório. DECIDO. Iniciada a sessão de mediação, as partes resolveram transformar o litígio em consensual e chegaram ao seguinte acordo:

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0643921-76.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: F.C.S.M. - Certifico para os devidos fins que faço a juntada tempestiva da Apelação interposta pela parte Autora. De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0644137-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: D.P.S. - Intime-se.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0644402-39.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.A.C.F. - REQUERIDO: E.A.C.N. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de substabelecimento, com reserva de poderes e a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM) - Processo 0644821-59.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: I.S.A. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Dídimo Santana Barros Filho e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar Termo de Guarda, no prazo de dez dias.

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0644976-28.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Marilia Souza da Costa - EXECUTADO: Alan Bruno Ferreira Viana - Cumpra-se o despacho de fls. 53/54 Viabilize-se.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS XAVIER (OAB 13762/AM) - Processo 0645248-22.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.S.C. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 12 de março de 2019

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0645729-82.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Sergio Tagayasu Otani - Defiro o pedido de fls. 85/86. Viabilize-se.

ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM) - Processo 0648877-04.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.M.S. - O Doutor Dídimo Santana Barros Filho, Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, Portaria 402/19. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que a Requerida GLEYCIANE PEREIRA DO NASCIMENTO encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para CITÁ-LA para os termos da Ação de Guarda/PROC, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 08 de março de 2019 Manaus, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, Juiz de Direito. Promoção Ministerial: Dos autos verifica-se haver restado frustrada a citação da genitora, GLEYCIANE PEREIRA DO NASCIMENTO, nada obstante os esforços citatórios envidados, razão pela qual pugna pela realização da citação editalícia. Advertência: Será nomeado curador especial em caso de revelia (CPC art. 257). E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 11 de março de 2019. Eu, Mônica Costeira de Mendonça Furtado, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. Dr. Dídimo Santana Barros Filho Juiz de Direito

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0649053-80.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: S.P.N. - Certifico que, feito o pregão, as partes não compareceram para audiência conciliatória, sendo a parte requerente devidamente intimada, conforme Certidão de Publicação do DJE/AM de folhas 31, e a parte requerida não sendo devidamente citada para o ato, conforme AR negativo de folhas 34. Desta forma, ante o não comparecimento das referidas partes, inviabilizando a realização de audiência de conciliação e mediação por este Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos - CEJUSC, devolvo os autos à fila “Recebidos-CEJUSC”, da vara de origem, na presente data, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0649053-80.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: S.P.N. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar novo endereço da parte requerida, para fins de citação.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0650313-95.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: O.A.V.B. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0654045-84.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.Q.A. - É nula a citação recebida por terceiros desprovidos de poderes específicos para o referido fim, devendo a diligência ser repetida, com a observância dos ditames legais. Observa-se a impossibilidade de aproveitamento do ato por inexistir comparecimento espontâneo da parte ré para apresentação de contestação. Paute-se nova audiência junto ao CEJUSC.

ADV: OTONIEL QUEIROZ DE SOUZA NETO (OAB 8821/AM) - Processo 0655864-56.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maristela Freire de Almeida - Encaminhe-se os presentes autos ao Setor de Distribuição para providências.

ADV: BRUNA CAROLINA GONÇALVES BARBOSA (OAB 399949/SP) - Processo 0656382-46.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Citação - REQUERENTE: Edevaldo Zamian - abre-se vista à parte autora para manifestação no prazo legal.

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0656548-78.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.F.V. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho de fls.66 do MM. Juiz de Direito Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 08 de maio de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida neste ato a carta de citação devida.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0657255-46.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Julio Bulhões Guimarães - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Dídimo Santana Barros Filho e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar Termo de Curatela, no prazo de quinze dias.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0658131-98.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.L. - Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se e intime-se o polo passivo para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0659926-42.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Joana Vicente de Lima - CERTIDÃO Processo n°:0659926-42.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Interrogatório/entrevista, fica pautada para o dia 12/07/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 13 de março de 2019.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0660906-86.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.C.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 08 de maio de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida neste ato a carta de citação devida.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0662010-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: L.C.L.C. - J.R.L.C. - D.A.L.C. - M.A.L.C. - L.S.L.C. - G.E.L.C. - L.L.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 04/04/2019 às 09:00h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

Abdalla Isaac Sahdo Júnior (OAB 2207/AM)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Allison Martins Gomes da Silva (OAB 9465/AM)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
André Luiz Negreiros Chuvas (OAB 10864/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Luciano Lima Sousa (OAB 6974/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Brenda Luana Sluzarski da Silva (OAB 13378/AM)

Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruna Carolina Gonçalves Barbosa (OAB 399949/SP)
Bruno de Souza Cavalcante
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Bruno Marques Castro (OAB 14134/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carla Ferreira Mendes (OAB 4641/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Antonio Alves Santos (OAB 45551/BA)
Carlos de Campos Neto (OAB 8670/AM)
Carlos Hossaine da Silva (OAB 9931/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Cláudio de Salles Pupo Dias (OAB 46062/DF)
Clyssia Regiane de Oliveira Teixeira (OAB 6293/AM)
Daniel dos Santos Costa (OAB 12962/AM)
David Pereira Medeiros (OAB 13618/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Deywison Lima de Souza (OAB 12737/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Dinelson Azevedo Marialva (OAB 6094/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM)
Edmar Maciel de Oliveira (OAB 14032/AM)
Elci Carvalho dos Santos (OAB 8337/AM)
Elen Karina Fonseca Maués (OAB 13157/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Enos Eduardo Lins de Paula (OAB 222599/RJ)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Filipe de Freitas Nascimento (OAB 6445/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Gizelle Silva Albuquerque (OAB 13376/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Glenda Janaína de Souza Oliveira (OAB 8979/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
ITELVINA KADMA FONTENELLES DE MIRANDA (OAB 8384/AM)
Izaque Newton da Silva Dutra (OAB 10636/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jarson Ariday da S. Costa (OAB 15997/PA)
Jerônimo Sá Peixoto Pinheiro (OAB 5575/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joane Menezes do Nascimento (OAB 9409/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
Jobertisa Rosália Lyra Araújo (OAB 11288/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Jose Rodrigues Filgueiras Neto (OAB 000.644/AM)
Joyce Marques de Almeida (OAB 13087/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Karine Varella (OAB 88409/RS)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Janaína Machado Garcia (OAB 5733/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lívia Oliveira e Silva (OAB 12851/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luiz Henrique Chíxaro Aires (OAB 13023/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luzilena Gomes Mota (OAB 9991/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marcelo Rodrigues dos Santos (OAB 3181/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Maria Cristtiane dos Reis Sousa (OAB 12319/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB 9702/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Michele Ferreira de Alencar (OAB 11864/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Natasha Yasmine Castelo Branco Donadon (OAB 9992/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)
Nina Brandao Siqueira (OAB 9012/AM)
Olga de Nazaré Dias da Silva (OAB 6758/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Otoniel Queiroz de Souza Neto (OAB 8821/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paola Santa Rita Barata (OAB 12384/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 2685/AM)
Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB 231839/SP)
RAFAEL CARVALHO FERNANDES (OAB 7099/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rodrigo dos Santos Xavier (OAB 13762/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Rosimeire Barreto Alves da Silva (OAB 26885/DF)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tereza Carmo de Castro
Tirzah Cauper Gomes (OAB 10213/AM)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Vanessa Doroteia Batista da Silva (OAB 7501/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FÁBIO AUGUSTO DO NASCIMENTO CASTILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: MONALISA GADELHA CORDOVIL (OAB 7154/AM) - Processo 0603344-61.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: L.N.S.R. e outro - EXECUTADO: E.E.R.F. - Vistos etc, Em razão da suspeição declarada na página 411, nomeio o servidor Fábio Augusto do Nascimento Castilho para secretariar no feito. Ciente da deliberação de página, os credores apresentaram manifestação sem atualizar o valor do crédito. Assim, intimem o devedor para efetivação do pagamento do valor cobrado ou, sendo o caso, indicar bens passíveis de penhora, no prazo de cinco dias. Intimem-se.

Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Monalisa Gadelha Cordovil (OAB 7154/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0022/2019

ADV: ELIZETH SERRÃO RODRIGUES (OAB 2610/AM) - Processo 0026982-56.2006.8.04.0001/01 - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: D.C.J.B. - F.J.B. - EXECUTADO: F.C.B. - Acolho a integralidade do parecer ministerial de folhas 158-159. À Secretária para realizar todas as diligências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM) - Processo 0200360-96.2019.8.04.0001 (processo principal 0616444-78.2017.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Retificação de Nome - REQUERENTE: Bruna Ribeiro Costa - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1/2 para os autos do processo n° 0616444-78.2018.8.04.0001 Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito CONFORME PORTARIA 457 PTJ

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM) - Processo 0200458-18.2018.8.04.0001 (processo principal 0628526-44.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Vanalucia Rebelo Moraes - EXECUTADO: T.L.M. - Uma vez que há pendencia de documento necessário para a tramitação da presente demanda , chamo o processo à ordem e torno sem efeito o despacho de folha 312. No mais, intime-se a parte exequente para, no prazo de quinze dias, juntar aos autos o título executivo que ora deseja executar, considerando que a demanda principal foi extinta sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0200578-27.2019.8.04.0001 (processo principal 0654657-22.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Dissolução - REQUERENTE: Charles Maciel de Souza - REQUERIDA: Rosi Meire Costa de Souza - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1 para os autos do processo n° 0654657-22-2018.8.04.0001. Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0201365-56.2019.8.04.0001 (processo principal 0654657-22.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Dissolução - REQUERENTE: Charles Maciel de Souza - REQUERIDA: Rosi Meire Costa de Souza - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1 para os autos do processo n° 0654657-22-2018.8.04.0001. Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM) - Processo 0201771-77.2019.8.04.0001 (processo principal 0656063-78.2018.8.04.0001) - Oposição - Dissolução - INVTANTE: Raquel de Souza Morais - REQUERIDO: Rodrigo Pedrosa Morais - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1/10 para os autos do processo n° 0656063-78-2018.8.04.0001. Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito CONFORME PORTARIA 457 PTJ

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0201816-81.2019.8.04.0001 (processo principal 0653140-79.2018.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa - Dissolução - REQUERENTE: Débora Carolina Costa Magno - Roberto Emily Oliveira Barbosa - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1/2 para os autos do processo n° 0653140-79-2018.8.04.0001. Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito CONFORME PORTARIA 457 PTJ

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0202180-53.2019.8.04.0001 (processo principal 0613223-53.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcelo Junior Santana Lins - REQUERIDA: Eurides dos Santos Vale - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1/2 para os autos do processo n° 0613223-53-2018.8.04.0001. Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito CONFORME PORTARIA 457 PTJ

ADV: STEPHANE VARELA GARCEZ (OAB 9876/AM) - Processo 0202372-83.2019.8.04.0001 (processo principal 0629957-50.2016.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: ANTONIETA LOPES MIRANDA DE ARAUJO - ANTONIETA LOPES MIRANDA DE ARAUJO - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1/4 para os autos do processo n° 0629957-50-2016.8.04.0001. Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: ED RUGLES DE MELO BARBOSA (OAB 2789/AM), ADV: MARIO HENRIQUE CATUNDA SALES (OAB 14238/AM) - Processo 0202710-57.2019.8.04.0001 (processo principal 0602157-13.2017.8.04.0001) - Exibição de Documento ou

Coisa - Revisão - REQUERENTE: Aline da Silva Rodrigues - REQUERIDA: Wagner Carril Monteiro - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1/3 para os autos do processo n° 0602157-13.2017.8.04.0001 Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: MÁRCIA SUZANA OLIVEIRA MENEZES (OAB 10267/AM) - Processo 0203201-64.2019.8.04.0001 (processo principal 0641659-90.2016.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Amelia Germano da Silva - REQUERIDO: Instituição para Recuperação de Dependentes Químicos - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1/2 para os autos do processo n° 0641659-90-2016.8.04.0001 Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: CARLOS HENRIQUE CASTRO CAVALCANTI (OAB 9271/AM), ADV: EDUARDO ALEXANDRE GUEDES CIDADE (OAB 7179/AM) - Processo 0205730-27.2017.8.04.0001 (processo principal 0604934-73.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Emelly Silva Duarte - ELISÂNGELA SILVA DUARTE - EXECUTADO: A.L.V. - Dito isto, em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e a fim de se evitar as medidas executórias, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0206166-15.2019.8.04.0001 (processo principal 0659170-33.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Fixação - REQUERENTE: Maria do Desterro de Souza Cruz - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1/19 para os autos do processo n° 0659170-33.04.0001 Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito CONFORME PORTARIA 457 PTJ

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0207734-66.2019.8.04.0001 (processo principal 0608926-03.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Gilson Amisterdan da Silva - REQUERIDA: Angelita Xisto da Silva de La Torres - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Verifica-se que já houve o translado das fls. 1/3 para os autos do processo n° 0608926-03-2018. Portanto, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: ÁUREA HELENA QUERINO (OAB 10337/AM), ADV: ELIANA GOMES SILVA DE PAULA (OAB 4341/AM), ADV: FERNANDO RICARDO FERNANDES COELHO (OAB 2218/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM) - Processo 0208176-13.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios - EXEQUENTE: T.M.M. - F.D.L. - EXECUTADO: A.M.J. - C.A.A.M. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a petição de folha 446.

ADV: ALINE CINTRÃO FERREIRA (OAB 9275/AM), ADV: EMER DE SENNA GOMES (OAB 7602/AM), ADV: KLAUS OLIVEIRA DE QUEIROZ (OAB 3799/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0208934-21.2013.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.R.M. - REQUERIDA: M.M.L.S.M. - SENTENÇA Trata-se de Divórcio Litigioso na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida por terceiros, conforme certidão AR de folhas 399 e não houve manifestação até a presente data. Salienta-se que o pedido de divórcio foi devidamente julgado em fls. 362/363. É o sucinto relatório. O parágrafo único do art. 274 do Código de Processo Civil em vigor dispõe o seguinte: Art. 274: (...) Parágrafo único: Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. (grifei) No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, considera-se que a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: CRISTIANE CARVALHO DA SILVA (OAB 13486/AM), ADV: TÁVILLA DA MATA VIEIRA (OAB 13431/AM), ADV: SAMUEL FERREIRA ARAUJO (OAB 11137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: LARISSA MACIEL ABECASSIS (OAB 8476/AM) - Processo 0211038-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: N.A.S. - REQUERIDO: S.S.M. - Diante do petitório de folha 57, suspendo o feito por dois meses e determino a intimação da parte autora para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, nos termos do artigo 313, § 2º, I, do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM) - Processo 0212595-32.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: A.C.B.S.M.I. - EXECUTADO: A.N.S. - Conciliação Data: 10/06/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: LUCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM), ADV: BRUNO ALECRIM DE LIMA (OAB 6440/AM) - Processo 0215411-55.2016.8.04.0001 (processo principal 0620718-27.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Márcia Akemi Kitamura Anze - EXECUTADO: Fábio Koiti Anze - Intime-se o executado para, no prazo de dez dias, manifestar-se acerca da petição de folha 422.

ADV: IGO RAFAEL DE SOUSA SANTOS (OAB 18825/MA), ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM) - Processo 0222692-28.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.S.S. - REQUERIDO: JAIRIM PEREIRA SOUZA - Vistos, I - DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS Em consonância com o parecer ministerial de folhas 80-81, mantenho os alimentos arbitrados às folhas 19, atendendo ao trinômio necessidade-possibilidade-razoabilidade. II - DO DIVÓRCIO E DA GUARDA Analisando os autos, entendo por deferir o pedido de decretação do divórcio antecipadamente, visto que é cediço que o divórcio está submetido a um único requisito, qual seja, a vontade de uma pessoa casada dissolver o vínculo matrimonial independentemente de qualquer prazo, de casamento ou de separação fática. Na oportunidade, em consonância com parecer ministerial retromencionado, defiro ainda o pedido de guarda unilateral em favor da genitora. Assim, com fulcro no art. 356, I, CPC, decreto o divórcio entre as partes, devendo ser este devidamente averbado, e determino a guarda unilateral do menor em favor da genitora.

Expeça-se mandado de averbação e o quê mais for necessário. III - DO SANEAMENTO DO PROCESSO Pendente, portanto, o pedido de alimentos. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, tornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0223061-32.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: N.V.V. - REQUERIDA: L.B.S. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e em resposta ao petitório de folhas 73-75, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0228594-93.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.K.C. - REQUERIDO: M.A.S.N. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por Oficial de Justiça, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: RAPHAEL SILVA ANUNCIAÇÃO (OAB 6373/AM), ADV: JACINTO SOARES DA ROCHA (OAB 4281/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: CASSIANO CIRILO ANUNCIAÇÃO NETTO (OAB 4420/AM) - Processo 0236675-75.2009.8.04.0001 (001.09.236675-0) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Sterphanne Santana Cordeiro Sousa - REQUERIDO: Elvis José de Oliveira Souza - Intime-se a parte exequente, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0240425-07.2017.8.04.0001 (processo principal 0232121-53.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Anallú Cibelly Garcia Melo - REQUERIDO: C.R.M. - Intime-se o executado, nos termos dos art. 523 e seguintes, do CPC, para pagar o débito descrito na petição de folhas 20-21, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto noart. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação em relação aos aos meses em atraso. Cumpra-se.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0240733-77.2016.8.04.0001 (processo principal 0224704-83.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Transação - REQUERENTE: Gilmara Ribeiro de Almeida - REQUERIDO: LAFAYETTE CAVALCANTE DE LIMA - Realize-se pesquisa nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud a fim de encontrar ativos financeiros e bens em nome do executado. Após, dê-se vista a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0244316-70.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.G.A.S.M. - REQUERIDO: L.L.A.B. - Compulsando-se os autos, noto que tanto a parte autora (LINEKER GUSTAVO ALVES SIQUEIRA) quanto a parte requerida herdeiro do falecido (LUCAS LEVI ALVES BATISTA), são representados pela mesma pessoal, qual seja, sua genitora Maria Aline Alves de Siqueira. Assim, incidente o artigo 72, I, Código de Processo Civil. Portanto, nomeie-se curador especial para apresentar, no prazo de quinze dias, contestação. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: REBERTH DA SILVA COSTA (OAB 8817/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: PAULO AGNER DA SILVA SOUZA (OAB 5361/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM) - Processo 0245491-80.2008.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0245491-80.2008.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - REQUERENTE: C.S.C.L. - REQUERIDO: M.K.M.L. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 224-225. Cumpra-se.

ADV: PAULO AGNER DA SILVA SOUZA (OAB 5361/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: REBERTH DA SILVA COSTA (OAB 8817/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: FABRÍZIO DE SOUSA BARBOSA GROSSO (OAB 4473/AM) - Processo 0245491-80.2008.8.04.0001/02 (apensado ao processo 0245491-80.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: C.S.C.L. - EXECUTADO: M.K.M.L. - C.E.F.C. - Acolho na integra a promoção ministerial de folhas 123-124. Á secretária para tomar as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0247379-35.2018.8.04.0001 (processo principal 0618251-75.2013.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Tânia Maria Moreira Pinheiro - SENTENÇA Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Sendo assim, determino à secretaria que translade a cópia para os autos do processo n° 0618251-75.2013.08.4.001 Em seguida, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito CONFORME PORTARIA 457 PTJ

ADV: VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO (OAB 594A/AM) - Processo 0250725-43.2008.8.04.0001 (001.08.250725-3) - Execução de Alimentos - Oferta - REQUERENTE: B.L.S.M. - REQUERIDO: H.N.M. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de dez dias, manifestar-se acerca da certidão de folha 52 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM), ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0253618-02.2011.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: H.C.P.L. - REQUERIDO: R.P.C. - Intime-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 101-102. Dando-lhes prazos sucessivos, primeiramente à parte exequente e, após, a parte executada. Após, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO IVAN OLIMPIO DA SILVA (OAB 003.110/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0303277-53.2006.8.04.0001 (apensado ao processo 0211895-37.2010.8.04.0001) (001.06.303277-6) - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Sociedade - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDA: V.D.O. - Em resposta às folhas 283-287, expeça-se alvará para o levantamento dos valores encontrados em nome do executado, conforme pedido nas folhas mencionadas. Após, intime-se a parte exequente para apresentar planilha atualizada, descontando o valor levantado no alvará. Cumpra-se.

ADV: TAMIRES CRUZ DO AMARAL (OAB 9282/AM) - Processo 0601290-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.J.F.S. - M.H.S.L. - REQUERIDO: F.R.L. - Conciliação Data: 14/06/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM), ADV: KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM) - Processo 0601381-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Oferta - REQUERENTE: M.J.N.P. - REQUERIDA: K.S.A. - Em face das mais recentes manifestações das partes e, ainda, do teor da(s) certidão(ões) retro, DÊ-SE vista ao Ministério Público. Oportunamente, venham novamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM) - Processo 0601933-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.B.S. - REQUERIDA: H.C.S.M. - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: TALITA DUARTE LIMA DALL'ÓGLIO (OAB 9588/AM) - Processo 0603467-20.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Alimentos - REQUERENTE: P.L.L.A. - REQUERIDO: L.S.A. - Vistos. 1 - Cite-se o (a) requerido (a), com hora certa, para responder a ação no prazo de 15 dias, devendo constar no mandado a advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 253, §4º, do NCPC). 2 - Decorrido o prazo sem resposta, certifique-se da revelia, e nomeio como curador especial a Defensoria Pública para apresentar defesa genérica no prazo legal (art. 72, II, NCPC) 3 - Cumpra-se.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0603475-60.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.C.S. - REQUERIDO: J.B.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intima-se a parte autora, por meio de patrono constituído, para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da intempestividade da petição juntada às fls. 10 e a ausência da Declaração de Hipossuficiência, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil".

ADV: ARIELA BRITO MARQUES (OAB 12128/AM) - Processo 0603636-70.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: N.C.D.S. - ALIMENTANT: N.C.S. - DESPACHO Recebida hoje; Intime-se (o)a autor(a), pessoalmente por carta, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, §1º, do Novo Código de Processo Civil. Considerar-sem-á intimado(a) caso seja certificada a mudança de endereço, sem comunicar o Juízo (art. 274, parágrafo único, do CPC). Cumpra-se, expedindo o necessário. Manaus, 13 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: WALDEMAR CASTELO BRANCO DO RÊGO NETO (OAB 10816/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0604035-36.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.O. - ALIMENTAND: G.O.A. - ALIMENTANT: C.A.B.A. - Tomo ciência da Certidão de fls. 112 Diante disso, intime-se a parte requerida para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão de fls. 112, requerendo o quê entender por direito.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0604592-86.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0601381-42.2019.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: K.S.A. - REQUERIDO: M.J.N.P. - Vistos, 1.Desde logo, nos termos do artigo 98, caput" e parágrafos 2º e 3º, do Código de Processo Civil, DEFIRO - EM FAVOR DA PARTE AUTORA - OS SUSCITADOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, devendo a Sra. Diretora de Secretaria diligenciar a respeito. 2.Tendo em vista os indícios da paternidade (Lei 11.804/08, art. 6º, caput) sob foco, corroborados pelo teor da vestibular e da emenda de fls. 43/44, que foram corroboradas pelos elementos de prova trazidos pelo patrono da suplicante, a advogada K. S. A., que é a mãe e representante legal da menor L. A. P., uma menina de tão somente 07 (SETE) MESES DE IDADE, e que está grávida de outro(a) filho(a) do requerido M. J. DO M. P., o qual - por sua vez - foi qualificado como "policial civil"; bem como diante do disposto no processo em apenso; entendo plausível e pertinente o presente pedido de alimentos gravídicos. 3.Pois bem, fundamentado no que prevê o artigo 2º, parágrafo único, da Lei 11.804/08, DEFIRO - PARCIALMENTE - O PLEITO DA LETRA "b)" DE FLS. 9 E 10 E, portanto, ARBITRO ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM PROL DO POLO ATIVO NO EQUIVALENTE A 2,5 (DOIS) SALÁRIOS MÍNIMOS, o que faço considerando as evidências constantes nos autos acerca das despesas adicionais da gravidez e outras dela decorrentes; a contribuição que deverá ser dada à mulher grávida em apreço e, também, pelo que consta a respeito da situação da parte alimentante. 4.Tais alimentos deverão ser pagos até o próximo dia 20/03/2019 e mediante depósito em conta bancária da autora, conforme requerido. No mais, PAUTE-SE data para realização de audiência de conciliação/mediação a ser realizada no CEJUSC - Família e, por fim, DÊ-SE ciência ao Ministério Público. 5.DILIGENCIE-SE, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a urgência que a(s) lide(s) reclama(m)

ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM), ADV: ERISVANHA RAMOS DE SOUZA (OAB 3857/AM), ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM) - Processo 0606012-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.E.S.S. - REQUERIDA: L.S.M. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO O ACORDO PARCIAL firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, com base no artigo 356, I, do CPC, devendo o processo seguir para resolução das questões de mérito pendentes. Expeça-se o necessário, de ordem. Continuando o trâmite processual para dirimir a lide acerca da partilha de bens, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar réplica à contestação acostada nos autos.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM), ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM) - Processo 0606428-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: KAROLAYNNE DOS SANTOS PINTO - REQUERIDO: Farney Rodrigues da Silva - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA DA COSTA FERREIRA (OAB 7875/AM) - Processo 0607084-51.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.S.O. - REQUERIDA: K.F.F. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a Declaração de Hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA (OAB 7818/AM), ADV: PAOLA SANTA RITA BARATA (OAB 12384/AM), ADV: HONORATO FERNANDES DE MELO NETO (OAB 10248/AM), ADV: ANTONIO VINICIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0607134-19.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: I.A.S.S. - EXECUTADO: B.N.S. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM), ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0607356-50.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: C.M.S. - REQUERIDO: M.A.S.A. - Conciliação Data: 24/05/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: ANDREY KAWAMURA FELIPE (OAB 9685/AM) - Processo 0608294-40.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.K.F. - REQUERIDA: A.C.A.B. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de incluir no polo passivo da ação, sua companheira e não a filha, tendo em vista se tratar de Ação de Dissolução de União Estável, Guarda e Alimento, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0608433-89.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: V.P.J. - REQUERIDA: M.N.S. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar aos autos, os documentos dos bens citados na inicial. sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0608444-21.2019.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Liliana Guimarães Moraes - REQUERIDO: Maicon Well Guimarães de Moraes - Quanto ao pedido de tutela de urgência, acautelo-me por ora. Paute-se entrevista com o curatelando e cite-o para comparecer à este juízo na data designada, para os fins do art. 751 do NCPC. Intime-se o Ministério Público. Intime-se o(a) requerente e seu patrono, advertindo que devem comparecer neste juízo com antecedência de uma hora do horário estipulado para inspeção, para auxiliar o deslocamento até o local em que se encontra o Interditando. Caso o curatelando não constitua advogado, deverá ser nomeado curador especial, nos termos do art. 752, §2º do CPC.

ADV: HORÁCIO ACÁCIO SEVALHO (OAB 2263/AM) - Processo 0608444-66.2016.8.04.0020 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: Salustiano Lima da Silva - Cristiane Corrêa Lima - DESPACHO Recebida hoje; Intimem-se as partes pessoalmente por carta, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, §1º, do Novo Código de Processo Civil. Considerar-sem-á intimado(a) caso seja certificada a mudança de endereço, sem comunicar o Juízo (art. 274, parágrafo único, do CPC). Cumpra-se, expedindo o necessário. Manaus, 12 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito, comforme Portaria 457 PTJ

ADV: MARIA DO CARMO DO AMARAL LINHARES (OAB 1786/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM) - Processo 0608498-60.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: O.S.M.C. - REQUERIDO: M.O.V. - INTSSADO: J.V.S.V. - Considerando o documento de folha 309, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar se o empregador cumpriu o determinado por este Juízo e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0608581-03.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: N.K.S.S. - ALIMENTANT: F.R.V.S. - DESPACHO Intime-se a parte autora para expor o quanto ganha aproximadamente ou os recursos de que dispõe a parte requerida, nos termos do art. 2º, caput, da Lei nº5478/68, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321 do CPC) Cumpra-se Manaus, 12 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito conforme Portaria 457/PTJ

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0608665-04.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: M.L.F. - REQUERIDO: F.C.F. - Defiro a gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do CPC. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s), com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência (art. 334, caput, do NCPC), para comparecer(em) à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. O(a) requerido(a) poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, e nas demais hipóteses previstas no art. 335, do NCPC. Na audiência de conciliação será oportunizado as partes a realização do exame de DNA, a recusa do suposto pai indica presunção de paternidade (art. 232, do CC e Súmula 301, do STJ). Sendo realizado o exame, com o retorno do resultado, paute-se audiência de abertura. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Recomendo que as partes participem da Oficina de Pais e Filhos que é realizada na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Henoch Reis, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, ou realizem a referida Oficina On-line, disponibilizada no site do CNJ, dentro da área destinada ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (www.cnj.jus.br/eadcnj), criada no intuito de estimular os pais a estabelecerem convivência com mais diálogo, cordialidade e respeito, proporcionando o saudável desenvolvimento emocional dos filhos e a resolução pacífica de seus conflitos. Intime-se. Cumpra-se expedindo e realizando o necessário na forma da lei.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0608681-55.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.F.P. - REQUERIDA: E.S.P. - Conciliação Data: 24/05/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0608943-73.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: D.V.L.F. - REQUERIDO: J.R.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, para que se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias acerca da Devolução da Carta Precatória de fls. 83/101”.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0609108-52.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Execução Provisória - EXEQUENTE: B.S.C. - EXECUTADO: C.R.S. - DESPACHO R.H. À secretaria para fazer o apensamentos destes autos ao processo de n°0606154- 43.2013.8.04.0001. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.582 do NCPC. Diante disso, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo relativa aos meses de dezembro, janeiro, fevereiro, assim como as que se venceram no curso do processo, nos termos do art. 528 e §§ do NCPC. Intime-se Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0609111-07.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606154-43.2013.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: B.S.C. - EXECUTADO: C.R.S. - DESPACHO R. Hoje. À secretraria para fazer o apensamentos destes autos ao processo de n°0606154-43.2013.8.04.0001. Intime-se o executado, nos termos dos art.523 e seguintes, do NCPC, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo

expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: DANIEL DOS SANTOS COSTA (OAB 12962/AM) - Processo 0609113-74.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.P.S.D. - P.V.D. - Dê-se vista à representante do Ministério Público,tendo em vista envolver interesse de menor. Cumpra-se.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0609347-56.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Tiago Napoles Sarmento - REQUERIDO: Laercio Pereira Sarmento - DESPACHO R. Hoje. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.528 do NCPC. Porém, pode optar, o exequente, por promover o cumprimento da sentença ou decisão nos termos dos art.523 e seguintes, caso em que não será admissível a prisão do executado, e, recaindo a penhora em dinheiro, o executado será intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Portanto, intime-se a parte autora para optar e adequar a petição inicial ao procedimento estipulado no art. 528, §§1º ao 9º, ou no art. 523 do NCPC, sob pena de indeferimento da inicial, consoante o disposto nos arts. 319 e 321, parágrafo único do NCPC. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM) - Processo 0609489-60.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.S.V. - ALIMENTAND: J.P.V.S. - REQUERIDO: F.L.S. - DECISÃO Defiro a gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do CPC. Arbitro os alimentos provisórios em favor do filho da parte requerida, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos deste, assim entendidos como a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se todas as verbas de natureza remuneratória (13º salário, terço de férias, horas extras, gratificações, e prêmio de caráter habitual, participação nos lucros e resultados, adicionais, comissões e outras dessa natureza), excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, F.G.T.S e as verbas de caráter indenizatório, a serem descontados mensalmente em folha de pagamento e depositados na conta bancária informada. Oficie-se ao empregador da parte requerida, para que proceda aos descontos devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão, sob pena de incorrer nas sanções do art. 22 da Lei nº. 5.478/68. Recomendo que as partes participem da Oficina de Pais e Filhos que é realizada na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Henoch Reis, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, ou realizem a referida Oficina On-line, disponibilizada no site do CNJ, dentro da área destinada ao Ambiente Virtual de Aprendizagem , criada no intuito de estimular os pais a estabelecerem convivência com mais diálogo, cordialidade e respeito, proporcionando o saudável desenvolvimento emocional dos filhos e a resolução pacífica de seus conflitos. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para comparecer(em) à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 335, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Intime-se. Viabilize-se. Manaus, 12 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito conforme Portaria 457 PTJ

ADV: MANOEL VICENTE DA SILVA NETO (OAB 13488/AM) - Processo 0609736-41.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.D.N. - REQUERIDO: A.S.F. - DECISÃO Defiro a gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do CPC. Arbitro os alimentos provisórios em favor da filha da parte requerida, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos deste, assim entendidos como a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se todas as verbas de natureza remuneratória (13º salário, terço de férias, horas extras, gratificações, e prêmio de caráter habitual, participação nos lucros e resultados, adicionais, comissões e outras dessa natureza), excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, F.G.T.S e as verbas de caráter indenizatório, a serem descontados mensalmente em folha de pagamento e depositados na conta bancária informada. Oficie-se ao empregador da parte requerida, para que proceda aos descontos devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão, sob pena de incorrer nas sanções do art. 22 da Lei nº. 5.478/68. Recomendo que as partes participem da Oficina de Pais e Filhos que é realizada na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Henoch Reis, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, ou realizem a referida Oficina On-line, disponibilizada no site do CNJ, dentro da área destinada ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (www.cnj.jus.br/eadcnj), criada no intuito de estimular os pais a estabelecerem convivência com mais diálogo, cordialidade e respeito, proporcionando o saudável desenvolvimento emocional dos filhos e a resolução pacífica de seus conflitos. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para comparecer(em) à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 335, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Intime-se. Viabilize-se. Manaus, 12 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito conforme Portaria 457 PTJ

ADV: ANDRÉA CLÁUDIA MONASSA GOMES (OAB 2117/AM) - Processo 0609997-06.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.A.A. - REQUERIDA: K.C.A.C. - Paute-se audiência de conciliação. Cite-se o(a) requerido(a) com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência (art. 334, caput, do NCPC). O(a) requerido(a) poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, e nas demais hipóteses previstas no art. 335, do NCPC.

Expeça-s carta precatória se necessário, observando os requisitos legais. Na audiência de conciliação será oportunizado as partes a realização do exame de DNA, a recusa do suposto pai indica presunção de paternidade (art. 232, do CC e Súmula 301, do STJ). Sendo realizado o exame, com o retorno do resultado, paute-se audiência de abertura. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Recomendo que as partes participem da Oficina de Pais e Filhos que é realizada na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Henoch Reis, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, ou realizem a referida Oficina On-line, disponibilizada no site do CNJ, dentro da área destinada ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (www.cnj.jus.br/eadcnj), criada no intuito de estimular os pais a estabelecerem convivência com mais diálogo, cordialidade e respeito, proporcionando o saudável desenvolvimento emocional dos filhos e a resolução pacífica de seus conflitos. Intime-se. Cumpra-se expedindo e realizando o necessário na forma da lei.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0610113-46.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Silvana Reis Muniz - EXECUTADO: Julio Luis Madeira de Assis - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “De ordem, abro vista ao Ministério Público”.

ADV: CARLA DUARTE ALECRIM (OAB 12448/AM) - Processo 0610216-19.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.L.X. - REQUERIDO: L.E.A.S. - Conciliação Data: 17/05/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão

ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM), ADV: MANUEL MOREIRA DA SILVA FILHO (OAB 3459/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JOSÉ MATHIAS DOS SANTOS FILHO (OAB 5009/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0610238-87.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0238419-66.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: F.L.M.S. e outros - REQUERIDO: J.M.S. - M.M.P. - Nesta data, certifico que PAUTEI nova data de AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 11/06/2019 às 10:15h, a ser realizada na Sala padrão desta 4ª Vara de Família, em virtude do Magistrado estar em seu período de férias.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0610278-59.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.C.R. - REQUERIDA: S.L.R. - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, emendar a exordial, no sentido de juntar a certidão de nascimento da menor S.R,L, tendo em vista tratar-se de documentos indispensáveis à propositura da demanda judicial, adequando-a ao estabelecido no art. 320 do Código de Processo Civil. Intime-se, Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito conforme portaria 457 PTJ

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0610496-87.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: I.O.N. - REQUERIDO: J.S.S. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar aos autos, documento de identidade, comprovante de residência, Declaração de União Estável, bem como o documento do imóvel, tendo em vista que são indispensável para propositura da ação. Esclarecer ainda, que relação tem os documentos de fls. 11/17, com a presente ação de partilha, tendo em vista que o bem, objeto do consorcio, não foi citado como sendo objeto de partilha, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0610550-53.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda com genitor ou responsável no exterior - REQUERENTE: M.L.S. - REQUERIDA: G.O.C. - Dê-se vista à representante do Ministério Público, tendo em vista se tratar de interesse de menor. Segundo relatos do autor, a criança se encontra regularmente matriculado, porém, não está frequentando a escola. Cumpra-se.

ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM) - Processo 0610814-07.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.M.A. - REQUERIDO: K.S.S. - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, emendar a exordial, no sentido de juntar a procuração e declaração de hipossuficiência assinada pelo Sr. Klinger Santos Souza, tendo em vista tratar-se de documentos indispensáveis à propositura da demanda judicial, adequando-a ao estabelecido no art. 320 do Código de Processo Civil. Após, encaminhe os autos à fila de Sentença Homologatória. Intime-se, Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM) - Processo 0611541-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.A.S.S.R.S.G.M.C.R.S. - REQUERIDO: C.H.A.R. - Tomo ciência da Certidão de fls. 59. Diante isso, Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil. Após, tornem os autos conclusos.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0612167-82.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: R.M.B.S. - REQUERIDO: C.S.S. - Tomo ciência da Certidão de fls. 74. Diante desta, intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM), ADV: JAIME DA SILVA BELEZA (OAB 10327/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: CICERO FERRUCIO PONTES JUNIOR (OAB 27760/CE) - Processo 0612820-84.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.A. - REQUERIDA: Z.A.A. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM) - Processo 0615233-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Elizabeth Bizerra da Conceição - REQUERIDO: Denys da Conceição Delfino e outros - Paute-se nova audiência de conciliação e mediação com prazo necessário para cumprimento das precatórias. Cite-se os requeridos para comparecimento na audiência, conforme despacho de folha 42. Expeça-se os mandados para cumprimento por Oficial de Justiça no que concerne aos requeridos residentes em Manaus e precatórias para os requeridos residentes na comarca de São Paulo. Cumpra-se.

ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM) - Processo 0616120-54.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.B.L. - REQUERIDO: F.S.L. - Conciliação Data: 17/05/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM) - Processo 0616120-54.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.B.L. - REQUERIDO: F.S.L. - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de conciliação para o dia 17/05/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 4ª Vara de Família.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0616483-12.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: N.G.C.S. - EXECUTADO: W.V.B.N. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Tendo em vista o resultado da pesquisa junto ao sistema SIEL, juntado em fls. 66, intime-se a parte autora para se manifestar em 10 (dez) e requerer o que entender de direito".

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO DA COSTA PESCADOR (OAB 3681/AC), ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0616734-98.2014.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.R.P.S. - REQUERIDO: M.R.M.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por Oficial de Justiça, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0617690-46.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: MARIA FIGUEIRA SANTOS - REQUERIDA: LUZIMARA SANTOS DA PAZ - Encaminhe-se os autos para o setor responsável a fim de que seja realizado estudo psicossocial nos presentes autos. Intimem-se as partes e o Ministério Público para ciência. Diante do lapso temporal da presente demanda, se assim desejar, a parte autora poderá manifestar-se pela opção de realizar o estudo por perito particular às suas expensas. Havendo tal manifestação, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM), ADV: REGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0617755-07.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Waldo Paulo Chicolet Junior - REQUERIDA: Eleonildes Martins Chicolet e outro - Tratam os autos de uma Ação de Interdição, proposta pela objetivando interditar . Ocorre que às fls. foi juntada a certidão atestando o óbito do(a) Interditando(a) verifica-se que a hipótese se enquadra perfeitamente no que dispõe o inciso IX do artigo 485 do Estatuto Processual Civil. Na oportunidade, saliento que as questões relativas à sucessão e herança devem ser discutidas em ação própria. Isto posto, fundamentado no artigo 485, IX, do CPC, considerando intransmissível a ação, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito. P.R.I.C. Transitando em julgado, PROCEDA-SE a baixa e o arquivamento.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0617790-30.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.F.S. - REQUERIDO: A.S.O. - Compulsando-se os autos, verifico que a parte requerida não foi devidamente citada. Portanto, cite-se a parte requerida, pessoalmente por Mandado, para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC, devendo-se constituir patrono.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0619483-49.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.R.C.F. - REQUERIDA: L.B.B.Z. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a certidão negativa do Oficial de Justiça de fls. 59 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: JULIO CEZAR RODRIGUES LIMA (OAB 8461/AM) - Processo 0619517-24.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO "DOUTOR THOMAS" - REQUERIDO: Washington Cavalcante de Queiroz - Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação a fim de reconhecer a qualidade de relativamente capaz da parte requerida devido à doença apresentada que a acomete, de caráterpermanente, não se mostrando mais capaz de exprimir conscientemente sua vontade, daí porque nomeio a parte autora como Curadora definitiva da parte requerida, devendo prestar compromisso nos autos, para que passe a auxiliá-la tão somente na administração e gerenciamento de seus bens e não propriamente quanto à sua pessoa, a qualterá preservada sua capacidade civil para casar-se ou constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, decidir sobre seu planejamento familiar, conservar sua fertilidade, exercer seus direitos à convivência familiar e comunitária, como também seus direitos à guarda, tutela, curatela e adoção, como assegurado por lei, podendo ainda realizar isoladamente atividades laborativas mais simples e que não requeiram esforço intelectual ou responsabilidade perante terceiros, como também carregar consigo pequenas quantias de dinheiro para suas necessidades triviais, inclusive transporte, sendo-lhe vedado apenas a realização de atividades executivas que possam expor à ruína de seu patrimônio, como a compra e venda de bens imóveis ou móveis de alto valor, a administração e/ou utilização contas bancárias ou cartões de crédito, o que faço com fundamento nos arts. 6º, 84 e 85 da Lei nº 13.146, de 06.07.2015, c/c os arts. 4º, III, 1.767, I, 1.772 e 1.782, todos do Código Civil e art. 747 e seguintes do novo Código de Processo Civil. Salienta-se que o curador deve guardar consigo todos os recibos e documentos relativos a gerência financeira do interditado, uma vez que este juízo ou o representante do Ministério Público podem solicitar vistas a qualquer instante. Cumpra-se ainda o disposto nos arts. 755, §3º, do Código de Processo Civil, e 9º, III, do Código Civil, com a lavratura do termo de curatela e inscrita no registro de pessoas naturais, devendo ser imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça. Publique-se o edital no Portal do Conselho Nacional de Justiça. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado e tudo providenciado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: RAIMUNDO FILHO SOBRAL DOS SANTOS (OAB 8038/AM), ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0620034-63.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: S.G.C. - ALIMENTANT: S.C.C. - Conciliação Data: 24/06/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: FRANCISCO RODRIGO DE MENEZES E SILVA (OAB 9771/AM) - Processo 0620146-95.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.M.M.S. - REQUERIDA: E.C.O. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GENILCE SIQUEIRA VIANA (OAB 8467/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0620244-51.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.A.S. - REQUERIDA: F.A.S.M. e outros - Dê-se nova vista ao Ministério Público, tendo em vista existir interesse de incapaz, consoante art.698 do NCPC e interesse da requerente no prosseguimento do feito conforme petitório de fls. 61. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0620342-65.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.Y.L.B. - REQUERIDO: R.R.B. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à Exequente para que se manifeste acerca dos resultados das pesquisas aos sistemas BACENJUD e RENAJUD, juntadas em fls. 34/36, no prazo de 10 (dez) dias".

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0621297-67.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.A.C.G.M.I. - R.C.G.R.L. - REQUERIDO: E.A.S. - Trata-se de Ação de Investigação de Paternidade c/c alimentos. Paute-se nova audiência de mediação e conciliação. Cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência (art. 334, caput, do NCPC), conforme dados fornecidos pelo SIEL nas

fls. 70. Na audiência de conciliação será oportunizado as partes a realização do exame de DNA, a recusa do suposto pai indica presunção de paternidade (art. 232, do CC e Súmula 301, do STJ). Caso não haja acordo ou reconhecimento voluntário, da data da audiência, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para o requerido ofertar contestação, consoante previsto no art. 335, CPC. Após, abre-se igual prazo para apresentação de réplica pela parte autora. Sendo realizado o exame, com o retorno do resultado, paute-se audiência de abertura. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Cite-se e Intime-se. Ciência ao MP, se for o caso. Cumpra-se. Expeça-se o necessário, de ordem.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM) - Processo 0621427-86.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.G.S.J. - REQUERIDO: D.V.D.S. - Citada, fls. 52, a parte requerida quedou-se inerte no processo até a presente data. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0622515-67.2015.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: MARIA IVANILDE PEREIRA VENTURA - REQUERIDO: ARLINDO FEITOSA BARÃO - Instrução e Julgamento Data: 11/06/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM), ADV: EVANDER ELIAS DE QUEIROZ (OAB 7015/AM) - Processo 0623146-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: R.A.N. - REQUERIDO: Francisco Graça do Nascimento - Dionezia Viana dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 13/06/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0623418-73.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: G.T.T. - REQUERIDO: R.A.S. - INTSSADA: J.T.T. - Oficie-se conforme pedido de folha 122.

ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0623420-09.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: marco aurélio da silva santiago - SALUSTIANO TORRES SANTIAGO e outro - REQUERIDA: Milena Santos Santiago - Compulsando os autos verifico que as tutelas antecipadas de guarda (folhas 74-76) e visitas (folhas 135-136) já foram analisadas. Além disso, já há nos autos estudo psicossocial (folha 177-184). Assim, caminha o processo para o término da instrução e seu julgamento de mérito. Portanto, intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. Na oportunidade, caso desejem, devem-se manifestar acerca do estudo psicossocial realizado nestes autos À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM), ADV: KAIO KLINGER VIANA DO NASCIMENTO (OAB 12185/AM) - Processo 0625276-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REPTANTE: L.R.O. - REQUERENTE: A.R.O. - REQUERIDA: F.B.F. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM) - Processo 0626537-66.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Compromisso - REQUERENTE: L.P.R. - M.P.R. - R.A.R.N. - REQUERIDO: R.A.R.J. - Trata-se de Ação Monitória. Processo distribuído para este Juízo. Entretanto, verifico que a representante da menor reside na comarca de Aquiraz, Ceará. Assim, entendendo que o art. 147, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente refere-se à competência absoluta, acolho parecer ministerial de folhas 26-27 e determino a redistribuição do feito para o juízo competente da comarca Comarca de Aquiraz, Ceará. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0626935-13.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.D.B.S. - ALIMENTAND: M.G.S.B. - M.S.S.B. - REQUERIDO: H.S.B. - Defiro petitório de fls. 43. Suspenda-se o processo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, com fulcro no art. 313, II, NCPC. Transcorrido o prazo, intime-se a parte autora para, no prazo legal de 10 (dez) dias, requerer o quê entender de direito.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0627148-24.2015.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: EUDA SILVA DE ALMEIDA - REQUERIDO: Erik da Silva - Encaminhe-se os autos para o setor responsável a fim de que seja realizado estudo psicossocial nos presentes autos. Intimem-se as partes e o Ministério Público para ciência. Considerando o grande lapso temporal da demanda, caso assim deseje, a parte autora poderá manifestar-se pela opção de realizar o estudo psicossocial por perito particular pago às suas expensas. Havendo tal manifestação, tornem os autos conclusos novamente. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0627379-80.2017.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: F.S.S. - REQUERIDO: F.G.S. - Tomo ciência da Certidão de fls. 45. Diante disso, intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil. Após, tornem os autos conclusos.

ADV: GUILHERME ALVES BARREIROS (OAB 10443/AM), ADV: PAULA AMLES RIBEIRO RODRIGUES (OAB 12651/AM) - Processo 0628504-20.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.C.P.N. - REQUERIDA: L.C.O. - Considerando o reconhecimento da revelia da Requerida às fls. 83, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0628604-04.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: L.S.N.F. - J.C.N.F. - K.S.N.F. - REQUERIDO: J.W.M.F. - DESPACHO R. Hoje. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.528 do NCPC. Porém, pode optar, o exequente, por promover o cumprimento da sentença ou decisão nos termos dos art.523 e seguintes, caso em que não será admissível a prisão do executado, e, recaindo a penhora em dinheiro, o executado será intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Portanto, intime-se a parte autora para optar e adequar a petição inicial ao procedimento estipulado no art. 528, §§1º ao 9º, ou no art. 523 do NCPC, sob pena de indeferimento da inicial, consoante o disposto nos arts. 319 e 321, parágrafo único do NCPC. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: PRISCILLA LINS SANTIAGO (OAB 12354/AM), ADV: DORGIVAL SABINO DE ARAÚJO (OAB 12971/AM) - Processo 0628752-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.K.M.S. - ALIMENTAND: L.C.S.A. e outro - REQUERIDO: H.R.A. - Tomo ciência da Certidão de fls. 56. Diante desta, intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0629812-91.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.M.F.S. - REQUERIDO: M.C.S.J. - SENTENÇA Trata-se de Execução de Alimentos na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida, conforme certidão de folhas 43 e não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: PAULO MARCOS BASTOS SAMPAIO (OAB 8878/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM) - Processo 0629836-27.2013.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: E.C.C. - REQUERIDO: T.M.F. - Conciliação Data: 24/05/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0630582-84.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Execução Provisória - EXEQUENTE: D.V.C.C. - EXECUTADO: D.P.C. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 55. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: MAITE BATISTA BASTOS (OAB 11057/AM) - Processo 0630744-79.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.M.N. - REQUERIDO: S.H.S.M.M. - M.K.S.M. - SENTENÇA Trata-se de Ação Revisional de Alimentos. Em folhas 120, foi determinada a intimação do(a) autor(a) no endereço por ele(a) informado e cadastrado nos autos, a fim de que cumprisse o que lhe foi estabelecido. Contudo, não foi possível efetivar a sua intimação, uma vez que a parte mudou de endereço, conforme consta na certidão de fls 124 antecedentes. Autos conclusos. Decido. A atualização de quaisquer informações sempre que houver modificação temporária ou definitiva é dever da parte, consoante o art. 77, V, do Código de Processo Civil: Art. 77: Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V) declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva; (grifei) No presente caso, o autor mudou de endereço sem informar a este juízo, o que impossibilita a sua intimação pessoal e o regular prosseguimento do feito, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Dessa forma, com fulcro no art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Cumpra-se, registre-se e publique-se. Transitado em julgado, arquive-se com as providências de estilo. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM), ADV: ABDALLA ISAAC SAHDO JÚNIOR (OAB 2207/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: ALEXANDRE SAMPAIO CAXIAS (OAB 1988/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0630991-31.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.A.A. - REQUERIDA: M.S.C. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0631736-40.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: MARCELO JORGE DE SOUZA BATISTA - REQUERIDO: CARMEM IUCIA DOS SANTOS - Pautе-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Intime-se a parte requerida pessoalmente. Cumpra-se.

ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0631754-90.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Seção Cível - REQUERENTE: J.S.O. - REQUERIDO: J.F.O. - Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Entretanto, verifico que a petição encontra-se devidamente acostada no processo de número 0625116-17.2013 às folhas 144, 145-146 e 148-150. Assim, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se.

ADV: REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM) - Processo 0631829-32.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.O.B. - REQUERIDO: C.M.M.B. - Vistos. 1 - Cite-se o requerido, com hora certa, para responder a ação no prazo de 15 dias, devendo constar no mandado a advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 253, §4º, do NCPC). 2 - Decorrido o prazo sem resposta, certifique-se da revelia, e nomeio como curador especial a Defensoria Pública para apresentar defesa genérica no prazo legal (art. 72, II, NCPC) 3 - Cumpra-se.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0632296-45.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.B.V. - REQUERIDO: G.M. - Em resposta ao petitório de folha 27, informo que o requerido já foi devidamente citado por Edital. Assim, intime-se novamente a parte autora para que cumpra o despacho de folha 25 no prazo nele estabelecido.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ELLEN WANDRIENNY DE LIMA TAVARES (OAB 10122/AM), ADV: CARLOS COLLYER FERREIRA (OAB 10012/AM) - Processo 0632393-45.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Alisson dos Santos Maia - Albermar dos Santos Maia - Adriano Nascimento Maia - Alberto Nascimento Maia - REQUERIDO: Adalberto Castro Maia - Wanderlene Araujo da Silva - Inspeção Judicial Data: 22/05/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ELLEN WANDRIENNY DE LIMA TAVARES (OAB 10122/AM), ADV: CARLOS COLLYER FERREIRA (OAB 10012/AM) - Processo 0632393-45.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Alisson dos Santos Maia - Albermar dos Santos Maia - Adriano Nascimento Maia - Alberto Nascimento Maia - REQUERIDA: Wanderlene Araujo da Silva e outro - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Inspeção Judicial para o dia 22/05/2019 às 10:30h, a ser realizada in loco.

ADV: MARINEY NASCIMENTO SENA (OAB 8634/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0632480-64.2018.8.04.0001 - Declaração de Ausência - Sucessão Provisória - REQUERENTE: Yasmin Rego Menezes - Renato Rego Menezes - REQUERIDO: Socorro da Silva Rego - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 32-34. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO ALVES BARBOSA (OAB 4954/AM), ADV: KISSIA JERUSA NUNES LOPES (OAB 11724/AM) - Processo 0633573-33.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.C.C. - REQUERIDO: R.O.S. - Vistos, Preliminarmente, quanto à execução de alimentos provisórios, como já informado anteriormente, esta deve ser ajuizada em autos apartados. No mais, não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA CLAUDIA MAIA DE O. GURGEL (OAB 13292/AM), ADV: CRISTIANE MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9080/AM), ADV: NISMARINA SILVA DE ARAÚJO (OAB 13044/AM), ADV: RONALDO BATISTA CARDOSO (OAB 12735/AM) - Processo 0634051-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.A.G.S. - REQUERIDO: R.S.C. - R.S.C.M. e outros - Em atenção à promoção ministerial de folhas 82-83, nomeie-se curador especial para os requeridos Ronald Silva da Costa e Samuel Silva da Costa, com fulcro no art. 72, I, CPC. Após manifestação do curador, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM) - Processo 0635012-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.C.F. - A.C.F. - REQUERIDO: R.L.C. - Audiência p/ coleta de material genético Data: 19/06/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão

ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM) - Processo 0635012-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.C.F. - A.C.F. - REQUERIDO: R.L.C. - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA para Coleta de Material Genético para o dia 19/06/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 4ª Vara de Família.

ADV: ROBSON MATHEUS (OAB 8853/AM) - Processo 0635722-02.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: W.P.S. - REQUERIDA: J.F.P.S. - Em consonância com parecer ministerial de folhas 46, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas despesas a fim de que se realize, com a brevidade que o caso requer, o estudo social com o menor.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0636452-76.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria da Glória Campos da Silva - REQUERIDO: Tiago Campos da Silva - Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação a fim de reconhecer a qualidade de relativamente capaz da parte requerida devido à doença apresentada que a acomete, de caráterpermanente, não se mostrando mais capaz de exprimir conscientemente sua vontade, daí porque nomeio a parte autora como Curadora definitiva da parte requerida, devendo prestar compromisso nos autos, para que passe a auxiliá-la tão somente na administração e gerenciamento de seus bens e não propriamente quanto à sua pessoa, a qualterá preservada sua capacidade civil para casar-se ou constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, decidir sobre seu planejamento familiar, conservar sua fertilidade, exercer seus direitos à convivência familiar e comunitária, como também seus direitos à guarda, tutela, curatela e adoção, como assegurado por lei, podendo ainda realizar isoladamente atividades laborativas mais simples e que não requeiram esforço intelectual ou responsabilidade perante terceiros, como também carregar consigo pequenas quantias de dinheiro para suas necessidades triviais, inclusive transporte, sendo-lhe vedado apenas a realização de atividades executivas que possam expor à ruína de seu patrimônio, como a compra e venda de bens imóveis ou móveis de alto valor, a administração e/ou utilização contas bancárias ou cartões de crédito, o que faço com fundamento nos arts. 6º, 84 e 85 da Lei nº 13.146, de 06.07.2015, c/c os arts. 4º, III, 1.767, I, 1.772 e 1.782, todos do Código Civil e art. 747 e seguintes do novo Código de Processo Civil. Salienta-se que o curador deve guardar consigo todos os recibos e documentos relativos a gerência financeira do interditado, uma vez que este juízo ou o representante do Ministério Público podem solicitar vistas a qualquer instante. Cumpra-se ainda o disposto nos arts. 755, §3º, do Código de Processo Civil, e 9º, III, do Código Civil, com a lavratura do termo de curatela e inscrita no registro de pessoas naturais, devendo ser imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça. Publique-se o edital no Portal do Conselho Nacional de Justiça. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado e tudo providenciado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: RODRIGO DE CASTRO JUNQUEIRA (OAB 372424/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0637608-36.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - REQUERENTE: P.R.G.P.N. - REQUERIDO: C.C.B.N. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, tornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ARAÚJO DE MORAES (OAB 5631/AM) - Processo 0638519-77.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.A.C. - REQUERIDA: A.B.M.C. - Tomo ciência da Certidão de fls. 38. Diante desta, intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM) - Processo 0639167-91.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.A.C. - EXECUTADO: L.S.S.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intima-se a parte exequente pessoalmente por carta AR, para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, sobre a certidão de fls. 40 e requerer o que entender de direito “.

ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0640267-47.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635859-81.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: J.S.N. - REQUERIDA: C.C.M.L. - Expeça-se mandado para que seja realizada a citação da parte requerida por meio de Oficial de Justiça no endereço informado à folha 46 para apresentar contestação no prazo de quinze dias. Cumpra-se.

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0640392-83.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.B. - REQUERIDA: R.B.B. - Conciliação Data: 24/05/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0640478-83.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.B.S. - REQUERIDO: C.S.D. - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: MARYSTELLA ANDRADE BONFIM (OAB 3740/AM) - Processo 0641715-89.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.R.L. - REQUERIDO: J.M.S.O. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DEYSE RAMAIANE SANTOS DE SOUZA (OAB 12601/AM) - Processo 0641901-15.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: E.A.L. - ALIMENTANT: S.C.T.L. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. A parte autora requer a desistência da ação, conforme folhas 75. Autos conclusos, decido. Diante do pedido de desistência formulado, a extinção do feito se faz necessária. Cumpre ressaltar que a análise do referido pedido não depende do consentimento do réu, diante da ausência de contestação, nos termos do art. 485, §4º do CPC. Dessa forma, com fuclro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0643404-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.C.S. - REQUERIDA: M.C.S. - Conciliação Data: 20/05/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0643404-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.C.S. - REQUERIDA: M.C.S. - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de conciliação para o dia 20/05/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala padrão desta 4ª Vara de Família.

ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM) - Processo 0644250-54.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: S.L.G. - REQUERIDO: I.S.P. - Tomo ciência da Certidão de fls. 44. Diante desta, intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0644620-33.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.G.S. - REQUERIDA: Y.C.S. - M.G.C. - Tomo ciência da Certidão de fls. 41. Diante desta, Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil. Ato contínuo, manifeste-se acerca da Certidão Negativa do Oficial de Justiça de fls. 40.

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM) - Processo 0645003-11.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.G.S. - REQUERIDA: Y.C.S. - Tomo ciência da Certidão de fls. 35. Diante desta, intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil. Ato contínuo, caso demonstre interesse no prosseguimento desta ação, determino que se manifeste acerca da Certidão Negativa do Oficial de Justiça de fls. 35.

ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0646452-04.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.O. - REQUERIDO: A.C.C.O. - Compulsando os autos, verifico a retificação do polo passivo da presente ação e o não comparecimento da parte autora à audiência no CEJUSC, conforme certidão de fls. 37, embora estivesse devidamente intimada. Portanto, intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0646989-97.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.M.R.M.S. - REQUERIDO: R.L.S. - Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso. Determino que seja pautada e realizada nova audiência de mediação e conciliação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família (CEJUSC), nos termos do artigo 695 do NCPC. Assim, cite-se a parte requerida, conforme informação fornecida pelo SIEL constante às fls. 29, e intime-se a parte autora para comparecerem à referida audiência, devendo constar no instrumentos que cada parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Cumpra-se.

ADV: RENATA DE LIMA LIRA (OAB 167150/RJ) - Processo 0648018-85.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.C.R.J. - REQUERIDA: H.F.S. - Nessa esteira, diante dos documentos juntados aos autos, entendo ausentes os requisitos para a concessão da tutela requerida neste momento processual, uma vez que não restaram configurados as condições acima dispostas. Assim, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Dito isto, deve-se dar seguimento ao trâmite processual. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Ato contínuo, oficie-se o setor competente para a realização do estudo psicossocial. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: MAELIR RODRIGUES DA SILVA (OAB 12977/AM) - Processo 0650278-38.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: B.S.M. - REQUERIDO: V.S.R. - Trata-se de Ação de Investigação de Paternidade. Paute-se audiência de mediação e conciliação. Cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência (art. 334, caput, do NCPC). Na audiência de conciliação será oferecido às partes a realização do exame de DNA, a recusa do suposto pai indica presunção de paternidade (art. 232, do CC e Súmula 301, do STJ). Caso não haja acordo ou reconhecimento voluntário, da data da audiência, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para o requerido ofertar contestação, consoante previsto no art. 335, CPC. Após, abre-se igual prazo para apresentação de réplica pela parte autora. Sendo realizado o exame, com o retorno do resultado, paute-se audiência de abertura. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Na eventual

necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Cite-se e Intime-se. Ciência ao MP, se for o caso. Cumpra-se. Expeça-se o necessário, de ordem.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0655512-98.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.P.C. - REQUERIDA: D.A.C. - Conciliação Data: 10/06/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM) - Processo 0655716-45.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.M.J.B. - EXECUTADO: K.S.M.B. - DESPACHO R. Hoje. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.528 do NCPC. Porém, pode optar, o exequente, por promover o cumprimento da sentença ou decisão nos termos dos art.523 e seguintes, caso em que não será admissível a prisão do executado, e, recaindo a penhora em dinheiro, o executado será intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Portanto, intime-se a parte autora para optar e adequar a petição inicial ao procedimento estipulado no art. 528, §§1º ao 9º, ou no art. 523 do NCPC, sob pena de indeferimento da inicial, consoante o disposto nos arts. 319 e 321, parágrafo único do NCPC. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0656926-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: Flauzina da Silva Galvão - REQUERIDO: Diego Philippe Xaud Cabasson - Conciliação Data: 20/05/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0658403-92.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.S.S. - REQUERIDO: M.S.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 07/05/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM) - Processo 0659677-91.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: D.S.S. - ALIMENTAND: D.M.S. - REQUERIDO: W.R.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 02 de maio de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas “Ministério Público - Intimação/Audiência” e “CEJUSC - Publicação- Audiência” para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida(o) neste ato a(o) carta/mandado de citação devido(a).

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0660431-33.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.L.S. - REQUERIDO: W.R.A. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. A parte autora requer a desistência da ação, conforme folhas 35. Autos conclusos, decido. Diante do pedido de desistência formulado, a extinção do feito se faz necessária. Cumpre ressaltar que a análise do referido pedido não depende do consentimento do réu, diante da ausência de contestação, nos termos do art. 485, §4º do CPC. Dessa forma, com fuclro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Conforme Portaria 457 PTJ

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0661362-36.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.C.P.S. - REQUERIDO: R.S.S. - Conciliação Data: 14/06/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

Abdalla Isaac Sahdo Júnior (OAB 2207/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Sampaio Caxias (OAB 1988/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Aline Cintrão Ferreira (OAB 9275/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Andréa Cláudia Monassa Gomes (OAB 2117/AM)
Andrey Kawamura Felipe (OAB 9685/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Araújo de Moraes (OAB 5631/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antonio Ivan Olimpio da Silva (OAB 003.110/AM)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Antonio Vinicius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Ariela Brito Marques (OAB 12128/AM)
Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
Áurea Helena Querino (OAB 10337/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Alecrim de Lima (OAB 6440/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carla Duarte Alecrim (OAB 12448/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Augusto da Costa Pescador (OAB 3681/AC)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Collyer Ferreira (OAB 10012/AM)
Carlos Henrique Castro Cavalcanti (OAB 9271/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)

CASSIANO CIRILO ANUNCIAÇÃO NETTO (OAB 4420/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Cicero Ferrucio Pontes Junior (OAB 27760/CE)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Cristiane Carvalho da Silva (OAB 13486/AM)
Cristiane Moraes de Oliveira (OAB 9080/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel dos Santos Costa (OAB 12962/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Deyse Ramaiane Santos de Souza (OAB 12601/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Dorgival Sabino de Araújo (OAB 12971/AM)
Ed Rugles de Melo Barbosa (OAB 2789/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Eduardo Alexandre Guedes Cidade (OAB 7179/AM)
Eliana Gomes Silva de Paula (OAB 4341/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elizeth Serrão Rodrigues (OAB 2610/AM)
Ellen Wandrienny de Lima Tavares (OAB 10122/AM)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Emer de Senna Gomes (OAB 7602/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Erisvanha Ramos de Souza (OAB 3857/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Evander Elias de Queiroz (OAB 7015/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Alves Barbosa (OAB 4954/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabíola da Costa Ferreira (OAB 7875/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fabrízio de Sousa Barbosa Grosso (OAB 4473/AM)
Fernando Ricardo Fernandes Coelho (OAB 2218/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisco Rodrigo de Menezes e Silva (OAB 9771/AM)
Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (OAB 12131/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Genilce Siqueira Viana (OAB 8467/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Guilherme Alves Barreiros (OAB 10443/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Honorato Fernandes de Melo Neto (OAB 10248/AM)
Horácio Acácio Sevalho (OAB 2263/AM)
Igo Rafael de Sousa Santos (OAB 18825/MA)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Ivo Paes Barreto (OAB 735/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
Jacinto Soares da Rocha (OAB 4281/AM)
Jaime da Silva Beleza (OAB 10327/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Lauri Fazioni (OAB 5914/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Mathias dos Santos Filho (OAB 5009/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB 7818/AM)
Julio Cezar Rodrigues Lima (OAB 8461/AM)
Kaio Klinger Viana do Nascimento (OAB 12185/AM)
KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kissia Jerusa Nunes Lopes (OAB 11724/AM)
Klaus Oliveira de Queiroz (OAB 3799/AM)
Larissa Maciel Abecassis (OAB 8476/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
LUCIANA CLAUDIA MAIA DE O. GURGEL (OAB 13292/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
lucio de rezende neto (OAB 512A/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Maelir Rodrigues da Silva (OAB 12977/AM)
Maite Batista Bastos (OAB 11057/AM)
Manoel Vicente da Silva Neto (OAB 13488/AM)
Manuel Moreira da Silva Filho (OAB 3459/AM)
Márcia Suzana Oliveira Menezes (OAB 10267/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria do Carmo do Amaral Linhares (OAB 1786/AM)
Maria Ferreira de Oliveira (OAB 6469/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Mariney Nascimento Sena (OAB 8634/AM)
Mario Henrique Catunda Sales (OAB 14238/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Marystella Andrade Bonfim (OAB 3740/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Nismarina Silva de Araújo (OAB 13044/AM)
Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paola Santa Rita Barata (OAB 12384/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Amles Ribeiro Rodrigues (OAB 12651/AM)
Paulo Agner da Silva Souza (OAB 5361/AM)
Paulo Marcos Bastos Sampaio (OAB 8878/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Priscilla Lins Santiago (OAB 12354/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Filho Sobral dos Santos (OAB 8038/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raphael Silva Anunciação (OAB 6373/AM)

REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM)
Reberth da Silva Costa (OAB 8817/AM)
Regis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Renata de Lima Lira (OAB 167150/RJ)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Robson Matheus (OAB 8853/AM)
Rodrigo de Castro Junqueira (OAB 372424/SP)
Ronaldo Batista Cardoso (OAB 12735/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
SAMUEL FERREIRA ARAUJO (OAB 11137/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Stephane Varela Garcez (OAB 9876/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Talita Duarte Lima Dall'óglio (OAB 9588/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Tamires Cruz do Amaral (OAB 9282/AM)
Távilla da Mata Vieira (OAB 13431/AM)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Vanda Cardoso Graciano Veloso (OAB 594A/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
WALDEMAR CASTELO BRANCO DO RÊGO NETO (OAB 10816/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0036/2019

ADV: MICHEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 12036/AM) - Processo 0219398-36.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: A.M.F.L. - Vista ao patrono da exequente. 05 (cinco) dias. Após, com ou sem manifestação nos autos, vista ao Ministério Público.

ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0228376-31.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXECUTADO: C.V.C. - Cumprimento de sentença sob cululaçao de ritos. Pagamento parcial da dívida. E quanto ao pagamento dos valores remanescentes? Vista ao patrono do executado. 05 (cinco) dias.

ADV: MILTON MENEZES DINIZ (OAB 11965/AM) - Processo 0233022-65.2009.8.04.0001 (001.09.233022-4) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: C.E.M.H. - O processo foi retomado, necessário se faz, portanto, a intimação pessoal do executado. Vista ao patrono do exequente para informar valores atualizados da dívida relativos a penhora e prisão. 05 (cinco) dias. Após, cumpra-se a determinação contida na decisão anterior. Não obstante, oficie-se ao empregador para desconto dos alimentos vincendos.

ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM) - Processo 0240663-07.2009.8.04.0001 (001.09.240663-8) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: M.G.A.T.C. - Petição retro equivocada - não existem nos autos as fls. 208 ou 222. Nova vista dos autos ao patrono da exequente para prestar quaisquer informações que possam auxiliar no cumprimento do mandado de prisão. 05 (cinco) dias.

ADV: ELLEN WANDRIENNY DE LIMA TAVARES (OAB 10122/AM), ADV: CARLOS COLLYER FERREIRA (OAB 10012/AM) - Processo 0635444-69.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: L.O.C. - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Carlos Collyer Ferreira (OAB 10012/AM)
Ellen Wandrienny de Lima Tavares (OAB 10122/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Michel Rodrigues dos Santos (OAB 12036/AM)
Milton Menezes Diniz (OAB 11965/AM)

6ª VARA DE FAMÍLIA

PORTARIA N.º 001/2019 – 6.ª VF

O Exmo. Sr. Juiz de Direito, Dr. VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO, Titular da 6ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO as Resoluções e as Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em conjunto com o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado Amazonas;

CONSIDERANDO o que disciplinam os artigos 139, inciso V, e 359, ambos do Novo Código de Processo Civil, os quais facultam ao juiz, respectivamente, a tentativa, a *qualquer tempo* de conciliar as partes;

CONSIDERANDO que a realização de mutirões de conciliação é uma forma de diminuir o volume de processos que ingressam perante esta 6ª Vara de Família, conforme demonstram os números das três outras Semanas Internas de Conciliação.

CONSIDERANDO o direito das partes à uma prestação jurisdicional eficaz e em prazo razoável, assim como que, durante as audiências de conciliação, os litigantes terão a oportunidade de efetivarem acordo na melhor forma que lhes aprouver, satisfazendo seus anseios e os interesses de todas as pessoas envolvidas; e

CONSIDERANDO a necessidade do adequado atendimento e a dedicação, quase que exclusiva, às ações incluídas no mutirão, salvo medidas urgentes, e objetivando zelar pela não ocorrência de prejuízos às partes;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a realização da "**IV SICON (Semana Interna de Conciliação da 6ª Vara de Família)**", objetivando uma justiça com mais eficácia e o benefício de todos os jurisdicionados, relativa aos processos de Alimentos, Guarda e Divórcio, estes três principalmente, além dos demais, nesta 6ª Vara de Família, para o **período de 10 a 14 de junho de 2019**;

Art. 2º - O mutirão supramencionado será realizado nas datas especificadas, observando-se o horário de **09:00 às 14:00 horas**, perante ao menos 03 (três) mesas de conciliação, com intervalos de 30 (trinta) minutos entre cada audiência e 01 (uma) hora para o almoço, das 12:00 às 13:00 horas;

Art. 3º - Assim, deverá a Secretaria ter separado os processos propícios à conciliação, a fim de que tenham sido incluídos nas pautas deste mutirão, com as consequentes intimações das partes, dos patronos e do Ministério Público;

Art. 4º - Durante a IV SICON, fica suspenso o expediente externo, mantendo-se apenas o atendimento, às partes e advogados, de outros feitos, **que tenham caráter emergencial**, dentro do horário e datas mencionadas nesta Portaria.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e COMUNIQUE-SE.

Ademais, encaminhem-se - de imediato e para publicação no DJE - cópias aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Presidente e Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas.

Manaus, 12 de março de 2019.

Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
Juiz de Direito

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0084/2019

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0205216-79.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Bruno Nunes Sampaio - Maria Elielza Rodrigues Nunes - Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006 e, considerando que o réu foi flagranteado portando pequena quantidade (128,46g) de COCAÍNA e MACONHA, fixo-lhe a pena base em 06 (seis) anos de reclusão e multa de 600 (seiscentos) dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um

ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM) - Processo 0615143-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - RÉU: Edinaldo Souza dos Santos - Francisco Wanderson Reis Gomes - Autos nº:0615143-62.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Especial da Lei Antitóxicos AssuntoTráfico de Drogas e Condutas Afins SENTENÇA RELATÓRIO O representante do Ministério Público, no exercício de suas atribuições institucionais (CF, art. 129, inciso I), ofereceu denúncia contra Francisco Wanderson Reis Gomes e Edinaldo Souza dos Santos, qualificados nos autos, dando-os como incurso nas sanções do artigo 33, caput, e art. 35, caput, ambos da Lei n. 11.343/2006. A denúncia foi recebida para ambos os acusados, somente para o crime de tráfico de drogas, disposto no art. 33 do mesmo códex. Autos de exibição e apreensão consta dos autos. O laudo definitivo de identificação de substância entorpecente anexados ao processo. Devidamente notificados, os réus apresentaram defesa prévia. Em audiência de instrução e julgamento, foi inquirida uma testemunha de acusação e, em seguida, realizado o interrogatório do réu Edinaldo Souza dos Santos, sendo decretado a revelia do réu Francisco Wanderson Reis Gomes, que devidamente intimado, deixou de comparecer em audiência de instrução. O representante do Ministério Público, em sede de alegações finais apresentadas em audiência, pugnou pela condenação dos acusados nos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, vez que houve prova concreta da materialidade do delito, bem como sua autoria, na medida em que a instrução processual teria demonstrado que o acusado praticou o fato delituoso. Ocorre que a denúncia foi recebida somente para o crime de tráfico de drogas, sem qualquer interposição de recurso após a analise da denúncia, o qual foi rejeitado o crime de associação. Desse modo, deixo de analisar o pedido formulado pelo membro do “parquet” quanto a condenação no crime disposto no art. 35 da Lei 11.343/2006 - associação para o tráfico de drogas. Razão pela qual passo a analisar somente quanto ao crime de tráfico de drogas. A defesa dos acusados, também em sede de alegações finais, pugnou, inicialmente, pela absolvição do crime de associação para o tráfico, argumentando que não há provas de que os réus concorreram para as infrações penais, dentro do que foi colhido na audiência. Na eventualidade, pugnou também pela aplicação da causa de diminuição prevista no §4º do art. 33 da Lei de Drogas, além da incidência da pena em seu patamar mínimo, o reconhecimento da atenuante de confissão para o acusado Edinaldo Souza dos Santos, regime aberto e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. É o relatório. DECIDO. FUNDAMENTAÇÃO Trata-se de ação penal pública incondicionada, de rito especial, deflagrada pela prática do crime de tráfico de drogas. A materialidade do crime emerge comprovada nos autos, tanto pelo auto de prisão em flagrante, assim como pelos termos de apreensão, pelo auto de constatação de substância tóxica entorpecente, e, ainda, pelo laudo pericial de identificação de substância entorpecente, no qual restou constatado que o tóxico apreendido trata-se de “cocaína”, que pode ocasionar dependência física e/ou psíquica, cujo uso é proibido em todo o território nacional pela Portaria n. 344/98, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, devidamente atualizada pela RDC n. 19/2008. A autoria do crime de narcotraficância, por sua vez, é igualmente certa, não só pelas circunstâncias em que se deu a apreensão da droga, bem como pelo depoimento das testemunhas de acusação, e, até mesmo, pelo próprio interrogatório prestado em sede policial e em Juízo, que, mesmo de forma qualificada, assumiu a propriedade da droga, servindo também para esclarecer dados importantes do processo. Explica-se: Na audiência, inicialmente, a testemunha de acusação, policial militar, compromissado por lei a falar a verdade, relatou que estava em patrulhamento de rotina, juntamente com sua guarnição, quando avistaram os individuos em atitude suspeita, momento em que resolveram abordar os suspeito, neste instante os acusados tentaram se evadir do local, iniciando a fuga e a perseguição policial, até que chegaram em um paredão, local que impediu que os flagranteados continuassem a fuga, sendo capturados pelos policiais. Em revista policial nos acusados, tanto com o réu Francisco Wanderson Reis Gomes quanto com o réu Edinaldo Souza dos Santos, foram encontrados algumas trouxinhas de drogas em seus respectivos bolsos. O policial que compareceu em juízo ainda informou que no momento da abordagem policial nos flagranteados, os flagranteados confessaram que a droga era para venda e que iriam ganhar um “trocado”, assim, os flagranteados foram conduzidos ao distrito policial para os procedimentos de praxe. Quando do interrogatório do acusado Edinaldo Souza dos Santos, este afirmou que era apenas usuário e não vendia drogas. Relata que comprou uma certa quantidade para usar. E que no dia dos fatos, estava trabalhando, tinha até chegado do trabalho mais cedo, e como era usuário, neste dia ele foi comprar a droga, momento em que foi

abordado pelo policial, e foi encontrado a substancia entorpecente. Com relação ao outro réu, ele já havia sido abordado e apreendido, inclusive já estava de joelho e algemado. Que não viu Francisco ser abordado e nem a apreensão da droga, pois quando ele chegou no local em que Francisco estava, Francisco já estava preso. Edinaldo afirmou, em seu interrogatório, que estava na posse de apenas 3 (três) trouxinhas, que era para seu consumo. Compulsando os autos, verifica-se que, para montar o "quebra-cabeça" jurídico, necessário se faz analisar todo o material o probatório e contextualizar com as provas produzidas na audiência de instrução e julgamento. Ora, constata-se, pois, que, após as ,devidas valorações do material probatório produzido em sede policial e corroborado em sede judicial, há provas concretas da autoria do fato. A materialidade do delito, conforme já destacado, encontra-se devidamente demonstrada. Assim também se perfaz a autoria do fato, sendo esta inconteste, havendo, por conseguinte, um perfeito entendimento da dinâmica dos fatos, corroborado ainda, em parte, pelo depoimento da testemunha de acusação na audiência de instrução e julgamento e pelo próprio interrogatório do acusado. Nesse contexto, com relação a tese defensiva de que a droga seria destinada ao exclusivamente ao uso, interessante destacar alguns comentários. De fato, há uma linha muito tênue e bastante discussão entre os doutrinadores e mesmo pela jurisprudência dos tribunais, no que se refere à quantidade de droga que seria caracterizadora do consumo e a quantidade destinada ao tráfico (em qualquer das condutas previstas no tipo legal). No entanto, por todas as circunstâncias concretas que cercam o fato, vislumbra-se que tais drogas não se destinavam a consumo pessoal, pelo menos não toda a droga encontrada. As circunstâncias em que foram localizadas, os demais vestígios e elementos probatórios encontrados pelos policiais quando da abordagem no flagrante, tudo leva a crer que o material, se ainda não, iria ser objeto de tráfico. Este Juízo não está aqui afirmando que o acusado não seja usuário de droga. Pelo contrário, há consideráveis evidências que ele realmente seja usuário de tais substâncias entorpecentes. No entanto, na apreciação do fato delituoso, deve ser verificado todo o contexto em que cerca a ocorrência em si, sendo observadas algumas circunstâncias que aduzem o cometimento do art. 33 da Lei de Drogas, e não exclusivamente a aplicação do art. 28 da referida Lei. Tráfico aqui dito em sentido amplo, englobando modalidades como "guardar", "ter em depósito" e etc. A quantidade de droga encontrada, mesmo o acusado aduzindo que seria para o consumo, a divisão em "trouxinhas" em quantidade razoável, são elementos que embasam um decreto condenatório pelo delito denunciado, além da narrativa das testemunhas em sede judicial, descrevendo a dinâmica de como tudo ocorreu. Por todas as circunstâncias concretas que cercam o fato, a maneira como o material fora encontrado, os demais vestígios e elementos probatórios encontrados pelos Policiais quando da abordagem no flagrante e, por fim, toda a dinâmica dos fatos trazidos à tona pela instrução judicial demonstra a tipicidade da conduta no tipo penal previsto no art. 33 da Lei 11.343/06. Importante destacar que o delito do art. 33 da Lei de drogas não resta caracterizado somente com a venda da substância entorpecente. Ao todo, são 18 tipos legais em que uma conduta criminosa pode ser enquadrada: importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consegue guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer. Tudo isso demonstra que os atos perpetrados pelos réus enquadram-se perfeitamente nas hipóteses previstas no artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, na conduta descrita como "guardar" ou "ter em depósito", sem autorização e em desacordo com determinação legal. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na denúncia e, em consequência CONDENO os acusados FRANCISCO WANDERSON REIS GOMES E EDINALDO SOUZA DOS SANTOS, devidamente qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pois restou demonstrada a prática delitiva das provas colhidas na instrução. Dosimetria da pena do réu FRANCISCO WANDERSON REIS GOMES: Em atenção ao disposto no art. 42, da Lei nº 11.343/2006 e art. 59 e seguintes do Código Penal, especialmente o art. 68 do aludido diploma legal, que elegeu o Sistema Trifásico de Nelson Hungria para a quantificação das sanções aplicáveis aos condenados, passo à fixação da pena: Quanto à culpabilidade, esta é normal à espécie, nada tendo a se valorar. Não possui antecedentes criminais, apesar de haver um processo criminal em tramitação. Conduta social não deve ser valorada, pois não há elementos para tanto. No que se refere à personalidade, poucos elementos foram coletados a fim de se averiguar, não podendo ser valorada negativamente. Os motivos são comuns à espécie. As Circunstâncias do crime não são relevantes. As Consequências do crime são desconhecidas. Quanto ao Comportamento da vítima, esta é a saúde pública. Não existem elementos nos autos para se verificar as condições financeiras do réu. A quantidade de substancia apreendida é significativa, mas não a ponto de ser valorada negativamente. (art. 42 da lei nº 11343/06). Nesse ínterim, não havendo circunstâncias judiciais desfavoráveis, pelo que entendo como suficientes para prevenção e reprovação do delito, a pena base do art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 de 05 (cinco) anos de reclusão, além de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo, observada a condição financeira do acusado. Analisando a segunda fase de aplicação de pena, não há circunstâncias agravantes ou atenuantes. Assim, a pena continua imodificada, em 05 (cinco) anos de reclusão, além de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo, observada a condição financeira do acusado. Na terceira fase da dosimetria penal, verifica-se que o acusado, apesar de responder a outro processo criminal, e ter um processo baixado no juizado especial, não perfaz um perfil associado a condutas criminosas, pelo menos até o presente momento, o que demonstraria reiteração delitiva e personalidade voltada para o crime. Por esta razão, deve o acusado ser merecedor da aplicação do redutor do §4º do art. 33 da Lei de Drogas, in verbis: "[...] § 4o Nos delitos definidos no caput e no § 1o deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa". Assim sendo, diminuo a pena privativa de liberdade a ser resgatada pelo acusado em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU FRANCISCO WANDERSON REIS GOMES EM 01 (UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Estabeleço, pois, o REGIME ABERTO para o início do cumprimento da pena imposta ao réu nesta sentença, em consonância com o disposto no artigo 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal. Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 16/04/2018 e permanece preso até 26/07/2018, totalizando 03 (três) meses e 11 (onze) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Assim sendo, nos termos do art. 44 do CP, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante, após a detração, se houver, por 02 (duas) restritivas de direitos, a serem definidas pela VEMEPA. Ato contínuo, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que permaneceu assim durante a instrução, sem maiores incidentes, não havendo o preenchimento dos requisitos autorizadores da segregação cautelar. Dosimetria da pena do réu EDINALDO SOUZA DOS SANTOS Em atenção ao disposto no art. 42, da Lei nº 11.343/2006 e art. 59 e seguintes do Código Penal, especialmente o art. 68 do aludido diploma legal, que elegeu o Sistema Trifásico de Nelson Hungria para a quantificação das sanções aplicáveis aos condenados, passo à fixação da pena: Quanto à culpabilidade, esta é normal à espécie, nada tendo a se valorar. Não possui antecedentes criminais, apesar de haver um processo criminal em tramitação. Conduta social não deve ser valorada, pois não há elementos para tanto. No que se refere à personalidade, poucos

elementos foram coletados a fim de se averiguar, não podendo ser valorada negativamente. Os motivos são comuns à espécie. As Circunstâncias do crime não são relevantes. As Consequências do crime são desconhecidas. Quanto ao Comportamento da vítima, esta é a saúde pública. Não existem elementos nos autos para se verificar as condições financeiras do réu. A quantidade de substancia apreendida é significativa, mas não a ponto de ser valorada negativamente. (art. 42 da lei nº 11343/06). Nesse ínterim, não havendo circunstâncias judiciais desfavoráveis, pelo que entendo como suficientes para prevenção e reprovação do delito, a pena base do art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 de 05 (cinco) anos de reclusão, além de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo, observada a condição financeira do acusado. Analisando a segunda fase de aplicação de pena, não há circunstâncias agravantes ou atenuantes. A defesa requereu o reconhecimento da atenuante da confissão, ocorre que o réu confessou que a droga era para uso, nada confessando quanto ao crime de tráfico, razão pela qual deixo de reconhecer esta atenuante. Desse modo é o entendimento do STF, a seguir: "HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO EM PATAMAR MÁXIMO E DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA: IMPROCEDÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS E DO REGIME PRISIONAL: POSSIBILIDADE DE REEXAME. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: a retratação em juízo da anterior confissão policial obsta a invocação e a aplicação obrigatória da circunstância atenuante referida no art. 65, inc. III, alínea d, do Código Penal. Não é de se aplicar a atenuante da confissão espontânea para efeito de redução da pena se o réu, denunciado por tráfico de droga, confessa que a portava apenas para uso próprio. 2. [] (HC 118.375, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 08.04.2014, grifei)" Assim, a pena continua imodificada, em 05 (cinco) anos de reclusão, além de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo, observada a condição financeira do acusado. Na terceira fase da dosimetria penal, verifica-se que o acusado, apesar de responder a outro processo criminal, e ter um processo baixado no juizado especial, não perfaz um perfil associado a condutas criminosas, pelo menos até o presente momento, o que demonstraria reiteração delitiva e personalidade voltada para o crime. Por esta razão, deve o acusado ser merecedor da aplicação do redutor do §4º do art. 33 da Lei de Drogas, in verbis: "[...] § 4o Nos delitos definidos no caput e no § 1o deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa". Assim sendo, diminuo a pena privativa de liberdade a ser resgatada pelo acusado em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU FRANCISCO WANDERSON REIS GOMES EM 01 (UM) ANO E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 160 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Estabeleço, pois, o REGIME ABERTO para o início do cumprimento da pena imposta ao réu nesta sentença, em consonância com o disposto no artigo 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal. Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 16/04/2018 e permanece preso até 16/04/2018, totalizando 01 (um) dia, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "c" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis ao acusado, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME ABERTO. Assim sendo, nos termos do art. 44 do CP, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade restante, após a detração, se houver, por 02 (duas) restritivas de direitos, a serem definidas pela VEMEPA. Ato contínuo, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que permaneceu assim durante a instrução, sem maiores incidentes, não havendo o preenchimento dos requisitos autorizadores da segregação cautelar. OUTAS DETERMINAÇÕES Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, e d) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. III da Constituição Federal. Oficie-se a Justiça Eleitoral; Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo apenado, na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Manaus, 14 de março de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito (JM E DCL)

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0212495-19.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Ademir Nascimento Freitas Filho - Certifico que, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª V.E.C.U.T.E., Dr. Celso Souza de Paula, a audiência foi redesignada para 21/03/2019 às 10:30h

ADV: ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 3219/AM) - Processo 0229703-16.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Adriano Salustiano de Azevedo - Certifico que, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª V.E.C.U.T.E., Dr. Celso Souza de Paula, a audiência foi redesignada para 21/03/2019 às 10:00h.

ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM) - Processo 0604816-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas Flores da Silva - Assim, com substrato nos arts. 311, 312 e ss do CPP, em nome da garantia da ordem pública, e em consonância com o Ministério Público, INDEFIRO o pedido de fls. 77/85, e mantenho a prisão preventiva de Lucas Flores da Silva.

ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM) - Processo 0604816-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas Flores da Silva - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 09/04/2019, às 11:30h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: PAULA CAROLINE GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 10175/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMOES (OAB 12940/AM), ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM), ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0607513-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Everaldo de Souza Aguiar - Luan de Melo Rodrigues - Lucas Cruz Carioca - Alexsandro Gomes da Silva - Carlos Guilherme Lucena Pereira - Jaime Costa da Costa (Falecido) - Kelvin Cal Barbosa da Silva - Pedro Afonso Ribeiro Neto - Carlos Adriano Medeiros Candeira e outros - DENUNCIADO: Anderson dos Santos Martins - INDICIADO: Raylton Queiroz de Souza - Tiago Queiroz de Medeiros (Falecido) - Kelson Bandeira da Silva - Herickson Kayck Maciel Pereira - Franciscleo Barbosa Ribeiro e outros - Certifico que, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª V.E.C.U.T.E., Dr. Celso Souza de Paula, a audiência foi redesignada para 22/03/2019 às 09:00h.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0608611-38.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Alain Pires dos Anjos - Assim, com fulcro no nos artigos 311, 312 e ss do CPP, e em consonância com o Ministério Público, indefiro o pedido de Revogação da Prisão Preventiva, e mantenho o flagranteado sob custódia estatal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM) - Processo 0637086-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Richardson Pereira Ramos - Pelo exposto, em consonância com o Ministério Público, INDEFIRO o pedido de fls. 125/137, e mantenho a prisão do réu Richardson Pereira Ramos.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0642258-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Wendel de Lima Ferreira e outro - Pelo exposto, não havendo excesso de prazo, em consonância com o Ministério Público, INDEFIRO o pedido de fls. 131/142, e mantenho a prisão do réu Wendel de Lima Ferreira.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0655494-77.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alessandro Augusto de Oliveira Alencar Junior - R. Hoje. Ante a denúncia oferecida pelo Ministério Público, notifique-se o denunciado, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Intime-se a Defesa (fls. 94), via publicação no DJ-e, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Exaurido o prazo do artigo 55, caput, da Lei n. 11.343/06 in albis, certifique-se e intime-se o acusado para constituir advogado ou informar eventual impossibilidade, no prazo de 5 (cinco) dias. Vencido o prazo sem apresentação de defesa prévia, certifique-se e encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para atuar nesta vara, para apresentar defesa prévia e atuar no processo em favor do denunciado, na forma do § 3º do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Após, conclusão. I.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAUJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0662363-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Muller Victor Batista da Silva e outro - Assim, com substrato nos arts. 311, 312 e ss do CPP, em nome da garantia da ordem pública, e em consonância com o Ministério Público, indefiro o pedido de Revogação da Prisão Preventiva, e mantenho a prisão preventiva de Muller Victor Batista da Silva. Cumpra-se. Intime-se.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Allan Yunes da Rocha (OAB 12748/AM)
Ana Paula Benevides de Araujo (OAB 10188/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza (OAB 3219/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB 12940/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Paula Caroline Galvão dos Santos Silva (OAB 10175/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0032/2019

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0244343-58.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: L.P.S.J. - ADV.: Anizio Antonio Silva de Castro Paes OAB 9777/AM.

Processo nº: 0244343-58.2013.8.04.0001 . Réu: Lavircio Pinto da Silva Júnior . Finalidade: Comparecimento à Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 21/05/2019 às 08:30h . Observação: Processo em segredo de justiça por força do disposto previsto no art. 234-B do CPB.

ADV: THIAGO FERREIRA DE LIMA SILVA (OAB 22858/PA) - Processo 0608255-77.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - AUTORFATO: D.T.B. - Intime-se o advogado do réu acerca da decisão de fls. 65/66.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0608841-80.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - INDICIADO: A.P.M. - Intime-se o Patrono do Réu para apresentar defesa escrita.

Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Thiago Ferreira de Lima Silva (OAB 22858/PA)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0028/2019

ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM) - Processo 0207772-93.2010.8.04.0001 (001.10.207772-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: A.B.M. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 31/10/2019 às 08:00h. Certifico, por fim, que deixo de efetuar a intimação da Testemunha Gabriel Rozenha Alegria por não constar informações suficientes para expedição de mandado e carta.

ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: MICHAELEN DE JESUS HARRAQUIAN CABO VERDE (OAB 5604/AM) - Processo 0231856-56.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: A.P.M.N. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 31/10/2019 às 09:30h.

ADV: JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM) - Processo 0241968-45.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: J.N.S.C. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/04/2020 às 10:45h.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM) - Processo 0244666-24.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: I.S.G. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/04/2020 às 10:30h.

ADV: ELIEZER LEÃO GONZALLES (OAB 212/AM), ADV: ELCI CARVALHO DOS SANTOS (OAB 8337/AM) - Processo 0551126-32.2009.8.04.0001 (001.09.551126-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: A.R.R.M. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 04/11/2019 às 09:45h.

ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0610137-40.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estupro de vulnerável - REPTADO: S.P.S. - Forte nesses argumentos, em dissonância com parecer ministerial, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA do Réu, por permanecerem inalterados os motivos que ensejam sua segregação cautelar, consoante fundamentação supra.

ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM) - Processo 0640009-37.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: F.V.S. e outro - Deste modo, paute-se, com brevidade, Audiência de Instrução e Julgamento, com as intimações necessárias. Sendo o caso, expeçam-se as Cartas Precatórias pertinentes, de tudo dando ciência ao Ministério Público, ao Assistente da Acusação, se houver, e ao Defensor do Réu.

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM) - Processo 0640130-65.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.Q.C. - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, na medida em que ABSOLVO o réu José Queiros Correa das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório a provar a própria existência do fato, à luz do artigo 386, II, Código de Processo Penal.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0661732-15.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.B.S. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 24/04/2019 às 11:45h.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0661732-15.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.B.S. - Assim, forte nos argumentos acima expostos, mantenho o recebimento da Denúncia, determinando o prosseguimento do feito. Por fim, analisando os autos, verifico que às fls. 98/101 foi deferida a produção antecipada de provas para a oitiva das vítimas, com fulcro no art. 11, § 1º, II da Lei nº 13.431/2017. No entanto, considerando que as Respostas à Acusação já foram apresentadas, encontrando-se o feito pronto para realização de audiência una de instrução e julgamento, onde será colhido o depoimento das vítimas, verifico a desnecessidade da antecipação da colheita dos referidos depoimentos. Em atenção ao princípio da celeridade e da economia processual, determino o cancelamento da audiência de produção antecipada de prova, devendo ser pautada audiência una de Instrução e Julgamento, com as intimações necessárias. Sendo o caso, expeçam-se as Cartas Precatórias pertinentes, de tudo dando ciência ao Ministério Público, ao Assistente da Acusação, se houver, e ao Defensor do(s) Réu(s).

Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Elci Carvalho dos Santos (OAB 8337/AM)
Eliezer Leão Gonzalles (OAB 212/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Michaelen de Jesus Harraquian Cabo Verde (OAB 5604/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0039/2019

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM), ADV: ARTUR FREITAS NASCIMENTO (OAB 330942/SP) - Processo 0200216-93.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: JOATAN ERNESTO DA SILVA FILHO e outro - Autos nº:0200216-93.2017.8.04.0001 DESPACHO Paute-se AIJ. Intimem-se as partes e, havendo, as respectivas testemunhas. CUMPRA-SE. Manaus,

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
ARTUR FREITAS NASCIMENTO (OAB 330942/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDRIN FRANK ALVES MATOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0038/2019

ADV: CARMEN LÚCIA DE ANDRADE MAGALHÃES COSTA (OAB 69077/RJ), ADV: TIAGO OLIVEIRA LOPES (OAB 10944/AM) - Processo 0255567-95.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Eduardo Goes Veloso - NOTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO (Audiência de Instrução de Julgamento) O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Victor André Liuzzi Gomes, Digníssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara Especializada do Meio Ambiente, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, nos termos prolatado(a) no(a) Despacho à(s) pág.(s). 120, datada de 11/03/2019, e de conformidade com o Art. 1º do Provimento nº 199/2012-CGJ/AM, de 23/05/2012, INTIMA o(a) Advogado(a) Senhor Tiago Oliveira Lopes OAB 10944/AM, Patrono(a) da parte ora denunciado(a) Senhor(a) Eduardo Goes Veloso, para participar da AUDIÊNCIA DE Instrução e Julgamento, a ser realizada no dia 26 de março de 2019, às 12 horas, na sala de audiência deste Juízo de Direito Ambiental, localizada no Fórum de Justiça "Ministro Henoch da Silva Reis", situado na Rua Paraíba, s/n°, Aleixo, 3° andar, Setor 02, CEP:69.055-070, Manaus-Am, onde tramita a Ação Penal - Procedimento Ordinário sob nº 0255567-95.2010.8.04.0001, aforada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Em virtude do que expedi a presente NOTA que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do site (http://www.tjam.jus.br/), e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 14 de março de 2019. Eu, Carlos Aníbal Ferreira Pinto L. Paes, Analista Judiciário, M3506, o digitei, e eu, Maria Nizaura de Oliveira Cláudio Jaa Diretora de Secretaria, confiro. Intime-se. Publique-se. Manaus(Am), 14 de março de 2019. Maria Nizaura de Oliveira Cláudio Jaa Diretora de Secretaria

ADV: ELLEN LARISSA DE OLIVEIRA FROTA (OAB 4310/AM), ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0601196-04.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Flora - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDO: Sidney Seabra Gama - Isto posto, DECLARO A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, por ocasião do pedido de desistência, nos moldes do art. 485, VIII do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. À Secretaria para providências.

ADV: ELLEN LARISSA DE OLIVEIRA FROTA (OAB 4310/AM) - Processo 0618753-09.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Ordenação da Cidade / Plano Diretor - REQUERENTE: Município de Manaus e outro - Dê-se vista ao MP, para que manifeste-se em relação às fls. 126/127.Cumpra-se.

Carmen Lúcia de Andrade Magalhães Costa (OAB 69077/RJ)
Ellen Larissa de Oliveira Frota (OAB 4310/AM)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Tiago Oliveira Lopes (OAB 10944/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO REBECA DE MENDONÇA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JAIME TORQUATO DE MELO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0016/2019

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0200011-64.2017.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: D.F.C. - DECISÃO Ante o exposto, pelo que demais consta dos autos e em consonância com o parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, contido em peça vestibular, no qual defiro a ADOÇÃO UNILATERAL de D. M. em favor da requerente, Sra. D. F. C. em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei nº 12.010/09. O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando a autora como mãe, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá constar os genitores da adotante como avós maternos, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; A adotanda passará a se chamar M. E. F. C.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0203044-91.2019.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: SAICA SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - DECISÃO Isto posto, em consonância com Ministério Público, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0204660-38.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Nacional - AUTOR: L.P.B.M. e outro - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. L. P. B. M. e M. M., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0204876-62.2019.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente Clivia Dias Melo voltou a conviver com sua família natural.

ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM) - Processo 0205562-88.2018.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: M.G.T.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o adolescente A. S. A. voltou a conviver com sua família natural em outra comarca.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0207840-28.2019.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: D.V.G. e outro - DECISÃO Pelo exposto, diante do preenchimento dos requisitos legais e em consonância com Ministério Público, percebo que nada mais há aqui que um mal entendido, uma vez que existe apenas um erro de digitação na certidão de nascimento do genitor, porém é claramente visível que se trata do gênero masculino, não sendo esse um obstáculo real para o cartório decidir não registrar as crianças em tela. Por isso,JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para determinar que se registre o nascimento de S. G. L., Y. G. L., D. G. L., S. G. L., E. G. L. E I. G. L., devendo constar como genitores os Srs. D. G. L. e D. V. G., nos termos das informações constantes neste processo, tendo em vista que não há indício de falsidade nos fatos narrados. Expeça-se mandado ao cartório de registro civil autorizando os

genitores a proceder ao registro de nascimento dos infantes. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0207944-54.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Nacional - AUTORA: E.B.P.P. e outro - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. E. B. P. P. e R. F. M., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0208596-71.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Nacional - AUTORA: S.B.Q. e outro - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. S. B. de Q. e B. B. de Q., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0209358-53.2019.8.04.0001 - Providência - Maus Tratos - REQUERENTE: C.T.Z.N.M. - DECISÃO Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, V do Código de Processo Civil, por estar configurada a litispendência. Disponibilize-se cópia deste autos no processo de número: 0206302-12.2019. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão. Dê-se baixa. Após, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0213536-84.2015.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.C.O. - REQUERIDO: C.N.S.G. e outros - Decisão Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 485, do Código de Processo Civil, diante da impossibilidade de aplicação de medida de proteção, tendo em vista que a jovem D. S. DA S. atingiu a maioridade.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0223397-26.2017.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.N.M. - DECISÃO Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0225940-65.2018.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente E. R. dos S. voltou a conviver com sua família natural.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0235972-32.2018.8.04.0001 - Providência - Seção Cível - REQUERENTE: S.S.J.I.J.C. - Desta forma, DETERMINO a inclusão de DOUGLAS SANTOS DE OLIVEIRA no cadastro de infantes aptos à adoção. De igual modo, encaminhem-se os autos ao Serviço Social deste Juizado para que, após análise do Cadastro Nacional de Adoção, indiquem casal ou pessoa habilitada à prática adotiva que se encaixe no perfil do infante, respeitada a ordem cronológica, para os procedimentos de praxe, DECLARO extinto o Poder Familiar de M. V. S. DE O.. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça e à genitora. Intimem-se. Dê-se a competente baixa. Após, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0248617-26.2017.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - REQUERIDA: S.S.M.A.S.D.H. - Posto isto, tendo em vista que cessou a situação de risco e segue acompanhamento do CREAS até que se tenha total segurança da situação, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante I. M. da C. voltou a conviver com sua família natural.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0249113-89.2016.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: J.D.V.E.E.C.C.D.S.C.A. - INTSSADO: G.A.L. - Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante G. A. L. passou a conviver com seus guardiões, Sra. S. O. G. e Sr. I. da S., avós maternos do infante.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0249963-12.2017.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Nacional - AUTORA: T.M.S. e outro - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. T. M. de S. e H. C. de S., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0256502-04.2011.8.04.0001 - Medidas de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: Serviço de Acolhimento Institucional - SAI e outro - VÍTIMAFATO: J.A.S.M.A. - REQUERIDA: M.S.M. e outros - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente J. A. DA S. M. voltou a conviver com sua família natural.

ADV: LORENA TORRES DO ROSÁRIO (OAB 8008/AM) - Processo 0600066-47.2017.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: F.M.V.S. e outro - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. F. M. V. da S. e A. K., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0605048-75.2015.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: C.J.C.L. e outro - Por todo o exposto, DETERMINO a expedição de mandado ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais desta Comarca para que se proceda ao registro do adolescente T. DA S. L., constando pai e mãe desconhecidos, com a data de nascimento sendo 09/07/2002.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0608980-32.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar ora requerida, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas/SUSAM, na pessoa de seu representante legal, a disponibilizar no prazo de 05 (cinco) dias a contar da citação, a realização da cirurgia cardíaca na criança E. L. da S. B., seja por meio da rede pública ou privada de saúde, inclusive com a disponibilização de leito para recuperação pós-operatório, bem como todos os medicamentos e demais insumos de que a criança necessite para sua recuperação. Em caso de descumprimento do ora estabelecido, fixo multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais), limitado a 30 (trinta) dias-multa, sem prejuízo das sanções criminais à espécie.

ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM) - Processo 0609329-35.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Maus Tratos - REQUERENTE: A.R. - Pelo exposto e em consonância com o Parecer Ministerial, declino a competência deste juízo e determino a presente remessa para uma das Varas Família desta Comarca, via Distribuição.

ADV: LIANA MACIEL NOBRE (OAB 11009/AM) - Processo 0610164-23.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Capacidade - REQUERENTE: Luiz Alexandre Silva de Paula Soares - Em face do exposto, DEFIRO A LIMINAR E, EM CONSEQUÊNCIA, DETERMINO À IMPETRADA QUE EFETUE IMEDIATAMENTE A INSCRIÇÃO DO IMPETRANTE L. A. S. DE P. S. NO EXAME DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (SUPLETIVO), ASSIM

COMO APLIQUE AS AVALIAÇÕES PERTINENTES, DE MODO QUE O RESULTADO E O CERTIFICADO DE APROVEITAMENTO SEJAM EXPEDIDOS ATÉ O DIA 13/03/2019, sob pena de incidir no crime de desobediência (art. 26 da Lei nº 12016/09) e multa diária de R$ 1.000,00(hum mil reais), limitada a 10 (dez) dias-multa. Notifique-se a autoridade coatora para que, querendo, no prazo máximo de dez dias, preste informações que julgarem necessárias (Art. 7º, I, da Lei nº 12016/09). Com ou sem as informações, vista ao MP para manifestação nos termos do art. 12 da Lei nº 12016/09. Expeça-se Mandado extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se, com urgência. Manaus, 08 de março de 2019. Rebeca de Mendonça Lima Juíza de Direito

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM) - Processo 0616152-59.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: D.J.A. - M.R.M.S. - Dessa feita, em razão do exposto, em consonância com Ministério Público, HOMOLOGO o pedido de desistência formulado e julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos moldes do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil, em razão da manifestação dos requerentes.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0619791-22.2017.8.04.0001 - Perda ou Suspensão do Poder Familiar - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - Decido. Analisado os autos e levando em consideração que não há mais o animus de dar continuidade à ação e a ausência de situação de risco, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM) - Processo 0632439-73.2013.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.S.B. - REQUERIDO: D.D.L.B. - P.P.O.L. - Ante o exposto, e pelo que demais consta dos autos, em consonância com o parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, na forma do art. 387, III do CPC, razão pela qual homologo o acordo em todos os seus termos, ficando decidido o deliberado em audiência de fls. 667/668.

ADV: MARY CASTRO DA SILVA (OAB 13120/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM) - Processo 0633895-82.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0224618-10.2018.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: A.P.A. e outro - DESPACHO R.H. Certifique-se acerca de eventual juntada de Contestação e decurso do prazo para esta finalidade. Outrossim, aguarde-se a conclusão do estudo técnico. Cumpra-se.

ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0635230-73.2017.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: R.P.S. - L.R.S. - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora, através de seu patrono, para que informe se persiste o interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, §1º do Código de Processo Civil. Após, conclusos.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0645504-96.2017.8.04.0001 - Procedimento ordinário - Seção Cível - REPTANTE: Maria Clara da Silva Texeira e outros - REQUERENTE: Albert Mota Gualberto Junior - Luciana Carneiro Avinte - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Decido. Analisado os autos e levando em consideração que não há mais o animus de dar continuidade à ação e a ausência de situação de risco, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil.

ADV: YGOR DE MENEZES COLARES (OAB 8510/AM) - Processo 0659497-75.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Seção Cível - IMPETRANTE: Renata dos Santos Rodrigues - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do CPC, para conceder a impetrante R. dos S. R., a segurança pleiteada, definitivamente, ratificando os termos da liminar concedida initio litis, para reconhecer o seu direito líquido e certo de submeter-se, como submetida já foi, ao exame supletivo do ensino médio junto e obter de forma antecipada, em face da aprovação, o certificado definitivo de conclusão do 2º grau.

Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Liana Maciel Nobre (OAB 11009/AM)
Lorena Torres do Rosário (OAB 8008/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Mary Castro da Silva (OAB 13120/AM)
Nilda Silva de Sousa (OAB 112/AM)
Norma Barboza Araújo (OAB 2845/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho (OAB 3247A/MP)
Ygor de Menezes Colares (OAB 8510/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0178/2019

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0609192-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jerry Dener da Cunha Camilo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jerry Dener da Cunha Camilo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: NOEL CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 13042/AM) - Processo 0609410-81.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigações - REQUERENTE: M.I.C. - Forte nesses motivos, em exame preliminar, apuro a presença da boa aparência do direito e a razoabilidade da pretensão a uma medida de urgência, razão pela qual, sem prejuízo de revogação posterior, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, determinando que o Requerido proceda, no prazo de 10 (dez) dias, o fornecimento do medicamento Bosantana 125 mg, nos termos do laudo médico de fls. 13. Caso não disponível

através da rede pública de saúde, seja fornecido através da rede privada de saúde, sob pena de bloqueio das verbas públicas em hipótese de descumprimento, com amparo no art. 497 do CPC. No que tange ao pedido de fixação das astreintes no caso de descumprimento do Estado do Amazonas desta decisão, entendo que a medida não deve prosperar, uma vez que este Juízo está indicando providência que assegurará o resultado prático buscado pela parte, consistente no bloqueio de verbas públicas, para em caso de descumprimento injustificado da determinação judicial, conforme autoriza o art. 497, caput e parágrafo único, do CPC. Com efeito, em incidente de resolução de demandas repetitivas, já fora reconhecido pela jurisprudência, ser lícito adotar, com o intuito de promover a efetivação de tutela específica da obrigação de fazer, medida judicial apta ao cumprimento do comando judicial com vistas a impedir grave lesão à saúde ou risco à vida da parte demandante. Notifique-se, via mandado, o Secretário de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM, para dar fiel cumprimento à determinação supra, ficando obrigada a comprovar, em igual prazo, o cumprimento da medida concedida. Intime-se a parte autora para, dentro do prazo para cumprimento da tutela, ou seja, 10 dias, juntar aos autos 02 orçamentos do medicamente pleiteado, a fim de supedanear o valor a ser bloqueado, em caso de descumprimento da determinação supra e da necessidade de realização do mesmo em rede particular. A Fazenda terá o prazo de 05 dias para ciência e manifestação sobre os referidos orçamentos. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas ou pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, inc. I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0610637-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Alexsander de Oliveira Assunção - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alexsander de Oliveira Assunção em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0610850-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acumulação de Proventos - REQUERENTE: Dayany Helena Guarlott da Cruz - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Dayany Helena Guarlott da Cruz em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0610886-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Francisco Eulo Gonçalves e Outros - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Eulo Gonçalves e Outros em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se

manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUÍSA DOS SANTOS TORRES (OAB 13411/AM) - Processo 0610901-26.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Samuel Otas Martins - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Samuel Otas Martins em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0610902-11.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: José Geber de Menezes Neto - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Geber de Menezes Neto em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0610903-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Cassio Santos Borges - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cassio Santos Borges em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0610904-78.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Valdino Brito Maciel - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Valdino Brito Maciel em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0610907-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Valdino Brito Maciel - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Valdino Brito Maciel em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0610933-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Valdino Brito Maciel - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Valdino Brito Maciel em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0610947-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: João Paulo Franco Pinto - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por João Paulo Franco Pinto em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0610948-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Celino Guimarães da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Celino Guimarães da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0610952-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Beatriz Saraiva Leão - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Beatriz Saraiva Leão em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se

manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0610960-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana Sabrina Cordeiro do Nascimento e outro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Juliana Sabrina Cordeiro do Nascimento e Joice Sena Cordeiro do Nascimento em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0610983-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: A.F.J. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antonio Fernandes de Jesus em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FERNANDO RAPHAEL COLLARES ESTEVES (OAB 9902/AM) - Processo 0626745-50.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Adilho dos Santos Brandão - É o relatório. Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Ocorrendo o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos, com a devida baixa na distribuição. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0639824-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria das Graças Carneiro Ferreira - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido da inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0644174-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Joao Paulo Castro Kitsinger - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0644201-13.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Railton Lima da Silva - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0645674-34.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Audran Magno Oliveira Ferrira Pinto e outros - Ante o exposto, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO para o autor GALENO EDMILSON DE SOUZA JALES, com base nos arts. 485,

inc. I e art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM) - Processo 0645776-90.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Juliana Shiguihara - Considerando o teor da certidão de folhas antecedentes, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado/Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0650258-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Diego Sid Pinto Rondon do Nascimento e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerente para se manifestar sobre a proposta apresentada pelo Requerido, no prazo de 10(dez) dias, conforme determinado na Decisão de folhas antecedentes

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0651683-12.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Cláudio Elter Nascimento - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 3.182,00 (três mil, cento e oitenta e dois reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0656704-66.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Shirlene de Souza Ferreira Albuquerque - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0657436-47.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: José da Silva Ribeiro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0659989-67.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos da Silva Castro - É o relatório. Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de justiça gratuita formulado na inicial, motivo pelo qual a parte está isenta de custas. Ocorrendo o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos, com a devida baixa na distribuição. P.R.I. Cumpra-se.

Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM)
Fernando Raphael Collares Esteves (OAB 9902/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Luísa dos Santos Torres (OAB 13411/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Noel Cavalcante dos Santos (OAB 13042/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

1ª Turma Recursal
Presidente: Dra. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira
Secretário: Jailton Andrade Martins

De ordem da Exma. Sra. Presidente da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira, de acordo com o artigo 934 do Novo Código de Processo Civil, combinado com o artigo 45 da Lei 9.099/95, torno público que serão julgados os processos a seguir no **dia 27 de Março de 2019,** de forma presencial, ou nas sessões seguintes, **observa-se que a reunião para julgamento dos processos no qual há pedido de sustentação oral acontecerá no Auditório do Fórum Mário Verçosa, (Fórum da Aparecida), no dia 27/03/2019 às 10:00.**

Data da sessão: 27/03/2019 às 10:00

Recurso Inominado nº 0613606-08.2017.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Ana Maria de Castro Fernandes
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0606702-84.2017.8.04.0015 . Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Raimundo Alexandre Lopes
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A
Advogado : José Ribamar Fernandes Morais (559A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0613169-79.2017.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Recorrido : Franco Hirlen Balieiro Nascimento
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0603256-24.2018.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisco das Chagas Moreira Cajado
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0603035-41.2018.8.04.0020 . Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Hanehmann Leite Amaral
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0616872-18.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Anacleta de Andrade Antony
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0603300-58.2018.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : José Maria Torres
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado : Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0601460-10.2017.8.04.0092 . Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisco de Assis F. Barbosa
Advogado : Gamal Swami Abreu
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0613421-19.2016.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : FRANCIMAR ALVES DA SILVA
Advogado : Alyne Coelho Oliveira (731/RR)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0610864-10.2017.8.04.0020 . Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Aldemar Fernandes Praxedes
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0605605-12.2017.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Raimundo Pedro Garcia Ribeiro
Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0610075-26.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Eduardo José Mestrinho de Carvalho
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0607652-59.2018.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Fabiane Caimo
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Advogado : Dayana Freitas de Albuquerque Bulcão (10001/AM)
Advogado : Bruno de Oliveira Rodrigues (9968/AM)
Advogado : Anderson Correia Pereira (10048/AM)
Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado : Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0211653-94.2014.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : OI - Telemar Norte Leste S/A
Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Advogada : Michele de Souza Derze (6418/AM)
Advogado : Carlos Eduardo Bessa de Sá (7032/AM)
Advogado : Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM)
Recorrida : Gecy Machado Gonzaga
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0203158-41.2017.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : IVONE DE OLIVEIRA LIMA
Advogado : Mithan Vasconcelos Corrêa (5784/AM)
Advogado : Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (11025/AM)
Recorrido : SHEKINAH VEICULOS (Freider C. Moura Silva - ME)
Advogado : Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0600645-35.2017.8.04.0020 . Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : RONALDY CARLOS FERREIRA PIMENTEL
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira

Recurso Inominado nº 0609659-92.2016.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : SHEILA MAIA BESSA
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira

Recurso Inominado nº 0608353-20.2018.8.04.0015 . Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Maria do Socorro Melo Andrade
Advogado : Renno Andrade Valer (8669/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira

Recurso Inominado nº 0601396-85.2018.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Hapvida Plano de Saúde
Advogado : Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM)
Advogado : Igor Macedo Facó (16470/CE)
Recorrida : Karla Patrícia da Silva Pereira
Advogado : Ivan Ferreira Valente Neto (4469/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0608777-81.2017.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : BEATRIZ DA SILVA NONATO GUEDES
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso S/A
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0601328-53.2018.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Murano Veículos Ltda
Advogado : Antônio Cláudio Pinto Flores (8700/PA)
Advogado : JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (6415/AM)
Recorrente : Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Recorrido : Elizeu Costa de Souza
Advogado : Adrimar Freitas de Siqueira (8243/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0617007-30.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Edeomar de Oliveira Moreira
Advogado : Antônio Pereira Sales
Recorrido : Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0606937-51.2017.8.04.0015 . Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Sonia Maria Dias Vieira
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0603344-77.2018.8.04.0015 . Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Recorrido : Paulo Roberto de Lima Pardo
Advogado : Emmanuel Sousa Viana (12409/AM)
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0618220-71.2017.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jessica Mendes do Nascimento Maciel
Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)
Recorrido : Visa do Brasil Empreendimentos Ltda
Advogado : Carolina Neves do Patrocinio Nunes (249937/SP)
Advogado : Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (9528/AM)
Recorrido : Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Advogado : Urbano Vitalino Advogados (23255/PE)
Recorrido : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0603308-35.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Delta Air Lines Inc
Advogado : Letícia Dias Ponce de Leão (9099/AM)
Recorrido : Joaquim Liborio dos Santos
Advogado : Joaquim Liborio dos Santos (8860/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0605175-63.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Nancy Barbosa Grangeiro
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0613207-91.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jose Saturnino Colares da Silva
Advogado : Ana Carolina Souza Cei (8348/AM)
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado nº 0607263-71.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Geraldo Dácio Aparício
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0609705-47.2017.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Recorrida : Lilian Helena Pinheiro Correa

Advogada : Núbia Rafaela Silva de Oliveira (11439/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0606479-94.2017.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rosemere dos Reis Gomes
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Advogado : Gamal Swami Abreu
Advogado : Marcelo Oliveira Lopes (6083/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0604894-07.2017.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Silvia da Silva Gama Izolinc
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0605264-83.2017.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Manuel da Vera Cruz Guimarães Viegas
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Soc. Advogados : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0612864-95.2017.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Recorrida : Cely Regis de Livramento Farias
Advogada : Fabiane Rodrigues de Castro (6031/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0000083-65.2017.8.04.2901 . Origem: Fórum de Beruri.
Recorrente : Banco Bradesco S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrido : ALFREDO LOPES DOS SANTOS JUNIOR
Advogado : Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0605401-05.2017.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogada : Sigrid Lima Araújo (4574/AM)
Recorrida : Elis Regina Cavalcante Barros
Advogado : Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (12723/AM)
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0606369-35.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Recorrido : Patrick Ramon Ferreira
Advogada : Cassia Luciana da Conceição Rocha (7819/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0600645-47.2017.8.04.0016 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da R. Mendes Júnior (392A/RN)
Recorrido : Maria José Nogueira do Nascimento
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado nº 0604903-66.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Claro S/A
Advogada : Lilian Karen de Souza (167344/MG)
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : Aldaiany Rodrigues de Freitas
Advogado : Rafael Lima Cavalcante (13852/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0607243-20.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrida : Lucia Maria Gorgonha de Miranda
Advogado : Charle Joseph Badr (11268/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0607618-84.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Recorrida : Selma Pereira Batista
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Advogada : Liozete da Silva Santos (12955/AM)
Advogado : Ladson Pereira da Silva (11039/AM)
Advogado : Paulo Dolzanes (6764/AM)
Advogado : Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (12723/AM)
Advogado : Judah Yago da Costa Marques (11707/AM)
Advogado : Paulo Henrique de Souza Viana (12177/AM)
Advogado : Waldisney Coelho Girão (12569/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0606016-58.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)
Recorrida : Ivone Bezerra Pinheiro
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0606030-39.2017.8.04.0092 . Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria Adelia Veiga Pinheiro
Advogado : Antônio Braz de Lima Filho (10014/AM)
Advogado : Maria Aldacy Barroso Cordeiro (7878/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogada : Sigrid Lima Araújo (4574/AM)

Advogada : Dinah Amazonas de Oliveira (4667/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0605590-46.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jacimara Mesquita da Silva
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0607145-98.2018.8.04.0015 . Origem: 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rosemira Carmelo da Silva dos Santos
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Advogada : Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0605083-70.2018.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jose Celiudo Almeida de Souza
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogada : Dinah Amazonas de Oliveira (4667/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0623251-72.2017.8.04.0015 . Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : Leudivan Santos de Souza
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogado : Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (12723/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0604455-81.2018.8.04.0020 . Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jurandir Pereira Maciel Neto
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado nº 0612036-02.2017.8.04.0015 . Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jane Lara Costa da Silva
Advogado : Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (7556/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira

Recurso Inominado nº 0605013-05.2017.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a
Soc. Advogados : Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP)
Advogado : Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP)
Recorrido : Pablo Tulio Cavalcante Costa
Advogado : Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (7556/AM)
Presidente: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira. Relator: Sanã Nogueira Almendros de Oliveira

Manaus, 14 de março de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000016-35.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : BANCO BRADESCO S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrida : PRISCILA RUFINO DA SILVA
Advogado : Raimundo Pereira Brito (6679/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. DESCONTO EM CONTA CORRENTE REFERENTE A SERVIÇO NÃO CONTRATADO PELO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR ARBITRADO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Não restou comprovado a contratação de quaisquer serviços que legitimassem os descontos realizados na conta corrente do autor/recorrido. Tratando-se de cobrança indevida, declaração de inexistência de débito e a condenação por danos morais é medida que se impõe.No que concerne ao quantum indenizatório por danos morais, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 3.000,00). Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0000016-35.2018.8.04.5401, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000206-78.2013.8.04.3200 - Recurso Inominado, de Fórum de Borba.
Recorrente : MARIA ELIZABETE DA CRUZ
Advogado : Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. DESCONTOS NO CONTRACHEQUE SEM ANUÊNCIA DA AUTORA. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. DESCONTOS INDEVIDOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO MANEJADO PARA MAJORAR O QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do

dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da condenação. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0000206-78.2013.8.04.3200, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000422-56.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : BANCO DO BRASIL S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (A737/AM)
Recorrido : DENILSON TELES DE OLIVEIRA
Advogado : Mauricio de Matos Vieira (8325/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, o recorrente não logrou comprovar a efetiva contratação do empréstimo bancário, a fim de legitimar a negativação do nome da autora. Nesse sentido, mostra-se indevido os descontos realizados, devendo a sentença de primeiro grau ser mantida incólume. O valor arbitrado mostra-se suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido.Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0000422-56.2018.8.04.5401, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000676-56.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Joyce Helen da Silva Holanda (7519/AM)
Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)
Recorrido : DAYANA DOS SANTOS SOARES
Advogado : Rodrigo Stegmann (968A/AM)
Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO COM INDENIZAÇÃO – COBRANÇA DE DIVIDA NÃO CONTRATADA - PROCEDÊNCIA DA INEXIGIBILIDADE DO DEBITO E INDENIZAÇÃO – RECURSO IMPROVIDO - SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000688-35.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.

Recorrente : NAZARETH GOMES DE MATOS
Advogado : Francisco Batista de Lima Neto (596/AM)
Advogado : Alysson Pereira de Lima (558A/AM)
Recorrido : Tim Celular S.a
Advogado : Christianne Gomes da Rocha (20335/PE)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO ACOLHER os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000776-73.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.

Recorrente : FRANCISCA MICHELES GERALDINO DE SOUZA
Advogada : Monize Rafaela Pereira Almeida (7065/AM)
Recorrido : Tim Celular S.a
Advogado : Cíntia Hossokawa (7437/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000792-90.2014.8.04.6301 - Recurso Inominado, de 1º Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrido : WALNEY RIBEIRO MELO
Advogado : Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000850-30.2013.8.04.3100 - Recurso Inominado, de Fórum de Boca do Acre.
Recorrente : MAILSON SOCRATES DIAS MAGALHÃES
Advogada : Monize Rafaela Pereira Almeida (7065/AM)
Recorrido : Tim Celular S/A
Advogado : Monike Ramos Rodrigues (7877/AM)
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0000942-71.2014.8.04.6301 - Recurso Inominado, de 1º Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrida : ELINETE BATISTA DE MELO AZÊDO
Advogado : Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0001005-12.2016.8.04.5401 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : Gisele Paixao da Silva
Advogado : Vanderlene Soares Barroso (10599/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COBRANÇA DE FATURA SEM PRESTAÇÃO. CASA E UNIDADE DE CONSUMO INTERDITADA. CDC APLICADO. COBRANÇA ABUSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0001051-64.2017.8.04.5401 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : Crefisa S/A - Credito, Financiamento e Investimento
Advogado : Alcides Ney José Gomes (8659/MS)
Recorrido : WANDERLY SALOMÉ DE MATOS
Advogado : ANTONINO MACHADO DA SILVA (7231A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES SEM EFETIVAÇÃO DE CONTRATO. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS. DESCONTOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0001092-73.2016.8.04.7500 - Recurso Inominado, de 1º Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : BANCO DAYCOVAL S/A
Advogado : Eduardo Alexandre Guedes Cidade (7179/AM)
Recorrida : MARILUCIA PUCA ARANTE
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. VALOR DEPOSITADO EM CONTA. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. NESSE SENTIR, COM O INTUITO DE DESINCUMBIR-SE DE SEU ÔNUS, O RECORRENTE JUNTOU AOS AUTOS O CONTRATO DE FLS. 72/73. NESSE SENTIR, PELO NÃO CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL POR PARTE DO RECORRENTE, NECESSÁRIA A ALUDIDA PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS ACOLHIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA PARA EXTINGUIR O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 51, II, LEI 9.099/95. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0001092-73.2016.8.04.7500, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0001148-57.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : LARISSA DA SILVA ROBERTO
Advogado : RODRIGO STEGMANN (968/AM)

Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S/A
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DESCONTO DE SEGURO PRESTAMISTA EM CONTA CORRENTE. NÃO CONTRATAÇÃO. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE DECLAROU A INEXISTÊNCIA DA RELAÇÃO CONTRATUAL, BEM COMO DETERMINOU A ABSTENÇÃO DE NOVOS DESCONTOS. RECURSO QUANTO AOS DANOS MORAIS. IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. CONSTITUI DANO MORAL APENAS A DOR, O VEXAME, O SOFRIMENTO OU A HUMILHAÇÃO QUE, EXORBITANDO A NORMALIDADE, AFETEM PROFUNDAMENTE O COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DO INDIVIDUO, CAUSANDO-LHE AFLIÇÕES, DESEQUILÍBRIO E ANGÚSTIA. APESAR DO RECONHECIMENTO DA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NÃO HÁ FALAR EM DANO MORAL INDENIZÁVEL, UMA VEZ QUE OS FATOS NÃO AFETARAM OS ATRIBUTOS DE PERSONALIDADE DA AUTORA, NÃO PASSANDO DE MERO DISSABOR, INSUSCETÍVEL DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA. NÃO É QUALQUER ENTRAVE OU DISSABOR QUE GERA REPARAÇÃO PECUNIÁRIA A ESSE TÍTULO. AO CONTRÁRIO, DEVE OCORRER ALGO SÉRIO E EXTRAORDINÁRIO QUE EXIJA A INTERVENÇÃO JUDICIÁRIA. AUSÊNCIA DE PROVA, ÔNUS QUE INCUMBIA À AUTORA, DA OCORRÊNCIA DE ABALO MORAL NA ESPÉCIE. ADEMAIS, NA ESPÉCIE ENTENDO QUE O VALOR DESCONTADO FOI INCAPAZ DE GERAR ABALO NA SUBSISTÊNCIA DA RECORRENTE. ABUSIVIDADE DA CONDUTA QUE GERA A DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. DANO MORAL QUE NÃO SE PRESUME. AUSÊNCIA DE LESÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE DA AUTORA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDA A RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES, CPC. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0001148-57.2017.8.04.4401, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0002110-57.2017.8.04.2501 - Recurso Inominado, de Fórum de Autazes.
Recorrente : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : Karina de Almeida Batisttuci (685/AM)
Recorrida : MARIA DO SOCORRO DA SILVA MENDONÇA
Advogado : Sandro Vidal Mendonça Guimarães (11914/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. DINHEIRO DEPOSITADO. DESCONTOS NO CONTRACHEQUE DA AUTORA. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES, MORMENTE NO QUE TANGE À CONTRATAÇÃO PELA RECORRIDA. SALIENTO QUE O RECORRENTE SOMENTE COLACIONOU PARTES DE UM SUPOSTO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO (FLS. 79, 82/83), QUE SEQUER POSSIBILITAM AO JULGADOR A CERTEZA DE QUE PERTENCEM A UM MESMO DOCUMENTO. ADEMAIS, COMO BEM SALIENTOU O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, AS ASSINATURAS APONTADAS SÃO EVIDENTEMENTE DIVERGENTES DOS DOCUMENTOS DA RECORRIDA, TRATANDO-SE, PORTANTO, DE FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA. FRAUDE PERPETRADA POR TERCEIRO. SÚMULA 479 DO STJ. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SUPORTA OS RISCOS INERENTES DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA, RESPONDENDO OBJETIVAMENTE PELO PREJUÍZO SUPORTADO PELA CONSUMIDORA EM DECORRÊNCIA DE EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO, HAVENDO INDÍCIO DE FRAUDE, O QUE CONFIGURA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS RESPONDEM PELOS DANOS GERADOS POR FORTUITO INTERNO RELATIVO A FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS." (SÚMULA 479 DO STJ). IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO PACTA SUNT SERVANDA UMA VEZ QUE NÃO HOUVE A CONTRATAÇÃO PELA AUTORA. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. DEVOLUÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. ADEMAIS, COMO BEM OBSERVADO PELO MAGISTRADO NO DISPOSITIVO DA SENTENÇA, O VALOR CREDITADO DEVERÁ SER DEDUZIDO DA QUANTIA DEVIDA A TÍTULO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO, EFETUANDO-SE A DEVIDA COMPENSAÇÃO. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES

ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0002110-57.2017.8.04.2501, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0002162-13.2016.8.04.4401 - Recurso Inominado, de Vara de Origem do Processo Não informado.

Recorrente : LUCIANA VIEIRA DA SILVA
Advogado : Juan Macedo Lopes (10976AA/M)
Recorrida : Raimunda das Graças Pereira Ferreira
Advogado : Wilisvan Moura Strege (11453/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DILIGÊNCIAS DESABONADORAS. CONDUTA QUE ENSEJA DANOS MORAIS. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO EXCESSIVO. REDUÇÃO. PRINCÍPIOS DA ROZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE QUE O CASO MERECE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0002224-53.2016.8.04.4401 - Recurso Inominado, de 1ª Juizado Especial Cível e Criminal.

Recorrente : LUIZ MAGNO SOARIS
Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrido : LUIZ MAGNO SOARIS
Advogado : Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSOs INOMINADOs. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO NA MODALIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO AO INVÉS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO. ONEROSIDADE EXCESSIVA. DESCONTO DO VALOR MÍNIMO DA FATURA MENSAL. REFINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR TODO MÊS. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE REFORMA PELA IMPROCEDÊNCIA. NÃO ACOLHIMENTO. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIA DE DANOS MORAIS. ACOLHIMENTO. DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado da parte autora/recorrente, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0003214-34.2013.8.04.4600 - Recurso Inominado, de 1ª Vara de Iranduba.

Recorrente : Norte Nordeste Madeira LTDA
Advogado : Marcelino Aguiar da Cunha (8139/AM)
Recorrido : SAUL PASSOS FALCÃO
Advogado : Edinei Lourenço de Carvalho (9689/AM)
Advogado : Edinei Lourenço de Carvalho Junior (9347/AM)
Advogado : Deiwes Almeida dos Santos (6355/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DIREITO CIVIL. SUSTENTA O RECORRENTE QUE O RECORRIDO TRANSITADA EM LOCAL COM TRÁFEGO SUSPENSO. CEDIÇO QUE AS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA ESTRADA SUSPENDEM O TRÁFEGO REGULAR DE VEÍCULOS NAQUELA ÁREA, ENTRETANTO, TANTO QUANTO POSSÍVEL, PERMITEM QUE OS MORADORES LOCAIS POSSAM POR ELA ATRAVESSAR, VEZ QUE NÃO SE PODE OBSTAR O DIREITO DE IR E VIR DOS PROPRIETÁRIOS DOS IMÓVEIS. A DESPEITO DISSO, NÃO SE TEM NOS AUTOS, PROVAS SEGURAS E VEROSSÍMEIS SOBRE A DINÂMICA DOS FATOS, VEZ QUE NÃO HÁ CONSENSO ENTRE AS PARTES (SAUL PASSOS, PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, E JOSÉ CARLOS DA SILVA, PROPRIETÁRIO DO CAMINHÃO QUE NÃO ESTAVAM PRESENTES NO MOMENTO DO SINISTRO), NEM MESMO TESTEMUNHAS OCULARES DO EVENTO (JOÃO BATISTA FERREIRA, MOTORISTA DO VEÍCULO, E JOSÉ GLADISMAR NUNES, MOTORISTA DO CAMINHÃO, QUE NÃO PODEM SER ACEITOS COMO TESTEMUNHAS POR HAVER INTERESSE NA LIDE – ARTIGO 447, §3º, II, CPC, SENDO OUVIDAS A TÍTULO DE INFORMANTES). O MOTORISTA DO VEÍCULO AFIRMA QUE JÁ ENCONTRAVA-SE TOTALMENTE NA PISTA PRINCIPAL E POR ELA TRAFEGAVA HAVIA 3 MINUTOS, QUANDO OCORREU O ABALROAMENTO, DE FORMA A SE TRATAR DE ULTRAPASSAGEM INDEVIDA. JÁ O MOTORISTA DO CAMINHÃO AFIRMA QUE ESTAVA NA PISTA PRINCIPAL QUANDO SUBITAMENTE O VEÍCULO DO AUTOR SAIU DA PISTA SECUNDÁRIA E INVADIU A PRINCIPAL, TRATANDO-SE DE MANOBRA IMPRUDENTE DO AUTOR. FOTOS COLACIONADAS PELO ATOR (FLS. 19/24) QUE NÃO DEMONSTRAM O LOCAL EXATO OU O MODO COMO OCORREU A COLISÃO, MAS SOMENTE OS DANOS OCASIONADOS EM AMBOS OS AUTOMÓVEIS. FOTOS COLACIONADAS PELO RÉU (FLS. 112/125) QUE SEQUER FORAM TIRADAS NO DIA DO SINISTRO, MAS TÃO SOMENTE CONTROVERTEM A ORDEM DOS FATOS ENGENDRADOS PELO AUTOR. AINDA QUANTO AO PARECER TÉCNICO PERICIAL (FLS. 106/108), HEI DE ANUIR COM A FUNDAMENTAÇÃO DO JUÍZO A QUO ACERCA DE SUA DUVIDOSA VALIDADE. SOMA-SE A ISSO, O FATO DESCRITO NA NOTA DO PERITO: “ENCONTRAVA-SE NO LOCAL DO LEVANTAMENTO DO SINISTRO, O SENHOR JOSÉ SIQUEIRA DA SILVA, AO QUAL PRESTOU TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS E DOCUMENTOS PARA A CONCLUSÃO TÉCNICA DO LAUDO PERCIAL”. INFERE-SE, PORTANTO, QUE SE TRATA DE LAUDO UNILATERAL, ELABORADO COM SOMENTE UMA VERSÃO DOS FATOS, E ELABORADO EM 25 DE JULHO DE 2014 (CERCA DE NOVE MESES APÓS A OCORRÊNCIA DO EVENTO E JÁ DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL). DE TODO O EXPOSTO, VERIFICO QUE NÃO HÁ COMO PRECISAR A DINÂMICA DOS FATOS, DE FORMA QUE NÃO SE TEM COMO APONTAR O RESPONSÁVEL PELO EVENTO DANOSO. NESSE ESPEQUE, PELA AUSÊNCIA DE PROVAS, ENTENDO QUE TANTO OS PEDIDOS AUTORAIS COMO O PEDIDO CONTRAPOSTO NÃO MERECEM ACOLHIMENTO. DEMANDA IMPROCEDENTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0003214-34.2013.8.04.4600, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0200412-52.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria de Lourdes de Souza Apolônio
Defensor : Diego Luiz Castro Silva (6402/TO)
Recorrido : Manaus Ambiental S/A
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO POR AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE DIVERSOS ARTIGOS DE LEI. QUESTÃO ENFRENTADA E DECIDIDA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. MERO INCONFORMISMO COM O ENTENDIMENTO ADOTADO. DESNECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO. ACÓRDÃO MANTIDO. EMBARGOS REJEITADOS. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0200898-03.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Josieila Sudario da Conceição
Defensora : Dra. Suelen Paes dos Santos Menta (4381/AM)
Recorrente : Fabiano de Macedo Pontes
Advogada : Dra. Suelen Paes dos Santos Menta (4381/AM)
Recorrido : CEPRODONTO
Advogado : Ney Bastos Soares Junior (4336/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TRATAMENTO ODONTOLÓGICO. SUSTENTA O RECORRENTE QUE A SENTENÇA FOI PROFERIDA EM CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS, PORQUANTO INCONTROVERSO QUE A INSTITUIÇÃO RECORRIDA NÃO ENTREGOU OS DOCUMENTOS DENTÁRIOS DA RECORRENTE, O QUE CONFIGURA A RESPONSABILIDADE DE INDENIZAR. RETENÇÃO INJUSTIFICADA DOS EXAMES DA RECORRENTE. A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS CLÍNICAS NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS É OBJETIVA, SEGUNDO O CAPUT DO ART. 14 DO CDC. A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA FICA AO PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUIZ QUANDO PRESENTE A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DO CONSUMIDOR OU QUANDO FOR ELE HIPOSSUFICIENTE PARA A PRODUÇÃO DA PROVA. INEQUÍVOCO QUE A RECORRENTE REALIZOU OS EXAMES NA INSTITUIÇÃO RECORRIDA QUE NÃO LHE FORAM ENTREGUES, IMPOSSIBILITANDO, INCLUSIVE, A CONTINUAÇÃO DO TRATAMENTO COM OUTRO PROFISSIONAL DE SUA ESCOLHA. ASSIM O É, QUE SOMENTE ENTREGOU OS REFERIDOS DOCUMENTOS APÓS DETERMINAÇÃO JUDICIAL EM SENTENÇA (FLS. 90). NESSE SENTIDO, DIANTE DA RETENÇÃO INDEVIDA DE EXAMES PESSOAIS E O DESCASO NA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONFLITO, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. CONDUTA, DANO E NEXO CONFIGURADOS. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELA RECORRENTE. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU O RECORRENTE EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS). NO CASO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, INCIDE A CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA N. 362 DO STJ). JUROS A CONTAR DA CITAÇÃO. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. IMPROCEDENTES OS DANOS MATERIAIS, PORQUANTO OS SERVIÇOS FORAM EFETIVAMENTE PRESTADOS, AINDA QUE COM POSTERIOR RETENÇÃO DOS EXAMES. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0200898-03.2017.8.04.0016, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0200983-55.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Manoel Gomes da Silva
Defensor P : Carol Regina Xavier Rocha (15004/PA)
Recorrido : Evandro Melo da Silva
Advogado : Jonas Mota Loes (10494/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE REFORMA. NÃO ACOLHIMENTO. OFENSAS DIRIGIDAS. DANOS MORAIS PROVADOS. OFENSA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0201038-37.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Marise da Conceicao Menezes Carioca
Advogado : Matheus Araújo Muniz (7626/AM)
Advogada : Géssyca Grazielly Maklouf Ribeiro (8522/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0201081-37.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Eurice Aguiar da Silva

Advogado : Delias Tupinambá (2268/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO.AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS E PEDIDO TUTELAR. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. SEGURO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0201614-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Citicard S/A

Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)

Advogado : Celso Roberto de Miranda Ribeiro Junior (18736/PA)

Advogada : Greysa Mores Fragoso (12765/AM)

Recorrida : Angela Maria Abranches Braule Pinto

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES – FATURA CARTÃO DE CRÉDITO. CDC APLICADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. DANOS MATERIAIS DEVIDOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0202153-81.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : WANDETH AMARAL BALBE

Advogado : Matheus Araújo Muniz (7626/AM)

Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)

Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSTENTA A RECORRENTE NECESSIDADE DE REVISÃO DAS FATURAS DE SETEMBRO DE 2016 A MARÇO DE 2017 EM RAZÃO DE AUMENTO INJUSTIFICADO DOS VALORES COBRADOS. IGUALMENTE CONTESTA O MONTANTE ATUALIZADO DO ACORDO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FIRMADO COM A RECORRIDA, MAS QUE NÃO FORA ADIMPLIDO, REFERENTE ÀS PARCELAS DOS MESES DE JANEIRO A JULHO DE 2016. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR NECESSIDADE DE PERÍCIA. A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO E DE AS DEMANDAS DESTA NATUREZA SEREM CORRIQUEIRAMENTE ANALISADAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS, VERIFICO QUE A LIDE EM QUESTÃO APRESENTA PECULIARIDADES QUE DEVEM SER ANALISADAS. PRIMEIRAMENTE QUANTO AO AUMENTO DE FATURAS DE SETEMBRO DE 2016 A MARÇO DE 2017, VERIFICO QUE NÃO SE TRATA DE PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ENERGIA OU APLICAÇÃO INDEVIDA DE PENALIDADE POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA, MAS SIM DE CONSUMO EFETIVAMENTE MEDIDO NA UNIDADE CONSUMIDORA. ASSIM, A FIM DE SE AVERIGUAR EVENTUAL DEFEITO NO MEDIDOR, NECESSÁRIA PERÍCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA. TAL SE APLICA ÀS FATURAS INCLUÍDAS NO PARCELAMENTO, O QUAL A RECORRENTE TAMBÉM É DECORRENTE DO SÚBITO AUMENTO NAS PARCELAS. QUANTO AO DEPENDENDE DA RECORRENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS, OBSERVO QUE O JUÍZO A QUO, DEFERIU LIMINAR A FIM DE RESGUARDAR A MANUTENÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA, NÃO HAVENDO PREJUÍZOS AO MENOR. ENTRETANTO, NÃO É RAZÃO SUFICIENTE A DEMONSTRAR A PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS DE REVISÃO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0202153-81.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0203122-14.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Sandra Rosas da Silva

Advogado : Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM)

Advogado : Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)

Recorrido : ABBTUR NACIONAL (Associação Brasileira de Bachareis de Turismo)

Advogado : Sérgio Marinho Lins (2414/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CIVIL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS TURISMÓLOGOS CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE ANUALIDADE. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. BOLETO BANCÁRIO NÃO CONTABILIZADO PELO SISTEMA DA EMPRESA RÉ. AUTORA IMPOSSIBILITADA DE PRESTAR SERVIÇOS. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Compulsando os autos, constata-se que, de fato, houve má prestação dos serviços pela requerida/recorrida, ocasionando os danos experimentados pela autora. Todo imbróglio, iniciou-se depois de ter a recorrente realizado pagamento referente a um boleto junto a empresa recorrente, o qual não foi contabilizado, ficando aquela impossibilitada de prestar serviço aos turismólogos.Quanto aos danos morais, eis que não se trata de mero dissabor, inerente ao inadimplemento de um contrato. Há um abalo emocional negativo do autor provocado pela indisponibilidade do serviço, sem margem para qualquer argumentação ou recurso seu.Para o dano indenizável, basta a perturbação feita pelo ato ilícito nas relações psíquicas, na tranqüilidade, nos sentimentos, nos afetos de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito. O dano moral independe de prova; sua existência é presumida, não se cogitando, pois, da comprovação do prejuízo, nem da intensidade do sofrimento experimentado pelo ofendido.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. Recurso parcialmente provido. Sentença reformada para condenar as empresas rés ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de dano moral com juros e correção a partir desta data. Índices conforme portaria 1855/2016 TJAM. Deixo

de condenar a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, da lei nº 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0203122-14.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0203562-10.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrida : Raimunda Freitas de Lima
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BLOQUEIO INDEVIDO DE CARTÃO. SENHA INATIVA OU INVÁLIDA. - DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0203931-04.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)
Recorrido : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Recorrido : Artur Vasconcelos da Castro Junior
Advogado : Maria Esperança Costa Alencar (2114/AM)
Advogado : David Saleon Gomes Abecassis (9614/AM)
Advogado : Mário Alberto da Fonseca Monteiro Junior (1431/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo. Pagamento a maior do que o acordado. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA e DANOS MORAIS IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0204243-77.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : OTTICA DI CASA - A. Dinelli Desideri - Me (Óticas Carol)
Advogado : Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM)
Advogado : Leandro Kazuyuki Takahashi
Recorrida : Maria Auxiliadora Queiroz de Assis
Advogado : João Eurico Brasileiro de Souza Faria (8312/AM)
Advogada : Clissia Lopes Cavalcante (10258/AM)
Recorrida : Terezinha Pereira de Queiroz
Advogada : Clissia Lopes Cavalcante (10258/AM)
Advogado : João Eurico Brasileiro de Souza Faria (8312/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO-DEFEITO PRODUTO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0204288-66.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrida : ROSANGELA BRITO CIDADE
Advogado : Wilson Molina Porto (12790AM/T)
Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MATERIAIS E MORAIS. DÉBITO REALIZADO POR TERCEIROS. TÍPICA FRAUDE. . RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0206844-56.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : José Galdino Tosta
Advogado : Marcos Paulo Coelho de Souza (4395/AM)
Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)
Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro
Recorrido : Cristiano Caetano da Silva - EPP (Óticas Americanas)
Advogado : Fabiana Amorim Barros (10647/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PRODUTO COM DEFEITO OU INADEQUADO. TRATAMENTO DISPENSADO. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. DECISÃO QUE IMPERA AO CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0208219-92.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Horácia Coutinho Caliri
Defensora : Dra. Suelen Paes dos Santos Menta (4381/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE FATURAS PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO APENAS QUANTO AOS DANOS MORAIS. CONSTITUI DANO MORAL APENAS A DOR, O VEXAME, O SOFRIMENTO OU A HUMILHAÇÃO QUE, EXORBITANDO A NORMALIDADE, AFETEM PROFUNDAMENTE O COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DO INDIVIDUO, CAUSANDO-LHE AFLIÇÕES, DESEQUILÍBRIO E ANGÚSTIA. NÃO É TODA COBRANÇA INDEVIDA QUE IMPLICA NO DEVER DE INDENIZAÇÃO. HIPÓTESE DOS AUTOS EM QUE NÃO HÁ PROVA DE QUE OS DANOS REALMENTE TENHAM OCORRIDO, POIS O NOME DA PARTE AUTORA SEQUER FOI INSCRITO EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, IGUALMENTE NÃO TEVE INTERRUPÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS. AUSENTE LESÃO AO BEM JURÍDICO RELATIVO A DIREITO DE PERSONALIDADE, INEXISTE O DEVER DE INDENIZAR. AUSÊNCIA DE PROVA, ÔNUS QUE INCUMBIA À AUTORA, DA OCORRÊNCIA DE ABALO MORAL NA ESPÉCIE. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDA A RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0208219-92.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0210467-65.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.
Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrido : Alberto Ramos da Silva
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA E INTERNET. PLANO COM FRANQUIA DE 150 MINUTOS DE LIGAÇÃO. SUSTENTA O CONSUMIDOR QUE POR FALTA DE INFORMAÇÃO NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO DE PLANO, ULTRAPASSOU A FRANQUIA DE 150MIN. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO, PORQUANTO O AUTOR ANTERIORMENTE VALIA-SE DO PLANO CONTROLE, O QUAL NÃO AUTORIZA LIGAÇÕES ACIMA DA FRANQUIA . ENTRETANTO, AO ACEITAR A MUDANÇA DE PLANO OFERTADA, NÃO LHE FOI DADO CIÊNCIA DA MODALIDADE DE FUNCIONAMENTO DO PLANO. INFRINGÊNCIA AO ARTIGO 6º, III, CDC. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA IRREGULAR DO RECORRENTE. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0210467-65.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0210562-95.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Marlene Frota de Souza
Advogado : Fernando Luis Simões da Silva (6063/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES. CDC APLICADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PESSOA HIPOSSUFICIENTE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. INEXIGIBILIDADE. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0212341-22.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista
Advogado : Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista (6677/AM)
Advogado : Márcio César Oliveira Leite (9195/AM)
Recorrido : DELSON RAMOS
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMBARGOS à EXECUÇÃO. PRETENSÃO DE REFORMA. NÃO ACOLHIMENTO. NULIDADES INEXISTENTES. CITAÇÃO VÁLIDA. certidão nos autos. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600157-24.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Sebastião Alves Pinto
Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)
Recorrido : Banco Itaú Bmg Consignado S/A
Advogado : Eny Bittencourt (29442/BA)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA CALCULADORA CIDADÃO DO BACEN. COMPLEXIDADE. INCOMPETÊNCIA MANTIDA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, alinho-me no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central.Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado.Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato.Nesse sentido, a Calculadora do Cidadão, ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais.A impugnação da cobrança de juros abusivos ou em percentual divergente daquele constante no contrato deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação, necessitando, in casu, a realização de perícia para apurar a suposta abusividade da cobrança.Recurso conhecido e não provido. Incompetência mantida. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0600157-24.2018.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600480-51.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Talita Brito de Oliveira
Advogado : Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (5788/AM)
Recorrido : Sky Serviços Ltda
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TV POR ASSINATURA. COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇOS QUE NÃO FORAM CONTRATADOS. DANO MORAL. RECURSO PROVIDO EM PARTE.Infere-se dos presentes autos que a parte requerente foi cobrada por serviços que sequer um dia chegaram a ser efetivamente contratados.Inegável que dentro do direito do consumidor de usufruir de adequada e eficaz prestação de serviços públicos em geral, como determina a disposição legal acima destacada, se insere o de ser atendido pela prestadora ou fornecedora dos serviços a tempo e a hora com presteza e eficiência. Deve a empresa ré, porque adota esse tipo de sistema operacional de prestação de serviços deficientes e precários responder pelos danos que a deficiência do serviço que presta causar ao consumidor. Quanto à fixação do valor da condenação, considerando o malefício experimentado pelo autor a inexistência de outro transtorno além da cobrança indevida, se aparenta proporcional quantia de R$1.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais) a título de danos morais com correção a partir desta data e juros a partir da citação. Índices conforme portaria 1855/2016 TJAM. Recurso conhecido e parcialmente provido. Deixo de condenar a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, da lei nº 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0600480-51.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600489-13.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Wildson da Silva Gaspar
Advogado : Sidney José Vieira de Souza (5798/AM)
Recorrido : Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos
Advogado : Alcides Ney José Gomes (8659/MS)
Advogado : Jessica Santana Magnani (10343/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO DO VALOR DO EMPRÉSTIMO. DÉBITO INDEVIDO. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MERO ABORRECIMENTO. SENTENÇA MANTIDA.Alegou o autor que firmou contrato de empréstimo junto a requerida, no valor de R$ 100,00, que seria pago em parcela única de R$ 136,38. Aduziu que a ré não realizou o depósito do valor emprestado, porém debitou de sua conta bancária o valor correspondente ao pagamento do empréstimo mencionado.Da análise dos autos, constata-se que a recorrente não juntou qualquer comprovante de depósito do valor supostamente emprestado (R$ 100,00), o que pressupõe a sua inércia no cumprimento das obrigações contratuais firmadas.Nesse sentido, mostra-se evidente o direito de restituição em dobro do valor indevidamente debitado da conta bancária do autor.Por outro lado, na interpretação dos fatos passíveis de serem tidos como geradores do dano moral, é pacifico o entendimento segundo o qual os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprios da vida em sociedade, não geram o dever de indenizar, ainda que tenham impregnado no atingido pelo ocorrido certa dose de amargura, pois a reparação do dano moral não tem como objetivo amparar sensibilidades afloradas ou suscetibilidades exageradas, denotando que nem toda a ofensa gratuita ou transtorno casual e passível de gerá-la, e não autoriza o deferimento de qualquer compensação em decorrência de compreensíveis deficiências nos serviços prestados ao consumidor, de forma a qualificar como sendo o cometimento de um ilícito.Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, suspensa a exigibilidade eis que beneficiário da justiça gratuita. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0600489-13.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600565-86.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A

Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)

Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)

Recorrido : José Cornelis de Souza

Advogado : Flávia Caroline de Santana (10641/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. MORAIS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO CONTRA SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. FALTA DE INTIMAÇÃO/PUBLICAÇÃO – SENTENÇA. CITAÇÃO ELETRÔNICA. REVELIA. VÁLIDA INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO - LITIGANTE DE MÁ-FÉ. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600622-07.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : José Antonio de A. Ferreira

Advogado : Fabrício Hilaricki Ferreira (10398/AM)

Recorrido : TELEFONICA DATA S/A

Advogado : Rodrigo Dias de Almeida (2518/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. FATURA COM VENCIMENTO EM 10/08/2016. AUTOR QUE NÃO RECONHECE A CONTRATAÇÃO. EM VERDADE, TRATA-SE DO MESMO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SENDO AMBAS AS REQUERIDAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO. DESTA FORMA, CONEXOS OS PROCESSOS EM APENSO, PORQUANTO BASEIAM-SE NAS MESMAS PARTES E MESMA CAUSA DE PEDIR. NO PROCESSO CONEXO, OBSERVA-SE QUE O RECORRIDO JUNTA PAGAMENTO DE FATURA COM VENCIMENTO EM 09/01/2017 (FLS. 20/21), 14/07/2016 (FLS. 22/23), 06/07/16 (FLS. 24/25), 07/07/2016 (FLS. 26/27), MAS NÃO JUNTA O COMPROVANTE DE PAGAMENTO REFERENTE À FATURA NEGATIVADA (VENCIMENTO EM 10/08/2016). CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE AO AUTOR A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. NO CASO CONCRETO O AUTOR NÃO TRAZ QUALQUER INDÍCIO DE QUE HOUVE PAGAMENTO DA FATURA NEGATIVADA. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DA RECORRENTE, NÃO SERÁ A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A INVERSÃO NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DO AUTOR NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. DO EXPOSTO, PELA AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO PAGAMENTO DA FATURA, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM DANO INDENIZÁVEL. RECORRIDA QUE AGIU EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0600622-07.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600806-94.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Marcus Vinicius Bergo Coelho

Advogado : Marcus Vinicius Bergo Coelho (138958/MG)

Recorrido : Condomínio do Centro Médico e Odontológico de Manaus - CEMOM

Advogado : Silvio Kleber Batista Lobato (8813/AM)

Advogado : Claudevan de Souza Pereira (7800/AM)

Advogado : Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (7665/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ASSEMBLEIA CONDOMINIAL COM PEDIDO LIMINAR. PRETENSÃO DE REFORMA, SOB A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA ASSEMBLEIA. NÃO ACOLHIMENTO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0600876-28.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Manoel Rodrigues Duarte

Advogada : Kelma de Souza Lima (5470/AM)

Advogado : Eloy das Neves Lopes Júnior (4900/AM)

Recorrido : Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps

Advogado : Jessica Cavalheiro Muniz (107401/RS)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. SEGURO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601153-22.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Malvina Castro da Costa

Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)

Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)

Recorrido : Supermercados DB Ltda.

Advogado : Vera Lucia Matos Falcão (3758/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROPOSTA DE PARCELAMENTO NÃO EFETIVADA. COBRANÇA DE VALOR E INSCRIÇÃO INDEVIDOS. PRETENSÃO DE REFORMAR

PARA DANOS MORAIS. ACOLHIMENTO. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601160-14.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Isabel Pauline Tavares Amorim
Advogado : Danielle Pereira de Oliveira (3990/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. FATURA COBRANÇA SERVIÇO DE NA UNIDADE EXCESSIVO. IMPOSIÇÃO MULTA. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REAL CONSUMO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO NO ROL DE DEVEDORES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601201-18.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Izaias Paulo de Oliveira
Advogado : Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (5763/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS E PEDIDO TUTELAR. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. SEGURO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO OU AINDA RENOVADO SEM CONSENTIMENTO EXPRESSO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601208-75.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrente : H2G Assessoria e Serviço LTDA – ME
Advogado : ALEXANDRE VILAS BOAS FARIAS (9432/MS)
Recorrente : Bic - Banco Industrial e Comercial S/a.
Advogado : Sérgio Roberto Ribeiro Filho (305088/SP)
Recorrida : Clarissa Schuler Pereira da Silva
Advogado : Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (8487/AM)
Recorrido : Jarbas Quartieri de Oliveira
Advogado : Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (8487/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – JUIZADOS ESPECIAIS – PREPARO E CUSTAS – AUSÊNCIA DE CUSTAS – DESERÇÃO – RECURSO NÃO CONHECIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601213-66.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Cleide Alves dos Santos
Advogada : Adria Alves Vital (5255/AM)
Recorrido : Banco Pan S/A
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS COBRADOS PELO RECORRENTE À LUZ DA CALCULADORA DO CIDADÃO DISPONIBILIZADA NO SÍTIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. SEGURO EMBUTIDO. CÁLCULO SIMPLES. ABUSIVIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS COBRADOS EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM FIXADO COM PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601335-64.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Antonia Soares de Brito
Advogado : Letícia Dias Ponce de Leão (9099/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogada : Flávia Almeida Moura Di Latella (109730/MG)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO dE EMPRÉSTIMO. Pagamentos além do acordado. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601343-19.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Recorrida : Suleny Batista Pena

Advogado : Suelem Pena Bento da Silva (9796/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSOs INOMINADOs. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS E PEDIDO TUTELAR. SERVIÇO DE TERCEIROS. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO NÃO SOLICITADO – EMBUTIDO NA FATURA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. PRETENSÃO DE REFORMA PARA MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. ACOLHIMENTO. NOVO VALOR FIXADO DA INDENIZAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado da parte autora/recorrente, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601384-86.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Markos Lindoso Urano

Advogado : Luis Jorge de Arruda Rosas (42760/BA)

Recorrido : AMERICAN AIRLINES INC

Advogado : Alfedo Zucca Neto (154694/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS. TRANSPORTE AÉREO. EXTRAVIO DE BAGAGENS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CDC APLICADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601427-20.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco J. Safra S/A

Advogado : Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO)

Recorrido : Keverson Alegria Michiles

Advogado : Davi dos Anjos (9694/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS COBRADOS PELO RECORRENTE À LUZ DA CALCULADORA DO CIDADÃO DISPONIBILIZADA NO SÍTIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. ABUSIVIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS COBRADOS EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. QUANTUM ARBITRADO COM PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601494-22.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S/A

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Recorrido : Dainiusen Pedrosa Castro e Silva

Advogado : Rodrigo Dias de Almeida (2518/AM)

Advogado : Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (953/RR)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO.AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS E PEDIDO TUTELAR. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. SEGURO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601587-82.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Maria Auxiliadora Ferreira de Melo

Advogado : Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)

Advogado : Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM)

Recorrido : Vivo S/A

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. LINHA PRÉ PAGA NA MODALIDADE “PROMOÇÃO VIVO SEMPRE”. SUSTENTA A RECORRENTE QUE DOS CRÉDITOS RECARREGADOS EM SUA LINHA, HAVIA DESCONTOS INDEVIDOS DE PACOTES NÃO CONTRATADOS COMO SEGURO, TV RECORD E VIVO TUDO. CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE À AUTORA A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. NO CASO CONCRETO A AUTORA NÃO TRAZ QUALQUER INDÍCIO DE QUE SEUS CRÉDITOS FORAM INDEVIDAMENTE DESCONTADOS POR SERVIÇOS NÃO SOLICITADOS. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DA RECORRENTE, NÃO SERÁ A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A INVERSÃO NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DA AUTORA NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. PELA AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À EFETIVA COBRANÇA DOS SERVIÇOS APONTADOS, A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDA A RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0601587-82.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601644-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Shizmac Comercio e Representacoes - Eireli
Advogado : Leandro Marcantonio (180586/SP)
Recorrido : Cristiano de Moura Lima
Advogado : Lucilene Macedo dos Santos Carneiro (8545/AM)
Advogada : Patrícia Silva de Souza (12806/AM)
Advogado : Tais Naira Souza Bezerra (12579/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE SORVETE. DEFEITO DE FÁBRICA. QUANTO AO ARGUMENTO ENGENDRADO PELO RECORRENTE NO QUE TANGE À APLICABILIDADE OU NÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO EM COMENTO, CUMPRE RELEMBRAR QUE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, EM SEUS ARTIGOS INICIAIS, CONCEITUA FORNECEDOR - ARTIGO 3º, § 2º, ENQUANTO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE NATUREZA BANCÁRIA, FINANCEIRA, DE CRÉDITO E SECURITÁRIA, BEM COMO CONSUMIDOR - ARTIGO 2º - COMO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE ADQUIRE OU UTILIZA PRODUTO OU SERVIÇO COMO DESTINATÁRIO FINAL. ASSIM, PARA A CONCEITUAÇÃO DO CONSUMIDOR, INDISPENSÁVEL A PASSAGEM PELA IDEIA DE DESTINATÁRIO FINAL. PARA A CORRENTE SUBJETIVA (FINALISTA), O DESTINATÁRIO FINAL É QUEM ADQUIRE BEM OU SERVIÇO PARA ATENDER NECESSIDADE PRÓPRIA E NÃO PARA DESENVOLVER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU PRODUTIVA (CONCEITO ECONÔMICO DE DESTINATÁRIO FINAL). POR OUTRO LADO, OS ADEPTOS DA CORRENTE OBJETIVA (MAXIMALISTA) ENTENDEM QUE DESTINATÁRIO FINAL É AQUELE QUE RETIRA O BEM OU SERVIÇO DE MERCADO, POUCO IMPORTANDO SE ELES SÃO UTILIZADOS NO PROCESSO PRODUTIVO OU NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (CONCEITO FÁTICO DE DESTINATÁRIO FINAL). A FIM DE SOLUCIONAR ESSE IMPASSE DOUTRINÁRIO, O ARTIGO 29 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, CLÁUSULA GERAL, PERMITIU QUE A JURISPRUDÊNCIA CONCEBESSE A FIGURA DO "CONSUMIDOR-EQUIPARADO", FLEXIBILIZANDO, ASSIM, O RIGOR DO CRITÉRIO SUBJETIVO DO CONCEITO DE CONSUMIDOR E ADMITINDO A APLICABILIDADE DO CDC NAS RELAÇÕES ENTRE FORNECEDORES E CONSUMIDORES-EMPRESÁRIOS EM QUE FIQUE EVIDENCIADA NO CASO CONCRETO A RELAÇÃO DE CONSUMO. EXIGEM-SE, PARA TANTO, A VULNERABILIDADE TÉCNICA, JURÍDICA OU ECONÔMICA DO CONTRATANTE. NESTE SENTIDO ARESTO DO STJ: "Cumpre consignar a existência de certo abrandamento na interpretação finalista, na medida em que se admite, excepcionalmente e desde que demonstrada 'in concreto' a vulnerabilidade técnica, jurídica ou econômica, a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor a determinados consumidores profissionais, como pequenas empresas e profissionais liberais. Quer dizer, não se deixa de perquirir acerca do uso, profissional ou não, do bem ou serviço; apenas, com exceção, e à vista da hipossuficiência concreta de determinado adquirente ou utente, não obstante seja um profissional, passa-se a considerá-lo consumidor". (STJ-4ª T., REsp 661.145, rel. Min. Jorge Scartezzini, j. 22.02.05, DJU 28.03.05, p.286). NESSE CONTEXTO, VERIFICADA A FRUIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO, O EVENTUAL USO PROFISSIONAL DA UTILIDADE PRODUZIDA POR PROFISSIONAL LIBERAL COM INTUITO DE LUCRO NÃO DESCARACTERIZA, POR SI, A RELAÇÃO DE CONSUMO. SOMA-SE A ISSO A A VULNERABILIDADE TÉCNICA, JURÍDICA E ECONÔMICA DA CONTRATANTE, PESSOA FÍSICA. PELO EXPOSTO, ENTENDO PLENAMENTE APLICÁVEL O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO EM COMENTO. POR CONSEGUINTE, RECHAÇO A ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR A INEXISTÊNCIA DO DEFEITO DO PRODUTO OU SUA ADEQUAÇÃO AO FIM A QUE SE DESTINA. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ILEGÍTIMA DO RECORRENTE. DEVER DE RESTITUIR A QUANTIA PAGA, SOB PENA DE SE PRESTIGIAR O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO FORNECEDOR. DIANTE O VÍCIO DO PRODUTO E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0601644-66.2018.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0601830-89.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE)
Recorrido : Jorge Fernandes Marques Palheta
Advogado : Bruno Rodrigo Vale Palheta (7932/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0601966-49.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S/A

Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Recorrido : Anderson Carlos Castro da Silva Nascimento

Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – REVISÃO DE CONTRATO BANCARIO – JUROS - CALCULADORA DO CIDADÃO – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – CAUSA MADURA - PARAMETRO EQUIVOCADO UTILIZADO PELO CONSUMIDOR – CUSTO EFETIVO TOTAL - SENTENÇA REFORMADA – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS - RECURSO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602169-48.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rogério Silva de Carvalho

Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)

Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A

Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados

Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA SEM CONSENTIMENTO. ABUSIVIDADE. PRÁTICA CORRIQUEIRA ILÍCITA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602195-09.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Edileuza Ribeiro de Miranda

Advogado : Dyogo Rodrigues de Oliveira (11920/AM)

Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – REVISÃO DE CONTRATO BANCARIO – JUROS - CALCULADORA DO CIDADÃO - COMPLEXIDADE DE CAUSA AFASTADA – CAUSA MADURA - PARAMETRO EQUIVOCADO UTILIZADO PELO CONSUMIDOR – CUSTO EFETIVO TOTAL - SENTENÇA REFORMADA – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS - RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602199-46.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria de Fátima Frota de Vasconcelos

Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Advogado : Flavia Ramos de Carvalho (8786/AM)

Recorrido : Financeira Alfa S.a. - Crédito Financiamento e Investimentos

Advogado : JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (42527/BA)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS COBRADOS PELO RECORRENTE À LUZ DA CALCULADORA DO CIDADÃO DISPONIBILIZADA NO SÍTIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. ABUSIVIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS COBRADOS EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. QUANTUM ARBITRADO COM PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602260-04.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Eloiza dos Anjos Batista

Advogado : Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM)

Recorrido : Banco Panamericano S/A

Advogado : Felipe Andres Acevedo Ibanez (206339/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CALCULADORA DO CIDADÃO. APLICAÇÃO DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. SÚMULA 121 DO STF. JUROS PREVISTOS NO CONTRATO QUE NÃO FORAM APLICADOS PELO BANCO AO CASO CONCRETO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. VEDAÇÃO DO REFORMATIO IN PEJUS. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A relação jurídica estabelecida entre as partes é nitidamente consumerista, presentes os requisitos dos arts. 2° e 3° do CDC. Inteligência da Súmula 297, STJ. A responsabilidade do fornecedor de serviço financeiro, incluídas aí as instituições bancárias, é objetiva e somente pode ser afastada quando restar demonstrada a inocorrência de falha ou que eventual fato do serviço decorreu de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, à luz do que preceituam os arts. 6°, VI e 14 do CDC.Com efeito, em uma análise preliminar das provas trazidas aos autos, não se vislumbra inadequação dos valores cobrados, já que os cálculos realizados com o uso da ferramenta calculadora do cidadão não computam o valor do CET, da carga tributária (IOF), do prêmio de seguro eventualmente contratado e das tarifas bancárias previstas na espécie, rubricas estas que incidem no cálculo da parcela mensal a ser desembolsada pelo mutuário, por haverem sido integralmente diluídas ao longo do período de pagamento do empréstimo pessoal, conforme estabelecem as cláusulas do contrato.Como se vê, todos esses consectários acima listados influenciam no cálculo da parcela mensal do financiamento, de modo que, embora extremamente útil, a calculadora do cidadão não é suficiente para apontar o abuso de direito imputado ao fornecedor de serviço bancário pelo autor, já que a ferramenta trabalha apenas com os juros aplicados sobre a operação financeira, deixando de fora todas as demais rubricas que compõe o CET da operação.Com relação aos danos morais perseguidos, não há nos autos provas incontestes que demonstrem a ocorrência de violação a atributo da personalidade do Autor, ou a referida prática abusiva relacionada aos juros do negócio jurídico realizado entre as partes.A falta de provas implica na improcedência do pedido, contudo, considerando que a autora foi a única que interpôs recurso, e em obediência ao princípio da vedação da reformatio in pejus, a manutenção da sentença é medida que se faz necessária.Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da causa devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº

9.099/1995, suspensa a exigibilidade eis que beneficiária da justiça gratuita. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0602260-04.2018.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602343-54.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Washington Luiz Saunier de Alcantara
Advogado : Marcos Antonio Braga de Oliveira (3464/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602344-27.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : MARIA DAS GRAÇAS GOMES PEREIRA
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrido : BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S/A.
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DESCONTO DE TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO EM CONTA CORRENTE. NÃO CONTRATAÇÃO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA. QUANTO AO PLEITO DE MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS, A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. NO CASO CONCRETO, ENTENDO QUE HOUVE ACERTADO ARBITRAMENTO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. ADEMAIS, NÃO HOUVE MAIOR REPERCUSSÃO NA ESFERA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA AUTORA, A EXEMPLO DE COMPROMETIMENTO EM SUA ECONOMIA FAMILIAR OU EM SUA SUBSISTÊNCIA. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0602344-27.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602510-59.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jose Rubens Vasconcelos
Advogada : Sammy de Souza Sahdo (4791/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogada : Maria P. Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SEGURO COLETIVO DE VIDA DESCONTADO EM CONTRACHEQUE. CONTRATAÇÃO INICIAL EM 1999. SUSTENTA O RECORRENTE QUE MESMO NÃO TENDO HAVIDO RENOVAÇÃO EXPRESSA, OS DESCONTOS SE MANTIVERAM ATÉ HOJE. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS POR ENTENDER VÁLIDAS AS RENOVAÇÕES POSTERIORES PROMOVIDAS PELO ÓRGÃO ESTIPULANTE. EM CONTESTAÇÃO, O RECORRIDO DEMONSTRA SER O CONTRATO RELATIVO A SEGURO COLETIVO DE PESSOAS, QUE TEM COMO ESTIPULANTE A PREFEITURA DE MANAUS. SEGURADO, ORA RECORRENTE, QUE ADERIU AO CONTRATO COLETIVO EM 01/03/2007 (FLS. 249/250) INDICANDO, INCLUSIVE, BENEFICIÁRIOS DE EVENTUAL PRÊMIO. SEGUNDO O ARTIGO 1º, CAPUT DA RESOLUÇÃO 107/2004 DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, ESTIPULANTE É A PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE CONTRATA APÓLICE COLETIVA DE SEGUROS, FICANDO INVESTIDO DOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO DOS SEGURADOS PERANTE AS SOCIEDADES SEGURADORAS, NOS TERMOS DESTA RESOLUÇÃO. DE IGUAL FORMA, HOUVE INFORMAÇÃO EXPRESSA NO CONTRATO DE ADESÃO: Pelo presente autorizo a minha inclusão na apólice de Seguro de Pessoas – Coletivo, contratada pelo estipulante acima, a quem concedo o direito de agir em meu nome no cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nas Condições Gerais e Especiais da referida apólice, devendo todas as comunicações ou avisos inerentes a este seguro serem encaminhadas diretamente ao estipulante que, para tal fim, fica investido nos poderes de representação. TENDO A ESTIPULANTE PODERES DE REPRESENTAÇÃO, BEM COMO A CONTRATAÇÃO COLETIVA É REALIZADA ENTRE ESTIPULANTE E SEGURADORA E A ADESÃO É REALIZADA DE FORMA INDIVIDUAL, LEGÍTIMAS AS RENOVAÇÕES DO CONTRATO COLETIVO REALIZADAS APÓS A INCLUSÃO DO RECORRENTE. SEGURADORA QUE NOTIFICOU A ESTIPULANTE DA AUSÊNCIA DE INTERESSE NA RENOVAÇÃO DO CONTRATO A PARTIR DE 2017 (FLS. 167). LADO OUTRO, O RECORRENTE NÃO DEMONSTRA TER SOLICITADO O CANCELAMENTO DE SUA APÓLICE, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA, COMO FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. RECORRIDO QUE AGIU EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. ILÍCITO CIVIL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95

E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0602510-59.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602539-24.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Santander S.a.

Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

Recorrido : David Flores Barbosa

Advogado : Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (11908/AM)

Advogada : Caroline Oliveira dos Santos (4094/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS COBRADOS PELO RECORRENTE À LUZ DA CALCULADORA DO CIDADÃO DISPONIBILIZADA NO SÍTIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. ABUSIVIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS COBRADOS EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. QUANTUM ARBITRADO COM PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602544-83.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Cezar Hayek - Me

Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)

Recorrido : Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento

Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE REFORMA DA SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE JUROS ABUSIVOS. CALCULADORA DO CIDADÃO. Ausência de comprovação de fato constitutivo do direito dO autorA. CONTRATO VÁLIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602725-35.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claudio Dienes Bezerra da Silva

Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)

Recorrido : CLINDONTO - ASSOCIAÇÃO DE SEGURO ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – COBRANÇA DE SERVIÇO NÃO SOLICITADO – ALEGADA VENDA CASADA - CONTRATO ASSINADO PELO CONSUMIDOR APRESENTADO – ASSOCIAR-SE É REQUISITO PARA TER ACESSO AOS BENEFICIOS DA ASSOCIAÇÃO - IMPROCEDENTES PEDIDOS DA INICIAL - RECURSO IMPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602860-93.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Nair Lins de Paula

Advogada : Ana Rita de Souza Nascimento Gonzalez (10121/AM)

Advogada : Antonela Martins dos Santos (9781/AM)

Recorrido : Uninorte - Centro Universitário do Norte

Advogado : Roberto Trigueiro Fontes (692/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTO. RECUSA INFUNDADA. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS ARBITRADOS. ACOLHIMENTO. PRETENSÃO – POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602882-57.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Carlos Henrique Arce Paes Júnior

Advogado : Andrey Humberto Froz de Borba (9723/AM)

Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. FATURA COBRANÇA SERVIÇO DE NA UNIDADE EXCESSIVO. IMPOSIÇÃO MULTA. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REAL CONSUMO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO NO ROL DE DEVEDORES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602924-91.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Recorrido : Helton Carlos Souza Macedo

Advogado : Ruciley Tavares Vinente (8834/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESCISÃO DE SERVIÇOS. VALORES COBRADOS EXCESSIVOS. FATURAS COM VALORES DIFERENCIADOs. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602927-27.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Alessandro da Silva Maia
Advogado : Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS COBRADOS. CÁLCULO SIMPLES. ABUSIVIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS COBRADOS EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM FIXADO COM PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0602954-75.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Soc. Advogados : Carlos Fernando Siqueira Castro (672/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrida : JOAQUINA CARDOSO PINTO DA COSTA
Advogada : Maria Tereza de Almeida Cruz (1488/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE SERVIÇO. LONGO PERÍODO. CDC. LESÃO AO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMPROVADA. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603036-26.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Sarah Severina de Alicrim
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)
Advogada : Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DEBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES EM DOBRO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. VALORES COBRADOS SEM AFERIÇÃO CORRETA DO SERVIÇO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. VALORES EXORBITANTES. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXIGÍVEIS OS VALORES COBRADOS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603078-61.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Nelson Shigefumi Hashioka
Advogado : Rodrigo Durães Fugii (8763/AM)
Recorrente : Aki Cecília Takatani Hashioka
Advogado : Rodrigo Durães Fugii (8763/AM)
Recorrido : Agra Bergen Incorporadora Ltda
Advogado : Fábio Rivelli (1119A/AM)
Recorrido : Alianca Incorporadora Ltda
Advogado : José Mario de Carvalho Neto (4861/AM)
Advogado : Bruno Bianchi Filho (4912/AM)
Advogado : Fabrizio de Souza Barbosa Grosso (4473/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO POR AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE DIVERSOS ARTIGOS DE LEI. QUESTÃO ENFRENTADA E DECIDIDA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. MENÇÃO EXPRESSA DOS ARTIGOS DE LEI E SUAS INTERPRETAÇÕES PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO DESNECESSIDADE. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. MERO INCONFORMISMO COM O ENTENDIMENTO ADOTADO. DESNECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO. ACÓRDÃO MANTIDO. EMBARGOS REJEITADOS. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603121-58.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Christianne Gomes da Rocha (20335/PE)
Recorrida : Hérika Silotti
Advogado : Nelson Luiz Mestieri de Macedo (108943/MG)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603135-93.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Tim Celular S/A
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Recorrido : Roosevelt Alves da Silva Filho
Advogado : Fábio Leite Nobre (11149/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS SEM LEGITIMIDADE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603158-15.2013.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT

Advogado : Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM)

Recorrida : GABRIEL LOPES MARQUES

Advogado : Manoel Pedro de Carvalho (4890/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. ACÓRDÃO PROFERIDO ANTERIORMENTE. CONFLITO DE DECISÕES. PRETENSÃO DE NULIDADE APONTADA. EMBARGOS ACOLHIDOS. ACÓRDÃO REFORMADO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO ACOLHER os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603172-23.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Edmilson Gomes Dias

Advogado : José Eduardo Silva de Sales (7700/AM)

Recorrido : Banco Itaú S/A

Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA MÍNIMA DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603236-33.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A

Advogado : Thiago Pessoa Rocha (29650/PE)

Advogado : Carlos Antonio Harten Filho (19357/PE)

Recorrido : Edmilson Paz de Souza

Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. PEDIDO DE CANCELAMENTO DE SEGURO EM 30/01/2013 (FLS. 17/18). MANUTENÇÃO INDEVIDA DOS DESCONTOS. NO MÉRITO, O RECORRENTE ADUZ A AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, CONTESTANDO A AUSÊNCIA DE ASSINATURA DE FUNCIONÁRIO JUNTO AO CARIMBO NO DOCUMENTO DE FLS. 17. CEDIÇO QUE AQUELE QUE ALEGA A FALSIDADE DO DOCUMENTO DEVE TRAZER AO MENOS INDÍCIOS QUE PONHAM EM DÚVIDA A AUTENTICIDADE DO MESMO. ENTRETANTO, O RECORRENTE SEQUER AFIRMA QUE O DOCUMENTO É FALSO, MAS SOMENTE FAS SUPOSIÇÕES DE QUE PODERIA, REMOTAMENTE, EVENTUALMENTE, HAVER TAL POSSIBILIDADE. POR CERTO QUE NÃO SE PODE TRABALHAR COM SUPOSIÇÕES, NEM MESMO O CONSUMIDOR PODE EXIGIR QUE O RECEBEDOR ASSINE OU GERE NÚMEROS DE PROTOCOLO AO RECEBER DOCUMENTOS. SE A POLÍTICA INTERNA DA INSTITUIÇÃO É SOMENTE A APOSIÇÃO DE CARIMBO, ESTA BASTA PARA COMPROVAR A ENTREGA. ADEMAIS, CONFORME O RECORRENTE RECONHECE ÀS FLS. 169 TAL MODELO DE CARIMBO FOI UTILIZADO ATÉ 2014. SENDO O PRIMEIRO PEDIDO DE CANCELAMENTO EM 30/01/2013, VÁLIDO E INCONTESTÁVEL O CARIMBO DE FLS. 17, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DA PERÍCIA DEFENDIDA.ADUZ AINDA A FALTA DE INTERESSE DE AGIR DO AUTOR PELA AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. ORA, HAVENDO PEDIDO EXPRESSO DE CANCELAMENTO E DEVIDAMENTE PROTOCOLADO PERANTE A INSTITUIÇÃO, A MANUTENÇÃO DO CONTRATO COM OS RESPECTIVOS DESCONTOS EM CONTRACHEQUE POR MAIS DE QUATRO ANOS APÓS A SOLICITAÇÃO CONFIGURA SIM PRETENSÃO RESISTIDA DA RECORRENTE, QUE ALÉM DE NÃO CANCELAR O SERVIÇO, SEQUER APRESENTOU RESPOSTA FORMAL AO PEDIDO. PRELIMINAR REJEITADA.SUSTENTA O RECORRENTE A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO, TENDO EM VISTA QUE OS PLEITOS AUTORAIS TEM COMO PANO DE FUNDO PAGAMENTO DE PRÊMIOS OCORRIDOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS. EM VERDADE, NÃO SE TRATA DE COBRANÇA DE PRÊMIOS, MAS SIM INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DOS DESCONTOS INDEVIDOS. PRIMEIRO PEDIDO EXPRESSO DE CANCELAMENTO EM 30/01/2013 (FLS. 17). AJUIZAMENTO DA DEMANDA EM 15/05/2018. PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARCIAL QUE SOMENTE ATINGIRIA AS PARCELAS DOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL DE 2013, E QUE SEQUER FORAM INCLUÍDAS NO PEDIDO DO AUTOR (FLS. 10). PRETENSÃO AUTORAL QUE SE LIMITOU A PEDIR A QUESTIONAR AS PARCELAS INDEVIDAMENTE DESCONTADAS A PARTIR DE MAIO DE 2013. IGUALMENTE NÃO SE APLICA A PRESCRIÇÃO ÂNUA, PORQUANTO NÃO SE TRATA DA COBRANÇA DO PRÊMIO DE SEGURO, MAS SIM DESCONTOS INDEVIDOS. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. CONDUTA, DANO E NEXO COMPROVADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. MÁ-FÉ COMPROVADA ANTE A OMISSÃO DO RECORRENTE EM NÃO EFETIVAR O CANCELAMENTO DO CONTRATO MESMO APÓS REITERADOS PEDIDOS DO RECORRIDO. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, DESCONTOS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. SALIENTO QUE, A DESPEITO DO QUE SUSTENTA O RECORRENTE, NÃO SE TRATA DE MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL, MAS DE DESCONTO ABUSIVO DE PARCELAS SALARIAIS, DE NATUREZA ALIMENTAR, SEM QUE HAJA PREVISÃO CONTRATUAL. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603236-33.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603278-60.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)

Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (76696/MG)

Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)

Recorrido : Reury Barros Matias

Advogado : Nelson Clay Fernandes Tavares (8453/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DIREITO DO CONSUMIDOR – VÍCIO DE SERVIÇO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – FILA DE BANCO – TEMPO DE ESPERA EXORBITANTE – DESCUMPRIMENTO DE NORMA LEGAL – DANO MORAL CONFIGURADO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1 . Trata-se de indenização por dano moral fixada em primeiro grau em razão do tempo de espera em fila de banco em que o consumidor teve que suportar além do tempo previsto em legislação municipal para ser atendido.2. Firmou-se a possibilidade pela jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da indenização por danos morais nos casos como ora vogado em razão da situação de abalo à dignidade da pessoa humana, não é por menos que o STJ e o STF assim já decidiram: Informativo n.º 504 do STJ, REsp 1.218.497/MT, Rel. Min. Sidnei Beneti, julgado em 11/9/2012; e STF/ARE no AgR 715.138/MT. 3. De plano, verifica-se que o caso em tela retrata uma relação de consumo, encontrando guarida na Lei n.º 8.078/90, nos dizeres do art. 20, caput, quando se observa que o caso é de responsabilidade objetiva por vício do serviço, ou seja, o serviço prestado não correspondeu à legítima expectativa do consumidor quanto à sua utilização ou fruição. Esse vício é inconteste nos autos na medida em que a recorrente deixou transcorrer o tempo limite de atendimento ao recorrido, deixando-o esperar na fila por mais de 4 horas, tempo de espera irrazoável, independentemente de haver previsão normativa acerca das condutas/deveres dos fornecedores quanto à “demora nas filas”, que fere o respeito e a dignidade do consumidor.4. O quantum indenizatório previsto na sentença do juízo a quo fora justo e razoável, firmando-se com base no princípio da proporcionalidade. Ainda, levou em consideração o aspecto compensatório e punitivo que a condenação deve ter.5. Diante disto, CONHEÇO do recurso, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo desta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento, nos termos desta súmula de julgamento que serve como acórdão e voto.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603296-86.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : GUALTER REIS DA SILVA

Advogado : Moises Cavalcante G. de Oliveira (5912/AM)

Advogado : José de Jesus Gouvêa Oliveira Junior (10793/AM)

Advogada : Maria Auxiliadora Cavalcante de G. Oliveira (6102/AM)

Recorrido : Legitima Serviços de Proteção, Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda

Soc. Advogados : Daniel Silva de Oliveira (9553/AM)

Advogado : Daniel Silva de Oliveira (9553/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. RECORRENTE PORTADOR DE ESPONDILITE ANQUILOSANTE (CID M45.0), POSSUI MOBILIDADE REDUZIDA E GOZA DE DIREITOS REFERENTES A PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS. SUSTENTA O RECORRENTE QUE SOFREU CONSTRANGIMENTOS AO SER ABORDADO POR FUNCIONÁRIOS DA RECORRIDA QUE LHE INDAGAVAM O MOTIVO DE ESTAR OCUPANDO ASSENTO ESPECIAL. AUSÊNCIA DA PARTE RÉ EM AUDIÊNCIA. REVELIA DECRETADA. A REVELIA É ATO-FATO JURÍDICO CONSISTENTE, NO CASO, NA AUSÊNCIA DO RÉU EM AUDIÊNCIA (FLS. 68/69). NÃO PODEMOS CONFUNDI-LA COM A CONFISSÃO FICTA, QUE É UM DE SEUS EFEITOS. A REVELIA NÃO É UM EFEITO JURÍDICO, POSTO QUE ENCONTRA-SE NO MUNDO DOS FATOS. DO EXPOSTO, NÃO HÁ COMO ELIDIR SUA INCIDÊNCIA. A DESPEITO DISSO, É POSSÍVEL QUE HAJA REVELIA E NÃO SE PRESUMA A OCORRÊNCIA DOS FATOS DEDUZIDOS CONTRA O REVEL. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DO AUTOR, NÃO SERÁ A REVELIA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A REVELIA NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DO AUTOR NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE AO AUTOR A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO (ART. 373, I, CPC), OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. EM DEPOIMENTO O INFORMANTE, PRIMO DO RECORRENTE, ALEGA QUE: SOMENTE VIU SEGURANÇAS FALANDO COM O RECORRENTE, E ESTE APRESENTANDO DOCUMENTOS AOS MESMOS, QUE NÃO QUISERAM NEM VER; QUE APESAR DE VER SEU PRIMO ESTRESSADO, NÃO CHEGOU A FALAR COM ELE, SOMENTE TOMANDO CONHECIMENTO DOS FATOS NO DIA SEGUINTE. QUANTO A PROVA DOS FATOS NARRADOS, TEM-SE QUE DE FATO O AUTOR FORA ABORDADO POR SEGURANÇAS PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RESERVADOS. ENTRETANTO, COMO NÃO HÁ MAIORES DEMONSTRAÇÕES DO CONSTRANGIMENTO SOFRIDO, ENTENDO QUE A SENTENÇA A QUO MERECE CONFIRMAÇÃO. ISSO PORQUE A MERA ABORDAGEM NÃO GERA DANO MORAL, MORMENTE EM RAZÃO DE A CONDIÇÃO DO RECORRENTE EVENTUALMENTE NÃO SER IDENTIFICADA DE IMEDIATO PELO FUNCIONÁRIO. SOMENTE CASO HOUVESSE ABUSO NO EXERCÍCIO DO DIREITO, PODER-SE-IA CARACTERIZAR DANO INDENIZÁVEL. CONTUDO, O RECORRENTE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR OS DESDOBRAMENTOS E CONSTRANGIMENTOS QUE ADVIERAM DA CONDUTA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603296-86.2016.8.04.0016, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603469-30.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Aldenora Braz de Oliveira

Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)

Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A

Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)

Advogado : Adriana Caldas Vital Valeruz (11672/AM)

Advogado : Ana Carolina Pereira Tolentino (161586/MG)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – DIREITO DO

CONSUMIDOR – COBRANÇA DE TARIFA DE CADASTRO – FALTA DE INFORMAÇÃO – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO – DANOS MORAIS CARACTERIZADOS - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. Trata-se de demanda judicial cujo assunto é a discussão acerca da cobrança de valores não contratados / não informados em contrato de mútuo. A recorrente consumidora alegou que fora inserido em seu contrato o valor de R$ 100,00 além do valor contratado. Em contrapartida, o banco recorrido informou que esse valor refere-se à "Tarifa de Cadastro".2. O recorrente consumidor busca reforma da sentença de primeiro grau que julgou procedente seu pedido indenizatório de dano material, porém improcedente o de dano moral, para que seja condenado o recorrido fornecedor (Banco Bonsucesso) a pagar os devidos danos morais. 3. A demanda é simples: relação jurídica entre consumidor e fornecedor, aplicando-se in casu as normas previstas no CDC. A cobrança da denominada "Tarifa de Cadastro" é legal e permitida pela jurisprudência pátria (REsp 1.255.573/RS, REsp 1.251.331/RS e Súmula 566, STJ), contudo, como bem asseverou o juízo de primeiro grau, não houve informação clara ao consumidor de que a cobrança de R$ 100,00 referia-se a "Tarifa de Cadastro", o valor de R$ 100,00 simplesmente fora inserido na cobrança feita ao consumidor sem qualquer explicação contratual. 4. Verifico que, no caso sub judice, ante a informação inadequada e clara sobre o serviço fornecido pelo recorrido merece a indenização de danos morais, isto porque, cuidando-se de relação de consumo, é direito básico do consumidor ser devidamente informado dos produtos e serviços prestados, nos termos do art. 6.º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor. 5. Nesse sentido tem se pronunciado o STJ ao especificar que "o direito à informação visa assegurar só consumidor uma escolha consciente, permitindo que suas expectativas em relação ao produto ao produto ou serviço sejam de fato atingidas, manifestando ao que vem sendo denominado de consentimento informado ou vontadequalificada", (Resp.1.144.840. Andrighi).6. Submetendo-se à regra da inversão do ônus da prova (art. 6.º, inciso VIII, do CDC), imposição legal cabível, segundo a Súmula 297 do STJ, o recorrido fornecedor, quando da instrução processual, não trouxe aos autos prova de ter informado ao consumidor a origem da cobrança dos R$ 100,00 cobrados em excesso, ficando somente nas suas alegações, como ônus de prova que lhe cabia, até para ter força probante (art. 368, CPC).7. O serviço não foi prestado corretamente, passou do mero aborrecimento ao reduzir a capacidade econômica e financeira do recorrente-consumidor que teve que arcar com um valor imposto pelo banco fornecedor sem qualquer explicação, devendo o recorrido responder com indenização por dano moral.8. No caso dos autos, o serviço se apresentou defeituoso. Os danos morais do consumidor se caracterizam pelos aborrecimentos, transtornos, descontentamentos e sentimento de raiva por este suportado, o que por si só origina a má prestação dos serviços por parte do requerido. Por sua vez, além do aspecto compensatório do dano moral há de ser levado em conta o seu aspecto punitivo baseado no punitive damages do direito anglo-saxão, aceito pela jurisprudência brasileira, inclusive com remansosas decisões do E.STJ, até porque, a conduta do ora requerido se reveste de singular desvalia.9. Com relação ao valor do quantum, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, entendo justo e razoável o valor de R$ 4.000,00, atendendo aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.10. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para reformar a sentença de primeiro grau somente quanto aos danos morais, nos seguintes termos: CONDENO o réu-fornecedor a pagar R$ 4.000,00 a título de indenização por danos morais. Demais termos incólumes. Sirvo-me desta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Isenção de custas e honorários. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos.

Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento.. Sessão: 28 de fevereiro de 2019.

Processo: 0603523-71.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Célio Roberto Fernandes de Miranda,
Advogada : Drielle Carvalho de Arruda (9121/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. FATURA COBRANÇA SERVIÇO DE ÁGUA NA UNIDADE. VALOR EXCESSIVO. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REAL CONSUMO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO NO ROL DE DEVEDORES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603558-65.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Nilmara Regina Pereira Soares
Advogado : Benjamin do Couto Ramos Neto (8483/AM)
Recorrido : Direcional Engenharia S/A
Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. VÍCIOS DA OBRA. INFILTRAÇÕES, VAZAMENTOS, MOFO E RISCO DE DESABAMENTO. LADO OUTRO, VERIFICO QUE O LAUDO TÉCNICO APRESENTADO PELA DEFENSORIA (FLS. 31/36) INFORMA QUE O EMPREENDIMENTO POSSUI 8.895 APARTAMENTOS, COM MAIS DE 1.000 DELES APRESENTANDO PROBLEMAS DE CONSTRUÇÃO, CONFORME "ANEXO 1" DO REFERIDO LAUDO. ENTRETANTO, TAL ANEXO QUE ESPECIFICARIA AS UNIDADES COM PROBLEMAS, NÃO FOI COLACIONADO PELA RECORRENTE. DE IGUAL FORMA, A RECORRENTE NÃO DEMONSTROU O DANO ESPECÍFICO EM SUA UNIDADE (APARTAMENTO 204, BLOCO 49, QUADRA 05), AINDA QUE PELA SIMPLES JUNTADA DE FOTOS DO IMÓVEL COM AS INFILTRAÇÕES, VAZAMENTOS, MANCHAS NEGRAS DE MOFO. DESTA FORMA, PELA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA NA UNIDADE DA RECORRIDA, ENTENDO QUE A CAUSA DEMONSTRA COMPLEXIDADE, AFASTANDO A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, ANTE A COMPLEXIDADE DA CAUSA. QUANTO AOS NÚMEROS DE PROCESSO APRESENTADOS EM QUE A RECORRENTE AFIRMA TEREM O MÉRITO JULGADO, SALIENTO QUE A ANÁLISE DAS PROVAS É CASUÍSTICA, DEVENDO CADA LIDE SER ANALISADA INDIVIDUALMENTE. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603558-65.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603613-16.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Advogada : Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM)
Recorrida : Maria Izabel Costa Picanço
Advogado : Benjamin do Couto Ramos Neto (8483/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PRO DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE PROBLEMAS ESTRUTURAIS EM IMÓVEL. NECESSIDADE DE LAUDO TÉCNICO E LEITURA POR ESPECIALISTA/PERITO. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. NECESSIDADE DE PERÍCIA -V COMPLEXIDADE DA CAUSA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603625-93.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Heloiso Queiroz
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Advogada : Drielle Carvalho de Arruda (9121/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO E DANOS MORAIS. SERVIÇO DE ÁGUA. FATURAMENTO SEM PRESTAÇÃO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603821-85.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Sidney de Almeida Bruce
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Thiago Pessoa Rocha (29650/PE)
Advogado : Carlos Antonio Harten Filho (19357/PE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS – DIREITO DO CONSUMIDOR – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO (ART. 20, DO CDC) – SERVIÇO INADEQUADO - COBRANÇA DE SEGURO – RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA - PRAZO INDETERMINADO – DESCUMPRIMENTO DE CLAUSULA – FALTA DE PEDIDO EXPRESSO PARA RENOVACAO – DANO MORAL CONFIGURADO – PROCEDÊNCIA PARICAL DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603951-75.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria Nascimento de Paula
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogada : Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM)
Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DEBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES EM DOBRO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. VALORES COBRADOS SEM AFERIÇÃO CORRETA DO SERVIÇO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXIGÍVEIS OS VALORES COBRADOS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0603959-35.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Elyelton de Alencar Correia
Advogado : Ewerton de Alencar Correia (8460/AM)
Recorrido : SANTANDER CAPITALIZAÇÃO
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TITULO DE CAPITALIZAÇÃO. DEVOLUÇÃO PARCIAL APÓS O TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL. DESCASO ADMINISTRATIVO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.O dano moral se evidencia em função do manifesto descaso administrativo da empresa ré em deliberar singela questão, qual seja: devolução integral do valor capitalizado.Aos que consideram imoral receber determinada monta por dano moral, cabe a ressalva de que é ainda mais imoral deixar o dano irressarcido ou ressarcido de forma pífia, permitindo a odiosa impunidade do causador do dano. In casu, tem-se que mais importante do que a compensação da vítima é a punição, concreta, efetiva e rigorosa, do causador do dano.Ademais, vale ressaltar que, resta ao consumidor, parte mais frágil na relação de consumo, contentar-se em ser atendido por profissionais, que longe estão de cumprir com sua finalidade, ou a busca pelo Judiciário, o qual está sobrecarregado em face da existência de incontáveis ações como estas, as quais deflagram verdadeiros abusos cometidos em detrimento do consumidor.Deve a empresa ré, porque adota esse tipo de sistema operacional de prestação de serviços deficientes e precários responder pelos danos que a deficiência do serviço que presta causar ao consumidor. Quem causa um dano moral tem de ser efetivamente punido pelo injusto causado, e punido de tal forma que ele, o ofensor, sinta o peso negativo da sua conduta, servindo a condenação, ainda, como exemplo a fim de intimidar eventuais ofensores ou mesmo motivar a mudança comportamental.Sendo impossível mensurar a honra de uma pessoa, é sem sentido imaginar uma indenização por dano moral apenas em caráter compensatório, haja vista que a compensação pelo injusto sofrido não advém do quantum recebido pela vítima, mas, sim, da condenação em si. No Brasil destaca-se o caráter punitivo como fator de desestímulo por meio da imposição de um valor suficiente a servir como uma efetiva punição ao agente lesante, a ponto de demovê-lo de novas práticas lesivas da mesma espécie ou diversa.Sendo certo a responsabilidade de indenizar da empresa requerida, tem-se que a fixação do valor da verba compensatória, diante da ausência de critérios legalmente definidos, deve atender às finalidades compensatória, punitiva e preventivo-pedagógica da condenação e guiado pelos princípios gerais da prudência, bom senso, proporcionalidade, razoabilidade e adequação, estabelecer valor que se mostre adequado às circunstâncias que envolveram o fato e compatível com o grau e a repercussão da ofensa moral discutida.Nesse sentido, a quantia de R$ 2.000,00 se aparenta proporcional ao malefício experimentado pela parte autora, sendo suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo

tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções empresariais.Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada em parte, para o fim de julgar condenar a ré ao pagamento da cifra de R$ 2.000,00, a título de danos morais com juros e correção a partir desta data. Índices conforme portaria 1855/2016 TJAM. Ficam mantidos os demais termos da sentença. Deixo de condenar a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, da lei nº 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0603959-35.2016.8.04.0016, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604083-35.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Recorrida : Terezinha Rufino de Oliveira
Advogado : Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (5788/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NO DEVER À INFORMAÇÃO. PRECEDENTE DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DESTES JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604094-64.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rosemere Pereira Magalhães
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Advogada : Drielle Carvalho de Arruda (9121/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)
Advogada : Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE/REVISÃO DE DEBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES EM DOBRO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. VALORES COBRADOS SEM AFERIÇÃO CORRETA DO SERVIÇO. IMPOSIÇÃO DE MULTA/REFATURAMENTO. VALORES EXORBITANTES. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXIGÍVEIS OS VALORES COBRADOS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604145-90.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jones Karrer de Castro Monteiro
Advogado : Jones Karrer de Castro Monteiro (2104/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – HIPÓTESES DE CABIMENTO – NÃO OCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE OMISSÃO EM DECISÃO – EMBARGOS MERAMENTE PROTELATÓRIOS – MULTA CONDENATÓRIA – ACÓRDÃO MANTIDO – EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604153-04.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (76696/MG)
Recorrida : Layonely Neves Lima
Advogado : Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. SUSTENTA O RECORRENTE QUE O PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO FOI EFETUADO NOS 15 DIAS CONCEDIDOS AO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO, RAZÃO PELA QUAL A APLICAÇÃO DA MULTA DE 10% É INDEVIDA, BEM COMO NÃO FOI CONSIDERADO O PAGAMENTO JÁ REALIZADO POR PELO RECORRENTE NO VALOR DE R$5.621,30. COMPULSANDO OS AUTOS VERIFICO QUE HOUVE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO PARA PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DO VALOR DE R$9.789,81 (FLS. 167/169). TÉRMINO DO PRAZO EM 23/07/2018. O RÉU NA PETIÇÃO DE FLS. 170/171 AFIRMA SER O VALOR DEVIDO DE R$5.621,30, ENTRETANTO APRESENTA APENAS GUIAS PARA DEPÓSITO NO VALOR DE RR5.295,47 (FLS. 172/174) E UM EXTRATO DE PRÉ-CADASTRO DE VALOR R$0,00 (FLS. 175). POR TAL MOTIVO, EXPEDIU-SE A CERTIDÃO DE FLS. 176, A QUAL ATESTA A INEXISTÊNCIA DE VALORES DEPOSITADOS NA CONTA JUDICIAL VINCULADA. DESTA FORMA O EXECUTADO DEIXOU ESVAIR O PRAZO PARA PAGAMENTO VOLUNTÁRIO SEM QUE EFETUASSE NENHUM DEPÓSITO. NESSE SENTIR, CORRETA A CONSTRIÇÃO JUDICIAL DE VALORES COM A INCLUSÃO DA MULTA DO ARTIGO 523, §1º, CPC. AUSÊNCIA DE EXCESSO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0604153-04.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604268-85.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Recorrido : Carlos Alberto Correa da Silva Filho
Advogada : Daniele Miranda Souto (12414/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. MORAIS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO CONTRA SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE

NULIDADE. FALTA DE INTIMAÇÃO/PUBLICAÇÃO – SENTENÇA. CITAÇÃO ELETRÔNICA. REVELIA. VÁLIDA INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO - LITIGANTE DE MÁ-FÉ. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604290-46.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Gomes Veloso

Advogado : Brenda Sarah L. Maquiné (10749/AM)

Recorrido : Águas do Amazonas S.A.

Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INEXIGIBILIDADE. FATURA VALOR EXCESSIVO. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS ARBITRADOS. ACOLHIMENTO. PRETENSÃO – POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604362-96.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Iolanda Barros de Oliveira

Advogado : Hugo Sergio Lima Ribeiro (9990/AM)

Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – SERVIÇO NÃO CONTRATADO – BANCO - COBRANÇA INDEVIDA - SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU PROCEDENTE - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – RECURSO DO CONSUMIDOR – PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604434-20.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A

Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Recorrido : Ubirair de Oliveira Melo

Advogado : Ubirair de Oliveira Melo (8600/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE PONTUAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. OBSTÁCULOS NA TRANSFERÊNCIA E TÉRMINO DO VINCULO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604600-18.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)

Recorrida : Ines de Cassia Vitoriano Frota

Advogada : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – COBRANÇA INDEVIDA – SEGURO NÃO CONTRATADO – SERVIÇO INADEQUADO – DANO MORAL CARACTERIZADO – VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DENTRO ESFERA DO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL – MANTIDA A SENTENÇA A QUO – RECURSO IMPROVIDO. 1. Houve sentença condenando o recorrente em indenização por dano moral, arbitrado no valor de R$ 4.000,00, e dano material no valor de R$ 68,64, em razão da cobrança de um seguro que a recorrida alegou nunca ter contratado. 2. Trata-se de relação de consumo em que a consumidora alega não ter contratado seguro algum, mas mesmo assim fora lhe cobrado determinado valor a titulo de seguro.3. Assim, é o caso de inexistência de relação jurídica para a cobrança do malsinado seguro. Cumpre salientar ainda que era do recorrente o ônus de provar que o seguro foi contratado pela recorrida, que afirma não tê-lo feito, pois, nos termos da Súmula 297 do STJ, aquele está sujeito às normas do CDC, submetendo-se à regra da inversão do ônus da prova (art. 6.º, inciso VIII). No entanto, o recorrente se resume a afirmar que houve a contratação do seguro sem apresentar o contrato escrito para provar a voluntariedade da contratação, ou seja, desconsidera a alegação de inexistência de relação jurídica e não prova ter sido realmente realizado o referido contrato com a recorrida.4. Considero, portanto, preenchidos os requisitos do dano moral, presentes na conduta da má prestação do serviço pelo recorrente, com base no art. 20 do CDC; no prejuízo de ter sido cobrada a recorrida e teve que pagar; e no nexo causal pela ausência de prova de ter sido firmado o seguro e pelas faturas apresentadas.5. Observo ainda que o valor da indenização por danos morais arbitrados in casu, versou em consonância aos critérios adotados pelos Tribunais Pátrios, e também, com respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, mormente se tratar de uma empresa multinacional com forte poderio econômico, não se verificando, portanto, a necessidade de redução do valor atribuído a título de danos morais. 6. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo desta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento, nos termos desta súmula de julgamento que serve como acórdão e voto.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604722-87.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Nelvanize Nascimento da Silveira

Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Recorrido : Banco Daycoval S\a

Advogado : Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (198088/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS COBRADOS PELO RECORRENTE À LUZ DA CALCULADORA DO CIDADÃO DISPONIBILIZADA NO SÍTIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. ABUSIVIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS COBRADOS EVIDENCIADA.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA. QUANTUM ARBITRADO COM PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604732-57.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Advogada : Debora Bandeira Koenow (36823/GO)
Recorrida : Leticia Canto Souza
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604924-45.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Recorrida : Maria Amélia Alves de Lima
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – FATURA ABUSIVA – COBRANÇA DE ALTO VALOR – FALTA DE JUSTIFICATIVA/ FUNDAMENTO PARA A COBRANÇA - INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – DIREITO DO CONSUMIDOR – PRÁTICA ABUSIVA – DANO MORAL CARACTERIZADO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.Trata-se de ação consumerista em que a autora consumidora, ora recorrida, fora cobrada por altos valores referentes a consumo do serviço de água (f. 20-22). Após a sentença de primeiro declarar inexigíveis as faturas objeto desta demanda, determinando sua revisão, bem como condenar o réu fornecedor, ora recorrido, a pagar indenização por danos morais, este interpôs o recurso inominado aqui analisado no intuito de que seja reformada aquela sentença, para improcedência dos pedidos da exordial.Passo a julgar. O recurso não merece prosperar. Repilo a preliminar de incompetência dos juizados sob alegação de complexidade de prova, eis que a presente demanda pode ser julgada com os documentos trazidos aos autos.Acerca da responsabilidade civil do recorrente, o CDC dispõe que o fornecedor de serviço responde pelos “vícios de qualidade”, (art.20 CDC) levando-se em consideração como circunstância relevante, que o mesmo se tornou impróprio ao fim a que se destinava, devido aos defeitos apresentados. Essa responsabilidade é objetiva, e solidária dos fornecedores de produto e serviços lançados no mercado de consumo, cabendo ao reclamante provar o dano, a conduta e o nexo causal. Pode-se dizer, segundo posicionamento do ilustre mestre Des. Sérgio Cavalieri Filho, que o Código esposou “a teoria do risco do empreendimento, segundo a qual, todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no mercado de consumo tem o dever de responder pelos eventuais vícios ou defeitos dos bens e serviços fornecidos, independentemente de culpa”.No caso em tela, se pode perceber realmente que o recorrente fornecedor não agiu em conformidade com os princípios da boa-fé, transparência e lealdade para com o consumidor, tendo em vista que não comprovou o real e efetivo consumo elevado dos meses questionados, realizando cobrança abusiva e anormal sem comprovar qualquer fato modificativo ou extintivo do direito do autor consumidor, ora recorrido.Ora, isso no mínimo se configura em uma prestação de serviço inadequada, ineficiente, insegura e descontinuada, vindo de encontro ao dever legal inserido no artigo 22 do CDC, visceralmente violado com dita conduta por parte do requerido recorrente. Ademais, isso se consubstancia ainda em uma obrigação iníqua, abusiva e que coloca o consumidor em desvantagem exagerada, sendo um comportamento incompatível com a boa-fé como especifica o artigo 51, IV, do CDC, considerado como prática abusiva. A par disso, o julgador deve presumir como vantagem exagerada qualquer conduta que leve a violação de princípios previstos no CDC, bem como aquelas que venha restringir obrigações inerentes à natureza do contrato, ameaçando o seu objeto bem como o equilíbrio contratual, se mostrando ainda excessivamente onerosa essa prática para o consumidor, conforme estatuído no § 1º, inciso I, II e III, do art. 51, do CDC, como aconteceu in casu, já que o consumidor não está obrigado a pagar por contas com valores absurdamente mais elevado do que sua média, pelo fato da desídia da empresa/requerida em não efetivar a contagem de forma correta e mês a mês, ou demonstrar de forma cristalina ao consumidor o real e efetivo consumo, ao contrário do que foi dito pelo requerido-recorrente. Portanto, resta configurado o dano moral pela má prestação de serviço (art. 20, CDC). Todos esses fatos, indubitavelmente, fizeram nascer o alegado dano moral, caracterizado este pelos aborrecimentos, transtornos, sentimento de raiva e desprazer suportados pela requerente, sendo este in re ipsa, oriundos da má prestação do serviço da ora requerida, não se podendo aceitar este fato como um simples aborrecimento, e sim em um descumprimento de seu dever legal no que concerne a prestação de serviço, caracterizado como inadequado, ineficiente e frustranteObservo que o valor da indenização por danos morais arbitrada no primeiro grau versou em consonância aos critérios adotados pelos Tribunais Pátrios, e também, com respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, levando-se em conta: o alto grau dovício e da culpa, a patente diferença de pujança econômica entre as partes e o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258), razão pela qual deve ser mantida no quantum de R$ 7.000,00. As faturas questionadas (f.20-22) devem ser revisadas pelo recorrente nos moldes da sentença de f. 203-207, uma vez que refletem a média de consumo da recorrida.Diante disso, voto por CONHECER do recurso, para porém NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sentença atacada em sua integralidade, condenando o recorrente ao pagamento das custas e honorários em 20%. . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604951-28.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Thayane Mouta Silva
Advogado : Roberto Ramos de Castro Junior (10467/AM)
Recorrido : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE VÍNCULO. LESÃO AO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO EXCESSIVO. REDUÇÃO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0604996-17.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Creuza Vidinha de Alfaia
Advogado : Cidiney Rodrigues Ferreira (46521/BA)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605030-04.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Recorrido : Cleber da Silva Marajo
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0605080-67.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : Deusa de Souza Salgado
Advogado : Fernanda Prestes de Lima (8776/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo. Pagamento a maior do que o acordado. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. CANCELAMENTO POR NULIDADE DE CONTRATO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605102-76.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : OCIONE ARMINDO DE OLIVEIRA
Advogada : Cristiane Rodrigues Silveira
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)
Advogada : Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. FATURA COBRANÇA SERVIÇO DE ÁGUA NA UNIDADE. REINCIDÊNCIA. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REAL CONSUMO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO NO ROL DE DEVEDORES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605120-49.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrida : Maria Cidalina Vieira Neves
Advogado : Luiz Ricardo da Silva Santos (9360/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605167-49.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrida : Elci Melo Souza
Advogado : Rodrigo da Frota Mendonça (10031/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605175-48.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrido : Laildo dos Santos Silva
Advogado : Diego da Silva Soares Cruz (21519/MT)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DIREITO DO CONSUMIDOR – INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO – DANO PRESUMIDO (IN RE IPSA) – DANO MORAL CARACTERIZADO – MANTIDO O VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Houve

sentença condenando o recorrente em indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 em razão ter sido inscrito o nome do recorrido em órgão de cadastro de inadimplentes em razão de relação jurídica inexistente entre as partes.2. A conduta ilícita está claramente tipificado nos autos pela inscrição irregular em órgãos de proteção de crédito oriunda de relação não comprovada pelo recorrente (negativação à f.16). Assim, foi preenchido o fato constitutivo do seu direito (art. 373, I, CPC). Já a indenização por danos morais é devida e, in casu, é isenta de prova de humilhação ou constrangimento, por se tratar de dano ou prejuízo é in re ipsa, ou seja, é presumida nos termos da jurisprudência pátria: "(...)3. Ocorrendo a inscrição indevida no cadastro de inadimplentes o entendimento desta Corte Superior é que o dano moral é presumido.(...)" (AgRg no RESP 992.422/DF). Portanto, a manutenção de sentença condenatório em indenização por dano moral é devida.3. Vale ressaltar que o caso concreto se trata de relação jurídica ordenada pelo CDC, ou seja, relação de consumo, já que o recorrido é, no mínimo, consumidor por equiparação (art. 17, CDC).4. Enfim, observo que o montante relativo à indenização é determinado de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, sendo revisto por este relator somente quando se tratar de valores ínfimos ou excessivos, isto é, quando não se observa os critérios da proporcionalidade e razoabilidade. Portanto, entendo que o quantum estipulado no montante de R$ 5.000,00 é proporcional e razoável, pelo que o mantenho.5. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo de seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso nos termos desta súmula de julgamento.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605204-35.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Renato Castro dos Santos

Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)

Recorrido : ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASIL S/S LTDA - EPP

Advogada : Edmárie de Jesus Cavalcante (3351/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SUSTENTA O RECORRENTE QUE DESDE 2008 SOFRE DESCONTOS EM SEU CONTRACHEQUE COM A DENOMINAÇÃO "ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO BRASIL", REFERENTE A UM SEGURO CONTRATADO HÁ MUITOS ANOS, QUE TERIA PRAZO DETERMINADO - QUE A DESPEITO DA NÃO RENOVAÇÃO DA AVENÇA E REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO, OS DESCONTOS PERSISTEM ATÉ OS DIAS ATUAIS - A DESPEITO DA NARRATIVA DA PARTE RECORRENTE, OBSERVO QUE A CONTRATAÇÃO DEU-SE REGULARMENTE E SEM PRAZO DETERMINADO EM 11/10/1994 (FLS. 112/114) - SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS POR RECONHECER A VALIDADE DO CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO PERFECTIBILIZADO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916, BEM COMO, NÃO HAVER NENHUMA INTERPELAÇÃO ADMINISTRATIVA POR PARTE DO SEGURADO - ANTES DE SE ADENTRAR NA QUESTÃO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO DE CANCELAMENTO, CUMPRE AVALIAR A VALIDADE DO CONTRATO DE SEGURO POR PRAZO INDETERMINADO - IMPORTANTE DESTACAR QUE O CONTRATO FORA ASSINADO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - A LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (DECRETO-LEI 4.657/42) DISPÕE EM SEU ARTIGO 6º QUE A LEI EM VIGOR TERÁ EFEITO IMEDIATO E GERAL, RESPEITADOS O ATO JURÍDICO PERFEITO, O DIREITO ADQUIRIDO E A COISA JULGADA - REPUTA-SE ATO JURÍDICO PERFEITO O JÁ CONSUMADO SEGUNDO A LEI VIGENTE AO TEMPO EM QUE SE EFETUOU (ART. 6º, §1º, LINDB) - NESSE SENTIR, DEVE SER ANALISADO SOB A ÓTICA DA LEI VIGENTE À ÉPOCA (CC/1916) POR SE TRATAR DE ATO JURÍDICO PERFEITO - INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 760, CC/2002 - O CÓDIGO CIVIL DE 1916 TRAZIA NORMAS GERAIS DAS RELAÇÕES DE SEGURO NOS ARTIGOS 1.432 A 1.465, E O SEGURO DE VIDA DOS ARTIGOS 1.471 A 1.476 - ACERCA DOS REQUISITOS DA APÓLICE, HAVIA PREVISÃO: Art. 1.434. A apólice consignará os riscos assumidos, o valor do objeto seguro, o prêmio devido ou pago pelo segurado e quaisquer outra estipulações, que no contrato se firmarem. ASSIM, FACE A AUSÊNCIA DE REGRA NA LEI PRETÉRITA, VÁLIDO O CONTRATO DE SEGURO NOS TERMOS ANUÍDOS - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DO CONTRATO QUE NÃO INVALIDA O MESMO – AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO EM CONTRACHEQUE (FLS. 112) QUE APRESENTA INFORMAÇÃO CLARA E PRECISA QUANTO À AUSÊNCIA DE PRAZO DETERMINADO, ATÉ MANIFESTAÇÃO EM SENTIDO CONTRÁRIO PELA CONTRATANTE - DE FATO, A DESPEITO DE O RECORRENTE ALEGAR QUE POR DIVERSAS VEZES PROCUROU A RECORRIDA, ADMINISTRATIVAMENTE, NA INTENÇÃO DE CANCELAR O SEGURO, NÃO HÁ NENHUMA PROVA NESSE SENTIDO - INSTA RESSALTAR QUE O ÔNUS DE DEMONSTRAR O PEDIDO DE CANCELAMENTO INCUMBE AO AUTOR, VEZ QUE SE TRATA DE FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO – RECORRIDO QUE AGIU EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO – AUSÊNCIA DE ILÍCITO CIVIL - POR TODO O EXPOSTO, ENTENDO O RECORRIDO TER AGIDO EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95 – VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605204-35.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 28 de fevereiro de 2019.

Processo: 0605278-55.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Priscila Azevedo do Nascimento

Advogado : Carlos Rossato da Silva Avila (10309/MT)

Recorrido : Vivo S/A

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0605381-74.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisco Jose Santos Abreu

Advogado : Jessica Santana Magnani (10343/AM)

Advogado : David Cunha Novoa (10777/AM)

Recorrido : TELEFONICA BRASIL S/A

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – AÇÃO DE DANOS MORAIS – COBRANÇA INDEVIDO SERVIÇO NÃO CONTRATADO – FRAUDE NA CONTRATACAO – DANO MORAL CARACTERIZADO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração. Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Juízes que participaram da sessão.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605500-80.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Requerente : Governador do Estado do Amazonas
Advogada : Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM)
Requerida : Cecilia Julia Inacio Vieira
Advogado : Leonardo Alvarenga Viana (6956/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605526-55.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Eliana Pinheiro Moreira
Advogado : Raul Góes Neto (8203/AM)
Advogado : Rosquild Azêdo Omena (A605/AM)
Recorrido : FUEL AGE DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI - ME
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO CIVIL. AQUISIÇÃO DE COTAS DE INVESTIMENTO EM SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO. REQUERIDO DEVIDAMENTE CITADO QUE NÃO COMPARECEU EM AUDIÊNCIA, NEM APRESENTOU CONTESTAÇÃO NOS AUTOS. REVELIA DECRETADA. A REVELIA É ATO-FATO JURÍDICO CONSISTENTE, NO CASO, NA AUSÊNCIA DO RÉU EM AUDIÊNCIA. NÃO PODEMOS CONFUNDI-LA COM A CONFISSÃO FICTA, QUE É UM DE SEUS EFEITOS. A REVELIA NÃO É UM EFEITO JURÍDICO, POSTO QUE ENCONTRA-SE NO MUNDO DOS FATOS. DO EXPOSTO, NÃO HÁ COMO ELIDIR SUA INCIDÊNCIA. A DESPEITO DISSO, É POSSÍVEL QUE HAJA REVELIA E NÃO SE PRESUMA A OCORRÊNCIA DOS FATOS DEDUZIDOS CONTRA O REVEL. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DO AUTOR, NÃO SERÁ A REVELIA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A REVELIA NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DO AUTOR NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. NO CASO CONCRETO A RECORRENTE NÃO TRAZ QUALQUER INDÍCIO DE QUE EFETUOU O PAGAMENTO DA QUANTIA MENCIONADA, NEM POR MEIO DE COMPROVANTE DE DEPÓSITO, EXTRATO DA CONTA CORRENTE, RECIBO DE PAGAMENTO EM ESPÉCIE. CONTRATO DE FLS. 15//21 SEM ASSINATURA. ADEMAIS, O PRINT DE TELA APRESENTADO PELA AUTORA SOMENTE DEMONSTRA MENSAGEM DE ERRO DE AUTENTICAÇÃO: USUÁRIO OU SENHA INCORRETO (FLS. 03), E NÃO COMPROVA O ALEGADO CERCEAMENTO DE DIREITO DE INFORMAÇÃO E ACESSO AO SITIO ELETRÔNICO. DE IGUAL FORMA, A RECORRENTE NÃO DEMONSTRA QUE PEDIU A RESCISÃO CONTRATUAL E NEM QUE ESTA LHE FOI NEGADA (TROCA DE EMAILS, LIGAÇÕES TELEFÔNICAS). PELA AUSÊNCIA DE PROVAS DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DA AUTORA, HÁ DE SER MANTIDA A SENTENÇA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDA A RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605526-55.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605610-34.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rita de Vasconcelos Bento
Advogado : William do Nascimento Telles (9688/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE/QUITAÇÃO, repetição de indébito e DANOS MORAIS. Contrato de empréstimo. ONEROSIDADE EXCESSIVA. DESCONTO DO VALOR MÍNIMO DA FATURA MENSAL. REFINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR TODO MÊS. SENTENÇA EXTINÇÃO. SEM NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. CÁLCULO SIMPLES. PROVAS NOS AUTOS SUFICIENTES PARA ANÁLISE DO MÉRITO. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE REFORMA DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DOS PLEITOS INICIAIS. QUITAÇÃO. ACOLHIMENTO. NÃO SE TRATA DE MATÉRIA COMPLEXA. CÁLCULO SIMPLES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. QUITAÇÃO. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DESCONSTITUÍDA. MÉRITO ACOLHIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605655-75.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Recorrida : Aída Maria Meninea Yunes
Advogada : Kamila Maria Pinheiro de Menezes (12278/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BLOQUEIO INDEVIDO DE CARTÃO DE CRÉDITO - DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605732-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Ana Paula Gomes Melo
Advogado : Franciel Franco de Souza Almeida (9301/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605746-05.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe
Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM)
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Recorrente : Capital Rossi Empreendimentos S/A
Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM)
Recorrido : RAFAEL BATISTA PEREIRA
Advogado : José Airton Garcia Junior (8386/AM)
Recorrida : ELILDA TOMÁS DE LIMA PEREIRA
Advogado : José Airton Garcia Junior (8386/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS ANTES DA IMISSÃO DE POSSE. CONDUTA ABUSIVA EM RELAÇÃO AO CONDÔMINO. INDEVIDA A EXIGIBILIDADE DO DÉBITO ANTES DA ENTREGA DAS CHAVES. CDC APLICADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO CONSUMIDOR. COBRANÇA ABUSIVA. INEXIGIBILIDADE E DANOS MORAIS DEVIDOS. IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605767-07.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM)
Advogado : José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM)
Recorrida : Maria Geovania Gonçalves dos Santos
Advogado : Luiz Gonzaga Pinheiro Junior (12021/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BLOQUEIO DE CONTA CORRENTE. SEM PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS PARA DESBLOQUEIO DA SENHA/CONTA. ATENDIMENTO BANCÁRIO. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605854-82.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Carlos Cesar Costa Gonçalves
Advogado : Carlos Alberto Rodrigues de Souza (6164/AM)
Recorrido : Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPRAS NÃO RECONHECIDAS NO CARTÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRETENSÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605861-74.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrido : Jorge Nunes Alves
Advogado : Klisman da Silva Muller (11080/AM)
Advogado : Rubemar Rocha de Lucena (11448/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES APÓS O CANCELAMENTO DO SERVIÇO. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0605907-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : Julio Cesar de Castro Freire
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606057-44.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Thayná Rosyme Dantas Paiva
Advogado : Luiz Eduardo Hayden dos Santos (12051/AM)
Recorrido : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES APÓS O CANCELAMENTO DO SERVIÇO. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606160-32.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : Oezio Afonso de Medeiros
Advogada : Antonia Tavares Correa Gonçalves (4244/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO COM INDENIZAÇÃO – COBRANÇA DE DIVIDA NÃO CONTRATADA - PROCEDÊNCIA DA INEXIGIBILIDADE DO DEBITO E INDENIZAÇÃO – RECURSO IMPROVIDO - SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606240-49.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria do Socorro Brasil da Costa
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Bic - Banco Industrial e Comercial S/a.
Advogado : Sérgio Roberto Ribeiro Filho (305088/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0606448-74.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Walter Braga
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Carlos Eduado Pereira Texeira (327026/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO COM INDENIZAÇÃO – COBRANÇA DE DIVIDA NÃO CONTRATADA - PROCEDÊNCIA DA INEXIGIBILIDADE DO DEBITO E INDENIZAÇÃO – RECURSO CONSUMIDOR PROVIDO - SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU PARCIALMENTE REFORMADA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606454-84.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rosilene Matos da Silva
Advogado : Kennedy Paz Tiradentes (7682/AM)
Recorrido : Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda
Advogado : Luciana Buzatto Peres (239449/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM DEVOLUÇÃO DE VALORES – TUTELA ANTECIPADA – DISTRATO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA – IMÓVEL – ÁREAS INACABADAS – DIVERGÊNCIA DA OFERTA – PEDIDO DE RECISÃO CONTRATUAL – VALOR DO IMÓVEL – PROVEITO ECONÔMICO – TETO DOS JUIZADOS ESPECIAIS - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606498-40.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : Patricia Chicre Bandeira de Melo
Advogado : Douglas Bandeira de Melo Akel Thomaz (12218AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO.AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS E PEDIDO TUTELAR. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SEGURO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. SEGURO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606722-41.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : Felipe Antonio de Carvalho Filho
Advogado : Felipe Antonio de Carvalho Filho (6454/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO.AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS E PEDIDO TUTELAR. SERVIÇO DE TERCEIROS. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, I e III DO CDC. SERVIÇO NÃO SOLICITADO – EMBUTIDO NA FATURA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606818-12.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : ANA LUCIA TAVARES BARBOSA ARAUJO
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Recorrido : RECARGAPAY DO BRASIL SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

Advogado : Eliana Ramos Sato (252812/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COBRANÇA SEM PRESTAÇÃO. COBRANÇA AUTOMÁTICA NÃO CONSENTIDA. MAJORAÇÃO DANOS MORAIS. PRETENSÃO – POSSIBILIDADE. MULTA ASTREINTES. VALOR DIÁRIO REFORMADO. RAZOABILIDADE. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606876-56.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Moisés Fernandes Nunes Junior

Advogada : Hilda Maria Figueiredo Mandato (5350/AM)

Recorrido : Juliana Lima de Souza - Me

Advogado : Edson Pereira Duarte (3702/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. AGRESSÃO FÍSICA NO ESTABELECIMENTO DA RECORRIDA. SUSTENTA O RECORRENTE QUE ESTAVA NA PISTA DE DANÇA QUANDO FOI SURPREENDIDO COM SOCOS E EMPURRÕES DESFERIDOS POR DÁRIO JOSÉ E JANDER DANIEL (DENÚNCIA ÀS FLS. 32/34). PLEITEIA REPARAÇÃO CIVIL EM FUNÇÃO DA SUPOSTA OMISSÃO DOS SEGURANÇAS DO ESTABELECIMENTO. NO CASO EM COMENTO, A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO ESTABELECIDA ENTRE AS PARTES E A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR PELOS DANOS DECORRIDOS DA FALHA NO SERVIÇO, ASSEVERO QUE A DESNECESSIDADE DA PROVA DE DOLO/CULPA (ELEMENTO VOLITIVO), NÃO ENSEJA A RESPONSABILIDADE INTEGRAL PELOS EVENTOS OCORRIDOS NO ESTABELECIMENTO. QUER-SE DIZER, PORTANTO, QUE A MODALIDADE OBJETIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXIGE, AINDA, A DEMONSTRAÇÃO DE CONDUTA (AÇÃO/OMISSÃO), DANO E NEXO CAUSAL. LADO OUTRO ADMITE EXCLUDENTES DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA, FATO EXCLUSIVO DE TERCEIRO OU CASO FORTUITO /FORÇA MAIOR. FATO INCONTROVERSO TER O RECORRENTE SOFRIDO AGRESSÕES POR PARTE DE TERCEIROS QUE NÃO INTEGRAM A LIDE (DANO). INCUMBE-NOS, ENTRETANTO, A ANÁLISE DA CONDUTA OMISSIVA OU COMISSIVA DO ESTABELECIMENTO NA CONTRIBUIÇÃO PARA O EVENTO DANOSO (CONDUTA E NEXO). PRIMEIRAMENTE VERIFICO QUE A VIOLÊNCIA NÃO FORA PERPETRADA PELOS PREPOSTOS DO RECORRIDO. DE IGUAL MODO, AS AGRESSÕES NARRADAS OCORRERAM POR MEIO DE SOCO E ARREMESSO DE GARRAFA DE BEBIDA (FLS. 30). NÃO HOUVE UTILIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO OU DEMAIS ARMAS BRANCAS (FACAS, CANIVETES, ETC) DE PROPRIEDADE DOS AGRESSORES QUE PUDESSEM SER INTERCEPTADAS COM ANTECEDÊNCIA PELOS SEGURANÇAS NA ENTRADA DO LOCAL. OUTROSSIM, NÃO HÁ PROVAS DA ALEGADA OMISSÃO, PORQUANTO LOGO QUE ACIONADOS OS SEGURANÇAS CONTIVERAM OS CONTENDORES. NESTE PONTO, O PRÓPRIO DEPOIMENTO DO RECORRENTE RECONHECE A PRESTEZA DO SERVIÇO "QUE, ALÉM DISSO, OS INDIVÍDUOS DE NOME AINDA DESCONHECIDO TENTARAM CONTINUAR A AGRESSÃO, FATO IMPEDIDO PELOS SEGURANÇAS DO ESTABELECIMENTO" (FLS. 29). E, AO ARGUMENTO DE QUE O RECORRIDO FOI CONIVENTE EM PERMITIR QUE OS AUTORES DA AGRESSÃO SE EVADISSEM DO LOCAL, O RECORRENTE, NO DEPOIMENTO PRESTADO À POLÍCIA, INFORMA QUE "APÓS ISSO A POLÍCIA FOI ACIONADA CONDUZINDO SOMENTE O DECLARANTE PARA O 19º DIP PARA O REGISTRO DA OCORRÊNCIA, CONTUDO, OS AGRESSORES FORAM DISPENSADOS, TENDO EM VISTA QUE OS PRÓPRIOS PM`S FALARAM QUE ELES IRIAM POR CONTA PRÓPRIA" (FLS. 29). DESTA FORMA, NÃO RESTOU CARACTERIZADA NEGLIGÊNCIA OU OMISSÃO DO ESTABELECIMENTO. ENTENDO QUE POR MELHOR QUE SEJA A EQUIPE DE SEGURANÇA, ESTA NÃO TEM O PODER DE ANTEVER OS ACONTECIMENTOS. DIANTE DA IMPREVISIBILIDADE DA BRIGA, NÃO HAVERIA COMO O CORPO DE SEGURANÇAS INTERCEDER DE MODO A EVITAR A CONFUSÃO. CONTUDO, NO MOMENTO EM QUE INICIOU-SE, A SEGURANÇA FOI EFETIVA EM EVITAR MAIORES DANOS. TRATA-SE DE CASO FORTUITO E FATO EXCLUSIVO DE TERCEIRO, O QUE DILUI O NEXO CAUSAL ENTRE O DANO E CONDUTA QUE O RECORRENTE TENTA IMPUTAR AO RECORRIDO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.1. Precedentes: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AGRESSÃO SOFRIDA EM BAR. PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. OFENSIVA DESFERIDA POR TERCEIRO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INTERPRETAÇÃO DO INCISO II,DO § 3º, DO ART. 14, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE TEMPO HÁBIL PARA A ATUAÇÃO DOS SEGURANÇAS DO ESTABELECIMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONDUTA IRREGULAR DA PROMOVIDA. EXEGESE DO ART. 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. PROVIMENTO DA SÚPLICA APELATÓRIA. - A responsabilidade do fornecedor de produtos ou serviços requer a demonstração de dano e de nexo causal e será excluída se comprovada a inexistência de defeito no serviço prestado, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, ou, ainda, caso fortuito ou força maior. - Diante da conjuntura em pauta, entendo ser aplicável ao caso a excludente de responsabilidade, haja vista ter sido verificada a culpa exclusiva de terceiro, conforme dispõe o inciso II, do § 3º, do art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. (TJ-PB - APL: 00052771920138150011 0005277-19.2013.815.0011, Relator: DES. JOSÉ RICARDO PORTO, Data de Julgamento: 20/03/2018, 1A CIVEL) . DECISÃO: ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0606876-56.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 28 de fevereiro de 2019.

Processo: 0606939-81.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Perpetua dos Santos Pontes

Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)

Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)

Recorrido : Banco Bmg S/A

Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)

Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)

Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)

Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO dE EMPRÉSTIMO. Pagamentos além do acordado. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. REPETIÇÃO

DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0606985-36.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : Fredson Ramos de Souza,
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607122-52.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Recorrida : Antonia Monteiro Batista
Advogado : Karla Patricia Bulaslan de Mendonça (11742/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. PAGAMENTO DA FATURA DE DEZEMBRO DE 2016 QUE NÃO FOI RECONHECIDO PELO RECORRENTE. CONDUTA QUE GEROU ENCARGOS. INEXIGIBILIDADE DECLARADA EM SENTENÇA. MANUTENÇÃO DOS JUROS DE MORA INDEVIDOS A QUE A CONSUMIDORA NÃO DEU CAUSA. CONDUTA DO RECORRENTE QUE GEROU DANOS À RECORRIDA. DANO E NEXO COMPROVADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. DANO MATERIAL CABALMENTE DEMONSTRADO. DANO MORAL CONFIRMADO. VALOR ARBITRADO QUE ATENDE AOS FINS A QUE SE PROPÕE. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0607122-52.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, por maioria, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 28 de fevereiro de 2019.

Processo: 0607331-29.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bonsucesso S/A
Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG)
Recorrido : JOSÉ MARINO ARAUJO DA SILVA
Advogado : Nelson Clay Fernandes Tavares (8453/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo. Pagamento a maior do que o acordado. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA e DANOS MORAIS IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607365-93.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Recorrida : Tania Maria Bezerra
Advogada : Ana Carolina Bezerra de Freitas (7698/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE INTERNET. SE AS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS REVELARAM-SE TECNICAMENTE HÁBEIS AO DESLINDE DA SINGELA CONTROVÉRSIA, É DESNECESSÁRIA A PRETENDIDA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL FORMAL. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS REJEITADA. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES, MORMENTE NO QUE TANGE À SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS MEDIANTE VISITA TÉCNICA. DANO MATERIAL COMPROVADO. SERVIÇO NÃO PRESTADO. DEVOLUÇÃO QUE SE MANTÉM SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO RECORRENTE. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE

DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0607365-93.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607457-45.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrida : Joelma Magalhães de Lima Oliveira
Advogado : Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO/quitação, danos materiais e DANOS MORAIS. CONTRATO de empréstimo. Pagamento a maior do que o acordado. ONEROSIDADE EXCESSIVA. Cdc aplicado. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA e DANOS MORAIS IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607578-92.2015.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : FABIA ALVES DA SILVA
Advogado : Michael Queiroz Leitão (9714/AM)
Recorrido : JAIME SEBBEN FILHO
Advogado : Edson Rosas Junior (1910/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. PROVA MÍNIMA. SEM LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MERO DISSABOR. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607592-86.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Cláudia Silva de Souza
Advogada : Driely Karolina Brandao Ribeiro (13605/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (1065A/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. FATURA COBRANÇA SERVIÇO DE NA UNIDADE EXCESSIVO. PARCELAMENTO. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. REAL CONSUMO. LESÃO AO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO NO ROL DE DEVEDORES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607656-18.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Doralice Coelho da Cruz
Advogado : Cidiney Rodrigues Ferreira (46521/BA)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607749-78.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Recorrida : Maria Sant'ana Azevedo de Matos
Advogada : Jacqueline Cruz Carriço (8952/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. MORAIS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO CONTRA SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. FALTA DE INTIMAÇÃO/PUBLICAÇÃO – SENTENÇA. CITAÇÃO ELETRÔNICA. REVELIA. VÁLIDA INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO - LITIGANTE DE MÁ-FÉ. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607798-97.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Recorrido : Kaio Willian Dourado Teixeira Leao
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0607823-69.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jose Bruno da Silva
Advogado : Anderson Santos da Silva (12015/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0607881-38.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Antonio Flaviano Silva de Souza
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Itaú S/A
Advogado : Antonio Braz da Silva (1026A/AM)
Advogado : Antonio Braz da Silva

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – REVISÃO DE CONTRATO BANCARIO – JUROS - CALCULADORA DO CIDADÃO – LEASING DE VEÍCULO - PARAMETRO EQUIVOCADO UTILIZADO PELO CONSUMIDOR – CUSTO EFETIVO TOTAL – VALOR TOTAL DO LEASING DIVERGENTE DO ALEGADO - SENTENÇA MANTIDA – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS - RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0607921-69.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrido : MARCOS FELIPE TURIBIO ARAUJO
Advogado : Emerson Abineã da Silva (6393/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0608158-06.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Adalberto Pereira Nobre
Advogado : Adalberto Pereira Nobre Filho (9140/AM)
Recorrente : Gilda Reis Nobre
Advogado : Adalberto Pereira Nobre Filho (9140/AM)
Recorrido : Braga Veículos Ltda.
Advogado : Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (833/AM)
Advogada : Adriana Ferreira do Nascimento (5498/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONSÓRCIO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. SUSTENTA O RECORRENTE TER SOFRIDOS DANOS DE ORDEM EXTRAPATRIMONIAL EM VIRTUDE DA COBRANÇA DE TAXAS DO DETRAN E DESPACHANTE. QUANTO AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA REGULARIZAÇÃO DO VEÍCULO JUNTO AO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO É CONDIÇÃO IMPOSTA PELO PRÓPRIO ESTADO (VISTORIA PARA EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO), DE FORMA QUE ENTENDO NÃO HAVER IRREGULARIDADE NA SUPOSTA COBRANÇA. LADO OUTRO, QUANTO À ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA DO SERVIÇO DE DESPACHANTE, ENTENDO QUE, A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, É ÔNUS DO AUTOR A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. NO CASO CONCRETO A AUTORA NÃO TRAZ QUALQUER INDÍCIO DA IMPOSIÇÃO DO PAGAMENTO DE SERVIÇO PARA RETIRADA DO VEÍCULO, AINDA QUE TESTEMUNHAL. RECORRENTE QUE SOMENTE COLACIONOU DOCUMENTOS PESSOAIS, DOCUMENTO DO VEÍCULO E FOTO DA LOJA (FLS. 13/18). CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DA RECORRENTE, NÃO SERÁ A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A INVERSÃO NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DA AUTORA NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. NESSE SENTIR, NÃO RESTOU DEMONSTRADA NEM A CONDUTA ILÍCITA, O DANO MORAL CAUSADO OU O NEXO CAUSAL ENTRE ELES. PELA AUSÊNCIA DE PROVAS A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0608158-06.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0608162-72.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisco Januario de Oliveira
Advogado : Danielle Pereira de Oliveira (3990/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DEBITO C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES EM DOBRO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. VALORES COBRADOS SEM AFERIÇÃO CORRETA DO SERVIÇO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. VALORES EXORBITANTES. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXIGÍVEIS OS VALORES COBRADOS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0608199-41.2014.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Caio Tasso S. Queiroz dos Santos
Advogado : Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (7556/AM)
Recorrido : Rafael Hofmann Cachafeiro
Advogado : Iurc Cyrre Worm (31144/RS)
Advogado : Max Lin Worm (89711/RS)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONSTRANGIMENTO. PRETENSÃO DE REFORMA PARA CONFIGURAR DANOS MORAIS. ACOLHIMENTO. LESÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 28 de fevereiro de 2019.

Processo: 0608226-38.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Charles Hudson Bastos Brito
Advogado : Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado : Giovanny Michael Vieira Navarro (12479/PA)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0608303-13.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : Carlos Souza da Costa
Advogado : Cidiney Rodrigues Ferreira (46521/BA)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0608725-03.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jeyck Suel Martins
Advogada : Djane Oliveira Marinho (5849/AM)
Recorrido : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO - ARREPENDIMENTO DO SERVIÇO CONTRATADO - PRAZO DE REFLEXÃO - COBRANÇA ABUSIVA - DANOS MORAIS CONFIGURADOS – RECURSO CONSUMIDOR PROVIDO - SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU PARCIALMENTE REFORMADA. . DECISÃO: Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração. Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Juízes que participaram da sessão.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0608872-97.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : BMG - CARTAO DE CREDITO
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrido : AMAURI LAURIANO DO NASCIMENTO
Advogado : Cintia Rossette de Souza (4605/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇAS DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. NULIDADE QUANTO À MULTA ASTREINTE APLICADA. DOCUMENTO ANTERIOR AO TRÂNSITO EM JULGADO DO V. ACÓRDÃO. SEM DESCUMPRIMENTO. MULTA INDEVIDA. EXECUÇÃO DEVE SER EXTINTA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609099-04.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Klinger Paulo Marques Macedo
Advogado : Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (140475/RJ)
Advogada : Natasja Deschoolmeester (2140/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS. FALTA DE CADASTRAMENTO DE UNIDADE CONSUMIDORA. IMPEDIMENTO NÃO JUSTIFICADO. DEMORA. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO IN RE IPSA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609251-67.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Nívia da Silva Pires
Advogado : Jussara da Silva Pontes (7062/AM)
Recorrido : Claro S/A
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0609407-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Luiz Gonzaga Pereira de Souza
Advogado : Renato Fernandes Mariano (8246/AM)
Recorrido : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRÉSTIMO CONDICIONADO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EMBUTIDO. EVIDENTE PRÁTICA ABUSIVA PREVISTA DO ART. 39, III DO CDC. SEGURO EMBUTIDO NÃO CONTRATADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LESÃO AO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO ACOLHIDA E DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA REFORMADA.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609409-59.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA.
Advogado : Fernando Rosenthal (146730/SP)
Recorrido : Roberto Carlos Silva de Brito
Advogado : Rosquild Azêdo Omena (A605/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO POR DANOS MATERIAIS e MORAIS. PRODUTO QUE APRESENTOU DEFEITO NO PRAZO DE GARANTIA. CONSUMIDOR. VÍCIO DO PRODUTO. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FABRICANTE. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609548-59.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : Samuel Serrão de Sá
Advogado : Cidiney Rodrigues Ferreira (46521/BA)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609551-97.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : BANCO BRADESCO S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Recorrido : MILDENEY MOLDES DA SILVA JUNIOR
Advogado : Ezequiel de Freitas Medeiros (9818/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. COBRANÇA DE VALORES APÓS À QUITAÇÃO. CONTINUAÇÃO DAS COBRANÇAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609557-21.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Aldeiza Pimentel da Silva
Advogado : Cidiney Rodrigues Ferreira (46521/BA)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS E INSCRIÇÃO INDEVIDAS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609655-21.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : Klinger Pereira Liborio
Advogado : Darden Klinger Colares Libório (10423/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALORES COBRADOS DIFERENCIADOS. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0609857-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Paulo Antontio Saraiva da Silva
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada : Barbara Rodrigues Faria da Silva (151204/MG)
Advogada : Bruna Carvalho dos Santos (11179/AM)
Advogada : Gabriela Vanessa de Jesus Silva (151144/MG)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – DIREITO DO CONSUMIDOR – MERO ABORRECIMENTO - MERO DISSABOR – NÃO APRESENTAÇÃO DO CONTRATO – DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS DANOS MORAIS – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Houve improcedência do pedido inicial do recorrente que tinha como escopo a indenização por dano moral em razão da má prestação do serviço pelo banco recorrido que não apresentou o contrato de mútuo objeto desta demanda.2. É indubitável que se aplica ao caso concreto as regras do CDC, com a autorização da inversão do ônus da prova frente à vulnerabilidade e à hipossuficiência do recorrente. Porém, o simples fato de não se ter apresentado o contrato de mútuo assinado pelas partes destes autos não gera má prestação de serviço indenizável, somente gera dissabor ao recorrente. 3. Inexiste prova de dano nos autos. Não obstante a possibilidade de inversão do ônus da prova em favor do consumidor, não identifico qualquer dano ao recorrente diante da conduta omissiva narrada na exordial.4. Creio que é acertada a posição da sentença a quo de que o recorrente não comprovou nos autos a pretensão resistida, não provou que de fato se dirigiu ao recorrido para solicitar o contrato objeto desta demanda.5. Portanto, mantenho a sentença de primeiro grau, que

julgou pela improcedência do pleito de dano moral, acrescentando somente que se tratou de mero dissabor não indenizável o fato ora posto.6. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo dos seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Sem condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios em face da gratuidade de justiça. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0610326-78.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : ALEXSANDRO FERNANDES LIMA

Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)

Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A

Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. JUÍZO A QUO QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO SOB O FUNDAMENTO DA NECESSIDADE DO CHAMAMENTO À LIDE DA PREFEITURA DE MANAUS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, E, PORTANTO, AFASTOU A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. COM A DEVIDA VÊNIA, ENTENDO MERECER REFORMA A DECISÃO RECORRIDA, ISSO PORQUE BASEADA EM EQUIVOCADA PREMISSA DE QUE "A Requerente alega que não realizou nenhum contrato com a parte requerida e que vem sofrendo descontos indevidos em seu contra cheque. (...) e a relação jurídica se faz entre a Requerida e o Município de Manaus."COMPULSANDO OS AUTOS OBSERVA-SE QUE O RECORRENTE RECONHECE A CONTRATAÇÃO DO MENCIONADO SEGURO DIRETAMENTE COM A RECORRIDA (FLS. 02 E 210/211), QUESTIONANDO TÃO SOMENTE O PRAZO DE VIGÊNCIA DO MESMO E OS DESCONTOS REPUTADOS INDEVIDOS. NESSE SENTIR, CONCLUO SER PRESCINDÍVEL A INTERVENÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS NO FEITO. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS RECONHECIDA. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. DEMANDA INSTRUÍDA E EM CONDIÇÕES DE IMEDIATO JULGAMENTO. CAUSA MADURA. MÉRITO QUE SE RESOLVE COM A AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS. ART. 515,§3º, CPC. AUSÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. SUSTENTA O RECORRENTE QUE DESDE 2005 SOFRE DESCONTOS EM SEU CONTRACHEQUE COM A DENOMINAÇÃO "BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA", REFERENTE A UM SEGURO CONTRATADO HÁ MUITOS ANOS, QUE TERIA PRAZO DETERMINADO. A DESPEITO DA NÃO RENOVAÇÃO DA AVENÇA E REITERADOS PEDIDOS DE CANCELAMENTO, OS DESCONTOS PERSISTEM ATÉ OS DIAS ATUAIS. EM CONTESTAÇÃO, O RECORRIDO DEMONSTRA SER O CONTRATO RELATIVO A SEGURO COLETIVO DE PESSOAS, QUE TEM COMO ESTIPULANTE A PREFEITURA DE MANAUS. SEGURADO, ORA RECORRENTE, QUE ADERIU AO CONTRATO COLETIVO EM 01/02/2010 (FLS. 210/211) INDICANDO, INCLUSIVE, BENEFICIÁRIOS DE EVENTUAL PRÊMIO. CONTRACHEQUES QUE DEMONSTRAM DESCONTO EM FOLHA DE 07/2011 A 04/2016 (FLS. 21/58). SEGUNDO O ARTIGO 1º, CAPUT DA RESOLUÇÃO 107/2004 DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, ESTIPULANTE É A PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE CONTRATA APÓLICE COLETIVA DE SEGUROS, FICANDO INVESTIDO DOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO DOS SEGURADOS PERANTE AS SOCIEDADES SEGURADORAS, NOS TERMOS DESTA RESOLUÇÃO. DE IGUAL FORMA, HOUVE INFORMAÇÃO EXPRESSA NO CONTRATO DE ADESÃO (FLS. 210/211). TENDO A ESTIPULANTE PODERES DE REPRESENTAÇÃO, BEM COMO A CONTRATAÇÃO COLETIVA É REALIZADA ENTRE ESTIPULANTE E SEGURADORA E A ADESÃO É REALIZADA DE FORMA INDIVIDUAL, LEGÍTIMAS AS RENOVAÇÕES DO CONTRATO COLETIVO REALIZADAS APÓS A INCLUSÃO DO RECORRENTE (2010 A 2016 – FLS. 214, 226, 245, 268, 309, 325). SEGURADORA QUE NOTIFICOU A ESTIPULANTE DA AUSÊNCIA DE INTERESSE NA RENOVAÇÃO DO CONTRATO A PARTIR DE 2017 (FLS. 114/116). LADO OUTRO, O RECORRENTE NÃO DEMONSTRA TER SOLICITADO O CANCELAMENTO DE SUA APÓLICE, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA, COMO FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. QUANTO ÀS SENTENÇAS COLACIONADAS COMO PRECEDENTES, VERIFICA-SE QUE TRATAM DE SEGURO NÃO CONTRATADO. NESSE SENTIR, DIANTE DA DIVERGÊNCIA DA MATÉRIA DE FATO, NÃO PODEM SER UTILIZADAS COMO PRECEDENTES AO CASO DOS AUTOS. RECORRIDO QUE AGIU EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. ILÍCITO CIVIL NÃO CONFIGURADO. POR TODO O EXPOSTO, CONHEÇO DO RECURSO, PARA AFASTAR A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS, PARA, NO MÉRITO, JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0610326-78.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 28 de fevereiro de 2019.

Processo: 0610382-48.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : JACIRLEY BASTOS VALE

Advogado : Rodrigo Jose Rodrigues Alves Brasileiro (902A/AM)

Recorrido : Azul Linhas Aéreas S.a.

Advogado : Itallo Gustavo de Almeida Leite (7413/MT)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO/OMISSÃO QUANTO AOS FUNDAMENTOS CONTIDOS NO V. ACÓRDÃO. PRETENSÃO ASSISTIDA. EVENTO DANOSO PROVADO. OBRIGAÇÃO DE FAZER E DANOS MORAIS IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS DEVIDOS EM RAZÃO DO DISPOSTO NO ART. 55 DA LEI 9099/95. EMBARGOS ACOLHIDOS. ACÓRDÃO REFORMADO. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 15 de setembro de 2017.

Processo: 0610436-77.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Net Seriços de Comunicação S.a

Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)

Recorrido : M J RESTAURANTES LTDA-EPP

Advogado : Marcio Fernandes Junior (11338/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER – SERVIÇO DE TV A CABO – PEDIDO DE CANCELAMENTO - CONTINUIDADE DE DESCONTOS - AUSÊNCIA DE BOA FÉ - SERVIÇO INADEQUADO – DANO MORAL CARACTERIZADO – VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL – MANTIDA A SENTENÇA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Houve sentença condenando o recorrente em indenização por dano moral (R$ 4.770,00) e material (R$ 5.964,30), e declaração de inexistência de débito.2. O questionamento do recorrido advém da continuidade de descontos objeto desta demanda, mesmo após protocolos de pedidos de cancelamento junto ao recorrente (ver números de diversos protocolos de atendimento no canto direito

da f.53, por exemplo). 3. Trata-se de demanda consumerista em que o requerente recorrido é consumidor direto, mesmo sendo pessoa jurídica (teoria finalista mitigada), frente ao alto poderio econômico do recorrente fornecedor. Houve falha na prestação do serviço oferecido ao recorrido, quando este por diversas vezes solicitou cancelamento do serviço, mas mesmo assim o recorrente permaneceu realizando os referidos descontos, quedou-se inerte diante da solicitação do recorrido. Sendo falha a prestação do serviço, há responsabilidade do fornecedor para com o consumidor, devendo arcar com os danos comprovados.4. Observo ainda que o valor da indenização por danos morais arbitrados in casu, versou em consonância aos critérios adotados pelos Tribunais Pátrios, e também, com respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, mormente se tratar de uma empresa multinacional com forte poderio econômico, não se verificando, portanto, a necessidade de redução do valor atribuído a título de danos morais. 5. A indenização por danos materiais também prospera, eis que refere-se a valores oriundos do período pós pedido de cancelamento do seguro, período em que o recorrente quedou-se inerte quanto à solicitação de cancelamento, correta a condenação na forma de indébito (art. 42, parágrafo único do CDC), eis que comprovada a má-fé do fornecedor, ora recorrente (STJ, AgInt nos EDcl no REsp 1316734 RS 2012/0063084-7).6. Diante disto, CONHEÇO do recurso, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo desta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento, nos termos desta súmula de julgamento que serve como acórdão e voto.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0610483-80.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Dirleno de Oliveira Amazonas
Advogado : Renato Fernandes Mariano (8246/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0610959-55.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Recorrida : Graciete Andrade de Carvalho
Advogado : Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – DIREITO DO CONSUMIDOR – SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO – MANUTENÇÃO DA MULTA – FIXAÇÃO DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611178-53.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rosaelaine Ramos Smith da Rocha
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Bradesco Financiamentos S/A

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. DESCONTOS EM CONTRACHEQUE NÃO RECONHECIDOS PELA CONSUMIDORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DEFERIDO (FLS. 17). REQUERIDO QUE NÃO COMPARECEU EM AUDIÊNCIA E NÃO APRESENTOU CONTESTAÇÃO. REVELIA DECRETADA. SENTENÇA QUE JULGOU EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR ENTENDER NECESSÁRIA A EXIBIÇÃO DO SUPOSTO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO FIRMADO ENTRE AS PARTES. OCORRE QUE, NÃO TENDO A RECORRENTE RECONHECIDO A CONTRATAÇÃO (FATO NEGATIVO), INCUMBE AO RÉU, ORA RECORRIDO, A PROVA DO INSTRUMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO. NESSE SENTIR, A OBRIGAÇÃO DE TRAZER AOS AUTOS TAL DOCUMENTO É IMPOSTA AO RECORRIDO TANTO PELA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COMO PELA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA, CABENDO A ELE ARCAR COM AS CONSEQUÊNCIAS DE SUA OMISSÃO. NESTE PONTO, A REGRA PROCESSUAL DE ÔNUS DA PROVA TRANSFORMA-SE EM REGRA DE JULGAMENTO. SOBRE O TEMA, TEM-SE QUE "A inversão do ônus da prova como regra de julgamento está lastreada no entendimento de que a prova se destina ao convencimento do julgador em razão da proibição ao non linquet; bem como de que o sistema não determina quem deve fazer a prova, mas sim quem assume o risco caso não se produza" (SANSEVERINO, 2002, p. 335). SOMADO A ISSO, VERIFICO QUE NÃO HÁ CAUSA QUE OBSTE A APLICAÇÃO DOS EFEITOS DA REVELIA, MORMENTE NO QUE TANGE À PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS PELA AUTORA. DO EXPOSTO, ENTENDO PRESCINDÍVEL A APRESENTAÇÃO DO CONTRATO PARA JULGAMENTO DO PLEITO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NO MÉRITO, TEM-SE QUE NÃO HÁ PROVAS DO NEGÓCIO JURÍDICO ENTABULADO PELA RECORRENTE, DE FORMA QUE NÃO SE SUSTENTAM OS DESCONTOS REALIZADOS EM CONTRACHEQUE (FLS. 14). DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. CONDUTA, DANO E NEXO CAUSAL VERIFICADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$5.000,00 (CINCO MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA E JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0611178-53.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 28 de fevereiro de 2019.

Processo: 0611286-97.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogada : Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM)
Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)
Recorrido : Carlos Alberto Nobre Quesada
Advogado : Rafael Lins Bertazzo (7213/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0611339-63.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : JOÃO VICTOR LEVINTHAL OLIVEIRA DE SOUZA

Advogado : JOÃO VICTOR LEVINTHAL OLIVEIRA DE SOUZA (10990AM)

Recorrido : Ed. Três Comércio de Publicações Ltda (Editora Três)

Advogada : Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompson (897A/AM)

Advogada : Joicy Costa Corrêa da Cunha Thompson (146976/RJ)

Recorrido : Banco do Brasil S/A

Advogada : Adriana Monteiro de Castro Martins (86928/RJ)

Recorrido : EDITORA TRES LTDA

Advogada : Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompson (897A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SUSTENTA O RECORRENTE FATO IMPEDITIVO EM RAZÃO DE PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENTRETANTO, NÃO HÁ NENHUM ÓBICE À TRAMITAÇÃO DA AÇÃO, CONFORME ENTENDIMENTO DO ENUNCIADO N. 51 DO FONAJE. "Enunciado 51 - Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria. (Nova Redação no XXI Encontro - Vitória/ES)." FATO IMPEDITIVO NÃO VERIFICADO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL O RECORRIDO É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES, MORMENTE NO QUE TANGE À LEGALIDADE DOS TERMOS DA CONTRATAÇÃO, E RENOVAÇÃO NÃO AUTORIZADA PELO RECORRIDO. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ESTIPULADO PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE EIS QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA (FLS. 274). . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0611339-63.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611573-60.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : RAIMUNDO IDENIL DOS SANTOS

Advogado : Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (11821/AM)

Recorrido : ESMALTEC S/A

Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

Advogado : Carlos Fernando Siqueira Castro (672/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE FOGÃO. SUSTENTA O RECORRENTE QUE O PRODUTO APRESENTOU DEFEITO EM UMA DAS BOCAS CERCA DE TRÊS MESES DEPOIS (FLS. 15). TENTATIVA DE CONSERTO PERANTE AS ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS INDICADAS PELA LOJA. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À GARANTIA ESTENDIDA DE UM ANO, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA COMO FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. ALEGAÇÃO DE DECISÃO EXTRA PETITA PELO FATO DE A SENTENÇA A QUO MENCIONAR "Por outro lado, a requerida alega que venceu o prazo de garantia legal inerente", ENTRETANTO, VERIFICO QUE TAL AFIRMATIVA ENCONTRA-SE NO RELATÓRIO DA DECISÃO (FLS. 105), E NÃO NO DISPOSITIVO OU NA FUNDAMENTAÇÃO, DE FORMA QUE NÃO POSSUI O CONDÃO DE ANULAR A SENTENÇA COMBATIDA. CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE AO AUTOR A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. NO CASO CONCRETO A AUTORA NÃO TRAZ QUALQUER INDÍCIO DA GARANTIA ESTENDIDA, PORQUANTO CEDIÇO QUE A GARANTIA LEGAL PARA BENS DURÁVEIS É DE 90 DIAS. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DA RECORRENTE, NÃO SERÁ A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A INVERSÃO NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DO AUTOR NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. PELA AUSÊNCIA DE PROVAS, A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE

VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0611573-60.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611629-64.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Recorrido : ALBERTO DA CUNHA REIS

Advogado : Jean Nóbrega da Silva (9359/AM)

Advogado : Cassius Clei Farias de Aguiar (9725/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROCEDIMENTO/ATENDIMENTO. CARTEIRA/PLANO CANCELADO - DEPENDENTE. RECUSA INFUNDADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611752-76.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Deomario Ferreira Horta

Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)

Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Advogado : Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG)

Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. INDENIZAÇÃO POR SERVIDÃO DE PASSAGEM. INSTALAÇÃO DE REDES DE ALTA TENSÃO. DIREITO CIVIL. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NO CASO EM COMENTO PORQUANTO A RELAÇÃO HAVIDA ENTRE AS PARTES TRATA DE SERVIDÃO, E NÃO DE UTILIZAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO COMO DESTINATÁRIO FINAL. NOUTRO GIRO, OBSERVO QUE O RECURSO APRESENTADO NÃO POSSUI DIALETICIDADE SUFICIENTE A INFIRMAR A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA COMBATIDA. ISSO PORQUE A DECISÃO RECORRIDA FUNDA-SE NA AUSÊNCIA DE PROVA DA PROPRIEDADE, BEM COMO NA NECESSIDADE DE PERÍCIA A FIM DE SE AVALIAREM OS PREJUÍZOS ADVINDOS DA CONSTRUÇÃO, RAZÃO PELA QUAL EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. NESTE PONTO, HEI POR BEM CONFIRMAR OS TERMOS DA SENTENÇA. ISSO PORQUE O DOCUMENTO DE FLS. 13 NÃO SE PRESTA A DEMONSTRAR PROPRIEDADE DE BEM IMÓVEL, QUE SOMENTE SE TRANSFERE MEDIANTE REGISTRO DO TÍTULO TRANSLATIVO NO REGISTRO DE IMÓVEIS (ARTIGO 1245, CC). RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0611752-76.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0611883-32.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Adrieli Raiani Lima Marques

Advogada : Adrieli Raiani Lima Marques (13897/AM)

Recorrido : VIVO S.A.

Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS TELEFONIA - NULIDADE DA INTIMAÇÃO PARA AUDIENCIA – SENTENÇA REFORMADA EM PARTE – CAUSA MADURA CONDUTA ILÍCITA DO FORNECEDOR – DANO MORAL INDENIZÁVEL - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0612696-93.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A

Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)

Recorrido : MARIVALDO PANTOJA CANTEL

Advogado : PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (8872/AM)

Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0612800-51.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Rubens Gaspar Serra (3499/AC)

Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (A995/AM)

Advogada : Kênia Bastos Andrade (4037/AM)

Recorrido : Salomão Vieira Paes

Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)

Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER – SEGURO CONTRATADO – PEDIDO DE CANCELAMENTO - CONTINUIDADE DE DESCONTOS - AUSÊNCIA DE BOA FÉ - SERVIÇO INADEQUADO – DANO MORAL CARACTERIZADO – VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL – MANTIDA A SENTENÇA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Houve sentença condenando o recorrente em indenização por dano moral (R$ 4.000,00) e material (R$ 3.736,44), e obrigação de cancelar o seguro objeto desta demanda.2. O questionamento inicial do recorrido advém da continuidade de descontos do seguro objeto desta demanda, mesmo após protocolos de pedidos de cancelamento junto ao recorrente. Assim, incabível discussão acerca da existência ou não do vínculo contratual.3. O contrato apresentado com inicial, de

natureza de adesão, possui a contratação casada de seguro, ao qual apesar de constar no referido contrato o recorrido não tinha voluntariedade na sua contratação. Logo, trata-se de prática de venda casada que é condenada pelo CDC (art. 39, I). Ademais, houve falha na prestação do serviço oferecido ao recorrido, quando este solicitou cancelamento do seguro (f. 145), mas mesmo assim o recorrente permaneceu realizando os referidos descontos, quedou-se inerte diante da solicitação do recorrido. 4. Observo ainda que o valor da indenização por danos morais arbitrados in casu, versou em consonância aos critérios adotados pelos Tribunais Pátrios, e também, com respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, mormente se tratar de uma empresa multinacional com forte poderio econômico, não se verificando, portanto, a necessidade de redução do valor atribuído a título de danos morais. 5. A indenização por danos materiais também prospera, eis que refere-se a valores oriundos do período pós pedido de cancelamento do seguro, período em que o recorrente quedou-se inerte quanto à solicitação de cancelamento, correta a condenação na forma de indébito (art. 42, parágrafo único do CDC), eis que comprovada a má-fé do fornecedor, ora recorrente (STJ, AgInt nos EDcl no REsp 1316734 RS 2012/0063084-7).6. Diante disto, CONHEÇO do recurso, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo desta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento, nos termos desta súmula de julgamento que serve como acórdão e voto.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0612849-63.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliarios Ltda

Advogado : Humberto Rossetti Portela (91263/MG)

Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)

Recorrido : EDSON MAIA BORGES

Advogado : Carlos Antônio de Carvalho Mota (2155/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E RESTITUIÇÃO DE VALORES, BEM COMO DANOS MORAIS. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. PAGAMENTO DA COMISSÃO DE CORRETAGEM. RESPONSABILIDADE DO VENDEDOR. CLÁUSULA ABUSIVA. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DO ENCARGO. DEVOLUÇÃO. CABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0613004-17.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Raimunda Ruas dos Santos

Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)

Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)

Recorrido : Cetelem Brasil S/A - Crédito, Financiamento e Investimento

Advogado : Carlos Eduado Pereira Texeira (327026/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0613423-86.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ribamar Ferreira Gomes

Advogada : Caroline Guimarães do Valle (6412/AM)

Advogada : Girlene de Souza Portela (11013/AM)

Recorrido : INTELIG TELECOMUNICAÇÕE LTDA

Advogado : Alessandro Elísio Chalita de Souza (80590/RJ)

Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CANCELAMENTO DO SERVIÇO DE TELEFONIA POR SUPOSTO ESTADO DE INADIMPLÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS. RECLAMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. DESCASO. FALHA DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS. Resta incontroverso, da confrontação da narrativa aduzida pelas partes, que, de fato, houve o cancelamento dos serviços de telefonia sem a existência de qualquer causa subjacente legítima, na medida em que nenhum débito o autor possuía para com a empresa.Logo, houve defeito na prestação do serviço, porque o bloqueio ocorreu quando não havia motivo justo para tanto, e nem espeque contratual, em que pese estarem pagas, corretamente, todas as contas relativas ao serviço.É inequívoco que o cancelamento indevido do serviço de telefonia é motivo reconhecidamente causador de grandes consequências prejudiciais, de incontestáveis constrangimentos, quanto mais quando não é resolvido com a rapidez que necessariamente se espera.Não se trata de mero dissabor, inerente ao inadimplemento de um contrato. Há um abalo emocional negativo do consumidor provocado pela indisponibilidade do serviço contratado, sem margem para qualquer argumentação ou recurso seu.A suspensão do serviço promovido por iniciativa da ré, porquanto desprovidos de suporte normativo, qualificam-se como abuso de direito, e revelam a imperfeição dos serviços que fornece.Para o dano indenizável, basta a perturbação feita pelo ato ilícito nas relações psíquicas, na tranquilidade, nos sentimentos, nos afetos de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito. O dano moral independe de prova; sua existência é presumida, não se cogitando, pois, da comprovação do prejuízo, nem da intensidade do sofrimento experimentado pelo ofendido. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para condenar a ré ao pagamento de R$2.000,00 (dois mil reais), a título de dano moral, com juros e correção a partir desta data. Índices conforme Portaria 1855/2016 TJAM. Recurso conhecido e parcialmente provido. Deixo de condenar a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, da lei nº 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0613423-86.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0613528-14.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VRG Linhas Aéreas S/A

Advogado : Márcio Vinicius Costa Pereira (84367/RJ)

Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)

Recorrido : Francisco Holanda dos Santos

Advogada : Dayana de Menezes Azevedo

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO. EMISSÃO DE BILHETE AÉREO COM AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À CORRETA DATA PARA

PROCEDIMENTO DE CHECK-IN. DOCUMENTO DE FLS.19 QUE GERA DÚVIDAS QUANTO AO HORÁRIO DE APRESENTAÇÃO E EMBARQUE. SUSTENTA O RECORRENTE QUE O RECORRIDO NÃO APARECEU NO MOMENTO DO CHECK-IN, RAZÃO PELA QUAL INCIDIRIA EXCLUDENTE DE CULPA DA VÍTIMA. INCONTROVERSO QUE O AUTOR NÃO SE APRESENTOU NO DIA 17/08/2017 NÃO AEROPORTO. ENTRETANTO, O CERNE DA QUESTÃO ATRELA-SE À AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES SUFICIENTES POR PARTE DA FORNECEDORA DE SERVIÇOS, O QUE GEROU ENTENDIMENTO DIVERSO PELO RECORRIDO. CONFORME SE EXTRAI DO ITINERÁRIO DE VIAGEM (FLS. 19) TEM-SE QUE O VOO DE VOLTA OCORRERIA DIA 18/08, COM HORÁRIO DE EMBARQUE ÀS 23:30H. ENTRETANTO, A RECORRENTE AFIRMA QUE O EMBARQUE SERIA àS 20:30H DO DIA 17/08 E SOMENTE A PARTIDA ÀS 00:10 DO DIA 18/08. A DESPEITO DOS ARGUMENTOS ESPOSADOS, NÃO HÁ NENHUMA INFORMAÇÃO QUE PUDESSE ESCLARECER SUFICIENTEMENTE OS DADOS APRESENTADOS. POR ESTA RAZÃO, NÃO RESTOU CONFIGURADA A CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR, MAS SIM RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RECORRENTE PELOS DANOS CAUSADOS EM RAZÃO DA INFRINGÊNCIA AOS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR. CONDUTA, DANO E NEXO COMPROVADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. DANA MATERIAL VERIFICADO. RESTITUIÇÃO DEVIDA. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELO RECORRIDO. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU O RECORRIDO EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A PARTE OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM INCAPAZ DE GERAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 15% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0613528-14.2017.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0613707-45.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ely de Almeida Neves
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE/QUITAÇÃO, repetição de indébito e DANOS MORAIS. Contrato de empréstimo. ONEROSIDADE EXCESSIVA. DESCONTO DO VALOR MÍNIMO DA FATURA MENSAL. REFINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR TODO MÊS. SENTENÇA EXTINÇÃO. SEM NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. CÁLCULO SIMPLES. PROVAS NOS AUTOS SUFICIENTES PARA ANÁLISE DO MÉRITO. CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE REFORMA DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DOS PLEITOS INICIAIS. QUITAÇÃO. ACOLHIMENTO. NÃO SE TRATA DE MATÉRIA COMPLEXA. CÁLCULO SIMPLES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. QUITAÇÃO. VALOR INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM MODERAÇÃO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DESCONSTITUÍDA. MÉRITO ACOLHIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0613937-68.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Rodrigo Dias de Almeida (2518/AM)
Advogada : Angélica Maria Monteiro Duarte (2659/AM)
Recorrida : A. M. B.
Advogado : Wanderson Oliveira Freire Albertino

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA – RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO COM INDENIZAÇÃO – COBRANÇA DE DIVIDA NÃO CONTRATADA - PROCEDÊNCIA DA INEXIGIBILIDADE DO DEBITO - RECURSO IMPROVIDO - SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0614170-65.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Julius Cézar Reis Nobre
Advogado : Adalberto Pereira Nobre Filho (9140/AM)
Recorrido : Banco Santander S.a.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0614207-29.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Marcionilia Lima da Silva

Advogado : Rosângela Frota Magalhães (7980/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. MORAIS. VALORES COBRADOS EXCESSIVOs. CONTRATO E VALORES DIFERENCIADOs. MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0614905-69.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Telemar Norte Leste S/A

Advogado : Eladio Miranda Lima (86235/RJ)

Advogada : Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM)

Recorrido : MANOEL LOURENÇO MONTEIRO

Advogada : Dalva Rodrigues Barbosa (3692/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS DE TELEFONIA E INTERNET. PLANO OI VELOX. ACORDO JUDICIAL FIRMADO NO SENTIDO DE CANCELAR OS DÉBITOS HAVIDOS ATÉ NOVEMBRO DE 2015, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, BEM COMO CANCELAR O CONTRATO EM QUESTÃO (FLS. 14). SUSTENTA O RECORRENTE PREJUDICIAL DE MÉRITO POR COISA JULGADA, POIS O AUTOR JÁ PROPÔS AÇÃO EM FACE DA EMPRESA RÉ COM BASE NOS MESMOS FATOS E CAUSA DE PEDIR. A DESPEITO DE HAVER IDENTIDADE DE PARTES E A CAUSA DE PEDIR FUNDAR-SE EM COBRANÇAS INDEVIDAS, VERIFICO QUE O PEDIDO É DIVERSO, PORQUANTO O AUTOR CONTESTA FATURAS DE MESES POSTERIORES AO ACORDO E QUE NÃO FORAM INCLUÍDOS NA DEMANDA ANTERIOR (DEZEMBRO/2015 E JANEIRO/2016 – FLS. 15/16), BEM COMO A INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO EFETIVADA EM SETEMBRO/2016 (FLS. 19). HAVENDO, ENTÃO, DISTINÇÃO NOS ELEMENTOS DE CAUSA DE PEDIR E PEDIDO, INCABÍVEL O RECONHECIMENTO DA COISA JULGADA, POIS, EM VERDADE, NÃO HÁ IDENTIDADE DE AÇÕES. PREJUDICIAL REJEITADA. NO MÉRITO, SUSTENTA O RECORRENTE A REGULAR CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS, LEGITIMIDADE DA COBRANÇA E INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. A FIM DE EMBASAR SUA PRETENSÃO COLACIONA PRINTS DO SISTEMA INTERNO, ENTRETANTO, NÃO JUSTIFICA AS COBRANÇAS POSTERIORES AO CANCELAMENTO DO CONTRATO. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. QUANTO AO PEDIDO DE REFORMA, ENTENDO QUE NÃO MERECE GUARIDA, JÁ QUE EVIDENCIADA A CONDUTA ABUSIVA DO RECORRENTE. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO NÃO COMPROVADO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CONDUTA DA RECORRENTE QUE CAUSOU DANOS AO RECORRIDO. NEXO CONFIGURADO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO OU CULPA CONCORRENTE. INAFASTÁVAL A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO RECORRENTE (ARTIGO 14 DO CDC) PELOS DANOS CAUSADOS A PARTE AUTORA, SENDO CERTO QUE A INDEVIDA NEGATIVAÇÃO CREDITÍCIA, POR SI SÓ, GERA INEGAVELMENTE ABALO MORAL, CONSOANTE ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. O DANO MORAL, NESTES CASOS, É CONSIDERADO IN RE IPSA, DECORRENDO DO PRÓPRIO FATO, SEM NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO ESPECÍFICA. BEM A PROPÓSITO PRECEDENTE DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO QUAL SE DECIDIU QUE A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É PACÍFICA NO SENTIDO DE QUE O DANO MORAL DECORRE DO PRÓPRIO ATO LESIVO DE INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DA PROVA DO PREJUÍZO, DESDE QUE COMPROVADO O EVENTO DANOSO (STJ, 3ª TURMA, RESP Nº 768.153-SP, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, J. 25.09.2006, DJU 09.10.2006, P. 292). QUANTO À ALEGADA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO CONSUMIDOR (FLS. 129), SALIENTO QUE NO CASO DOS AUTOS NÃO SE DISCUTE A LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, MAS SIM A PRÓPRIA INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA NEGATIVADA, CUJA RESPONSABILIDADE É EXCLUSIVA DO RECORRENTE. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM MANTER O VALOR ARBITRADO EM PRIMEIRO GRAU. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0614905-69.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 28 de fevereiro de 2019.

Processo: 0615098-50.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Lucy Alves de Castro

Advogado : Leonardo Alvarenga Viana (6956/AM)

Recorrido : Banco Bmg S/A

Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0615205-94.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Rita Laura Ribeiro Duarte

Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)

Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A

Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0615363-86.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Anita Gloria de Seixas

Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Recorrido : Banco Itaú S/A
Advogado : Carlos Alberto Baião (1196A/RN)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA COBRANÇA DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS COBRADOS PELO RECORRENTE À LUZ DA CALCULADORA DO CIDADÃO DISPONIBILIZADA NO SÍTIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. SEGURO EMBUTIDO. CÁLCULO SIMPLES. ABUSIVIDADE DOS ENCARGOS FINANCEIROS COBRADOS EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM FIXADO COM PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA . RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0615506-75.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisco Lima Contreira
Advogado : Naira Carolina Picanço de Lima (6611/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0615621-62.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francilene Seixas da Silva de Carvalho
Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Rubens Gaspar Serra (119859/SP)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0615770-58.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Francisca Freire Salgado
Advogado : Emmanuel Sousa Viana (12409/AM)
Advogado : Ana Carolina Souza Cei (8348/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INEXISTÊNCIA E DANOS MORAIS. CONTRATO POR FRAUDE. COBRANÇAS RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LESÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0615927-65.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Lucas Itassucê Garrido Corrêa Meirelles
Advogada : Michele Freitas Correa (3348/AM)
Recorrido : VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado : Márcio Vinicius Costa Pereira (84367/RJ)
Soc. Advogados : Dias dos Santos Advogados (311/AM)
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS. VOO DE RETORNO CANCELADO POR "IMPEDIMENTOS OPERACIONAIS" (FLS. 22). REALOCAÇÃO EM VOO NO DIA SEGUINTE. ASSISTÊNCIA MATERIAL COM FORNECIMENTO DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL O RECORRENTE É DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, COMO BEM RESSALTADO NA SENTENÇA A QUO, DEIXOU DE COMPROVAR O FORNECIMENTO ADEQUADO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR; A OPÇÃO POR REALOCAÇÃO EM VOO DE OUTRA COMPANHIA; OU MESMO QUAIS SERIAM OS "IMPEDIMENTOS OPERACIONAIS" OU A "REESTRUTURAÇÃO DA MALHA AÉREA" QUE FORÇARAM O CANCELAMENTO DO VOO. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. DISTO, TEM-SE QUE, A DESPEITO DA VALOROSA FUNDAMENTAÇÃO TRAZIDA NA SENTENÇA RECORRIDA, OS DANOS DECORREM DA PRÓPRIA CONDUTA AUTORITÁRIA E ABUSIVA DA RECORRIDA EM SUBMETER O CONSUMIDOR AO ALVEDRIO DE SUAS DETERMINAÇÕES. ATO ILÍCITO CONFIGURADO. CONDUTA, DANO E NEXO VERIFICADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELO RECORRENTE. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU O RECORRENTE EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU

FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$2.000,00 (DOIS MIL REAIS) A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0615927-65.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0616731-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Wellane Cristina Lima Nunes
Advogada : Camila Jatahy Araujo (12602/AM)
Advogada : Francisca Núbia de Oliveira de Lima (4376/AM)
Advogado : João Bosco Sávio Oliveira de Lima (8622/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0616912-34.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Sergio de Souza Rodrigues
Advogado : Américo Valente Cavalcante Júnior (8540/AM)
Recorrido : Banco de Crédito e Varejo S.a (Antigo Banco Schahin)
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0617213-78.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Alexandre Matos dos Santos
Advogado : Vera Lucia Matos Falcão (3758/AM)
Advogada : Aline Neo Serra (9825/AM)
Recorrido : Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito
Advogado : Gilson Leandro Libório Gondim (8314/AM)
Advogado : Letícia Dias Ponce de Leão (9099/AM)
Recorrido : Banco Santander S.a.
Advogada : Indiana Cardoso Machado (10016/AM)
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Recorrido : Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Recorrido : Visa do Brasil Empreendimentos Ltda
Advogado : Carolina Neves do Patrocinio Nunes (249937/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. COMPRA NÃO AUTORIZADA. SAQUE EM CARTÃO DE CRÉDITO NÃO AUTORIZADO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA. QUANTO AO PLEITO DE MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS, A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. NO CASO CONCRETO, ENTENDO QUE HOUVE ACERTADO ARBITRAMENTO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. ADEMAIS, NÃO HOUVE MAIOR REPERCUSSÃO NA ESFERA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO RECORRENTE. VALOR ARBITRADO ADEQUADO AO CASO TRAZIDO À BAILA, VEZ QUE ATENTOU ÀS PECULIARIDADES DA CIRCUNSTÂNCIA, OBSERVOU OS FINS COMPENSATÓRIOS E PEDAGÓGICOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0617213-78.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0617350-89.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Gilmara Rocha de Oliveira
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0617512-55.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Thiago de Lima Fernandes
Advogado : Marcio Clebson da Silva Costa (10116/AM)
Recorrido : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737A/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE JUROS NÃO CONTRATADA. AUSÊNCIA DE PROVA. INIDONEIDADE PROBATÓRIA DA CALCULADORA CIDADÃO DO BACEN. COMPLEXIDADE. INCOMPETÊNCIA MANTIDA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE

CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.Em conformidade com orientação jurisprudencial do STJ, alinho-me no sentido de que o juros em contratos firmados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional não se sujeitam à limitação de 12% ao ano, mesmo quando ausente o percentual contratado, devendo ser aplicada à taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central.Não obstante, o fato de não estarem sujeitos à limitação dos juros praticados, não induz necessariamente a inocorrência de abusividade na cobrança praticada, que terá, como paradigma, a taxa média de mercado.Como se sabe, não são apenas os juros mensais que determinam o valor da parcela a ser paga, no cálculo incidem, também, as porcentagens referentes ao Custo Efetivo Total – CET e os juros anuais sobre o contrato.Nesse sentido, a Calculadora do Cidadão, ferramenta de internet disponibilizada no sítio eletrônico do Bacen, apresentada de forma isolada, não se presta a comprovar a cobrança de juros ao arrepio do contrato de financiamento firmado entre as partes litigantes, pois ela não leva em conta a capitalização mensal de juros, inexistindo campo para inserção do CET e dos juros anuais.A impugnação da cobrança de juros abusivos ou em percentual divergente daquele constante no contrato deve ser consistente, fincada em parâmetros, para ensejar até mesmo o cálculo feito pelo próprio Juiz. Não basta mera alegação, necessitando, in casu, a realização de perícia para apurar a suposta abusividade da cobrança.Recurso conhecido e não provido. Incompetência mantida. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0617512-55.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0617540-86.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Casillero Bar e Restaurante Eireli-me
Advogado : Juan Pablo Ferreira Gomes (7716/AM)
Recorrido : Norte Editora LTDA - ME (JORNAL AMAZONAS EM TEMPO)
Advogado : Francisco André Cardoso de Araújo (1159A/AM)
Advogado : Beatriz Batista dos Santos (295353/SP)
Advogado : Beatriz Batista dos Santos (1153A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO CIVIL. VINCULAÇÃO DE NOTÍCIA INVERÍDICA (FLS. 29/30). NOTA DE ESCLARECIMENTO PUBLICADA COM A VERSÃO DO RECORRENTE DOIS DIAS DEPOIS (FLS. 62). A SÚMULA 227 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DISPÕE: A PESSOA JURÍDICA PODE SOFRER DANO MORAL. CONTUDO, EM SE TRATANDO DE PESSOAS JURÍDICAS, A EXTENSÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NÃO É AMPLA E IRRESTRITA, COMO, EM VERDADE, DECORRE DA PRÓPRIA DICÇÃO LEGAL DO CÓDIGO CIVIL EM SEU ARTIGO 52 (APLICA-SE ÀS PESSOAS JURÍDICAS, NO QUE COUBER, A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE). NESSE CONTEXTO, OS DIREITOS DA PERSONALIDADE SÃO IMANENTES À PESSOA HUMANA, PODENDO SER EM CERTAS SITUAÇÕES EXTENSÍVEIS ÀS PESSOAS JURÍDICAS, MAS NUNCA AQUELES DIREITOS CUJA PRÓPRIA EXISTÊNCIA ESTEJA DIRETA E INDISSOCIAVELMENTE LIGADA À PERSONALIDADE HUMANA. AQUELES DANOS QUE PODEM SER CAUSADOS EXCLUSIVAMENTE À HONRA SUBJETIVA NÃO PODEM SER EXPERIMENTADOS PELA PESSOA JURÍDICA, TAIS COMO, ANGÚSTIA, DOR, SOFRIMENTO, ABALOS PSÍQUICOS, DIGNIDADE, HUMILHAÇÃO, AUTOESTIMA, DESESTABILIDADE EMOCIONAL, DESCONFORTO ETC. ISTO PORQUE, A PESSOA JURÍDICA NÃO É TITULAR DE CORPO OU PSIQUISMO, NÃO SENDO CAPAZ, PORTANTO, DE EXPERIMENTAR DOR OU EMOÇÃO (SOFRIMENTO FÍSICO OU SOFRIMENTO PSÍQUICO OU EMOCIONAL). ESSA DISTINÇÃO ENTRE HONRA SUBJETIVA E HONRA OBJETIVA PARA FINS DE INDENIZABILIDADE DE DANO MORAL DA PESSOA JURÍDICA JÁ FOI FEITA EM PARADIGMÁTICO ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DA RELATORIA DO MINISTRO RUY ROSADO DE AGUIAR. STJ, 4.ª T., REsp 60.033-2-MG, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. 9.8.1995, DJ 27.11.1995, verbis: “Quando se trata de pessoa jurídica, o tema da ofensa à honra propõe uma distinção inicial: a honra subjetiva, inerente à pessoa física, que está no psiquismo de cada um e pode ser ofendida com atos que atinjam a sua dignidade, respeito próprio, auto-estima, etc., causadores de dor, humilhação, vexame; a honra objetiva, externa ao sujeito, que consiste no respeito, admiração, apreço, consideração que os outros dispensam à pessoa. Por isso se diz ser a injúria um ataque à honra subjetiva, à dignidade da pessoa, enquanto que a difamação é ofensa à reputação que o ofendido goza no âmbito social onde vive. A pessoa jurídica, criação da ordem legal, não tem capacidade de sentir emoção e dor, estando por isso desprovida de honra subjetiva e imune à injúria. Pode padecer, porém, de ataque à honra objetiva, pois goza de uma reputação junto a terceiros, passível de fi car abalada por atos que afetam o seu bom nome no mundo civil ou comercial onde atua”. ESSA É A RAZÃO PELA A QUAL A DOUTRINA PROCLAMA QUE, NESSA TEMÁTICA, INDENIZA-SE O DANO MORAL EM FUNÇÃO DO ATENTADO À HONRA OBJETIVA DA PESSOA JURÍDICA (SEU BOM NOME, REPUTAÇÃO OU IMAGEM), É DIZER, SOMENTE PODE SOFRER ABALO AO CONCEITO PÚBLICO QUE PROJETA NA SOCIEDADE, UMA VEZ QUE ELA NÃO POSSUI HONRA SUBJETIVA. NO CASO EM COMENTO, VERIFICO QUE APÓS A RECORRIDA SER NOTIFICADA DA VERSÃO DOS FATOS PELO RECORRENTE, PROCEDEU À DEVIDA PUBLICAÇÃO DE NOTA DE ESCLARECIMENTO (FLS. 62), INFORMANDO QUE NÃO OCORREU A NOTICIADA OCORRÊNCIA POLICIAL NO ESTABELECIMENTO. NÃO HÁ, PORTANTO, TENDO EM VISTA AS CIRCUNSTÂNCIAS CONSTATADAS, COMO SE AFIRMAR QUE HÁ NEXO CAUSAL ENTRE A VEICULAÇÃO DA NOTA E A CONSEQUÊNCIA JURÍDICA ALEGADA (DANO MORAL). MENOS AINDA, CONCLUIR QUE, PELA QUEDA DE FATURAMENTO, A LESÃO EXTRAPATRIMONIAL SERIA PRESUMIDA. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0617540-86.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0617761-69.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Edson Barros dos Santos
Advogado : Vera Lúcia Johnson de Assis (2904/AM)
Advogado : Waldemir Roggerio Johnson Mota (12538/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Antonio Braz da Silva (1026A/AM)
Advogado : Antonio Braz da Silva
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. SEGURO DE VIDA. ACIDENTE DE TRÂNSITO QUE RESULTOU NA INVALIDEZ DO RECORRENTE. SUSTENTA O RECORRENTE QUE AO PEDIR O RESGATE DO SEGURO, TEVE A COBERTURA NEGADA PELA RECORRIDA. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES

OS PEDIDOS AUTORAIS POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO INDEFERIMENTO. CUMPRE SALIENTAR QUE A DESPEITO DA RELAÇÃO DE CONSUMO, INCUMBE AO AUTOR A PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, OU O MENOS A VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES, A FIM DE QUE INVERTA-SE O ÔNUS DA PROVA. NO CASO CONCRETO A AUTORA NÃO TRAZ QUALQUER INDÍCIO DE QUE A SOLICITAÇÃO DA COBERTURA FOI NEGADA. CASO NÃO HAJA O MÍNIMO DE VEROSIMILHANÇA NA POSTULAÇÃO DA RECORRENTE, NÃO SERÁ A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE LHE CONFERIRÁ A PLAUSIBILIDADE QUE NÃO POSSUI. COM ISSO, QUER-SE DIZER QUE A INVERSÃO NÃO SIGNIFICA AUTOMÁTICA VITÓRIA DO AUTOR NA CAUSA, POIS OS FATOS PODEM NÃO SE SUBSUMIR À REGRA DE DIREITO INVOCADA. OCORRE QUE NÃO HÁ PROVA DOS AUTOS DA SOLICITAÇÃO DO PRÊMIO, NEM MESMO A RESPOSTA NEGATIVA POR PARTE DA SEGURADORA, ÔNUS QUE INCUMBIA À PARTE AUTORA, EM RAZÃO DE SE TRATAR DE FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. PELA AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À NEGATIVA, A SENTENÇA MERECE SER CONFIRMADA EM SEUS INTEGRAIS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA, SUSPENSA A EXIGIBILIDADE VEZ QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 55, LEI 9.099/95 E ART. 98 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0617761-69.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0618491-46.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VRG Linhas Aéreas S/A
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Recorrida : PAULLETTE DE OLIVEIRA CATUNDA
Advogado : Roger Marques Mendes (9516/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – DIREITO DO CONSUMIDOR – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO – ATRASO DE VOO – PERDA DE CONEXÃO - PERDA DE COMPROMISSO/ DIÁRIA – DANOS COMPROVADOS - APLICAÇÃO DO CDC – JURISPRUDÊNCIA STJ – DANO MORAL CARACTERIZADO – MANUTENÇÃO DO VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DENTRO DA ESFERA DO RAZOÁVEL E DO PROPORCIONAL – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Houve atraso de voo, ocasionando perda de conexão, impossibilitando que a parte autora, ora recorrida, chegasse ao seu compromisso, bem como resultando em perda de diária de hotel, dentre outros. Pedidos indenizatórios na exordial. Sentença do juízo a quo condenando o requerido, ora recorrente, a pagar R$ 5.000,00 a título de dano moral e R$ 224,50 de dano material.2. Acerca da responsabilidade da parte ré/fornecedor incide in casu o art.20, do CDC, segundo o qual o fornecedor de serviço responde pelos “vícios de qualidade”, levando-se em consideração como circunstância relevante, que o mesmo se tornou impróprio ao fim a que se destinava, devido aos defeitos apresentados. Essa responsabilidade é objetiva, e solidária dos fornecedores de produto e serviços lançados no mercado de consumo, cabendo ao reclamante provar o dano, a conduta e o nexo causal. se dizer, segundo posicionamento do ilustre mestre, Des. Sérgio Cavalieri Filho, que o Código esposou: A teoria do risco do empreendimento, segundo a qual, todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no mercado de consumo tem o dever de responder pelos eventuais vícios ou defeitos dos bens e serviços fornecidos, independentemente de culpa. Este dever é imanente ao dever de obediência às normas técnicas e de segurança, bem como aos critérios de lealdade, quer perante os bens e serviços ofertados, quer perante os destinatários dessas ofertas. A responsabilidade decorre do simples fato de dispor-se alguém a realizar atividade de produzir, estocar, distribuir e comercializar produtos ou executar determinados serviços. O fornecedor passa a ser o garante dos produtos e serviços que oferece no mercado de consumo, respondendo pela qualidade e segurança dos mesmos.3. No campo dos fatos, não obstante a parte ré ter realocado a parte autora em outro voo, essa prestação de serviço fora falha, eis que culminou em danos à parte autora. Dessa feita, pode-se dessumir que os serviços prestados pela parte ré não foram adequados, tendo em vista a demora para que a parte autora chegasse ao seu destino.4. O dano in casu é evidente pelo atraso do voo, sendo esse o ato ilícito, que resultou em perda do compromisso da recorrida, bem como danos matérias (diárias de aluguel e hotel). Acerca do assunto não é outra a posição do STJ, como soa no seguinte julgado: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DERECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO DE PESSOAS. FALHA DO SERVIÇO. ATRASO EM VÔO. PERDA DE CONEXÃO. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. SÚMULA 7 /STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O dano moral decorrente de atraso de vôo opera-se in re ipsa. O desconforto, a aflição e os transtornos suportados pelo passageiro não precisam ser provados, na medida em que derivam do próprio fato. 2. O entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de reparação por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação revelar-se irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Desse modo, não se mostra exagerada a fixação, pelo Tribunal a quo, (...) em virtude dos danos sofridos por ocasião da utilização dos serviços da agravante, motivo pelo qual não se justifica a excepcional intervenção desta Corte no presente feito, como bem consignado na decisão agravada. 3. A revisão do julgado, conforme pretendido, encontra óbice na Súmula 7/STJ, por demandar o vedado revolvimento de matéria fático-probatória. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO AgRg no Ag 1306693 RJ 2010/0085321-0 (STJ)) grifei5. Com relação ao valor do quantum, observo que o montante relativo à indenização por danos morais é determinado de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, sendo revisto por este relator somente quando se tratar de valores ínfimos ou excessivos, isto é, quando não se observa os critérios da proporcionalidade e razoabilidade. Portanto, entendo que o quantum estipulado na sentença do juízo a quo é proporcional e razoável, pelo que o mantenho.6. Diante disto, CONHEÇO DO RECURSO, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantenho a sentença atacada e me sirvo dos seus fundamentos para exarar esta súmula de julgamento como acórdão (art. 46 da Lei 9.099/95). Condena-se, por fim, o recorrente ao pagamento de custas e honorários no percentual de 20% sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei nº 9.099/95). . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0618506-49.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Paulo Djair Brasil de Lima
Advogada : Paula Augusta Carvalho de Lima (6313/AM)
Recorrido : Gonder Incorporadora Ltda
Advogado : Fábio Rivelli (1119A/AM)
Recorrido : Aliança Incorporadora Ltda
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Recorrido : Pdg Construtora e Incorporadora
Advogado : Fábio Rivelli (1119A/AM)
Advogado : Fabio Rivelli (297608/SP)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. IMÓVEL QUITADO PELO ADQUIRENTE. BAIXA DA HIPOTECA NÃO EFETIVADA. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS. RECURSO DA PARTE AUTORA SOMENTE QUANTO AO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. NO CASO EM COMENTO, RESTOU CARACTERIZADA A RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA DAS PARTES RECORRIDAS NO QUE TANGE À NÃO EFETIVAÇÃO DA BAIXA DA HIPOTECA QUE GRAVAVA O IMÓVEL DO AUTOR, DEVIDAMENTE QUITADO. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELO RECORRENTE. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU O RECORRENTE EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER.A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR O MONTANTE DE R$12.000,00 (DOZE MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS, COM JUROS A CONTAR DA CITAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DESTA DATA. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. MANTIDOS OS DEMAIS TERMOS DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0618506-49.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0618566-22.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Salete Pinto de Carvalho
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogada : Maria P. Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS – DIREITO DO CONSUMIDOR – RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO SERVIÇO (ART. 20, DO CDC) – SERVIÇO INADEQUADO - COBRANÇA DE SEGURO – RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA - PRAZO INDETERMINADO – DESCUMPRIMENTO DE CLAUSULA – FALTA DE PEDIDO EXPRESSO PARA RENOVACAO – DANO MORAL CONFIGURADO – PROCEDÊNCIA PARCIAL DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0619063-36.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Antonio Raimundo Gomes Alves
Advogado : Aldinei Fernandes de Azevedo (10642/AM)
Recorrido : Adriana Herr - Me
Advogado : Ana Helena Ferreira Sampaio (2836/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO CIVIL. SUSTENTA O RECORRENTE QUE FOI OFENDIDO COM PALAVRAS COMO “VAGABUNDO E MARGINAL” PELO PROPRIETÁRIO DA EMPRESA RECORRIDA. ADUZ O RECORRENTE A SUSPEIÇÃO DA TESTEMUNHA TRAZIDA PELO RECORRIDO, EM FUNÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO, POR SUPOSTO INTERESSE NO LITÍGIO. SALIENTO QUE O DEPOENTE IMPUGNADO FORA OUVIDO COMO INFORMANTE, E NÃO COMO TESTEMUNHA. É CERTO QUE NÃO SE PODE, EM PRINCÍPIO, AFASTAR A VALIDADE, COMO PROVA, DO DEPOIMENTO PRESTADO NA CONDIÇÃO DE INFORMANTE, SOBRETUDO NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS, EM QUE O JUIZ TEM AMPLA LIBERDADE NA PRODUÇÃO E APRECIAÇÃO DAS PROVAS (ART. 5º DA LEI 9.099 /95). NESSA HIPÓTESE, O MAGISTRADO NÃO TOMARÁ O COMPROMISSO LEGAL, MAS ATRIBUIRÁ AO DEPOIMENTO O VALOR QUE POSSA MERECER (ART. 447 , § 4º E 5º, DO CPC/2015). LOGO, SE AS DECLARAÇÕES PRESTADAS PELO INFORMANTE MOSTRAM-SE VEROSSÍMEIS E ESSENCIAIS À RESOLUÇÃO DA LIDE, CORRETA A DECISÃO DE CONSIDERÁ- LAS COMO ELEMENTO DE CONVICÇÃO DO MAGISTRADO, NÃO HAVENDO FALAR EM ERRO NA VALORAÇÃO DAS PROVAS. QUANTO À ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE CRIME DE CALÚNIA, SALIENTO QUE TAL FATO DEVE SER EVENTUALMENTE ANALISADO NA ESFERA CRIMINAL, CASO O RECORRENTE TENHA APRESENTADO QUEIXA-CRIME, PELO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS. POR TODO O EXPOSTO, CONFIRMO O ENTENDIMENTO FIRMADO PELA MAGISTRADA DE PRIMEIRO GRAU, NO QUE TANGE À OCORRÊNCIA DE MÚTUAS OFENSAS. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. VENCIDO O RECORRENTE, CABE CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 10% DO VALOR DA CAUSA DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS MOLDES DO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0619063-36.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0619410-35.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amanda Costa Pereira
Advogado : Cidiney Rodrigues Ferreira (46521/BA)
Recorrido : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0619713-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Supermercados DB Ltda.

Advogado : Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (2167/AM)

Advogado : Luciana Velasco Vasconcellos (4972/AM)

Recorrido : Francisco de Assis de A. Simas

Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – RESPONSABILIDADE CIVIL – VÍCIO DE QUALIDADE DE SERVIÇO – FURTO DE VEÍCULO EM ESTACIONAMENTO DE FORNECEDOR DE SERVIÇO – DANO MORAL CONFIGURADO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0620762-62.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Jose Miranda Chaves

Advogado : Pablo de Paula Lima (9482/AM)

Advogado : Alexandre Gomes Ribeiro

Recorrido : Dentista Cuidando do Sorriso do Brasil S/s Ltda

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA NÃO ENTREGUE PELA FORNECEDORA. PAGAMENTO EM CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DO RÉU EM AUDIÊNCIA. CONTESTAÇÃO NÃO APRESENTADA. REVELIA DECRETADA. SENTENÇA A QUO QUE CONDENOU A REQUERIDA AO PAGAMENTO DOS DANOS MATERIAIS. RECURSO QUANTO AOS DANOS MORAIS. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRENTE É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/ SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, O RÉU QUEDOU-SE REVEL, INCIDINDO OS EFEITOS DA REVELIA QUANTO À PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS. NO CASO EM COMENTO, VERIFICO QUE O PRODUTO PAGO E NÃO ENTREGUE TRATAVA-SE DE PRÓTESE DENTÁRIA, ESSENCIAL À SAÚDE E BEM ESTAR DA RECORRENTE. DESTA FORMA, A LIDE DEVE SER RESOLVIDA PELA APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC, POIS O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DESTA RESPONSABILIDADE VÊM INDICADAS NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 3º, QUANDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS PROVAR QUE O DEFEITO INEXISTE OU, ENTÃO, QUE OS DANOS DECORRERAM DE CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO, O QUE NÃO SE DEMONSTROU NO CASO DOS AUTOS. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA E JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO VÁLIDA. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0620762-62.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0620889-97.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Joao Paulo da Silva Magalhaes

Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)

Recorrido : Banco Pan S/A

Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REVELIA DECRETADA. SERVIÇOS BANCÁRIOS. SUSTENTA O RECORRENTE QUE SOFREU DIVERSOS DESCONTOS EM SEU CONTRACHEQUE COM OS QUAIS NÃO ANUIU. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. A RELAÇÃO JURÍDICA EM EXAME É DE CONSUMO, UMA VEZ QUE, EM FUNÇÃO DA NORMA DO ART. 17 DO CDC, O AUTOR É CONSIDERADO CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO POR TER SIDO VÍTIMA DE ACIDENTE DE CONSUMO ANTE OS DESCONTOS EM CONTRACHEQUE, NÃO OBSTANTE A AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA COM O FORNECEDOR DE SERVIÇOS, ESTANDO LEGALMENTE PROTEGIDA PELAS NORMAS SOBRE RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELO FATO DO SERVIÇO PRESENTES NO DIPLOMA CONSUMERISTA. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. ADEMAIS, NO CASO, NÃO HÁ IMPOSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA PELA PARTE REQUERIDA, CONQUANTO BASTARIA COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DE QUE OS VALORES PELOS QUAIS HOUVE DESCONTO FORAM EFETIVAMENTE CONTRATADOS. CONTRATO NÃO JUNTADO AOS AUTOS. NO MÉRITO, A PARTE REQUERIDA

NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO DO AUTOR (ART. 333, II, CPC), RAZÃO PELA QUAL MERECE TUTELA O PLEITO DO RECORRENTE. NÃO HÁ COMO SE COGITAR NA ESPÉCIE, A INCIDÊNCIA DA TEORIA DO VENIRE CONTRA FACTUM PROPRUIM, PORQUANTO O RECORRIDO DESCONTA PARCELAS DE SUPOSTO EMPRÉSTIMO QUE ALÉM DE NÃO CONTRATADO, NÃO HOUVE DEPÓSITO EM FAVOR DO RECORRENTE, DE FORMA QUE SEQUER SE PODERIA INDUZIR A OCORRÊNCIA DE ACEITAÇÃO TÁCITA. DESCONTOS INDEVIDOS. CONDUTA, DANO E NEXO VERIFICADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 42, CDC. DANO MATERIAL FIXADO EM R$10.422,72 (DEZ MIL, QUATROCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), JÁ CONSIDERADO O DOBRO, COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DO EFETIVO PREJUÍZO. DIANTE DA RETENÇÃO ABUSIVA DE VERBA ALIMENTAR DO RECORRIDO, ENTENDO CONFIGURADO O DANO MORAL. NESSE CASO, NÃO CONSISTE EM MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO A SITUAÇÃO ENFRENTADA PELO RECORRENTE. É IMPERIOSO RECONHECER QUE HÁ UM SENTIMENTO NEGATIVO DECORRENTE DE ATO INJUSTO DE OUTREM QUE ATINGIU O RECORRENTE EM SEU ÍNTIMO, O QUE CONFIGURA A EXISTÊNCIA DO DANO MORAL. A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, POR AFETAR OS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE DO OFENDIDO, MACULANDO-A NO QUE LHE É MAIS CARO, SE APERFEIÇOA COM A SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO QUE SE CONSUBSTANCIA NO SEU FATO GERADOR, INDEPENDENTEMENTE DA IRRADIAÇÃO DE QUAISQUER EFEITOS MATERIAIS, AFETANDO O LESADO, ENSEJANDO SUA CONTEMPLAÇÃO COM UM LENITIVO PECUNIÁRIO DESTINADO A COMPENSÁ-LO PELAS OFENSAS INTRÍNSECAS QUE SOFRERA E SANCIONAR A OFENSORA PELO ILÍCITO QUE PRATICARA. A NATUREZA PEDAGÓGICA CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER COM QUE O AGRESSOR MUNA-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DE MODO A EVITAR QUE SITUAÇÕES SEMELHANTES TORNEM A ACONTECER. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$5.000,00 (CINCO MIL REAIS) A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0620889-97.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0621010-28.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : VIVO S.A.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Rebeca Beatriz Silva Sousa
Advogada : Rebeca Beatriz Silva Sousa (12219/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TELEFONIA MÓVEL. COBRANÇA DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS (COMBO DIGITAL-KANTOO, VIVOGOREAD, NBA). DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO. DANO MATERIAL E MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Ausência de prova acerca da contratação dos serviços impugnados, os quais culminaram em fatura exorbitante, e que, associada à verossimilhança da insurgência do consumidor e à sua hipossuficiência, autorizam a conclusão da ausência de escorreita informação no tocante, gerando o dever de desconstituir as cobranças a tal título. Caracterizada a cobrança indevida, pela empresa de telefonia, de valores relativos a serviços não contratados, deve ser reconhecida a irregularidade de sua conduta, ensejando a sua condenação ao ressarcimento dos prejuízos extrapatrimoniais suportados pela autora.A reparação por danos morais deve proporcionar a justa satisfação à vítima e, em contrapartida, impor ao infrator impacto financeiro, a fim de dissuadi-lo da prática de novo ilícito, porém de modo que não signifique enriquecimento sem causa do ofendido. No caso concreto, a verba indenizatória fixada em R$ 3.000,00 se aparenta proporcional ao malefício experimentado pelo autor. Recurso não provido. Sentença mantida. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0621010-28.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0621179-15.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria das Graças Moreira Paiva
Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Antonio Braz da Silva
Recorrido : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : Antonio Braz da Silva (1026A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. COBRANÇA INDEVIDA DE TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO EM CONTA CORRENTE. NÃO CONTRATAÇÃO. SENTENÇA A QUO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA. RECURSO APENAS QUANTO AOS DANOS MORAIS. INCONTESTÁVEL A OCORRÊNCIA DE FALHA DO SERVIÇO QUE CONSISTIU NA APROPRIAÇÃO DE R$514,24 DA CONTA CORRENTE DA RECORRENTE, MONTANTE CONSIDERÁVEL QUE INTERFERE NA PRÓPRIA ECONOMIA FAMILIAR DA CONSUMIDORA. NESSE SENTIR, DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DAS FORNECEDORAS EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. CONDUTA, DANO E NEXO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA AO JUIZ, DEVENDO O SEU ARBITRAMENTO OPERAR-SE COM RAZOABILIDADE, PROPORCIONALMENTE AO GRAU DE CULPA, AO NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DA PARTE OFENDIDA, O PORTE DO OFENSOR E, AINDA, LEVANDO-SE EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, SEM OLVIDAR A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. COM FINCAS EM TAIS RAZÕES, HEI POR BEM FIXAR A QUANTIA DE R$2.000,00 (DOIS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS COM JUROS E CORREÇÃO A PARTIR DESTA DATA. ÍNDICES CONFORME PORTARIA 1855/2016 TJAM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0621179-15.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0621476-22.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Sandra Regina Maia da Silva
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0623051-65.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Waldocy Teixeira Junior
Advogada : Gizelly Carreiro de Aquino Soares (9173/AM)
Recorrido : Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex
Advogado : Erik Franklin Bezerra (15978/DF)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA – PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DE QUANTIAS PAGAS VALOR DA CAUSA É RELATIVO AO CONTRATO – VALOR EXCEDE AO DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS – SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR EXTINTA A AÇÃO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. Acordam os Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal do Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0624385-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Recorrente : C&a Modas Ltda (Amazonas Shopping)
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Recorrido : Domingos Sávio da Silva Oliveira
Advogada : Maria do Carmo Lima da Silva (11098/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0628518-67.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Advogada : Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (2342/AM)
Recorrida : Antonia Maria de Souza Mota
Advogado : Leonardo Alvarenga Viana (6956/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. PACTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS RENOVAÇÕES. DESRESPEITO AO CARÁTER DA TEMPORALIDADE, EXCEPCIONALIDADE E AO CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO PACTO. DIREITO AO FGTS. PRECEDENTES STJ E STF. RECURSO DESPROVIDO. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito que compõem a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO o recurso, nos termos do voto do Relator.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 0629115-02.2018.8.04.0001 - Correição Parcial Ou Reclamação Correicional, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Advogado : Isabella Peres Russo (3198/AM)
Advogado : Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO)
Recorrido : Shales Mota de Moraes
Advogado : Ramon Michael Chaves Pesqueira (10594/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Roberto Hermidas de Aragão Filho. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FAZENDA PÚBLICA. POLICIAL MILITAR ESTADUAL. CURSOS DE FORMAÇÃO QUE NÃO FORAM OFERECIDOS PELO PODER PÚBLICO. NÃO COMPROVAÇÃO DA AUSÊNCIA DE VAGAS. OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE REQUISITOS DO RECORRIDO. INOCORRÊNCIA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES PARA PROMOÇÃO. INÉRCIA DO ESTADO QUE NÃO SE PRESTA A JUSTIFICAR O PREJUÍZO NA ASCENSÃO DO RECORRIDO. ADEMAIS, O EMINENTE MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU ANALISOU TODOS OS DOCUMENTOS COLACIONADOS E CONSTATOU QUE O RECORRIDO COMPROVOU DOCUMENTALMENTE PREENCHER OS REQUISITOS EXIGIDOS NA LEI PARA PARTICIPAÇÃO DO RECORRIDO NOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO, E, PELA INÉRCIA ESTATAL, FAZ JUS À PROMOÇÃO RETROATIVA AO TEMPO DEVIDO, INEXISTINDO MOTIVOS IDÔNEOS A OBSTAR A PRETENSÃO DO RECORRIDO. INEGÁVEL, PORTANTO, QUE A PROMOÇÃO DEVE SER CONSUMADA NO MOMENTO EM QUE OS REQUISITOS FORAM ATINGIDOS, FAZENDO JUS O RECORRIDO AO EFEITO RETROATIVO, DECORRENTE DA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DA PROMOÇÃO, INCLUSIVE EM FUNÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, UMA VEZ QUE ESTE É O PRINCÍPIO QUE DEVE NORTEAR OS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. POR FIM, NÃO HÁ SE FALAR EM EXIGÊNCIA DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTO DE TAIS VERBAS. É QUE O RECONHECIMENTO DO DIREITO DO MILITAR EM PERCEBER REMUNERAÇÃO E VANTAGENS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO EM LEI NÃO IMPLICA NEM EM CRIAÇÃO E NEM EM AUMENTO DE GASTO COM PESSOAL E, NESSE SENTIDO, NÃO VIOLA A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL QUE PRESUME QUE OS GASTOS ATUAIS DO ENTE PÚBLICO JÁ ESTEJAM OBEDECENDO À LEI QUE OS INSTITUIU. DESTA FORMA, CONSTATE-SE QUE SENTENÇA IMPUGNADA FORA BEM LANÇADA E REVELA-SE EM CONFORMIDADE COM OS DITAMES LEGAIS INEXISTINDO RAZÃO PARA REFORMA-LA DEVENDO SER MANTIDA EM SUA INTEGRALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. A SÚMULA DO JULGAMENTO SERVIRÁ COMO ACÓRDÃO NA FORMA DO ART. 46 DA LEI Nº 9.099/1995. VENCIDO O RECORRENTE CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS, ESTES ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CAUSA DEVIDAMENTE ATUALIZADA, NOS TERMOS DO ART. 85, §3º E 4°, CPC. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Correição Parcial Ou Reclamação Correicional nº 0629115-02.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Processo: 4000029-67.2017.8.04.9000 - Mandado de Segurança, de Vara de Origem do Processo Não informado.
Impetrante : Marcus Vinicius Bergo Coelho
Impetrado : Marcelo Manuesl da Costa Vieira
ListPassiv : LUIZA DE MARILAC PAULA DA SILVA
Advogado : Luiz Serudo Martins Neto (3762/AM)
Advogado : Paulo Rodrigues de Arruda (2685/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO/CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. QUESTÃO ENFRENTADA E DECIDIDA COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. MENÇÃO EXPRESSA DOS ARTIGOS DE LEI E SUAS INTERPRETAÇÕES. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. MERO INCONFORMISMO COM O ENTENDIMENTO ADOTADO. DESNECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO. ACÓRDÃO MANTIDO. EMBARGOS REJEITADOS. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NO MÉRITO REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 18 de julho de 2018.

Manaus, 14 de março de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 3ª Turma Recursal

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0606816-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Wellington Aguiar de Souza - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

ADV: BRUNO MACHADO DE LIMA (OAB 12597/AM), ADV: FLORENCIO SOARES JUNIOR (OAB 11807/MA), ADV: LIDIANE DE SOUZA SOARES (OAB 12067/AM), ADV: MARIANA GOUVÊA LESSA (OAB 11018/AM) - Processo 0611212-43.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fúlvio de Mattos Moraes - REQUERIDO: Vip - Gestão e Logística Ltda. - De ordem, dou ciência à parte interessada do Alvará da parte autora já levantados nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência do valor Remanescente. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0620521-88.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gilberto de Souza Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do levantamento do Alvará pela parte Requerente, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência do valor Remanescente. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0623872-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otavio Severino - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Bradesco S.a. - Banco Bradesco S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência

Bruno Machado de Lima (OAB 12597/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Florencio Soares Junior (OAB 11807/MA)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Lidiane de Souza Soares (OAB 12067/AM)
Mariana Gouvêa Lessa (OAB 11018/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM) - Processo 0604922-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Eloita Maria dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/05/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM) - Processo 0601106-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Cynthia dos Santos da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/06/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0601555-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Auxiliadora dos Santos Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0601559-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Maria da Silva Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0601563-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ruserley Nascimento da Silva e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0601566-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Auxiliadora dos Santos Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM), ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM) - Processo 0601571-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria José Arruda Ferreira dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0601572-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Nagila Marilia Ramos de Farias Albuquerque - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no

Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0601584-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jedson Jander da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM) - Processo 0601593-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Muniz Leal - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0601601-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Naidiana Nunes Peixoto - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0601604-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Igor Alves da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch

Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0601643-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Caiu Augusto do Nascimento Fernandes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0601643-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Caiu Augusto do Nascimento Fernandes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601656-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Ensino Sementinha do Futuro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou

defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601673-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ronaldo Paiva Santana - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601675-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ronaldo Paiva Santana - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0601676-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ronaldo Paiva Santana - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o

termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0601682-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: R. Inacio Pereira da Silva e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601686-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Ensino Sementinha do Futuro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601689-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Ensino Sementinha do Futuro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais,

bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0601697-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ducleia Izidoro dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0601699-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleice Neves Braga - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/07/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0045/2019

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM) - Processo 0603372-16.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adalberto Pereira Nobre - DECISÃO Considerando que restaram infrutíferas as tentativas de bloqueio eletrônico para efetivar a execução forçada, tendo a parte Exequente se manifestado pela continuidade da execução, passo a decidir. Entendo para o presente caso ser mais frutífera a penhora de crédito que o executado tenha com terceiro, pelo que DETERMINO a EXPEDIÇÃO de Mandado de Intimação, Penhora e Avaliação a fim de que o Sr. Meirinho se dirija, por ora, no endereço do terceiro SINETRAM - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE MANAUS, localizada na Av. Constantino Nery, 503 - Centro, Manaus - AM, 69010-160, e, lá estando, PROCEDA com as INTIMAÇÕES deste terceiro para que não pague ao executado eventual crédito que tenham com ele (art. 855, I, CPC). Em ato contínuo, PENHORE-SE e AVALIE-SE a existência de tais créditos, certificando a existência desses valores e suas naturezas, ainda observando ao terceiro

que será ele o depositário do eventual crédito existente e que se exonerará da obrigação se depositar o crédito em juízo, em conformidade com o art. 856, II, do CPC. Após, existindo crédito do executado, PROCEDA-SE com a expedição de INTIMAÇÃO para o terceiro indicado faça o depósito do valor. Caso seja mais viável, PROCEDA-SE com a expedição de Ofício ao terceiro SINETRAM - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE MANAUS para que faça o depósito da quantia devida pela parte executada como penhora de crédito desta, nos termos do art. 855 do NCPC. Cumpra-se.

Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CELSO ANTUNES DA SILVEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO RODRIGO DOS SANTOS RESENDE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0200554-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Cíntia da Gama Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada no dia 01.04.2019, na sala de conciliação neste Juizado Especial Cível. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: YNGRID VENTILARI DE FIGUEIREDO BEZERRA (OAB 4658/AM) - Processo 0200775-37.2019.8.04.0015 (processo principal 0604165-81.2018.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rodrigo Nunes Levintal - Areta de Souza Melo - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ MANUEL MARQUES CANDIA (OAB 7116B/MS) - Processo 0202362-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: DWG ASSESSORIA - Por isso, reconhecendo a ilegitimidade passiva da parte apontada como ré, RESOLVO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VI e § 3º, do CPC/2015. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da L. 9.099/95). Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos oportunamente.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE STÁBILE (OAB 251594/SP), ADV: RILKE TORRES BARBOSA LIMA (OAB 13516/DF) - Processo 0203195-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ane Christine Nunes Fragoso - REQUERIDO: L.A.M FOLINI COBRANÇAS - ME (Mundial Editora) - intimo a parte ré para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados às f. 45/57

ADV: SUELEN PAES DOS SANTOS MENTA (OAB 181181/AM) - Processo 0205412-36.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: RENAN COSTA DA CRUZ - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0207493-55.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - INCORPORADORA e outro - De ordem, intime-se a executada a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CNPJ), necessários à efetivação da restituição do valores por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Prazo de 15 dias.

ADV: AMIEL DIAS DE LUIZ (OAB 78403/RS) - Processo 0247912-91.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Seção Cível - REQUERENTE: A.D.L. - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ARIJONES BONFIM DA SILVA (OAB 6434/AM) - Processo 0600127-26.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Mg Serpa EPP - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0601030-61.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sandro Dias Dinelly - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Não há comprovação nos autos de que o executado foi intimado para apresentar embargos à execução, razão pela qual torno sem efeito a certidão de f. 68. Prosseguimento do feito com a respectiva intimação do executado para, querendo, apresentar embargos à execução. Providências de praxe pela Secretaria.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0601327-39.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ELINI MARIA BRASIL GARCIA - REQUERIDO: SENSO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - Em vista da certidão retro, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM) - Processo 0601456-73.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Michael Lemes Monteiro - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM) - Processo 0601729-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Imcopy Reproduções Xerográficas Ltda - Epp - POR ISSO, RECONHECENDO A INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO PARA APRECIAR E JULGAR O PROCESSO, RESOLVO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 3, I c/c 51, II, ambos da L. 9.099/95 c/c 485, IV e § 3º do CPC/2015, devendo a parte litigar em uma das varas cíveis não especializadas, caso tenha interesse. Indefiro a gratuidade de justiça, eis que não vislumbro hipossuficiência. Sem custas pretéritas ou honorários. Preparo de lei. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM) - Processo 0602099-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Valdimara da Silva de Souza - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas.

Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM) - Processo 0602150-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dinah Câmara Fernandes de Souza - REQUERIDO: BradesCard S/A - Conciliação Data: 05/04/2019 Hora 11:00

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0602191-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leandro Miranda Cantisani Pinto e outros - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0602303-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.a e outro - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, constante as fls. 330/333 dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0602321-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edimar Silva Monteiro - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0602463-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Mútuo - EXEQUENTE: Mirian Kelly Pinheiro dos Santos Ferreira - NOTIFIQUE-SE a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0602834-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - intimo a parte autora/ré para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados às fl. 116/118.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: ROGRIGO GONZALES (OAB 158817/SP) - Processo 0602947-78.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Roger Lopes Criollo - REQUERIDO: Abril Comunicações S.a. - Em vista da certidão retro, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: PAULO JÚNIO LEANDRO DE OLIVEIRA (OAB 10250/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR) - Processo 0603331-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Everson da Silva Araújo - REQUERIDO: Viação São Pedro - Instrução e Julgamento Data: 30/04/2019 Hora 11:00

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0603393-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0603733-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Creuza de Lima Rodrigues - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0603753-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0603937-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Flavio Abreu Bastos - NOTIFIQUE-SE a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0604574-57.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0604852-58.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. L. Leite - Me (Vip Formatura) - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RITA DE CÁSSIA RAMOS DE ANDRADE (OAB 7220/AM) - Processo 0605986-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diana Campos do Amaral - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 11:30

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0606236-90.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDA: Nidiara Regina O Barreto de Pontes e outro - Em vista da certidão retro, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0606550-07.2015.8.04.0015 (apensado ao processo 0606549-22.2015.8.04.0015) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: IVANILDO RODRIGUES DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Norte Editora - Jornal Amazonas em Tempo - Em vista da certidão retro, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0607806-14.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Davi do Nascimento Colombo - REQUERIDO: Andre Luis Alves de Figueiredo - Bradesco Admistradora de Consórcios Ltda e outro - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO OS RÉUS, SOLIDARIAMENTE, A PAGAREM R$ 32.108,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos materiais. Condeno o Bradesco Consórcios a se abster de efetuar qualquer cobrança em desfavor do autor em relação a quaisquer grupos de consórcio, nos termos do art. 6 da L. 9.099/95 c/c 322, § 2º do NCPC. Solidariedade porque os réus estão juntos na cadeia de consumo. Nada posso dispor sobre posse do veículo Honda CRV, tendo em vista que o credor fiduciário é o banco Safra, que não participou do presente processo, nos termos do art. 506 do NCPC.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0607962-36.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Cristina Souza da Silva - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, em 01/07/2019, às 10h. P.C.I.

ADV: RADY SILVA DA ROCHA BASTOS (OAB 11373/AM) - Processo 0608332-78.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: João Francisco de Almeida Santos - Em vista da certidão retro, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0609937-25.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (OAB 214918/SP) - Processo 0610665-08.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA e outro - O recebimento do valor depositado, voluntariamente, pela parte ré gerou saldo em favor do autor, que hoje remonta á R$ 6.889,10, tendo em vista que os depósitos judiciais são, constantemente, corrigidos. Ou seja, trata-se de evolução do saldo de R$ 2.811,33 ainda não recebido pelo autor. Informe o advogado da parte autora seus dados bancários necessários à efetivação do pagamento por transferência eletrônica. P.C.I.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0610689-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Florence Garden - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0611226-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Eva Rodrigues da Silva - REQUERIDO: BradesCard S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM) - Processo 0611275-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - RECLAMANTE: Condominio Residencial Sargento Pantoja - JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciados 20 c/c 111, do FONAJE. Condeno em custas pretéritas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c art. 3º, do Prov. 112/2005, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). No caso do inciso I do art. 51, § 2º da Lei 9.099/95, quando a parte autora comprovar que a ausência decorre de força maior, esta poderá ser isentada, pelo Juiz, do pagamento das custas. Prov. 256/2015/CGJ/TJAM. Art. 3º "Os processos extintos, com fundamento no art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, impõem condenação em custas de acordo com a tabela I, do art. 1º do Provimento 64/2002. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM) - Processo 0611932-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Yuri Tuma Camilo - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM) - Processo 0612393-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Ajuricaba - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM) - Processo 0614952-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio dos Advogados do Amazonas - De ordem, cite-se a parte ré por oficial de justiça.

ADV: MARINA DE ARAÚJO PEREIRA LINDOSO (OAB 5616/AM), ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM) - Processo 0614983-63.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Flavia Furtado Guimaraes - Concedido prazo para que o sócio, sr. Pedra Fidencio Klein, ofertasse defesa ao pedido de desconsideração da personalidade jurídica, deixou-o transcorrer in albis. Ressalto que a citação foi enviada ao seu endereço constante de documento público (fl. 150), razão pela qual aplica-se o enunciado n. 05, FONAJE. DEFIRO O PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO. À Secretaria para que insira o sr. Pedra Fidencio no polo passivo. Intime-se o exequente para que postule o que entender de direito no prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0615053-46.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Helena Lúcia França de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, condenando a parte ré a restituir o dobro dos valores comprovadamente descontados do contracheque autoral a partir de 11/2015 , ou seja, R$ R$ 7.517,88 , até o ajuizamento. Na conta de cumprimento da sentença, deverão serem acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015. CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 10.000,00, A TITULO DE DANOS MORAIS, eis que cobranças indevidas repetidas, em verbas alimentares, são aptas a causá-lo, além do desvio produtivo suportado pelo devedor para se desvencilhar dos descontos em seu contracheque. Como consectário lógico, CONDENO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças rubrica “5887 BMG CARTÃO” a partir da competência seguinte à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por desconto em contracheque, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequada ao caso, nos termos do art. 6 da L. 9.099/95. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 5528/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE GONCALVES (OAB 154372/MG), ADV: BRUNO HENRIQUE CONÇALVES (OAB 131351/SP) - Processo 0615103-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joel Trajano Maroto da Silva - REQUERIDO: Companhia de Bebidas das Americas - Ambev - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0615803-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andreia da Silva Reis e outro - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0616234-48.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Maria Auxiliadora de Souza Maia - De ordem, intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Concomitantemente, intimo a parte autora/exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0616402-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Raimunda Marcelina Castro de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM) - Processo 0616450-09.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Hi Confecções Ltda - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM) - Processo 0616536-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Diogo de Oliveira Lins - Nos termos do § 4º do art. 248 do CPC, § 4º Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente. grifei

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0617131-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Isla Janaira da Silva e Silva - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0617461-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Franquimar Silva de Souza - REQUERIDO: Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - Por isso, somente declaro indevida a dívida negativada, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, determinando tão-somente o cancelamento da anotação, pela parte ré, junto aos cadastros de maus pagadores. REJEITO PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS, conforme súmula acima mencionada. Oficie-se para cancelamento da negativação imposta pelo réu. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 12775/AM) - Processo 0617621-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suelen Maria Costa Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0617782-45.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Goes Ribeiro -

REQUERIDO: H C S Mota e Cia Ltda - Por isso, revendo anterior decisão e constatando, in loco, a dubiedade do sistema, revejo as decisões supratranscritas e concedo o prazo de 2 dias para que parte ré complemente as custas a serem quitadas. Após, certificados, voltem conclusos. Havendo dúvida, deverá se valer de atendimento junto à contadoria e/ou responsável pelo e-saj. P.C.I.

ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM) - Processo 0617857-84.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condominio Residencial Villa Verde I - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0618342-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Wellington da Silva Correa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 14.05.2019 às 09h00min. P.C.I.

ADV: RAYSA SOARES AFFONSO (OAB 11301/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM) - Processo 0618412-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pamela Tayani dos Santos Mota - REQUERIDA: Any Margareth Soares Affonso - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0618567-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Josane da Costa Laranjeira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 14.05.2019 às 11h00min. P.C.I.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0618587-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Nelma Maria do Nascimento Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 14.05.2019 às 10h30min. P.C.I.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: GUSTAVO LORENZI DE CASTRO (OAB 129134/SP) - Processo 0618893-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariana Marques Torres - REQUERIDO: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0618962-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: João Duarte Feitosa - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 15.05.2019 às 10h30min. P.C.I.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0619030-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gilson Antonio da Silva Sobral - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0619077-83.2018.8.04.0015 (apensado ao processo 0619080-38.2018.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: .Jadilene Volrrath - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 3.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 1.804,00, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § u do CDC. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0619280-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Paulo de Souza Melo - REQUERIDO: Vivo S/A - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 16.05.2019 às 10h00min. P.C.I.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619683-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Nilson da Silva Batista Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 27.06.2019 às 08h30min. P.C.I.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM) - Processo 0619759-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Edilmar Bezerra Silva - REQUERIDO: Tim Celular S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0619946-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jacqueline Kelle da Silva e Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência

de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: WALDIR DE AGUIAR CORREA (OAB 7175/AM) - Processo 0619984-58.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Real Invest Fomento Mercantil Eireli - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DIANA SANGI KOVALSKI KOBA (OAB 10613/AM) - Processo 0620020-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kaytiane Santarém Azevedo - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 24.06.2019 às 11h30min. P.C.I.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0620395-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Marcelo Victor Ribeiro Araujo - RECLAMADO: Vivo S/A - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 12.06.2019 às 09h00min. P.C.I.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0620570-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fernanda Francisca da Silva Steel - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: MAYLA TANNUS A. CARNEIRO (OAB 259730/SP), ADV: MATHEUS DE FRANCISCO LAZARIM (OAB 344299/SP), ADV: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO (OAB 12935/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0620864-84.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luis Hilário Martins Mariano de Oliveira - REQUERIDO: Pole Comercio de Veiculos Ltda - LITSPASSIV: Audi do Brasil Industria e Comercio de Veiculos - Parte legítima no polo ativo Destes autos é Luis Hilário, exclusivamente. A parte postulante de fl. 307 sequer detém interesse jurídico nesta ação. Sua relação jurídica deve ser explorada no Juízo da Família. O pagamento deverá ser feito ao autor. Indefiro o pleito de fl. 307. Determino o prosseguimento da lide. P.C.I.

ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0621041-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Samir Paes Barreto Nadaf - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0621486-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcos Roberto Mar Gomes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: RODRIGO OTÁVIO LAMÊGO VASCONCELOS (OAB 11161/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0621783-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Lamêgo Oliveira - REQUERIDO: Société Air France - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0622031-05.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - EXEQUENTE: George Venâncio Martins Sobrinho - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM) - Processo 0622590-59.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - REQUERENTE: Condomínio Ilhas Gregas I - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622758-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: David Santana da Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 20.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. A título de obrigação de fazer, condeno a parte ré a cancelar a restrição financeira do veículo GM MONTANA CONQUEST, PLACA NOV-9478 (fl. 20) . Obrigação(ões) de fazer a serem cumpridas em até 15 dias úteis após a intimação da presente, sob pena de multa de R$ 10.000,00, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo (art. 43 da L. 9.099/95), em relação à obrigação de fazer. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0622804-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Rene Tadao Freire Sakuta - REQUERIDO: Borges e Oliveira Produtos Ltda - Apple Computer Brasil Ltda. - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 25.06.2019 às 11h30min. P.C.I.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0622805-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jéssica Marques dos Santos - REQUERIDO: Benchimol Irmão e Cia. Ltda. e outro - Tenho como justificada a ausência à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º JEC, no dia 24.06.2019 às 11h00min. P.C.I.

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM), ADV: WELLINGTON MONTEMURRO FILHO (OAB 10992/AM) - Processo 0623185-92.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Alonso José de Melo - INTIME-SE a parte interessada para fornecer o endereço da parte ré Araújo e Figueiredo Advogados Associados, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CIDARTA CARDOSO SOUZA (OAB 10094/AM), ADV: ONETÍCIO BATISTA DOS SANTOS NETO (OAB 10986/AM) - Processo 0623348-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Andrea de Aquino Araújo Bahia - REQUERIDO: Edifício Alagoas - Constam 2 petições em que o autor aponta descumprimento da decisão de fl. 44. Há, também, imagens de comunicações internas do Condomínio (fls. 49, 50 e 54) em que a decisão deste Juízo é referenciada. A notificação de fl. 50 denota intenção de descumprimento ou desobediência a ordem judicial de fl. 44, pretendendo o síndico denegrir a imagem do Judiciário, fazendo Juízo de valor que somente seria possível em eventual recurso ou ação autônoma que impugnasse a decisão. Por isso, nos termso do art. 139, IV, do NCPC, renovo o conteúdo da decisão de fl. 44, fixando o prazo de 5 dias para que o síndico/administrador, sr. Hélcio Marques da Silva, comprove o integral cumprimento da ordem de fl. 44, sob pena de multa de R$ 5.000,00 a ser cobrada do próprio síndico/administrador, como pessoa física. Concomitantemente, determino a designação de audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser designada pela Secretaria com brevidade e antecedência à designada para 28/06/2019, à qual as partes deverão levar suas testemunhas e demais provas que aguardem produção, nos termos da fl. 24. P.C.I.

ADV: CIDARTA CARDOSO SOUZA (OAB 10094/AM), ADV: ONETÍCIO BATISTA DOS SANTOS NETO (OAB 10986/AM) - Processo 0623348-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Andrea de Aquino Araújo Bahia - REQUERIDO: Edifício Alagoas - Instrução e Julgamento Data: 14/05/2019 Hora 10:00

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0623459-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Heloisa Helena Duarte Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0623594-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria das Graças Bastos Magalhães - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0623817-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Emilia Rosana de Oliveira Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 205,74, equivalente ao dobro do desconto indevido, nos termos do art. 42, § u do CDC. Condeno, ainda, o banco a efetuar o decote do valor cobrado a título de seguro nos descontos efetuados para pagamento do empréstimo (obrigação de fazer). Na conta de cumprimento da sentença, serão acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, desde que comprovados documentalmente, conforme art. 323 c/c 493 do CPC/2015. Obrigação(ões) de fazer a serem cumpridas em até 30 dias após a intimação da presente, sob pena de multa de R$ 5.000,00, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo (art. 43 da L. 9.099/95), em relação à obrigação de fazer. Confirmo a liminar de fl. 40. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: ARIJONES BONFIM DA SILVA (OAB 6434/AM) - Processo 0623891-75.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: MG SERPA EPP - INTIME-SE a parte autora para, querendo, requerer o que entender de direito. Prazo de 15 dias

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM) - Processo 0624388-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Camila Xavier Sa Peixoto Pinheiro - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0624546-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Leandro da Silva Moreira - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0624581-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Henrique Dias Martins - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0624774-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Joelma da Silva Pereira - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 47,92, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § u do CDC. Condeno, ainda, o banco a efetuar o decote do valor cobrado a título de seguro nos descontos efetuados para pagamento do empréstimo (obrigação de fazer). Na conta de cumprimento da sentença, serão acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, desde que comprovados documentalmente, conforme art. 323 c/c 493 do CPC/2015. Obrigação(ões) de fazer a serem cumpridas em até 30 dias após a intimação da presente, sob pena de multa de R$ 5.000,00, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo (art. 43 da L. 9.099/95), em relação à obrigação de fazer. Confirmo a liminar de fl. 20. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso

Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625239-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Musique Nuit Serviços de Festas e Eventos Ltda - Epp - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Petição de fls. 116 e seguintes que não comprova descumprimento por parte dos cartórios, já que se trata de negativação junto ao SERASA. Concomitância de negativação em SERASA quando há protesto de títulos. O contrário não ocorre, ou seja, quando se retira o protesto não há automaticidade de cancelamento da negativação em SERASA. Assim, oficie-se ao SPC/SERASA para que suspendam a publicidade da negativação. Como redundância, oficiem-se aos cartórios, requisitando-se comprovante de cumprimento da decisão de fl. 73. Venha a parte ré Amazonas Energia com comprovante de cumprimento da liminar, eis que o de fl. 84 versa sobre outro cliente e nada tem que ver com o presente feito. Prazo de 10 dias úteis, sob pena de multa de R$ 5.000,00. P.C.I.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ALDEMIR DO CARMO SILVA (OAB 9202/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0625789-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elen Rose de Oliveira Pinto Muniz - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0626190-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: A L de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Converto o julgamento em diligência. Advogado que, conforme fl. 120, distribuiu 2 ações idênticas à presente, mas distribuídas ao 05º Juizado, com autora Alaide Lopes de Souza. Desistiu de ambas ações e propôs a terceira de mesmo conteúdo, que cá tramitou junto ao 06º Juizado. Para que não fosse direcionada para o 05 JEC novamente, como determina a norma processual e o sistema informatizado, se valeu, o advogado, da ilegal prática de cadastrar o nome A L de Souza, em vez de Alaide Lopes de Souza, e não incluir seu CPF, com evidente intenção de burla ao art. 286, II do NCPC. Assim, de fato, conseguiu burlar o sistema informatizado, impedindo a distribuição ao 05 JEC. Como a regra do art. 286, II do NCPC é regra de competência absoluta, improrrogável, verbis: Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: (..) II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda; A hipótese dos autos se subsume à norma acima. Por isso, determino redistribuição do feito ao 05º JEC, Juízo prevento em que tramitaram os processos 0626098-13.2018.8.04.0015 e 0626109-42.2018.8.04.0015. Antes, oficie-se à OAB para apuração de eventual falta administrativa e ao Exmo. Sr. PGJ, nos termos do art. 40 do CPP, tendo em vista que a tentativa de fraude ao sistema de distribuição com inserção de dados sabidamente inconsistentes pode, eventualmente, caracterizar crime, sendo certo que a opinio delicti cabe, exclusivamente, ao MP. Anexem-se cópias das iniciais de todos os 3 processos.

ADV: MARISA DE ALMEIDA MACOLA MARINS (OAB 10301/PA), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0626259-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Anastacia de Gusmão Bonilla - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0626413-41.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Ilson Batista de Oliveira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM) - Processo 0626666-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mário Diego de Souza Parisotto - REQUERIDO: Tim Celular S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre as alegações da parte autora às fl. 50/51.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0627032-68.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Altos de Flores - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0627109-77.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0627552-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Rayelle Cristinne Gomes Azevedo - NOTIFIQUE-SE a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0628001-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rozimar Costa Toscano - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aldemir do Carmo Silva (OAB 9202/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
AMIEL DIAS DE LUIZ (OAB 78403/RS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arijones Bonfim da Silva (OAB 6434/AM)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)

Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
BRUNO HENRIQUE CONÇALVES (OAB 131351/SP)
Bruno Henrique Goncalves (OAB 154372/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cidarta Cardoso Souza (OAB 10094/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Battipaglia Sgai (OAB 214918/SP)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
Diana Sangi Kovalski Koba (OAB 10613/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gustavo dos Santos Oliveira (OAB 12775/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Stábile (OAB 251594/SP)
Gustavo Lorenzi de Castro (OAB 129134/SP)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Heleno de Lion Costa da Rocha Quinto (OAB 12935/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Manuel Marques Candia (OAB 7116B/MS)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 5528/AM)
Marina de Araújo Pereira Lindoso (OAB 5616/AM)
Marisa de Almeida Macola Marins (OAB 10301/PA)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Matheus de Francisco Lazarim (OAB 344299/SP)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayla Tannus A. Carneiro (OAB 259730/SP)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Onetício Batista dos Santos Neto (OAB 10986/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Júnio Leandro de Oliveira (OAB 10250/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rady Silva da Rocha Bastos (OAB 11373/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raysa Soares Affonso (OAB 11301/AM)
REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rilke Torres Barbosa Lima (OAB 13516/DF)
Rita de Cássia Ramos de Andrade (OAB 7220/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Lamêgo Vasconcelos (OAB 11161/AM)
Rogrigo Gonzales (OAB 158817/SP)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Suelen Paes dos Santos Menta (OAB 181181/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Waldir de Aguiar Correa (OAB 7175/AM)
Wellington Montemurro Filho (OAB 10992/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yngrid Ventilari de Figueiredo Bezerra (OAB 4658/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CELSO ANTUNES DA SILVEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO RODRIGO DOS SANTOS RESENDE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: MAURO ALEXANDRE LESSA LIMA (OAB 13155/AM) - Processo 0203902-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariomar Silva do Nascimento - Chamo o feito à ordem. Fls. 8/10 - Extratos bancários que não identificam o responsável pelos descontos alegados pelo autor. Venha a parte autora apresentar documento hábil a comprovar a razão pela qual acredita que os descontos em sua conta corrente foram realizados por ACE/SEGURADORA OU CHUBB SEGUROS. Assim, comprove que a

pessoa apontada como ré tem legitimidade para figurar no pólo passivo. Trata-se de providência indispensável a fim de permitir o regular prosseguimento do feito (art. 319, VI c/c art. 320 Prazo de 15 dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0204017-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Lucio Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Aguarde-se a realização da audiência designada para o dia 03/05/2019, as 10h30min. Intimem-se as partes, devendo a parte autora ser intimada via ECT. P.C.I.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: JÉSSICA LOPES DE LIMA (OAB 10184/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0207277-60.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Maria de Nazaré Nascimento de Lima - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Fls. Retro - Processo cujos atos de constrição não podem ser realizados por este Juízo, os quais devem ser requeridos no Juízo em que se processa a recuperação judicial, razão pela qual indefiro o pleito formulado. Caso queira, deverá a parte autora/exequente habilitar sua pretensão no Juízo universal da recuperação judicial, o que faço com esteio na posição do STJ sobre o tema: "RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EXECUÇÃO SINGULAR MOVIDA CONTRA A RECUPERANDA. PRÁTICA DE ATOS DE CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL. IMPOSSIBILIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO. IRRELEVÂNCIA. 1- Conflito de competência suscitado em 9/11/2015. Recurso especial interposto em 28/3/2016 e concluso à Relatora em 30/9/2016. 2- Controvérsia que se cinge em definir se o juízo onde se processa a recuperação judicial da recorrente é o competente para processamento e julgamento de ação indenizatória derivada de relação de consumo em fase de cumprimento de sentença. 3- A interpretação conjunta das normas contidas nos arts. 6º, 47 e 49 da LFRE, bem como o entendimento do STJ acerca da questão, permitem concluir que o juízo onde tramita o processo de recuperação judicial - por ter à sua disposição todos os elementos que traduzem com precisão as dificuldades enfrentadas pelas devedoras, bem como todos os aspectos concernentes à elaboração e à execução do plano de soerguimento - é quem deve decidir sobre o destino dos bens e valores objeto de execuções singulares movidas contra a recuperanda, ainda que se trate de crédito decorrente de relação de consumo. 4- Recurso Especial Provido."(STJ, REsp 1630702 / RJ, RECURSO ESPECIAL, 2016/0261879-1, Relator(a) Ministra NANCY ANDRIGHI (1118), TERCEIRA TURMA, Data do Julgamento 02/02/2017, Data da Publicação/Fonte DJe 10/02/2017). (grifei) Assim sendo, arquivem-se os autos. P.C.I.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0600863-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Denilson de Siqueira Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o seu teor se confunde com o mérito da demanda, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade.

ADV: JEAN JAMERSON COELHO GOMES (OAB 12482/AM) - Processo 0601559-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wallase Santos Oliveira - Cite-se a parte ré por oficial de justiça. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0601862-02.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Dilson Pereira Alves - REQUERIDA: Erika Afonso Nunes - Ao setor de Cálculos do Juízo para que apure o valor porventura devido, abatendo os pagamentos já realizados. Ao cumprimento, façam-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO VINICIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0602247-08.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: Abbx - J M Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 09 de agosto de 2019, às 10 horas, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0602379-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Auxiliadora Maria Almeida Nasseralla - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0602417-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Williams Brasil Figueiredo Cunha - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0602876-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Daniel Oliveira da Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0603217-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Residencial Quinta das Laranjeiras - REQUERIDO: R N Incorporações Ltda e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 08/05/2019 às 08:30h.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0603389-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniel da Silva Santiago Filho - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM) - Processo 0603486-47.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Juros de Mora - Legais / Contratuais - REQUERENTE: Alfama Comércio e Serviços Ltda - Me - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 09 de agosto de 2019, às 9 horas, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0603621-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Pinheiro e Pinheiro Comércio de Materiais para Pintura Ltda - Recebo a inicial. Remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL, para designação e realização de audiência de conciliação. Em sede de Juizados Especiais não há a opção de, desde logo, declinar a realização da Audiência de Conciliação, nos termos dos arts. 2° e 16, ambos da Lei n° 9.099/95. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355 e 370, CPC/15 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0603737-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca das Chagas de Azevedo Miranda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603835-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Arleane Mayce de Souza Rosario - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora em fls. 15/16, no valor de R$145,94 (cento e quarenta e cinto reais e noventa e quatro centavos), referente ao contrato 4282673369162000, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC, bem como se abstenha de efetuar cobranças do valor colocado em litígio, a partir da competência do mês próximo, nos termos do art. 297, CPC/15 . Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0603870-12.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Lucioney de Melo Pereira - REQUERIDO: Senai Serviço de Aprendizagem Industrial do Amazonas - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0604088-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Pamela de Oliveira Felicio - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0604093-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Risoneide da Silva Lira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta,

eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0604095-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: William Barbosa Ribeiro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0604348-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adimplemento e Extinção - REQUERENTE: Gurupy Comercial Ltda - Intime-se a parte autora a fim de que junte aos autos documento de identificação e comprovante de residência do sócio representante. No mesmo diapasão, deve a parte autora emendar o pedido da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso que pretende tornar litigiosos. Deve ainda juntar aos autos documento comprobatório de negativação e protesto, de forma detalhada, inclusive com indicação dos dados do autor, bem como indicação de n.º de livro, matrícula ou n.º de contrato. Prazo de 15 dias.

ADV: ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM) - Processo 0604492-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alen Freitas Lira - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. INDEFIRO, contudo, o pedido de tutela de urgência acerta no que tange a suspensão dos descontos automáticos da conta corrente do autor, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0604510-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Bianor da Silva Correa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0604510-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Bianor da Silva Correa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0604583-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Valdelice Araujo Rodrigues - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0604631-41.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: Marcus Vinicius Oliveira Ramos - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 05 de junho de 2019, às 11 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: KEILA REGINA DE ALMEIDA RÊGO (OAB 7478/AM) - Processo 0604661-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ráfaga Ferreira Alecrim - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM), ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM) - Processo 0604928-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Ananias Gomes de Souza - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0604930-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ed Brindes Comercio Varejista de Personalizados - Eireli - Recebo a inicial. Remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL, para designação e realização de audiência de conciliação. Em sede de Juizados Especiais não há a opção de, desde logo, declinar a realização da Audiência de Conciliação, nos termos dos arts. 2° e 16, ambos da Lei n° 9.099/95. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355 e 370, CPC/15 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SA (OAB 33933/PR) - Processo 0604947-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ek Formaturas Eireli - Epp - Recebo a inicial. Remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL, para designação e realização de audiência de conciliação. Em sede de Juizados Especiais não há a opção de, desde logo, declinar a realização da Audiência de Conciliação, nos termos dos arts. 2° e 16, ambos da Lei n° 9.099/95. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355 e 370, CPC/15 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0604985-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francimar Gama da Silva - A inicial apresenta pedido de impugnação a negativação do nome autoral sem requerer a declaração de inexigibilidade do valor que fomentou a negativação. Trata-se de inépcia nos termos do art. 330, §1º, III, CPC/15. Ademais, faz-se necessária a juntada nos autos de documento comprobatório da negativação, de forma detalhada e legível, eis que não foi apresentado qualquer documento que comprove tal negativação. Pelo exposto, intime-se a parte autora para que emende o pedido b.1/b.2/b.3) da inicial, a fim de especificar o valor pretendido a título de danos morais, esclarecer os meses e valores por extenso que pretende tornar litigiosos e que ocasionaram a negativação em seu CPF, bem como emendar o valor da causa, de modo a compreender a somatória dos pedidos, a fim de refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. No mesmo ato, deve a parte autora juntar aos comprovante de residência através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83, eis que foi apresentado 3 (três) endereços diferentes em fls. 1,16 e 19. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias para que a parte autora emende a inicial, formulando pedidos aptos. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB 9251/AM) - Processo 0605006-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Elisangela Maria Figueiredo de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0605013-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Leandro Kazuyuki Takahashi - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM) - Processo 0605043-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Waldelira Nogueira Teixeira - Intime-se a parte autora para que retifique o valor da causa, de modo a compreender a somatória dos pedidos, a fim de refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0605054-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Terezinha Marlene de Andrade - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0605059-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Marcelo Paulino de Souza - Recebo a inicial. Remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL, para designação e realização de audiência de conciliação. Em sede de Juizados Especiais não há a opção de, desde logo, declinar a realização da Audiência de Conciliação, nos termos dos arts. 2° e 16, ambos da Lei n° 9.099/95. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355 e 370, CPC/15 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI (OAB 10531/AM) - Processo 0605075-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jonh Kennedy Sarmento da Silva - Intime-se a parte autora para que emende o pedido b) da inicial, a fim de esclarecer com precisão o valor cobrado impugnado e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15.

ADV: TATIANE CAROL NUNES DE SOUZA (OAB 11336/AM) - Processo 0605079-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Graças Ribeiro da Silva - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0605115-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Lidio Coelho de Lima - Intime-se a parte autora para que junte aos autos instrumento de Procuração devidamente atualizada. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM) - Processo 0605133-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Andreia Nila da Silva e Silva - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605182-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Fernando Mario de Oliveira Coelho - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o seu teor se confundi com o mérito da demanda, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que,

caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0605191-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Braz Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0605203-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Simone Santos de Andrade - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0605214-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marco Antonio da Silva Magalhães - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FRANCISCO JACOB DOS REIS (OAB 7728/AM) - Processo 0605226-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Madalena Ferreira Lima - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido D) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605288-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Driele de Souza Maciel - Intime-se a parte autora para que emende o valor da causa, de modo a refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, NCPC. Prazo de 15 (quinze) dias. Após, venham-me conclusos. P.I.C.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0605299-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kess Diones Costa Dona - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0605307-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marlucia Peixoto Figueiredo - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido E da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, de forma detalhada, que pretende tornar litigiosos, bem como emende o valor da causa, de modo a refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC/15. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM) - Processo 0605318-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrea Cristina Lopes de Freitas - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 20/05/2019, as 10h, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: NIVALDO LUIZ PEREIRA DA SILVA JUNIOR (OAB 13833/AM) - Processo 0605326-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A. O. de Araujo-me - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM) - Processo 0605328-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Lourdes Figueiredo dos Santos - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma

do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0605339-91.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Suely Oliveira Araujo - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 24 de junho de 2019, às 9 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM) - Processo 0605354-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tarcísio Helder Pinto - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0605420-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Andersom Tiago Teixeira Aranha - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido 03) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0605433-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mirleide Barros da Silva - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, comprove sua residência, indicada na qualificação da exordial, através de documento(s) idôneo(s), ou seja, comprovante de residência a ser de água, luz ou telefone fixo devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0605468-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Vladia Mendes Guedes - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0605503-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Fabricio Leite da Silva - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0605539-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manuel Elison Rodrigues de Freitas - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido d) da inicial, a fim de especificar o valor objeto da impugnação apresentada, o qual, juntamente com o valor pretendido a título de dano moral, deverá compor o valor da causa, nos termos do art. 292, VI do CPC. No mesmo diapasão, intime-se-lhe para que junte aos autos, os documentos constantes nas fls. 8 a 18, uma vez que estes encontram-se ilegíveis. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM) - Processo 0605540-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alegria Seffair de Souza - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido d) da inicial, a fim de de esclarecer com precisão o valor cobrado impugnado e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0605643-90.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Vila do Saber - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 09 de agosto de 2019, às 10 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0605646-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciano João de Freitas - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0605658-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Damião Pires da Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada no dia 20.05.2019 às 10h30min., na sala de audiência de conciliação deste Juizado Especial Cível. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM) - Processo 0605681-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Plínio de Freitas Valente - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido 6-A da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0605720-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Gomes Viana - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ CLÁUDIO DE MELO FROTA (OAB 11291/AM) - Processo 0605740-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Isabella Aguiar Alencar - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que seu teor se confunde com o mérito da demanda, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM) - Processo 0605752-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosane Mikaella dos Santos Tavares - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM) - Processo 0605883-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Douglas Batista dos Santos - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido e) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RITA DE CÁSSIA RAMOS DE ANDRADE (OAB 7220/AM) - Processo 0605986-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diana Campos do Amaral - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22/05/2019, as 11h30min, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM), ADV: VANESSA ALENCAR DA SILVA (OAB 7326/AM), ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM) - Processo 0607827-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Condomínio Residencial Cidade Jardim - REQUERIDO: Raimundo Afonso Seabra da Silva - A inclusão dos valores que passaram a ser devidos após o ajuizamento da ação está garantida pelo art. 323, CPC. Independe de emenda à inicial pelo autor, basta a apresentação de cálculos atualizados. Ademais, verifico que inocorrente citação válida. Tendo em vista a alegação de que Bernadete é esposa do réu, intime-se o autor para que produza prova idônea nesse sentido. Prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: CAMILA MEDEIROS DOS SANTOS (OAB 12025/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM) - Processo 0608869-40.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: E. N. da Silva Aragão Empresa Individual - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Nv Indústria, Comércio e Construção Ltda - Trata-se de ação de cobrança com base na legislação cível. Eventual pedido de desconsideração da personalidade jurídica deverá ser fundamentado com base na Teoria Maior da Desconsideração (no caso, art. 50, CC/02). A petição de fl. 102, por sua vez, não apresenta qualquer fundamentação. Indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica. Intime-se o exequente para que postule o que entender de direito. Prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0609224-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Claudio Adão Soares Silva - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ) - Processo 0609991-25.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Gustavo Pires Braga - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ADELSON LIMA GONÇALVES (OAB 8175/AM), ADV: CAMILA PONTES TORRES (OAB 12280/AM) - Processo 0610990-17.2013.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO SIMON BOLIVAR - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com

o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95, de modo que a referida verba deve ser decotada do cálculo apresentado. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0611447-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Carlos Gomes de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 13/05/2019 às 10:00, a ser realizada neste 6º Juizado Especial Cível. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0611813-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gladys Mary de Melo Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada no dia 06.05.2019 às 10h30min., na sala de audiência deste Juizado Especial Cível. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM), ADV: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 1218A/AM) - Processo 0612056-90.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Souza da Silva - REQUERIDO: WG ELETRO S.A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0612226-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel Pimenta de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0614070-47.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francisco Nascimento da Silva, - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 26/04/2019 às 10:30 horas, a ser realizada neste 6° Juizado Especial Cível. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade.

ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM) - Processo 0614143-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivaneide da Silva Matos de Sousa - Aguarde-se a realização da audiência designada para o dia 15/03/2019, as 10h30min, neste JEC. Cumpra-se.

ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM), ADV: JEAN CARLOS PAULA RODRIGUES (OAB 4748/AM), ADV: ILCA DE FÁTIMA OLIVEIRA DE ALENCAR SILVA (OAB 967/AM) - Processo 0614324-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Arlete de Souza Robalinho - REQUERIDA: Ilca de Fátima Oliveira de Alencar Silva - Jean Carlos Paula Rodrigues - Prazo de 10 dias para a parte ré apresentar contestação, com base na emenda apresentada. P.C.I.

ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0614652-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Noberto Andrade Maciel - REQUERIDO: Aspbras - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: RAISSA BOHRY DE SOUZA VASCONCELOS CORREA (OAB 18149/PA), ADV: EDUARDO VASCONCELOS CORRÊA JÚNIOR (OAB 16991/PA), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM) - Processo 0614850-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vinicius Gonçalves Miranda - REQUERIDO: Honda Automóveis do Brasil LTDA - Shizen Veículos Ltda. - Prazo de 10 dias para a parte ré HONDA apresentar contestação. P.C.I.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: CAMILA C. FACIO SERRANO (OAB 329487/SP) - Processo 0616071-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Saverton Jofre Hage da Fonseca - Ileone Oliveira de Almeida - REQUERIDO: Provence Cosmeticos S/A (Contém 1 Grama) - Aguarde-se a realização da audiência designada para o dia 02/05/2019, as 11h, para a qual as partes já se encontram intimadas. P.C.I.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUCIANO RADAELLI (OAB 8565/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0616778-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Anderson Hiago Canuto da Silva - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Aguarde-se a realização da audiência designada para o dia 08/05/2019, as 9h30min, a ser realizada neste JEC. P.C.I.

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0617678-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria da Conceição Barroso Feitoza - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO (OAB 9365/AM) - Processo 0618481-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: José Austregésilo Mendes Filho - Fl. 159 - Redesigne-se a audiência de conciliação. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0619080-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: .Jadilene Volrrath - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Prazo de 10 dias para a parte ré especificar as provas que pretende produzir em audiência de instrução e julgamento, justificando, de forma pormenorizada, sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0619487-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eucilene Maria da Cunha Teixeira - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Aguarde-se a realização da audiência designada para o dia 27/05/2019, as 09h, neste Juizado. P.C.I.

ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620029-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Celia Maria da Costa Vilar - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Fl. 120 - Considerando a manifestação das partes, prazo de 10 dias para que ambas indiquem se concordam com o julgamento antecipado do mérito. Caso discordem, determino que indiquem as provas que pretendem produzir, justificando, de forma pormenorizada, sua necessidade. P.C.I.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: MONICA SILVA DOS SANTOS (OAB 12854/AM) - Processo 0620432-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Carmen Lucia Souto Maior de Athayde - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Posto isso, determino o encaminhamento dos autos à distribuição para redistribuição para o 15JEC desta Comarca. P.I.C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0620794-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: Moises da Silva de Barros - EXECUTADO: Claro S/A - Prazo de 10 dias para a parte ré apresentar contestação. P.C.I.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0621012-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Handerson Nascimento da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0621240-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Alice da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Bgn S/A (cetelem) - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: RENATA MACIEL SEABRA (OAB 12387/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP) - Processo 0621698-87.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Camila Ramos da Rocha - REQUERIDO: Iresolve Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.a. - Banco Itaucard S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM) - Processo 0621837-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria das Graças Vasconcelos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Fl. 149 - Apresentado o recurso fora do prazo legal, deixo de recebê-lo. Certifique-se o trânsito em julgado. Após, arquive-se, até eventual manifestação da parte interessada. P.I.C.

ADV: PAULA LIMA CLASEN DE MOURA (OAB 190750/SP) - Processo 0622818-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tecnicas Construções Civis Eireli Me - REQUERIDO: Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda - Tecnisa S/A - Prazo de 10 dias para as partes rés apresentarem contestação. P.C.I.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622841-14.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Magna Maria Nicacio dos Anjos, - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0623033-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Adalberto Ferreira de Oliiveira - REQUERIDO: Abner Jorge Martiniano Barbosa - Luiz Rogerio de Andrade Mello - Me - Prazo de 10 dias para as partes rés apresentarem contestação. P.C.I.

ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 317407/SP), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0623680-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Mota dos Santos - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0623981-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Lorena Silva Bahia Ribeiro - REQUERIDO: Claro S/A - intimo a parte executada para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre a alegação de descumprimento de obrigação de fazer e os documentos juntados às f. 248/315

ADV: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE (OAB 10174/AM) - Processo 0624358-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Beatriz Lima de Araujo - REQUERIDO: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda - Fametro - Prazo de 5 dias para a parte autora indicar as provas que pretende produzir em sede de audiência de instrução e julgamento, justificando de forma pormenorizada sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0624805-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Manoel Andrade Rocha - REQUERIDO: Sorria Clinica Odontologica S/s Ltda - Prazo de 10 dias para a parte ré apresentar contestação. P.C.I.

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM), ADV: MARCELO DA SILVA FERREIRA (OAB 13928/AM) - Processo 0625920-64.2018.8.04.0015 (apensado ao processo 0625919-79.2018.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katia Regina Oliveira Santana - REQUERIDO: Fábio da Silva Ferreira - Conexão com o processo 0627276-94.2018, já que abrangem a mesma matéria fática. Reunião necessária para que se evite decisões conflitantes, nos termos do art. 55 § º do NCPC. Paute-se única audiência de conciliação para todos os feitos correlatos, autorizando que a Secretaria requisite a devolução de eventuais processos do CEJUSC. P.C.I.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0626574-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Carmo de Souza Gomes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Prazo de 5 dias para que a parte ré comprove documentalmente a ligação da residência autoral com a rede de esgoto. P.C.I.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0626597-94.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - RECLAMANTE: Rebeca Perales Rabello - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM) - Processo 0627866-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Antônio Carlos Ferreira de Moraes - Cite-se a parte ré por oficial de justiça. Cumpra-se.

ADV: DÉCIO XAVIER BRANT (OAB 8965/AM) - Processo 0628543-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria do Carmo Maia de Oliveira - Paute-se nova audiência de conciliação, na forma preconizada pela Decisão de fl. 22. P.C.I.

Adelson Lima Gonçalves (OAB 8175/AM)
ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Vinicius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila C. Facio Serrano (OAB 329487/SP)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Camila Medeiros dos Santos (OAB 12025/AM)
Camila Pontes Torres (OAB 12280/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Décio xavier Brant (OAB 8965/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Eduardo Vasconcelos Corrêa Júnior (OAB 16991/PA)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 317407/SP)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Jacob dos Reis (OAB 7728/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)

Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Ilca de Fátima Oliveira de Alencar Silva (OAB 967/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jean Carlos Paula Rodrigues (OAB 4748/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jean Jamerson Coelho Gomes (OAB 12482/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jéssica Lopes de Lima (OAB 10184/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keila Regina de Almeida Rêgo (OAB 7478/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Leylane Ediene Silva (OAB 9461/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB 9251/AM)
Luana Cristina de Souza Cabrini (OAB 10531/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Radaelli (OAB 8565/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Souza Andrade (OAB 10174/AM)
Luiz Cláudio de Melo Frota (OAB 11291/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (OAB 9365/AM)
Marcelo da Silva Ferreira (OAB 13928/AM)
Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB 156347/SP)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Maria Sebastiana Ribeiro de Sa (OAB 33933/PR)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Alexandre Lessa Lima (OAB 13155/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Mirtes Rodrigues da Silva (OAB 13432/AM)
Monica Silva dos Santos (OAB 12854/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nivaldo Luiz Pereira da Silva Junior (OAB 13833/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paula Lima Clasen de Moura (OAB 190750/SP)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Caroline Borges de Almeida (OAB 13746/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raissa Bohry de Souza Vasconcelos Correa (OAB 18149/PA)
Renata Maciel Seabra (OAB 12387/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Rita de Cássia Ramos de Andrade (OAB 7220/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB 11336/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vanessa Alencar da Silva (OAB 7326/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Walter de Oliveira Monteiro (OAB 1218A/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0605194-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Tereza Azevedo de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, CONSIDERANDO A PRIORIDADE LEGAL DE TRAMITAÇÃO, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência UNA de conciliação, instrução e julgamento designada para do dia 03/06/2019 às 10:00h. Ficando cientes as partes de que, caso frustrada a tentativa de conciliação, a audiência será imediatamente convolada em instrução e julgamento, sendo produzidas todas as provas pertinentes, inclusive a testemunhal. Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0605364-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto - REQUERENTE: Carlito Paulino da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 03/05/2019 às 10:15h.

Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MOACIR PEREIRA BATISTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LEONARDO ANTÔNIO VARGAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: LUCAS MACEDO BEZERRA (OAB 10275/AM), ADV: DIANE GISELLE ANGELIM DE MACEDO (OAB 10051/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0201911-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Luiza Aguiar de Souza Cruz Neta - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: ANDRÉ SILVA ARAÚJO (OAB 12451/ES) - Processo 0205188-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: MRV Engenharia e Participações S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0600802-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para: a) DECLARO nulo o contrato de seguro, considerando-o como venda casada; b) CONDENO a parte ré a pagar à parte autora a cifra de R$ 633,67 em dobro, que totaliza R$ 1.267,34 a título de indébito (dano material), com juros e correção desde 12/01/2017 ; c) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a cifra de R$ 8.000,00 a título de dano moral, com juros e correção da data deste arbitramento.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN) - Processo 0601254-33.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para: a) DECLARO nulo o contrato de seguro, considerando-o como venda casada; b) CONDENO a parte ré a pagar à parte autora a cifra de R$ 85,80 em dobro, que totaliza R$ 171,60 a título de indébito (dano material), juros e correção monetária desde o dia 27/02/2015; c) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a cifra de R$ 13.000,00 a título de dano moral, com juros e correção da data deste arbitramento.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0601396-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Amarildo Prado de Souza - REQUERIDO: Tim Celular S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ERONILDE SILVA DE MORAIS (OAB 255127/SP), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0601608-24.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - REQUERENTE: M S Refeições Ltda - EPP - REQUERIDO: Costeira Transportes e Serviços Ltda - INTIME-SE a parte interessada para, querendo, apresentar contrarrazões ao Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias.

ADV: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA FILHO (OAB 10667/AM), ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM) - Processo 0602275-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aleiza Suzane do Nascimento Barros - REQUERIDA: Melissa Moura - INTIME-SE o advogado da requerente para em 5 (cinco) dias se manifestar acerca da possibilidade ou não do julgamento antecipado. Em caso afirmativo, justifique, pormenorizadamente, a referida necessidade sob pena de indeferimento.

ADV: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA FILHO (OAB 10667/AM), ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM) - Processo 0602275-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aleiza Suzane do Nascimento Barros - REQUERIDA: Melissa Moura - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 07/05/2019 às 11:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0602343-91.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Carlos Hudson de Souza Bessa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0602465-36.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Dalcilene Otaviano Portela - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 23/07/2019 às 11:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0602554-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Viviane da Silva Costa Novo - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0602746-60.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMADO: Previplan Benefícios (Previplan Clube) e outro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT) - Processo 0603345-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Juliano Marmetimi - Alessandra de Ré Marmetini - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal,

com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0603708-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Vista do Sol - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0604196-38.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para: a) DECLARO nulo o contrato de seguro, considerando-o como venda casada; b) CONDENO a parte ré a pagar à parte autora a cifra de R$ 633,67 em dobro, que totaliza R$ 1.267,34 a título de indébito (dano material), com juros e correção desde 12/01/2017 ; c) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a cifra de R$ 8.000,00 a título de dano moral, com juros e correção da data deste arbitramento.

ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM) - Processo 0604203-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Davi Araujo Rategne - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 29/05/2019 às 08:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0604790-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valdirene Nascimento Ishiba - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 24/07/2019 às 10:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0604874-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Clevesson Silva M. - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 08/05/2019 às 11:00h.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0604899-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Mereide Oliveira Mesquita - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM) - Processo 0604921-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - RECLAMANTE: Meure Juvenco Vidinha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM) - Processo 0605222-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Willian Vieira da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 23/07/2019 às 11:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0605338-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciano João de Freitas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: JOSELITO GOBBI (OAB 14045/AM) - Processo 0605963-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joselito Gobbi - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 14/05/2019 às 10:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: BRUNO EDUARDO THOMÉ DE SOUZA (OAB 7446/AM) - Processo 0606822-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rebeca Vitória Bruno Machado - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: ALESSANDRA DE LIMA OLIVEIRA (OAB 7547/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0607339-69.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: GRACILA BRITO NUNES - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: CRISTIANE GANDA RIBEIRO (OAB 11885/AM), ADV: MARCOS PAULO DOS SANTOS BRAGA (OAB 12624/AM) - Processo 0608605-57.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: João Gualberto Golvin Pinheiro Neto - REQUERIDO: Colegio Dom Bosco-Unidade Centro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0609550-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do

Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611214-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco Pan S/A - A parte autora informa nos autos autos que persistem os descontos indevidos e vem requerer a devolução dos valores descontados, bem como pedido de execução das astreintes, dentro dos termos da sentença transitada em julgado. Primeiramente, nos termos do art. 139, IV e 497 do NCPC, OFICIE-SE incontinenti ao Órgão Pagador (SEMAD) para ciência desta decisão a fim de que ultime providência a garantir o seu cumprimento, procedendo-se com a cessação dos descontos, sem prejuízo da obrigação da parte ré. Ainda, INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 5.000,00 à título de multa e de R$ 695,10 à título de dano material, sob pena, neste último caso, do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM), ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0611525-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Miressa Caroline Souza Barbosa - REQUERIDA: Geane de Moura Freitas - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0613767-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Dubom Fracionamento e Ind. de Cereais Ltda - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0616088-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0616400-51.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Josué Ribeiro da Silva - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que não houve manifestação no acordo acerca dos outros dois veículos bloqueados (BHD6514 e CWK1923), razão pela qual os mantive bloqueado para circulação total e passo a arquivar os autos como determinado em sentença. É o que me cumpre certificar.

ADV: WILSON EUSTÓGIO CORRÊA (OAB 200388/SP), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM), ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0616818-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Amazon Village - REQUERIDO: Cornerstone Brasil Incorporaçãoimobiliária Ltda, - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0619549-21.2017.8.04.0015 - Procedimento Comum - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Reserva do Parque - INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR negativo da carta postal enviada para parte contrária, indicando, assim um novo endereço ou outra forma de citação/intimação legalmente permitida para esse procedimento dos Juizados, sob pena de arquivamento.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0620254-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Aedra Siviele Rodrigues - REQUERIDO: Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Lojas Riachuelo S/A - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0620535-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimunda Soares Pereira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - DECISÃO Voltam-me os autos conclusos, com a sentença já proferida, mas com pleito da parte autora para ser redesignada a audiência em razão da parte autora está internada. Contudo, é mister lembrar que vige na lei processual civil o princípio da inalterabilidade da sentença, não podendo ser acolhido o pleito da parte autora para ver chamado a ordem o processo e desconsiderar a sentença publicada e transitada em julgado. Vide o que diz o CPC: Art. 494. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo; II - por meio de embargos de declaração. Por outro lado, vislumbro a possibilidade de isenção das custas processuais em razão da parte autora ter tido problemas de saúde, o que entendo como justa causa para isentar a parte autora, nos termos do §2º do art. 51 da Lei 9.099/95. Desta feita, INDEFIRO o pleito da parte autora para designar nova audiência, na medida em que há sentença publicada e com trânsito em julgado. Nesta oportunidade, ISENTO de pagamento de custas a parte autora, caso queira ajuizar outra demanda. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0626228-03.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0627778-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Manoel Giovani de Souza Oliveira Neto - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0628123-96.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento

dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

Alessandra de Lima Oliveira (OAB 7547/AM)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
André Silva Araújo (OAB 12451/ES)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bruno Eduardo Thomé de Souza (OAB 7446/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Ganda Ribeiro (OAB 11885/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Diane Giselle Angelim de Macedo (OAB 10051/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Eronilde Silva de Morais (OAB 255127/SP)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Ferreira de Souza Filho (OAB 10667/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joselito Gobbi (OAB 14045/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
LUCAS MACEDO BEZERRA (OAB 10275/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcos Paulo dos Santos Braga (OAB 12624/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Eustógio Corrêa (OAB 200388/SP)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2019

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0201880-83.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - A autora insiste na alegação de que a ré não cumpriu com a obrigação imposta na sentença. Juntou, às fls. 227, fatura com vencimento em 10/01/2019, emitida em 06/12/2018 e afirma, apesar de não comprovar, que realizou o pagamento de todos os débitos em aberto em 29/12/2018. Se a mesma quitou os débitos apenas após a emissão da fatura, não teria como a ré ter expedido a fatura com a tarifa social, eis que conforme já explicitado no despacho de fls. 218/219, para se manter na tarifa social a mesma deve cumprir com todos os requisitos dispostos no decreto nº 2.748/14, sendo um deles a adimplência. Na data da emissão da fatura, a mesma possui oito débitos em aberto, não tendo portanto, cumprido requisito supramencionado. Pelo exposto, não há o que se falar em multa, razão pela qual indefiro o pleito de fls. 224/227, dando a obrigação como devidamente cumprida pela ré. Não havendo mais o que se discutir nestes autos, eis que a sentença já fora liquidada, arquivem-se os autos, após a publicação deste, de forma definitiva. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0600110-43.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXECUTADA: Leila Pinheiro da Silva - Considerando que a executada responde pelos débitos até a arrematação, intime-se a ré para se manifestar quanto a tabela juntada pelo autor às fls. 148/152. Ademais, encontram-se bloqueados os seguintes valores: R$ 2.888,96 e R$ 196,33 (fls. 61/62) e R$ 460,76 (fls. 67/68), de forma que devem ser devolvidos a executada através de alvará eletrônico. Cumpra-se.

ADV: BIANCA DA SILVA JARDIM (OAB 13119/AM) - Processo 0600147-48.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXECUTADO: Gurgel Transportes Ltda. ME - Deixo de apreciar a petição de fls. 249/253, eis que fora protocolada intempestivamente. O valor bloqueado já fora transferido para o exequente, razão pela qual dou a obrigação como quitada. Não havendo mais o que se discutir nos autos, arquivem-se definitivamente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: MAURIANE BEZERRA TEIXEIRA (OAB 10009/AM) - Processo 0604281-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nair da Costa Castro - De ordem, fica designado o dia 11/04/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605025-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Osmarina Cardoso Seixas - De ordem, fica designado o dia 24/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0605058-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: L.F.P.S. - De ordem, fica designado o dia 24/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605295-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Viviane da Silva Guedes - Deve o autor cumprir o ato ordinatório de fls. 20 em sua integralidade, juntando a declaração subscrita pela genitora da requerente. Por derradeiro, concedo o prazo de 05 dias para o cumprimento do ato, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0605437-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Washington Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 25/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SORAYA RUÍZ DA ROCHA (OAB 13049/AM) - Processo 0605603-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ismael Alves de Lima e outro - De ordem, fica designado o dia 26/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0605729-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rejane Costa Freire - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM) - Processo 0605750-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Michel da Silva Marinho - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM) - Processo 0605821-39.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Socorro Filgueiras Pereira da Silva - De ordem, fica designado o dia 02/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0605873-35.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amoud Centro Educacional - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM) - Processo 0605880-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alana Morião Pires - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: IANA FARIAS GUIMARÃES (OAB 12099/AM) - Processo 0617355-14.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - EXEQUENTE: Aldenira Guedes Lopes - Intime-se a autora para tomar ciência da manifestação de fls. 139/141.

ADV: EDILSON BATISTA DE MENEZES JUNIOR (OAB 26464/BA), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM) - Processo 0621246-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edilson Batista de Menezes Junior - DESPACHO

ADV: JOSÉ WASHINGTON CAMPOS FERREIRA (OAB 12221/AM), ADV: JADSON DA SILVA SANTIAGO (OAB 12942/AM) - Processo 0623467-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nivaldo Luiz Pereira da Silva Junior - REQUERIDO: J.W.S.M. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 83/93 antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0624973-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Singolare - Indefiro o pedido de fls. 113/118, eis que o imóvel não se encontra em nome do devedor, conforme certidão narrativa juntada pelo próprio exequente. Intime-se o autor para apresentar novos bens livres e desempedidos, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0629567-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jucelia Almeida Martins - Deve o autor cumprir os atos ordinatórios de fls 17 e 23 em sua integralidade, juntando a declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência. Por derradeiro, concedo o prazo de 05 (cinco)dias para que o requerente cumpra o ato, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Manaus, 13 de março de 2019.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Bianca da Silva Jardim (OAB 13119/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Edilson Batista de Menezes Junior (OAB 26464/BA)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Iana Farias Guimarães (OAB 12099/AM)
Jadson da Silva Santiago (OAB 12942/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Washington Campos Ferreira (OAB 12221/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Mauriane Bezerra Teixeira (OAB 10009/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Soraya Ruíz da Rocha (OAB 13049/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0046/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0603576-23.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Fica Vossa Senhoria intimada da OBRIGAÇÃO DE FAZER, proferida na SENTENÇA de fls. 97/98, para satisfazer seu devido cumprimento no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa, conforme dispositivo a seguir transcrito.: " ...:voto no sentido de DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, para reformar, em parte, a sentença de Primeiro Grau, e JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Recorrente, termos em que: I) CONDENO o Réu ao pagamento de R$ 1.185,00 (um mil cento e oitenta e cinco reais), a título de repetição dobrada de indébito; II) MANTENHO o julgamento de improcedência do pedido de indenização por danos morais pleiteado pela Autora; III) DETERMINO ao Réu que proceda à interrupção dos descontos, sob pena de multa de R$ 500,00 reais por desconto indevido da tarifa (art. 537, CPC/2015). Deixo de condenar o réu ao pagamento de custas e honorários, por que tal somente se aplica ao recorrente vencido, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95."

Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0052/2019

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0202187-22.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da autora. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0202298-06.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Bradesco Capitalização S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0202440-10.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - Banco do Brasil S/A - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito , responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, INTIME-SE a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0600072-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Benchimol Irmão e Cia. Ltda. e outro - intime-se a parte requerida para manifestação no mesmo prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, conclusos (fila 58).

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0600106-35.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Ediézia dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0600339-32.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Evaneide de Souza Renovato Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0600521-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Liliany de Souza Costa - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela requerente para declarar inexistente o débito que motivou a negativação e condenar a requerida a pagar à requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Julgo procedente o pedido para condenar a requerida a excluir o nome da requerente do cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0600562-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Oscarina da Silva Campos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 485, VI, do CPC, julgo extintos os pedidos sem resolução do mérito em face do requerido. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0600600-94.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ivia Laurinda Lima Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0600603-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que presentes os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 1035/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0600622-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Donaio de Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes o pedidos constantes da inicial, para: A) condenar o requerido a pagar ao requerente o valor de R$ 251,30 (duzentos e cinquenta e um reais e trinta centavos) a título de repetição do indébito na forma simples, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 30/01/2015;

B) condenar o demandado ao pagamento da importância de R$ 1.000,00 (mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês com marcos iniciais a partir do arbitramento; Isento a ré do pagamento de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: SILAS DA COSTA CHAVES (OAB 13454/AM), ADV: JUAREZ CESAR FERREIRA DA SILVA (OAB 139986/MG) - Processo 0600851-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Geraldo Costa da Silva - Forte nesses argumentos, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a requerida ao pagamento da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária (INPC), ambos contados a partir do arbitramento. Deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0600880-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Alves Leal - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido para condenar a parte requerida a não efetuar descontos relacionados ao(s) seguro(s) ora impugnado(s) no contracheque ou conta corrente da parte requerente, sob pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) por desconto efetuado após intimação da decisão, e julgo improcedentes os demais pedidos da parte autora, por ter sido comprovada pela requerida a origem contratual dos descontos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0600906-63.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0601042-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Donaio de Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos para declarar nula a contratação de seguro impugnada na inicial e para condenar o requerido a pagar ao requerente o valor de R$ 1.675,20 (mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) a título de repetição do indébito em dobro, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Isento a ré do pagamento de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0601055-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Valdiney Moris de Sena, - Considerando que não houve o recolhimento das custas do processo, dada a ausência de comprovante de seu pagamento nos autos, julgo extinto sem resolução do mérito o processo com fundamento no art. 485, IV, do CPC, mantendo-se o recolhimento de custas como condição para o ajuizamento da demanda. A lei dos juizados especiais estabelece a gratuidade como regra, e estabelece, da mesma forma, que a ausência da parte autora acarreta a cobrança de custas processuais, de modo a evitar que o Judiciário seja acionado inutilmente, inibindo as condutas decorrentes de falta de diligência da parte que ignora as audiências pautadas.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: DANIELE MIRANDA SOUTO (OAB 12414/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0601200-18.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marcia Maria Serrao Cruz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses fundamentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo parcialmente procedente o pedido de repetição de indébito, condenando o requerido a pagar à suplicante o valor de R$ 5.250,49 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e nove centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) a partir da citação; 2 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o suplicado ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês a partir da prolação deste decisum. 3 - julgo procedentes os pedidos para declarar quitado o contrato de empréstimo e determinar que seja cancelado o cartão de crédito, e para condenar a requerida a não efetuar descontos por conta do contrato de empréstimo/cartão mencionado na inicial no contracheque da requerente, sob pena de repetição do indébito em dobro dos valores descontados após a intimação desta sentença.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0601562-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Raimunda Correa de Araujo - De ordem, fica designado o dia 21/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM) - Processo 0601690-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizeu Barbosa de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 09/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0601878-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio Souza Silva - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUCILEY TAVARES VINENTE (OAB 8834/AM) - Processo 0601893-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizabeth Tiago Cardoso - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: JESSICA SANTOS DE OLIVEIRA ATHAN (OAB 14225/AM) - Processo 0601901-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jomara Vales de Melo - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código

de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: JESSICA SANTOS DE OLIVEIRA ATHAN (OAB 14225/AM) - Processo 0601904-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jomara Vales de Melo - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0601913-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Soares de Sousa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM) - Processo 0601922-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação - REQUERENTE: Ezequiel Matos Nunes - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante. Observação: Não consta nos autos nenhum comprovante de residência.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0602043-80.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Reginaldo Junio Rodrigues de Castro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses argumentos, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 51, II, da Lei 9.099/95. Deixo de condenar o requerente ao pagamento de custas e de arbitrar honorários advocatícios em respeito ao comando normativo do art. 55 da Lei n.º 9.099/95.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0602218-74.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Elizabeth Bezerra Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602349-49.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Rosangela Bastos dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0603039-78.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Altacir da Costa Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Observo que a parte autora impugnou a mesma contratação no processo n. 0605396-65.2017.8.04.0020, e que o contrato de empréstimo foi juntado às páginas 114 a 120 daqueles autos no dia 16/08/2018. Com fundamento no poder instrutório do juízo e no art. 372 do CPC, que permite a utilização de prova emprestada mediante observância do contraditório, determino intimação das partes para manifestação a respeito do documento mencionado no processo retrocitado e seus efeitos no presente processo. Concedo às partes o prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos (fila 58).

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605227-78.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Igor de Carvalho Leal Campagnolli, responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, concedo prazo de 10 (dez) dias para que a parte requerida se manifeste acerca das alegações do autor de fl. 172-185.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: SUELY DIANA A. OLIVIERA (OAB 4859/AM), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605519-29.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diego Nascimento de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, confirmando a liminar, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo requerente para declarar inexigíveis os débitos que motivaram as negativações e para condenar a requerida a pagar ao requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: VANESSA MACIEL DE ANDRADE CARDOSO (OAB 12599/AM) - Processo 0606693-73.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Julio Cesar Gomes da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses argumentos, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes o pedidos constantes da inicial, para: A) condenar o requerido a não efetuar descontos no contracheque do autor por conta do empréstimo impugnado na inicial, sob pena de repetição em dobro do valor descontado após intimação da sentença; B) condenar o requerido a pagar ao requerente o valor de R$ 1.677,15 (mil, seiscentos e setenta e sete reais e quinze centavos) a título de repetição do indébito

na forma simples, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação; C) condenar o demandado ao pagamento da importância de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês com marcos iniciais a partir do arbitramento;

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0607241-98.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Kelle Almeida Maciel - Forte nesses argumentos, e com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos da inicial para condenar o requerido Juan Pinto Montenegro a pagar à requerente a quantia de R$ 298,57 (duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do ajuizamento da demanda, tendo em vista que tal valor já está atualizado até a data do ajuizamento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG) - Processo 0607377-95.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Francisco Campelo de Souza - De ordem, fica designado o dia 21/05/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: INGRID KELLY G. COSTA (OAB 7081/AM), ADV: ADRIANA GONZALEZ SEVILHA (OAB 400844/SP), ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM) - Processo 0607644-67.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Cleurides Ferreira da Silva - EXECUTADO: Iugu Serviços Na Internet S/A - Vistos, etc..., Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 119, que denegou seguimento do RECURSO INOMINADO, por deserção, vez que o Recorrido não comprovou o recolhimento das custas. Em relação ao pedido da petição de fls. 124-128 de reconsideração da decisão proferida, indefiro o mesmo por não vislumbrar qualquer fundamento para reconsiderar o decisum, resistido por seus próprios fundamentos. Dessa maneira, impõe-se a manutenção da decisão, por considerar válidos os atos já praticados. Prossigo aduzindo que as razões ora expostas pelo recorrente não me impressionam, aptas a abalarem os fundamentos expostos na r. decisão combatida. Ante o exposto, mantenho a decisão de fls. 119 e, INDEFIRO o pedido de fls. 124-128. DELIBERANDO: Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/ Decorrido o prazo e não havendo comprovação de pagamento nos autos, autorizo desde já que a Secretaria atualize o cálculo e proceda ao bloqueio eletrônico do valor apurado. Realizada a constrição, intime-se o executado na pessoa de seu advogado, para, querendo, manifestar se no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 854, § 3º, I do NCPC. Frustrado o bloqueio, promova-se incontinente consultas RENAJUD, INFOJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ EDUARDO VUOLO (OAB 130580/SP) - Processo 0608025-75.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERIDO: Mm Fomento Mercantil Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0608029-15.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Amelia Rodrigues de Souza - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0608280-33.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que presentes os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608580-92.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMADO: Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: AGATHA RAYZA CHRISOSTOMO DO VALLE (OAB 13636/AM) - Processo 0608754-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hugo Tomaz de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo requerente para declarar inexigível o débito que motivou a negativação ora impugnada e para condenar a requerida a pagar ao requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Condeno a requerida a excluir a inscrição no cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608836-35.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ana Cleia Chaves da Costa - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela requerente para declarar inexistente o débito que motivou a negativação e condenar a requerida a pagar à requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros

de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Julgo procedente o pedido para condenar a requerida a excluir o nome da requerente do cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0609130-87.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A (vivo) - REQUERIDO: Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0609277-16.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adelson de Jesus Correa Soares - RECLAMADO: BradesCard S/A - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0609507-58.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francelina Lopes Bezerra - REQUERIDO: Itapeva Recuperação de Créditos Ltda - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: MÔNICA ELCIRA MERGULHÃO DAMACENA (OAB 13387/AM) - Processo 0614371-76.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tatiane Angélica Berger Sampaio - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: RAFAEL FONDAZZI (OAB 58844/PR) - Processo 0621638-80.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: C G Neves Studio Fotográfico Ltda - Epp - De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, para, querendo, manifestar se sobre as referidas consulta, bem como para requerer o que entender de direito.

Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Adriana Gonzalez Sevilha (OAB 400844/SP)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Agatha Rayza Chrisostomo do Valle (OAB 13636/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniele Miranda Souto (OAB 12414/AM)
DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Ingrid Kelly G. Costa (OAB 7081/AM)
Jessica Santos de Oliveira Athan (OAB 14225/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047/AM)
José Eduardo Vuolo (OAB 130580/SP)
Juarez Cesar Ferreira da Silva (OAB 139986/MG)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 1035/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Mônica Elcira Mergulhão Damacena (OAB 13387/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Rafael Fondazzi (OAB 58844/PR)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ruciley Tavares Vinente (OAB 8834/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silas da Costa Chaves (OAB 13454/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Suely Diana A. Oliviera (OAB 4859/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vanessa Maciel de Andrade Cardoso (OAB 12599/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605971-39.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Vanusa Lima Mendes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por não vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls. 203-208 somente em seu efeito devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Com a publicação, fica a parte recorrida intimada para, no prazo de 10 dias, apresentar, querendo, suas contrarrazões. Após o transcurso do prazo acima, manifestando-se ou não a recorrida, encaminhem-se os autos à Egrégia Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0606189-67.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Margarida Conceição Santos - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda. (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de (05) cinco dias.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0022/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0200084-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de pedido de reabertura do processo, com posterior designação de audiência, formulado pela parte autora às f. 53. Considerando plausível a motivação da ausência à sessão antes designada, DEFIRO o desarquivamento pleiteado e pauto nova audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 09/04/2019 às 12:00 horas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CASSIA TAMIRIS GOMES FERNANDES (OAB 9306/AM) - Processo 0200180-06.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Eudiraciy Moares da Silva - Intime-se a parte executada para embargar a execução em 15 (quinze) dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem o aforamento dos Embargos, v. conclusos.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0200740-74.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Ada Maria Mota da Silva - Intime-se a parte exequente para se manifestar, em 05 dias, sobre os documentos de f. 154-161. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: ALEXANDRE BATISTA MENDES (OAB 3977/AM) - Processo 0201106-16.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Mario Alcir Monteiro Rodrigues - Rosangela Santos do Carmo - Dispositivo A teor do exposto, determino: A) Condeno o réu na obrigação de providenciar em 5 (cinco) dias a limpeza no terreno do autor, retirando os restos de construção; B) Condeno o autor na obrigação de permitir a entrada do réu, ou de pessoa indicada por este, para efetuar a limpeza em seu terreno. C) As obrigações acima expostas, deverão ser cumpridas por ambas as partes sob pena de multa diária de R$ 100,00. Improcedente os pedidos de danos morais, conforme fundamentação. Sem custas e honorários, salvo recurso. Manaus,13 de fevereiro de 2019 Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0201574-77.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Converto o julgamento em diligência, e o faço ao entendimento de que faz-se necessária Inspeção Judicial no local do conflito, em razão de mostrar-se essencial estabelecer-se em grau de certeza se ali existe canalização independente da residência do autor que esta ocasionando alagamento na área residencial, de moldes a viabilizar um justo e seguro julgamento. De efeito, designo o servidor deste juízo, que entendo apto ao mister, Antônio Rocha de Oliveira, para envidar inspeção judicial no local em que se encontram os terrenos, no dia 20 de março de 2019, às 11:00h. Informe-se o Servidor acima mencionado. Dê ciência às partes. Após a juntada do relatório, v. conclusos imediatamente. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ANDRÉA FRANÇA DE SOUZA (OAB 137342/RJ), ADV: KAISER CORRÊA RIBEIRO (OAB 4904/AM) - Processo 0201697-17.2014.8.04.0092 (apensado ao processo 0700113-23.2012.8.04.0092) (processo principal 0700113-23.2012.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Clever Glória de Lima - Intime-se o(a) exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte executada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0203352-87.2015.8.04.0092 (apensado ao processo 0602784-40.2014.8.04.0092) (processo principal 0602784-40.2014.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: OPERADORA CLARO FIXO - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EMBRATEL - INTSSADO: Claro S/A e outro - De ordem, do Juiz de Direito, intime-se o réu para complementar os dados bancários, tendo em vista que não há informação de qual banco se trata os dados da conta e agência.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0600176-64.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Allegro - Intime-se a parte exequente para, em 15 dias, indicar bens penhoráveis dos executados, sob pena de o processo ser extinto, nos termos do Art.53, §4º da Lei 9.099/95.

ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM) - Processo 0600790-35.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERIDA: Cristiane Carvalho Lopes - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 6.667,33 (seis mil seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de

saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0601174-95.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Keyla Brasil Itadani - Intime-se a exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o CNPJ da executada para o prosseguimento da execução via Bacenjud, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ) - Processo 0601513-54.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.780,47 (quatro mil setecentos e oitenta reais e quarenta e sete centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0601586-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Helena Karim Sena de Brito - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos referentes ao empréstimo em discussão da pensão por morte previdenciária da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: KAREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 140475/RJ) - Processo 0601656-43.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Marlison Mendes da Silva - Joiciane Teixeira de Souza - EXECUTADO: Jc Alumínio e Vidraçaria - Alaor Batista Grandal - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 5.708,50 (cinco mil setecentos e oito reais e cinquenta centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0601896-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Keila Andreia de Castro Cavalheiro - Vislumbrando, pois, presentes os pressupostos do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil, ordeno à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente à fatura de vencimento 31/08/2018 (f.22), ou, caso já tenha inserido, que efetue sua retirada, sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0601903-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Bruno Roberto de Oliveira Mendonça - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FABIANA COSTA MATTOS (OAB 12417/AM) - Processo 0601906-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Leticia Cavalho de Cassio - Nestes moldes, identificando presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, concedo a tutela de urgência antecipada por que pugna a parte autora para ordenar à parte requerida que abstenha-se de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade de consumo de matrícula nº 2216844-3, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), ou, caso o tenha feito, que o restabeleça em 24 horas, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Ordeno à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente à fatura de consumo dos meses de outubro de 2017 a fevereiro de 2019, ou, caso já tenha inserido, que efetue sua retirada, sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601909-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Alfredo Martins Barroso - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601910-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alfredo Martins Barroso - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601911-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Alfredo Martins Barroso - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência

de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/05/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601912-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Domingos Savio Trindade C. - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/05/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM) - Processo 0601915-04.2019.8.04.0092 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Aurilene de Sales Pantoja Starling - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/04/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601916-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Lucia Silva C. - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/05/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM) - Processo 0601917-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wellynton Toscano Passos - Indefiro o pedido da parte requerente quanto a inversão do "onus probandi" na relação jurídica entelada, em virtude deste caber ao autor por ser fato constitutivo de seu direito, por conseguinte designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁDIA ASSAD DE ALMEIDA (OAB 7044/AM) - Processo 0601919-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos Tavares - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0601927-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Ely Rodrigues da Silva - Vislumbrando, pois, presentes os pressupostos do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil, ordeno à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente às faturas de consumo do período em contenda, ou, caso já tenha inserido, que efetue sua retirada, sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0601934-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cleide Helena Mendonça Gloria - Vislumbrando, pois, presentes os pressupostos do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil, ordeno à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente às faturas de consumo do período em contenda, ou, caso já tenha inserido, que efetue sua retirada, sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/05/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0601938-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jairo Tavares de Moraes - Vislumbrando, pois, presentes os pressupostos do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil, ordeno à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente às faturas de consumo do período em contenda, ou, caso já tenha inserido, que efetue sua retirada, sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/05/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601942-21.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Clube - Vieram conclusos os autos, em razão do pedido de suspensão formulado pela parte autora em termo de audiência às f.147. Em análise destes autos, noto que o acordo mencionado de f.136/138 fora juntado sem as assinaturas das partes e que os requeridos Diego Lopes Silva e Cinthia Monteiro Lopes da Silva não foram citados, conforme a certidão do Oficial de Justiça às f. 139. Posto isto, indefiro o pleito de suspensão e ordeno que intime-se a requerente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço das partes requeridas, sob pena de extinção do processo Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0601944-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marines Cardoso Coelho - Vislumbrando, pois, presentes os pressupostos do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil, ordeno à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente às faturas de consumo do período em contenda, ou, caso já tenha inserido, que efetue sua retirada, sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/05/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO DE MELLO PEDROSA (OAB 1776/AM) - Processo 0602194-58.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Maria Clevandira Nogueira Lopes - Intime-se a parte exequente para, em 15 dias, indicar bens penhoráveis do executado, sob pena de o processo ser extinto, nos termos do Art.53, §4º da Lei 9.099/95.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0602387-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: I B de M Cardoso - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0602557-11.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, nos termos do art. 54 § único da Lei 9.099/95 c/c art. 3º, § 1º do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, in verbis: Art. 54 - Parágrafo único: O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas

processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. Art. 3º, § 1º - No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0603210-13.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADA: Terezinha de Almeida Haseyama - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 1.273,70 (mil duzentos e setenta e três e setenta centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0603607-72.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 15/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0603854-24.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: EDIVAN MELO SILVA - EXECUTADO: Lojas Losango Promoções de Vendas Ltda. - CLARO S/A - A parte exequente pediu o desarquivamento dos autos para requerer a multa astreintes diária de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme decisão de f. 12, calculadas por 529 dias que permaneceu negativado indevidamente, perfazendo o montante de R$ 158.700,00 (cento e cinquenta e oito mil e setecentos reais). Intimadas as partes executadas para se manifestarem, deixaram transcorrer o prazo sem nenhuma manifestação conforme certidão de f. 136. Atualização do débito às f. 137. Após a decisão de fls. 138, a Executada CLARO S.A., requereu a exclusão da lide, por não reconhecer a multa imposta, uma vez que, cumpriu voluntariamente com a obrigação, conforme deposito judicial de f. 114. Vieram-me os autos. Decido. Diante dos fatos narrados acima, aduz razão a parte Executada Claro S.A., que na ocasião cumpriu com a obrigação devida, motivo pelo qual DEFIRO o pedido de f. 141/145, coma exclusão da lide da Executada Claro S.A., dando-se por cumprida todas as obrigações a ela impostas. Prossiga-se com a execução apenas contra à parte Losango Promoções de Vendas Ltda. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0603957-02.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Allegro - Intime-se o(a) exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte executada, tendo em vista a certidão de f. 238. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0604304-93.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fabiolo Amaro de Melo - Fábia Amaro de Melo - Certifico para os devidos fins que, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC e de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, em razão da não citação do requerido para comparecimento em audiência designada para a presente data, promovo a readequação destes autos na pauta de audiência, ficando assim, redesignada a audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 31/05/2019 às 09:45h. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0604543-34.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: E. da Silva Betcel (E.s.b. Comercio de Maquinas e Equipamentos) - Intime-se o(a) exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte executada, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604562-06.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0604605-74.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: E. da Silva Betcel (E.s.b. Comercio de Maquinas e Equipamentos) - Intime-se o(a) exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte executada, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM) - Processo 0604617-54.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Givanildo Reis Andrade - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Diante da petição de f. 115/116, defiro parcialmente o pedido e determino a expedição de alvará em favor do executado no valor pago voluntariamente às f. 117/118. Expeça-se ainda alvará em favor da exequente para saque do valor bloqueado às f. 111, uma vez que o valor bloqueado encontra-se em conformidade com a certidão de f. 100. Intimem-se as partes, para que no prazo de 05 dias, indiquem suas respectivas contas bancarias para elaboração dos mesmos. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0604805-18.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Centro Educacional Raimundo Belo Ferreira - EXECUTADA: Raquel Lisboa da Silva - Compulsando os autos, detém razão a parte Exequente quanto ao fato alegado na petição de f. 78/79, com relação ao valor da execução, motivo pelo qual RETIFICO em parte da decisão de f. 70/71. Onde se lê: "... devendo tal quantia ser depositada judicialmente, até a satisfação

do total devido - R$ 2.247,17", leia -se: "... devendo tal quantia ser depositada judicialmente, até a satisfação do total devido - R$ 8.501,39". Expeçam-se novos ofícios à Prefeitura Municipal de Fonte Boa e à Secretaria Municipal de Assistência Social de Fonte Boa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO MARFORI SAMPAIO (OAB 222988/SP), ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM), ADV: IVO PEREIRA (OAB 143801/SP) - Processo 0605476-70.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João Paulo Marquez Romano - REQUERIDO: Unidas S/A - R Brasil Soluções S.a. - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0605683-69.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Defiro o pedido de cumprimento de sentença. Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.265,18 (três mil duzentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime-se a executada para, em 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o pedido de astreintes de f. 104-107. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LEIDY DAIANA SOUTELO BATISTA (OAB 9413/AM) - Processo 0605830-66.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Rayssa Lima Reis - Intime-se a exequente para, em 15 dias, indicar bens penhoráveis dos executados, sob pena de o processo ser extinto, nos termos do Art.53, §4º da Lei 9.099/95.

ADV: MANOEL VICENTE DA SILVA NETO (OAB 13488/AM) - Processo 0605833-50.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Bernardina da Silva Lima - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença. Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.071,01 (três mil e setenta e um reais e um centavo), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime-se a parte executada para, em 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o pedido de astreintes de f. 94-97. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0605873-32.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Oi S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 10.091,26 (dez mil e noventa e um reais e vinte e seis centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0605911-44.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Erycina Gadelha Saraiva Ramos - Verificando que a justificativa apresentada pela autora foi devidamente corroborada pelo documento de f. 112, defiro o pedido de reabertura do processo. Ademais, considerando a certidão de f. 108, intime-se a requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da requerida, Carmen Leal Montenegro, para o regular prosseguimento do processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0605964-25.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Netflix Entretenimento Brasil Ltda. - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 2.089,92 (dois mil e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0605988-53.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - Intime-se a parte autora para, em 05 (cinco) dias, fornecer o correto endereço do requerido, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0606052-63.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Allegro - Intime-se a parte autora para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço dos requeridos, Sra. Zuila Karine Ribeiro Tomaz e Sr. Fábio de Souza Nogueira. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB

876/AM) - Processo 0606458-21.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de execução de sentença. Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 13.767,58 (treze mil setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime-se a parte executada para, em 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o pedido de astreintes de f. 190-205. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0606460-54.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Cema - Centro de Ensino Maria Angelim Ltda. - Intime-se a parte exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço do executado, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0606719-20.2016.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Corretagem - EXEQUENTE: Rigoney Saraiva Amorim - Susana Saraith da Silva - EXECUTADO: Residence Consultoria Imobiliária - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Passo a decidir. A princípio, anoto que a embargante frisa não ter qualquer ligação com os réus, porém infiro que o embargante pertence ao mesmo grupo econômico dos réu, haja vista que não comprovou por qualquer meio suas alegativas neste aspecto. De sua parte, o exequente juntou aos autos pedido de continuidade da execução com a penhora, brandindo que as rés possuem ligação com a embargante. Ademais, em se tratando penhora de valores via Bacenjud a urgência do provimento é condição para o sucesso da medida, pois a demora poderá possibilitar o saque dos valores depositados, o que inviabilizaria o êxito da constrição, além do que se limitou a embargante a fundamentar o periculum in mora no fato de ter sido efetuada a penhora em seus ativos no valor de R$ 42.890,60 (quarenta e dois mil, oitocentos e noventa reais e sessenta centavos), sem contudo demonstrar o efetivo prejuízo decorrente desse bloqueio. De outra via, a jurisprudência, com vistas ao resguardo dos direitos do exequente e atendendo ao escopo do processo executório, de satisfação do crédito perseguido, vem atendendo possível a constrição de valores em casos que tais. Ante o exposto, julgo improcedente a impugnação, consoante a fundamentação transata. Transitada esta em julgado, prossiga-se a execução em seus ulteriores termos. Sem custas e honorários salvo recurso.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0607029-89.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.165,44 (quatro mil cento e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0607404-56.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Rosania Jardim Reis - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do “onus probandi”. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 17/05/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0607404-56.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Rosania Jardim Reis - EXECUTADO: Transportes Pinheiro (J. P. Matos - Epp) - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 2.806,78 (dois mil oitocentos e seis reais e setenta e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274AM) - Processo 0607682-57.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Marco Polo Vicente - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0607898-18.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: E. S. B. Comércio de Máquinas e Equipamentos - Intime-se o(a) exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o correto endereço da parte executada, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607899-03.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Vieram conclusos os autos, em razão da petição de f.148 formulada pela parte ré. Em síntese da sobredita petição, a parte requerida pugna que este juízo oficie ao órgão pagador do beneficio do demandante, para cancelamento dos contratos que comprometeu-se a declarar nulos, em acordo firmado nestes autos às f.144/146. Posto isto indefiro o pleito pela ausência de elementos que indiquem a sua plausibilidade. Intimem-se.

ADV: AFONSO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (OAB 8455/AM) - Processo 0608006-47.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Forest Hill - Intime-se o(a) exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o correto endereço da parte executada, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608107-84.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Maria Helena - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 22/04/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0608818-89.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Club - Intime-se o(a) exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte executada, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

Afonso Ribeiro da Silva Junior (OAB 8455/AM)
Alexandre Batista Mendes (OAB 3977/AM)
Andréa França de Souza (OAB 137342/RJ)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cassia Tamiris Gomes Fernandes (OAB 9306/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabiana Costa Mattos (OAB 12417/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fádia Assad de Almeida (OAB 7044/AM)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ivo Pereira (OAB 143801/SP)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
Kaiser Corrêa Ribeiro (OAB 4904/AM)
Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 140475/RJ)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leidy Daiana Soutelo Batista (OAB 9413/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Vicente da Silva Neto (OAB 13488/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Paulo de Mello Pedrosa (OAB 1776/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Ricardo Marfori Sampaio (OAB 222988/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Stefany Bianca Nascimento Tavares (OAB 9341/AM)
VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0057/2019

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0600375-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Clodoaldo Pereira Braga - Logo, INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos dos dispositivos acima elencados e do art. 485, I, do CPC. Exclua-se da pauta de audiências. Prejudicado o pedido de liminar e demais questões de mérito. Sem custas. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: FRANCYNE NEGRO VAZ LEAL (OAB 10447/AM) - Processo 0614725-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adelene de Souza Cruz - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Tendo em vista que a decisão de fls. 216/217 põe fim à execução, já que, adotadas as medidas ali declinadas, o processo extinguiria em decorrência do processo de recuperação judicial da devedora, conheço dos aclaratórios de fls. 218/220 (aplicação analógica do Enunciado 143 - FONAJE). Assim, devido à potencialidade de mudança da decisão combatida, intime-se a executada para, querendo, manifestar-se em 10 dias. À Secretaria, para as devidas providências.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0627279-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Conceição Mota Segadilha - REQUERIDO: Braga Veículos Ltda - Bv Leasing - Arrendamento Mercantil S.a - De ordem, intimo os embargados Maria da Conceição Mota Segadilha e Braga Veículos Ltda para, querendo, manifestarem-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Francyne Negro Vaz Leal (OAB 10447/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0201009-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: CLAUDIO DOS SANTOS SALGADO - ANDERSON TEIXEIRA DA SILVA - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, REJEITO A PRELIMINAR ARGUIDA e, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial e, via de consequência, CONDENO SOLIDARIAMENTE os reclamados ao pagamento de R$ 6.370,00, com incidência de juros legais e correção monetária (INPC) devidos desde a data do evento danoso (14/02/2018), bem como ao pagamento de R$ 80,00 referente ao pagamento realizado para elaboração dos orçamentos, com incidência dos mesmos consectários legais, a partir do desembolso (19/02/2018). Improcedente o pedido de fixação de indenização por dano moral. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MARITZA VALÉRIA TAVARES DIBO (OAB 12139/AM) - Processo 0201161-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: ALEXANDRE DOS SANTOS GOMES - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. O recorrido, por ser revel sem advogado constituído nos autos, terá o prazo correndo em Cartório. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0201492-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Thiago Vany Trindade Gomes e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.001,60 (Cinco mil e um reais e sessenta centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.501,76 (Cinco mil, quinhentos e um reais e setenta e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ELIZABETH REGINA MORAES MATIAS (OAB 8654/AM) - Processo 0201927-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Errol Flynn Rodrigues de Sena Junior e outros - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido deduzido pela autora, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 c/c arts. 186 e 927 do CC e, via de conseqüência, CONDENO ERROL FLYNN RODRIGUES DE SENA JÚNIOR a ressarcir à autora a quantia de R$ 12.199,27, a título de reparação de dano material, sobre a qual deverão incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial desde o evento danoso (27/3/2018), consoante fundamentação supra. JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, por ilegitimidade passiva ad causam, em relação a Maurício Teixeira da Silva e Ceres Jane Pereira Coelho. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LAURO DOMINGOS SANTOS DE CARVALHO (OAB 4379/AM) - Processo 0204904-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDA: VALERYA DOS SANTOS DE C. NOBREGA - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pelo autor, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 c/c arts. 186 e 927 do CC e, via de conseqüência, CONDENO a reclamada a ressarcir ao autor a quantia de R$ 3.473,24, a título de reparação de dano material, sobre a qual deverão incidir juros legais desde a citação e correção monetária oficial desde o evento danoso (26/7/2018), consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM) - Processo 0602554-59.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Maria Aparecida Pereira de Azevedo - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KALEB SILVA DE MELO (OAB 15956/RN) - Processo 0602989-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Juliana Camara Rodrigues de Sousa - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: THIAGO PACHECO RODRIGUES (OAB 8826/AM) - Processo 0603171-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Shih Hung Chi, - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0603200-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcondes Ramalho de Lima - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0603211-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tarcizo Fonseca Pereira Filho - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0603378-18.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0603382-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0604253-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE:

Carlos Alberto Dias Carvalho - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 13/05/2019 às 09:30h, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0604891-89.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do FornecedorItaú Unibanco S/A - Janio Sabino de Souza - De ordem do Exmo. Dr. Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior, Juiz de Direito titular deste Juizado, comunico-lhe que o(a) Sr.(a) Janio Sabino de Souza, já devidamente qualificado(a), registrou a Reclamação que tomou o n.º 0604891-89.2017.8.04.0015, neste Juizado, contra V. Sa.. Objetivando evitar continuação prolongada da ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica V.Sa. citada a comparecer à audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento da 12º Vara do Juizado Especial Cível designada para 15/08/2017 às 10:00h, no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será tentada solução amigável que atenta a seus interesses e aos do Reclamante, sem quaisquer despesas.No mesmo ato, fica V.Sa. Intimada da decisão interlocutória (antecipação de tutela) de fls. 60/62 proferida nos autos do referido processo.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0604891-89.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - RECORRENTE: Itaú Unibanco S/A - RECORRIDO: Janio Sabino de Souza - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0605735-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Beatriz Santos do Carmo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante disso, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Em oportuno, trago que em colação a decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000199-73.2018.8.04.9000, que determinou a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: - a legalidade de contratos de empréstimo consignado em que não há especificação sobre o negócio jurídico entre as partes, se se trata de um empréstimo consignado tradicional ou de empréstimo mediante cartão consignado, sem apresentação das taxas de juros e demais incidências ou números de prestações deste tipo de negócio jurídico, ou número de prestações, como nos casos qye envolvem o Banco BMG, Banco Olé Consignado S/A; Banco Bonsucesso, entre outros; - a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para realização de compras ou saques complementares; e - a existência ou não do dever de repetição do indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor. Entrementes, diante do que restou relatado, e atendendo à determinação contida na decisão alhures, determino o sobrestamento da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito, sem prejuízo da tutela de urgência concedida. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. Sobrestem-se os autos.

ADV: EDENICE DOS ANJOS MARQUES (OAB 10571AM) - Processo 0605756-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Arthur Luiz Silva de Oliveira - Diante disso, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Em oportuno, trago que em colação a decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000199-73.2018.8.04.9000, que determinou a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: - a legalidade de contratos de empréstimo consignado em que não há especificação sobre o negócio jurídico entre as partes, se se trata de um empréstimo consignado tradicional ou de empréstimo mediante cartão consignado, sem apresentação das taxas de juros e demais incidências ou números de prestações deste tipo de negócio jurídico, ou número de prestações, como nos casos qye envolvem o Banco BMG, Banco Olé Consignado S/A; Banco Bonsucesso, entre outros; - a ocorrência ou não de danos morais quando o contratante utiliza o cartão consignado para realização de compras ou saques complementares; e - a existência ou não do dever de repetição do indébito, quando os pagamentos realizados ultrapassarem o valor inicialmente recebido pelo consumidor. Entrementes, diante do que restou relatado, e atendendo à determinação contida na decisão alhures, determino o sobrestamento da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito, sem prejuízo da tutela de urgência concedida. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. Sobrestem-se os autos.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0605783-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Tirzah Clamentino de Oliveira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, com os devidos documentos do Requerente, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o documento de identificação (RG) e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0605824-91.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amoud Centro Educacional - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o valor da causa; (X) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada (do ano corrente), de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; (X) CONTRATO SOCIAL/ADITIVOS (Contendo a identificação dos sócios habilitados a representar a empresa judicialmente);

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0605864-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cristiano Rego da Cunha - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MARIANNA LIRA DA ROCHA (OAB 11244/AM) - Processo 0605924-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Erika Mariana de Oliveira Cardoso - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0605938-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Caroline Guimarães do Valle - De ordem, intimo o autor para, no

prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0605958-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ivis Cabral Rodrigues - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) O número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (x) O comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: LUAN DAMASCENO DA CUNHA (OAB 11922/AM) - Processo 0605971-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Murilo Alves da Cunha Junior - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade da declarante.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM) - Processo 0606294-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Laranjeiras - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 141/142, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. EXCLUO da lide o réu Bradesco, conforme acordo ora homologado. Atualize-se o SAJ. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608556-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 3.293,07 (Três mil, duzentos e noventa e três reais e sete centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 3.622,37 (Três mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608765-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fabiana Duarte Monteiro - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões a Impugnação ao cumprimento de sentença, juntado às fls. 130/135, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES (OAB 3676/AM), ADV: RÔMULO RAFAEL SILVA CARVALHO (OAB 10504/AM) - Processo 0610205-16.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gabriela Guimaraes da Silva - A executada propôs o parcelamento do débito nas fls. 59/61, o que foi aceito pela credora e posteriormente homologado (fls. 65 e 70). Pagou-se o equivalente a 30% à vista (R$ 1.038,00 - fls. 60/61) e o restante da dívida fora parcelada em 6 vezes de R$ 403,00, totalizando R$ 2.418,00. Houve pagamento de três parcelas que, somadas, totalizam R$ 1.203,00 (fls. 67/68, 79/81 e 89/90). Restavam, portanto, mais três no total de R$ 1.215,00. Nas fls. 107/109, porém, a devedora juntou comprovante de pagamento de R$ 1.200,00, pedindo pela retirada da penhora e extinção do processo. Como se vê, porém, restam R$ 15,00 para a quitação total da dívida. Assim, intime-se a requerida para que comprove o pagamento dos R$ 15,00 remanescentes. Em o fazendo, intime-se a credora para ciência e, querendo, manifestar-se em 5 dias, considerando o pedido pelo arquivamento dos autos e exclusão da penhora do veículo. Por fim, retornem-se conclusos.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: CECÍLIA AROUCHA JIMENES (OAB 10261/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0610547-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Solange Cordeiro Pereira Aroucha - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Portanto, expeça-se a certidão de dívida, em favor do Autor/Credor para que providencie a habilitação de seu crédito. Cumprida as diligências apontadas, e após, dê-se baixa e arquivem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0610774-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - REQUERIDO: Civilcorp Incorporações e outro - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: MÔNICA ARAÚJO RISUENHO DE SOUZA (OAB 7760/AM), ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM) - Processo 0612008-34.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Berwanger Ruschel - REQUERIDO: Gutemberg de Matos da Motta - Tão logo os autos retornaram da turma recursal, o devedor, independentemente de intimação, compareceu aos autos pondo-se à disposição para cumprir a sentença, na melhor maneira possível às partes litigantes (fls. 122/124). Após concordância do credor, o pedido de parcelamento foi homologado (fl. 142), tendo-se determinado que efetuasse a transferência do veículo. Depois da cooperação do credor, que pagou R$ 79,67 (fls. 151/153), e de determinação deste Juízo (fl. 165), o devedor promoveu o ressarcimento do credor e comunicou ter dado entrada no pedido de transferência junto ao Detran (fls. 168 e 179/181). Note-se que o prazo de 15 dias para o cumprimento da obrigação de fazer começou a partir da intimação daquela decisão em 12/2/2019, com término em 7/3/2019 (fl. 167). Junto de sua derradeira manifestação, o protocolo de entrada no Detran data de 1º/3/2019. Pois bem. Feito todo esse introito, não vislumbro qualquer má-fé ou intenção de se furtar à responsabilidade por parte do executado; tampouco nítida intenção de dolosamente descumprir a determinação já transitada em julgado. Dessa maneira, indefiro o pedido de aplicação de multa por não compreender estar o devedor em mora judicial. Suspendo o processo pelo prazo de 40 dias corridos, findo o qual seja intimado o devedor para que informe o estágio do pedido administrativo, em 10 dias. Após, cientifique-se o credor que deterá o prazo de 10 dias para manifestação, vindo-me conclusos em seguida. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0612199-79.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo requerido para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS NAZARÉ (OAB 8890/AM) - Processo 0612294-12.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Júlio Ribeiro de Oliveira - REQUERIDO: Hleite Hotelaria Ltda Ou Jh Hotelaria

Ltda Me (Pousada Diplomata) - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: SAULO ROCHA VERAS (OAB 5007/AM) - Processo 0613138-59.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Pedro Abílio da Frota Veras - A fl. 89 indica que o contrato de alienação fiduciária já foi quitado pela executada, mas que, por sua escolha, ainda não regularizou a situação junto ao Detran, o que manteve a restrição da alienação no Renajud. Dito isso, tendo em vista a notícia trazida aos autos pelo credor, dando conta de que a alienação fiduciária já foi satisfeita entre o devedor e a instituição financeira respectiva, fl. 89, expeça-se mandado de penhora e avaliação do veículo, que permanecerá na posse da executada, tendo em vista o princípio da menor onerosidade da execução. Caso haja demonstração de que a devedora não coopera com o processo, revisitarei o pedido de designação do exequente como depositário fiel. Após a penhora e avaliação, intime-se o credor para que diga que deseja adjudicar o bem, promover a alienação privada ou se deve ele ser levado a leilão judicial, em 5 dias. No caso de adjudicação, tem de cumprir o disposto no art. 876, § 4º, do CPC. Insira-se restrição de transferência do automóvel junto ao Renajud.

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0613593-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Renata Guimaraes da Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando o valor das faturas após refaturamento indicado nas fls.183/184, ao setor de cálculos para verificar se o depositado foi, com efeito, correto, tendo em vista o determinado nos itens II e III da sentença, conforme certificado na fl. 175. Após, conclusos.

ADV: JÉSSICA MARJORIE LIMA COSTA (OAB 12755/AM), ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP), ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM) - Processo 0614220-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Glauco Osean Mendes de Souza - REQUERIDO: Motorola Industrial Ltda - LITSPASSIV: Amazon Cell Serviço Autorizado Motorola - Por tais razões, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO a INCOMPETÊNCIA deste Juízo em virtude da complexidade da causa, a exigir a confecção de laudo pericial para definição do nexo causal e, como consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 51, II, do CPC. Sem custas ou honorários. Prejudicado o exame das demais preliminares e do mérito. P. R. I. C.

ADV: FERNANDA MARIA HUERB AZEVEDO (OAB 13737/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0614433-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Formação, Suspensão e Extinção do Processo - REQUERENTE: Andre Luis Alves de Figueiredo - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, uma vez que ele é empresário, sendo tal uma circunstância relevante para o magistrado considerar se concede, ou não, o benefício da gratuidade da justiça. É bom lembrar que a autoproclamação de pobreza possui apenas presunção relativa de veracidade. Assim, concedo o prazo de 3 dias para que o recorrente traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal e do extrato bancário dos últimos 60 dias, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: REJANE DA SILVA SANCHEZ (OAB 15469/SC), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA (OAB 9461/AM) - Processo 0615507-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - EXEQUENTE: Dental Speed Graph - EXECUTADA: Inara Nasserala Ribeiro do Valle - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 1.514,59 (Hum mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos), sob pena de execução forçada.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0615924-13.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso - De ordem, fica designado o dia 14/05/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VENTURA ALONSO PIRES (OAB 132321/SP), ADV: GUSTAVO PINHÃO COELHO (OAB 216052/SP), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0615984-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Giannetta Alves de Carvalho - Marizete Neves Gomes - Sandra Regina Bentes da Motta - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 121/130, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG), ADV: BRUNO MIARELLI DUARTE (OAB 213434/RJ) - Processo 0617069-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO - REQUERIDO: Via Veneto Roupas Ltda - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 108/112, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0617113-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: J. W. C. Silva - Me - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A e outro - Expeça-se alvará para levantamento de valores em favor da empresa autora, por meio do seu representante legal. Em virtude da ausência de previsão no instrumento procuratório, os advogados da requerente não possuem autorização para sacá-los. Defiro o pleito de fls. 97/98 quanto ao bloqueio via Bacenjud, considerando que o pagamento realizado pela Gol foi parcial e a condenação foi em regime de solidariedade.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0619883-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Java Vitória Machado do Rego - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTE a presente demanda, fulcrado no art. 487, I, do CPC. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0620189-87.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Concept - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls.104/105, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0620576-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Comercial Bom Demais Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recurso é intempestivo. Com efeito, reza o art. 42, caput, da Lei 9.099/95, que "o recurso será interposto

no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença (...)". De acordo com a certidão de de disponibilização de relação de fl. 96, o dia final para interposição do Recurso Inominado se daria em 08/03/2019, mas o recorrente apenas o protocolou na data de 11/03/2019, extemporaneamente. Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade (Enunciado 166 do Fonaje), denego seguimento ao recurso inominado, por intempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG) - Processo 0620576-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Comercial Bom Demais Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0621417-34.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Simone da Silva de Souza - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 7.426,54 (Sete mil quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 8.169,18 (Oito mil, cento e sessenta e nove reais e dezoito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0622337-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizete Martins Campos - REQUERIDO: Smiles Fidelidade S/A - CONCLUSÃO: Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 155/157, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0622599-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Elias da Rocha - José Valdick Rocha - Portanto, proceda-se com a exclusão do requerido Antônio Rocha Transportes - ME. Atualizem-se os dados no SAJ. No mais, aguarde-se a nova audiência de conciliação já agendada para o dia 12/4/2019, às 11h15.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0622987-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel da Silva de Andrade - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JEAN CARLOS PAULA RODRIGUES (OAB 4748/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623116-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Daniel Txa-ia Aguiar Amâncio - REQUERIDO: Jefferson Daniel de Souza - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido deduzido pelo requerente, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 c/c arts. 186 e 927 do CC e, via de consequência, CONDENO o reclamado a ressarcir ao autor a quantia de R$ 4.884,05, a título de reparação de dano material, sobre a qual deverão incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial desde o evento danoso (25/8/2018), consoante fundamentação supra. Improcedente o pedido de fixação de indenização por dano moral. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MARCUS VINICIUS BERGO COELHO (OAB 138958/MG), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0623354-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Claudevan de Souza Pereira - REQUERIDO: Marcus Vinicius Bergo Coelho - Dessa forma, considerando a eficácia preclusiva da coisa julgada operada nos autos dos Processos n.º 0602245-77.2015 e 0602028-31.2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, V, do NCPC. Isento de custas, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Arquivem-se os autos.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0623392-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Johan da Costa Araújo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher o preparo judicial exigido à admissibilidade do recurso inominado de fls. 104/134, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0623392-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Johan da Costa Araújo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0623694-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zaira Santana dos Santos - REQUERIDO: Claro S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO o requerido ao pagamento de R$ 363,00 (181,50 x 2), a título de repetição em dobro de indébito, com juros desde a citação e correção monetária desde o pagamento (25/6/2018). Improcedente o pedido de danos morais. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 12/2/2019.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG) - Processo 0623939-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Érica Cristina Lima Assad - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos da certidão de fl. 132, verifico que o recurso é intempestivo. Com efeito, reza o art. 42, caput, da Lei 9.099/95, que "o recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença (...)". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade (Enunciado 166 do Fonaje), denego seguimento ao recurso inominado, por intempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG) - Processo 0623939-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Érica Cristina Lima Assad - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0624102-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Carla Martins Barros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, rejeito a preliminar suscitada em sede de contestação e via de consequencia, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inc. I do CPC. PEDIDO CONTRAPOSTO prejudicado. Inteligência do Enunciado 5/FOAMJE. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0624519-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Hercules Antonio Ribeiro Freire - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0625009-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: João Pi Chung Yee - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, rejeito a preliminar suscitada em sede de contestação e via de consequência, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inc. I do CPC, para CONDENAR a ré ao pagamento de R$ 6.000,00, a título de danos morais, com juros desde a citação e correção monetária desde o arbitramento. PEDIDO CONTRAPOSTO prejudicado. Inteligência do Enunciado 5/FOAMJE. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM) - Processo 0625139-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Charliton Mendes da Rocha - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma, e REVOGO a liminar de fls. 34/36. Arquivem-se os autos.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0625295-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Comercial Iluminim Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0625356-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ruy Edson dos Santos Neves - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos, REJEITO a preliminar e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos moldes do art. 487, I, do CPC, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito apurado pela Ré, como recuperação de carga, na memória descritiva de fls. 74 e consubstanciada na fatura de fls. 11, com vencimento em 28.12.2018 e no valor de R$ 12.192,11, com as suas respectivas correções, devendo a ré adotar as providências necessárias a sua exclusão definitiva; 2) DEFIRO o pedido de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), sobre o qual deverá incidir juros legais a partir da citação e correção monetária oficial, a partir da fixação. Improcedente o pedido contraposto. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0625383-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Fernando Henrique Trigueiro Dias - REQUERIDO: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, rejeito as preliminares, ratifico a decisão de fls. 27-29 e, no mérito, com esteio no art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, termos em que 1) DECLARO descontituído o negócio de compra parcelada entre as partes, bem como o de seguro de garantia estendida, por ser acessório e seguir o destino do principal (art. 184, CC), e 2) CONDENO a Ré a ressarcir ao autor a quantia de R$ 2.695,88, com incidência de juros legais e correção oficial desde o pagamento, em 15.05.2018 (fls. 23-24). Improcedente o pedido de danos morais. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0625885-07.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Os motivos da sentença extintiva de fls. 23/24 não condizem com os argumentos contrários tecidos na petição posterior, de fls. 26/27; mantendo-se incólumes, portanto. Sendo assim, cabe à parte interessada ajuizar nova ação, se assim o entender, para assegurar eventual direito estampado nas fls. 26/27, pelo que indefiro o pedido nelas veiculado.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0625915-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Jardim Brasil - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pelo autor, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 e, via de consequência, CONDENO a ré ao pagamento da quantia de R$ 3.610,94 (três mil, seiscentos e dez reais e noventa e quatro centavos), com espeque na memória de cálculos de fl. 71, consoante fundamentação supra. Juros legais e correção monetária (INPC) devidos a partir de 12/03/2019, dia seguinte à atualização realizada à fl. 71. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0625940-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Catlen

Pessoa de Souza - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Forte nesses argumentos, rejeito as preliminares e, no mérito, acolho parcialmente a prejudicial de prescrição pretensão do Autor, relativamente aos débitos ocorridos anteriormente a novembro/2015. Quanto ao objeto da lide, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com espeque nos arts. 487, I, do CPC, e art. 14, §3°, I do CDC, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Defiro à Autora o benefício da AJG, satisfeitos os requisitos do art. 98, VIII do CDC. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM), ADV: PETER LÍNEKER DOS SANTOS LABORDA (OAB 10266/AM) - Processo 0625947-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Daniel Maciel de Menezes - REQUERIDO: Diana Cris Duque da Silva e outro - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 33/34, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0626567-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Educação Integral Christ Master - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pela autora, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 e, via de conseqüência, CONDENO o réu ao pagamento da quantia de R$ 8.970,41, com espeque na memória de cálculos de fl. 19, consoante fundamentação supra. Juros legais e Correção Monetária pelo INPC, a partir da citação válida. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: JOAO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO (OAB 222762SP) - Processo 0628063-26.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Medical Log Comércio de Produtos Médicos Eireli - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0628254-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Julio Cesar Negrao Soares - De ordem, fica designado o dia 03/05/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WALDISNEY COELHO GIRÃO (OAB 12569/AM), ADV: DYONISIO PINTO CARIELO (OAB 103723/MG) - Processo 0628406-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tayane Beatriz de Oliveira Cunha - REQUERIDO: Santa Helena Nove Empreendimentos e Participações Ltda - Isto posto, ACOLHO A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL, por reconhecer como válida a cláusula de foro que elegera a comarca de Iranduba para os questionamentos judiciais necessários, e JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 51, III, da Lei 9.99/95. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0628557-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Emilia Ferreira da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Em virtude da litigância de má-fé constatada nos autos, CONDENO a autora ao pagamento de multa e de honorários advocatícios à parte demandada, nos valores de 2% e 10% do valor atualizado da causa, respectivamente. (art. 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95). CONDENO ainda a autora ao pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa estadual (art. 55 da Lei 9.099/95). Prejudicada a apreciação do pedido contraposto. P. R. I. C.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM) - Processo 0629606-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Camila Jatahy Araujo - REQUERIDO: Dell Computadores do Brasil Ltda - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls.76/77, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0629618-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Miarelli Duarte (OAB 213434/RJ)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cecília Aroucha Jimenes (OAB 10261/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Dyonisio Pinto Carielo (OAB 103723/MG)
Edenice dos Anjos Marques (OAB 10571AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elizabeth Regina Moraes Matias (OAB 8654/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)

Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fernanda Maria Huerb Azevedo (OAB 13737/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Pinhão Coelho (OAB 216052/SP)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jean Carlos Paula Rodrigues (OAB 4748/AM)
Jéssica Marjorie Lima Costa (OAB 12755/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
JOAO HENRIQUE CREN CHIMINAZZO (OAB 222762SP)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Antônio dos Santos Nazaré (OAB 8890/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Kaleb Silva de Melo (OAB 15956/RN)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lauro Domingos Santos de Carvalho (OAB 4379/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Leylane Ediene Silva (OAB 9461/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luan Damasceno da Cunha (OAB 11922/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB 138958/MG)
Maria do Socorro da Silva Guimarães (OAB 3676/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
MARIANNA LIRA DA ROCHA (OAB 11244/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Maritza Valéria Tavares Dibo (OAB 12139/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mônica Araújo Risuenho de Souza (OAB 7760/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Peter Líneker dos Santos Laborda (OAB 10266/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rejane da Silva Sanchez (OAB 15469/SC)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rômulo Rafael Silva Carvalho (OAB 10504/AM)
Saulo Rocha Veras (OAB 5007/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Pacheco Rodrigues (OAB 8826/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
VENTURA ALONSO PIRES (OAB 132321/SP)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Waldisney Coelho Girão (OAB 12569/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM) - Processo 0205593-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA - CONCLUSÃO Ex positis, no mérito, JULGO PROCEDENTE a demanda proposta, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para DECLARAR INEXIGÍVEL todo o débito havido no contrato 1511138068, assim como DECLARAR tal contrato INEXISTENTE desde o seu nascedouro; bem como para CONDENAR a ré ao pagamento de dano moral arbitrado em R$ 6.000,00, com juros desde a citação e correção monetária desde o arbitramento. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. C. I. Manaus, 13 de março de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0205693-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERIDO: IMPORTADORA TV LAR LTDA - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: NATÁLIA CIRILO DA SILVA ROQUE (OAB 266399/SP), ADV: PAULA PRADA FURQUIM DE CAMPOS (OAB 131634/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0600834-33.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S.A - De ordem, intimo o requerido para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0603322-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial “praia dos Passarinhos” - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 79-80, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0603562-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - REQUERIDO: Romulo Nepomuceno dos Santos - Preclusa esta decisão, expeça-se alvará de levantamento do crédito devido ao exequente. Após, prossiga a execução, com realização de buscas pelos sistemas Renajud e Infojud. Não sendo localizados bens, observe-se a decisão de fls. 35, no que couber. A Secretaria, para as providências devidas.

ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM) - Processo 0604113-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônio da Mota Colares - Patricia Carla de Sousa Vidal - Forte em tais razões, reconheço de ofício a incompetência deste juízo para processar o feito e, por tal razão, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem apreciação do mérito, com fundamento no artigo 485, IV, do CPC. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). Após, preclusa a via recursal e não havendo requerimento, dê-se baixa nos registros cartorários e arquivem-se os autos, observadas as formalidades de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0604925-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandra Tinoco Araujo - REQUERIDO: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 400/405, consoante fundamentação supra. Indefiro o pedido para condenação da embargante em litigância de má-fé. P. R. I. C.

ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0605246-02.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Maria Nazaré Souza dos Santos - EXECUTADO: H C G de Oliveira - HAROLDO CESAR GALVÃO DE OLIVEIRA - Vistos e examinados. Trata-se de execução de título extrajudicial, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelo sistema Bacen/Jud, restando todas infrutíferas. Intimado o credor a se manifestar, no sentido de indicar bens, este restou silente. Assim, PRONUNCIO a extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, parágrafo 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos ao autor-exequente, se houver. Em casos tais reverbera-se a possibilidade do Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Desta feita, se o Exequente assim o agir, há de se dar, por parte da Diretor (a) de Secretaria, a entrega da certidão de dívida ao Autor-Exequente que deve agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em bureaus restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANE FERREIRA DE MELO (OAB 59108/RS), ADV: LUCIANE FERREIRA DE MELO (OAB 59108/RS) - Processo 0605374-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alexandre Fernandes Pereira - No caso concreto, o autor fez prova da existência de anotação restritiva de crédito registrada contra si pelo réu (fls. 17), cujo débito ensejador é impugnado na lide (fls. 19-21). Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado ao autor a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que exclua os dados pessoais do autor dos bancos de dados do SERASA e SPC, decorrente do débito discutido nos autos, no prazo improrrogável de 72h (setenta e duas horas), sob pena de pagamento de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 14/05/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM) - Processo 0605717-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elson Silva Cardoso - De ordem, fica designado o dia 14/05/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0605887-53.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Jose Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Med Labclinica Médica e Laboratório Ltda. - Dessa forma, havendo o crédito sido integralmente satisfeito, DECLARO EXTINTA A EXECUÇÃO. Expeça-se alvará em favor da credora do valor pago (fl. 93) e do bloqueado nas contas da executada (fl. 72), garantindo-se ao devedor receber a quantia de R$ 731,33 por meio de outro alvará ou transferência. Após, arquivem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: THIAGO PACHECO RODRIGUES (OAB 8826/AM) - Processo 0606066-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Shih Hung Chi, - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0612893-19.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: PAULO DA CONCEICAO LEAO GOMES - Intime-se o exequente para que este se manifeste quanto ao interesse na adjudicação do veículo penhorado à fl. 120 e/ou requerer o que for de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Expeça-se alvará do valor incontroverso em favor do credor (fl. 121). À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: SAULO ROCHA VERAS (OAB 5007/AM), ADV: RICARDO MARFORI SAMPAIO (OAB 222988/SP) - Processo 0613029-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: José Roberto da Silva Mendes - REQUERIDO: Unidas Locadora de Veículos Ltda e outro - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM) - Processo 0614103-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque - REQUERENTE: Antonio Carlos da Silva - Vistos e examinados. Trata-se de execução de título extrajudicial, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelo sistema Bacen/Jud, restando todas infrutíferas. Intimado o credor a se manifestar, no sentido de indicar bens, este restou silente. Assim, PRONUNCIO a extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, parágrafo 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos ao autor-exequente, se houver. Em casos tais reverbera-se a possibilidade do Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Desta feita, se o Exequente assim o agir há de se dar, por parte da Diretor (a) de Secretaria, a entrega da certidão de dívida ao Autor-Exequente que deve agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em bureaus restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0614396-07.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - RECLAMANTE: Hercilia Grimm Moniz Bezerra - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0617549-82.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - Já foram expedidos 4 mandados de penhora para o mesmo endereço (fls. 62, 65, 69 e 75), expedidos entre 4/6/2018 e 13/2/2019 - 8 meses. Duas vezes o oficial certificou não ter localizado o número do local (fls. 63 e 76). Outra vez, certificou que a casa permanecia fechada com aparência de que não era habitada (fl. 66). Por fim, a diligência retornou sem sucesso porque a devedora não mais lá residiria (fl. 70). O exequente, porém, insiste em dizer que o endereço está correto e que a executada lá habita (fls. 64, 67/68, 73/74 e 78/79). Como se pode ver, as tentativas que já consumiram 8 meses não foram frutíferas e não há absolutamente nenhum fato novo, na petição de fls. 78/79, que me convença do contrário. Dessa forma, indefiro o pedido de novo mandado de penhora e avaliação. Concedo ao credor o último prazo de 10 dias para requerer o que entender cabível, estando advertido de que o art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95 poderá ser manejado.

ADV: DIÓGENES SILVA ABREU (OAB 5051/AM) - Processo 0618448-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roberto Benevenuto da Silva - De ordem, tendo em vista a necessidade de aceitação da proposta de parcelamento pela parte autora, fica intimado o exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 108, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0620650-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Israel Lopes T - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Odontoprev Serviços Odontologicos Ltda - CONCLUSÃO: HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes autora e Odontoprev, às fls. 121/123, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Quanto ao mais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral frente ao Bradesco, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MAX AGUIAR JARDIM (OAB 10812/PA), ADV: JAIME MARQUES BRASIL (OAB 3979/AM) - Processo 0621263-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Renata Ferreira dos Santos de Melo - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A e outro - Por estes fundamentos, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos, porém os JULGO IMPROCEDENTES, consoante fundamentação supra. P. R. I. C. Manaus, 13 de março de 2019.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0621520-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Daniel Ramenzoni de Melo - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, nos termos em que CONDENO o réu a restituir ao autor a quantia de R$ 434,82 (quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), com incidência de juros legais e correção monetária (INPC) devidos desde a data da citação (27/10/2018). Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se o Autor. Cumpra-se.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0621561-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 35-37 e 43, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RAMON LOPES CORRÊA (OAB 7962/AM), ADV: JULIETTE LOPES CORRÊA (OAB 8346/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0622430-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kelly de Souza Lopes - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, à vista do que: 1) RATIFICO a tutela antecipada concedida às fls. 38/39; 3) DETERMINO que o réu cumpra a oferta anunciada à autora, disponibilizando o serviço de internet de 35 megas por R$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos), com disponibilização de roteador, ajustando as faturas vincendas e vencidas, com emissão de novas cobranças, com novas datas de vencimento, para possibilitar sua quitação, obedecidos os prazos do contrato celebrado entre as partes; 4) CONDENO o réu ao pagamento de R$ 6.500,00, a título de indenização por dano moral, acrescido de juros legais a partir da citação e correção monetária (INPC) desde a fixação. Isento de custas e honorários advocatícios, ex vi do art. 55 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 317407/SP), ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM) - Processo 0623092-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Regina Dias Araujo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nestes argumentos, RATIFICO a tutela concedida nos autos e, no mérito, JULGO PROCEDENTES o pedido da inicial, nos moldes do art. 487, I, do CPC, termos em que: I) DETERMINO ao Réu que limite os descontos para pagamento dos empréstimos consignados em folha de pagamento a 30% (trinta) dos vencimentos brutos da Autora, abatidos os descontos obrigatórios (IRRF e contribuições

previdenciárias) e atendido o valor global dos descontos, sob pena de multa de R$ 500,00 por bloqueio, até o limite de 10 incidências; II) CONDENO o Réu ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de dano moral, com juros legais a partir do evento danoso - 31.07.2018 - Súmula 54 STJ, e correção monetária na forma da lei, desde o arbitramento - Súmula 362 - STJ. Defiro ao Autor os benefícios da AGJ, nos termos do art. 98, VIII do CPC. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0623394-27.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Life Parque 10 - CONCLUSÃO: Ante o exposto, nos termos do art. 487, III, b, c/c art. 924, II, e art. 925 do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeça-se alvará, nos termos do pedido de fls. 75. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Após, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquive-se.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA FRANCESCHINI (OAB 24140/PE), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0623595-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - RECLAMANTE: Alvaro Hafiz Cury - RECLAMADO: American Airlines Brasil - Delta Airlines Inc. - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 180-182, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT) - Processo 0623595-53.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, intimo o requerido para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 317407/SP), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0623662-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Miguel Ângelo Cazemiro Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - CONCLUSÃO: Por tal razão, como as causas de pedir são distintas, ACOLHO OS EMBARGOS para corrigir o erro material apontado, de modo que na sentença de fls. 61/63, em sua parte dispositiva, passe a constar: "Forte nestes argumentos, no mérito, JULGO PROCEDENTES o pedido da inicial, termos em que: I) CONDENO o Réu ao pagamento de R$ 598,00 a título de repetição dobrada de indébito, nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC, com juros e correção a partir de 07.11.2017, data da retenção ilegal (art. 397, CC, c/c Súmula 43 do STJ); II) DETERMINO ao Réu que se abstenha de realizar novos descontos no salário do Autor que superem até 30% da verba alimentar, sob pena de multa de R$ 500,00 por bloqueio/desconto, até o limite de 10 incidências, sem prejuízo de majoração ou execução forçada; e III) CONDENO o Réu ao pagamento de R$ 10.000,00, a título de dano moral, com juros legais a partir do evento danoso, dia 07/11/2017 - Súmula 54 STJ, e correção monetária na forma da lei, desde o arbitramento - Súmula 362 - STJ ". A presente sentença integra o julgado de fls. 61/63, para todos os fins de direito. P.R.I.C. Manaus, 13 de março de 2019.

ADV: ELIANE FÁTIMA BERNARDI (OAB 15377/GO), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0624342-66.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ildo Nascimento Silva - REQUERIDO: Real Jurídica Assessoria Em Recuperação de Credito Ltda - Banco do Brasil S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO o Banco do Brasil ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 6.000,00, com incidência de juros legais desde a citação e correção monetária oficial (INPC) consoante fundamentação supra. IMPROCEDENTE o pedido contra a Real Jurídica. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB A1183/AM) - Processo 0625203-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Waldenor Nascimento Silva - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - Forte nesses argumentos, nos moldes do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito originador das cobranças indevidas (fls. 15-21), no valor de R$ 2.400,00, e seus respectivos acréscimos, devendo a Ré se abster de novas cobranças, sob pena de multa de R$ 500,00 por cobrança indevida, até o limite de 30 cobranças, sem prejuízo de eventual majoração e execução forçada (art. 537, CPC); 2) DETERMINO ao Réu que proceda à baixa do nome do Autor, nos cadastros restritivos de crédito, em até 15 dias, sob pena de multa única, no valor de R$ 2.000,00, em caso de descumprimento; e 3) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 6.000,00, acrescida de juros legais desde a citação e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 13 de março de 2019.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0625373-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cláudio Fukuyasso Mitu - Marly Takako Gomes Hazaoka - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - De ordem, fica designado o dia 04/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0625706-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Saulo Simioni - Pelo exposto, em razão da incompetência absoluta deste Juízo, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito, nos termos dos arts. 3.º, § 2.º; 8.º, caput, e 51, IV, da Lei 9.099/95, e REVOGO a liminar de fls. 17/19. Sem custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 55, caput). Após, preclusa a via recursal, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0625889-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Manoel Carvalho - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 84/85, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0625908-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Severino Cordeiro Marinho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) CONDENO o Réu ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 6.000,00, sobre o qual deverão incidir juros legais desde a citação e correção monetária oficial (INPC) desde a fixação, consoante fundamentação supra; e 2) DETERMINAR ao Réu que estabeleça, em favor do Autor, plano de vida e previdência individual, como forma de prorrogação e nas mesmas condições do plano rescindido, com a vigência mínima de 60 dias, a contar da comunicação ao segurado, pela seguradora, de sua intenção de rescindi-lo, e oferecendo ao Autor a opção de contratar a modalidade, por plano individual. Caberão as incidências relativas ao plano, nos vencimentos do Autor, até sua rescisão, ou durante o prazo de sua vigência, que deve obedecer a legislação cabível, caso convalidado pelas partes. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0626062-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gelcilene Ferreira Queiroz, - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Forte nesses argumentos, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, REVOGO a tutela antecipada concedida às fls. 16/19 e JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Concedo à autora o benefício da justiça gratuita (art. 98 do CPC). P. R. I. C.

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0626224-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Lourenço Gadelha - REQUERIDO: Previplan Clube - Forte nesses argumentos, REVOGO na tutela concedida às fls. 24/26 e JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Em virtude da litigância de má-fé constatada nos autos, CONDENO o autor ao pagamento de multa e de honorários advocatícios à parte demandada, nos valores de 2% e 10% do valor atualizado da causa, respectivamente (art. 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95). CONDENO o autor ainda ao pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa estadual (art. 55 da Lei 9.099/95). P. R. I. C.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0626477-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Russiania Rafaelee de Lima de Andrade - REQUERIDO: Claro S/A - Considerando, portanto, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma, e REVOGO a liminar de fls. 20/22. Arquivem-se os autos. Manaus, 13 de março de 2019

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0626595-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcio Figueiredo do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra, e REVOGO a liminar de fls. 23/25. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0627201-55.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dhébora Correa Fortes Bonates Lima - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos autorais, nos moldes do art. 487, I, do CPC, termos em que DECLARO inexigíveis as faturas de serviços prestados pela Ré, dos meses de setembro/2018 em diante, devendo a empresa dar baixa destes débitos em seus sistemas e abster-se de cobranças, sob pena de majoração da multa já aplicada. Quanto à decisão de fls. 33-35, ratifico-a em parte, para que alcance as cobranças de setembro/2018 em diante, realizadas pela Ré. Improcedentes o pedido de declaração de inexigibilidade das faturas de fls. 24 e 31, pois válidas, bem como, o pedido de indenização por dano moral, conforme razões já expostas. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0627931-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Antonio da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com espeque nos arts. 487, I, do CPC, e art. 14, §3°, I do CDC, consoante fundamentação supra, termos em que DETERMINO o cancelamento do serviço “Invest Fácil Bradesco”, devendo o Réu abster-se de novos descontos para aplicações, sob pena de multa de R$ 300,00, por aplicação indevida, até o limite de 30 incidências, sem prejuízo de majoração. Improcedentes os demais pedidos, pelas razões já expostas. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Defiro à Autora o benefício da AJG, satisfeitos os requisitos do art. 98, VIII do CDC. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0628354-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Antonio da Silva Santos - REQUERIDO: BradesCard S/A - Ante o exposto, e tudo o mais que dos autos consta, REJEITO A PRELIMINAR, e, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, nos termos em que: 1) DECLARO NULO o contrato de seguro supostamente firmado entre as partes, devendo o réu adotar as medidas necessárias para a exclusão da cobrança; 2) CONDENO a reclamada ao pagamento de R$ 9,98 (nove reais e noventa e oito centavos), a título de repetição dobrada de indébito, com incidência de juros legais e correção monetária (INPC) a partir do dia seguinte ao vencimento da fatura (07/12/2018). Improcedente o pedido de indenização por dano moral. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P.R.I.C.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 3182/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0628548-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Niza Dib Bastos - RECLAMADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 120/126, consoante fundamentação supra. P. R. I. C. Manaus, 13 de março de 2019.

ADV: GREG LEE SOARES DUARTE (OAB 10127/AM) - Processo 0628829-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: José Almi Magalhães - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c

485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 13 de março de 2019.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM) - Processo 0654604-41.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Raimundo Nonato Soares de Matos - De ordem, fica intimada a parte autora para se manifestar sobre a proposta de parcelamento de fls. 206/210, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB A1183/AM)
Diógenes Silva Abreu (OAB 5051/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eliane Fátima Bernardi (OAB 15377/GO)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 317407/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Greg Lee Soares Duarte (OAB 10127/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Jaime Marques Brasil (OAB 3979/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
JULIETTE LOPES CORRÊA (OAB 8346/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciane Ferreira de Melo (OAB 59108/RS)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB 3182/AM)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Max Aguiar Jardim (OAB 10812/PA)
Natália Cirilo da Silva Roque (OAB 266399/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Paula Prada Furquim de Campos (OAB 131634/SP)
RAMON LOPES CORRÊA (OAB 7962/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Ricardo de Oliveira Franceschini (OAB 24140/PE)
Ricardo Marfori Sampaio (OAB 222988/SP)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Saulo Rocha Veras (OAB 5007/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thiago Pacheco Rodrigues (OAB 8826/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0043/2019

ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP), ADV: JÉSSICA NAYARA FONSECA PADILHA LOBATO (OAB 10842/AM), ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS) - Processo 0204799-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: AVON COSMETICOS LTDA - Posto isso, declaro inexistente o débito no valor de R$ 238,87 (duzentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos), referente a fatura com vencimento em 14.12.2017 indicada à fl.11. Julgo improcedente o pedido de dano moral. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0602041-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Phelippe Daou Júnior - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 25/06/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLECIO BEZERRA DE SOUSA (OAB 13988/AM) - Processo 0605690-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Patrícia de Araújo Corrêa - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem a análise do mérito, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei n. 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos

legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0605928-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Rosiane Lima Ferreira e outro - De ordem, fica designado o dia 26/06/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR) - Processo 0605976-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Mariana Marques dos Santos - De ordem, fica designado o dia 26/06/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM) - Processo 0606009-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valdecy Matos da Silva - De ordem, fica designado o dia 26/06/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB A1092/AM) - Processo 0607616-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josemar Braga da Silva e outro - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0608096-29.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elizandra da Silva - REQUERIDO: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. e outro - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de compensação por dano moral, a pagarem o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de restituição por dano material, a pagarem o valor de R$ 1.299,00 (hum mil, duzentos e noventa e nove reais), incidindo correção monetária a partir da data da compra(doc. 19), dia 02.02.2017, e juros a partir da citação. Por derradeiro, ante a condenação por dano material, determino à parte autora que proceda a entrega do produto defeituoso, objeto da presente demanda, na Secretaria deste Juízo, no prazo de até 15 (quinze) dias, após o transito em julgado desta sentença. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0609575-57.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alcenir Colares de Oliveira - erifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, deixando de apresentar documentos que comprovem sua atual situação financeira. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: JÉSSICA MARJORIE LIMA COSTA (OAB 12755/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0609690-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Hudson da Silva de Almeida - REQUERIDO: Amazon Cell Comércio Importação e Exportação Ltda - Epp - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulado pela parte autora em face da parte ré. Sem custas e honorários, ex vi legis. HaHavendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0609987-70.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Josineide Cesario da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais, INTIMO a parte recorrida para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RAPHAELA RODRIGUES COSTA (OAB 11676/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613055-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Márcio Dutra da Gama - REQUERIDO: Vivo S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro inexistente os débitos apontados às fls. 20 e 21. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM), ADV: BRUNA GAIL MENDES (OAB 150255/MG), ADV: PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM), ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP) - Processo 0615685-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA - REQUERIDO: Universidade Uninilton Lins - Cobrafix Cobrancas Extra Judiciais Ltda - Me - Posto isso, declaro inexistente o débito no valor de R$1.867,86(Mil e oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos), indicada na fatura de fl. 16. Julgo improcedente o pedido de dano moral. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os

efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: LUÍS ALBERTO MARINHO DE ALCÂNTARA (OAB 576/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0618802-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Luís Alberto Marinho de Alcântara - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JOÃO VICTOR CASTELLO BRANCO (OAB 9454/AM), ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM) - Processo 0623881-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Durango Martins Duarte - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Aline Novais Conrado dos Santos (OAB 415428/SP)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Bruna Gail Mendes (OAB 150255/MG)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Glecio Bezerra de Sousa (OAB 13988/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Jéssica Marjorie Lima Costa (OAB 12755/AM)
Jéssica Nayara Fonseca Padilha Lobato (OAB 10842/AM)
João Victor Castello Branco (OAB 9454/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Luís Alberto Marinho de Alcântara (OAB 576/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Raphaela Rodrigues Costa (OAB 11676/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB A1092/AM)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0029/2019

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM) - Processo 0200814-36.2015.8.04.0092 (apensado ao processo 0602696-02.2014.8.04.0092) (processo principal 0602696-02.2014.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Busca e Apreensão - EXEQUENTE: JOSE CLEUDELA DE MELO LOPES - EXECUTADO: CRISTIANO CHAGAS - Paute-se audiência de conciliação. Intimem-se as partes e seus respectivos patronos.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0600105-62.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Allegro - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Intime-se o exequente através seus respectivos patronos para no prazo de 10 (dez) dias juntar aos autos documento que comprove a propriedade da executada. Cumpram-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: ANTÔNIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM) - Processo 0600444-89.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gabriela Rocha de Sá Peixoto - REQUERIDO: PRADO SOM CAR - Arquivem-se.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600612-57.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Ramos de Oliveira - REQUERIDO: CARLOS IVAN DOS SANTOS MACIEL - Proceda a consulta via on line do RENAJUD.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: CASSIA TAMIRIS GOMES FERNANDES (OAB 9306/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600623-52.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Reinaldo Amaral de Araújo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Expeça-se o competente Alvará em favor do Exequente/Patrono. Após arquivem com as formalidades de praxes.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0600680-36.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Instituto Educacional Hilda Ferreira (C Meireles da Costa) - Diante de tais argumentos, determino a extinção dos presentes autos do processo, na forma do art. 53, § 4º da Lei.9.099/95. Com relação ao pedido de fls. 62/63, indefiro em virtude da certidão do senhor Oficial de Justiça de fl. 58 ser taxativamente quando relata a inexistência de bens. Intimem-se, após arquivem-se.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0600733-51.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cornélio da Silva Lima - REQUERIDO: Banco Itaú Veículos S/A - Oficie-se ao Cartório do 2º Oficio de Registro de Imóveis e Protestos de Letras, para proceder a baixa do protesto, sob o pedido nº13352, protocolo 428476, Livro 663, folha 184 em nome de CORNÉLIO DA SILVA LIMA - CPF 238.897.562-04. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0601829-67.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio River Park Residencial Club - Vistos, etc. Às fls.72/73, por este meio requer o arresto apontado na inicial, ou seja, a

unidade 301 da torre do Condomínio River Park Residencial Clube, na Avenida Torquato Tapajós, n° 6740, Colonia Terra Nova - CEP 69093-415, com registro no Cartório do 1º Ofício de Imóveis e Protesto de Letras em Manaus/AM, sob a matricula 64.241, conforme certidões de fls.25/30. Ressalta-se que o bem acima descrito, se encontra em alienação fiduciária, restando plenamente os direitos do Banco Santander (Brasil S/A) e Fiduciante o autor - TEODORO RAIMUNDO COSTA NETO. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de ARRESTO requerido às fls.72/73, decorrente do contrato de alienação fiduciária, conforme expediente anexada aos autos de fls.25/30). Deverá o credor fiduciário Banco Santander S/A, adotar as devidas medidas para garantir ao exequente o direito à eventual restituição de valores em caso de retomada. Cumpra-se. Intimem-se o Exequente, o Executado e o Banco Santander S/A.

ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ) - Processo 0601880-78.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlucia de Souza Brandao - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A e outro - Em análise detidamente aos autos, verifica-se que as partes convencionaram acordo em juízo, conforme termo de audiência no dia 25/06/2018 (fls. 234/235) onde se comprometeu em paga a importância de R$3.500,00, assim como o cancelamento do contrato a partir de julho do ano em curso. Considerando que o valor acordado foi pago em 28/06/2018 (fl.256) dentro do prazo legal, e estorno da parcela foi realizado espontaneamente pelo o executado no prazo que entendo não ser exagerado, razão pelo qual deixo de acolher o pedido parcialmente da exequente (fls.266/267), determinando que seja expedido o alvará judicial em caráter de urgência em favor da executada/patrono a quantia de R$ 147,77 (cento e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos). Cumpram-se. Após arquivem-se com as formalidades legais.

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM) - Processo 0602792-12.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raissa Macedo de Moura e outro - REQUERIDO: Francisco Tavares Pessoa e outro - Em face à certidão exarada à fl. 94, determino o sobrestamento dos autos pelo prazo de 30 dias, aguardando a manifestação das partes sob pena de extinção. Cumpra,m-se.

ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0603346-44.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Renata Alessandra Silva Lima - Intime-se a exeqüente por intermédio de seu patrono(a) para no prazo de 10(dez) dias, se manifestar acerca da certidão de fl.57/63, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: CAMILLA AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 12777/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0603672-67.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elvis Rios Ferreira - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - Trata-se de pedido de reconsideração da sentença de fls. 79/80, na qual indefiro por falta de pressupostos legais. Dê-se prosseguimento no feito em todos os seus termos. Cumpram-se.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0603965-71.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio River Park Residencial Clube - Ressalta-se que o bem acima descrito, se encontra em alienação fiduciária, restando plenamente os direitos a Iltaú Unibanco S.A e Fiduciante o autor - ANTONIO MACHADO DA SILVA JÚNIOR (fl.55) Ante o exposto, INDEFIRO o pedido requerido às fl.54, decorrente do contrato de alienação fiduciária, conforme expediente anexada aos autos de fls.55/60. Deverá o credor fiduciário Itaú Unibanco S.A, adotar as devidas medidas para garantir ao exequente o direito à eventual restituição de valores em caso de retomada. Cumpra-se. Intimem-se o Exequente, o Executado e o Itaú Unibanco S.A.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0604193-46.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Natanael Olegario dos Santos - Em análise aos autos, trata-se de Ação de Cobrança, em que figura como requerido REGIANDRISON COSTA DE OLIVA, na qualidade de pessoa física e não RCAM INFORMÁTICA E CELULARES como pretende o demandante. Com relação a motocicleta exibida nos autos por meio de uma fotografia colorida, com Placa PHN 1022, não é de propriedade do requerido e sim da senhora MARIA DE FÁTIMA COSTA DE BRITO, com endereço na Pereira Sobrinho, nº 3065 - Município de Labrea, conforme documento de fl. 66. Diante dos fatos, indefiro o pedido requerido às fls.62/64, por falta de pressupostos e demonstração legais. Intime-se o Requerente através de seu respectivo patrono.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0604511-29.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio River Park Residencial Clube - Diante de tais argumentos, determino a extinção dos presentes autos do processo, na forma do art. 53, § 4º da Lei.9.099/95. Intimem-se, após arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0604546-57.2015.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: ROSA MARIA CRUZ GRANA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a embargada através de seu patrono para no prazo de 15 dias, se manifestar acerca dos embargos à execução, constantes nos autos de fls.268/274. Cumpra-se.

ADV: NATALIA FRANCA GONCALVES (OAB 34095/DF), ADV: JOSÉ CARLOS DE SENA DANTAS (OAB 6295/AM), ADV: CARLA FERREIRA MENDES (OAB 4641/AM) - Processo 0605070-54.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Carlos de Sena Dantas - REQUERIDO: Editora Consulex Ltda - Proceda os novos cálculos. Após v.Concluso.

ADV: NATASHA CHAVES AKEL HAUACHE (OAB 9505/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0605297-39.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Tarcilio Marques de Almeida Filho - REQUERIDO: Sila Veiculo Ltda-me - Seguindo a orientação já firmada na Lei nº 7.244/84, a Lei n.9.099/95 demonstra que a preocupação do operador do sistema dos Juizados Especiais deve ser a matéria de fundo, a realização da justiça de forma simples e objetiva. Por isso, independentemente da forma adotada, os atos processuais são considerados válidos sempre que atingem sua finalidade (art.3º da lei especial). Diante dos fatos, determino que seja designada nova audiência de conciliação. Intimem-se as partes e seus respectivos patronos (a).

ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM) - Processo 0605832-02.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Joaquina Ferreira Paes - Intime-se a requerente através de seus respectivos patronos para se manifestarem acerca do expediente de fls.178/9 no prazo de 10 dias.

ADV: KEYLA CRISTINA DE OLIVEIRA BREVES (OAB 11866/AM) - Processo 0607009-98.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Duplicata - REQUERENTE: Melinda Amaral de Lima - Isto posto, indefiro o pedido requerido de fls.52/53, determinando a intimação da requerente através de sua patrona para no prazo de 10 (dez) dias informar o novo endereço da requerida, sob pena de extinção.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0607451-52.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosalve Rolim de Oliveira - Diante da necessidade de apuração de culpa, vistos que as partes não concordam que deu causa ao acidente, determino que seja designado dia e hora para a realização de perícia técnica que terá lugar no mesmo local onde ocorreu a colisão. O perito designado deverá apresentar relatório de levantamento, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GABRIEL SERRAO GOMES (OAB 12487/AM), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM) - Processo 0607796-30.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jose Adriano de Lima Maia - REQUERIDO: Wg Restaurantes Ltda - Epp - Manuseando os autos, verifica-se que a manifestação do "Embargante" suprir a necessidade de nova intimação. Dessa forma intime-se o embargado para se manifestar no prazo de 15 dias, sobre os "Embargos à Execução" anexada aos autos de fls.50/54. Cumpram-se.

ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0607800-67.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sabrine Seabra Carvalho Maia - Sendo assim, determino seja pautada audiência de conciliação, onde deverá ser incluída no polo passivo a senhora DARLEN LEMOS REIS em substituição ao seu genitor Antônio Carlos Oliveira Reis que foi a óbito 16/06/2017 (fl.40).

ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0608444-73.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katia Mirian A P Cordovil - REQUERIDA: Silvia Ferreira de Bito - Paute-se audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as partes e patronos. Cumpra-se.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Sampaio Nunes (OAB 3912/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Camilla Amâncio da Silva Santos (OAB 12777/AM)
Carla Ferreira Mendes (OAB 4641/AM)
Cassia Tamiris Gomes Fernandes (OAB 9306/AM)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Gabriel Serrao Gomes (OAB 12487/AM)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
João Carlos Bezerra da Silva (OAB 6262/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
José Carlos de Sena Dantas (OAB 6295/AM)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyla Cristina de Oliveira Breves (OAB 11866/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Socorro Mendonça Pinto (OAB 10342/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Natalia Franca Goncalves (OAB 34095/DF)
Natasha Chaves Akel Hauache (OAB 9505/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE PADILHA CAIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0025/2019

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT) - Processo 0200179-84.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: BANCO GMAC S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei n° 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0200209-85.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para declarar a inexigibilidade do débito em questão, posto que quitado pelo requerente. Julgo improcedente o pedido de repetição de indébito e danos morais. Determino que o requerido efetue a suspensão dos descontos indevidos na conta corrente do requerente, sob pena de incorrer em multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada desconto indevido na conta do autor relativo ao empréstimo em questão quitado pelo requerente. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 13 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM) - Processo 0200287-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDA: Priscilla de Oliveira Gomes - De ordem, fica designado o dia 29/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0200451-44.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9099/95. Sem custas e honorários.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JOSÉ MANUEL MARQUES CANDIA (OAB 7116B/MS), ADV: RODRIGO FALEIROS DE OLIVEIRA (OAB 22693/MS) - Processo 0200465-28.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: UZINETE ELDA SIQUEIRA SANTIAGO - REQUERIDO: Dwg Assessoria Financeira - Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 08 de março de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0200474-87.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a requerida ressarcir

ao autor a quantia de R$ 209,80, atualizado e corrigido monetariamente desde a data do pagamento 14/03/2018 (fl. 08), assim como condenar a requerida na obrigação de fazer para fornecer o serviço completo na forma contratado, no prazo máximo de 20 dias, sob pena de multa mensal no valor de R$ 400,00 até o limite de cinco meses pelo seu descumprimento, em favor do autor, em conformidade com o artigo 461, § 4º do Código de Processo Civil. Condeno também a requerida indenizar o autor pelos danos morais a que deu causa R$ 3.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0200627-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigíveis os débitos valor de R$ 101,49 referentes à cobrança indevida denominada “ligação de água 3/4 sem asfalto” nas quatro faturas discutidas, bem como determino o cancelamento da ligação e condeno a requerida a indenizar a requerente pelos danos morais a que deu causa a quantia de R$ 1.500,00, tudo atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0200700-29.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria do Carmo Albuquerque dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM) - Processo 0200814-36.2015.8.04.0092 (apensado ao processo 0602696-02.2014.8.04.0092) (processo principal 0602696-02.2014.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Busca e Apreensão - EXEQUENTE: JOSE CLEUDELA DE MELO LOPES - EXECUTADO: CRISTIANO CHAGAS - De ordem, fica designado o dia 24/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0200917-38.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido com julgamento de mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Em consequência revogo a liminar concedida de fl. 18 que mandou se abster em negativa no nome da autora no SPC/SERASA e de não suspender o fornecimento de água na unidade consumidora. Sem custas e honorários.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0201012-05.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Vivo S/A - CERTIDÃO De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Luiz Pires de Carvalho Neto, fica V. Sa. Intimado a tomar conhecimento da penhora on-line no valor de R$ 5.193,71, que se encontra depositado e bloqueado no Banco Itaú-Unibanco, referente ao processo em epígrafe, em que figuram como partes: Sinilane Souza dos Santos e Vivo S/A, providenciando caso queira Impugnação ao Cumprimento da Sentença no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento desta, sob pena de levantamento do referido pela parte exequente. Manaus, 14/03/2019. Cristiane Padilha Cairo Diretora de Secretaria

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0201077-68.2015.8.04.0092 (processo principal 0602773-11.2014.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Joelma Inacio de Oliveira - Isto posto, extingo o processo sem a resolução do mérito, em face à ausência de interesse de agir, o que faço com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Publique-se, registre, intime-se e arquive-se. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0201085-40.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: BRUNO ROSAS HIDALGO (OAB 10732/AM) - Processo 0201091-47.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: SULAMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201143-43.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO nos termos do art. 487, I do novo Código de Processo Civil, pelos fundamentos acima corroborados, extinguindo o feito com julgamento do mérito. Avaliando o PEDIDO CONTRAPOSTO, Deixo de acolher o pedido contraposto, posto que a requerida não se qualifica como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Enunciado 135 do Fonaje, que somente admite a postulação essas categoria de pessoas jurídicas: ENUNCIADO 135 (substitui o Enunciado 47) O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro Palmas/TO). Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0201231-81.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9099/95. Sem custas e honorários. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0201285-47.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO apenas para determinar, independente do trânsito em julgado, que no prazo de 10 dias, o requerido proceda à interrupção dos descontos com rubrica “Odontoprev S/A”, nos termos da fundamentação supra. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0201345-20.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO:

Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados e determinar o cancelamento do contrato em nome da autora. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM) - Processo 0201361-71.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Rodrigo Arruda de Brito - Diante do exposto, ante a falta de legitimidade do réu, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, o que faço com amparo no art. 485, VI, do CPC. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0202150-07.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 13 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600258-32.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: CENTRO EDUCACIONAL PARQUE DAS HORTÊNSIAS - Intime-se o exequente no prazo de 10 dias para se manifestar sobre o documento de fl. 58.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0600279-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elvis Raul dos Santos Silva - Defere-se, em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 23/05/2019 às 09:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0600302-80.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cristiany Keilla Fernandes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 19 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0600308-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Max Suel de Souza Rodrigues - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Defere-se, em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 23/05/2019 às 10:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: THIAGO BEZERRA DO MONTE (OAB 1055A/AM), ADV: ÉRICA BIANCO FERREIRA (OAB 4554/AM), ADV: NATASHA CRISTINA PEREIRA DE JESUS (OAB 8437/AM) - Processo 0600509-21.2014.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: ELIANY CAVALCANTE DE MENCONÇA - Isto posto, tendo em vista não ter encontrado bens à penhora e a inércia do exequente, JULGO EXTINTO O PROCESSO nos termos dos Enunciados 75 e 76 do Fonaje, e em consequência expeça-se a referida certidão de crédito nos termos da lei. Dê-se baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600616-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Lima Simoes - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 14/06/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0600677-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rione Ferreira Lopes - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 14/06/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600725-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimos Compulsórios - REQUERENTE: Raimunda Oliveira Farias - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 24/06/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0600734-02.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Ronaldo da Silva Peixoto - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ex positis, julgo improcedentes os presentes Embargos de Declaração, por não vislumbrar qualquer obscuridade, omissão, contradição ou dúvida na Sentença Embargada. Publique-se, registre-se e intime-se. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0600738-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: João Martins Lopes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/06/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0600743-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor -

REQUERENTE: Elenir de Oliveira Campos - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/06/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0600748-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Suzy de Mendonça Rocha - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/06/2019 às 10:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0600751-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rubeni Nunes da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 18/06/2019 às 11:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0600754-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Nayara Carvalho de Oliveira - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/06/2019 às 09:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0600760-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: William da Silva França - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 24/06/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0600762-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jane Nogueira dos Santos - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 24/06/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0600766-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Telciano Carneiro Capote - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 24/06/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM) - Processo 0600769-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Salim Pereira da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 24/06/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: NAIRA CAROLINA PICANÇO DE LIMA (OAB 6611/AM) - Processo 0600777-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wanderleyson Oliveira dos Santos - LITSATIVA: Haura Cristina Moreira dos Santos - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 25/06/2019 às 09:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0600779-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Roberlane Ramos Chaves da Costa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 25/06/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0600782-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria de Fatima Soares Guimarães - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-

SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 25/06/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0600783-09.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Ostafo Campos Monteiro - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/06/2019 às 11:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0600798-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Kelly Cristina Ferreira da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/03/2019 às 11:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0600822-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Roberlane Ramos Chaves da Costa - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 26/06/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0600829-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Telry Socorro Ribeiro Ferreira - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 22/03/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0600830-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Abrão Malafaia - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 29/03/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM) - Processo 0600837-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Henrique Gonçalves Borges - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica designado o dia 29/03/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0600839-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rozimar Rodrigues de Oliveira - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 29/03/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0600844-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rozimar Rodrigues de Oliveira - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 29/03/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0600849-57.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Denise Maria de Souza Couto - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, independente do trânsito em julgado, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0600856-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Iracildo de Souza Marinho - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/06/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: PAULO AFONSO MORAIS DOLZANES (OAB 1750/AM) - Processo 0600858-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Paulo Afonso Morais Dolzanes - Defere-se, em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/06/2019 às 09:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: GUILHERME CESAR LA-CAVA DE SOUZA (OAB 181953/RJ) - Processo 0600864-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Taina Almeida Canavezzi - Defere-se, em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/06/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: ÉDER ANTÔNIO BELLO COSTA (OAB 6921/AM) - Processo 0600884-80.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: André Cunha Barros - Recebi hoje. Intime-se o Réu para, no prazo de 10 dias, apresentar contestação, sob pena de preclusão. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0600894-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Almerinda da Silva Souza - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 11/03/2019 às 08:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600896-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jacyara Ferreira de Matos - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 01/04/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0600901-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Manuel Tome Cardoso da Cruz - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 02/04/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0600906-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sebastiao Ferreira da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 02/04/2019 às 09:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ALESSANDRA SOUZA DE AQUINO (OAB 13477/AM) - Processo 0600907-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Fabiano de Souza Magalhães - De ordem, fica designado o dia 02/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0600911-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Márcia Patricia Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 02/04/2019 às 10:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM) - Processo 0600912-48.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Angra Nascimento Aguiar - REQUERIDO: R. M. Comércio e Importação de Vestuário e Acessórios Eirelli (Asya Fashion) e outro - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para determinar o cancelamento do débito de R$ 485,06, vencido em 25/08/2015 (fls. 26), bem como para condenar as Requeridas, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: DEIVID LEANDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO (OAB 13731/AM) - Processo 0600927-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alciney Oliveira dos Santos - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Designa-se audiência de conciliação para o dia 03/04/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600933-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Clovis Ramos Monteiro - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 03/04/2019 às 10:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600937-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Liliane do Nascimento Freitas - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 03/04/2019 às 11:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0600955-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Eliana dos Santos Santana - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei.

Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/04/2019 às 11:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600957-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Victoria Elizabeth Gibbs dos Santos - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/04/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600961-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wills Gonzaga Figueiredo Santos - Cumpre ressaltar que de acordo com a Resolução 07/2015, modificado parcialmente pela Resolução 12/2017, que tratam-se sobre a competência territorial dos Juizados Especiais na Capital do Amazonas, o lugar da residência do autor(a) vincula o Fórum competente para processar e julgar a propositura da ação. Com base nisso, verifico que não há nos autos comprovante de residência do autor(a). Isso posto, intime-se o(a) requerente para providenciar comprovante de residência no prazo de 15 dias, nos termos do inciso II do art. 319 do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, conforme art. 321 do CPC. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.(grifo). Cumpra-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0600963-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Lucy Fernandes dos Santos - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/04/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0600964-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Lucy Fernandes dos Santos - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/04/2019 às 10:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0600969-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Elzilane Xavier Lima - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/04/2019 às 10:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0600973-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Elizabete Alves Bezerra - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/04/2019 às 11:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0600976-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Alberto Farias Campos - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/04/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0600977-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Dalva Rodrigues Xavier - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 08/04/2019 às 10:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0601040-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Virgínia de Carvalho Gouvea - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 01 de março de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0601098-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Péricles de Laborda Izel Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 17/04/2019 às 11:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0601105-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria José Alves dos Santos Pinto - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 07 de março de 2019.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0601123-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Minervina Ferreira de Souza - Cumpre ressaltar que de acordo com a Resolução 07/2015, modificado parcialmente pela Resolução 12/2017, que tratam-se sobre a competência territorial dos Juizados Especiais na Capital do Amazonas, o lugar da residência do autor(a) vincula o Fórum competente para processar e julgar a propositura da ação. Com base nisso, verifico que não há nos autos comprovante de residência do autor(a). Isso posto, intime-se o(a) requerente para providenciar comprovante de residência no prazo de 15 dias, nos termos do inciso II do art. 319 do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, conforme art. 321 do CPC. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.(grifo).

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0601149-53.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: MARCELO PEREIRA BASTOS - Isto posto, tendo em vista a inércia do autor, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem Resolução do mérito nos termos do art. 485, III, do CPC c/c art. 51 caput da Lei .099/95. Dê-se baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: TIAGO JOÃO SALLES BOTELHO (OAB 11873/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0601270-13.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronan Negreiros da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0601317-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eline Ramos Barbosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defere-se, em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 30/04/2019 às 10:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0601591-19.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ANA CLEIDE DA CRUZ MARQUES CARVALHO - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para condenar o requerido Banco BMG S/A, em danos materiais no valor de R$ 2.100,14 (dois mil cem reais e quatorze centavos), corrigidos monetariamente (1% a.m) da data do ajuizamento da ação, tendo como índice o INPC, bem como ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), à título de indenização por danos morais, isso corrigido e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês contados da publicação desta decisão. Julgo improcedente o pedido de devolução do valor referente a despesa de “tarifa de cadastro”. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9.099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0601605-32.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Neuza do Socorro Oris da Silva - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para condenar o requerido Banco Volkswagen S/A, em danos materiais no valor de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), corrigidos monetariamente (1% a.m) da data do ajuizamento da ação, tendo como índice o INPC, bem como em danos morais na quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigida monetariamente e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da data do arbitramento desta decisão. Improcedente o pedido de devolução do valor cobrado deTarifadeCadastro. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0601654-10.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ewerton do Amaral Nunes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, não demonstrada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 48 da Lei nº 9.099/95, REJEITO os embargos de declaração. P. R. I. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 130291/SP), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 978A/AM) - Processo 0602177-22.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Ferreira Sousa - REQUERIDO: Itau Seguros S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei n° 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: PHILLIPE DE MESQUITA BRAGA RODRIGUES (OAB 24425/CE), ADV: ISLANE MARQUES SETUBAL (OAB 7239/AM), ADV: ANDREA STUTZ ARALDI DE SOUZA (OAB 16603SC) - Processo 0602404-46.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: MÁRCIO FLAVIO AMARAL - REQUERIDO: Lilian Meire Soares de Freitas- Me - SINHAZINHA - Isto posto, extingo o processo sem a resolução do mérito, em face à ausência de interesse de agir, o que faço com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Publique-se, registre, intime-se e arquive-se. Manaus, 11 de março de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602508-67.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Iracema Almeida Bezerra - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO apenas para determinar o cancelamento da fatura de 02/2017, no valor de R$ 413,18 (fls. 23), nos termos da fundamentação supra. Sem custas e honorários, nos termos da Lei. P.R.I.

ADV: JOÃO MACHADO MITOSO (OAB 559/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0602692-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Teodorico de Santana - REQUERIDO: Capemi - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios-beneficente - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0602924-35.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Analder da Silva Barbosa - REQUERIDO: Jpa Comércio de Móveis Eireli - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE A RECLAMAÇÃO para condenar a requerida ao

pagamento da quantia de R$ 26.002,00 a título de indenização por danos materiais e R$ 8.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603047-67.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Cardoso Valente - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$ 147,64 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento (24/05/2017), bem como ao pagamento de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO que no prazo de 10 dias, a ré reduza o valor do plano para R$ 33,99, sob pena de multa de R$ 200,00 a cada fatura, até o limite de R$ 1.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. R P.R.I.C.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0603091-23.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: CLELSON MILTON DE OLIVEIRA LIMA - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei n° 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0603194-30.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: EDNALVA MARIA DE SOUZA - Considerando as inúmeras tentativas de execução através dos Sistemas Judiciais, intime-se o Exequente indicar bens penhoráveis em nome do devedor, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: IGOR ALVES DA COSTA (OAB 9621/AM), ADV: VANESSA NUNES ZOGAHIB (OAB 10021/AM) - Processo 0603348-14.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marco Aurélio de Carvalho Lopes - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar o requerido ao pagamento da quantia de R$ 2.035,00 a título de indenização por danos materiais, atualizado e corrigido desde o ajuizamento (02/06/2017). O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0603368-44.2013.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - EXEQUENTE: E. ALVES DA COSTA COMERCIO-ME - Intime-se o exequente no prazo de 10 dia para se manifestar o documento de fl. 69.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0603404-13.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandra Gomes Fernandes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a ré ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO que, no prazo de 10 dias, desde que a autora insira créditos suficiente para ativação do pacote, a ré restabeleça o serviço de SMS na linha telefônica da autora, sob pena de multa diária de R$ 200,00 até o limite de R$ 2.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0603726-33.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Joel Cardoso Sena - INTSSADO: Sabemi Seguradora S/A - Em face do exposto, determino a extinção do processo sem a resolução do mérito, nos termos do art. 51, II, da Lei nº 9099/95. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0603812-38.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flavio Cristovam Lima de Carvalho - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Isto posto, julgo IMPROCEDENTE o presentes Embargos à Execução, e por via de consequência, o prosseguimento da presente execução com levantamento dos valores efetivamente bloqueados na quantia de R$ 4.272,72 (quatro mil duzentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos).

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ALESSANDRA DE LIMA OLIVEIRA (OAB 7547/AM) - Processo 0603892-36.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contra as Relações de Consumo - REQUERENTE: LEONILDO ALVES DA SILVA - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei n° 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 05 de fevereiro de 2019 Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM), ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0603965-71.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio River Park Residencial Clube - Ressalta-se que o bem acima descrito, se encontra em alienação fiduciária, restando plenamente os direitos a Iltaú Unibanco S.A e Fiduciante o autor - ANTONIO MACHADO DA SILVA JÚNIOR (fl.55) Ante o exposto, INDEFIRO o pedido requerido às fl.54, decorrente do contrato de alienação fiduciária, conforme expediente anexada aos autos de fls.55/60. Deverá o credor fiduciário Itaú Unibanco S.A, adotar as devidas medidas para garantir ao exequente o direito à eventual restituição de valores em caso de retomada. Cumpra-se. Intimem-se o Exequente, o Executado e o Itaú Unibanco S.A.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JEAN PAULO GOMES QUEIROZ (OAB 13728/AM) - Processo 0603978-36.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Viana - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0604046-83.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Selma Ribeiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 23/05/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0604135-43.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 13 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: INGRID COELHO DA SILVA (OAB 8761/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0604145-24.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JOSÉ FELIZARDO DE SOUZA NETO - REQUERIDA: FABIANA DA SILVA MONTEIRO - Alenx Roberson da Cunha Dantas e outro - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, designar Perícia Técnica no mesmo local onde ocorreu a colisão para o dia 29/04/2019, às 10:00 horas, a ser conduzida pelo perito da Vara, Sr. Richardson Chaves Correa. As partes serão devidamente intimadas para comparecerem à referida Vistoria.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0604166-29.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a requerida revisar as faturas de outubro/2017 e março/2018, de modo que seja cobra valor da taxa mínima de cada uma, assim como condeno ainda a requerida indenizar o requerente pelos danos morais a que deram causa a quantia de R$ 2.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0604230-39.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Alcineide Ribeiro de Azevedo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido com julgamento de mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM) - Processo 0604306-63.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Poliana Araujo Silva Texeira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido com julgamento de mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Defiro a gratuidade da justiça nos termos da lei. Sem custas e honorários.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM) - Processo 0604376-51.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ADRIANA DE MEDEIROS DA SILVA - Diante disso, intime-se a exequente para apresentar bens à penhora da executada, no prazo de 10 dias. Caso não seja encontrado expeça-se a referida certidão de crédito e arquive-se os autos, nos termos dos Enunciados, nos termos dos Enunciados 75 e 76 do Forum Nacional dos Juizados Especiais - Fonaje.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0604401-93.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: José Raimundo Viana - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido com julgamento de mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0604410-55.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: José Raimundo Viana - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigível os débitos referente as faturas dos meses 01/2017, 05/2017, 08/2017, 09/2017 e 12/2017, no valor total de R$ 163,62 e condeno também a ré indenizar o requerente pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 3.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0604506-70.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível

- Bancários - REQUERENTE: Paulo Cesar Viana de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para determinar a suspensão do desconto indevido, no contracheque do requerente, referente a cartão de crédito consignado (BMG CARTÃO), posto que não restou comprovada sua contratação pelo requerente. Declaro quitado o empréstimo descrito na inicial. Condeno o requerido Banco BMG S/A, em danos materiais no valor de R$ 4.361,73 (quatro mil trezentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos) corrigidos monetariamente (1% a.m) da data dos descontos, tendo como índice o INPC, bem como em danos morais na quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), corrigida monetariamente e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da data do arbitramento desta decisão. Determino que o requerido efetue a suspensão dos descontos indevidos no contracheque do requerente, sob pena de incorrer em multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada desconto indevido no contracheque do autor relativo a empréstimo com cartão de crédito (BMG CARTÃO) não contratado pelo requerente. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604632-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sharleny Silva Haydem de Melo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Analisando os autos para prolação da sentença, constato que os documentos anexados não foram suficientes para dirimir a demanda. Diante disso, determino que seja feito vistoria na residência da autora a ser conduzida pelo perito da Vara, a fim de confirmar se os hidrômetros dos apartamentos 404 e 304 estão, de fato, instalados invertidos. Além disso, em virtude da inversão do ônus da provas, a requerida deverá informar no prazo de 15 dias os números dos hidrômetros vinculados às suas respectivas matrículas de cada morador dos apartamentos 404 e 304, conforme fotografia (fl. 29).

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0604632-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sharleny Silva Haydem de Melo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, designar Vistoria na residência do autor para o dia 08/04/2019, às 10:00 horas. As partes serão devidamente intimadas para comparecerem à referida Vistoria.. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0604660-88.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Bernardo de Miranda Filho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, designar Vistoria na residência do autor para o dia 15/04/2019, às 10:00 horas. As partes serão devidamente intimadas para comparecerem à referida Vistoria.. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0604725-83.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Sandro da Silva Monteiro - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Publique-se, registre-se, intime-se e arquive-se.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604765-65.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ernando da Silveira Barros - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido apenas para declarar a inexistência do débito impugnado e determinar a baixa de eventual negativação do nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito no prazo de 10 dias, independente do trânsito em julgado desta decisão. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0604844-44.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Suermino Pereira de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigíveis os débitos referente as faturas dos meses 10/2017 a 08/2018, no valor total de R$ 311,00 e condeno também a ré indenizar a requerente pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 3.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0604857-43.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Darlete Fonseca da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido com julgamento de mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0604910-58.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Lincoln Castro Dantas - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Isto posto, julgo IMPROCEDENTE o presentes Embargos à Execução, e por via de consequência, o prosseguimento da presente execução em todos os seus termos.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0605009-91.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Messia Pereira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 999/95. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica- se o Provimento nº 256/2015-CGJ/SM. P.R.I.C.

ADV: EMANUELLY SOUZA DE ALMEIDA (OAB 10527/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0605047-06.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Edna da Costa Figueiredo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, nos termos da Lei. P.R.I.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0605074-86.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Helena Feitoza Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigíveis os débitos 02/02/2017 (R$ 30,57); 02/03/2017 (R$ 32,74); 02/04/2017 (R$ 32,74); 02/05/2017 (R$ 32,74); 02/06/2017 (R$ 32,74); 02/07/2017 (R$ 32,74); 02/08/2017 (R$ 32,74); 02/09/2017 (R$ 32,74); 02/10/2017 (R$ 32,74); 02/11/2017 (R$ 32,74); 02/12/2017 (R$ 32,74); 02/01/2018 (R$ 32,74); 02/02/2018 (R$ 32,74); 02/03/2018 (R$ 32,74); 02/04/2018 (R$ 32,74); 02/05/2018 (R$ 32,74); 02/06/2017 (R$ 32,74); 02/07/2018 (R$ 32,74); 02/08/2018 (R$ 32,74), bem como para condenar a ré ao pagamento de R$ 3.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0605098-17.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria da Conceicao Freitas de Moraes - RECLAMADO: Vivo S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para declarar a inexigibilidade do débito impugnado (fls. 20), bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, que no prazo de 10 dias, a ré exclua o nome da autora dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: THALES MACIEL MARTINS (OAB 17371/MS), ADV: JOSÉ MANUEL MARQUES CANDIA (OAB 7116B/MS), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0605119-61.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - DWG ASSESSORIA - Diante do exposto, julgo procedente o pedido, para condenar Banco Bradesco S/A e DWG - Assessoria Ltda, solidariamente, em danos materiais no valor de R$ 3.885,52 (três mil oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), corrigidos monetariamente (1% a.m) da data do ajuizamento desta ação, tendo como índice o INPC, bem como na importância de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigida monetariamente e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar da data do arbitramento desta decisão. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á dede logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605134-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlete Costa Duarte - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em face do exposto, determino a extinção do processo sem a resolução do mérito, nos termos do art. 51, II, da Lei nº 9099/95. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM) - Processo 0605178-78.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Inexigibilidade do Título - REQUERENTE: Neimar dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a ré a anular o débito de R$ 5.483,86, vencido em 27/08/2018. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0605232-15.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: OCIMARINO DE MORAES BARBOSA - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei n° 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: KAIO BRUNO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 8613/AM) - Processo 0605294-84.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Amaury Paulo Neves Soares - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a Ré ao pagamento da quantia de R$ 77,50 a título de indenização por danos materiais, atualizado e corrigido desde o ajuizamento (03/08/2018), bem como ao pagamento de R$ 3.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: NATASHA CHAVES AKEL HAUACHE (OAB 9505/AM) - Processo 0605297-39.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Tarcilio Marques de Almeida Filho - REQUERIDO: Sila Veiculo Ltda-me - De ordem, fica designado o dia 24/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0605393-54.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Moc -

Marcelo de Oliveira Correa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar os Requeridos Dental Saude Atividade Medica e Banco Bradesco S/A, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 972,00 a título de indenização por danos materiais, atualizado e corrigido desde o ajuizamento (07/08/2018), bem como ao pagamento de R$ 3.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, determino que, no prazo de 10 dias, os requeridos suspendam os descontos referentes ao serviço "Dental Saúde", sob pena de multa de R$ 200,00 a cada desconto, até o limite de R$ 2.000,00. Determino ainda o cancelamento do contrato impugnado, nos termos da fundamentação supra. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0605474-59.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Kelly Cristina Ferreira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Pelo exposto, sem maiores considerações, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o (a) requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605479-25.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Raimunda Barbosa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para declarar a inexigibilidade do débito de R$ 210,08, referente ao contrato 0298145013 (fls. 19), bem como para condenar a ré ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, determino que, no prazo de 10 dias, a ré retire o nome da autora dos cadastros do SPC/SERASA, sob pena de multa diária de R$ 300,00, até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM) - Processo 0605501-83.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Nilce Pequeno de Lima - Compulsando os autos para sentença, nota-se que a autora requer revisão de faturas sob argumento de apresentarem valores por excesso, no entanto não informou quais seria o valor correto a ser revisado. Diante disso, intime-se a autora no prazo de 10 dia para apresentar necessariamente as 1ªs vias das faturas posteriores ao mês de julho/2018 para tomar como parâmetro para decidir o litígio.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM) - Processo 0605527-81.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Izomar Batista Teixeira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, julgo improcedente a Reclamação, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0605567-63.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tayna Mirtis Pantoja Farias - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para declarar inexistentes os débitos impugnados. Independente do trânsito em julgado, determino, que no prazo de 10 dias, a ré retire o nome da autora dos cadastros dos Órgãos de Proteção ao Crédito, sob pena de multa de R$ 200,00, até o limite de R$ 2.000,00. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: CARLOS HOSSAINE DA SILVA (OAB 9931/AM) - Processo 0605590-43.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Agostinho Rodrigues Filho - Intime-se o exequente através de seu patrono para no prazo de 10 (dez) dias, para indicar de forma correta o CPF do executado, ou juntar aos autos documentos que comprove ser dono da empresa indicada na peça 126/128. Isto posto, INDEFIRO o pedido requerido de fls.126/128.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CLEVER GLÓRIA DE LIMA (OAB 13866/AM) - Processo 0605829-13.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Valmir Pedro Winck - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO nos termos do art. 487, I do novo Código de Processo Civil, pelos fundamentos acima corroborados, extinguindo o feito com julgamento do mérito. Sem custas e honorários. P.R.I.C. Avaliando o PEDIDO CONTRAPOSTO, Deixo de acolher o pedido contraposto, posto que a requerida não se qualifica como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Enunciado 135 do Fonaje, que somente admite a postulação essas categoria de pessoas jurídicas: ENUNCIADO 135 (substitui o Enunciado 47) O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro Palmas/TO). Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO. P.R.I.C.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0606003-22.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gilmara de Souza Xavier - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - De ordem, fica designado o dia 23/05/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM) - Processo 0606043-04.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 10/05/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0606072-88.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Francisco Bezerra - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 23/05/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606141-86.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Wolney da Silva Medeiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por esses fundamentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE para condenar a requerida revisar a fatura que venceu em julho/2014, devendo tornar inexigível apenas o valor de R$ 133,99, devendo manter-se o restando da cobrança normal. Sem custas e honorários.

ADV: ALINE DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 12411/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: GABRIEL SERRAO GOMES (OAB 12487/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0606197-22.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Eunice Almeida Rodrigues Pacheco - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a ré ao pagamento da quantia de R$ 349,30 a título de indenização por danos materiais, atualizado e corrigido desde o ajuizamento (03/09/2018), bem como ao pagamento de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, determino que no prazo de 10 dias, os requeridos interrompam os descontos na conta bancária da requerente, sob pena de multa diária de R$ 200,00 a cada desconto, até o limite de R$ 2.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0606210-21.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Maria Nazita Tananta Samias - REQUERIDO: Vivo S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a Ré ao pagamento de R$ 366,36 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento (03/09/2018), bem como ao pagamento de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde a condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO que, no prazo de 10 dias, a Ré reduza o valor do plano para R$ 45,99, valor original do contrato, sob pena de multa diária de R$ 200,00 até o limite de R$ 1.000,00 a cada fatura. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606220-65.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aroldo de Oliveira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para determinar a retificação das faturas de janeiro a setembro/2018 e as emitidas até a presente data para a tarifa mínima (10m³) cada. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606288-15.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Nivia Maria Freire de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigíveis os débitos referentes as faturas do mês/ano 08/08/2016 (R$ 30,57); 08/09/2016 (R$ 30,57); 08/10/2016 (R$ 30,57); 08/11/2016 (R$ 30,57); 08/12/2016 (R$ 30,57); 08/01/2017 (R$ 15,28); 08/03/2017 (R$ 16,36); 08/04/2017 (R$ 16,36); 08/05/2017 (R$ 16,36); 08/07/2017 (R$ 16,36); 08/08/2017 (R$ 16,36); 08/10/2017 (R$ 16,36); 08/11/2017 (R$ 16,36); 08/01/2018 (R$ 32,74); 08/03/2018 (R$ 32,74); 08/04/2018 (R$ 16,36); 08/06/2018 (R$ 16,36); 08/07/2018 (R$ 16,36); 08/08/2018 (R$ 16,36). Condeno a requerida ao pagamento de R$ 799,84 a título de indenização por danos materiais, atualizado e corrigido desde o ajuizamento (06/09/2018), bem como ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015- CGJ/AM.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606297-74.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raimundo Torres de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigíveis os débitos referente as faturas 02/05/2017 (R$ 56,54); 02/08/2017 (R$ 58,23); 02/09/2017 (R$ 56,54); 02/11/17 (R$ 32,74); 02/11/17 (R$ 32,74); 02/12/2017 (R$ 32,74); 02/01/2018 (R$ 32,74); 02/02/2018 (R$ 34,63); 02/03/2018 (R$ 32,74); 02/04/2018 (R$ 32,74); 02/07/2018 (R$ 32,74); 02/08/2018 (R$ 32,74); 02/09/2018 (R$ 32,74) e 02/11/2018 (R$ 32,74). Condeno a ré ao pagamento de R$ 1.001,28 a título de indenização por danos materiais, atualizado e corrigido desde o ajuizamento (06/09/2018), bem como ao pagamento de R$ 3.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, noque couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606299-44.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Eucilene Vasconcelos Amaral, - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigíveis os débitos referente as faturas 22/07/2015 (R$ 27,62); 22/08/2015 (R$ 27,62); 22/09/2015 (R$ 27,62); 22/10/2015 (R$ 27,62); 22/11/2015 (R$ 27,62); 22/12/2015 (R$ 27,62); 22/01/2016 (R$ 27,62); 22/02/2016 (R$ 30,57); 22/03/2016 (R$ 30,57); 22/04/2016 (R$ 30,57); 22/05/2016 (R$ 30,57); 22/07/2016 (R$ 30,57); 22/08/2016 (R$ 30,57); 22/09/2016 (R$ 30,57); 22/10/2016 (R$ 30,57); 22/11/2016 (R$ 30,57);

22/12/2016 (R$ 30,57); 22/01/2017 (R$ 32,74) 22/02/2017 (R$ 32,74) 22/03/2017 (R$ 32,74) 22/04/2017 (R$ 32,74) 22/05/2017 (R$ 32,74) 22/06/2017 (R$ 32,74); 22/07/2017 (R$ 32,74);22/08/2017 (R$ 32,74); 22/09/2017 (R$ 32,74); 22/10/2017 (R$ 32,74); 22/11/2017 (R$ 32,74); 22/12/2017 (R$ 32,74); 22/01/2018 (R$ 32,74); 22/02/2018 (R$ 32,74); 22/03/2018 (R$ 32,74); 22/04/2018 (R$ 32,74); 22/05/2018 (R$ 32,74); 22/06/2016 (R$ 32,74); 22/07/2018 (R$ 32,74); 22/08/2018 (R$ 32,74); 22/09/2018 (R$ 32,74) e 22/11/2018 (R$ 32,74), assim, como condeno a ré ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0606310-73.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Janete Xavier Mota - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigíveis os débitos referente as faturas 02/06/2017 (R$ 32,74); 02/08/2017 (R$ 32,74); 02/09/2017 (R$ 32,74); 02/10/2017 (R$ 32,74); 02/11/2017 (R$ 32,74); 02/12/2017 (R$ 32,74); 02/01/2018 (R$ 32,74); 02/02/2018 (R$ 32,74); 02/03/2018 (R$ 32,74); 02/04/2018 (R$ 32,74); 02/05/2018 (R$ 32,74); 02/06/2018 (R$ 32,74); 02/07/2018 (R$ 32,74); 02/08/2018 (R$ 32,74); 02/09/2018 (R$ 32,74), assim como condeno também a ré a indenizar a requerente pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 3.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0606349-70.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ana Claudia Lopes Boaventura - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar o réu a indenizar a requerente pelos danos morais a que deu causa a quantia de R$ 5.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. Sem custas e honorários

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606586-41.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Eleuzina Pevas dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM) - Processo 0606598-21.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Sebastião de Souza Sales - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a reclamação para CONDENAR a Requerida à repetição em dobro dos valores pagos indevidamente, totalizando R$ 4.353,32 atualizados e corrigidos desde a data do ajuizamento da ação (19/09/2018), bem como ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 3.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0606638-37.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Benedita Maria das Graças Leite Ferreira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0606672-12.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Walter Braga - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei n° 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606786-14.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisca Aldijane Alencar de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por esses fundamentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE para ratificar a revisão das faturas dos meses 07 e 08/2017 ao valor de R$ 32,72, cada uma, assim como condenar indenizar a requerente pelos danos morais a que deu causa a quantia de R$ 5.000,00, tudo atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Em virtude do indeferimento da liminar (fl. 35), independentemente do trânsito em julgado, determino que requerida proceder baixa do nome da autora no SPC (fl. 32), no prazo de dez dias após a publicação desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de 10 dias pelo seu descumprimento em benefício do autor. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0607107-49.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Márcio Alves de Lima - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante disso, caso tenham provas novas, concedo prazo de 10 dias para que juntá-las nos autos, concedendo o mesmo prazo para outra parte se manifestar.

ADV: KAIO BRUNO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 8613/AM) - Processo 0607119-63.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Mabio Viana Neves - Defiro pedido de fl. 32 para que seja designado nova audiência de conciliação. Cite-se o réu por Mandado. Cabe ao reclamante manter contato com o Oficial de Justiça sorteado para haver possibilidade de acompanhá-lo na citação, tendo em vista que este Juiz não interfere nas atribuições do meirinho.

ADV: KAIO BRUNO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 8613/AM) - Processo 0607119-63.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Mabio Viana Neves - De ordem, paute-se audiência de Conciliação para 23/05/2019 às 08:30h e, ato contínuo, com intimação das partes.

ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM) - Processo 0607139-54.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Frank Lincoln da Costa Botelho - SOBRESTADP

ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM) - Processo 0607139-54.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Frank Lincoln da Costa Botelho - De ordem, fica designado o dia 22/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607197-57.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Aidson Araujo de Castro - RECLAMADO: Vivo S/A - De ordem, fica designado o dia 09/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: CAROLINE DANTAS DE ARAÚJO (OAB 6918/AM) - Processo 0607242-32.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Heleno Queiroz de Melo - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei n° 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 05 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607242-95.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Paulo Cesar Rocha de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão do autor. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 12 de fevereiro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM) - Processo 0607329-17.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Mary Jane Oliveira de Almeida - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a reclamação para CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 690,00 a título de indenização por danos materiais, atualizados e corrigidos desde a data do ajuizamento da ação (23/10/2018), bem como ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 2.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0607542-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jailan Oliveira Martins - "Vistos etc. Considerando a ausência do(a) Requerente à presente audiência e o disposto no art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, julgo extinto o processo sem análise de mérito e determino o arquivamento do feito

ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0607800-67.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sabrine Seabra Carvalho Maia - De ordem, fica designado o dia 23/05/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0613462-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gisele da Silva Fontes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por esses fundamentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE para declarar inexigível os débito no valor de R$ 1.419,14, bem como para condenar a ré a indenizar o autot pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 3.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Alessandra de Lima Oliveira (OAB 7547/AM)
Alessandra Souza de Aquino (OAB 13477/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline dos Santos Oliveira (OAB 12411/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 130291/SP)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
ANDREA STUTZ ARALDI DE SOUZA (OAB 16603SC)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Rosas Hidalgo (OAB 10732/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Hossaine da Silva (OAB 9931/AM)
Carlos Javier Tunja Quinonez (OAB 11801/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)

Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Caroline Dantas de Araújo (OAB 6918/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Clever Glória de Lima (OAB 13866/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Deivid Leandro Nascimento de Araújo (OAB 13731/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Éder Antônio Bello Costa (OAB 6921/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Emanuelly Souza de Almeida (OAB 10527/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Érica Bianco Ferreira (OAB 4554/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel Serrao Gomes (OAB 12487/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Guilherme Cesar La-cava de Souza (OAB 181953/RJ)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Igor Alves da Costa (OAB 9621/AM)
Ingrid Coelho da Silva (OAB 8761/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Islane Marques Setubal (OAB 7239/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jean Paulo Gomes Queiroz (OAB 13728/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Machado Mitoso (OAB 559/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Manuel Marques Candia (OAB 7116B/MS)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Kaio Bruno de Souza Oliveira (OAB 8613/AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Socorro Mendonça Pinto (OAB 10342/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Naira Carolina Picanço de Lima (OAB 6611/AM)
Natasha Chaves Akel Hauache (OAB 9505/AM)
Natasha Cristina Pereira de Jesus (OAB 8437/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Paulo Afonso Morais Dolzanes (OAB 1750/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Phillipe de Mesquita Braga Rodrigues (OAB 24425/CE)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Faleiros de Oliveira (OAB 22693/MS)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thales Maciel Martins (OAB 17371/MS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Bezerra do Monte (OAB 1055A/AM)
Tiago João Salles Botelho (OAB 11873/AM)
Vanessa Nunes Zogahib (OAB 10021/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 978A/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0046/2019

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0610822-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Márcio Greyk José de Paula Raposo - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.
ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0621253-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Eliaclicia Bernardo Sobrinho - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM) - Processo 0604568-50.2018.8.04.0015 - Petição Criminal - Crimes contra a Honra - AUTOR: João Victor Tayah Lima - RÉU: Sebastiao Lucivaldo Moraes Carril - “Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 29/04/2019 às 9:30h.”

Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0211624-18.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Caio Gonzaga Simões - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 23/05/2019, às 09:00h.

Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)

18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO THEMIS CATUNDA DE SOUZA LOURENÇO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL PAULO MIGUEL DA SILVA ARAUJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0012/2019

ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM) - Processo 0600249-02.2019.8.04.0016 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Difamação - QUERELANTE: Leandro da Silva Rodrigues - QUERELADA: Thaise Abreu da Silva - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 12:00h, do dia 09/04/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600249-02.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Difamação e Injúria. Ficando na sua responsabilidade intimar seu cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS 1
Intimações 1
SEÇÃO II 2
TRIBUNAL PLENO 2
Conclusões de Acórdãos 2
Intimações 2
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 3
Intimações 3
SEÇÃO III 3
CÂMARAS REUNIDAS 3
Conclusões de Acórdãos 3
Intimações 4
Pauta de Julgamento Designado 5
SEÇÃO IV 5
CÂMARAS ISOLADAS 5
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 5
Intimações 5
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 8
Intimações 8
Pauta de Julgamento Designado 9
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 12
Despachos 12
Intimações 12
Decisões 13
Pauta de Julgamento Designado 13
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 14
Intimações 14
Decisões 14
Pauta de Julgamento Designado 14
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 15
Intimações 15
Decisões 15
Pauta de Julgamento Designado 16
SEÇÃO V 16
CONSELHO DA MAGISTRATURA 16
Conclusões de Acórdãos 16
SEÇÃO VI 17
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 17
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 17
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 18
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 25
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 25
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 30
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 39
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 47
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 54
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 58
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 79
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 85
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 98
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 109
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 118
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 124
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 130
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 136
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 141
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 144
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 145
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 153
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 154
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 154
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 159
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 161
2ª VARA CRIMINAL 175
4ª VARA CRIMINAL 180
6ª VARA CRIMINAL 189
8ª VARA CRIMINAL 190
9ª VARA CRIMINAL 192
11ª VARA CRIMINAL 196
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 196
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 197
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 201
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 207
AUDITORIA MILITAR 210
1ª VARA DE FAMÍLIA 210
4ª VARA DE FAMÍLIA 222
5ª VARA DE FAMÍLIA 236
6ª VARA DE FAMÍLIA 236
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 237
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 239
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 240
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 241
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 241
SEÇÃO VII 242
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL 242
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 244
SEÇÃO VIII 249
TURMA RECURSAL 249
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 304
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 304
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 304
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 305
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 311
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 312
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 331
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 335
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 337
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 342
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 342
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 348
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 361
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 363
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 382
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 382
18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 382